



.....

# GARIBALDI E A GUERRA DOS FARRAPOS

*Lindolfo Collor*

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

*Volume 230*



Giuseppe Garibaldi  
\* Nice, 4.7.1807 – † Caprera, 2.6.1882

.....

GARIBALDI E A  
GUERRA DOS FARRAPOS



*Mesa Diretora*

Biênio 2015/2016

Senador Renan Calheiros

*Presidente*

Senador Jorge Viana

*1º Vice-Presidente*

Senador Romero Jucá

*2º Vice-Presidente*

Senador Vicentinho Alves

*1º Secretário*

Senador Zezé Perrella

*2º Secretário*

Senador Gladson Cameli

*3º Secretário*

Senadora Angela Portela

*4ª Secretária*

*Suplentes de Secretário*

Senador Sérgio Petecão

Senador Elmano Férrer

Senador João Alberto Souza

Senador Douglas Cintra

*Conselho Editorial*

Senador Edison Lobão

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

*Conselheiros*

Carlos Henrique Cardim

Wilson Roberto Theodoro

Ewandro de Carvalho Sobrinho

.....  
*Edições do Senado Federal – Vol. 230*

# GARIBALDI E A GUERRA DOS FARRAPOS

*Lindolfo Collor*



*Brasília – 2016*

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

Vol. 230

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2016

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-752-9

.....

Collor, Linfolfo, 1890-1942.

Garibaldi e a Guerra dos Farrapos / Lindolfo Collor. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2016.

XVI + 496 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 230)

1. Garibaldi, Giuseppe, 1807-1882. 2. Guerra dos Farrapos (1835-1845). I. Título. II. Série.

CDD 923.545

.....

RIO GRANDE DO SUL

terra de gente simples e boa,  
sofredora e heroica,  
à minha terra e à minha gente,  
dedico este livro.

A minha filha

LEDA,  
minha colaboradora insuperável, deixo expresso aqui  
os meus agradecimentos pelos dedicados auxílios que  
me prestou na feitura deste livro.

“Vita tempestosa, cornposta di bene e di male, come credo  
della maggior parte dells gent?

GARIBALDI – *Memorie Autobiografiche*.

.....

## *Sumário*

Garibaldi, o libertário político  
*pág. XIII*

Nota prévia  
*pág. 17*

Prefácio  
*pág. 21*

Introdução  
*pág. 27*

### PRIMEIRA PARTE

Capítulo I – As origens  
*pág. 45*

Capítulo II – *A Jovem Itália*  
*pág. 59*

Capítulo III – O Novo Mundo  
*pág. 74*

Capítulo IV – A Revolução do Rio Grande  
*pág. 91*

Capítulo V – O Rio da Prata  
*pág. 107*

### SEGUNDA PARTE

Capítulo I – A República de Piratini  
*pág. 125*



Capítulo II – O ponto fraco  
*pág. 141*

Capítulo III – No acampamento  
*pág. 155*

Capítulo IV – A estância  
*pág. 172*

Capítulo V – A esquadrilha da morte  
*pág. 186*

Capítulo VI – Idílio  
*pág. 199*

Capítulo VII – Necessidade vital  
*pág. 214*

#### TERCEIRA PARTE

Capítulo I – A travessia dos lanchões  
*pág. 233*

Capítulo II – A tomada da Laguna  
*pág. 249*

Capítulo III – A República Juliana  
*pág. 264*

Capítulo IV – Romance de amor  
*pág. 279*

Capítulo V – Viagem de núpcias  
*pág. 294*

Capítulo VI – A decadência da República  
*pág. 309*

Capítulo VII – A retomada da Laguna  
*pág. 323*

Capítulo VIII – A expedição ao planalto  
*pág. 338*

Capítulo IX – Cabras-cegas  
*pág. 354*

QUARTA PARTE

Capítulo I – O equilíbrio das forças  
*pág. 371*

Capítulo II – Batendo à velha porta  
*pág. 387*

Capítulo III – O último amigo  
*pág. 402*

Capítulo IV – *Ritirata disastrosa*  
*pág. 419*

Capítulo V – Águas platinas  
*pág. 435*

Capítulo VI – O fim da guerra  
*pág. 449*

Epílogo  
*pág. 466*

BIBLIOGRAFIA  
*pág. 487*

Notícia biobibliográfica de Lindolfo Collor  
*pág. 493*

ÍNDICE ONOMÁSTICO  
*pág. 495*

## ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Casa natal de Garibaldi, em Nice

*pág. 48*

Mapa do Rio Grande do Sul (T.L. Zambecari)

*pág. 96*

Foz do rio Capivari (detalhe)

*pág. 234*

Foz do rio Capivari (detalhe)

*pág. 235*

Foz do rio Capivari (vista panorâmica)

*pág. 237*

*O Seival*

*pág. 257*

Itinerário provável dos navios de Garibaldi

*pág. 258*

Retrato de Anita - Laguna (SC)

*pág. 289*

G. Garibaldi (entre 1843-1846)

*pág. 292*

Espada de Garibaldi

*pág. 357*

G. Garibaldi

*pág. 482*

.....

*Garibaldi, o libertário político*

SENADOR FERNANDO COLLOR

**U**M ANO APÓS a implantação do Estado Novo, Lindolfo Collor publica sua obra-prima: *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*. Lançada em 1938, caiu em um inexplicável ostracismo até 1958, quando foi reeditada pela primeira vez, após alguns intelectuais, como Moysés Vellinho, editor da *Província de São Pedro*, revista trimestral da Editora do Globo, do Rio Grande, condenarem o ocaso com a obra.

A última reedição da obra *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos* está prestes a completar três décadas, datada de 1989, quando se aproximava o centenário de nascimento de Lindolfo Collor. É hora de preencher esta lacuna para conhecer melhor o passado. Voltamos às suas páginas como forma de valorizar a história não só do revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, figura essencial na propagação do mito do gaúcho, mas também como

*uma homenagem à memória do meu avô materno, jornalista, que tanto dignificou a vida política e cultural do Rio Grande do Sul e do Brasil.*

*Em momentos difusos, é tempo de destacarmos exemplos cívicos e evocações heroicas como forma de projetar o futuro. A obra é ancorada na teoria positivista, que influenciou uma geração de políticos gaúchos. Não há acontecimento sem causa e a história é movimentada pelo herói, no sentido grego, conforme escreve Lindolfo Collor na introdução do livro: “Garibaldi é suficientemente grande como homem para que tenhamos de evocá-lo sempre como semideus.”*

*As memórias de Garibaldi ganharam projeção quando sua vida foi retratada por Alexandre Dumas, o “herói de dois mundos”, mas foi nos estertores de uma das mais sangrentas revoluções, quando se aliou aos farroupilhas em 1836, que sua mensagem de liberdade dos povos e valores republicanos foi cunhada.*

*Marinheiro experiente, forjado no Mediterrâneo, Garibaldi era um homem do mar, que gostava de contemplar o horizonte. Foi com essa fama que desembarcou no Brasil, primeiro no Rio de Janeiro e, depois, no Rio Grande do Sul. Em toda a sua vida de carbonário, contudo, nunca contou com uma frota tão poderosa como a que lhe foi destinada pelos próceres da República Rio-grandense. E foi com ela que singrou as águas da Lagoa dos Patos e do rio da Prata em suas proezas lutando ao lado de Bento Gonçalves.*

*Além de discorrer de forma literária sobre a atuação de Garibaldi no Rio Grande, o livro de Lindolfo Collor retrata também o período onde “o caçador de sensações, aventureiro de corpo e alma” conhece o amor de uma mulher, quando um vulto feminino à beira da praia desperta sua atenção, era Ana Maria de Jesus Ri-*

*beiro, hoje conhecida como Anita. O romance entre os dois é um capítulo à parte no livro em meio à tomada de Laguna, em Santa Catarina. Com farta documentação, a obra é indispensável para compreender a trajetória de Garibaldi na América do Sul, antes de retornar à Itália em 1848 trajando vestes gaúchas, com ar de guerrilheiro e, mais tarde, lutar pela unificação da Itália, onde entrou para o panteão definitivo dos heróis.*

*Garibaldi sempre foi conhecido como herói da Unificação Italiana, e não como comandante da Esquadra da República Rio-grandense. Um século depois, a passagem de Garibaldi na Revolução Farroupilha era praticamente relegada na bibliografia garibaldina. Na verdade, o próprio Garibaldi não tinha o status de herói farroupilha que viria a adquirir depois, em parte, graças à biografia escrita por Lindolfo Collor, que resgatou com maestria a epopeia do corsário italiano no Sul do Brasil.*

*Embora tenha começado sua carreira jornalística no Rio de Janeiro, foi através de Borges de Medeiros que Lindolfo Collor ganha projeção à frente do jornal A Federação, o órgão do Partido Republicano Rio-grandense, antes de iniciar uma carreira política exitosa ao lado de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura. No Estado Novo, atingindo o ápice como ministro do Trabalho, deixou um legado importante na configuração das leis trabalhistas.*

*Como todo intelectual integrante do PRR, Lindolfo Collor não fugiu à regra, dedicando-se a ensaios políticos e obras sobre a Revolução Farroupilha como O sentido histórico do Castilhismo e, claro, Garibaldi e a Guerra dos Farrapos, obra agora resgatada.*

*Com este livro, Lindolfo Collor faz uma viagem através do tempo, penetrando na intimidade dos acontecimentos da*

*revolução rio-grandense, maior que todas as outras insurreições brasileiras, e confere exatas proporções de realidade à figura do herói que durante cinco anos combateu em terras gaudérias. Ao folhear este livro, é possível apaixonar-se pelas mais diversas facetas de Garibaldi: do libertário político ao romântico e aventureiro sedento de emoções.*

*Boa leitura.*

.....

## *Nota Prévia*

**N**A BRILHANTE GERAÇÃO *de políticos que construiu o movimento revolucionário de 1930 no Rio Grande do Sul, Lindolfo Collor é figura singular.*

*Como jornalista, fez-se admirado e temido por seus editoriais em A Federação, jornal porta-voz do Partido Republicano Rio-grandense, de que era oráculo o Dr. Borges de Medeiros, no decênio de Vinte. Suas colaborações na Imprensa do país e do exterior identificam em Lindolfo Collor uma surpreendente universalidade de espírito, capaz de abordar com erudição e de forma vertical os temas mais heterogêneos.*

*As crônicas que publicou, ainda em vida, sobre o clima prenunciador da Segunda Grande Guerra foram divulgadas em dois livros: Sinais dos Tempos e Europa 1939.*

*Em 1938, editou pela José Olímpio, na coleção “Documentos Brasileiros”, Garibaldi e a Guerra dos Farrapos, tratando da participação do legendário herói no movimento rio-grandense de 1835, a Revolução Farrroupilha. Este estudo fora escrito com a*



*declarada intenção de colocar em paralelo o perfil dos homens que conduziram o histórico episódio com a pequenez das figuras que, na época, levavam o Brasil pelos rumos da ditadura.*

*Aproximando-se as comemorações do centenário da Proclamação da República, pela qual aqui lutou Garibaldi, e a data do centenário de nascimento de Lindolfo Collor, a 4 de fevereiro de 1890, a reedição das obras desse rio-grandense ilustre torna-se oportuna.*

*Esse projeto editorial inicia pela biografia de Garibaldi, cujo texto já é um clássico da historiografia brasileira e cujo relançamento se impõe. Serão editados, a seguir, os dispersos na imprensa, permitindo uma visão de conjunto de suas produções quase diárias que traduzem uma excepcional capacidade de observar, interpretar, deduzir, esclarecer e convencer, tal como elas fluíam da pena deste político e humanista do Rio Grande. A publicação integral dessa obra ampla e multiforme, que localiza com precisão fatos ocorridos aquém e além-fronteiras, contemporâneos e históricos, permitirá à crítica brasileira avaliar esses escritos até agora fragmentados.*

*Em convênio com a Fundação Casa de Rui Barbosa, do Rio de Janeiro, serão reeditados Sinais dos Tempos e Europa 1939, coletâneas de crônicas escritas ao final dos anos Trinta.*

*Com a instalação do Governo Provisório, conseqüente à Revolução de 1930, Lindolfo Collor foi indicado ministro do Trabalho – pasta recém-criada e de que foi o primeiro titular. Nessa atividade, deixou a marca de sua atuação: graças a seu empenho e insistência foram elaborados diversos decretos, com as competentes exposições de motivos, que assinalam a implantação de uma legislação trabalhista no país, dando vazão às reivindicações operárias sensíveis na época. Fazendo justiça ao ideador dessa legislação, serão editados, em sequência, os textos pertinentes, antecédidos de estudos explicativos.*

*Finalmente serão publicadas monografias do Autor sobre temas variados e sua correspondência.*

*Todos esses volumes integrarão a coleção LetraSul, já iniciada com a obra poética e a prosa de Teodemiro Tostes, perseguindo o objetivo editorial desta Fundação em divulgar o acervo de escritores do Rio Grande que por razões diversas, estão esquecidos.*

\*

*Não parece ser obra do acaso que Lindolfo Collor tenha escolhido Garibaldi como tema de seu estudo histórico. São visíveis as afinidades entre biógrafo e biografado. Ambos viveram norteados pelo estímulo dos grandes ideais políticos. A fidelidade a estes, levou-os a extremos de culminância e adversidade, de aclamação e de exílio, de prisão e de glória. Por essas desafiadoras situações passaram incorruptíveis e mesmo exemplares.*

*As belas paisagens do Sul do Brasil foram cenário de um período de suas vidas. Frequentemente terão sido envolvidos nas gélidas rajadas do Minuano – velho vento guerreiro do Rio Grande, que se anuncia em assobio nostálgico, como voz imprecisa da Liberdade, cantando errante pelas planuras sem fim. Nesse ambiente ambos aperfeiçoaram seus instrumentos de ação.*

*Garibaldi conheceu, entre os revolucionários de 1835, outras figuras de marcante desprendimento, de ousadia e bravura. Encontrou ele neste território as melhores condições para adestrar-se nas armas que tanto lhe valeram, depois, em sua pátria, como condottiero das lutas do Risorgimento.*

*Um século mais tarde, Lindolfo Collor buscaria ideais semelhantes, no desejo de aperfeiçoar politicamente o país através do esclarecimento e da persuasão pela palavra. A imprensa foi, então, seu veículo essencial de ideias e de lutas. Sua dialética fundava-se*

*na clareza do raciocínio, associada a uma formação humanística adquirida, em boa parte, pela via do autodidatismo.*

*Originário de São Leopoldo (RS), e orientado pela férrea disciplina castilhista, concordante, aliás, com o estilo de suas raízes anglo-saxônicas, as qualificações intelectuais de Lindolfo Collor fizeram-no redator do Manifesto da Aliança Liberal, ideário das facções associadas na revolução que eclodiu naquele ano e de cujas operações militares também participou. A partir de 1932, quando ficou manifesto que o chefe do Governo Provisório adiava a meta maior de reconstitucionalização nacional proposta pelo movimento que o levara ao poder, passou em definitivo a oposição. E na oposição ainda se encontrava, depois de exílios e prisões, em 1942, quando faleceu, no Rio de Janeiro.*

*Garibaldi pôde conhecer em vida dias de glória e de unânime reconhecimento.*

*Lindolfo Collor ainda aguarda, mais de quarenta anos após sua morte, a justiça da História à sua presença decisiva em momentos cruciais da vida nacional, como jornalista, como escritor, como político e estadista. A autoria da legislação social, que lhe cabe, não está devidamente assinalada.*

*Garibaldi e a Guerra dos Farrapos vai ao encontro dos leitores brasileiros em instantes difíceis da vida nacional. Em épocas de desencanto e de apatia é importante buscar o convívio dos heróis. Garibaldi simboliza o ideal que justifica viver. Do seu exemplo, da sua energia, da sua autoridade, do seu espírito público emerge o sentimento de que a esperança ainda é possível.*

*Porto Alegre, agosto de 1989*  
FUNDAÇÃO PAULO DO COUTO E SILVA

.....

## *Prefácio*

**N**ÃO SEI SE ALGUÉM já sublinhou devidamente esta coincidência: a História, não a logografia que se contentava com a transcrição de relatórios, não as eucômion dos gregos ou laudationes dos romanos, mas a verdadeira história, essa nasceu no exílio, floresceu e prosperou na adversidade dos ambientes estranhos. Dir-se-ia que o esplendor do passado parecesse agressivo à pequenez de determinadas figuras do presente. Observai Heródoto, atentai em Tucídides. meditai no caso de Xenofonte. Em nenhum deles encontrareis a satisfação dos conformados nem a indiferença dos cépticos, muito menos a bajulação dos escravos.

Quando Halicarnaso tomba nas mãos de Ligdamis, neto de Artemisia, Heródoto se retira para Samos, onde, ao mesmo tempo que redige a História das Guerras Médicas trabalha pela libertação da pátria caída em ignóbil servidão. Depois da deposição do tirano, ouvem os gregos da boca do proscrito que voltou da ilha as evocações da sua passada grandeza. Com as narrativas amplas, tranquilas, majestosas dos dias que já foram, é o banido de Ligdamis quem, antes de

*nenhum outro homem, comunica à pátria a consciência da sua imperecível dignidade. Contava o que aprendera, dizia, a fim de que as ações dos homens não fossem apagadas pelo tempo e os grandes feitos, tanto dos gregos como dos bárbaros, resplandescessem em glória para a edificação das gerações futuras. Se Heródoto é o Pai da História, não duvide ninguém de que a História nasceu no exílio.*

*Em Atenas, entre os que lhe ouvem as leituras, está um jovem de quinze anos, Tucídides, descendente de reis, que chora de emoção ao escutar as maravilhosas reconstruções das grandes épocas pretéritas. Ao vê-lo, prediz-lhe Heródoto excepcional destino como historiador. Pois só quem sabe comover-se com o exemplo dos maiores, será capaz de recompor-lhes a história.*

*Decide o infante fazer-se digno deles em todas as circunstâncias da sua vida. Mas os governantes de Atenas não lhe perdoam a independência do caráter. Também o discípulo de Heródoto conhece o caminho do exílio. E só depois de expulsos por Trasíbulo os Trinta Tiranos conseguem voltar à pátria, levando consigo os oito livros da Guerra do Peloponeso: Quando os compôs, não pensara no presente: perlustrara o passado, a fim de contribuir com a evocação dos seus exemplos para a construção de um futuro melhor. “Se os que quiserem procurar neste livro a verdade do passado e, na medida das possibilidades humanas, uma verossímil conjectura do porvir, o julgarem de alguma utilidade, eu me darei por satisfeito. Este é um monumento perene, não uma peça de concurso nem uma obra de circunstancia.” O prefácio de Tucídides vale por uma profissão de fé. O futuro está contido no passado, dirá muitos séculos depois, na síntese de todas as idades, Augusto Comte.*

*Também Xenofonte o terceiro dos grandes historiadores da Grécia, discípulo de Sócrates, chefe na Retirada dos Dez Mil: a “abelha ática” pela contração ao trabalho, pelo sabor das nar-*

*rativas, pela pureza do estilo, sofre banimento. Foi em Scilonte, na Élide, que escreveu a Anábase, a Ciropédia, as Helênicas. A paixão da verdade domina-o por completo. Não julga, narra; não toma partido, expõe. On en croft pas lire, on emit voir, afirma dele Jean-Jacques. E porque se esquece do presente, consegue milênios volvidos, que a sua história ainda circule de mão em mão, como verdadeiro breviário dos homens de Estado.*

*Ter-se-ia dado por mero acaso essa impressionante localização das origens da História em climas de exílio? Consideremos que toda reconstituição do passado significa em si mesma uma transposição no tempo. Quem se atira de alma inteira à voragem dos dias atuais, quem mergulha neles para vivê-los na voluptuosa plenitude dos satisfeitos não escreve História; não a escrevem tão pouco os displicentes nem os acomodaticios. Uma coisa é relatório ou logografia, enumeração de datas a registro de sucessos; outra, muito diferente, a História. Para escrevê-la dignamente, para estabelecer o nexó de continuidade entre o passado e o futuro, saber é preciso chorar de emoção como Tucídides, ao ouvir, na Ágora, as leituras de Heródoto. Quem se deleita com o atual nunca perderá os passos pelos mundos que já foram.*

*Neste sentido, os exílios de Heródoto, de Tucídides, de Xenofonte não devem ser considerados simples acidentes de ocasião, mas situações espirituais simbolicamente correspondentes reconstruções que fizeram do passado. Antes de exilados das suas cidades, já às o estavam das suas épocas. Porque escrever História, verdadeira, autêntica História, significa, antes de mais nada, exilar-se no tempo.*

*Um dia, cansado dos panoramas atuais, eu também resolvi, na modéstia das minhas possibilidades, viajar pelo passado. Como era natural, escolhi para meta da minha excursão aquele trecho de tempo que mais me fascinasse pela grandeza dos cená-*

*rios, pelo porte moral dos homens, pela ambiente desambição das multidões. Nenhum período se me afigurava mais indicado para tal viagem do que a Revolução de 35. Desde a minha mais remota formação mental, tudo ali me parecia verdadeiramente fora da medida comum das possibilidades humanas. Dez anos de luta contra as armas do Império centralista, pelo ideal da República e da Federação! Uma província talada, sacrificada, arruinada quase, por amor do princípio de autonomia local! Uma plêiade de homens que tudo abandonaram – a tranquilidade do lar, o bem-estar econômico, o normal desdobramento dos suas atividades – em holocausto das suas convicções políticas! E no meio deles algumas figuras de estrangeiros, a maioria dos quais aqui deixou a vida, em testemunho da sua integral identificação com a causa dos nossos maiores. Garibaldi, sobretudo, o amigo de Mazzini, o carbonário condenado à morte pelas autoridades do seu Estado, o romântico de tantas lutas pela liberdade dos povos, que formidável, que empolgante figura para refazer-nos da deprimente mediocridade dos tempos atuais! Decididamente, uma viagem pelo passado é, em certas ocasiões, uma indeclinável necessidade do espírito. Se observada à risca, a segregação no tempo será sempre mais completo do que o exílio no espaço. Porque, em verdade, a nossa ruptura de cantato com o mundo circunjacente é muito menos uma questão de superfície do que de profundidade. Em Paris ou na China, eu posso estar presente às questiúnculas do meu campanário. Sem sair de casa, porém, eu serei, em determinadas circunstâncias, o mais ausente dos homens.*

*Como escrevo este prefácio depois de concluída a peregrinação, estou em condições de comunicar aos possíveis leitores das minhas notas de viagem algumas impressões preliminares, que talvez não sejam de todo inúteis, com a vantagem de poderem servir*

*de aviso para que não prossigam na leitura, caso não lhes pareçam merecedoras de atenção.*

*Um panorama histórico se parece, em muito, com um sistema de montanhas. Vista à distância, que admirável perspectiva, que grandiosidade de linhas, que maravilhosa estruturação de contornos! Mas, quando houvermos de galgar os contrafortes da serraria, bem presto os acidentes do terreno invisíveis ao longe, os socavões e os precipícios, as asperezas das picadas íngremes, as traiçoeiras surpresas da mata viagem nos mostrarão quanto é penosa a realidade das ascensões e quanto ela difere, na brutalidade das suas exigências, da harmonia azul dos riscos que na baixada nos haviam fascinado o olhar.*

*Será então, preguntareis, sacrificio que se não deva tentar, o da escalada dos alpes do passado, dos quais tanto maldisse o terrível Karl Marx? De modo algum! Porque, se difícil a prova, as miradas que do alto se alcançam sobre a planura compensam centuplicadamente todas as fadigas e todos os desenganos da ascensão. E estou em dizer-vos que só quem sobe aos cumes do passado pode divisar com perfeita clareza todos os acidentes do presente.*

*Não julgueis, todavia, que a vida nas montanhas seja em si mesma diferente da que se conhece na mesmice dos descampados e das várzeas. A humanidade é, em toda parte, igual. Em todos os tempos as ambições são as mesmas, os mesmos os egoísmos, as vaidades, as incompreensões entre os homens, sempre, invariavelmente as mesmas. Se me permitis uma confidência, quero segredar-vos que, ao despedir-me da planície, uma das minhas maiores preocupações seria seguramente a de não ver certo número de indivíduos cujos encontros longe estavam de fazer a delícia dos meus olhos. Sob esse aspecto, devo confessar-vos que a viagem me pareceu inútil. Apenas chegado à região do passado, dei de frente com personagens cuja*



*presença parecia que os meus passos houvessem ainda ontem evitado nos caminhos da vida real. Também por lá, ao lado de almas nobres, instintos utilitários em derredor das figuras de exceção, o sussurro da perfídia, os botes da calúnia, o cálculo dos aproveitadores do esforço alheio. Tratei de consolar-me com os exemplos imortais. Não há Epaminondas sem Meneclides. E Meneclides para ser perfeito como símbolo, deve ter nascido na mesma cidade que o herói ilustra com as suas virtudes e pela qual sacrifica a vida. Epaminondas habuit obtrectatorem Meneclidem quendam, indiiem Thebis.*

*Não existem então, indagareis agora, as chamadas grandes épocas da História? Existem, sim. Mas o que lhes comunica o sentido da sua grandeza nunca serão as matas rasteiras da maledicência, nem as lianas da intriga, nem os precipícios da inveja, nem as tocaias da ambição: e sim apenas aqueles cumes, solitários na sua dignidade telúrica, que marcam a altitude de todo o sistema e elevam para sempre as linhas do horizonte. São esses pontos culminantes que condicionam a perspectiva dos tempos. Tanto maior uma época histórica quanto mais altos os seus homens representativos. Dos acidentes vulgares do terreno, dos seixos do caminho, da poeira das estradas, a posteridade não se apercebe. E quando os observamos de perto, como acabo de fazê-lo, é para concluir que eles só existem a fim de tornar mais vivo, pela presença da sua miséria, o contraste dos dominadores da paisagem.*

*Porto Alegre, 31 de março de 1938.*

.....

## *Introdução*

**E**STE NÃO É UM COMPÊNDIO *de logografia*. Nele não se encontram relatórios sistematizados de fatos, cronologicamente dispostos em terrenos marcados de datas. Tais livros são necessários, mas eu não saberia escrevê-los. Ademais, eles já existem, excelentes, documentados, minuciosos, em relação à revolução rio-grandense de 1835. Não é tam pouco uma *laudatio à maneira de Cornélio Nepos*, cada um de cujos heróis se apresentam sempre como um resumo de tudo quanto há de sublime sob as vistas invejosas do Olimpo. Também a *literatura puramente laudatória*, que requisita tintas à lenda e situa nas nuvens o mundo das suas criações já é bastante volumosa, não só no que se refere ao decênio farroupilha, mas ainda e sobretudo no que diz respeito a Garibaldi. Inútil, pois, aumentar de novos panegíricos a vasta coleção internacional dos eucómion já conhecidos.

O que pretendi na minha viagem através do tempo foi penetrar o sentido íntimo dos acontecimentos, alcançar-lhes as determinantes vitais, apreender-lhes os nexos de casualidade, para só

*depois oferecer ao leitor uma visão integral e possivelmente clara do panorama já reconstituído em partes. “Para um dia de síntese são necessários longos anos de análise”, diz Fustel de Coulanges. Se as pesquisas em que me ocupei não se estenderam por anos, mas apenas por breves meses, fio em que isso não diminuirá a justeza das minhas observações, que só me foram possíveis, decerto, pelo consciencioso aproveitamento do formidável trabalho de análise realizado por várias gerações de historiadores.*

*Como se explica que alcance teve a presença de Garibaldi na revolução rio-grandense? Assentemos com Henri Berr que o caso não é acontecimento sem causa. Na determinação dos fenômenos pode o acaso, quando muito, ser definido como “o que não foi desejado nem previsto”. Quando o jovem marinheiro lígure se dispôs a trocar suas pacíficas ocupações pelas aventuras dos conspiradores de Mazzini, longe estaria de imaginar que, dentro em pouco, o atirariam os acontecimentos sobre praias sul-americanas. Nenhum homem, a meu ver representa simbolicamente melhor do que ele a repercussão das tempestades políticas do Velho Mundo de 1830 sobre a América, notadamente o Brasil. O malogro momentâneo dos planos revolucionários na Itália levou Garibaldi a Túnis, por exemplo. Entrou a serviço do bei. Que finalidade poderia ter para o carbonário a ocupação das armas num Estado maometano, fora completamente das concepções políticas da Europa? Poucos meses dura a sua presença na costa setentrional da África. Não é essa a paisagem humana de que ele necessita para viver e esperar, enquanto não lhe seja possível agir na Itália. Vem-lhe a ideia da América. Naqueles países novos, luta-se pela liberdade política dentro dos ideais do Ocidente, de acordo com as normas de Paris.*

*E para lá que se dirige o proscrito. Se o seu problema se resumisse apenas em conseguir alguma tarefa militar, por que teria*

*deixado o serviço do bei de Túnis? Mais próximo da pátria, dentro mesmo das fronteiras do Império Romano onde tudo lhe falaria da grandeza do passado. ele estaria maravilhosamente situado como historiador, por certo, não como homem de ação. Mas Garibaldi não queria escrever História, queria fazê-la. E para isto necessitava de encontrar um lugar no mundo com fisionomia moral, com as aspirações de cujo povo pudesse considerar-se perfeitamente identificado. De outra maneira, não faria história, está visto. Pois, por muito que ele amasse o exótico, à boa maneira dos românticos que choravam de emoção ao lerem as aventuras de René e de Attala, jamais poderíamos imaginá-lo vestido pelos moldes orientais, brandindo a durindana árabe ou preocupado com as delícias dos haréns.*

*Garibaldi é, assim, na minha narração, o símbolo vivo que assinala a união dos acontecimentos do Brasil com os do Velho Mundo. Malogram os conspiradores na Europa? Ei-los no Rio Grande, ei-los no Rio da Prata: Garibaldi, Eduardo Matru, condenado como ele pela justiça marcial de Gênova, Giovanni-Battista Cuneo, um dos seus iniciadores nos segredos da Jovem Itália, Rossetti, admirável vagabundo cujos ossos estão enterrados no cemitério de Viamão. Castellini, Anzani. Combateram aqui com o mesmo entusiasmo com que lutaram antes, nos penosos dias da carbonaria, e alguns ainda lutariam depois, nas jornadas culminantes do risorgimento. Eles são o troço, o vivo, o palpitante traço de união entre os ideais de liberdade e de romântico humanismo da Europa e dos jovens países da América.*

*Claro está que essa identificação dos carbonários com a luta no Rio Grande do Sul protesta contra a caracterização de mercenários, que por tanto tempo lhes denegriu as memórias. Aliás, essa questão não chega mesmo a ter para mim nenhum alcance real. Porque a admitir-lhes tal feição, que diríamos de um Brown a serviço*

*da Confederação Argentina, de um Cockrane, de um Greenfell, de outros que vestiram as fardas do Império e tanto se distinguiram na fase da organização da nossa Independência?*

\*

*Muito se tem discutido o separatismo dos “farrapos”. Discussões apaixonadas, complexas, em que cada qual sustenta pontos de vista da sua predileção. Com os documentos que existem, prova-se tudo: que a revolução era e que a revolução não era separatista. Mas os documentos têm um valor relativo, relativo ao instante psicológico em que foram redigidos. Se não se os interpreta à luz dessas circunstâncias, cede lugar o critério objetivo da interpretação dos fatos ao espírito de polêmica, que, em história, nada constrói, mas tudo baralha e confunde. E isso é, não raro, o que se observa com a revolução rio-grandense.*

*Como fenômeno histórico, as causas e os fins da revolução me parecem transparentes. O golpe de 7 de Abril foi uma revolução em grande parte frustrada, porque não soube dar às províncias aquilo contra o que se sublevara a corte: o reconhecimento das suas prerrogativas, o respeito à nascente dignidade nacional. Daí, os levantes. O Ato Adicional veio tarde e não passou de letra morta. As sublevações brasileiras foram todas, na sua interpretação política, eminentemente federalistas.*

*Localista, autonomista, federalista foi também a revolução rio-grandense. Ela se gerou como simples protesto imediato e restrito contra a má administração da província, contra os governos retrógrados, lusitanamente centralistas que a corte lhe mandava. O ideal republicano também existia, por certo, mas note não estava posto o acento tônico do movimento, como o encontramos muitos decênios mais tarde, depois do manifesto de 1870. Na revolução de Paris La*

*Fayette agia como republicano, o que não o impediu de esforçar-se pela subida de Luís Filipe ao trono dos Bourbons. Republicano era Garibaldi. Quem o poria em dúvida? E não foi ele quem disse que só uma pessoa, uma única, lhe parecia indispensável à Itália nos dias da unificação, Vítor Manuel? Não se discuta, porque isso de tão inútil nem teria sentido prático, se a revolução rio-grandense foi ou não republicana. Tratemos antes de compreender o sentido relativo que teriam forçosamente os ideais republicanos da época. Garibaldi, aliás, não deixa dúvida a tal respeito. “Contentes que estejam, republicano deve considerar-se o seu governo”, dizia. A monarquia constitucional inglesa parecia-lhe perfeitamente aceitável por parte dos republicanos mais exigentes. Não, não foi o governo republicano o traço distintivo, o alfa e o ômega da revolução rio-grandense, sim o respeito às prerrogativas de autonomia local por parte dos governos do Centro.*

*A revolução se fez em nome do princípio da self-determination provincial. E para torná-la vitoriosa trataram os autores do drama de fixar logicamente o máximo das suas reivindicações. Qual a mais lata expressão do autonomismo local? A independência. Mas seria a independência do Rio Grande um fim em si mesmo, ou um meio apenas para estabelecer “a confederação das províncias brasileiras”? É preciso não conhecer a história dos acontecimentos para hesitar um momento na resposta: a independência era um meio para atingir o ideal da federação, id est, do pleno e indiscutível reconhecimento das autonomias locais dentro dos limites da grande Pátria. É isso o que nos mostra o estudo das causas do levante, isso o seu desenvolvimento ulterior. Retenhamos estes termos de um manifesto de Bento Gonçalves: “A guerra, compatriotas, teria finalizado e a paz reinaria entre nós, se o governo do Brasil não desprezasse todas as nossas proposições, desde o começo da nossa gloriosa Revolução. Esta só foi operada para desfazeremo-nos dos pequenos tiranos que,*

*apoiados pelo primeiro delegado do Governo, nos escravizavam; o que foi público no manifesto que apresentei, logo depois do majestoso 20 de Setembro de 1835.”*

*Vista por este prisma, a revolução do Rio Grande, maior embora que todas as outras insurreições brasileiras, apresenta em relação a elas completa identidade de motivos e fins. As diferenças se reduzem apenas a uma questão de intensidade e também de extensão. Objetar-se-á que o projeto de Constituição apresentado à Assembleia de Alegrete dispunha, no artigo primeiro, que os cidadãos rio-grandenses formavam uma nação “livre e independente”. Assim foi. Mas do momento em que a própria organização constitucional dessa independência vedava especificamente o estabelecimento de laços de união ou federação com qualquer nação não conforme com o seu regime interno, admitia ipso facto liames federais que não contraviessem ao referido sistema. Este é, no caso, o parecer de Felisbello Freire, um dos nossos constitucionalistas de mais penetrante intuição e mais sólida cultura geral. “Sob esse ponto de vista”, escreve, “a Revolução de 1835, com a República de Piratini, e a de 1824, com a Confederação do Equador, não oferecem a menor diferença: ambas representam o esforço dos rio-grandenses e pernambucanos na conquista do governo local em nome da República Federativa.”*

*Eu tenho a tese como irrespondível. Os republicanos rio-grandenses aborreciam todo o poder que não tivesse origem no livre e expresso consentimento popular. Numerosos são os depoimentos a esse propósito. Aliás, anos antes, em Pernambuco, já Pais de Andrade exclamara: — “As constituições são feitas para os povos, não os povos para as constituições!” E insurgia-se “contra o perverso intuito de fazer jurar à força d’armas” uma Constituição em que o povo não colaborara.*

*Foi com a sustentação da tese federalista, não com outra qualquer, que os rio-grandenses se dirigiram à gente de Santa Catarina. Dave ter-se em alta conta essas proclamações, através das*

*quais os republicanos falavam à população de uma província que suas armas estavam conquistando. Que diziam elas? Bento Gonçalves, em manifesto aos lajeanos, não deixa dúvidas a respeito das suas intenções federalistas. E Teixeira Nunes, depois da vitória da Laguna, afirmava que “a República Rio-grandense nada tinha tanto a peito como a Federação dos Estados seus irmãos”.*

*A Ata da Pacificação confirma ainda, inversamente, a mesma tese. Nela se reconhece aos Republicanos (com R maiúsculo) rio-grandenses direito de indicar o nome que houvesse de presidir a província, o que representa da parte de Caxias a compreensão dos verdadeiros motivos do movimento. Ninguém mais do que um carbonário, Rossetti, o amigo inseparável de Garibaldi, se esforçara, antes, pela volta do Rio Grande ao seio do Império, certo como estava de que a monarquia fatalmente haveria de desaparecer na federação. Não sei de ninguém, na época, que houvesse com olhar mais agudo devassado a evolução política do Brasil.*

*As próprias confabulações, mesmo os pactos políticos dos revolucionários com Rivera primeiro, com as autoridades de Corrientes e Entre-Rios depois, são de todo compreensíveis, desde que observadas através do critério lógico da luta pela existência, que colocaria necessariamente em segundo plano quaisquer outras considerações. O ponto fraco da revolução estava na ausência de um porto de mar. Dominavam os insurgentes a província toda, menos a foz da bacia oriental, o ponto de acesso, a chave do que se pode chamar as águas da civilização rio-grandense. A luz da teoria de Ratzel – “O dominador da foz controla o curso superior das águas” – fatalmente a revolução sucumbiria pela posição que os legalistas ocupavam na barra do Rio Grande.*

*Para lutar contra as consequências desse estado de coisas, chegava Garibaldi a propósito. A República de Piratini, na ausência de um porto, ia tentar o curso em alto-mar, tomando-se Monte-*



*vidéu como base de operações. As reviravoltas da política uruguaia fazem naufragar o projeto. Vai Garibaldi, em seguida, tentar o curso nas águas interiores. O resultado é mínimo, pois os seus lenhos carecem de todo poder ofensivo em relação aos navios de Greenfell. Mas o acesso ao oceano representava uma necessidade vital para a República. Organiza-se a expedição contra a Laguna. Ao cabo de alguns meses, o sonho da República Juliana é um montão de ruínas. Que fazer agora?*

*O instinto da vida não permitiria dúvidas. Organiza-se um ataque decisivo à barra do Rio Grande, cuja posse, diz Garibaldi, teria dado outro rumo aos acontecimentos. Repelida também essa desesperada ofensiva, a última, para a posse do sistema hidrográfico oriental, outro recurso não ficava aos revolucionários senão o de se voltarem para a bacia ocidental, o rio Uruguai. As águas dessa bacia, não esqueçamos, desembocam no rio da Prata. E logicamente, durante meses, a revolução do Rio Grande parece que se vai orientar no sentido político das querelas platinas. Aparece Bento Gonçalves, nessa fase da República, como aliado de Rivera contra Rosas. E fala-se no quadrilátero Uruguai – Rio Grande – Entre-Rios – Corrientes.*

*Nunca, jamais teve alguém consciência mais acentuadamente brasileira do que Bento Gonçalves. Reconhecem-no os próprios historiadores do Prata. Mas as leis que regulam os fenômenos sociais são imutáveis como a física. Se os revolucionários, perdidas as águas do leste, se apegam às de oeste, não se espante ninguém: eles entrarão em entendimento ou em luta com os dominadores da foz. E como são dois os dominadores, um em Montevidéu, outro em, Buenos Aires, aliam-se a um deles para hostilizar o outro. Haverá nada mais claro, mais translúcido, mais dolorosamente humano nesse período final da revolução?*

*Aí tendes, em poucas palavras, o resultado das minhas observações. Elas não são espantosas, são lógicas; não serão ignominiosas em si mesmas, nem sublimes: são apenas humanas, perfeitamente, rigorosamente humanas. Essa, aliás, a preocupação fundamental deste livro: apresentar figuras humanas na sua exata compleição psicológica, não tipos irrealis de semideuses, heróis de lenda, abstratas criações da fantasia.*

*Em se tratando de Garibaldi, não se apresenta de todo fácil o empenho de fugir ao arbitrário, para tomar em linha de conta apenas a parte humanamente ponderável das suas façanhas. Porque, entre os modernos, talvez não exista outro homem cuja histeria tanto se retoque – e por que não dizer? – tanto se prejudique pelo recurso às cores da legenda. Carducci, no seu admirável poema em prosa, deixa a perder de vista as licenças poéticas de que Homero reveste os heróis da Odisseia. Um homem como Garibaldi não pode ter, a seu juízo, nascimento igual ao dos outros seres humanos. Egli nacque da un antico dio della patria mescolatosi in amore con una fata del settentrione, la dove l'alpe cala sorridente verso il mare... E quando ele morreu, foi para tomar assento entre os numes protetores da terra natal. Liberato e restituito ne suoi diritti il popolo suo, conciliati i popoli d'intorno, fermata la pace, la libertà, la felicità, un giorno l'eroe scomparve: dicono fosse assunto ai concilii degli Dii della patria”.*

*O homem que inspirou estas metáforas a um dos maiores poetas modernos, viveu no século XIX, aqui andou, poucos decênios faz, pelas águas, pelas campinas, pelas serranias do Rio Grande. Carducci, dir-se-á, italiano, e italiano do risorgimento, vê o seu herói através das exaltações do patriotismo, e nada mais natural nem mais compreensível. Seja. Mas atentai num juízo a frio, a distância, no juízo crítico de Rodó: En el heroe de la Italia nueva,*

la legendaria realidad triunfa de la contradicción por su proximidad en el tiempo y por la lucidez de una vida franqueada del uno al otro extremo a las miradas pertinaces.

*Uma “legendaria realidade”! Nestas duas palavras se resume a vida de Garibaldi. Elas fazem pensar no aforisma de Le Bon: O irreal é, em certos casos, mais verdadeiro do que o real. Rodó, para explicar a estrutura psíquica do grande aventureiro, sente-se obrigado a mostrar-nos primeiramente o conceito que forma o heroísmo. O herói, segundo ele, não se identifica com o homem superior pela sua vontade e pelo seu braço, mas em razão de uma qualidade distinta. Ele é o “iluminado da ação”. A ação heroica é a que toma impulso naqueles abismos insondáveis da alma, de onde provieram o demônio de Sócrates, a convulsão da sibila, a visão do extático: onde se engendra o que obra de um modo superior a razão: a palavra que avassala, o gesto que eletriza, o golpe que abate ou exalta. Bolívar é herói. San Martín não é herói; é apenas grande homem, grande soldado, grande capitão, ilustre, formosíssima figura. Falta-lhe, porém, a auréola deslumbradora, o relâmpago, a vibração magnética, o misterioso sopro que, tomado no sentido sobrenatural ou no puramente humano, é de qualquer maneira alguma coisa que vem do desconhecido. Garibaldi: tipo de herói, a personificação mais completa e fiel do quid heroico.*

*Assim falava Rodó sobre Garibaldi, vinte anos depois da sua morte. Não há, na projeção histórica de um homem, período mais ingrato do que o das primeiras décadas decorridas do seu desaparecimento objetivo. Nesse período, em geral, o juízo dos pósteros não deu ainda aos que se destinam a imortalidade o fulgor que só as grandes perspectivas permitem. O caso de Garibaldi, porém, é excepcional. O prestígio da lenda, a aura do sobrenatural pode dizer-se que já o acompanhavam em vida. A morte apenas os confirmou.*

*Estou em admitir, porém, que esse excesso na sublimação prejudica, pelo menos no que se refere à sua atividade no Rio Grande, a verdadeira figura histórica do lutador. Garibaldi é suficientemente grande como homem para que tenhamos de evocá-lo sempre como semideus. Sua presença entre nós foi um dos mais intensos, dos mais vivos romances que a vida real permitiu a um homem dos tempos modernos viver em recanto algum do mundo. O romântico de 1830, o libertário político, o aventureiro sedento de emoções encontrou aqui o seu clima ideal. Quem o diz, nas Memórias, é ele próprio. Não cabem no caso conjeturas nem valem hipóteses.*

\*

*Como se compreende que esse trecho da sua vida esteja tão pouco estudado? Enorme é a bibliografia garibaldina, na parte referente às campanhas da Itália. E mesmo sua atuação no Prata vem sendo, de há muito, perquirida com crescente interesse. A Biografia di Giuseppe Garibaldi, compilada por G. B. Cuneo, é um repositório de inestimável valor, em tudo quanto diz respeito às suas andanças do Uruguai. Ninguém com autoridade maior do que Cuneo para compô-la. Imaginemos que precioso livro nos teria deixado, a respeito de Garibaldi no Rio Grande, Luigi Rossetti. Mas, ainda nisso, fomos infelizes. Porque a única pessoa em condições de escrever esse livro, pagou com a vida sua obstinação de servir à causa dos revolucionários rio-grandenses. Temos ainda, com atinência ao Rio da Prata: *Montevidéu, ou une nouvelle Troie*, por Alexandre Dumas; *Le siège de Montevidéu*, de Wright; *Réponse aux détracteurs de Montevidéo*, por Pacheco y Obes; *Documenti in torno a Garibaldi e la legione italiana a Montevidéo*, pelo coronel E. de Langier; e outros muitos, de menor interesse histórico.*

*A revolução rio-grandense, porém, praticamente não existe na grande bibliografia garibaldina. O que se encontra nela é*

*uma deformação, quase sempre grotesca, dos homens e das coisas desta parte do Brasil.*

*Dá-se algumas vezes, até, que os biógrafos de Garibaldi entendam de injuriar o Brasil por conta do herói. É o caso de Camille Leynadier (Memórias de Garibaldi, tomo 1): “Chegando ao Rio de Janeiro, encantado por essa natureza luxuriosa do solo americano, onde tudo é gigantesco, rios, lagos, montanhas, vales, florestas, tudo, exceto os homens, Garibaldi ficou alguns dias em contemplação, sob o encanto dessas maravilhas da criação de que não vira coisa igual na Europa, nem na Ásia, nem na África.” Observa-se, do primeiro golpe, que Leynadier fez aí apenas um tosco decalque das Memórias de Garibaldi, por Alexandre Dumas. E não se lhe oferecendo outra maneira de fugir à repetição de conceitos já expedidos sobre a natureza do Brasil, o escritor não se embaraça: injuria um povo que não conhece, e que lhe paga na mesma moeda com o não tomar maior conhecimento da sua literatura.*

*Este é um exemplo. Não vale a pena citar outros decorrentes já não de má-fé, sim de simples ignorância.*

*Mas não é justo nem mesmo compreensível que isto aconteça, quando se considera que foi no Brasil, no Rio Grande do Sul, que ele formou o seu caráter; e que foi ainda no Brasil, em Santa Catarina, que viveu o seu grande romance de amor e conheceu a companheira cuja grandeza moral haveria de causar a admiração da Itália e do mundo europeu. Os Leynardiers não vêm a propósito, quando se acompanha pari-passu a simpatia e a admiração de Garibaldi pela nossa gente. Foi aqui, e quem o refere é ele próprio, que entrou em contato com os homens mais bravos, mais nobres, mais cavalheirescos que encontrou em toda a sua vida, e aprendeu a “desprezar os perigos e a combater dignamente pela causa sagrada das gentes”.*

*Não se há de perder de vista, por outro lado, que as próprias Memórias devem ser manuseadas com muito cuidado, pois foram es-*

*critas já na velhice. E Garibaldi, segundo tudo induz a crer, não dispunha de apontamentos, muito menos consultaria obras alheias para localizar exatamente suas reminiscências. Chega a ser admirável que, em tais circunstâncias, apresentem as Memórias tantos e tão notáveis elementos de informação relativamente á República Rio-grandense.*

\*

*Mas nos não temos razão de espantar-nos com a não ciência dos estrangeiros a respeito do que é nosso, quando até há pouco escritores brasileiros viviam ainda em perfeita ignorância a respeito de Ana de Jesus Ribeiro, que foi depois na vida e é na glória Anita Garibaldi. O herói sempre guardou compreensível sigilo sobre o estado civil da giovine que os seus óculos de alcance descobriram numa praia da Laguna. e que se tornaria depois la compagna della mia vita, – escreve nas Memórias – la donna it di cui coraggio io mi sono desiderata tante volte. Há na sua obra, a respeito de Anita, frases ambíguas apenas: Se vi fu colpa, io l’ebbi intieral E... vi fu colpa. Si! Si rannoderavano due cuori con amore immenso, e s’infrangeva l’esistenza d’un innocente! Palavras vagas, mas já bastante significativas para deixar estabelecido que o romance da Laguna fizera a irremediável desgraça de alguém. Durante muitos anos se discutiu quem pudesse ser o innocente. O próprio Alexandre Dumas conta, numa nota do seu livro, que interpelara Garibaldi a respeito da obscuridade do seu ditado.*

*– Lê isso. Encontro at uma grande lacuna.*

*Leu Garibaldi, e depois de pequeno silêncio, respondeu:*

*– E necessário que isso fique como está.*

*Dois dias depois, Dumas – e ainda ele que mo afirma – recebeu um manuscrito intitulado Anita Garibaldi. Mas nunca veio a público o que nele se continha.*

*Eu me lembro de haver lido, nos meus tempos de menino, uma historia de brilhante autor brasileiro, catarinense ademais, na qual se apresentava Anita como solteira e Garibaldi obstinado em vencer a resistência paterna contra o seu casamento com a donzela. Só recentemente foi a história dessa mulher excepcional reconstituída nos seus aspectos essenciais. Deve-se o meritório serviço ao almirante Henrique Boiteux, cujos dois livros Anita Garibaldi e A República Catarinense, preciosos repositórios de dados históricos, acompanhei com o necessário cuidado na elaboração deste trabalho. É de justice pôr em destaque o trabalho de Henrique Boiteux, porque sobre ele – diz com razão o citado autor – têm sido calcados todos os demais posteriormente aparecidos entre nós.*

\*

*Se pobres as letras garibaldinas com referenda ao Rio Grande, mais bem aquinhoadas não se apresentam as rio-grandenses com respeito a Garibaldi. Repete-se, em geral, muito perfunctoriamente, o que as Memórias consignam, sem tomar em conta suas lacunas, mais do que evidentes. Certas passagens delas, porém, são lapidares. Nenhum historiador consciencioso tratará da tomada e da retomada da Laguna, da frustrada batalha do Taquari, do assalto a S. José do Norte sem basear-se, em algumas partes, nos depoimentos de Garibaldi. Suas páginas sobre o encontro do Taquari não podem ser lidas sem uma emoção igual a que sentiu o próprio herói naquele dia, em que presenciou “o mais belo, o mais magnífico espetáculo” de toda a sua vida.*

*Alfredo Varela me parece, entre os nossos historiógrafos, aquele que mais conscienciosamente se ocupou de Garibaldi na revolução rio-grandense. Ele me serve de guia em mais de um capítulo deste livro. Mas na obra monumental de Varela, como é natural,*

*a figura do estrangeiro aparece fragmentada através do curso dos acontecimentos historiados. Há, depois, os que exageram até ao inverossímil, em delirantes laudationes, a significação de Zambeccari, de Rossetti, de Garibaldi no grande drama: e há os que lhes negam quase tudo.*

*Mas a polémica, no caso, não tem razão de ser. Estamos em presença de fatos. Não os exageremos: a desfiguração do exagero é contraproducente. Mas não os neguemos também: a negação da evidência é ridícula. O que, em verdade, mal se compreende é que, ligada ao Rio Grande uma figura como a de Garibaldi, até hoje não tenha sido escrita a história dessa fase da sua existência, precisamente a mais bela, a mais romântica a mais humana, aquela que serviu de preparação a sua trajetória política no Velho Mundo e ao fulgor imortal da sua glória.*

\*

*Eis o que eu pretendo, modestamente, com este livro: dar exatas proporções de realidade à figura do herói, situá-lo com a possível exatidão no meio rio-grandense, interpretar-lhe a ação durante os cinco anos em que combateu, sem descanso, ao lado dos nossos. Neste trabalho de reconstrução valho-me a cada passo das Memórias. Cito autenticamente, na própria língua Italiana, as passagens ilustrativas do seu texto por forma a que o leitor, mesmo se ignorante daquele idioma, compreenda pela situação de em torno o pensamento e a ação do personagem central.*

*Escrever este trecho da biografia de Garibaldi foi um dos meus intensos prazeres espirituais. Lembro-me, a propósito, desta confissão de Axel Munthe: Ce fut même un plaisir pour moi d'écrire ce livre, je ne m'étonne plus que tant de gens se mettent à écrire de nos jours. Escrevi este livro para, fugindo ao mundo dos meus dias,*



*encontrar, nos que já foram, a verdadeira fisionomia moral do Rio Grande. E agora que a tarefa toca ao fim, só tenho a lamentar que ela me ocupasse apenas pelo espaço de três a quatro meses, e que eu haja, dentro em pouco, de baixar da montanha sagrada para a planície cotidiana da vida.*

## PRIMEIRA PARTE

.....

## *Capítulo 1*

### AS ORIGENS

**P**ELAS ALTURAS DE 1780, o tronco principal dos Garibaldis, velha e honesta família de capitães do mar e armadores que até então vivera em Chiavari, resolveu fixar-se em Nizza Marítima. Chamava-se Angelo o chefe do pequeno *clan* que saía do vilarejo natal em busca de um ambiente melhor. Homem de hábitos simples, robusto de físico, de alma saudável. Um perfeito, um autêntico homem do mar.

Em Nizza, decorria a vida dos Garibaldis num ritmo sensivelmente igual ao de Chiavari. Os trabalhos do mar traziam Angelo afastado de casa por semanas consecutivas. Navegava ao longo do litoral da Ligúria, e uma que outra vez se aventurava em viagens mais distantes. Ia envelhecendo assim no ofício de marinheiro, duro, penoso ofício que não dava para enriquecer.

Um dos filhos, Domenico de nome, apenas chegado à adolescência, foi colocado a bordo de uma tartana para iniciar-se também nos misteres marítimos. Era preciso que não se interrompesse a tradição da família e a profissão não se aprendia nas escolas mas a bordo. Por certo, quem tivesse a preocupação de atirar-se a largas viagens, atravessar o Mare

Nostrum, o Atlântico, atingir costas da América, países da Índia, precisava de variados conhecimentos. Não se obtinha com facilidade uma carta de capitão de longo curso. Mas esse não era o caso dos Garibaldis, modestos navegadores costeiros, satisfeitos de se arrastarem pelos pequenos portos do Tirreno.

Saído da escola nas primeiras letras, não teve mais o jovem Domenico estudos de nenhuma espécie. Fez-se homem no mar. Laborioso, inteiramente votado às ocupações, marinheiro mais diligente não se conhecia na matrícula de Nizza. Faria carreira o filho de Angelo, não havia duvidar. Quando já ganhava o suficiente para viver por si, casou-se com uma rapariga em quem se fixara desde a meninice quase, Rosa Raimondi, de respeitável família da Savoia.

“Padron Domenico”, como o chamavam no porto, não se dava descansos. Morto o pai, tratou de aumentar o pequeno patrimônio que herdada – algumas galeotas e chalupas – e de honrar a tradição dos seus maiores. Lamentava, isto sim, não possuir melhores conhecimentos de náutica, que lhe permitissem desdobrar suas atividades. Os portos de Ligúria, esses ele os conhecia de olhos fechados. A bordo da *Santa Reparata*, a velha e infatigável tartana, estava seguro como em sua própria casa, onde a companheira dividia escrupulosamente o tempo entre as obrigações da família e dos deveres da piedade cristã.

“Signora Rosa” não era menos popular em Nizza do que “padron Domenico”. Todos lhe queriam bem pelo seu espírito caritativo, pela sua capacidade, na verdade excepcional, se simpatizar com as afeições alheias. Onde quer que houvesse um luto, uma tristeza, uma preocupação mais viva, lá estava ela pronta a consolar, a ajudar, a descobrir algum remédio à situação. E não se descuidava dos que afazeres domésticos. Dava gosto ver como trazia irrepreensivelmente arranjada a pequena casa do Quai Lunel onde lhe foram nascendo os filhos, três varões, Angelo, Giuseppe Maria, Felice, e uma menina, que morreu queimada num acidente.

O primogênito, que em sinal dessa responsabilidade trazia o nome do avô, fez-se marinheiro de muita perícia e granjeou reputação entre os armadores da Ligúria. Era o tipo do homem normal, mediano de inteligência, exato no cumprimento dos deveres. Ambicioso à sua maneira soube fazer valer a regular instrução que Domenico se afanara em propor-

cionar aos filhos. Não lhes coubesse sorte igual à sua, obrigado a aprender o pouco que sabia a bordo dos navios! Angelo, cansado da vida no mar, obteve, mais tarde, colocação de cônsul da Sardenha nos Estados Unidos. Felice deixou em Nizza rumorosa reputação de galanteria, simpático, insinuante, temível caçador de corações femininos. Dedicou-se ao comércio. Não tinha vocação, dizia, para andanças de marinheiro. Foi durante muitos anos agente de uma casa comercial em Bari. Fora das suas fraquezas donjuanescas, excelente homem, caráter de lei.

\*

O segundo dos filhos, Giuseppe Maria, nasceu a 4 de julho de 1807, naquela mesma casa que dos fundos do porto Olímpio, na pitoresca irregularidade do velho cais, olhava para o mar. Era loiro e forte, ágil e risonho como um *Amor* de Ticiano. As aflições que dava à “signora Rosa” aquele menino, transbordante de vida, irrequieto, incrivelmente audacioso nas façanhas que engendrava! Só com grande custo conseguia tê-lo em casa por algumas horas. Vivia na praia, juntando conchas, brincando de soldado, inventando diabruras. Domenico pouca atenção podia dar aos filhos, preocupado sempre com as ásperas exigências da profissão. E “signora Rosa” confessava, desolada, que lhe faltavam energias para impor-se ao caráter rebelde do segundo dos seus filhos, o mais belo de todos, o mais saudável, aquele que mais lhe morava no coração e a quem maiores cuidados dispensava. Agastavam-na os encantos que *bambino* revelava pelas histórias de longes terras, de aventuras e piratas, que vagabundos do cais lhe contavam. Aquilo era uma perdição. Requereu para a educação do menino os auxílios do marido. Que poderia fazer Domenico? Não estava disposto a impor aos filhos que trabalhassem desde pequenos, tal como lhe sucedera a ele. Queria que frequentassem a escola com regularidade e tratassem de aprender enquanto fosse tempo. E que depois escolhessem o rumo que melhor lhes aprouvesse. Se para a instrução de Pepin fosse necessário contratar professores, não se arreceria de enfrentar o sacrifício. E na casinha do Quai Lunel entraram dois mestres, o padre Giaccone e um militar reformado o *signore* Arena. Se *padron* Garibaldi não mandou instruir os filhos em disciplinas indispensáveis a pessoas de medianas aspirações, se não lhes fez ilustrar o espírito no convívio dos clássicos, por descaso não foi

nem por incompreensão dos seus deveres, mas pelas naturais dificuldades do meio. Naqueles tempos pressagiadores de grandes acontecimentos políticos, mais preocupados se mostravam os professores em inculcar axiomas de civismo no ânimo da juventude e de formar cidadãos capazes de prestar serviços ao seu devastado país, do que em cultivar-lhes a inteligência com regras e postulados que não encontrassem aplicação imediata em mistérios considerados úteis às classes populares.



*Fotografia da casa natal de Garibaldi (assinalada) em Nice, depois incorporada ao território francês. Reproduzida de Garibaldi L'Album Fotografico de W. Settimelli, Florença, 1982. p. 14 (detalhe).*

Tinha consciência o rude Domenico de estar cumprindo escrupulosamente os deveres de pai. Opôs-se com decidida energia a que o filho corresse, fora de tempo, os mesmos riscos a que ele próprio estivera exposto desde os dias da primeira infância: não lhe concedeu antes dos quinze anos a ambicionada permissão de iniciar-se como aprendiz de marinheiro. Esta será, mais tarde, a única restrição que Garibaldi encontrará de formular com referência aos poucos métodos de vida que o pai lhe impusera. Quando menino, irritava-o simplesmente a monotonia das lições dos professores caseiros. Nas horas reflexivas das *Memórias*, sustentará que péssimo sistema lhe parecia obrigar-se a estudar em terra os jovens destinados à vida do mar; pois o que lhes convinha era que fizessem seus estudos a bordo, do mesmo passo que se iniciassem nas práticas da navegação.

De Rosa Raimondi, afirmará com ênfase que poderia ter servido de modelo a todas as mães. “Não deverei ao seu amor”, pergunta, “ao an-gélico do seu caráter, o pouco do bem que se reflete no meu?” A lembrança do pai a por ele evocada sempre com gratidão: mas “*della buona genitrice*” fala em todas as situações com entusiasmo, com arrebatamentos de vivís-sima emoção. “*Mia madre, lo dichiaro con orgoglio, mia madre era il modello delle madri, e credo con questo avere detto tutto.*” Confessará a aflição que o dominava por não haver podido fazer mais felizes os seus últimos dias, pois sabe quanto lhe amargurou a existência com a aventureira carreira a que as rebeldias do temperamento impeliram. Se bem não fosse supersti-cioso, escrevera nas *Memórias* que à imagem materna, genuflecta diante do Altíssimo, implorando pela vida do filho perdido em aventuras, deveu ele o haver saído ileso de tantas lutes com o mar, e do fogo em tão numerosos campos de batalha. “*Io credevo all’efficacia della preghiera!*”

Posto que os mestres-escolas do tempo não ensinassem demasia-do, ainda assim o turbulento filho de Domenico, mais amigo dos diverti-mentos que do estudo, não se mostrava disposto a aprender tudo quanto lhe poderiam ter propiciado. Lamentará, depois, não haver aproveitado convenientemente os ensinamentos de inglês que o padre Giaccone se esfor-çava por transmitir-lhe. Com mestre Arena aprendeu caligrafia, italiano, matemática, história romana.

Sua infância e os primeiros anos de juventude revelam um ca-ráter rebelde e ao mesmo tempo extremamente bondoso, uma natureza

inclinada a todas as aventuras e capaz de gestos da maior abnegação. Que a sua vida se destinasse ao mar era questão no seu espírito juvenil posta fora de dúvida pelo próprio ambiente em que vivia. Horas a fio acompanhava, perdido em cismas, as velas que entravam e saíam do porto. Um dia ele também, liberto já das canseiras da escola, haveria de largar do velho cais, e, dobrado o cabo extremo da baía, fazer-se ao mar em busca de terras desconhecidas, onde houvesse prisioneiros para libertar e injustiças a corrigir. A atração do perigo e o horror dos deveres regrados fizeram com que o fosse, aos poucos, possuindo a ideia da evasão imediata: desertar a casa paterna, fugir para Gênova, para longe da monotonia cotidiana, do prosaísmo das regras fixas...

Dando largas ao seu anseio de evasão, antes mesmo de entrado na adolescência, Garibaldi se revela um romântico precoce, que sente a imperiosa necessidade de buscar distâncias, de fugir aos meios físicos que o constroem, para encontrar novos ambientes morais. Amadurecido o louco projeto, comunica-o a alguns companheiros de escola, meninos da sua idade, que não têm argumentos com que opor-se às fascinantes sugestões da sua vontade dominadora. O plano é delineado com decisão e presteza. Para executá-lo, levam os pequenos fugitivos a bordo de um velho barco abandonado alguns víveres e utensílios de pesca, e fazem-se de vela rumo ao Levante. Já iam pelas alturas de Mônaco, quando os alcançou e os reconduziu a Nizza o navio enviado pelo aflitíssimo Domenico, avisado da aventura por um clérigo.

Rebelde às obrigações que lhe eram impostas, animava-o, por outro lado, desde a meninice, a convicção da sua utilidade em benefício alheio. Um dia, andando a caçar com um primo pelas ribanceiras do Varo, viu que uma lavadeira caía ao rio. Precipitou-se às águas e arrastou para a margem a mulher em perigo de vida.

\*

Afinal, completados os quinze anos, consegue a permissão de embarcar. Foi a bordo da *Costanza*, comandada por Andréa Pesante, de San Remo, – a seu juízo o melhor capitão de mar conhecido em toda a Itália – que sulcou pela primeira vez as águas do Mediterrâneo e as do mar Negro. Levou-o a viagem de iniciação a Odessa. Os seus olhos estavam cheios de



deslumbramento. “*Come eri bella, o Costanza!*” A indomável rebeldia que tanto o fustigava em terra desaparece com por encanto. Giuseppe é o mais atento e diligente marinheiro da equipagem. Tudo o interessa, nada lhe fatiga o espírito. Sabe que o seu destino começa a cumprir-se. Cansado da faina, não procura ainda a solidão do catre. Como que recolhido em si mesmo, senta-se, tímido, a proa do navio, para embriagar os sentidos mal despertos com as melodias populares, as amorosas e plangentes melodias que os marinheiros da Ligúria cantam nas claras noites do Mediterrâneo.

Regressando de Odessa, embarca com o pai na velha tartana de sua propriedade, a *Santa Reparata*. A viagem foi a Roma. Acabrunha-o, na Cidade Eterna, a sorte da Itália, humilhada, dividida, escravizada. Compreende melhor do que nunca que será aquela cidade o eixo da regeneração italiana, e que sem ela não passará a Itália Unida de utopia vã. O seu misticismo patriótico se exalta. E dentro das desilusões do presente, sonha o seu jovem entendimento com a Roma do futuro, “*Roma, il simbolo dell’ unione d’Italia comunque sia*”.

Depois de algumas outras viagens feitas sob as vistas do pai, foi a Cagliari a bordo do brigue *Enéa*, do comando de Giuseppe Gervino. Quando voltavam a Gênova, presenciou o naufrágio de um barco catalão, ao entrar em Vado, para onde os atirava a tempestade desfeita. A cena lhe ficou gravada com perene “memento” da fragilidade do homem em contato com a fúria dos elementos.

Mais algumas travessias entre Nizza e as costas levantinas em navios dos armadores Gion, e sulca depois as águas do Atlântico. No *Coromandel*, navio de Giacomo Galleno, detém-se alguns dias em Gibraltar e segue para as Canárias. Recomeça em seguida as viagens ao Levante, até que, enfermo em Constantinopla, desembarca do *Cortese*, comando de Carlo Semeria. A guerra entre a Rússia e a Sublime Porta obriga-o a espaçar por meses a sua estada na cidade dos Dardanelos. Desprovido de recursos, longe da terra natal, a sua irradiante simpatia e a ductilidade de espírito o salvam das dificuldades. Apresentam-no a uma viúva italiana, que necessita de um professor de primeiras letras para os filhos. E aproveita os lazeres para estudar alguns rudimentos de grego e de latim.

Em Constantinopla toma, meses depois, o comando da *Nostra Signora delle Grazie*. Pela primeira vez, comandava. Viaja a Gibraltar. Re-

torna ao Bósforo. Os meses de Constantinopla lhe haviam aumentado o interesse pela política. Trata agora de informar-se do andamento das coisas na Itália. Devora avidamente livros e escritos que tratem dos problemas italianos, da expulsão dos austríacos, da unificação da pátria.

Fez outras travessias. Numa viagem ao mar Negro, travou conhecimento com alguns saint-simonistas franceses que emigravam para o Oriente, entre eles Barrault. Gente estranha, aquela! Com que ardor, com que convicção falavam da decadência das instituições políticas vigentes na Europa, e da próxima vitória dos ideais de igualdade social e de fraternidade entre os povos! Foi nessa viagem ao Oriente que um mundo, até então insuspeitado, se abriu à sua compreensão.

\*

Em todo o decurso de século XIX, nenhum dos grandes acontecimentos políticos que se desenrolaram na França repercutiu tão profunda e duradouramente sobre a Europa como a revolução de 1830. Ela significou, na esfera política, a confirmação dos princípios de liberdade desfraldados pela Grande Revolução e combatidos sistematicamente pela Santa Aliança, após a queda de Bonaparte. A dissolução das Câmaras, seguida logo depois pelas Ordenações Reais, que assinalavam o retrocesso franco ao absolutismo, golpe de surpresa com que Paris não esperava, dera ao mundo uma falsa impressão: a de que o povo francês houvera recebido com indiferença o atentado contra os seus direitos políticos. A capital, ruidosa e brilhante, parecia mostrar que apenas se apercebera do rude ultraje. A liberdade estava perdida – diziam os impressores que fechavam as oficinas em consequência da censura – “porque o governo decretara a tirania com todas as suas consequências”. Só Thiers e alguns poucos amigos têm a coragem, nos primeiros dias, de protestar contra a violação das liberdades públicas. Mas passada a fase da sideração, o povo recobra ânimo e dispõe-se a medir suas forças com as do rei armado de todos os poderes, e que fizera a França retrogradar, à força de decretos, para antes de 1789.

Em casa do banqueiro Laffitte, organiza-se a reação em torno do Duque de Orleans, filho de Filipe Egalité, jacobino antes dos vinte anos, professor em colégios da Alemanha, e que conhecera todas as vicissitudes e privações do exílio, errando pelas cidades da Suíça com o falso nome burguês

de Chabaud-Latour. Esse passado romântico de príncipe revolucionário cercava-o de enorme prestígio na admiração das massas populares. Ainda assim, a corrente avançada procura implantar a República, com La Fayette na presidência. Mas não há tempo a perder com prévias discussões de programas. Desencadeia-se o movimento, sem outro propósito imediato que não o de abater o absolutismo de Carlos X. Já iniciada a ação, faz-se necessário resolver quase instantaneamente sobre o rumo dos acontecimentos. O honesto, o democrático La Fayette, mais uma vez confirma a sua desambição. Sem dificuldade, impõe-se a solução intermédia: proclamar Luís Filipe sucessor de Carlos X. Entregando-lhe o programa da revolução vitoriosa, declara La Fayette ao novo rei da França: “Sabeis que sou republicano e que considero a Constituição dos Estados Unidos o que de mais perfeito existe para o governo dos povos. Mas ela não nos convém na atualidade. A França precisa de um trono popular, rodeado de instituições republicanas.” E Luís Filipe assume com o povo o compromisso de não se afastar das normas constitucionais. “La charte será désormais une vérité.”

Teve para a França a revolução de Julho o exato alcance de protesto da dignidade nacional, ofendida pelo golpe de Estado que um rei ambicioso desferira em seu próprio proveito, contra os direitos políticos dos cidadãos. O mundo europeu, admirando a súbita capacidade de reação dos franceses, encarou os acontecimentos de Paris através da dupla conquista que eles haviam permitido ao país: a afirmação da liberdade de consciência e a delegação condicional do poder. Para a compreensão da Europa, ansiosa de reformas políticas, a revolução de 1830 adquiria assim e desde logo uma significação bem mais ampla e profunda do que aquela que lhe atribuiria pouco depois o envelhecido Talleyrand, mais uma vez voltado ao poder e nomeado embaixador em Londres, onde se esforçava por apresentá-la como simples episódio dinástico: a substituição do irmão de Luís XVIII pelo duque de Orleans. A própria moderação na conduta de Luís Filipe nada poderia contra a convicção dos políticos liberais do Continente, que consideravam estabelecida pelo movimento vitorioso a definitiva conciliação das normas revolucionárias da *Encyclopédie* com os interesses conservadores da sociedade.

A Grande Revolução de 1789 não tivera apenas caráter político, mas também social. A vitória dos seus princípios especificamente políticos complicara-se, por isso, com a imposição dos seus postulados sociais:

e daí as resistências que as camadas conservadoras da sociedade europeia lhe opuseram. A revolução de 1830, ao contrário, procurava a linha média das transigências oportunas, alijava de si a pesada carga da renovação social, esforçando-se por implantar simplesmente a liberdade política, sem ferir os interesses conservadores. Assim se explicava a sua repercussão fulminante sobre o mundo europeu.

A luta começada com a queda de Napoleão entre os tronos restaurados de uma parte e os povos de outra, aqueles procurando renovar o princípio das monarquias pelo direito divino, estes acompanhando as ideias da Revolução Francesa: pretendendo aqueles arvorar-se em tutores permanentes dos princípios conservadores, estes visando subverter a ordem social existente, encontrava, por fim, na revolução burguesa de Paris, um campo neutro, um terreno de compensações. O princípio da não intervenção, fixado talvez com hábil escapatória de momento pelo governo de Luís Filipe para o fim de não se aliar aos povos decididos a imitar o exemplo francês, produziu ainda a salutar consequência de dar à ideia revolucionária um caráter nacional, que até então lhe faltara. Em todos os países do Continente, os liberais, depois de julho de 1830, só tinham ouvidos para os debates do Parlamento francês. Como deveria entender-se o princípio de não intervenção? Até onde poderiam os reformadores da Europa contar com o auxílio da França? Quando compreenderam ou pensaram ter compreendido que o governo de Paris se limitaria a favorecer discretamente as sublevações onde elas, a juízo dos povos soberanos, se tornassem imprescindíveis, mas não interviria ostensivamente nos conflitos nem permitiria que sem o seu protesto o fizessem as potências da Santa Aliança, os ideólogos a os homens de ação “entraram a golpear com a espada essa carta da Europa, que a espada tinha traçado em 1814”.

Em resultado das guerras subsequentes à Revolução Francesa, haviam as chancelarias e os congressos diplomáticos, desprezando o imperativo das raças, das línguas, das religiões, das tradições nacionais, dado ao mapa político da Europa contornos insustentáveis. Na Itália, retalhada, dividida, fragmentada, vegetavam palidamente alguns principados de terceira importância no concerto europeu. A Áustria ocupava o Tirol, parte da Lombardia, Veneza, a Dalmácia. Os Estados Pontifícios eram formados por dezoito legações, que compreendiam quarenta e quatro distritos e seis-

centos e vinte e seis comunas. Os reinos de Nápoles e da Sardenha, os ducados de Parma, de Módena, de Toscana, viviam em permanentes intrigas de chancelarias, buscando o alargamento das suas precaríssimas fronteiras.

Desde 1820 se haviam os carbonários espalhados por toda a península. Continuadores da maçonaria, fechada na Itália pelos dominadores franceses, a sua atividade multiforme e impenetrável era uma sombra cheia de ameaças contra aqueles governos retrógrados. Os carbonários buscavam os seus adeptos nas classes superiores da sociedade, na nobreza, nos meios universitários, no clero, no exército, na burguesia enriquecida. Depois das tentativas emancipadoras de 1821, recaía a península sob o jugo cada vez mais intolerável dos invasores e dos reacionários. Em 1823 restabelecera o papa Leão XII a jurisdição episcopal, encarregados os eclesiásticos de instruir e julgar os processos dos seculares, conferidas de novo ao Santo Ofício as suas prerrogativas, aumentados os privilégios de mão-morta, abolidos os tribunais de distrito. Anos depois, o papa renovava a excomunhão contra as sociedades secretas. Eram comuns os homicídios políticos. A tentativa contra a vida de Rivarola teve como consequência numerosas condenações à morte. Sem perguntar se os justicados eram ou não culposos, o povo exaltado via neles vítimas de prepotência apenas, e celebrava-lhes a memória como de mártires da liberdade.

No Piemonte, o rei Vítor Manuel havia abdicado em favor de seu irmão Carlos Félix, que se achava em Módena, e nomeara regente o príncipe de Carignan, o futuro Carlos Alberto. Repercutira penosamente a abdicação do rei devotado ao espírito nacional, em favor de um príncipe dominado pela casa de Habsburgo. “Com Vítor Manuel a pátria estava no rei.” Com Carlos Félix sucedia exatamente o contrario: os italianos foram entregues novamente ao jugo da Áustria. O príncipe de Carignan, assumindo a regência, proclamou, *ad referendum* do novo soberano, a Constituição de Espanha para o uso do reino, o que considerava, a justos títulos, vitória dos carbonários.

Carlos Félix, porém, não homologou a constituição: “Declaro que, emanando o nosso poder de Deus, só a Nós pertence escolher os meios que julgarmos mais convenientes para chegar a qualquer fim.” E impunha a submissão total dos seus “vassalos fiéis” como condição para voltar aos “seus Estados”. Era o regresso ao absolutismo franco. O príncipe

de Carignan teve de exilar-se, e foi como granadeiro, um dos vencedores do Trocadero, na campanha espanhola. Em 1831, pela morte do rei absolutista, subiu ao trono com o nome de Carlos Alberto.

Em consequência da revolução de 1830, começara a península a agitar-se de novo. Em Nápoles, em Genova, em Parma, nos Estados Pontifícios, no Piemonte, por todos os recantos, crepita a chama da sublevação. As sociedades secretas crescem assustadoramente em número e aumentam dia a dia de atividade, na incansável faina contra os múltiplos adversários da unidade italiana. Mazzini, apóstolo da República e da revolução contra todos os dominadores, torna-se a figura central do movimento. Outros, mais moderados, propugnam apenas a expulsão dos exércitos estrangeiros e o estabelecimento da liberdade política dentro das monarquias do velho Lácio.

Como facilmente se compreende, nenhum povo sofreu tanto como o italiano a influência da revolução de 1830. Bem mais complexo, porém, do que em outros países da Europa apresentava-se o problema da insurreição na povo italiano, com efeito, devia a um só tempo conquistar a liberdade e a independência: “a liberdade, como o exigia a civilização dos tempos e a sua própria; a independência, como o impunha o sufocado sentimento nacional”. Para implantar a liberdade, devia recorrer a reformas; para conquistar a independência, à guerra. Como obter a liberdade política, porém, antes de firmada a independência nacional? Logicamente, só depois de constituída a Nação no Estado, poderia pensar-se em conseguir-lhe a liberdade. Entretanto, o problema se apresentava bem mais complexo ainda. Os pequenos tronos sentiam-se necessariamente unidos, no comum empenho de expulsar o dominador estrangeiro acampado no setentrião, poderosíssimo não apenas pelas cidades que retinha em seu poder e pela sua inexpugnável situação transalpina, mas ainda porque protegia a ordem vigente e os interesses conservadores contra as tendências revolucionárias. Os conspiradores de Mazzini, porém, inimigos da Áustria, o eram também das vacilantes monarquias peninsulares. Carlos Alberto, aclamado com entusiasmo e confiança pelos patriotas, bem cedo os decepcionara com a sua conduta dúplice. Os reacionários piemonteses se haviam apoderado do seu espírito e o induziram a criar uma comissão criminal extraordinária em Turim para dirigir os inquéritos militares e presidir às execuções dos

denunciados por crime de sedição. Fuzilava-se pelas costas, em sinal de desonra, quantos fossem indigitados como adeptos da “Jovem Itália”.

O Pontificado Romano, por sua vez, principado temporal ligado pelos tratados de Viena ao sistema político da Santa Aliança, interessava-se em manter os Estados italianos divididos entre si e enfraquecidos, por forma a que nenhum deles pudesse enfrentá-lo, posto que da sua própria defesa se encarregariam as grandes potências asseguradoras do equilíbrio continental.

No meio desse emaranhado de tendências contraditórias e de interesses antagônicos, teria de encontrar o seu leito a revolução italiana.

\*

Depois do contato revelador com aqueles apóstolos da igualdade política e da fraternidade social, o espírito inquieto de Garibaldi já não lograva sossego. Uma imensa curiosidade o avassalava, todo ele era presa de uma permanente, invencível trepidação. Alcançava instintivamente que se fazia necessário trabalhar pelo levantamento do nível moral e cultural do povo, torná-lo amante da liberdade, cioso dos seus direitos. Como poderiam os governos pretender a melhoria dos seus países, quando outro recurso não conheciam para manter-se no poder senão o apelo à força das armas? Compreendia a exatidão do axioma que Barrault lhe comunicara: “Em política, o perseguir nada mais produz do que perseguir cada vez mais. Convém antes extinguir prudentemente os ódios do que comprimi-los e exacerbá-los.” Lamentava sua falta de preparação para penetrar nos fundamentos teóricos dos saint-simonistas. Mas não duvidava um instante sequer de que a razão estivesse com eles, quando sustentavam a indeclinável necessidade de incrementar o bem-estar da plebe, a diminuição do desemprego, o fomento da cultura, para que se pudesse conseguir o definitivo desaparecimento das três grandes causas de perturbações sociais: a miséria, a ociosidade e a ignorância. Quanto a isso, estava seguro: era da tirania dos governos que decorriam, em linha reta, aqueles flagelos. *“Odiatore della tirannide e della menzogna, col profondo convincimento: esser con esse lorigine principale dei mali e della corruzione del genera umano.”*

Em vez de um governo de força e de opressão, que maravilhoso sonho o de Saint-Simon, com o seu “Estado dos Sábios”, com as suas três

Câmaras – de Invenções, de Controles e Executiva composta essa pelos industriais que teriam de guiar os destinos da humanidade segundo os princípios da mais alta sabedoria! Possivelmente não passaria tudo isso de uma utopia, conforme opinavam alguns dos companheiros, aos quais expunha, a sua maneira, as ideias que aprendera naquela viagem ao Oriente. Que importava, porém, fossem inatingíveis esses ideais, se eles contribuíam pela força moral que as animava a pela beleza de que se revestiam, para melhorar, ainda que diminutamente, a sorte da humanidade?

A imaginação juvenil de Garibaldi ardia na impaciência de asenhorear-se dos mistérios que orientavam a evolução política dos povos. E a Itália? Seria possível que ela continuasse, para sempre, naquele estado a abatimento, de semi-inconsciência, a que estava reduzida por culpa de príncipes retrógrados e ineptos?

Quando voltou a Nizza, estava mudado. Em casa, só falava das doutrinas de Saint-Simon, da necessidade de derrubar os governos de opressão para instituir o regime da liberdade de pensar. “*Signora Rosa, la brava donna*”, ouvindo-o discorrer, meneava, desconsolada, a cabeça. E ao fim de um longo discurso do filho, entrecortado de apóstrofes flamejantes, exclamou, tomada de tristes apreensões:

– Esses horríveis saint-simonianos roubaram-me o filho.



.....

## *Capítulo II*

A JOVEM ITÁLIA

**N**UMA DAS SUAS VIAGENS ao mar Negro aconteceu que Garibaldi ficasse retido alguns dias no porto de Taganrok. Estava o navio à espera de vento para sair do triste lugarejo, onde não havia melhor maneira de matar as horas do que sentar-se a um recanto da taverna a ler velhos jornais da Itália e da França.

Ao penetrar, certa noite, naquele recinto denso de fumo, percebeu que ao redor de uma das mesas conversavam alguns marinheiros e mercadores italianos. Abancou-se a um canto da sala, sem ideia de prestar atenção ao que eles pudessem estar discutindo. Pediu uma bebida e alguma folha para ler. Mas, com o vozeiro da mesa próxima, seria impossível concentrar-se na leitura. Dobrou o jornal para ver quem falava. Fixou-se num jovem alto, simpático. de fronte larga e olhos inteligentes, que discorria com viva animação. acompanhando as palavras de largos gestos, a boa maneira dos peninsulares. Parecia que estivesse numa praça, proferindo uma arenga, e que o seu auditório fosse uma verdadeira multidão. O argumento do discurso, a todo memento interrompido de apartes e perguntas, tratava da situação política da Itália, e quem estava com a palavra recordava-lhe os períodos de esplendor, sua contribuição na cultura

da Europa e nos progressos do mundo, colocando essa passada grandeza em linha de comparação com os dias da miséria atual. Mas não seria para proferir uma nênia desesperada que o jovem marinheiro se esforçava por prender a atenção dos ouvintes, senão para, fustigando os erros e as covardias do presente, animar-lhes as esperanças em dias melhores, quando a pátria voltasse de novo a ocupar no mapa político dos Estados o lugar que lhe competia. Vencida jazia ela, presa agora aos grilhões da escravidão: mas disposta, não duvidasse ninguém, a retomar a luta pela perdida liberdade do povo e pela dignidade da sua existência nacional, assim que as condições se mostrassem favoráveis à reação. E o orador passava, nesta altura, a afirmações mais positivas.

Uma extensa associação criada pela fé patriótica de um apóstolo da Ligúria com o nome de “Jovem Itália”, desligada já por completo dos símbolos caducos das velhas seitas, emancipada da superstição dos direitos divinos dos príncipes e acreditando apenas na ajuda de Deus e nos braços do povo, recolhia num feixe de vontades todos os crentes, aparelhando-os para a suprema batalha que já não vinha longe. Seu programa se resumia na expressão: “Unidade e República”. Sua divisa: “Deus e Povo; Pensamento e Ação”. Nessa sociedade não havia lugar para os displicentes nem para os tímidos. Dela só faziam parte os que se dispusessem realmente a lutar pela redenção da terra natal, dentro dos novos princípios políticos que Mazzini pregava nos seus panfletos e discursos. Os que estivessem animados de tais propósitos cometeriam verdadeiro crime não se inscrevendo entre os patriotas, de cujas lutas forçosamente haveria de emergir uma nova Itália, dignificada pelo idealismo dos seus filhos. Pois se todos se conformassem, a contragosto embora, com a vergonha do presente, como, por graça de que milagre esperar dias melhores para a península? Que ninguém se iludisse: os povos que não sabem, pela energia de seu caráter, conquistar a liberdade de pensar são indignos de possuí-la.

Teve Garibaldi a impressão de que a ele diretamente se dirigissem tais palavras. Essas, precisamente, as ideias que o vinham preocupando desde o seu contato com os saint-simonistas. Ficaria agora indiferente ao que se lhe dizia? Como, se há meses o devorava a inquietação pela sorte da Itália, se o seu espírito, em permanente agitação, procurava sem descanso ligar a sorte da pátria às novas ideias políticas da Europa? Ouvira já, vaga-

mente. falar na *Jovem Itália* e sabia que a orientava Mazzini, um agitador as mais das vezes expatriado. Mas nunca havia encontrado quem lhe pudesse retrazar um quadro exato daquele movimento. Agora, punha-lhe o acaso ao alcance a decifração dos mistérios que tanto o torturavam nas cismas solitárias das suas longas viagens pelos mares do Levante. Perderia tão favorável oportunidade de informar-se de tudo quanto ansiava saber?

Um ligeiro momento de hesitação ainda, e ei-lo de pé. Como que movido por misteriosa força, aproxima-se, rápido, do grupo já não sabendo como dominar a tempestade de sentimentos que o agitavam. Em vez de palavras, um gesto: aperta demoradamente, comovidamente contra o coração o jovem companheiro, cujos raciocínios lhe haviam fascinado a inteligência e cuja palavra, dirá nas *Memórias*, “*lo iniziò ai sublimi misteri della patria*”. Ali mesmo jura que dedicará sua vida à causa da Itália e dos povos oprimidos. E, momentos depois, já está integrado no grupo inquirindo, discorrendo, apostrofando.

Foi esse contato decisivo na vida de Garibaldi. Pela primeira vez, lhe dava alguém informações precisas e pormenorizadas das ideias que animavam os componentes da “Jovem Itália”, das conspirações que urdiam, dos malogros já sofridos, das lutas que esperavam desencadear de novo, das amarguras e privações que suportavam por amor da pátria unida e livre. Mais tarde anotará que por certo não experimentara Colombo, com o descobrimento da América, satisfação maior que a sua ao ter notícia dos que se ocupavam com a redenção da Itália. Superlativo na linguagem, amante dos tropos ingênuos e ribombantes, ele o seria menos por vocação literária do que por exigências do seu temperamento passional, sedento de emoções e aventuras.

Abrindo o coração às ideias de liberdade que lhe eram apresentadas agora de maneira comunicativa e sistemática, ele o fez sem quaisquer restrições de ordem sentimental ou prática. “*Mui tuffai corpo ed anima in quell’elemento che sentivo esser il mio da tanto tempo.*” Como verdadeiro romântico, a imaginação e a sensibilidade o impeliam a abandonar todas as solicitações egoísticas para correr os mesmos riscos que outros afrontavam por amor à pátria comum. E a imaginação incansável e ardente imergia-o num mundo de irrealidades magníficas, feitas de devotamentos sobre-humanos e de maravilhosas fantasias entretecidas de glórias. Naquelas horas,

Garibaldi não pensava em si: pensava na Itália e nos povos oprimidos que clamavam pela liberdade. Não ficou em caminho no ideal da redenção italiana. Fez-se discípulo integral de Mazzini. Queria, como ele, a Unificação e a República. Mas, liberal autêntico, tolerante e não exclusivista, a República não haveria de ser imposta pela força bruta para que não degenerasse, por sua vez, num sistema de opressão. “*Republicano quindi; essendo questo il sistema della gente onesta, sistema normale e voluto dai piú, e per conseguenza non imposto colla violenza e coll’impostura*”. O sonho humanitário que lhe encheu a existência inteira estaria impregnado sempre de um horror superlativo a tudo quanto fosse tirania, opressão e mentira.

Depois do encontro de Taganrok tinha a “Jovem Itália” mais um adepto, disposto a todas as exigências da ação imediata.

Chegado ao termo da viagem, Garibaldi abandona o navio e alista-se entre os conspiradores. Um patriota com quem travara relações de intimidade, Covi, apresenta-o ao chefe da seita. Nas *Memórias* de Mazzini, encontra-se uma rápida referência a esse primeiro encontro com o novo conspirador: “Desde esse dia datam as minhas relações com Garibaldi, que tinha na associação o nome de Borel”.

No Piemonte, havia sido sufocado um movimento contra o reacionarismo, entrado então em pleno desenvolvimento, de Carlos Alberto, que ordenava em consequência da sua fácil vitória os fuzilamentos de Chambery, Alessandria e Gênova. Mazzini, em Marselha, clama na *Jovem Itália*: “Italianos, é tempo de nos unirmos, se queremos ser dignos do nosso nome; e de derrarmos o nosso sangue, juntando-o com o dos mártires piemonteses.”

Para melhor servir a causa revolucionária, entra Garibaldi a serviço do Estado, como marinheiro de primeira classe da fragata *Euridice*. É Cleombroto o seu apelido na regia marinha do Piemonte, Cleombroto, irmão de Leônidas, o herói das Termópilas.

\*

Obrigado pelas autoridades francesas a sair de Marselha, dirigira-se Mazzini a Gênova, onde tratava de ultimar os preparativos de uma nova invasão do Piemonte. Ansiavam os patriotas por sair da inação, mas faltava-lhes um chefe militar. Propuseram a Mazzini o nome de Girolamo Roma-

nino, que granjeara fama na revolução da Polônia, onde se batera como voluntário nas tropas de Kosziusko. O mentor civil da revolução hesitou. Não tinha confiança na capacidade de Romarino, homem vaidoso e de atitudes sempre vacilantes. Mas não havia, na ocasião, outro nome com credenciais bastantes para o comando dos revolucionários. Conformou-se Mazzini, e Romarino, chamado a Gênova, foi investido na chefia do movimento.

Assentou-se que o Piemonte seria invadido simultaneamente por duas colunas, marchando uma pela Savoia e outra por Gênova. Sustentava Mazzini que a rapidez na execução do plano seria a condição exclusiva do seu êxito. Desde que as autoridades piemontesas, já alertadas tivessem tempo de exercer a espionagem entre os conspiradores, poderia considerar-se prejudicada a revolução.

Corria o mês de setembro quando os dois chefes assentaram, em Gênova, os pormenores da ação. E Mazzini entendia que o mais tardar até fins de outubro deveria produzir-se a invasão. Romarino, porém, preso sempre a considerações de estratégia e de tática, pensava que não devesse tomar outra resolução antes de organizadas militarmente as colunas. Deram-lhe quarenta mil francos para as primeiras despesas. Os meses foram passando. Chegou-se ao fim do ano, e a expedição não estava pronta. Mazzini, já adoentado, vivia horas de indizível aflição. Afinal, a reiteradas instâncias suas, nos últimos dias de janeiro apresentou-se em Gênova o chefe das tropas invasoras, acompanhado de dois generais e um ajudante de campo. Não foi cordial a entrevista entre os responsáveis pela conspiração. Teria Romarino todas as qualidades de militar, mas faltava-lhe a capacidade de inspirar confiança e suscitar entusiasmos. Um ar saturado de maus agouros envolvia aqueles homens, nas vésperas da grande partida que iam jogar.

Propôs Mazzini que a invasão se fizesse por São Julião, onde estavam reunidos numerosos patriotas da Savoia e republicanos franceses simpatizantes da causa italiana. Ocupado o lugar militarmente, lá se daria o grito de rebelião. Foi o alvitre aceito pela chefia militar.

As duas colunas pôr-se-iam em marcha no mesmo dia, partindo uma de Caronge, outra de Nyon. Esta, atravessado o lago, deveria reunir-se à primeira na estrada de São Julião. O plano, tal como recebera Mazzini, já se tornara público e notório em Gênova, na França, no Piemonte, em toda a Europa. As autoridades genovesas, não querendo indispor-se com

o governo de Turim, pretenderam obstar a marcha da coluna de Caronge, comandada pelo próprio Romarino. Produziram-se, em consequência, arruaças populares e o governo de Gênova, temendo maiores distúrbios, resolveu fechar os olhos aos acontecimentos e deixou que a força revolucionária se pusesse em marcha.

A expedição de Nyon, chefiada por Grabowsky, foi menos afortunada. Quando os dois barcos conduzindo soldados e armamentos já iam em meio do lago, alcançou-os um vapor francês, que os obrigou a retroceder. As armas foram apreendidas, e aprisionados os voluntários daquela revolução, dirigida contra o governo de um país vizinho e amigo. Luís Ripe, o instigador das reivindicações liberais contra os governos despóticos, fazia causa comum com os reacionários italianos.

Romarino, do outro lado do Léman, continuava à espera de Grabowsky. Em vez de marchar resolutamente sobre São Julião continuava a costear o lago, sem saber que rumo tomar. Não poderia o inverno ser mais inclemente. As estradas estavam quase intransitáveis. A coluna revolucionária, composta quase toda de jovens voluntários italianos, arrastava-se, fatigada, abatida, decepcionada, por aqueles caminhos mais que deploráveis. Recebia-os por toda parte a indiferença das populações bestificadas e receosas de se comprometerem. Daquela gente, o máximo que se poderia esperar seria alguma curiosidade, nunca demonstrações de militante simpatia pela causa da liberdade. A bandeira italiana atravessava as aldeias indiferentes ou atemorizadas, sem que uma única voz ousasse demonstrar qualquer entusiasmo pela insígnia sagrada da pátria. Os padecimentos de Mazzini agravavam-se dia a dia. Cabisbaixo, humilhado, abatido pela moléstia, trotava, espingarda a tiracolo, na retaguarda da coluna. A custo dominava sua crescente irritação contra as inépcias do chefe militar que nem lhe comunicava quais as suas intenções naquelas estúpidas marchas, de aldeia a aldeia, com a tropa a tiritar de frio.

Em Carra, deteve-se a coluna para passar a noite. Mazzini e Romarino ocupavam o mesmo quarto na estalagem a que se abrigara o estado-maior. O mal-estar entre os dois homens não podia ser mais intenso. Envolto no seu manto de campanha, Romarino parecia perdido em graves preocupações. Não falava. Mazzini, medindo-o de alto a baixo com o olhar sombrio fazia o possível por obter dele alguma indicação sobre os seus objetivos próximos.

– Não é seguindo por este caminho, disse-lhe com a voz tornada mais viva pela febre, não é seguindo por este caminho que encontraremos o inimigo. Custe o que custar, devemos ir ao seu encontro, ainda que seja para sofrermos completa derrota. Se a vitória é impossível, mostremos ao menos à Itália que sabemos morrer por ela!

– Não faltará ocasião, respondeu-lhe Romarino, para afrontar perigos inúteis. Mas considero verdadeiro crime expor sem proveito a flor da mocidade italiana.

Ao que retrucou Mazzini:

– Não se esqueça, general, de que não há religião sem mártires. Fundemos a nossa à custa do nosso sangue.

Antes que Romarino tivesse tempo de responder, ouviu-se, súbito e intenso, o crepitar da fuzilaria. De um salto, Romarino pos-se de pé, e Mazzini, ardendo em febre, tomou da carabina para atirar-se à luta, tão ardentemente desejada. A vista se lhe obscurecia, os passos vacilavam. Procurou as últimas energias para enfrentar o inimigo, que supunha na imediata vizinhança. Deu alguns passos. Já não via o companheiro. Parecia que o chão lhe fugia aos pés. Indizível aflição a daqueles minutos eternos! Chegado aos extremos do depauperamento físico agravado pelos sofrimentos morais dos últimos meses, Mazzini tomba ao solo como morto.

Quando voltou a si estava na Suíça, para onde o haviam conduzido, com grandes dificuldades, os amigos. A fuzilaria de Carra não passara de rebate falso.

Depois desse episódio, Romarino recusou-se terminantemente a levar a efeito a invasão. O plano estava mais do que descoberto, as autoridades sardas haviam tomado todas as providências para bater os invasores. E ali mesmo ordenou a retirada.

Nesse entremeio, todavia, uma pequena coluna de cem homens, da qual participavam numerosos republicanos franceses, invadia a Savoia por Grenoble. Prevenidas pelo prefeito francês, as autoridades sardas atacaram os invasores, dispersando-os num combate que durou menos de hora. Tomaram os soldados do Piemonte prisioneiros dois voluntários, dois mártires mais que pagaram com a vida o crime de sonharem com a Itália dignificada e livre.

E assim terminou a triste e inglória aventura da invasão do Piemonte pelas tropas de Romarino.

\*

Garibaldi, recém-entrado nos quadros da “Jovem Itália”, já tivera o seu papel nessa conspiração. Devia agir entre os marinheiros do Estado, tratando de captar-lhes as simpatias para o movimento. Servia então a bordo da fragata *De Geneys*. Se a revolução lograsse bom início, ele se apossaria do barco, a fim de pô-lo a serviço dos insurgentes. Essa missão, porém, lhe parecera por demais secundária. Ouvira dizer que também em Gênova estalaria um movimento. Tratou de informar-se e decidiu tomar parte na ação. Deixou a alguns companheiros o encargo de se apoderarem do navio, como lhes havia sido ordenado, e foi a terra a fim de auxiliar o assalto ao quartel dos gendarmes. A sua saída de bordo era já um ato de indisciplina. Mas, conspirador, ele não conheceria limites de prudência. Tomou um batel e saltou na alfândega, De lá encaminhou-se à praça Sarzana, onde estava localizado o quartel a ser investido pelos insurgentes. Na praça, tudo mais tranquilo mesmo que de costume. Esperou quase uma hora pelo sinal convencionado para o início da rebelião. Nada. Olhava, inquieto, para todas as desembocaduras de ruas a ver se encontrava algum dos conjurados, seus conhecidos. Ninguém. Afinal, uma pessoa se aproxima dele para segredar-lhe rapidamente que o plano malograra. As autoridades estavam ao par da conspiração e haviam tomado todas as providências para frustrá-la. Que Garibaldi tratasse de fugir, pois não tardariam as prisões.

Voltar para bordo, impossível. Já ali teriam dado pela sua falta. Ademais, que faria ele ainda no serviço da marinha piemontesa, se nela se engajara com o fito único de auxiliar a revolução? Absorvia-se ainda nessas cogitações, quando divisou um contingente que se aproximava para guarnecer a praça. Dentro de alguns instantes, as ruas estariam militarmente ocupadas. Não havia tempo a perder. Sem mais pensar entrou na casa de uma vendedora de frutas, que sabia simpática à insurreição. Escondeu-o a boa mulher nos quartos interiores do estabelecimento. No dia seguinte, conseguiu-lhe um fato de camponês. E ao cair da noite, caminhando com ares despreocupados coma se estivesse a passear, Garibaldi saiu de Gênova pela porta da Lanterna. As *Memórias* consignam a data da fuga: 5 de feve-



reio de 1834. E o revolucionário mal sucedido anota laconicamente: “*Qui comincia la mia vita pubblica.*”

\*

Assim que atingiu os aforas da cidade embrenhou-se por atalhos e desvãos, rumo das montanhas. Por fugir aos caminhos policiados, viu-se na contingência, várias vezes, de saltar muros de jardins e cercados de lavouras. Fazia-o sem dificuldade afeito como estava aos ásperos trabalhos de bordo. Ao cabo de uma hora, tinha deixado para traz a sebe da última propriedade agrícola. Toma o caminho, então, de Cassiopeia, ganha as montanhas em Sestri Ponente. Anda de preferência durante a noite, receoso sempre de algum encontro inoportuno. Come e dorme nas hospedarias fora de mão, em choupanas de agricultores e, se necessário, num esconderijo das florestas. Ao fim do décimo dia de marcha logra chegar a Nizza, onde vai direito à casa de uma tia. Descansa aí algumas horas, abraça e tranquiliza a mãe e põe-se de novo a andar. Acompanham-no até o Varo dois amigos de infância. Giuseppe Jaun e Angelo Gustafini. O rio transbordava. Abraça os companheiros e atira-se resolutamente a água, que atravessa em alguns minutos de nado. Da outra margem torna a dizer adeus aos amigos, que dentro em pouco voltariam à cidade. Quando reiteradamente se despede deles, é na verdade da primeira fase da sua vida que ele se despede. Começava o exílio.

Confiadamente encaminhou-se em direção ao corpo de guardas da alfândega. Sentia certo orgulho, agora que se via no estrangeiro, em dizer-se prófugo político. Ouviram-no os guardas com toda a polidez: e ao cabo do relato, lhe deram voz de prisão. Iam comunicar-se com Paris a indagar o que se deveria fazer de quem com tanta espontaneidade se apresentava às autoridades. Conduziram-no primeiro a Grasse, depois a Draguignan. Aí deveria aguardar a resolução definitiva do governo. Disfarçava o seu desapontamento pelo que lhe sucedia, em consequência de haver confiado demais na liberalidade do governo democrático de Luís Filipe. E compreendendo que toda resistência só lhe poderia agravar a situação, pôs-se a espreita da primeira oportunidade para a fuga.

Em Draguignan, deram-lhe alojamento no primeiro andar do posto oficial. As janelas não tinham grades, e olhavam para um jardim.

Afetando ares de grande indiferença, aproximou-se de uma delas e mediu, num relance, a altura em que se encontrava. Quinze pés, no máximo. Para um bom marinheiro de Lígúria, um salto de quinze pés é coisa banal. Viu que os guardas não traziam armas de fogo. Sem mais hesitar, firmou as mãos no peitoral e deu o salto. Os guardas, atônitos, não se animaram a seguir-lhe o exemplo. Desceram precipitadamente a escada: Quando chegaram ao jardim, já o fugitivo havia desaparecido nas montanhas próximas.

Nunca andara por aquelas paragens, e nada lhe parecia menos indicado do que perguntar a quem quer que fosse pelo caminho de Marselha. Cauteloso agora, jurava a si mesmo não cometer novas imprudências. Um pouco ao acaso, um pouco fiado no sentido de orientação peculiar aos marinheiros, observando a marcha do sol e a posição das estrelas, ia avançando na direção que supunha a de Marselha.

À tarde do segundo dia chegou a uma aldeola. Estava com fome. Que perigo haveria em procurar a estalagem daquele lugarejo, onde ninguém podia suspeitar da sua qualidade de fugitivo da policia? Recebeu o casal de hospedeiros com muitas provas de agrado. Como fosse hora da ceia, o estalajadeiro o convidou a partilhar da refeição com ele e com a mulher. Boa a comida, o vinho generoso, agradável o fogo, os donos da casa comunicativos e simpáticos. Garibaldi sente de novo o prazer da vida. Um pouco e ele já não se lembra do propósito de não cometer imprudências. De resto, como seria possível não usar de franqueza com gente de tal maneira acolhedora e afável? Tão grande o seu bem-estar em companhia do casal, que mesmo sem querer, as confidências se impunham. Não se recordava de haver jamais comido com tamanho apetite, nem provado vinho mais suave.

Felicitou-o o estalajadeiro pela sua ótima disposição.

– Nada há nisso de extraordinário – respondeu-lhe Garibaldi. – Não como há dezoito horas. E é natural que me encontre satisfeito por ter escapado à morte no meu país e à prisão na França.

Ditas estas palavras, era conveniente que contasse tudo o mais: não fosse o hospedeiro suspeitá-lo algum delinquente vulgar, ladrão ou assassino, um reles vagabundo.

Ouviu-o o dono da estalagem com muita atenção. Depois, ficou-se mudo e pensativo.

– Que pensa? – perguntou-lhe Garibaldi.

– Penso que, depois da confissão que acaba de fazer-me, estou na obrigação de prendê-lo.

Exprimira-se o homem num tom indefinível, que tanto poderia ser jocoso como sério. Garibaldi, caído em si, resolveu tomar a declaração como pilhéria aparentemente pelo menos. Em todo caso, tratou de apressar-se para sair. Se o estalajadeiro tentasse embargar-lhe os passos, mostrar-lhe-ia a força dos seus punhos.

Mas antes que a ceia terminasse, começou o local a encher-se de clientes, moços do lugar que ali iam beber e encher o tempo. Já agora, a situação tomava outro cariz. Mais do que certo que, em caso de luta, teria o hospedeiro a seu favor toda aquela gente. Para fora de uma dezena de rapazes fortes e bem dispostos já estavam ali fumando, bebendo, jogando cartas. O estalajadeiro não voltara a falar-lhe no desagradável assunto, mas também não o perdia de vista. Seria pela intenção de prendê-lo, deveras, ou apenas por desconfiança de que ele não tivesse com que pagar a ceia? Como se ocupado na procura de um lenço, remexeu os bolsos das calças para que o homem ouvisse bem o tilintar dos escudos, garantia de que nada havia a temer quanto ao pagamento da despesa.

Enchera-se a sala por completo. Em alguns grupos discutiam-se assuntos políticos, e não havia duvidar de que o tom geral das palestras se mostrasse francamente favorável às tendências liberais. No meio da sala alguns jovens, mais alegres cantavam. A assistência, deleitada, batia palmas, quando um dos bebedores acabou de cantar. Garibaldi, pondo-se de pé e levantando o copo, exclamou:

– Agora canto eu!

E entoou com voz forte e bem timbrada uma canção, de Béranger – *Le Dieu des bonnes gens*:

“Il est un Dieu devant qui je m’incline,  
Pauvre et content, sans lui demander rien...  
Le verre en main, gaiment je me confie  
Au Dieu des bonnes gens”.

A popularidade dos versos, o calor com que eram vocalizados, o tocante apelo de fraternidade do estribilho arrebataram aquela gente sim-

ples, que não cessava de aplaudir e pedia que o estrangeiro repetisse algumas estrofes. E depois, de todos os recantos da sala de levantaram moços e velhos para abraçá-lo, comovidos e entusiasmados, aos gritos de “Viva a França!” e “Viva a Itália!”

Garibaldi estava seguro de haver ganho a partida. Ainda quando, ali mesmo, ele subisse a uma cadeira e gritasse a todos a sua situação de fugitivo político, ninguém ousaria tocar-lhe. Despreocupadamente, passou a noite a beber e a cantar. O estalajadeiro não falou mais em prendê-lo. O caso estava esquecido. Ao romper do dia, os seus novos amigos ofereceram-se para acompanhá-lo algumas milhas, a ensinar-lhe a estrada de Marselha. Daí por diante, as caminhadas foram fáceis.

Vinte dias depois de saído de Gênova, alcançava finalmente a sua primeira meta de proscrito. Em Marselha, no mesmo dia de chegada, teve a sensação de ler, pela primeira vez, o seu nome em letra de forma. Comprara o *Peuple Souverain*, jornal que o atraía pelo título, impresso em grossos caracteres. Numa das páginas de dentro, encontrou pormenorizada notícia dos recentes sucessos de Gênova, com a lista dos condenados à morte e à prisão. Entre os primeiros, figurava por extenso o seu nome: Garibaldi, Guisepe Maria. Chegado à morte, condenado à morte ignominiosa! E qual o seu crime? Amar com exaltação a terra em que nascera, humilhada por governos despóticos e arbitrários, sem apoio na alma popular, e invadida pelo usurpador estrangeiro. Por isto o condenavam à morte. Se ele fosse, como tantos outros, insensível às desgraças da pátria, se desse o seu assentimento à impostura e à traição praticadas contra o povo, por certo não estaria condenado à morte; seria, pelo contrário, apontado como vassalo modelar, e tudo na vida lhe correria à feição: prosperaria nos negócios, alvo das considerações dos governos e cercado pelo respeito dos seus concidadãos. Que grande farsa, que lamentável entremez a vida política da sua terra! Dava-lhe asco aquilo, e ânimo para redobrar nos esforços contra todos os governos que não haurissem o poder na confiança do povo.

Longas horas caminhou, absorto, pelas rumorosas ruas da cidade. A todo momento, lhe voltava o lúgubre estribilho: “Condenado à morte!” Ele, José Maria Garibaldi, estava condenado à morte ignominiosa pelas autoridades de Gênova!

Por fim, cansado de andar sem destino, começou a orientar-se. O sentido real da vida voltava a ter império sobre ele. Que lhe importava que o houvessem condenado à morte, se estava vivo e longe dos gendarmes do Piemonte e de Gênova? Mas, já conhecera de perto a precária hospitalidade das autoridades francesas. Bem possível mesmo que a polícia de Marselha tivesse notícia da sua fuga e estivesse vigilante para capturá-lo. Convinha, pois, que agisse com a máxima cautela. Procurou onde alojar-se, enquanto não estabelecesse contacto com outros emigrados. Deu no albergue o nome de Giuseppe Pane. No espaço de poucos meses, era o terceiro pseudônimo que usava.

Ao fim de poucos dias estava ambientado na cidade, onde encontrou diversos compatriotas, exilados como ele. Comentavam todos com azedume os últimos acontecimentos. Incrível a estupidez de Romarino! Mazzini, sabia-se, estava reposto do abalo e começava, na Suíça, a tecer os fios de uma nova conspiração. As notícias que vinham da Itália pareciam favoráveis, apesar de tudo, aos ideais revolucionários. Dizia-se que o revés longe de abater o ânimo dos patriotas, mais os aferrara na convicção de que o golpe definitivo já não pudesse tardar.

Os meses, entretanto, iam passando, e a esperada reação não se produzia. As dificuldades materiais dos exilados se faziam cada vez maiores. Nada mais ingrato que o mister de conspirador no estrangeiro. Os acontecimentos mais insignificantes ocorridos na pátria tomam jeito de coisas decisivas. Vive-se num mundo de quimeras. Mas é preciso trabalhar para garantir a subsistência. E Garibaldi, até que os acontecimentos tomem outro rumo, trata de voltar à profissão de marinheiro. É este um dos traços mais acentuados do seu caráter. Na ação política dá tudo de si, mas quando vê que o esforço é inútil, abandona a empresa e muda de atividade, à espera de horas mais propícias.

Graças aos esforços de um amigo, Giuseppe Paris, consegue afinal engajar-se no serviço da *Union*, navio mercante francês, comandante François Gazan. Retorna a portos do Mediterrâneo e do mar Negro. As ocupações marítimas levam-no de novo a Odessa. Uma noite, em Marselha, salva a vida a um francês, Joseph Rambaud, caído ao mar de bordo da *Union*. Anos antes, no porto de Syrna, salvara em condições semelhantes o seu companheiro de infância Claudio Terese.

Mas aquela rápida experiência revolucionária já o incompatibilizara com a vida de marinheiro mercante. Ele sente necessidade de emoções mais intensas. Logo que volta do mar Negro busca o serviço de Hussein, bei de Túnis, a bordo de uma fragata de guerra construída em Marselha. Mas não é aquele o meio conveniente em que possa empregar a sua atividade. Em que lhe hão de interessar as questões do bei de Túnis? Passados alguns meses regressa à França, a bordo de outro navio de guerra.

Em Marselha grassava então, de maneira espantosa, o cólera. Os serviços regulares da administração mostravam-se impotentes para enfrentar o flagelo. Organizaram-se ambulâncias de voluntários. Garibaldi apresentou-se a uma delas, e durante o tempo em que permaneceu na cidade assolada passou as noites cuidando de coléricos.

Do modo como se prenunciavam os acontecimentos políticos, não lhe parecia voltar à Itália tão cedo. Esperar pela anistia que lhe cancelasse a pena de morte seria propósito vão, destituído de senso comum. A organização de qualquer reação revolucionária imediata, impossível, por sua vez. Gastaria ele ingloriamente os anos da mocidade nessas monótonas viagens aos portos do Levante e do mar Negro, entregue àqueles trabalhos embrutecedores da marinha mercante? Pela segunda vez, sente a urgência de uma evasão completa. Quando menino, para fugir à mesmice acabrunhadora da escola de mestre Arena, a libertação lhe parecia estar em Gênova. Na sua irrequieta imaginação de criança, Gênova seria então o imprevisto. a aventura, a vida. Agora, onde encontraria ele o ambiente de liberdade, fora do qual a vida lhe parecia insuportável?

Lembrava-se de Cuneo. seu amigo e como ele também expatriado, que seguira para a América. Devia estar no Rio de Janeiro ou no Rio da Prata. Sabia que no Brasil haviam ido buscar fortuna outros exilados italianos. A ideia da América passou a fascinar-lhe o espírito. Era aquele o cenário indispensável à sua ânsia de viver. Nas lutas em que estavam empenhadas as inquietas repúblicas recém-formadas, encontraria, por certo, ocupação adequada aos seus sonhos de liberdade, alguma tarefa que correspondesse a seu invencível horror à opressão. Continuar na Europa não teria nenhuma finalidade prática. A Itália. subjugada pela tirania. Marselha, devastada pela peste. Os portos do Mediterrâneo, incríveis na estupidez das suas algaravias ininteligíveis. O ofício de navegante a serviço

do comércio parecia-lhe, agora que compreendera o sentido moral da sua vida, uma verdadeira degradação do espírito.

Impunha-se de novo a evasão, a evasão integral, de corpo e espírito. Mais uma vez o seu temperamento romântico lhe traçava o rumo a seguir. Com a mesma disposição de ânimo com que, menino ainda, pusera alguns víveres e utensílios de pesca num barquinho abandonado para fugir à casa paterna e à monotonia da escola, Garibaldi assentou de seguir para o Brasil. E engajou-se como imediato de uma fragata francesa, o *Nautonnier*, capitão Beauregard, de partida dentro de breves dias para o Rio de Janeiro.

.....

### *Capítulo III*

#### O NOVO MUNDO

**M**AIS QUE OS OUTROS TRIPULANTES não se cansa Garibaldi de contemplar a paisagem que vai surgindo das águas. O *Nautonnier* deixa a bombordo a ilha Rasa e a Redonda, a estibordo a ilha do Pai, rochas íngremes cobertas de profusa variedade de árvores e arbustos. Logo em seguida haveria de maravilhar-se o viajante com a estática visão do “Gigante de Pedra”, guia principal dos navegantes da época. A “fonte bourbônica” do gigante ali estava, e também o vasto peito, e logo adiante a curva das pernas ligeiramente alteada, e acolá, na extremidade, o pé que assinala a entrada da Guanabara. As baías de Constantinopla e de Nápoles, tudo quanto vira ao longo das costas da África e da Ásia lhe pareciam agora miniaturas pálidas, em cotejo com aquela natureza selvagem, ciclopicamente harmoniosa na audácia sem par das suas linhas. Ali, o Pão de Açúcar; mais ao sul o maciço da Gávea; e na linha de montanhas que foge da praia, o Corcovado, coroado de carapinha azul-escura. “Paisagem sem rival à face da Terra e em cuja formação parece ter a Natureza esgotado toda a sua energia.”

Passada a fortaleza de Santa Cruz, cujas salvas davam as autoridades do porto aviso do navio que entrava, divisa as praias e o casario de São Domingos e o porto de Niterói; do outro lado, o panorama da capital do



Império com a sua multidão de conventos e campanários: no meio e para o fundo da baía, ilhas ornadas de coqueiros; as margens do pequeno mediterrâneo, semeadas de plantações e pontilhadas de casas de campo, chácaras ensombradas e frescas; e encerrando o quadro todo, a gigantesca moldura das montanhas douradas pelo raios do sol. Pequenos barcos e canoas, tripulados por negros e mestiços seminus, vão e vêm em todas as direções, animando pitorescamente o cenário, no qual todos os contrastes parecem combinar-se para deslumbrar o navegante cansado da longa e penosa travessia.

Está Garibaldi como que subjugado e amesquinhado pela magnificência do espetáculo. Falta-lhe a capacidade para fixar as suas impressões do primeiro contato com a terra brasileira. Outro viajante, este paisagista exímio, Saint-Hilaire, não demonstrava embaraço menor quando perguntava a si mesmo quem poderia pintar as ilhas dessa baía, tão diferentes entre si, a multidão de angras que ornam seus contornos, as montanhas majestosas que a circundam, essa vegetação tão rica e variada que embeleza as suas margens. Naqueles instantes, lamenta Garibaldi não ser poeta. Não para sentir melhor a paisagem que o maravilha, mas para celebrá-la com os entusiasmos da sua palavra. Lembra-se de que amigos o haviam chamado poeta, algumas vezes, embora ele jamais compusesse, até então, nenhum trecho literário. Emprestando-lhe tal qualidade, referiam-se os amigos, por certo, às comuns expansões do seu temperamento vibrátil, em perfeita consonância sempre com as exaltadas manifestações da época. Pois era como romântico, autêntica expressão de 1830, que Garibaldi chegava ao Brasil.

Singrando vagarosamente as águas da baía, vai o *Nautonnier* ancorar no porto dos navios mercantes, fronteiro ao Largo do Paço e a pouca distância da Ilha das Cobras.

\*

O viajante europeu recebia da cidade de costumes e traços coloniais muito às pressas retocada para hospedar a família real, uma impressão de surpresa e atordoamento. No esplendor jamais entressonhado daquele quadro de fascinação inquietante e selvagem, perdia-se uma grande povoação de ruas irregulares e mal calçadas, praças despidas de árvores e ardendo à canícula, casas acanhadas e mal construídas acotovelando-se em caótica assimetria.

Essa tristeza arquitetônica chocava-se violentamente com a natureza, em perene, dionisíaco esplendor de festa. As habitações, em geral sem gosto, toscas repetições das casas de Lisboa, não correspondiam aos rigores do meio tropical. Ou esparramadas e baixas, ou oferecendo penosos contrastes entre a altura e a base, comunicavam aos olhos ainda não acostumados à sua falta de harmonia uma invencível sensação de mal-estar. Nas ruas principais, nas de maior movimento comercial – armazéns ou lojas nos pisos térreos, moradias do senhorio nos superiores – enfileiravam-se sobrados de um e dois andares. Eram esses edifícios o luxo da época, a exteriorização da prosperidade dos comerciantes. Engradamentos de madeira com gelosias abrindo para as ruas comunicavam-lhes o aspecto de grandes gaiolas.

O valor dos terrenos nos quarteirões centrais explicaria de certo modo tão acentuado desconforto nas habitações, preocupados os proprietários em construir o maior número de alojamentos no menor espaço possível. Mas havia a considerar ainda o grau de cultura dos povoadores lusitanos. Gente modesta, vinda na maioria diretamente de suas aldeolas para tentar fortuna no Novo Mundo, irrisório fora admitir houvesse ela podido edificar uma cidade que se recomendasse pela elegância e comodidade das habitações.

Contados os edifícios no perímetro urbano, que se distanciavam um pouco da vulgaridade geral, o Paço Imperial, os numerosos conventos – o de São Bento, o da Ajuda, o de Santo Antônio – a Alfândega, a Bolsa, o Bispado, a Cadeia, a Casa da Moeda, o Tesouro, o Arsenal de Guerra, encontravam a razão principal da sua importância nas funções a que serviam e quando muito, nos seus volumes, desproporcionados em relação a característica mesquinhez das construções. Como pontos de exceção real nesse conjunto podiam citar-se o elegante octógono da igreja da Glória, local, anos antes dos piedosos recolhimentos da Imperatriz Dona Amélia; o Teatro Nacional, o Palácio do Conde dos Arcos; sede então de uma das casas do Parlamento, a residência do conde do Rio Seco, defronte à força dos nobres, no Largo do Rocio. Entre as raras preciosidades arquitetônicas do tempo sobressaía, com à sua dupla fila de arcadas classicamente romanas o aqueduto que alimentava as fontes da cidade com as águas do rio Carioca, as quais, segundo Rocha Pita, “davam vozes suaves aos músicos e mimiosos carões às damas”.

Não compreendendo os arrabaldes da Lapa e do Catete e a Cidade Nova, que começava no Largo de Santana, teria o Rio de Janeiro pouco mais de uma milha quadrada de superfície. Nos arredores, em Botafogo sobretudo e também em Mata-Cavalos e Catumbi, as habitações amplas, cercadas de árvores e adequadas ao clima, ofereciam confortador contraste com a angustiada inadaptação das casas nos labirintos dos quarteirões urbanos. Nesses lugares afastados do burburinho do centro comercial e ainda em São Cristóvão, nas vizinhanças da Quinta da Boavista, residência habitual de D. João VI e de D. Pedro I, tinham moradia as famílias mais representativas, a fidalguia do primeiro reinado, os negociantes ricos, os estrangeiros, na sua maioria ingleses. Darwin, durante a sua demora no Rio de Janeiro, habitou uma pequena casa de campo na enseada de Botafogo e afirmava que impossível lhe parecia idear nada mais delicioso do que aquela vivenda em tão admirável localidade.

Podia o Rio de Janeiro vangloriar-se de ser uma das capitais com maior número de igrejas. A arquitetura religiosa não levava porém, vantagens à profana, se bem que o interior dos templos destoasse da monotonia das fachadas, quando não na pureza do gosto artístico, na grande riqueza, pelo menos, das ornamentações. Valiam as festas religiosas pela manifestação mais típica da sociedade da época. Quase diariamente procissões percorriam as ruas. Todas as quartas-feiras, à noitinha, saía do Bom Jesus a Via Sacra. A procissão, iluminada pela luz das lanternas e das tochas, levadas pelos membros de diversas irmandades, movia-se lenta, ao sussurro das preces recitadas pelos sacerdotes e repetidas pelos fiéis. Em numerosas esquinas havia nichos de santos, grandes crucifixos iluminados pelos moradores da vizinhança. – “Em cada cruz parava o acompanhamento, ajoelhavam-se todos e oravam durante muito tempo.”

As matronas e as donzelas pouco saíam à rua. A própria disposição das casas impunha a intimidade entre moradores vizinhos. Nas janelas e nas sacadas distraíam-se as moças mais do que em nenhuma reunião. Também os homens permaneciam ali horas consecutivas, fumando, observando os que passavam, e só deixariam as casas no correr do dia, quando obrigados por assuntos indispensáveis. À compreensão dos europeus parecia incrível as intrigas amorosas que se entreteciam de sacada a sacada ou das janelas para a rua. Depois nas procissões, nos adros das igrejas,

os idílios passavam dos olhares languídos para resoluções mais definidas. O velho costume português, reminiscência do século XVII, dos beliscões como demonstração de amor manteve-se por longo tempo, mais no Rio de Janeiro do que em qualquer outra cidade brasileira.

As cores vivas das moradias e dos vestuários, o movimento das ruas, as salvas de artilharia de hora, o bimbalar dos sinos, os gritos e os cantos dos negros, o vozerio dos mercadores atordoavam o recém-chegado. Para onde olhasse, encontraria sempre aspectos humanos nunca imaginados, típicas paisagens de alma tropical, trechos de vida inteiramente novas para a sua sensibilidade. Um dos cenários mais representativos era a Rua da Alfândega, pela qual se efetuavam quase todos os transportes da cidade. O incessante vaivém de comerciantes e caixeiros, a confusa agitação dos pretos seminus carregando pesados fardos e acompanhando o esforço físico com a sincopada harmonia das vozes graves e bem timbradas, todo esse burburinho formava um quadro intensamente característico e admirável de colorido local. Nas ruas da cidade habitadas por gente de mais baixa categoria, a música, a dança, os fogos de artifício davam a cada noite uma aparência de festa. O lugar de maior distinção, a Rua do Ouvidor, – a *rue Vivienne* do Rio de Janeiro – ressentia-se como nenhuma outra, então, do passageiro desequilíbrio consequente à volta de D. Pedro para o Reino.

O desembarque dos navios mercantes se fazia pelo Largo do Paço. À esquerda de quem vinha do mar, ficava o Palácio do imperador, antiga residência dos vice-reis, edifício acaçapado, de dois andares, retangular, pintado de branco. Ao fundo da praça, a fila das igrejas: a Metropolitana, a Capela Imperial, a do Carmo e a fachada do Convento dos Carmelitas. À destra havia uma sucessão de sobrados – casas de negócio, tavernas, agências de câmbio – o primeiro deles na esquina da Rua Direita, sobreposto a uma série de arcadas. Na linha do mar, comprida e baixa muralha com aberturas para a atracação de canoas e catraias. Em torno do chafariz, colocado primitivamente no centro da praça e repostado depois nas proximidades da amurada do cais, movimentava-se continuamente uma pequena multidão rumorosa e agitada, principalmente de escravos, ocupados nos transportes da água.

Ao avançar da tarde, pelas quatro horas, começava o largo a encher-se de gente de prol, desejosa de espairar e de encontrar-se com ami-

gos. Em menos de meia hora, todo o paredão do cais estava tomado. Nos grupos ruidosos que se iam fazendo e desfazendo, discutiam-se os assuntos da cidade, contavam-se mexericos e anedotas, brincava-se com as escravas vendedoras de refrescos e doces, vestidas de saias berrantes e alvas camisas enfeitadas de rendas, e ornadas de cordões dourados. Ao cair da noite outra já era a frequência do largo, onde se reuniam então os mercadores, que iam discutir os seus negócios, buscar contratos que se oferecessem. Apareciam também os capitães de navios, os agentes de câmbio e intermediários em todas as espécies de transações. Ao forasteiro não se oferecia lugar mais apropriado para ambientar-se ao Rio de Janeiro. Ali podia estar seguro de encontrar ocupações e estabelecer amizades.

Terminada a faina de bordo, Garibaldi rumava a terra. Necessitava o seu temperamento de renovados contatos humanos. Saltava no Largo do Paço e perdia-se no burburinho dos homens do mar, negociantes, moradores da cidade e estrangeiros, que se agitavam confusamente no terreiro do cais discutindo mercancias, regateando preços e fretes, discriminando itinerários de viagens. Tomava parte nos assuntos. Polido e comunicativo, logo se fez notado nas rodas a gente do seu mister.

Foi aí que encontrou Rossetti, que seria um dos seus melhores amigos. Nunca antes se haviam visto, mas parecia já fossem conhecidos de largos anos. *“Gli occhi nostri s’incontrarono e non sembró per la prima volta, com’era realmente. Ci sorridemmo reciprocamente, e fummo fratelli per la vita, per la vita inseparabili”*.

Rossetti apresentou o novo amigo aos emigrados italianos que viviam na cidade, entre eles Giovanni Battista Cuneo, a quem conhecera nas viagens do Mediterrâneo e para quem trazia cartas de Mazzini. Cuneo já estava aclimatado na nova residência, e habituado, ademais, aos meios do Rio da Prata, aonde o levavam contínuas viagens. Entrou em comércio de ideias também com Luigi Carniglia ao qual o ligaria vivíssima amizade. com Domingos Torrisano, negociante estabelecido na praça, e com Castellini. Rossetti morava na esquina do Largo do Paço com a Rua Direita, naquele velho sobrado das arcadas, defronte à Igreja Metropolitana. Nessa mesma hospedaria foi habitar Garibaldi.

Atravessava então a política brasileira a fase mais dramática da consolidação do novo Império. A notícia da revolução francesa de 1830, recebida na Corte e nas principais cidades com extraordinárias demonstrações de júbilo popular, já produzira as suas conseqüências históricas. Parecia que os patriotas só houvessem estado à espera de um exemplo e semelhante prestígio para se atirarem contra a política regressista de D. Pedro I. Na província do Rio de Janeiro, nas capitais de São Paulo, Pernambuco e Bahia, celebrava-se a derrocada do absolutismo de Carlos X como acontecimento de imediata significação nacional e de alcance indiscutível sobre os destinos do Estado recém-constituído. As violentas objurgatórias contra o Bourbon que suspendera o regime constitucional e pretendia sufocar a liberdade de pensamento na França eram proferidas e entendidas como claríssimas alusões aos arbítrios do tresloucado Imperador, que se ia identificando mais e mais com os manejos saudosistas do partido português. Certo, ele não chegara ainda aos extremos que haviam precipitado do trono o irmão de Luís XVIII. Mas a luta entre a Coroa e a Assembleia Nacional tornava-se cada vez mais viva. O Imperador abominava o regime constitucional, cujo mecanismo nunca chegara a compreender exatamente. Já no ano anterior, o seu discurso de encerramento da sessão legislativa, justo uma dúzia de palavras – “Augustos e digníssimos senhores representantes da Nação Brasileira, está encerrada a sessão” – significara um prenúncio de rompimento definitivo, que vinha próximo. No Rio de Janeiro a *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, em São Paulo o *Observador Constitucional*, de Líbero Badaró, no Norte, *O Bahiano*, de Rebouças, em Minas *O Universal*, inspirado por Diogo de Vasconcelos, tiravam dos acontecimentos ocorridos na França a conclusão de que o absolutismo político era incompatível com a vida dos povos contemporâneos. Na capital de São Paulo, os estudantes se entregaram a ruidosas manifestações. Exaltaram-se os ânimos. Daí a pouco, já não seria o advento de Luís Filipe o que festejavam os alunos da Academia e os populares paulistanos: mas o predomínio dos portugueses, o regime absolutista e José Clemente Pereira, a política retrógrada e tirânica do imperador que condenavam sem rebuços. Em conseqüência desses sucessos, Líbero Badaró fora assassinado.

Isso acontecera quatro meses depois da revolução de Paris. A viagem do monarca à província de Minas Gerais acentuaria impiedosamente,

pouco depois, o seu desprestígio popular. Quando o cortejo imperial entrava nas cidades, os sinos dobravam a finados, celebrando as exéquias de Badaró, de cujo assassinio o povo acusava o imperante. Em Ouro Preto, fez D. Pedro uma proclamação a todos os brasileiros, referindo-se com desdém ao espírito de imitação, que levava os maus patriotas a copiarem modas estrangeiras, e denunciando-os de formarem o “partido desorganizador”, preocupado em realizar a Federação das Províncias, o que parecia ao Bragança o cúmulo da estultície.

Estava declarada a guerra entre o trono e o povo, entre o absolutismo do governo e as tendências federalistas da nação. O regresso à corte foi apressado e melancólico. No Rio de Janeiro, as luminárias com que os “caramurus” quiseram festejar o regresso de Sua Majestade transformaram-se na “noite das garrafadas”. O povo da corte confraternizava com a província de Minas.

Daí por diante, o despeito do imperador fazia garbo em desafiar a longanimidade do povo. Dirigiram-lhe os liberais um *ultimatum*. Mas D. Pedro não queria compreender a realidade da situação. Substituiu o Ministério Nacional pelo dos “marqueses”, decorativos áulicos de São Cristóvão. Certa madrugada (no Brasil tais acontecimentos quase sempre ocorrem de madrugada), a única força em que se apoiava o governo – o Exército nacional – cumpria o seu destino histórico de defender a nação nas periódicas tentativas de regresso à tirania e enviava ao imperador a intimação do povo, que teve como consequência a abdicação.

Oito meses após os acontecimentos de Paris, triunfava no Brasil o espírito democrático da Revolução Burguesa de 1830.

Se, tanto pela identidade das causas que o motivaram como pela plástica dos acontecimentos, deve o 7 de Abril ser considerado legítima edição brasileira da Revolução de Julho, num ponto, entretanto, e esse de capitalíssima importância, as suas diferenças extrínsecas não poderiam ser maiores. Tal como na França, também aqui havia quem desejasse, desde logo, a proclamação da República. Mas não se encontrava um homem com o prestígio de La Fayette para aquietar essas tendências extremadas; e faltava, sobretudo, a figura intermédia de um príncipe respeitado pelo povo, que pudesse substituir o monarca abdicante. O 7 de Abril foi uma revolução democrática, moderada, fiel aos princípios do regime e respeitosa dos direitos dinásticos. Mas não teve Luís Filipe.

Devia o movimento vitorioso encaminhar com rapidez a reforma das instituições no sentido liberal e obediente ao sentimento autonomista das províncias. Mas a tarefa se fazia sobremodo difícil pela completa ausência de homogeneidade nas aspirações do mundo político, brilhante, narcisiano, ruidoso nas atitudes, extremado nas opiniões. De um lado, os “exaltados”, federalistas, mais ou menos declaradamente republicanos, e para os quais o golpe vitorioso havia sido a “*journée des dupes*” referida por Teófilo Otoni; do outro, os absolutistas, que não se davam por convencidos e começariam, logo em seguida, a tramar a volta de D. Pedro I; no centro, os “moderados”, que Evaristo da Veiga, auxiliado por Vasconcelos e Feijó, liderava na assembleia e cujas doutrinas expunha pelas colunas do seu jornal. A razão estava com Paula e Sousa, quando disse, no Parlamento, que acabara a revolução material, mas não a moral.

No meio desse caos, timbravam os regentes em manter fidelidade ao espírito liberal da revolução que inspirara o movimento. “Nenhum poder extraordinário foi concedido à Regência Provisória: antes se gritou no dia 7 de abril que não se queria ditadura, logo que foi apresentada a ideia de poderes extraordinários.” Entre os “caramurus”, os Andradas, principalmente Martim Francisco, levavam aos extremos os ataques à nova situação. Os “exaltados”, por sua vez, não deixavam de conspirar. Os republicanos e os reacionários, os dois polos opostos nas lutas que haviam culminado na abdicação, aliaram-se contra o governo, formando aquela “liga de matérias repugnantes”, denunciada por Evaristo. Parecia que os maiores excessos praticados no Parlamento e na imprensa não conseguiam levar a Regência Provisória a acobertar-se na suspensão das garantias constitucionais. A *Exposição dos Princípios do Ministério*, redigida por Bernardo de Vasconcelos, podia ser considerada um exatíssimo decalque da orientação com que os gabinetes de Lafitte e de Thiers faziam, além-Atlântico, a política de Luís Filipe. A Revolução de 7 de Abril não tivera por fim “subverter as instituições constitucionais e mudar a dinastia, nem o de consagrar a violência e proclamar a anarquia” (entenda-se: instituir a República ou admitir a Federação); mas, “usando do direito de resistência à opressão, popularizar a monarquia, arredando-se dela os abusos e os erros que a haviam tornado pesada aos povos, a fim de reconciliá-la com os princípios da verdadeira liberdade”.



Se nobre e elevada a orientação liberal da Regência Provisória, faltou-lhe, contudo, e de maneira alarmante, a compreensão das necessidades políticas mais prementes do país. As revoltas localistas que dentro em breve iam estalar mostrariam à sociedade que as artificiosas confusões da corte não refletiam o sentimento das principais províncias, francamente favoráveis à Federação. Se o raro corresponde a um desacerto, o que constitui por longos anos um complexo de aspirações generalizadas, erraram crassamente os estadistas da Regência opondo-se à vitória do espírito federalista. “A se não alcançarem, em 1834, os melhoramentos prometidos, vamos entrar na luta maior que a liberdade tem sustentado”, dizia a *Bússola da Liberdade*. Mas quando Lino Couto, Henrique de Resende e Costa Ferreira defenderam na Câmara a instituição da monarquia federativa, o projeto caiu por setenta e quatro votos contra quarenta e quatro.

Em vez de ir ao encontro das aspirações populares, buscou-se na força o remédio adequado para contrarrestar as agitações da corte e das províncias. O próprio Evaristo da Veiga, de ordinário propenso à conciliação, preconizava a necessidade de um pulso forte “para conter os extravasamentos da anarquia”. E indicava o nome de Feijó.

Irrompem consecutivas rebeliões no Rio de Janeiro, julgadas no nascedouro pela vigilância do padre e pela energia de um major do Exército, o futuro Caxias. A ação do governo faz redobrar as violências da oposição. Montezuma denuncia, da tribuna da Câmara, o ministro da Justiça como incurso em crime de responsabilidade, por usurpação de atribuições do Legislativo. Ainda mais se incendeiam os ânimos. Resolve Feijó passar a contra-ataque e golpeia de rijo o reduto mais temível dos adversários – os Andradas, que haviam feito causa comum com os restauradores e os “anarquistas”. Propõe a Assembleia a destituição de José Bonifácio das funções de tutor dos príncipes. Este o seu dilema: ou deixava José Bonifácio a tutoria, ou ele se demitia do Ministério da Justiça. “Um de nós tem de capitular.”

A Câmara votou a destituição do patriarca. Mas a inteligência e a combatividade de Martim Francisco, líder dos oposicionistas na Assembleia, não se conformava facilmente com as derrotas. Veemente, maneiroso, infatigável, ele vai apelar para a outra casa do Parlamento. E o Senado rejeita a grave decisão da Assembleia. Criava-se um “impasse” no governo parlamentar da Regência. Para sair da dificuldade, só um caminho aparecia aos regentes

e ao Ministério: um golpe de Estado que transformasse a Assembleia Legislativa em Assembleia Nacional, com poderes para reformar a Constituição. De acordo com o combinado, demite-se o Ministério e renuncia a Regência. Opina a comissão parlamentar, nomeada para o efeito, que os acontecimentos mais que notórios – a restauração que empunhava armas, o Ministério que se demitira, a impossibilidade de organizar outro naquelas circunstâncias – exigiam enérgicas medidas para salvar a nação e o trono constitucional do Senhor D. Pedro II; e propõe que a Câmara se converta em Assembleia Nacional. Honório Hermeto, “que estava com a cabeça fria”, consegue evitar o malfadado golpe. A Assembleia envia uma deputação aos regentes, rogando-lhes que retirassem a renúncia. Permanece a Regência, mas sacrificam-se os ministros, entre os quais Feijó e Bernardo de Vasconcelos.

Dissolvida a Câmara, as eleições deram maioria absoluta aos liberais. A nova Assembleia votou o Ato Adicional, que conservava a vitalidade do Senado, ensaiava timidamente algumas concessões, mas não encarava de frente o problema de Federação; e instituída a Regência Una.

No ano seguinte, Feijó voltava ao poder, já não como ministro, senão como regente uno. As aclamações que saudaram o novo governante mal disfarçariam as graves apreensões que saturavam a atmosfera política. O Pará e o Rio Grande do Sul estavam sublevados. Feijó, que por ocasião de tentativa do golpe de Estado se demitira do Ministério da Justiça em companhia de Vasconcelos, cometia agora o erro tático de não chamar ao governo o representante de Minas Gerais, homem de grandes talentos e enorme ambição. Essas duas figuras, que se poderiam ter completado em proveito da coisa pública – Feijó a ação, Vasconcelos a inteligência; este a sutileza, aquele a energia; um a doutrina, outro a execução – haviam-se tornado incompatíveis um em relação ao outro. Dessa incompatibilidade pessoal ia decorrer o mais significativo trecho das dificuldades que acabariam impopularizando o governo de Feijó. Porque, na verdade, “aquela alma titânica dentro de um arcabouço abatido e afistulado de moléstias”, aquele “espantinho de ministros” teria sido a única força capaz de opor-se com êxito à demagogia de Martim Francisco, aos arroubos de Antônio Carlos, à fascinação mental de Maciel Monteiro, ao crescente prestígio parlamentar de Calmon, de Rodrigues Torres, de Honório Hermeto. Relegado à oposição, ele se tornaria, por exigências do próprio temperamento,

seu principal orientador. Nos jornais da época, a oposição à Regência Una passou a ser “a orquestra do Sr. Vasconcelos”.

Ameaçadoras, multiformes, imprevisíveis, as dificuldades que o primeiro regente do Ato Adicional teve de enfrentar. A união nacional, longe de consolidada, estava exposta às mais graves ameaças. Por toda parte, tumultos, arruaças, quarteladas, a Revolta dos “cabanos” em Pernambuco. Alagoas, Pará, a revolução do Rio Grande; aqui e ali explosões do espírito federalista; manifestações, acolá, de pura anarquia. Fazia-se cada vez mais acesa a rivalidade entre os partidos. Só momentaneamente conseguira o falecimento de D. Pedro I abater o ânimo dos “caramurus”. Respostos da surpresa, voltavam à luta com uma nova bandeira: a substituição da regência de sangue, com o nome da princesa Dona Januária.

O feitio autoritário e ríspido do regente não sabia contornar os obstáculos. Ia direto aos fins, não admitia contemporações. Faltava-lhe a plasticidade indispensável em circunstâncias de tal complexidade. O seu rigor implacável não se casava com o sistema constitucional que Bernardo de Vasconcelos se esforçava por instituir no país, nem os seus preconceitos lhe permitiam compreender as profundas razões sociológicas que militavam pela Federação das províncias. Despido de otimismo e falho de simpatia humana, “via constantemente o país submergido, não tinha esperança em coisa alguma e pintava tudo com cores negras.” Não soube impor-se, enfim, como o “homem que as necessidades do país exigiam”. Quis estabelecer a ordem, mas não soube organizar a liberdade. Para defender a ordem, só via um remédio: reforçar a autoridade. “Nossas instituições vacilam – dizia na sessão parlamentar de 1835; o cidadão vive receoso e assustado; o governo consome o tempo em vãs recomendações. Seja ele responsabilizado por abusos e omissões; dai-lhe, porém, leis adaptadas às necessidades públicas; dai-lhe a força com que possa fazer efetiva a unidade nacional.”

Era o grito de desespero, o grito da força que, para manter-se, necessita de mais força e acaba sacrificando a sua própria autoridade nos excessos da violência.

\*

Quando se abriu a sessão legislativa de 1836, uma das mais agitadas, das mais brilhantes e dramáticas do Parlamento brasileiro, três

questões capitais dominavam a atenção das Câmaras: a questão religiosa, a revolução do Pará, a guerra civil no Rio Grande do Sul.

Tivera a questão religiosa os seus pródromos com a vinda de missionários protestantes para a catequese dos índios. O arcebispo da Bahia, D. Romualdo, membro da Assembleia e inimigo irreconciliável de Feijó, clamara indignado contra aquele insulto à religião católica. Pouco depois, surgia o conflito com a Santa Sé, motivado pelo fato de não aceitar o papa a representação imperial do bispo eleito para a diocese do Rio de Janeiro. Dois prelados haviam sido nomeados: o de Mariana, o próprio padre Diogo Feijó; e o do Rio de Janeiro, o padre D. Antônio Maria de Moura. Feijó declinou desde logo da eleição, mas insistia pela ratificação da escolha do Padre Moura, contra quem se movia áspera campanha, baseada nos seus costumes não de todo conformes aos preceitos da religião. O novo núncio apostólico, Monsenhor Fabrini, propõe uma transação a Feijó: iria o padre Moura para a diocese de Mariana, e ficaria no Rio de Janeiro o padre Feijó. “Assim fecharemos o incidente diplomático.” Categórico, responde Feijó:

– Sinto, Monsenhor, mas não posso aceitar. Não se trata de pessoas, trata-se de prerrogativas do governo imperial. Desculpe-me V. Exa. Eu não serei bispo do Rio de Janeiro. Este lugar é de D. Moura.

Bernardo de Vasconcelos leva a questão à Câmara. Horrorizava-o a doutrina da Fala do Trono, que “considerava a Câmara com poderes para examinar o Evangelho, convidando-o à heresia, a romper a unidade da Igreja». Respondeu-lhe o ministro da Justiça, Limpo de Abreu, mas não logrou impressionar o auditório. Foi à tribuna Evaristo da Veiga, uma das vozes mais autorizadas pela nobreza da sua conduta política, elegância das atitudes e desambição dos propósitos. Fez uma defesa cabal do governo, já não apenas na questão com a Santa Sé, mas no caso da rebelião do Rio Grande. O próprio discurso de Evaristo, porém, já trazia em si os germens do seu futuro desentendimento com Feijó. No caso do Rio Grande do Sul, sustentava com calor a necessidade da anistia aos sediciosos. A chegada do presidente deposto da província, Fernandes Braga, produzira extraordinária sensação no Rio de Janeiro, onde os espíritos já se sentiam “sobremaneira comovidos pelas notícias de horrorosas cenas havidas no Pará”. Diziam uns que a província do extremo sul se tinha separado do Império, outros que já estava unida ao Estado Oriental. Braga desmentiu tais boatos, e acusava

a fraqueza do centro como causa principal dos acontecimentos. Insinuava mesmo que a Regência Trina tivera cumplicidade no levante. “Pode-se dizer sem medo de errar que Bento Gonçalves fez a revolta com os juizes de paz, o código do processo e a lei da guarda nacional.” E fazendo justiça aos sentimentos autonomistas da província rebelada, acrescentava: – “A importância do Rio Grande do Sul é bem conhecida. E é tempo de se lhe dar a atenção que merece entre as províncias do Império. O governo teve uma boa parte na desgraça do Rio Grande.”

A própria rispidez de Feijó hesita em face dos acontecimentos. Numa carta a Barbacena, escreve: – “V. Exa. sabe muito bem que, sem grande apoio interno, mui difícil seria a todo o Brasil conquistar o Rio Grande.” A temerária tentativa só trouxera, até então, uma consequência: “Firmar a rebelião, desacreditar o governo e acabar com os restos que ainda se podiam procurar.”

Inclina-se o regente, nos primeiros momentos, à clemência. Araújo Ribeiro, nomeado presidente da província, leva no bolso a anistia aos rebeldes, mas não torna pública a medida salvadora. Na Assembleia, os inimigos de Feijó o acusam de não estar à altura da situação.

No Pará, o movimento revolucionário se apresenta com aspectos menos graves mas contribui, ainda assim, para aumentar as dificuldades que o governo tem de enfrentar. Depois de prolongados debates, a Câmara, por proposta de Evaristo, resolve introduzir na legislação do país as reformas “indispensáveis à justa repressão do crime”. O governo continua a insistir no caminho da violência como único remédio indicado para restabelecer a ordem.

Por escassa maioria, logra aprovação à emenda. A situação parlamentar torna-se cada vez mais árdua. Limpo de Abreu solicita, em fundamentada exposição, a suspensão das garantias constitucionais para a província do Rio Grande do Sul. É o plano inclinado de Feijó. Martim Francisco e Bernardo de Vasconcelos combatem asperamente o projeto. Tudo que o governo pede às Câmaras serve de pretexto à oposição, que se revela dia a dia mais encarniçada e cruel. – “Quando a oposição se torna maioria, é dever imperioso entregar-lhe o governo”, brada Bernardo de Vasconcelos, com a convicção de um orador de Westminster.

Não cede o regente nos seus propósitos de impor ordem ao país pelos métodos da força. Enfrenta, obstinado, a oposição do Parlamento. O

combate é de extermínio. Na fala de encerramento da sessão legislativa, ele se dirige às Câmaras para exprobar-lhes a falta de atenção às dificuldades que afligem o país: “Seis meses de sessão não bastaram para descobrir os remédios adequados aos males públicos; eles, infelizmente, vão em progresso; oxalá que na futura sessão o patriotismo e a sabedoria da Assembleia Geral possam satisfazer as urgentíssimas necessidades! Está fechada a sessão.”

\*

Tal o cenário político do país no ano em que Garibaldi chegou ao Rio de Janeiro. Viviam a cidade numa contínua efervescência de paixões. A intriga política avassalava as vontades. De todos os lados repontava a anarquia.

Dividiam-se as atenções dos emigrados italianos entre as notícias que esporadicamente lhes chegavam da pátria e os acontecimentos em evolução no ambiente local. O bárbaro trucidamento de Líbero Badaró servia de tema, ainda, a exaltadas apologias. O sangue do apóstolo italiano, derramado em defesa da liberdade de pensar, ligava a causa liberal do Brasil, no terreno dos fatos, à corrente mundial do romantismo político, que transformava a revolução da Polônia numa aspiração das consciências emancipadas em toda a Europa; dava ressonância continental às orações que Fichte dirigia à *Nação Alemã* e envolvia de prestígio inconfundível as pregações de Mazzini à frente da *Jovem Itália*. Nacional embora, a ideia revolucionária pelo golpe burguês de Paris, e confirmada essa tendência, logo após, pelo princípio luís-filipino da não intervenção, ressurgia como indiscutível em todas as latitudes políticas do mundo a simpatia militante dos reformadores republicanos ou simplesmente liberais pelos povos em luta contra a opressão dos governos. A não intervenção impunha-se como doutrina de chancelarias. Mas na liberdade da consciência individual encontrava a sua máxima expressão na tendência política dos tempos novos, simbolizada na Revolução de Julho.

Como a todos os carbonários, animava os italianos refugiados no Brasil um sentimento quase fanático de cosmopolitismo. Românticos da regeneração política, enamorados da justiça social, orgulhavam-se com o epíteto de “flibusteiros da liberdade” que por toda parte os acompanhava. Onde quer que se encontrassem, tribo de precursores que o exílio

dispersara, não perdiam de lembrança as palavras de Mazzini, que lhes mandava “*annunciare ai popoli la vicina risurrezione*”.

Na questão religiosa, que se discutia no Parlamento e na imprensa, as tendências espirituais de Garibaldi o levariam naturalmente para o lado de Feijó. Mas, nas insurreições do Pará e do Rio Grande, as suas simpatias se mostrariam francamente favoráveis aos insurgentes. O governo de um padre não deixaria de suscitar no seu espírito a mais extremada aversão. “*To ho sempre attaccato il pretismo piú particulamente, perché in esso ho sempre creduto trovare il puntello ogni despotismo.*”

O pulso duro de Feijó não conhecia censura de imprensa. Não lhe parecia necessária tal medida para salvar a unidade do Império. Os jornais da corte discutiam com desenvoltura as causas e finalidades das rebeliões no Sul e no Norte do país. E já ninguém ignorava, antes se proclamava sem reboços, que esses movimentos se inspiravam nas ideias republicanas.

Os carbonários, tão duramente desiludidos na Itália com as consequências práticas da revolução de Julho em relação aos seus ideais, acompanhavam com crescente atenção o desenrolar dos acontecimentos no Brasil. Pelo sentimento de doutrina, mostravam-se solidários com os “exaltados”, com os “abrilistas” autênticos. Excetuado Torrisano, que se associara aos negócios de um francês, quase todos enfrentavam prementes necessidades. Para viver, trabalhavam dia a dia. Mas a vida não se cifrava, para eles, apenas na satisfação das exigências práticas. Mais imperiosa do que nunca, dominava-os a atração da política. Pensaram em construir uma sociedade nos moldes da *Jovem Itália* e fundar um jornal que tivesse como finalidade a difusão dos princípios republicanos. Enquanto isso não lhes fosse possível, resignavam-se às precárias ocupações que iam conseguindo. Compraram, depois, um pequeno barco a que deram o nome de *Mazzini*, e o empregaram na cabotagem entre o Rio de Janeiro, Cabo Frio e Campos. Lia-se nas notícias marítimas do *Jornal do Comércio*, em 1837:

“No dia 22 de Janeiro, saída da lancha *Mazzini*, de vinte toneladas, carregamento de farinha e carne, levando os passageiros franceses Leost e Correntin e os italianos Luiz Rossetti, Luiz Parabotti e Marcos Gruba.”

No dia 16 de fevereiro, retornava, procedente de Campos, com a equipagem de quatro homens, mestre José Francisco da Cruz e transpor-

tando onze passageiros, mais os italianos Rossetti, Gruba e Vicente Grandona. No dia 26 do mesmo mês, partia de novo com cinco passageiros.

Não se encontra nas listas de bordo o nome de Garibaldi. Mesmo no Brasil, ele não esquece de que está condenado à morte. Mas não é difícil encontrá-lo ali, sob o disfarce de um novo pseudônimo. Dias de estagnante monotonia esses a que ele se obriga ao longo das costas fluminenses! Quando, na capital, reúnem-se os carbonários na casa de negócio de Torrisano, a discutir novidades políticas.

Mais que os outros, sofre Garibaldi com essa vida de simples espectador que as condições do momento lhe impõem. O que ele esperara do Novo Mundo não fora essa eterna e estúpida existência de marinheiro mercante, que tanto já lhe havia pesado na Europa. Que compensações encontrara em substituir os portos do Mediterrâneo pelas costas selvagens do Brasil?

Cuneo fixara-se em Montevideú. As cartas que Garibaldi lhe escreve são gritos de desespero contra a inatividade política em que se encontra, mas a antevisão, também, de um novo destino. Lê-se em uma delas: – “De mim, te digo que sou pouco feliz, que me faz bem mais falta a tempestade do que a calma. Estou cansado, por Deus, de arrastar uma existência tão inútil para a nossa terra. Estamos fora do nosso elemento. Podes ter a certeza, porém, de que somos destinados a coisas maiores.”



.....

## *Capítulo IV*

### A REVOLUÇÃO DO RIO GRANDE

**O**S JORNAIS DA CORTE vinham cheios de notícias a respeito da grande derrota sofrida pelos revolucionários rio-grandenses na Batalha do Fanfa. O próprio Bento Gonçalves fora aprisionado, ali, com Onofre Pires, um médico francês, o Dr. Paul, e um italiano de nome Zambeccari. Diziam as folhas do governo que esse acontecimento implicava a próxima submissão dos rebeldes, à míngua já de recursos bélicos. Os órgãos da oposição sustentavam o contrário. Não iludiam por certo, a gravidade do revés. Mas os revolucionários nem por isso deixaram de insistir no seu movimento de protesto contra a política centralista da Regência.

Algumas semanas mais tarde, chegavam ao Rio de Janeiro os prisioneiros do Fanfa e mais alguns outros, que a legalidade mantivera recolhidos, até então, nos porões da *Presiganga*, ancorada nas águas de Porto Alegre. A presença de um compatriota numa prisão do Estado causou alvoroço entre os carbonários. Decidiram que Rossetti tratasse de entrar em comunicação com Zambeccari, recolhido à fortaleza de Santa Cruz.

Não foi difícil ao italiano obter permissão para a visita. E, de volta à cidade, reuniu os amigos para transmitir-lhes as impressões que

tivera da figura doentia do compatriota e da sua palavra arrebatadora e mística.

Exultou Garibaldi com o relato do companheiro. Não seria a revolução do Rio Grande, já que o destino o levava a cruzar os passos com os de Zambecari, cenário adequado ao emprego da sua atividade? Admirtira, até então, se reduzissem os sucessos do Sul, afinal, a alguns rápidos levantes facilmente debeláveis pelas armas do Império. Mas desde que o movimento se afirmava com possibilidades e resistência, por certo não lhe faltaria ali como fazer-se útil à causa da liberdade.

Quando Rossetti voltou à fortaleza, para uma segunda visita ao encarcerado, levou Garibaldi em sua companhia.

\*

Tito Lívio, descendente da velha linhagem dos Zambecaris, havia emigrado por motivo das agitações políticas de 1823, ao tempo em que o duque de Módena aprisionara os cabecilhas da conjura em casa de Ciro Menotti, um dos primeiros mártires das lutas italianas. Criança ainda, perdera, num desastre, o pai, empenhado em resolver a dirigibilidade do aerostato por meio de remos. Reservado, esquivo, quase misantrópico, preocupavam-no desde a adolescência as ideias políticas a que Mazzini daria corpo e forma pouco depois. Na escola de diplomacia de Bolonha, entrou em contato com as sociedades secretas. Fez-se carbonário. A circunspeção de maneiras, excepcional para a sua idade, e o zelo que punha em todas as ocupações, indicavam-no ao desempenho de incumbências reservadas. Perseguido pela polícia, fugiu para a Espanha, onde se fazia intensa também a agitação patriótica. Esteve em Sevilha e aí se apresentou a Riego, que o nomeou seu ajudante de ordens. Passou, em objeto de serviço, a Gibraltar, e nessa praça o encontrou a notícia do desbarato dos insurgentes e do fuzilamento de Riego.

Partiu, então, para Londres. Durante meses viajou pela Inglaterra e pela França, ocupado em estudos mineralógicos. Algum tempo mais tarde, resolveu emigrar para a América. Desembarcou em Montevideú. A Cisplatina já estava então em guerra com o Império. Sem demora, dirigiu-se ao quartel-general de Oribe, no Serrito; e daí, convenientemente crediado, a Durazno, onde se apresentou a Lavalleja. No exército uruguaio

havia grande falta de quem soubesse manejar canhões. Da artilharia, na opinião de Lavalleja, só gente ilustrada podia entender. Aquele “gringo”, por exemplo, vinha a calhar para o posto de comandante geral dos artilheiros. E fácil não lhe foi convencer o caudilho da sua incapacidade para a função.

Depois de alguns meses de andanças pela campanha, passou à outra margem do Prata, em cujas rodas liberais, opostos à crescente ascendência de Rosas, logo se fez notado. Quando começou a ameaça dos federais contra Buenos Aires, quiseram dar-lhe o comando da legião de voluntários italianos a serviço da causa unitária. Não aceitou o posto, pelos mesmos motivos que anteriormente expusera a Lavalleja. Mas, alistado entre os “ussares republicanos” de Zenon Videla, tomou parte em várias ações nas proximidades da capital.

Fazia-se instável, com a vitória de Rosas, a sua permanência em Buenos Aires. Veio-lhe, daí, a ideia de ir para o Rio Grande. Tinha lá amigos, alguns dos quais conhecera em condições difíceis, no decurso dos meses em que servira na Guerra da Independência do Uruguai, outros em circunstâncias menos agudas, na capital argentina. Fez uma primeira viagem a Porto Alegre, onde foi acolhido com simpatia pelos liberais. Voltou ao Rio da Prata para liquidar negócios, hesitante entre a alternativa de regressar à Europa ou retornar à capital rio-grandense. Surpreenderam-no em Buenos Aires as notícias dos sucessivos malogros da *Jovem Itália*. E isso o decidiu a fixar-se no Rio Grande.

De novo na província, fez parte de uma comissão encarregada das medições de terras na colônia de São Leopoldo. Conheceu ali o emigrado alemão Hermann von Salisch, que partilharia da Revolução dos Farrapos em contraposição a Hillebrand, adepto dos legalistas e fervoroso servidor do trono.

Precocemente envelhecido e com uma nuvem de tristeza a pesar-lhe sempre nos olhos, dá o emigrado a impressão de já passar dos trinta e cinco anos, quando na realidade apenas entrara na casa dos trinta. Dedicou-se a estudos geográficos e de história natural. O seu mapa da província, um dos melhores da época, prestaria depois inestimáveis serviços na orientação da guerra de movimentos que teriam de sustentar os revolucionários. Guardava suas coleções de botânica, desaparecidas nos azares

da luta, na velha casa em que residia, à esquina da Ladeira com a Rua Nova, em Porto Alegre. Mais tarde, em Bolonha, reconstruiria de memória o seu formidável trabalho, nos “*Cinque quadri dei prodotti vegetali usati nell’economia e medicina domestica brasiliera*”.

\*

Quando Zambecari se fixou em Porto Alegre, já batia a revolução às portas da província. Apenas no Rio de Janeiro, em Minas, São Paulo e talvez na Bahia, produzira o golpe de 7 abril algumas ligeiras modificações no ambiente partidário. Nas circunscrições mais excêntricas, no Rio Grande do Sul sobretudo, continuavam mandando e desmandando os reacionários, como nos áureos tempos de D. Pedro, do *Chalacha* e dos complacentes marqueses que fingiam de ministros de Estado. Explicava-se esse prestígio dos remanescentes do absolutismo pelo fato de serem portugueses, ou politicamente aditas a eles, as principais autoridades militares da província. A vizinhança com as turbulentas ditaduras platinas fazia então do Rio Grande um permanente acampamento bélico. A preponderância do elemento militar se impunha, destarte, pela própria fatalidade do meio.

O partido “caramuru”, absolutista, de acentuada orientação lusitana, trabalhava com afinco pela volta de D. Pedro. O seu órgão principal em Porto Alegre, *O Inflexível*, redigido pelo panfletário português Joaquim José de Araújo, movia odiosa campanha contra os sentimentos nativistas da população. Aos absolutistas opunha obstinada resistência o Partido Liberal, de resoluto espírito nacionalista. Mas não se limitavam os liberais à defesa da Constituição. Propugnavam ideias mais avançadas: a Federação das Províncias de começo, e, mais tarde, sem ambages, o regime republicano. Produzia-se no Rio Grande o choque entre o passado e o futuro. O presente, representado pelos governos da Regência, entraria nesse embate como simples elemento acessório de tempo e modo, consoante as atitudes foram quase sempre escancaradamente hostis aos sentimentos liberais da população, que se afirmariam de maneira indubitável por ocasião do pleito para a composição da primeira Assembleia Legislativa.

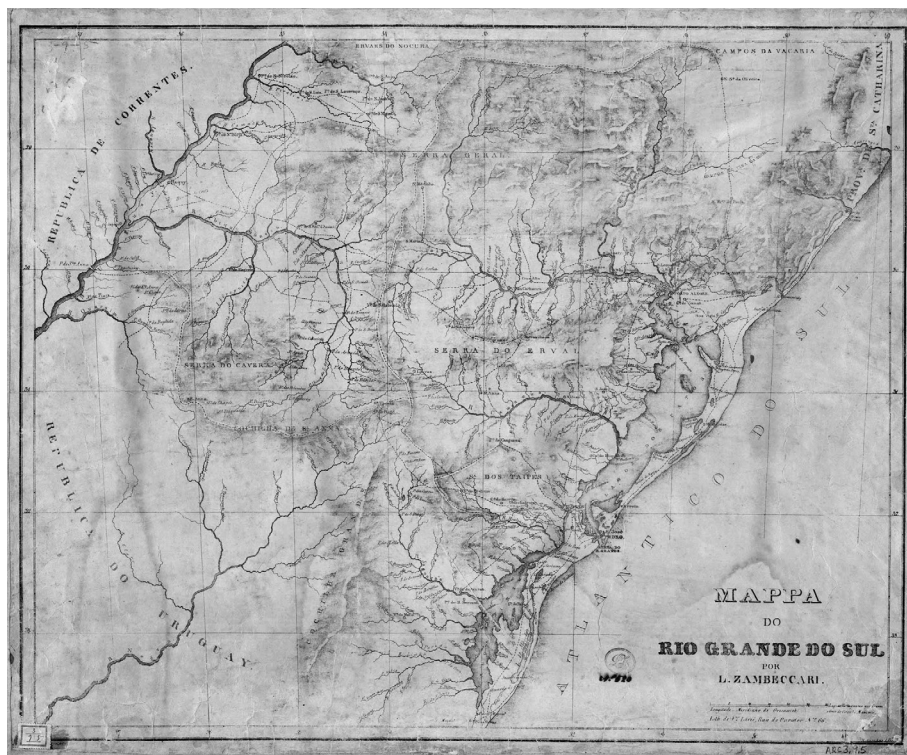
Fora de dúvida que a vizinhança dos cenários platinos influía poderosamente nas agitações da província. Lavallega, o organizador da expedição libertadora da Cisplatina, convivía na intimidade de Bento Gon-

çalves, quando exilado no Rio Grande. Por mais de uma vez levara o governo uruguaio seus protestos ao Rio de Janeiro, contra as ajudas que aquele caudilho recebia do comandante da fronteira de Jaguarão. Do lado de lá da raia, o padre Caldas, condenado à morte em consequência da atuação que tivera na Confederação do Equador, não descansava nas suas onímodas intrigas, principalmente junto a oficiais do Exército. Fugido da prisão do Rio de Janeiro, servira como capelão das tropas argentinas e se estabeleceu depois no Serro Largo, onde desfrutava de “grandes consideraciones”. O terrível sotaina não descansava na sua propaganda contra as instituições monárquicas. E em Porto Alegre, o “castelhano” Salvador Ruedas, figura enigmática, pregava com desempenho a rebelião contra o trono.

A Bento Gonçalves parecia verdadeira traição que se houvesse, depois do 7 de Abril, recorrido aos desastrosos princípios de um governo de força – “sistema precário e funesto”, dizia – contra as aspirações do povo, francamente favoráveis à Federação, “baseada em sólidos princípios de justiça e conveniência recíproca”. Dois oficiais do Exército, José Mariano de Matos e João Manuel de Lima e Silva, ambos fluminenses e irmão o segundo de um dos regentes do Império, formavam entre os “exaltados”.

Um amigo de Zambeccari, o francês Arsène Isabelle, que por esses tempos passara pela província, viu – o que nele parece excepcional – com perfeita clareza o quadro político no extremo sul do Império. “Os habitantes de Porto Alegre”, escrevia, “estão divididos em duas facções: a dos *caramurus*, compreendendo todos os adeptos do governo monárquico, e a dos *farroupilhas* ou *sans-culottes*, partidários do governo republicano. Os últimos dispõem de mais força aqui do que além, mas tal força não a conhecem eles... A província do Rio Grande, podendo dispensar o concurso das outras, e lhes sendo, ao contrário, muito útil, quer a Federação. E daí o protesto das outras, o que faz que não se possam entender.”

A síntese não poderia ser mais exata. O centro só olhava para o Rio Grande com a dupla intenção de organizar batalhões e arrecadar impostos. Um dos representantes do governo do Rio de Janeiro, Paula Gama, dava a esse propósito irrecusável depoimento: “Qualquer governador do Rio Grande, ainda que intimamente convencido das utilidades públicas, deixa de promovê-las pelas contradições que tem de encontrar no Rio de Janeiro, onde essas utilidades nem são vistas nem examinadas e onde é do interesse geral ter numa rígida



*Mapa do Rio Grande do Sul elaborado por T. L. Zambeccari.*

tutela esta desgraçada capitania.” Vinha de longe o mal, também anotado por Saint-Hilaire: “Os habitantes desta província prestaram serviços na guerra durante grande número de anos e quase nunca receberam soldo. Enquanto concorriam nas fileiras, tomavam-lhes cavalos, bois, carretas. Não se lhes pagava nada, e suas famílias ficavam expostas aos vexames e rapinas de subalternos e chefes... Os franceses não suportariam sem se revoltar a centésima parte do que aturavam, com tamanha paciência, os habitantes do Rio Grande.”

Ruinosos impostos pesavam sobre o povo. O governo, exercido em geral por pessoas estranhas à província, considerava *res nullius* a fortuna pública. De melhoramentos materiais não se curava. Em nada absolutamente se modificara a situação do Rio Grande, depois da abdicação de Pedro I. Pelo contrário, tudo ia de mal a pior.

Como em todos os grandes movimentos políticos, entrecrocavam-se no cenário liberal da província diversas tendências. Vozes moderadas clamavam apenas contra as más administrações, esperançosas de que tudo se pudesse remediar com um pouco mais de atenção por parte do governo central. Outras, mais avançadas, propugnavam a Federação: enquanto se negasse às províncias o direito de se governarem por si, a situação permaneceria a mesma. Outras, ainda, iam aos extremos da secessão. E, procurando aproveitar-se da confusão, as sereias de além-fronteira, Rosas e Rivera, atizavam o mal-estar reinante, que a miopia dos estadistas do Rio de Janeiro não encontrava como estancar.

Haviam as rivalidades entre “caramurus” e liberais entrado em face acentuadamente hostil, quando o conde do Rio Pardo recebeu instruções de instalar, em Porto Alegre, uma sucursal da Sociedade Militar, cenáculo principal, na corte, dos partidários de D. Pedro. Desatendida pelo presidente Mariani a representação de José Mariano de Matos e João Manuel contra a iniciativa, resolveram os patriotas fundar, em revide, a Sociedade Defensora da Independência e da Liberdade, centro irradiador das ideias federalistas, que se estavam difundindo com crescente rapidez, sobretudo após chegada à província o tenente Luís José dos Reis Alpoim, filiado aos clubes abrilistas do Rio de Janeiro.

A Regência, impressionada com o desenrolar dos acontecimentos, substituiu José Mariani pelo Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga, filho da província e membro de uma das suas famílias de melhor tradição.

Exultaram os liberais com a vitória. Pouco duraria o seu contentamento. Fernandes Braga, homem fraco e versátil, não soube resistir às sugestões de seu irmão Pedro Chaves, reacionário ostensivo e homem da confiança do marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, chefe da facção absolutista no extremo sul. A parcialidade do presidente Braga se manifestara em toda a sua insensatez por ocasião dos festejos populares, organizados em Porto Alegre pela promulgação do Ato Adicional. Irritados com o regozijo da cidade, os absolutistas saíram à rua, apoderaram-se do trem de guerra e passaram, de armas na mão, a ameaçar a população atônita. Braga não só não reprimiu essas violências, mas ainda ordenou se processassem os juízes de paz que haviam tomado parte nos regozijos do povo. Acintosamente, suspendeu, por inconveniente à ordem pública, a execução do decreto que nomeava Bento Gonçalves comandante superior da Guarda Nacional. Demitiu Bento Manuel Ribeiro do comando da fronteira no Alegrete. Extremava-se, assim, dia a dia, a divisão da província em duas parcialidades irreconciliavelmente antagônicas. Os reacionários, inimigos mais ou menos declarados da Constituição e que não obstante isto se consideravam “legalistas”, chamavam aos liberais “farrapos” ou “farroupilhas”, para significar tratar-se de gente sem nenhuma representação na sociedade. Longe de se darem por ofendidos com o apodo, passaram os nacionalistas a adotá-lo com orgulho, procurando dar arras assim do seu espírito democrático e de menosprezo pelas distinções e honrarias, de que tão ciosos se mostravam os reacionários.

A imprensa provinciana refletia apaixonadamente essas lutas. A bravura dos liberais irritava sobremaneira os “caramurus” sustentadores da monarquia por direito divino. No *Noticiário* Francisco entraria, dentro em breve, na maior luta sustentada pela liberdade desde a revolução de Tiradentes. No *Constitucional Rio-Grandense*, Pedro José de Almeida, o gordo e agitado Pedro *Boticário*, escrevia que só a Federação poderia livrar a província das harpias que a corte lhe mandava. No *Recopilador Liberal* doutrinava Magalhães Calvet: “Os brasileiros, verdadeiros amigos da sua pátria, não querem a guerra civil, querem a Federação: o que não convém à caterva infame dos caramurus traidores, nem à fingida moderação; porque sendo feita aquela, ficam burlados os planos de uns e outros.”



Em ambiente de tal maneira convulsionado começou a agir Zambecari. Escreveu primeiro no *Continentino*, que advogava moderadas reformas. Mas, no estado de exasperação a que haviam chegado os acontecimentos, simples retoques políticos dentro dos vícios do sistema unitário já não satisfariam as aspirações do povo. Surgiu por isso uma folha de franca oposição ao regime, *O Republicano*, em cuja orientação, desde o primeiro número, teve o carbonário parte destacada.

Não se ateu ao jornalismo a sua atividade. Auxiliou a organização da Sociedade do Continentino, moldada nos usos e preceitos das associações italianas de finalidades patrióticas. A fase culminante da conspiração rio-grandense foi toda feita em “lojas admiravelmente regidas, depois reorganizadas sistematicamente pelo naturalista italiano”. Desenvolviam-se os trabalhos desses cenáculos em absoluto sigilo, “mantido ainda com o maior escrúpulo mesmo depois que o mistério das reuniões” houvesse perdido a razão de ser. Os orientadores do movimento, os grandes iniciados no plano fundamental, agiam em capítulos de poucos membros dentro de círculos que se iam gradativamente alargando, tal como de regra nas lojas maçônicas. Para tornar mais aceitáveis as sociedades aos olhos dos governantes, algumas mantinham aulas e salas de leitura, e punha-se especial empenho em conseguir que nomes de relevo nos círculos dos reacionários se filiassem a elas, como sócios contribuintes. Sempre que uma denúncia surgisse contra os fins subversivos das lojas, far-se-ia com a presença desses absolutistas a melhor prova das suas características apolíticas. Tão rigorosa a organização das sociedades, que mesmo farroupilhas de inequívocas convicções ignoravam por inteiro quanto se passava nos seus cenáculos orientadores e até os nomes dos conjurados. Só depois de haver Bento Gonçalves concertado o plano da revolução com Zambecari, Calvet e poucos mais, homens da responsabilidade de Antônio de Sousa Neto foram convidados para a deposição de Fernandes Braga.

É fácil de explicar o ascendente de Tito Lívio entre os conspiradores. Suas qualidades de inteligência, sua cultura, excepcional no meio, e sobretudo a inata capacidade de conspirador faziam-no aparecer como um homem provincial nas situações mais complexas. Em todas as circunstâncias, sua palavra indicava uma solução acertada, rápida, segura. A circunspeção do caráter contribuía para impô-lo ao respeito de quantos com

ele tratassem. Assenhoreou-se com rara presteza dos segredos da língua, e pôde ser assim um dos jornalistas doutrinários mais completos de quantos se empenhavam em conduzir a opinião da agitada província. Sustentou polêmicas de ressonância. Escrevia para diversos jornais. Em todos eles, variando de pseudônimo, pregava sempre as mesmas ideias – a Federação das províncias e a República. Agia no Rio Grande com o mesmo entusiasmo com que defendera suas ideias na Itália e na Espanha, na Argentina e no Uruguai. Era fundamentalmente, medularmente, um “carbonário”, e tanto vale dizer um revolucionário cosmopolita. Foi graças à sua atividade que o plano da revolução rio-grandense se impregnou de maneira tão profunda das ideias de Mazzini e do romantismo político da *Jovem Itália*.

\*

Não se cansava Garibaldi de ouvir os acidentados episódios narrados pelo prisioneiro. Entusiasmava-o a resistência de ânimo dos revolucionários e a sua audácia nas refregas iniciais do movimento. De olhos fitos no rosto pálido de Zambeccari, começou a conhecer espiritualmente os atores do drama. Sua curiosidade não tinha limites. Queria apreender o nexos dos acontecimentos, inquiria pormenores. E o encarcerado continuava horas a fio, a reconstituir os fatos culminantes da revolução, orgulhoso de haver sido partícipe em lances de tão magna repercussão na vida do Brasil.

Nas vésperas de iniciar-se o movimento, sentia a população da capital que alguma coisa de extraordinário estava por acontecer. O segredo da conspiração era sigilosamente guardado. Mas havia vibrações estranhas no ar saturado de mistério, a gente respirava inquietação, ninguém estava tranquilo. Causara impressão em todos os espíritos a transcrição, pouco antes, no *Continentino*, da declaração do povo da Virgínia, insurgindo-se em 1776 contra o trono da Inglaterra: “Cada vez que um governo se fizer conhecido como incapaz de preencher os grandes fins para os quais o povo o investiu no poder, ou sempre que lhe seja contrária a maioria da nação, tem ele o direito indubitável, inabalável e inalterável de aboli-lo, substituí-lo e reformá-lo pela maneira que julgar mais conveniente ao bem público.”

A situação de Fernandes Braga se tornava cada dia mais difícil. À socapa, já Bento Gonçalves assumira o comando supremo dos “farroupilhas”, e viera da sua fazenda do Cristal, no Camaquã, para o povoado

das Pedras Brancas. Ali, numa olaria, no Petim, organizara o seu quartel-general. Por “chasques” de confiança, dirigia-se aos correligionários dos municípios vizinhos, dando-lhes as instruções para o início da ação. As forças de Belém, da Aldeia dos Anjos, de Santo Antônio, da Freguesia da Serra, deveriam marchar para a Capela, onde lhes assumiria o comando Onofre Pires, que estava preso, agora, naquela mesma fortaleza.

Ao anoitecer do dia 18 de setembro, José Gomes de Vasconcelos Jardim saía das Pedras Brancas com cem homens, em um iate, para o lado da capital. A 19, essa força fez junção com a de Onofre. Conhecida a concentração da gente, ordenou o governo a convocação imediata de todas as unidades da ativa e da reserva. Mas poucos foram os soldados que Braga conseguiu reunir, e esses mesmos simpatizantes da revolução. Um irmão de Calvet, cirurgião do corpo de permanentes, logrou, a pretexto de andar em serviço da profissão, chegar ao acampamento dos revolucionários, e os instruiu do que ocorria na cidade. Retornou, esteve em palácio, informou-se da surpresa que Camamu devia trazer, noite alta, aos revoltosos, e foi de novo à Lomba do Cemitério, inteirar Gomes Jardim desses planos. Mandou o chefe revolucionário que Cabo Rocha se postasse de emboscada com trinta homens ao lado da ponte da Azenha. Pouco antes da meia-noite, aparecem os legalistas. A grande distância ainda, as sentinelas avançadas dão as primeiras descargas. Respondem, de imediato, os mosquetões dos insurgentes. E antes que os soldados de Camamu pudessem tomar posição, os revoltosos, sem indagarem do número nem do ânimo dos atacantes, caem sobre eles, a meia rédea e de lança em punho, e os vão levando de roldão até a Várzea. “Não seria crível tanto valor se toda a cidade não o houvesse testemunhado.”

Mostrava a população da capital inequívocas simpatias pelos rebeldes, cujos chefes afrontavam as autoridades publicamente. Onofre Pires, comandante chefe dos assaltantes, saía do acampamento no dia 20 de setembro, e, acompanhado apenas de alguns amigos, entrara a cavalo na cidade, pelo caminho da Várzea. Ia, à plena luz do sol, sublevar o quartel do oitavo, na praça do Portão. Sabia contar com valorosos adeptos entre os oficiais do corpo. O quartel estava hermeticamente fechado. O caudilho apeia do cavalo e passa a golpear com as enormes manoplas a porta principal da caserna. Chegam curiosos. A situação podia fazer-se crítica. Sem perder a calma, salta de novo sobre o cavalo e, com os companheiros, a trote largo, torna ao caminho da Várzea. E some-se na poeira densa da estrada.

No correr desse dia, sublevou-se parte das tropas de Porto Alegre. E no subsequente, amanheceram os muros e as paradas das casas cobertos de proclamações de Bento Gonçalves: só a renúncia de Fernandes Braga poderia restabelecer a ordem. O presidente, abandonado ostensivamente pelos seus, resolve deixar a capital e segue para o Rio Grande. Antes, dirige uma proclamação ao povo. “Não vos deixeis iludir com as palavras e promessas dos que com as armas na mão pretendem depor autoridades e nomear outras a seu bel-prazer. Não acrediteis que eles se contentarão com isso. Cenas lutuosas vos ameaçam; os pretextos de que se servem bem o demonstram pela sua futilidade, pois que o governo central já nomeou pessoa da sua confiança que tomasse em meu lugar as rédeas do governo.” Não se enganava dessa feita Fernandes Braga, envelhecido no mau vezo de viver sempre iludido com os outros e consigo mesmo.

Bento Gonçalves é recebido com delírio pela população da capital. Mas compreende que a ação está apenas em começo e que se faz necessário solidificar a vitória tão facilmente conseguida. Trata logo de conquistar o apoio da parte conservadora da sociedade. “Voltai às vossas pacíficas ocupações e tranquilizai-vos – proclama – que são vossos patrícios os que velam pela vossa segurança. A acefalia em que vos deixou o ex-presidente não vos espante: já officiei à Câmara Municipal desta capital para que emposse na forma da lei o vice-presidente, até a chegada do presidente que for nomeado pelo governo central.”

Deixava o chefe da revolução cautelosamente aberto, assim, o caminho para um entendimento honroso com o governo da Regência. Este nomeava presidente da província, dias depois, o Dr. José de Araújo Ribeiro, homem de ilustração e inteireza de caráter, parente, ademais, de Bento Manuel Ribeiro, o que lhe aumentava as possibilidades de dominar o movimento. Ao desembarcar no Rio Grande, chegado da corte, declarou que não vinha fazer reação, mas promover a paz. Isso não obstante, não publicou o decreto de anistia ampla que trazia consigo, medida que lhe houvera talvez permitido restabelecer a ordem. Depois de uma conferência com Bento Gonçalves, assentou Araújo Ribeiro dirigir-se a Porto Alegre a fim de prestar compromisso perante a Câmara Municipal. Mas “Zambeccari, na qualidade de um dos principais atores do movimento revolucionário e de redator do programa que tinha servido como base das

operações, tomara com os patriotas as medidas oportunas para não reduzir as coisas a mera representação cênica”. O infatigável Pedro *Boticário*, em desacordo também com o plano de conciliação, conseguiu com hábeis medidas protelatórias impedir a posse do novo presidente. Irritado ante o malogro, voltou Araújo para o litoral. E, fortalecido com o apoio de Bento Manuel, cometeu o gesto impensado de tomar posse perante a Câmara do Rio Grande, recusando-se ostensivamente a atender o convite que então lhe fazia a de Porto Alegre, para ratificar perante ela a sua investidura. Publicou, em seguida, nova proclamação, na qual atirava a culpa inteira dos acontecimentos sobre os rebeldes, e se dizia disposto a “restabelecer a ordem e a justiça”. E, para mostrar por que maneira pretendia fazê-lo, pediu à Regência reforços urgentes “a fim de salvar o Rio Grande do perigo de separação”.

Era a guerra.

À atitude de Araújo Ribeiro respondeu a Assembleia Provincial empossando na presidência Américo Cabral de Melo. O ano de 1836 abria-se numa série ininterrupta de guerrilhas. Os farrapos assenhoreavam-se com rapidez dos principais pontos da província. Ia a revolução em franco progresso. Pelos meados do ano, porém, Porto Alegre recai em poder dos reacionários. Um oficial alemão, Henrique Guilherme Moyse, preso no quartel do 8º batalhão, revolta alguns soldados e surpreende as patrulhas que policiavam a cidade. Apodera-se da *Presiganga*, liberta o major Marques de Sousa, que toma a direção do movimento, até que nele se empossa o marechal visconde de São Gabriel. Na mesma madrugada são presos os principais chefes revolucionários, entre eles Marciano Pereira, Pedro *Boticário*, Magalhães Calvet. Desferira o governo central o primeiro golpe de efeito contra a rebelião. Mas, poucas semanas mais tarde, conseguem os farroupilhas uma vitória sensacional: o coronel Antônio de Sousa Neto, auxiliado por um corpo de uruguaios da facção de Oribe, derrota no Seival as forças do visconde de Cerro Alegre. Terminado o sangrento encontro, Neto, até então infenso às ideias antidinásticas, proclama a República Rio-Grandense.

Teve o chefe supremo do movimento notícia desses fatos nas cercanias de Porto Alegre, que se esforçava em retomar de assalto, por ataques simultâneos de terra e do rio. Vendo impossível a empresa, resolve seguir para a campanha. Num desesperado esforço, busca Bento Gonçalves a

margem direita do Jacuí, onde espera realizar junção com as forças de João Manuel, Neto e Crescêncio. E, já seguido de perto pelo inimigo, ocupa o morro do Fanfa. Impede-lhe a esquadrilha de Greenfell a passagem do rio. A bateria do morro mantém cerrado tiroteio com a força adversária. Bento Gonçalves tenta, numa arrancada decisiva, fugir à pressão de Bento Manuel, e ocupa a ilha do Fanfa, a que é cercada e dominada pelo fogo dos navios legalistas. No terceiro dia de combate, viu-se compelido à rendição. Fê-lo de maneira digna e para salvar a vida dos companheiros, fiado na palavra do adversário, que logo a desonrou.

Dias depois, Bento Gonçalves saía das enxovias da *Presiganga* a caminho da prisão, na corte.

Misteriosos amigos concertaram o plano de libertar os prisioneiros recolhidos aos dois calabouços. Alta noite, avizinhou-se da Laje uma canoa. Ao sinal combinado, Bento Gonçalves, que já conseguira serrar as grades da cela, alçou o corpo ágil e saltou pela abertura. Do lado de fora, ficou-se à espera do companheiro. Mas a janela não tinha suficiente largura para dar passagem ao corpo do gordo *Boticário*. Indizível angústia se estampava na sua face empapuçada, gotejando suor. Não havia tempo a perder. A sentinela, sobressaltada pelo ruído, aproximava-se do local. Condoeu-se Bento Gonçalves da sorte do amigo, e fez-lhe sinal para que retrocedesse. E, retesando os músculos, alcançou de novo a janela e voltou ao cubículo. A canoa abriu distância. Depois de libertados os da Laje, ela devia chegar-se às rampas da Santa Cruz. Mas, receosa em consequência do primeiro malogro, e temendo que da Laje dessem aviso à outra fortaleza, conservou-se ao largo, à espreita dos acontecimentos. Os prisioneiros, que já tinham tomado todas as disposições para a fuga, esperavam, angustiados, a aproximação do barco. Vendo-se pressentidos pela guarda, Onofre e Corte Real atiraram-se ao mar, ganhando a largas braçadas a canoa. Zambecari, que não sabia nadar, desistiu da fuga. Acabrunhado, retornou à cela.

\*

Conhecida a fuga dos dois encerrados, as autoridades redobram de vigilância em torno dos remanescentes. O comandante da Santa Cruz foi submetido a conselho de guerra. Seu substituto teve ordem de manter incomunicável o prisioneiro italiano, para quem começava uma

vida de duras privações que se teria fim dois anos mais tarde, quando obteve permissão de regressar à Europa.

Nos seus repetidos encontros com Zambecari, haviam Garibaldi e Rossetti assentado entrar ao serviço da República Rio-Grandense. Bento Gonçalves, ouvido sobre o plano, deu-lhe inteira aprovação. Deliberou-se que os carbonários armariam em guerra a *Mazzini* para fazerem o corso aos navios brasileiros na costa meridional do Império. Emprestavam os prisioneiros grande importância à iniciativa. O porto do Rio Grande permanecia em poder dos imperiais, e isso debilitava sobremaneira as possibilidades da revolução. Tudo quanto concorresse para dificultar as comunicações da corte com a província seria de tentar-se, mesmo à custa dos maiores esforços.

Garibaldi não cabia em si de satisfação. Ia enfim começar a vida de aventuras que havia sonhado ao vir para o Brasil. Nada requereu para lançar-se à empresa, além de um documento oficial, expedido pelo governo da República, que o autorizasse a fazer o corso. A fim de obtê-lo, escrevera Bento Gonçalves a João Manuel, seu substituto no comando das tropas, e que, passado o cargo a Antônio de Sousa Neto, se encontrava então em Montevideu. Enquanto esperavam a carta de corso, iam os carbonários avançando nos preparativos bélicos do lanchão. A parte material do empreendimento ficara a cargo quase exclusivo de Domingos Torrisono, que figurava na capitania do porto como armador da embarcação.

Numa das suas letras a Cuneo, que continuava no Uruguai, escreve Garibaldi que teria ido encontrá-lo no Prata, disposto como andava a abandonar tudo quanto o retinha no Rio de Janeiro. Mas acrescenta em tom confidencial: “Estou, porém, mais do que nunca impossibilitado de fazê-lo. O motivo principal não te posso explicar, sem perigo. Só te direi que me disponho a iniciar uma nova existência, em conformidade com os nossos princípios.”

Chega afinal a carta de corso, tão ansiosamente aguardada. E segue, logo, missiva a Cuneo, esta em termos precisos e claros, a despeito do perigo anteriormente invocado: “Estamos armando a nossa pequena *Mazzini*. Rossetti obteve a patente de corsário.”

Rezava o documento, assinado por João Manuel, com rubrica de José Carlos Pinto, secretário militar, que o “governo rio-grandense autorizava a sumaca *Farroupilha*, de cento e vinte toneladas, a cruzar os mares e rios por

onde trafegassem barcos de guerra ou de comércio do Brasil, podendo apropriar-se deles ou tomá-los por força de suas armas, os quais seriam tidos por boas presas, emanadas de autoridade legítima e competente”. E, referindo-se ao fato de não dispor a República de nenhum porto de mar, ordenava “ao capitão Giuseppe Garibaldi, comandante do dito corsário, em razão de não haver por enquanto na República porto adequado para ancorar, se servisse para este fim dos portos dos Estados vizinhos, em vista das relações ofensivas que os mesmos tinham contraído contra o governo do Rio de Janeiro”. Recorrera o expedidor da patente a vários artifícios. Não a dava como feita e assinada em Montevideú, mas no Candiota, e isso para realçar-lhe a autenticidade, já bastante comprovada, aliás, pelo escudo de armas da República. A arqueação do navio, na realidade de vinte toneladas, aparecia sextuplicada na patente. Referia-se ainda um inciso da carta ao corsário “nº 6”, no evidente propósito de espalhar a confusão entre os inimigos.

\*

Chegados a termo os trabalhos de aprestamento da *Mazzini*, manda Garibaldi transportar para bordo o armamento e as munições. O serviço só podia ser feito por gente de inteira confiança. Ele mesmo, Carniglia e Rossetti ocupam-se, horas consecutivas, em esconder as armas debaixo de sacos de farinha. Como contramestre do improvisado navio de guerra irá Luís Carniglia. Rossetti tomará parte na expedição mas não ocupará nenhum posto. A tripulação será de doze homens, mais o comandante.

Tudo preparado, enfim, numa clara manhã de maio, a *Mazzini* solta as amarras e é conduzida para a parte de fora do ancoradouro. Uma a uma, desfraldam-se-lhe as velas, que branquejam aos primeiros raios de sol. O barco passa junto à polícia do porto, na ilha de Villegaignon. Pede autorização para sair. Os papéis estão em ordem. Aquele lanchão já é conhecido da polícia. Ele carrega e traz café para o Rio de Janeiro. “Seu capitão é um italiano simpático. Os agentes da polícia marítima o saúdam e lhe dão passagem livre.”

Velas enfunadas pelo vento de terra, o “*picolissimo legno*” que será dentro em breve a escuna de guerra *Farroupilha* manobra em direção à barra, passa à sombra quase da fortaleza de Santa Cruz, de onde, através das grades do cárcere, talvez o estejam acompanhando os olhos tristes de Zambecari. E lança, resoluta, a proa sobre o Atlântico.



.....

## *Capítulo V*

### O RIO DA PRATA

**A** BORDO DA SUA GAROUPEIRA, tinha Garibaldi a sensação de que o oceano lhe pertencia. Ele era, enfim, um corsário: daria caça a navios inimigos, espalharia o terror nos mares. Enchia-o de orgulho a empresa confiada ao seu valor. Em nome dos bravos que no Rio Grande se batiam pela liberdade, ele e os seus companheiros iam desafiar um Império e fazer tremular pela primeira vez, em águas territoriais brasileiras, a bandeira de Piratini.

Hasteada à popa, ali estava aberta ao vento, a flâmula tricolor. Zambeccari lhe havia explicado a simbologia das suas linhas e do escudo de armas. Na bandeira, os triângulos retângulos, de cores verde e amarela, figuras geométricas da perfeição; o quadrilongo central, em vermelho, representação do mundo, na concepção dos antigos. Assim, na linguagem do pavilhão, o mundo das lutas presentes, tinto de sangue, é base ao mesmo tempo do progresso material, representado pelo triângulo cor de ouro, e da perfeição moral, pelo triângulo cor da esperança. No escudo, as colunas de Hércules, o *nec plus ultra* da marcha aparente do sol, significam que o poder e a sabedoria de Deus estão acima do julgamento dos homens; as romãs que as encimam, imagens da harmonia social; nos triângulos do

quadrilátero, as estrelas flamígeras de cinco pontas, designação da quintessência universal, do espírito animador de todas as coisas; o barrete frígio, emblema da república e da liberdade; a espada que o sustenta, símbolo da justiça e da inflexibilidade no cumprimento da lei; os ramos de acácia, evocação do florescimento das ideias que devem encher de beleza a vida dos homens. O número três, o número místico das idades sagradas, está nas suas cores, nos seus desenhos, e ainda ao sopé do escudo, no dístico da República, inspirado nas conquistas da Revolução Francesa.

Desfraldada pela primeira vez no mastro da *Bela Angélica*, navio de Modesto Franco, em Buenos Aires, ela já tivera sua consagração oficial na sede do governo revolucionário. Desde então, acompanhava os exércitos republicanos em todas as refregas, síntese, a um tempo, do apego da gente do Sul às coxilhas nativas e do seu amor à liberdade, integrado na universal aspiração da concórdia humana. Não nascera esse pavilhão de um capricho inconsequente de homens que vivessem alheios ao sentimento das massas. Correspondia, pelo contrário, aos imperativos de uma comunhão social consciente dos seus destinos – ou a Federação e a República, ou a independência. O sangue de que já se empapara nos campos de batalha fazia dela, mesmo aos olhos estrangeiros de Garibaldi, um símbolo do sacrifício, da bravura, da inteireza moral do povo do Rio Grande.

Transposta a barra, o corsário rumou em direção ao meio-dia. Navegava nas alturas da Ilha Grande, quando surgiu das bandas do sul um navio com a bandeira do Império. Pela pequena diferença entre o convés e a linha do mar, podia notar-se que vinha atestado de carga. A postos a tripulação, Garibaldi mandou aproar direto à galeota, cuja passagem cortou numa rápida manobra. Enquanto os companheiros tomavam posição e combate, intimou à rendição o comandante, que não se repunha da surpresa de tão estranha aventura, a três milhas da barra do Rio de Janeiro. Os abordados não ofereceram resistência. Em poucos instantes, tornaram os atacantes efetivo o apresamento do barco, a sumaca *Luisa*, de propriedade de D. Felisberta Stockmeyer, comando de Guilherme Grann. Tinha o navio a quilha coberta de cobre, tombadilho com “trincheira corrida de popa a proa, velacho e vela grande, próprios para caçar”. Na impossibilidade de seguir viagem com os dois barcos por falta de tripulação suficiente em que pudesse ter confiança, resolveu Garibaldi passar-se com armas e bagagens

para a sumaca e meter a pique a *Mazzini*, que tivera, como corsário, tão curta e fecunda existência. Cientes os tripulantes atônitos da *Luíza*, de tal resolução, um português que nela viajava ofereceu ao chefe dos piratas algumas pedras preciosas em troca da sua vida, que imaginava gravemente ameaçada. Tranquilizou-o Garibaldi com a explicação de que faziam o corso como medida de guerra, não para saquear. Guardasse, pois, as joias e nada temesse dele nem dos seus homens.

Substituído o nome familiar da *Luísa* pelo dístico de guerra *Farrroupilha* e hasteado o pavilhão da República, prosseguiram na rota para o sul. Após seis dias de navegação, quando andavam pelas alturas e Ipororai, na costa de Santa Catarina, aproximaram-se de terra, arriaram o único escaler e nele soltaram os tripulantes da *Luíza*, menos seis escravos que seriam desembarcados no Uruguai como homens livres, de acordo com preceitos firmados pelos republicanos rio-grandenses. E continuaram a viagem para a embocadura do Prata. Levavam como escopo o porto de Maldonado, onde esperavam encontrar, além de fácil mercado para a carga apreendida – 3.600 arrobas de café –, seguro auxílio de parte das autoridades uruguaias, na conformidade do que rezava a carta de corso e das explicações verbais transmitidas a Garibaldi.

\*

Vivia o Uruguai imerso, então, na desenfreada caudilhagem revolucionária contemporânea da sua formação nacional. As rivalidades entre Lavalleja e Rivera, astuciosamente disfarçadas por vezes para explodirem de novo, mais adiante, em arremessos de ódio mortal, traziam dividida a escassa população da República em dois acampamentos de guerra. Dos dois caudilhos, seria Rivera homem de mais volume político, de maior inteligência talvez, de menos escrúpulos por certo na escolha dos meios de ação. Mas Lavalleja, antigo capataz de charqueada em Buenos Aires, tinha a seu favor a auréola da invasão dos Trinta e Três e das vitórias subsequentes, preparatórias da Assembleia da Flórida e da proclamação da independência. Em vivíssimo contraste com esse fulgor da personalidade moral de Lavalleja, argue-se apaixonadamente contra Rivera sua antiga condição de oficial do Exército brasileiro e seus entusiásticos juramentos de fidelidade ao imperador D. Pedro, depois de haver servido às hostes libertadoras de

Artigas. Mas seus adeptos explicavam essas atitudes como aceitáveis recursos de ocasião, mercê dos quais pudesse mais vantajosamente lutar pela independência nacional, quando de novo chegado o momento.

O primeiro governo provisório fora ocupado por Lavalleja. Corresponhia-lhe de direito a investidura, como organizador e chefe da revolução emancipadora. Rivera, porém, não se conformava com a preeminência do rival. Tomando por pretexto uma ordem de incorporação das tropas uruguaias ao Exército argentino, ditada pelo representante das Províncias Unidas da Banda Oriental, promovera um motim, o primeiro da sangrenta era das revoluções, em 1826. Lavalleja, por sua vez, não satisfeito com o mandato de governador e capitão geral da província, dissolvera a legislatura de 1827 por meio de outro golpe de força. Quando, no ano seguinte, se assinava a Convenção Preliminar da Paz entre o Brasil e a Argentina, que fazia do Uruguai, na frase de um estadista do Império, a rama de algodão entre dois grandes vidros expostos a quebrar-se pelo choque, estava o recurso às revoluções consagrado como preceito normal para resolver pendências entre caudilhos rivais. E o novo Estado se engolfava em plena anarquia caudilhesca.

Inutilmente haviam os elementos intelectuais e conservadores da sociedade procurado esterilizar o conflito entre esses dois homens fortes e astuciosos, primitivos e violentos, reminiscências de épocas barbarescas, chamando o argentino Rondeau para governar o país. Mas, apesar de estranho às lutas locais, não soubera Rondeau imunizar-se contra os perigos do ambiente, e tivera de renunciar. Voltou ao poder Lavalleja, eleito pela Assembleia Constituinte, e logo depois estalava a segunda rebelião de Rivera. Na impossibilidade de submetê-lo, preferira o governante firmar um pacto com ele, assegurando-lhe a presidência da República logo que terminado o período em curso. Seria esta “uma fórmula de trégua mais que de paz, destinada a dar elementos para que os vencidos se lançassem às represálias, como efetivamente o fizeram dois anos mais tarde”.

No governo de Rivera, o promotor de levantes passa a ser Lavalleja. Duas terças partes dessa administração foram consumidas em reprimir motins e reprimir a desordem. Sufocada a primeira mazorca, organiza Lavalleja a segunda, logo a terceira. E já não lhe faltam então argumentos de efeito para levantar o ânimo da população contra o governo: o derramamento do sangue de prisioneiros, a confiscação geral dos bens dos revo-

lucionários, a má administração das finanças públicas; acusações reais, por certo, mas decorrentes precisamente da anarquia que dominava o país em consequência das revoluções.

Dificultava-se a presidência de Rivera, ademais, pela política de Rosas, que acusava o governo de prestar auxílios aos unitários emigrantes na Banda Oriental, os quais estariam preparando a invasão por Paissandu, sob as ordens de Lavalle, vencedor e algoz de Dorrego. Também no Rio de Janeiro, inspirava desconfianças o governo do antigo oficial do Exército brasileiro. José Bonifácio afirmava no Parlamento “que se urdia uma liga entre Corrientes, Entre-Rios e a nova República do Uruguai para corromper o espírito dos habitantes do Rio Grande do Sul, com o fim de unir essa província àqueles Estados”. Por ocasião do terceiro levante, dirigia-se Rivera ao povo para fazer o processo definitivo de Lavalleja, “que desde época remota se constituía em ímã e foco de todos os elementos de anarquia”, elemento fixador “da linha que divide para sempre os orientais respeitadores da Constituição daqueles outros, traidores, que pretendem sepultá-la em sangue e nos horrores da subversão. Entre uns e outros – acrescentava – já não existe outro intervalo senão o do tempo, que separa as gerações e os manes das vítimas sacrificadas pela liberdade”. Rivera, no poder, não se lembrava de que fora ele e não outro o iniciador das sublevações como recurso hábil para a conquista com maior facilidade ainda as suas eloquentes palavras presidenciais com respeito à defesa da Constituição e das liberdades públicas e as suas apóstrofes condenatórias das revoluções.

Quando se aproximava do fim o mandato presidencial, procurou o caudilho entre os seus asseclas aquele que melhores garantias oferecesse de conservar-se incondicionalmente submisso à sua ambição de mando. Recaiu a escolha em Oribe. Logicamente, a presidência de Oribe deveria ser em tudo uma exata continuação da presidência de Rivera. Vencido Lavalleja e obrigado a expatriar-se, a vontade forte do rival se assenhoreara por completo do cenário político do país. Fora graças à sua proteção que Oribe viera galgando as posições de influência partidária e governamental. Fizera-o ministro da Guerra, e tanto vale dizer que lhe confiara a segunda posição administrativa da República. Em verdade, no início da sua carreira, havia sido Oribe homem da confiança de Lavalleja e, como tal, perseguiu as forças de Rivera quando este punha em execução o plano de

marchar sobre as missões. Mas, reconhecendo “as intenções patrióticas” do adversário de então, se apressara em prestigiá-lo perante os seus superiores e deixara de hospitalizá-lo militarmente.

Tudo fortalecia a convicção de que faltasse ao novo presidente envergadura para enfrentar o seu criador. Se nenhum dos dois tinha cultura sequer acima da rudimentar, se tanto um como outro encarnavam o tipo clássico do caudilho das campanhas platinas daqueles tempos, indiscutível é que Rivera levava a Oribe vantagens pela inteligência, pela plasticidade das atitudes, pela capacidade de transigir e acomodar-se. Oribe unia à mediocridade intelectual “um amor-próprio insuperável, o que o levava a desconhecer toda superioridade mental e a ratificar-se invariavelmente nas suas próprias opiniões e decisões”. Verdadeiro egocêntrico, revelando a todos os propósitos as taras da sua formação, ele seria influenciado forçosamente por indivíduos destituídos de escrúpulos, dispostos a fortalecê-lo na convicção da sua superioridade.

Apenas chegado ao poder, duas forças antagônicas entraram a agir sobre ele: Rivera e Rosas. “Rivera entendia ser o país patrimônio seu, via em Oribe apenas um subordinado, um lugar-tenente obrigado a consultá-lo em tudo, e em tudo conformar-se às suas indicações.” Rosas, inimigo de Rivera e portanto inimigo de Oribe, propunha-se a tirar partido dessa situação de subalternidade em que os acontecimentos colocavam o presidente oriental. Ameaçando-o com os perigos de uma nova invasão de Lavalleja, seu amigo e protegido, soube o ditador de Buenos Aires trazer Oribe ao terreno das transações. Isso conseguido, passou a mostrar-lhe que as ameaças revolucionárias de Lavalleja tinham por motivo as ligações de dependência política do seu governo com Rivera. E falava-lhe ao amor-próprio com as possibilidades de um completo desmonte da influência do poderoso caudilho, que se fazia cada vez mais exigente em relação ao subalterno por ele colocado na administração da República. Daí para o rompimento definitivo com Rivera não faltariam a Oribe os melhores pretextos. E mais uma vez se confirmava a regra política da revolta da criatura contra o criador. Destituído do posto de comandante-general da campanha, dentro em pouco voltaria Rivera a reunir os seus gaúchos para mais uma revolução.

Logo ao começo da presidência de Oribe, irrompera a rebelião no Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves, amigo pessoal de Lavalleja, contava com os auxílios do rival de Rivera, o que vale dizer que este, desde logo, tomou posição a favor da causa do Império. Oribe começaria em seguida a sua aproximação com Lavalleja e passaria a inclinar-se ostensivamente para o lado dos revolucionários rio-grandenses. A revolução de Rivera traria como dupla consequência para Oribe sua aliança com Rosas e sua neutralidade simpática em relação aos “farrapos”. Araújo Ribeiro comunicava ao governo Imperial, a respeito das atividades de Oribe: “O presidente atual da República do Uruguai já simpatiza sobremaneira com rebeldes que nos fazem guerra, sucedendo que Frutuoso Rivera se encosta para a causa do Império.” E Oribe, confirmando o que dele dizia o presidente do Rio Grande, chegou a dirigir-se à fronteira de Jaguarão, a fim de ter um encontro, ali, com Bento Gonçalves.

Mas, instável nos seus compromissos, o feitio reticencioso do caudilho uruguaio fazia-o fugir às posições definidas e claras. As relações simultâneas e sempre incertas que mantinha com a República Rio-grandense e com a corte do Rio de Janeiro fornecem disso a prova mais concludente. Mas, fora de dúvida também, que a falta de atenção de alguns chefes rio-grandenses colaborou grandemente na mudança de atitude que, em relação a eles, pouco depois haveria de operar-se nas atitudes de Oribe. Quando João Manuel de Lima e Silva, que estivera por alguns meses em Montevideu para tratar-se dos ferimentos recebidos em combate, quis retornar ao Rio Grande, conseguiu a legação brasileira evitar-lhe fosse expedido passaporte. Isso não obstante, nas cercanias da capital aguardava-o Lavalleja, que o levou, na maior intimidade, ao quartel de campanha. Também não sofreram incômodos Onofre Pires e Corte Real quando, fugidos da fortaleza de Santa Cruz, apareceram na capital uruguaia.

Dois fatos foram decisivos na mutação definitiva de Oribe: a ameaçadora permanência de Frutuoso Rivera no Rio Grande e a nova adesão de Bento Manuel à causa da revolução. Rivera era amigo íntimo e compadre do trêfego sorocabano. Juntos haviam servido à causa de D. Pedro na Província Cisplatina. Obrigado a emigrar em consequência das suas derrotas, o caudilho se achegara à sombra do companheiro de antigas andanças em comum. E, logo que Bento Manuel se passou de novo para os arraiais

republicanos, acompanhou-o na mutação. Preparava-se Rivera para invadir o Uruguai. Bento Manuel cedeu-lhe praças do 3º corpo de cavalaria e cem índios. E, como se isso já não fosse bastante para acender suspeitas no ânimo tergiversante de Oribe, João Manuel, afastado do comando-chefe dos exércitos republicanos e resolvido a organizar um corpo nas missões, teve a infeliz ideia de associar à empresa o mesmo personagem tão malvisto pelo governo de Montevideú. Inúteis as reclamações de Oribe contra tais faltas. O governo de Piratini neles não tinha conivência, por seguro. Mas menos certo não era que a prometida expulsão de Rivera nunca se efetuava. “Eu já não encontro meios de iludir as reiteradas e baseadas reclamações da Banda Oriental”, dizia Canabarro, que bem compreendia a urgência dessa “operação a todas as luzes indispensável à tranquilidade do Uruguai, e cuja demora podia comprometer seriamente a dignidade, os interesses e a segurança da República”.

A legação brasileira não deixaria de aproveitar convenientemente, no interesse do Império, a sequência de tais fatos. Em ofício de fins de abril de 1837, o encarregado de negócios Almeida Vasconcelos informava que o governo uruguaio, por “arrependimento ou por qualquer outro motivo, parecia disposto a mudar de atitude em relação à política brasileira”. “José María Reyes – acrescentava – visitou-me, desejoso de saber o que penso acerca da pacificação do Estado Oriental e do Rio Grande. Depois de evidenciar os receios que tem do referido Bento Manuel, disse-me que o vice-presidente da República nutria sentimentos iguais aos meus.” Lembrou o funcionário uruguaio uma carta de 1835, em que Oribe alvittrara um acordo para conter os facciosos dos dois países. E informava ainda Vasconcelos que no dia seguinte voltara à sua presença o mesmo Reyes para, de parte do vice-presidente Anaya, perguntar-lhe sobre que bases se poderia celebrar um convênio de recíproca segurança entre o Uruguai e o Império. Respondera-lhe evasivamente o diplomata brasileiro; mas, no desejo de demonstrar a sua boa vontade, dissera não ver inconveniente em expor-lhe as possíveis proposições do Rio de Janeiro, “desde que o governo oriental se dispusesse a dotá-las já e já”. E terminava a informação: “Reyes tomou nota por escrito das sete cláusulas que exarei, com a reserva de que nada comunicasse ao governo imperial antes de conhecer-se, a respeito, o pensamento do general Oribe, esperando aqui dentro de oito dias.”



Entre as cláusulas propostas por Vasconcelos a Reyes, a de número um, inspirando-se deveres da neutralidade estrita, rezava que o governo uruguaio expediria ordem no sentido de que nenhum partido do Rio Grande recebesse auxílios do Estado Oriental; mas os de números subsequentes, ingressando francamente no terreno dos auxílios recíprocos, mandavam interditar a fronteira aos revolucionários, “que seriam internados sempre que emigrassem”; e, por último, se dispunha ainda que não seriam toleradas “provisões a rebeldes, de vestuários ou artigos de guerra”. Esse projeto de convênio não chegou a ser apresentado à assinatura de plenipotenciários. Tão depressa transpirou a sua tramitação, levantou-se no Parlamento brasileiro forte oposição contra ele. Mas a simples propositura das cláusulas pelo encarregado de negócios do Brasil e o seu exame pela chancelaria uruguaia bastam só por si para caracterizar nitidamente a nova diretriz do governo de Oribe em relação ao conflito rio-grandense. Queria o presidente uruguaio que o governo imperial tornasse efetiva a expulsão de Rivera do Rio Grande do Sul, o que os farrapos não haviam conseguido, e o auxiliasse a debelar a revolução daquele caudilho. Em troca do que, acrescentava, “este governo sustentará com todo o seu poder as autoridades do Império no continente do Rio Grande”.

\*

Estavam as coisas precisamente neste pé, quando confiados os seus tripulantes nas instruções liberais da carta de curso, meses antes expedida e assinada em Montevidéu, chegou a *Farroupilha* a Maldonado.

No pequeno porto achava-se ancorada apenas uma baleeira francesa. A chegada de um navio suscitava sempre a curiosidade da população. Crescia de ponto, agora, o alvoroço da gente, porque a escuna que deitara ferros a pequena distância da praia arvorava uma bandeira de todos desconhecida. A polícia marítima, percorrendo a lista dos pavilhões estrangeiros, certificou-se de que aquela flâmula não era a de nenhum Estado oficialmente reconhecido.

A recepção das autoridades ao corsário longe estaria de corresponder à expectativa de Garibaldi. Por toda parte encontrava evasivas, desconfianças. Enquanto Rossetti ia a Montevidéu procurar contato com amigos da causa rio-grandense, ficava Garibaldi tratando de vender a partida de café e acompanhando de perto o desenrolar dos acontecimentos.

Apenas inteirado o vice-cônsul do Brasil de que o navio entrado no porto estava a serviço dos revolucionários de Piratini, dirigiu-se à legação do Império prevenindo-a do fato. O encarregado de negócios, em nota à chancelaria de Montevidéu, requereu a captura da embarcação. O barco ia ser apreendido pelo governo, embargada a mercadoria, ele mesmo levado à prisão. Da capital, zarpara já, a fim de executar as ordens, uma escuna de guerra uruguaia, a *Loba*, e logo após se faria de velas para Maldonado o *Imperial Pedro*, navio da marinha brasileira, estacionado no Prata. Não havia tempo a perder. No correr da noite, a *Loba* estaria no porto.

Garibaldi mandou a Carniglia, que estava a bordo, ordem de preparativos imediatos para a partida. E, como ainda estivesse no desembolso do preço do café, já de noite, foi à casa do mercador de duvidosa honestidade para liquidar o assunto. Sentado à porta, o homem descansava da faina do dia. Quando viu o capitão, fez-lhe sinais de que se retirasse, como para adverti-lo de que a sua presença pessoal corria risco. Fingiu Garibaldi não compreender e, achegando-se a ele, pôs-lhe a pistola ao peito:

– “O meu dinheiro!, disse-lhe em tom imperativo.

Quis o negociante responder com evasivas. Parecia-lhe perigosa a transação. O café ia ser apreendido pelo governo. Mas, a uma nova intimação, levantou-se precipitadamente e foi ao interior da casa, de onde voltou com a soma devida: dois mil patacões.

A passos apressados, correndo quase, dirigiu-se Garibaldi ao porto. A bordo, já encontrou tudo pronto para largar. Não atinavam os tripulantes com o rumo a seguir. Interditada a presença do corsário no Uruguai, previram que sorte idêntica o aguardaria em Buenos Aires, cujo governo ditava ordens ao de Montevidéu. A situação era das mais críticas. A única esperança de Garibaldi estava em que Rossetti pudesse encontrar, na capital, alguma solução menos ruínosa para o caso. Assim pensando, despachou um próprio, a fim de prevenir o companheiro da sua partida, estuário adentro. E às onze horas da noite, deixou o porto e navegou pela costa esquerda, para além de Montevidéu.

Garibaldi passou a noite acordado, ao lado do timoneiro. Seus olhos, acostumados a enxergar nas trevas, adivinhavam continuamente a imediata proximidade da terra. E mandava dar de leme para a esquerda. De repente, alta madrugada, ressoa um grito de espanto. O navio estava a ponto

de ser atirado sobre os rochedos, que mal emergiam das águas. O desastre parecia inevitável. Grossos vagalhões varriam o tombadilho de lado a lado. Mais ao acaso que de acordo com preceitos técnicos, fez executar rápidas manobras, escolhendo entre os perigos os que lhe pareciam menores. E conseguiu, ao cabo de uma luta desesperada, afastar o navio da costa. Só ao outro dia deu com a causa da catástrofe iminente. O marinheiro encarregado do armamento colocara os mosquetões no compartimento da bússola. Influenciada pela presença do aço, a agulha se havia desviado para terra.

Ao amanhecer conseguiram os tripulantes localizar a posição do navio: encontravam-se a pequena distância da ponta de Jesus-Maria, nas barrancas de San Gregório. Sobre o litoral, abria-se a perder de vista a campanha uruguiaia, povoada de gado. À distância de quatro milhas, mais ou menos, branqueava uma casa. A bordo, os alimentos faziam-se escassos. O gosto da aventura decide Garibaldi. Ele mesmo iria a terra de chegar àquela habitação. Como o escalor houvesse ficado na costa de Santa Catarina, ele e o marinheiro Maurício tomam uma jangada de tábuas, às pressas preparada, e conseguem saltar na praia. Ao cair da noite, atingem o rancho, moradia de um capataz. Atende-o hospitaleiramente a dona da casa, ocupado o marido nas lides do campo.

Garibaldi estava em presença de uma senhora jovem, montevidiana, de boa educação. Disse-lhe ao que ia. A moça lhe explicou, por sua vez, onde ele se encontrava. Falava um pouco de italiano. Com muito desembaraço, atendeu à inesperada visita. Apesar de acostumada a outro meio, disse-lhe que não trocava aquela existência idílica pela vida da cidade. Sabia de cor versos de Dante e de Petrarca. Recitou-os ao viajante maravilhado. Depois foi buscar um volume de Quintana, e enquanto Garibaldi matava a fome com um pedaço de carne assada, lia-lhe poesias em espanhol, que ele não entendia.

Encontrava o caráter romanesco de Garibaldi, naquele ermo, uma fonte de suaves emoções, que lhe fazia esquecer a brutalidade dos homens, e sua própria brutalidade, e o reconciliava com o sentido espiritual da vida. Perguntou à hospedeira se não era poetisa.

– Haverá algum, respondeu, que não seja poeta diante das maravilhas desta natureza?

E sem que o hóspede houvesse de pôr demasiada insistência no pedido, recitou-lhe algumas das suas composições. Seguiu a amável tertú-

lia, quando chegou o capataz, homem forte, de maneiras rudes, mas de bondosa expressão fisionômica. Instou-o para que passasse ali a noite. Na madrugada seguinte saíam juntos e carneariam uma rês, que o viajante levaria para bordo. Sem se preocupar maiormente com o companheiro que o esperava junto à jangada, Garibaldi dormiu a sono solto, como se estivesse em sua própria casa. Maurício, acorado nas areias da praia, tiritava de frio; e não fechou os olhos a noite toda de medo das onças que, segundo lhe haviam dito, abundavam nas campanhas platinas.

Ao clarear da manhã o capataz levou o hóspede ao campo e cumpriu a promessa de dar-lhe uma vaquilhona, escolhida entre as melhores. Com grandes esforços, conseguiram Garibaldi e o marinheiro vencer as ondas e chegar a bordo com a provisão de carne que levavam.

De Rossetti, nenhuma notícia. Os da *Farroupilha* começavam a inquietar-se. Que teria acontecido ao companheiro, sempre tão solícito no cumprimento dos seus encargos? Passou-se a noite toda em espera, e também a manhã imediata. Às primeiras horas da tarde, grande regozijo a bordo. Dos lados de Montevidéu surge uma lancha, que vem direito ao navio. Será Rossetti? À medida que o barco se aproxima, crescem as dúvidas. A lancha não traz o sinal combinado, uma bandeira vermelha à proa. Garibaldi manda que os tripulantes ocupem os seus postos, preparem o velame e estejam de armas à mão. Quando a lancha vem à distância de poucas bragas, irrompem do seu porão cerca de trinta homens armados de mosquetões, e rápido tomam posição de combate. O comandante, em alta voz, intima a *Farroupilha* a render-se, em nome do governo oriental. Garibaldi, em resposta, manda abrir fogo. Os da lancha, mais do dobro em número, varrem a balas o tombadilho do corsário.

– As velas de diante!, grita Garibaldi.

Mas a galeota não obedece ao leme. Quando o marinheiro Florentino vai executar a ordem, um tiro o atinge na testa. No meio da fuzilaria, tenta Garibaldi substituí-lo. Uma bala o fere no pescoço, entre a orelha e a carótida, e ele cai sem sentidos. Carniglia assume o comando. Ao cabo de uma hora de combate, a lancha se retira com o pano crivado de balas e volta a Montevidéu com três feridos a bordo, um deles em estado mortal.

Decidira o governo uruguaio dar cabo do corsário. Em vista do insucesso da primeira tentativa, mandou ao mesmo local no dia imediato outra embarcação, a *Loba* em cujas águas navegava o *Imperial Pedro*. Mas quando essa expedição chegou às proximidades do Pavon, já havia desaparecido a *Farroupilha*. De bordo do navio brasileiro, avistaram apenas à distância, um pequeno barco, já perto da Colônia, de proa para Buenos Aires.

Entre os tripulantes do corsário lavrava o desânimo. Grave-mente ferido o comandante, perseguidos a ferro e fogo pelo governo de Montevideú, que lhes restava fazer, depois de sepultado nas águas do rio o companheiro morto? Alguns dentre eles desertaram a nado, alta noite, quando o barco havia penetrado no labirinto do delta.

Constrangido a tomar algum rumo, Garibaldi assinala na carta, mais ou menos a esmo, o porto de Santa Fé, que devia ser alcançado pelos canais do Gassu e do Ibicuí. Chegados às proximidades de Gualaguai, tiveram o auxílio da galeota *Pinturesca*, de Buenos Aires, cujo capitão, Luís Tartabull, dispensou toda sorte de cuidados aos fugitivos.

O ferimento de Garibaldi inquietava a Carniglia. Durante a fuga rio acima, não havia a bordo outro alimento além de café. O ferido ardia em febre, com acessos de delírio. Graças à gente da galeota amiga, a situação se tornara menos aflitiva. Podia-se pelo menos estar tranquilo quanto à alimentação para a marinagem. Ao partir para Buenos Aires, dera Tartabull a Garibaldi cartas de recomendação para Don Pascual Echagüe, governador da província de Entre-Rios, e ao biscainho Arraigada, fazendeiro nas proximidades.

Echagüe, gentil-homem campestre, recebeu-os com simpatia. Instruiu o seu médico, um jovem argentino, Ramón del'Arca, para que cuidasse do ferido e lhe fizesse a extração da bala.

A legação brasileira em Buenos Aires, inteirada da subida do corsário pelo Paraná, fazia pressão sobre o governo para que procedesse “à arrecadação das existências no barco, sem excluir o respectivo casco”. Uma chalupa vinda de Higuieritas dera notícias precisas da *Farroupilha*. O plenipotenciário Lisboa dirigiu-se incontinentemente ao ministro das Relações Exteriores, pedindo-lhe que fossem efetivadas aquelas providências. Respondeu Araña que já soubera do fato e ia levá-lo ao conhecimento de Rosas, para que ainda no mesmo dia “tivessem curso as medidas resguardadoras que eram de lei”.

Aos governos de Santa Fé e Entre-Rios foi transmitida ordem de captura do barco e aprisionamento da tripulação. Echagüe, porém, fazia ouvidos de mercador às recomendações da capital. Às novas insistências respondeu não dispor de gente para efetuar a apreensão. Quase diariamente indagava o representante brasileiro se as providências já haviam sido cumpridas. E quando Araña lhe transmitiu a resposta final do governador da província, Lisboa, de acordo com o Ministério do Exterior, mandou para o local uma baleeira tripulada por gente da sua confiança, a fim de apossar-se do corsário e levá-lo para Buenos Aires. E assim se fez.

Até segunda ordem, Garibaldi deveria ficar preso em Gualeguai. Mas o governador não tornou efetiva a prisão. Deu-lhe a cidadezinha por menagem, livre de morar onde quisesse. Jacinto Andreus, um dos mais considerados “vecinos” do lugar, com quem o fugitivo entabulara desde logo relações de amizade, ofereceu-lhe a residência. Davam-lhe as autoridades permissão de andar a cavalo pelas redondezas. De começo, achava ótima aquela vida, saudável e descansada. Mas não tardou a pesar-lhe a inatividade e a irritá-lo a situação de prisioneiro. Recebia diariamente um peso para atender aos seus gastos, à guisa talvez de indenização pelo sequestro do navio.

Seis meses durava já o confinamento quando Echagüe seguiu para Buenos Aires, deixando em seu lugar Leonardo Milan, que mostrara sempre grande indiferença pelo prisioneiro. Ausente o governador, começaram pessoas da localidade a entremostrear-lhe possibilidades de evasão. Afinal, por que estava ele ali? Que interesse teria o governo argentino em manter indefinidamente naquela situação um homem que nenhum crime cometera contra as leis do país? A administração da província, por certo, acrescentavam, veria o afastamento dele sem nenhuma contrariedade. Em vista das deferências com que o tratavam, pareceram a Garibaldi de todo normais essas insinuações. A pouco e pouco foi dispondo as coisas para a fuga.

Numa noite de tempestade, bateu à porta de um conhecido que morava a três milhas da cidade e pô-lo ao corrente do seu plano, pedindo-lhe auxílio. Conseguidos um vaqueano e cavalos, puseram-se em marcha na alta madrugada, deixando a estrada real e galopando através dos campos. Tinham que andar mais de cinquenta milhas para atingir a estância de um inglês, sobre o rio Ibicuí. Ao clarear do dia, estavam com a fazenda à vista. Combinaram que Garibaldi ficasse num capão enquanto o companheiro se acercaria da casa,

por ver se não havia inconveniente na aproximação. Mais morto do que vivo pela fadiga da viagem e sentindo dores lancinantes pelo corpo todo, o fugitivo amarrou o cavalo a uma árvore e deitou-se a descansar. Passaram-se horas e o guia não voltava. Impacientado pela demora, levantou-se para examinar o caminho em direção à estância. Nesse mesmo instante, começou a ouvir ruídos de gente a cavalo. Voltou-se e deu com um bando de indivíduos, que de espada em punho se atiravam sobre ele. A resistência seria inútil. Os agressores vociferavam, indignados. O italiano mal os compreendia. Com as mãos atadas pelas costas e os pés sujeitos à silha da montaria, reconduziram-no a Gualeguai.

Ao fim de penosa viagem, recebeu-o Milan com impropérios e ameaças. Queria saber quem o auxiliara na fuga. Como o preso se negasse à delação, passou, transfigurado de cólera, a chibatear-lhe o corpo e o rosto. E recomeçou o interrogatório. Persistindo Garibaldi na sua obstinada mudez, mandou o brutamontes metê-lo na enxovia, com ordem de torturá-lo até que se resolvesse a denunciar os cúmplices. Atadas as mãos, passaram-lhe pelos pulsos uma grossa corda e o suspenderam a uma trave, à altura de quatro ou cinco pés. Ardia-lhe o corpo como uma fornalha. Parecia que os braços iam destroncar-se. O olhar em chamas, a boca ressequida apesar da água que de momento a momento lhe dava a beber um soldado, Garibaldi resistia. Assim o deixaram por mais de duas horas. Vendo inúteis os suplícios para arrancar-lhe a confissão arrastaram-no, meio desfalecido, à enxovia. Aí o amarraram ao cepo, ao lado de um assassino.

Jacinto Andreus também foi recolhido à cadeia, suspeitado de haver auxiliado a fuga. A população estava aterrada com os sucessos. Nesses momentos agudos, uma senhora do lugar, de sobrenome Albeman, condoída dos padecimentos de Garibaldi, obteve a permissão de levar-lhe alimentos. Poucos dias depois, conduziram-no à capital da província, onde permaneceu por dois meses. Um belo dia, sem que jamais soubesse o porquê, puseram-no em liberdade, de ordem do governador.

Apesar das torturas padecidas em Gualeguai, Garibaldi nunca esqueceria, por toda a sua vida, a figura simples e humana do governador Echagüe. “*Vorrei oggi ancora*” – escreverá nas *Memórias* – “*potergli provare la mia gratitudine d’ogni cosa, massime per la mia libertà, che senza di lui potevo non ricuperare per un tempo indefinito.*”

\*

Livre, enfim, uma só preocupação o dominava: reunir-se de novo aos amigos que deviam estar no Uruguai. Na capital da província, tomou passagem a bordo de um navio genovês, que o deixou na embocadura do Paraná. E daí seguiu diretamente para Montevidéu, onde encontrou Rossetti, Cuneo e Castellini.

Rossetti, ao chegar de Maldonado, fora perseguido pela polícia e tivera de ocultar-se durante semanas em casa de um amigo. Essa a razão pela qual nenhuma notícia pudera enviar à *Farroupilha*, quando Garibaldi o esperava nas barrancas de San Gregório. Inteirara-se pelas folhas, em seguida, do sangramento epílogo da aventura. Mas, não sabendo como encontrar o companheiro, resolvera seguir para o Rio Grande no intuito de transmitir às autoridades da República a notícia do malogro do curso, como consequência da inesperada atitude dos governos platinos. Em Piratini, assentou-se que os italianos fossem de vez para o Rio Grande do Sul, onde os seus serviços seriam de utilidade na Marinha da República.

Durante o mês de permanência em Montevidéu, esteve Garibaldi escondido em casa do italiano Pesenti. Continuava a ordem de prisão contra ele, por motivo do combate com o lanchão do governo.

Reposto de tantas emoções e sofrimentos, partiu Garibaldi para o Rio Grande, em companhia de Rossetti. Fizeram a viagem a cavalo, dias e dias, “*con grandissimo diletto*”, através das intermináveis planuras uruguaias. Aquele espetáculo inteiramente novo para ele maravilhava o caçador de aventuras, acostumado à angústia física dos desfiladeiros e dos precipícios e aos cenários sociais do despotismo e da submissão. No ambiente em que ora se movia tudo respirava liberdade. Ali vivia o gaúcho como senhor absoluto do seu destino.

Enquanto o trote largo dos cavalos os aproximava da terra onde os homens lutavam e sabiam morrer pela conquista da sua liberdade, pensava Garibaldi na pátria oprimida pela tirania do invasor. Que diferença entre a Itália e as terras moças da América! Lá, quando passa um austríaco, os homens se curvam e o saúdam respeitosamente. Não ousam, sequer, uma atitude de indiferença em relação ao dominador arrogante e brutal. Garibaldi compara os dois mundos, e uma infinita tristeza se apodera do seu espírito.

– Senhor, até quando consentirás no aviltamento da tua criatura?



## SEGUNDA PARTE

.....

## *Capítulo I*

### A REPÚBLICA DE PIRATINI

**A**NDANDO DE ESCOTEIRO, os viajantes atingiram, ao cabo de alguns dias de marcha, as terras banhadas pelo rio Piratini. Celebra-se nessas paragens o encontro dos trópicos com os climas temperados, o que comunica à natureza perenes deslumbramentos de festa. Na suave ondulação das suas coxilhas, encontra-se, a cada instante, o descanso verde-escuro de árvores e arbustos que vivem de preferência na umbrosa formação dos capões. Não se reveste ainda a pampa, no Rio Grande, da triste grandiosidade que a oprime em latitudes mais austrais, nem ostentam já as suas matas o viço excessivo dos climas quentes. “Nas planuras rio-grandenses”, anotou Saint-Hilaire, “não há a monotonia das planícies argentinas. O aspecto da campanha não fatiga. Ela se assemelha a um vasto jardim.” Pelas madrugadas, acreditar-se-ia que fadas caprichosas derramassem sobre ela cântaros de essências raras, tais os perfumes que o orvalho desprende das suas ervas. Nesses campos, aves das mais diversas procedências descansam de longas travessias. Também aí, toma o “quero-quero” as suas ruidosas atitudes de dono incontestável da região. Mas são os “avestruzes”, vivendo em grandes manadas, confundidos muitas vezes com as manchas rápidas dos veados e

desaparecendo com misteriosa agilidade à vista do homem, os possuidores naturais dessas magníficas pastagens.

– Esta é a juventude da criação, aqui está o alvorecer da humanidade!, exclamava Garibaldi alongando o olhar para o norte, onde o horizonte se limita com a muralha azul da serra dos Tapes.

A viagem continua agora em campos mais cuidadosamente cultivados. Serpenteia a estrada entre densos laranjais. De quando em quando, casas cercadas de pomares já velhos mostram que a civilização se fixou nesses distritos há largos anos.

– Os primeiros povoadores desta campanha, explica Rossetti, foram casais açorianos que se estabeleceram aqui em 1789. Gente forte e simples, saudável de corpo e de espírito, povoou as terras, semeou o trigo, frutas europeias e fundou, sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição, um povoado, que é hoje a capital da República. Toda esta redondeza está habitada pelos seus descendentes.

À medida que os viajantes se aproximam da cidade, torna-se o terreno mais acidentado, menores as propriedades rurais, mais frequentada a estrada. Carretas de rodas rangedoras, puxadas por três e quatro juntas de bois e acompanhadas pelos carreteiros a cavalo e munidos de longas agulhadas; tropas de gado destinado aos abastecimentos do Exército; cavalarianos vestidos com os trajes característicos do Rio Grande, saudando-se afavelmente como se fossem todos íntimos amigos, indicavam-lhes que a viagem chegava ao termo.

A uma volta do caminho, surge a distância, enfim, o casario da cidade edificada ao sopé da serra de Piratini e à margem esquerda do rio Piratini-Mirim, que forma, pela junção das suas águas com as do Santa Maria, o maior tributário do São Gonçalo.

Seria esta, antes da guerra, uma das vilas mais atrasadas da província, a menos aparente talvez entre todas. Poucos edifícios se contavam, nas suas vias, construídos de tijolos e cobertos de telhas. Pertencia ainda a maioria ao tipo campesino da época, paredes de pau a pique e tetos de palha. Com exceção da câmara municipal, agora palácio do governo, nenhum outro chamaria a atenção “por sua extensão comparativa e menos por sua elegância”. Tomadas as coisas ao pé da letra, razão não faltaria por certo à ironia dos reacionários quando se referiam, em tom de mofa, à “cidade de Piratini, capital da República dos Farrapos”.

À compreensão de Garibaldi não passariam despercebidos os motivos da escolha desse longínquo povoado para sede do governo republicano. “*Stabilito il governo della Repubblica in codesto villaggio*” (p. 104 – acrescentar?) – anotarà nas *Memórias* – “*per esser un punto centrale e fuori mano dalle scorrerie dei nemici imperiali.*”

Fora, com efeito, a sua situação topográfica, protegida pelos contrafortes da serra dos Tapes, que aí é chamada das Asprezas, e alongando-se para oeste, das Alegrias, do Veleda, do Espírito Santo; o seu relativo afastamento de Porto Alegre, base das operações militares dos imperialistas; e a rapidez com que dessa vila se podia atingir um dos trechos mais ricos da campanha meridional, a razão das charqueadas compreendida entre o rio Pelotas e o arroio Santa Bárbara, que haviam decidido os fundadores da República a estabelecer ali a sua administração. A tais motivos devia acrescentar-se ainda a proximidade do rio Jaguarão, recurso estratégico de enorme alcance pela facilidade de se internarem os revolucionários no Estado Oriental, na hipótese de feridos por algum revés de maior importância.

A pobreza da cidade, o seu ar primitivo e rústico significavam à compreensão dos dois estrangeiros elementos a mais para realçar as dificuldades dos defensores do novo Estado. Das características do meio concluía Garibaldi sobre o valor da gente que ali se batia com desesperada bravura pela vitória das suas ideias. O sentimentalismo de um revolucionário europeu de 1830 entrava em contato com um dos mais intensos capítulos de romantismo político vividos no século XIX. Não lhe parecia penoso, mas sublime, o fato de ser o governo obrigado, alguma vez, a transportar em carretas os arquivos da administração, para evitar que fossem apreendidos pelo inimigo. E buscava um paralelo cujo prestígio abonasse o procedimento dos republicanos rio-grandenses. “*Così oprò il governo repubblicano degli Stati Uniti, quando Filadélfia, capitale, trovavasi minacciata dall’esercito inglese.*” Assim, e não de outro modo, haveriam de agir, em condições semelhantes, os povos dignos de si mesmos. E o cenário de Piratini levava-o a pensar na Itália. Como os homens do Rio Grande do Sul deveriam proceder, a seu juízo e sem exceção, “*quelle nazioni che preferiscono ogni sacrificio, disagio, privazioni, pericolo, all’umiliazione di diventare mancipi dello straniero*”.

Apesar das deficiências da cidade, grandes modificações apresentava a sua fisionomia depois de elevada à sede do governo. As ruas de leitos irregulares, antes comumente desertas – menos aos domingos e dias de guarda religiosa – viviam tomadas agora por um ininterrupto movimento de forasteiros e gente de armas, cidadãos que vinham regularizar a sua situação com o governo, oficiais das tropas, soldados, gente da localidade. E podia observar-se que já se arraigara entre os moradores a convicção da importância histórica da “muito leal e patriótica cidade”, distinguida com tais foros de nobreza cívica por ato solene dos fundadores do novo Estado.

Apenas chegados a Piratini, foram Garibaldi e Rossetti à presença de Domingos José de Almeida, ministro do Interior e por algum tempo da Fazenda, a inteligência providencial do governo, o cérebro da revolução, o verdadeiro administrador da República. Homem simples, de transparente franqueza, acolheu os estrangeiros com vivas demonstrações de cordialidade. “*Almeida mi fece gli onori dell’ospitalità, semplicemente, ma con molta grazia*”, escreve Garibaldi.

Grande o prestígio moral que cercava a figura do ministro. Não sendo embora filho da província, ninguém se sacrificara mais do que ele aos ideais da sua gente. Oriundo de Minas Gerais, do distrito de Diamantina, domiciliara-se antes da Independência na então vila de São Francisco de Paula, aonde havia ido com o fim de organizar tropas para o entreposto de Sorocaba. Em Pelotas, dedicara-se ao comércio e constituíra família. O ambiente do Rio Grande, a sua fisionomia física e condições sociais tinham-no prendido para sempre. “O Rio Grande do Sul” – escreveria mais tarde – “é a mais preciosa parte do Brasil; porém, não está conhecido, pelo mau ingresso e pelo aspecto com que o apresentam ao longe, em razão das vicissitudes por que tem transitado desde seu começo. Eu vim para ele como forçado. Apesar de não pretender habitá-lo mais do que o tempo preciso para fazer uma tropa de mulas e regressar, adotei-o e meus ossos lhe serão entregues quando extinta a existência que lhe consagrei.”

Encontrou-o o movimento revolucionário à frente das suas empresas industriais e no desempenho do mandato de deputado à Assembleia Provincial. Era proprietário de uma casa de negócios, de veleiros que navegavam para o norte do país. Possuía para mais de cinquenta escravos e contava entre os seus haveres uma das melhores charqueadas da época,

estabelecimento por todos apontado como um modelo de organização. Pareceria que tão grandes interesses houvessem de fazer dele um tipo expoente das classes conservadoras. Bem ao contrário, foi dos primeiros a pugnar pelos extremados ideais que agitavam a província. Em Porto Alegre, durante as sessões da Assembleia, formava no grupo de Bento Gonçalves, Marciano Pereira, Magalhães Calvet, Ulhoa Cintra. Tomou parte ativa na conspiração preparatória do 20 de setembro. E na primeira cisão ocorrida entre os revolucionários a propósito da tentativa de posse de Araújo Ribeiro, colocou-se francamente, não sem grande estranheza de muitos, no arraial dos intransigentes, orientado por João Manuel, Zambecari e Pedro *Boticário*.

A geral consideração que lhe cercava o nome havia sido em Pelotas, antes e depois de estalada a revolta, elemento de inegável atração em favor da causa revolucionária. Irrompido o movimento, abandonou a cadeira no Legislativo da província e foi colocar-se à frente da força rebelde em São Lourenço. Núcleo de farrapos autênticos, necessário seria, antes de mais nada, vestir condignamente esses soldados da liberdade. Almeida vai à capital sem perda de tempo tratar do assunto. Em Porto Alegre ninguém se entende. O turbilhão dos acontecimentos não permite à administração interina de Marciano pôr um mínimo de ordem no caos da vitória. Resolve Almeida agir por conta própria. Situa-se no arsenal, convoca artífices, compra do seu bolso o pano necessário, e ao cabo de cinco dias e cinco noites volta para junto da sua força levando-lhe o fardamento prometido. Não lhe parecia, porém, de bom augúrio a anarquia que observara em Porto Alegre, privados os cidadãos em armas dos elementos mais indispensáveis à luta e expostos a sofrimentos acima da expectativa, ao passo que os apologistas do partido contrário abriam o Tesouro aos seus sequazes, bem fornecidos de tudo.

Mas não se limitava a clamar contra a deficiente orientação do movimento. Juntava à palavra o exemplo pessoal. “Ninguém o excedeu em sacrifícios, raríssimos os que se lhe iguaram, se contemporâneo houve que se nivelasse a ele.” Organiza à sua custa um estaleiro onde se reparam e adaptam às exigências da guerra embarcações comerciais. Estabelece um arsenal. Completamente ignorante até então de tudo quanto se relacionasse com o mister das armas, improvisa conhecimentos técnicos,

discute com os entendidos, orienta os artífices, distribui tarefas a calafates, latoeiros, manipuladores de ferro, correiros, alfaiates, aos encarregados do laboratório de munições. Dirige em pessoa os fornecimentos das tropas. E no angariamento de recursos para adquiri-los ou fabricá-los, é sempre o primeiro e mais generoso entre os doadores.

Quando os imperialistas irrompem em Pelotas, tomam-no preso e o põem incomunicável num barco de guerra, no Rio Grande. Assim que logra autorização para escrever à esposa, pede alguns livros com que possa matar o tédio da prisão, o volume *Dos delitos e das penas*, de Beccaria, e um tratado de economia política. Como o negociante não cuidara apenas dos seus interesses comerciais, não se confina também o revolucionário no círculo das atividades guerreiras. Sobra-lhe ânimo, no meio das maiores aflições, para escancarar as janelas da inteligência sobre o movimento intelectual do mundo.

Assistira à proclamação da Independência, fora um dos idealistas que haviam preparado na província o 7 de Abril. Agira como republicano, como “exaltado” de convicções doutrinárias. No caso rio-grandense, parecia-lhe ridículo se houvesse iniciado uma revolução daquela envergadura e dispondo de tão admiráveis elementos plásticos, para reduzi-la afinal, a um medíocre episódio de substituição de um presidente por outro presidente, criaturas do mesmo governo inconsequente e reacionário da corte e incapazes, portanto, de trazerem qualquer benefício real à província. A questão, para ele, não podia ser apenas de superfície. Os homens pouco lhe importavam. Impunha-se radical mudança do sistema político da nação, que só prosperaria, a seu aviso, dentro do regime federal. E de acordo com as características do meio americano, parecia-lhe imprescindível substituir a Monarquia pela República. Não hesitara, assim, em tomar posição contra o próprio Bento Gonçalves, que continuava preferindo, ainda no assédio de Porto Alegre, “a paz a uma batalha entre irmãos”, confrangido “o seu coração ante a ideia de maior derramamento de sangue”.

Enquanto o chefe da revolta propunha novas condições de conciliação a Bento Manuel, Domingos de Almeida, em Pelotas, concertava com Lima e Silva, a quem recolhera ferido em sua casa, o plano da imediata proclamação da República. O romântico, o abnegado João Manuel, ouvia-o ardendo em febre, a larga ferida aberta no rosto iluminado

de irradiante simpatia. Também ele continuava a pensar que a lógica dos acontecimentos, e mais do que isso, a própria dignidade ideal da revolução deveriam levá-los ao passo definitivo da República. O Rio Grande daria o exemplo às demais províncias. Seguramente São Paulo, Bahia, Pernambuco, imitariam-no; e dentro em breve, ver-se-ia a Regência compelida, pelos motins que rebentassem no Rio de Janeiro, a abandonar o governo. E então a República triunfaria naturalmente.

Horas e horas prosseguem esses entendimentos entre Almeida, um mineiro, e o seu hóspede, um fluminense. Resolvidos a agir imediatamente, despacham emissários de confiança ao acampamento do general Neto, poucos dias antes da batalha do Seival. O prestigioso caudilho, que se vinha mostrando infenso “ao demérito partido republicano aparecido em Porto Alegre”, compreende as razões de Almeida e de João Manuel, calorosamente sustentadas no acampamento por Joaquim Pedro Salgado, Manuel Lucas de Oliveira e pelo uruguaio Saens Calengo, chegado em seu auxílio da parte de Lavalleja, com uma divisão de cavalaria. Neto capitula. E depois da derrota das forças de Silva Tavares, proclama, à frente da sua tropa, a República Rio-grandense.

O sonho de João Manuel e a obstinação de Domingos de Almeida haviam triunfado sobre a incerteza de rumos e a indecisão dos homens que se agitavam no convulsionado cenário da província.

Foram os acontecimentos do Seival comunicados imediatamente à Câmara Municipal de Jaguarão. E na data em que se cumpria o primeiro ano da insurreição, os vereadores aderiram em nome da maioria do povo à ideia republicana e elegeram o coronel Bento Gonçalves da Silva, antigo comandante daquela fronteira, “chefe e protetor da República e liberdade rio-grandense”.

Fazia-se indispensável opor a máxima energia ao colapso da causa revolucionária, conseqüente à derrota no Fanfa. Neto conclama e admoesta os aderentes da República: “O revés que sofremos é grande, mas é um só no círculo de tantos triunfos: redobrai vosso valor e venceremos.” Entra em novas confabulações com João Manuel e Domingos José de Almeida, e combina com eles uma reunião na vila de Piratini, na qual se procederia à definitiva constituição da República. Certos estavam, em tal passo, de agir em concordância com os sentimentos da maioria da população. Álva-



res Machado, monarquista de convicções inabaláveis, reconhecera o fato em discurso pronunciado na Câmara, meses antes: “Desgraçadamente, as melhores famílias da província do Rio Grande do Sul, a mocidade mais interessante, mais forte, mais corajosa, mais rica do país, os proprietários do interior, abraçaram a rebelião.”

Mas isto, não obstante, muito seria de ponderar-se o gesto decisivo que cortaria os vínculos constitucionais da província com o Império. Por seguro que a secessão seria apenas uma fase preparatória da grande República federal, por todos ardentemente desejada. E quanto à recusa de obediência à Constituição do país, poderiam estribar-se em doutrina considerada vitoriosa no moderno direito público, e sustentada por Diogo Feijó nas cortes portuguesas: “O Pacto Social obrigará somente àqueles povos que, pela maioria dos seus representantes, o aprovarem.” Ora, pela tese do próprio regente do Império, concluía-se não estarem os brasileiros obrigados a prestar fidelidade à Carta Constitucional de 1824, que havia sido “objeto de uma outorga e não o instituto lavrado *in totum* de harmonia com o voto livre” dos representantes do povo. O imperador, dissolvendo a Câmara, tirara do bolso aquele diploma político e o outorgara *ex propria auctoritate*, usurpando ao povo as funções específicas, sagradas, inalienáveis da sua soberania, e fazendo com que o país retrogradesse decênios no caminho da sua formação nacional. Uma Constituição outorgada – dissera-o Feijó em Lisboa – não obriga à obediência os povos livres: só a aceitam os escravos. E se tão irrefragável doutrina tivera o endosso expresso da maior autoridade política do Império, aquela mesma que pretendia sufocar agora, a ferro e fogo, a insurreição republicana do Rio Grande, a lógica e a razão estariam com os que negassem obediência à carta outorgada, jamais com os que se empenhassem na sua inconsequente defesa.

Bem examinados todos os aspectos do problema, convocaram os chefes republicanos “os povos em massa, representados nos homens bons e mais distintos de todos os conselhos e comarcas da terra sublevada”, os comandantes de tropa e o clero secular para a grande reunião de Piratini. De acordo com a velha tradição peninsular em voga no Rio da Prata e também seguida no Rio de Janeiro por ocasião da Independência, deliberar-se-ia ali em *cabildo abierto*. Os notáveis do povo, de comum acordo com os

membros da Câmara Municipal, assentariam as conclusões e decretariam soberanamente as medidas julgadas úteis à coisa pública.

\*

Dias antes do apazado para a reunião, regurgitava já o povoado da gente chegada de longe para tomar parte na fundação da República. Presente estava o valoroso João Manuel, vindo de Pelotas numa viagem de quase duas semanas, extremamente penosa ao seu estado de saúde. Em caminho aclamara-o a tropa do general e comandante-chefe do Exército. Imobilizado no leito, impossível lhe seria tomar parte nos trabalhos. Mas viera para dar ao povo o exemplo de submissão às ordens da República. Também comparecera o coronel Antônio de Sousa Neto, tipo integral de gaúcho, irradiante de simpatia e franqueza, verdadeiro gentil-homem rural que tanto estaria à vontade nas refregas das batalhas como nos galanteios dos salões, dançando com o mesmo desempenho dos moços e sabendo como niguém fazer-se agradável às senhoras. Também José Gomes de Vascelos Jardim, o venerável ancião de prestigioso nome”, acorrera pressuroso ao chamamento dos companheiros, que não poderiam dispensar, em nome dos momentos de tanta gravidade, a ponderação dos seus conselhos. Em confabulações com ele via-se, a todo momento, Domingos José de Almeida. Presentes ainda o glorioso veterano da revolução, major José Mariano de Matos, companheiro, desde os primeiros dias, de João Manuel; o tenente-coronel Joaquim Pedro Soares, republicano de convicções inabaláveis, homem de inamolgável inteireza moral; o major Joaquim Teixeira Nunes, cujo denodo e capacidade militar Garibaldi admiraria, mais tarde, na República Juliana e nas ásperas guerrilhas de Cima da Serra; José Pinheiro de Ulhoa Cintra, um dos primeiros conspiradores do grupo de Porto Alegre, poeta e homem de ação, futuro ministro e diplomata da República; e representando a brilhante plêiade dos sacerdotes integrados na causa revolucionária, o padre Miguel Justino Garcez Moncada.

Murmurava-se que surgia grave desentendimento entre Neto e João Manuel. O proclamador da República não via com bons olhos que o fluminense fosse o chefe supremo do primeiro Exército de rio-grandenses livres, e dizia que o temperamento autoritário de Lima e Silva procurava impor-se discricionariamente à vontade dos demais. Ao lado de Neto

formavam vultos de grande significação, que o fortaleciam no intento de opor-se às avançadas do rival. Mas impossível seria, de qualquer modo, desconhecer os formidáveis serviços de João Manuel à causa republicana. Domingos de Almeida, sempre o primeiro a proclamá-los, fazia prodígios por encontrar uma solução amistosa, capaz de contentar os chefes desavindos. Como se já não fora isso bastante, nova dificuldade se esboçava à última hora. Um dos vereadores, de nome Veleda, não se mostrava conforme com a orientação que se ia dar à revolução. Inúteis todos os esforços por demovê-lo dos seus pontos de vista.

Almeida insistia pelo início imediato dos trabalhos. Reuniram-se os vereadores em sessão preparatória. Vicente Lucas de Oliveira, presidente, abertos os trabalhos, declara o motivo daquela convocação extraordinária: a necessidade de proclamar-se a independência política do Rio Grande, não só por se manifestar assim a vontade da maioria da província, mas ainda porque parecia esse o único recurso que restava aos patriotas, depois das perseguições e hostilidades que lhes vinha movendo o governo do Brasil. A exemplo do que já fizera a Câmara de Jaguarão, deveria também a de Piratini declarar a província desligada da obediência ao governo do Império, e elevá-la à categoria de Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de Estado Rio-grandense. Para prova de que o objetivo essencial dos republicanos não estava na separação da província, mas na substituição da Monarquia centralista pela República federativa, acrescentava Lucas que o Estado Rio-grandense poderia “ligar-se por laços de federação àquelas províncias do Brasil que adotassem o mesmo sistema de governo e quisessem federar-se” com ele. E terminou propondo que se convidasse a comparecer à Câmara o general chefe do Exército, a fim de opinar sobre o assunto, dar o seu voto para a nomeação do presidente constitucional da República e jurar a sua independência. Aprovada a proposta entre aplausos, nomeou-se uma comissão composta dos vereadores Verde, Silveira e Moraes para levarem o ofício do convite a João Manuel.

Logo que chegou a resposta trazida pela mesma deputação, reiniciaram-se os trabalhos. Comunicava o comandante das tropas que a sua grave moléstia não lhe permitia assistir ao ato nem prestar agora o juramento, formalidade que seria por ele cumprida assim o permitisse sua saúde, ou hoje mesmo na casa de sua residência, se isso fosse compatível

com o serviço público. Quanto à pessoa que deveria ocupar a presidência, opinava em favor do cidadão Inácio José de Oliveira Guimarães. Pensava ainda devessem ter voto em assunto de tanta transcendência todos os chefes, oficiais e mais praças do seu comando. E rogava à Câmara que lhe comunicasse o dia destinado à eleição, a fim de passar ao Exército as ordens convenientes.

No dia seguinte reencontrou a Câmara os seus trabalhos. Corria que ali mesmo os vereadores e o povo declarariam instalada a República e escolheriam o presidente. A modesta sala das sessões regurgitava de pessoas de destaque. Pelos demais compartimentos aglomerava-se compacta massa. Na rua, uma verdadeira multidão, a vila em peso acompanhava ansiosa e emocionada o desenrolar dos acontecimentos. No recinto, no momento em que se abriu a sessão, o silêncio era completo. Um ar de grave compenetração pesava sobre a Assembleia. O Rio Grande ia libertar-se da monarquia centralista e firmar a sua vontade de dirigir por si mesmo os seus negócios públicos. Pediu Vicente Lucas a opinião de Neto e de Almeida sobre a possibilidade de efetuar-se a eleição imediatamente. A intervenção de Neto poderia parecer suspeita a João Manuel, mas não assim a de Almeida. Os dois interpelados responderam pela afirmativa. Os vereadores concordavam, o povo aplaudiu.

João Manuel havia enviado à Câmara, na véspera, os documentos relativos à investidura de Bento Gonçalves, feita pela Câmara de Jaguarão, na chefia do novo Estado. Quem o nome capaz de opor-se com vantagem ao prisioneiro da fortaleza de Lajes? Inácio José, proposto por João Manuel? Seria irrisório admiti-lo. A eleição de Bento Gonçalves se impunha por todos os motivos. Logo que chegou a resposta de João Manuel, a quem se mandara novo ofício comunicando que se procederia à eleição *in situ*, começou o povo a votar. Bento Gonçalves foi o escolhido pela confiança dos eleitores, e para ocupar-lhe o lugar, enquanto ausente, José Gomes de Vasconcelos Jardim. Em seguida foram eleitos vice-presidentes Antônio Paula da Fontoura, José Mariano de Matos, Domingos José de Almeida e Inácio José de Oliveira Guimarães. Significava a eleição de Guimarães uma homenagem a João Manuel.

Enorme regozijo popular celebrou o resultado da votação. O presidente da Câmara despachou três vereadores à presença do cidadão que

acabava de ser eleito, convidando-o a tomar posse. Quando Gomes Jardim atravessava a multidão à frente da municipalidade, as aclamações chegaram ao delírio. Com dificuldade, pôde o ancião alcançar o recinto, onde, nas mãos do presidente da Câmara, prestou o solene juramento de primeira autoridade constitucional da República. Depois convidou o presidente da Assembleia os assistentes a se dirigirem à igreja matriz, a fim de renderem graças ao Senhor. Organiza-se compacta, imponente coluna popular em demanda do templo. Abrindo o cortejo vai Joaquim Teixeira Nunes, “o bravo, de hercúleo porte”. Caminha com majestade, visivelmente comovido, conduzindo a bandeira da República. Logo atrás dele, segue o primeiro presidente do novo Estado. A sua figura simples, bondosa, austera, é aos olhos do povo uma garantia de escrupulosa exação no manejo dos negócios públicos e a prova de que a nação poderá contar com o sacrifício integral dos seus servidores. Confundidos no meio do povo, marcham os notáveis do dia. A modesta nave da igreja é pequena para receber tanta gente. Celebra-se o *Te Deum* “com muita pompa, grandeza e magnificiência”.

No mesmo dia, nomeia Vasconcelos Jardim o seu primeiro ministro de Estado: Domingos José de Almeida, efetivo na pasta do Interior e encarregado provisoriamente da gestão da Fazenda. Seis serão as secretarias de Estado. Dois dias depois, José Mariano de Matos é nomeado ministro da Guerra e da Marinha, e Ulhoa Cintra, secretário de Estado dos Negócios da Justiça, acumulando a pasta das Relações Exteriores.

Estava organizando o primeiro governo da República Rio-grandense.

\*

Ouvia Garibaldi as narrativas desses acontecimentos com interesse não menor do que lhe despertariam os assuntos da sua própria pátria. Vivíssima a sua simpatia pela figura de João Manuel, pouco antes assassinado por um sicário a serviço da legalidade, em S. Luís. E ao passo que se enfronhava na recente história da República, observava de perto o formidável trabalho de Domingos José de Almeida na sua administração. De tudo cuidava esse homem de talhe excepcional. A estrutura política, a vida econômica, a gestão fazendária, a justiça e a instrução pública, tudo lhe merecia ininterruptos desvelos; os mais diversos problemas de governo

encontravam na sua inteligência plástica soluções adequadas e prontas. Organizara com surpreendente meticulosidade os serviços do Tesouro. À falta de meio circulante com que pudesse enfrentar os encargos do erário, dera um salto audacioso no tempo e voltara às trocas em espécie. Não dispendo de pecúnia, lançava mão, num autêntico regresso aos tempos primitivos, do *pecus* propriamente dito. Criara impostos, lançara empréstimos, confiscara os bens dos inimigos da República. Não lhe faltava tempo, ainda, para fundar escolas, manter correspondência com professores, estimulando-lhes o zelo, respondendo-lhes às transgressões disciplinares. E da própria vida espiritual do povo haveria de cuidar conscienciosamente, estabelencendo com Ulhoa Cintra o Vicariato Apostólico da República, nomeando o padre Chagas vigário geral, “com funções equivalentes às de bispo, para inspecionar as matérias religiosas e os sacerdotais do Estado”.

Ao instalar-se o governo em Piratini, tudo estava por fazer. Levantara-se uma superestrutura política sobre base econômica mais do que precária. Para garantir alguma durabilidade a tal improvisação fazia-se indispensável construir-lhe os esteios administrativos. A única riqueza da província estava na criação. Uma cabeça de gado valia de 2\$800 a 3\$200. Comprava-se um cavalo por 2\$000. “Cinco réis eram dinheiro, expresso em moeda corrente, nas pequenas transações.” Naquele meio de economia rudimentar, completamente destituído dos elementos básicos do progresso material, sem bancos nem caixas de depósitos oficiais, o modo mais comum de guardar dinheiro consistia nos “enterros” de panelas, atulhadas de peças de ouro e prata. Quantos dramas ignorados nesses misteriosos enterramentos, feitos em lugares ermos, longe de olhares cubiçosos, e que descobertos por acaso ou identificados com dolo, passavam como *res derelicta* às mãos de novos proprietários! Sabe-se que o campesino rio-grandense regateia menos com a vida do que com o dinheiro. Modesto de costumes, pouco requer para si. O que lhe sobra dos ganhos inverte em maiores propriedades de terra ou gados, amealha para dias menos prósperos. No decorrer da revolução, os “enterros” iam se tornando recurso generalizado na campanha. Almeida não se embaraçaria com o fato. Quem não tivesse dinheiro pagaria em espécie. Do gado se fazia dinheiro. Estabeleceu entendimentos no Estado Oriental. Mandaria aos fornecedores da República em Montevideu couros e gado em troca de munições. Justificando a violência do recurso pelos *salus populi*,

pela necessidade em que se via o governo de tomar as providências capazes de concorrer para a segurança e a defesa do país e de privar os inimigos, na medida do possível, dos elementos com que tentavam subjugar os seus habitantes, inspirou o decreto de sequestro dos seus bens, tal como o fizera em 1822 D. Pedro I em relação aos súditos portugueses.

Via-se o ministro obrigado a intervir em todos os assuntos administrativos, interpretando os textos de lei e evitando, no caos da guerra, a escancarada evasão das rendas já de si diminutas. Dividiu a República em diversas coletorias gerais, e nomeou para geri-las pessoas de crédito e identificadas com a sorte do novo Estado. Os coletores gerais fiscalizavam imediatamente certo número de coletores comuns, e tinham poderes para suspender os que julgassem menos aptos ao desempenho dos seus deveres, “bem como provisoriamente nomear para substituí-los homens de confiança pública”. Eles haveriam de observar com toda a severidade se os dinheiros do Estado vinham sendo justamente dispendidos naquilo a que se destinavam; e não deveriam consentir em despesa alguma sem ordem por escrito do inspetor do Tesouro ou dos generais Antônio Neto e Bento Manuel Ribeiro.

Mas por muito que a pertinácia de Domingos José de Almeida se obstinasse em improvisar novas fontes de renda, elas seriam sempre exíguas em face das exigências de todo inadiáveis de administração. Como enfrentar, com as arrecadações ordinárias, as múltiplas despesas de guerra, soldos de oficiais e empregados, vestuário das tropas, requisições de petrechos bélicos, salários de transportes aos pontos mais distantes da República, despesas de hospitais, somas a serem remetidas para o estrangeiro e enviados políticos e agentes de negócios? O ministro da Fazenda não desanimava. Para todas as situações o seu tino descobria remédios. Se os recursos ordinários se mostravam insuficientes, resolvia lançar um empréstimo a ser coberto, dentro e fora do Estado, por voluntária subscrição pública. O limite da operação seria de 300 contos de réis a câmbio de 43, em moeda forte. O capital de subscrição venceria o juro de um e meio por cento ao mês ou menos, se possível: “a taxa da usura compensaria de qualquer modo a aléa do emprego do capital”. Os juros e mais dez por cento para as amortizações seriam pagos ao fim de cada ano, até a completa extinção do empréstimo, que não excederia o prazo de dez anos.

As requisições de guerra foram sempre temidas e malvistas pela população, quer praticadas pelos republicanos quer pelos imperiais. Trata Almeida de regularizá-las, dar-lhes aspectos jurídicos, fazê-las menos odiosas. E publica-se um decreto regulando a matéria, a fim de fazer “cessar a cisma que se tem apoderado de boa parte dos cidadãos do Estado, de que os objetos exigidos para a manutenção do Exército deixarão de ser satisfeitos, a exemplo do que praticava o governo do Brasil na guerra da Independência”.

Daí por diante, nenhum membro ou agente do governo poderia lançar mão de objetos de qualquer natureza, sem que ao proprietário fosse previamente entregue documento da coisa recebida e sem que nele se declarasse o preço ajustado e a força ou repartição a que pertencia.

Tinha o Estado também as suas rendas industriais. Explorava as estâncias do Rincão de Saicã, do Rincão d’el-Rei, em Rio Pardo, os Campos do Bojuru, o da Condessa do Real Agrado, em Jaguarão, as antigas fazendas dos jesuítas, nas Missões. Administrava engenhos de erva-mate, um no distrito de Dores, outro em Taquari. E pensava Almeida em organizar mais um na fronteira das Missões, “região muito bem indicada para a exploração dessa indústria extrativa, atenta a abundância de primorosos ervais”.

Quando Garibaldi passou por Piratini, estava Domingos de Almeida ocupado na realização de uma das operações financeiras de maior vulto da sua administração. O meio circulante, já de si deficiente, vinha sendo ainda prejudicado pela continuada invasão de moedas de cobre que as autoridades do Império faziam na província. A lei de Gresham, explicava Almeida, fazia com que “essa moeda podre do Brasil” expelisse da circulação a boa, de prata e ouro. Concebera, assim, a ideia de chamar a troco as divisas de metal desvalorizado, substituindo-as por certificados do governo. Essa operação, de enorme importância para a República, era então discutida com absorvente interesse pelos membros do governo. Já tinha Almeida rascunhado os *consideranda* do decreto. Neles se lia que o governo brasileiro, valendo-se das difíceis circunstâncias da República, havia introduzido no seu território toda a moeda de cobre que, não recolhida em tempo competente, se achava sem valor nos mercados do Império, ou mesmo aquela que, recolhida legalmente, não podia ali girar sem perda de metade do valor do cunho. E isso – acrescentava – pelo interesse de criar



efêmeros capitais para entreter a ruínosa guerra sustentada contra os princípios americanos gloriosamente desenvolvidos no Rio Grande. Como parecesse indispensável ao governo da República retirar ao inimigo “o imoral recurso” de que lançava mão para hostilizá-lo e no intuito de pôr a coberto da ruína a fortuna pública e privada, dispunha que todos os possuidores de moedas de cobre as recolhessem nas coletorias do Estado ou as entregassem às comissões especialmente organizadas pelo tribunal do Tesouro em lugares apropriados, recebendo documentos de que constassem o peso e o valor das quantias levadas a troco.

A inteligência dinâmica desse homem de tão excepcionais qualidades de administrador tratava de sanar, com as suas improvisações felizes, as dificuldades aparentemente insuperáveis que o nascente Estado tinha que enfrentar. À sua própria compreensão pareceriam exagerados, às vezes, os resultados conseguidos para a causa republicana. Numa carta reservada a Prado Lima, escrevia: “Julgue V. S. quão difícil, por meio de embaraços tais, chegar ao estado em que nos achamos. Pareceria sonho, mas os fatos existem. Agora tudo conspira para a vitória de uma causa que se diria antes abandonada pela Providência.”

O progresso de revolução estava patente a quem quisesse observar a situação sem pontos de vista preconcebidamente hostis. Quase toda a província se encontrava em poder dos revolucionários. Apenas as povoações do litoral, Rio Grande e São José do Norte e, sobre a linha das águas interiores, Porto Alegre, permaneciam em mãos dos imperiais. Na campanha do centro, Rio Pardo não poderia resistir por muito tempo à pressão dos republicanos. A revolução se alastrava de sul a norte, de leste a oeste. Por todos os recantos da antiga província tremulava a flâmula da insurreição.

“Nos ângulos do Continente  
por liberdade e valor,  
se divisa sustentado  
o pavilhão tricolor!”

.....

## *Capítulo II*

### O PONTO FRACO

**A** INSURREIÇÃO DOMINAVA, com efeito, quase toda a província. Todavia, a partir do instante em que os portos do Rio Grande e de São José do Norte recaíram em poder dos imperiais, lutavam os insurgentes contra a fatalidade de uma derrota inexorável. O domínio sobre o único ponto de acesso à província pelo mar seria, em verdade, questão vital para os combatentes de um e de outro lado. E a despeito de todas as vantagens que alhures conseguissem os revolucionários, a vitória haveria de estar condicionada, afinal, à posse da barra, porta isolada que se abre sobre o Atlântico e chave, ademais, de todo o sistema hidrográfico oriental do continente.

A configuração do litoral rio-grandense, a precária articulação das suas lagoas e rios com o oceano e a excepcional significação política dessas águas interiores explicam, por maneira evidente, o nexo de dependência entre o êxito das armas e o uso garantido e certo do esquadro marítimo da província. Porque, ao longo da faixa retilínea e chata, varrida pelo “pampeiro” e pelo “carpinteiro da praia”, coberta de cômodos itinerantes, nua de toda vegetação, não encontram os navegadores, desde Laguna até a barra do Rio Grande, nenhuma solução de continuidade que lhes possa servir de abrigo. Como sucede em todos os mares de pouco fundo,

os da extrema orla meridional do país se levantam, durante as tempestades, em vagalhões imensos, barrentos e opacos, que a rápidos intervalos se precipitam uns sobre os outros com tamanho estrondo como se em perigo estivesse a praia de ser tragada por eles; e não obrigado o oceano, como na realidade acontece, a uma constante regressão na luta em que se empenha contra os avanços usurpadores da terra. Em ocasiões assim, o navio que se aproximasse demasiado da linha da areia correria risco de naufrágio quase certo, principalmente na traiçoeira estância, observa Dreyes, que se encontra pelos 30' e 40' de latitude. Nessa posição o barco, estivesse o mar em crise de fúria, poderia prever-se inevitável o sinistro.

Nos tempos da navegação à vela, quantos demandassem o porto de S. Pedro consideravam essas paragens com permanente inquietação. Dir-se-ia que a própria natureza se encarregara da defesa dessa costa inóspita e bravia, cuja tristeza nenhuma paisagem do mundo pode superar. Difícilima de ser transposta, não só pela pouca profundidade comum das águas, mas ainda pela inconstância topográfica do canal que variava continuamente de posição, a barra se tornaria praticamente inexpugnável aos assaltos por mar, se defendida pelo fogo cruzado de baterias colocadas nas duas margens.

Não fosse tal peculiaridade de caráter tático já de si bastante para pôr de realce o valor militar das duas povoações litorâneas, outra consideração haveria a acrescentar-lhe ainda, e essa de transcendente alcance para o próprio desenvolvimento da luta na região de maior importância política e econômica da província. A barra do Rio Grande, com efeito, não é apenas um abrigo marítimo, um porto, a via de acesso a uma angra protegida dos ventos. Ela implica também, em última palavra, no domínio sobre aquelas lagoas e rios navegáveis que deságuam pela garganta.

Verdadeira a teoria de Ratzel, segundo a qual a maior influência sobre as águas, nos seus cursos superiores, pertence sempre a quem lhes ocupe a desembocadura, todo o complexo lacustre e potamográfico rio-grandense estaria fatalmente na dependência daquela posição. Nicolau Dreys sublinhou o fato em poucas palavras. “A barra do Rio Grande não é senão o desaguadouro de um vasto mediterrâneo dividido em dois lóbulos ovóides, que se prolongam de norte a sul por uma navegação contínua, sobre um comprimento de mais de cem léguas e uma largura variável,

desde vinte léguas na maior abertura até menos de uma milha nos estreitos.” E noutra passagem sublinha que nenhuma situação na América pode a tal respeito lhe ser comparada, nem mesmo o Alto Canadá com as suas grandes coleções de águas interiores, “pois falta a essas o que existe aqui: a comunicação imediata com o oceano”.

Em torno dessas lagoas e dos rios que as alimentam, – o Jacuí e o Taquari, o Caí, o dos Sinos, o Gravataí, o Camaquã, tributários da Lagoa dos Patos: o Jaguarão, o Piratini, o Pelotas, da Mirim – construiu-se o trecho mais significativo da civilização rio-grandense, depois de franqueada a barra por Silva Pais. Na década da revolução, toda a vida na bacia hidrográfica de leste, e tanto valeria dizer o Rio Grande político propriamente dito, só existia em função desses mares interiores e das suas águas afluentes. Foi por elas que o progresso vindo do Atlântico deitou bases na capitania geral e teve garantida a estabilidade e o incremento na província. O mais longínquo povoado à margem desses rios florescia em função daquele escoadouro. Fora a barra, em última análise, o elemento fixador da civilização nesse trato territorial.

Compreendida a parte principal do cenário da luta no raio de penetração econômica e política dessa rede hidrográfica, facilmente se avalia a decisiva importância que deveria ter para imperiais ou republicanos a posse da barra do Rio Grande.

\*

Volvido justo um mês sobre a entrada dos rebeldes em Porto Alegre, proclamam as duas populações litorâneas sua adesão ao movimento revolucionário. O navio que levaria ao Rio de Janeiro o presidente deposto já encontrara o canal em poder dos insurgentes. E fora necessário forçá-lo, abrindo fogo contra as catraias que o guarneciam, para furgir-lhes à pressão e buscar a salvação no mar. No dia imediato ao da fuga, Bento Gonçalves ocupara a cidade de S. Pedro e Onofre Pires a vila do Norte. “A revolução triunfante estava a bem dizer terminada, sem maior derramamento de sangue.”

Difícilimo será, nessa altura, explicar-se a atitude dos chefes revolucionários. Senhores, em vitória celeremente obtida, da posição estratégica por excelência, não souberam guardá-la: não guarneceram mi-

litarmente a barra, o que teria sido fácil no decurso das semanas em que lhes foi possível, sem nenhum incômodo, manter-se naquelas praças. Mais incompreensível o fato, quando se alcança que as forças militares do Império podiam considerar-se quase nulas na província, e que nenhum receio de ofensiva imediata deveria, nos meses iniciais, preocupar os rebeldes. Se o governo do Rio de Janeiro se resolvesse a enfrentar o movimento, imprescindível lhe seria enviar auxílios de fora, e esses haveriam de transformar primeiro a barra do Rio Grande.

Por que não se estabeleceram militarmente os revolucionários nas duas margens do canal? Cresce de ponto ainda a estranheza que o fato necessariamente suscita, desde que se considera que os legalistas, falhos de tropas de terra, dispunham de forças navais superiores às dos farrapos. Disseminadas por diversos pontos das lagoas e dos rios, essas unidades teriam sido forçadas à rendição sempre que do mar não lhes pudessem advir auxílios enérgicos e prontos.

Fora de dúvida que o assunto foi examinado pelo estado-maior dos sublevados. Não faltaram inteligências práticas que chamassem a atenção para esse ponto capitalíssimo do problema militar. Sabe-se mesmo, por depoimentos da época, que houve quem se lembrasse de tornar impraticável a barra pela obstrução do canal.

Da negligente atitude dos chefes da revolução depreende-se que eles não previam uma ação bélica de largas proporções. O êxito inicial foralhes excessivamente fácil. Não admitiam, nos deslumbramentos da vitória presente, a hipótese de desastres próximos. A revolução, praticamente, triunfara pelas adesões. Mas havia a considerar, sobretudo, que os seus dirigentes não se orientavam por um programa de finalidades definidas e uniformemente aceitas para todos. Ao contrário, bem nítida se desenhava, desde o primeiro momento, a falta de unidade de vistas entre eles. Ao passo que, para a corrente afinal vitoriosa, a rebelião haveria de insistir sobre a modificação da estrutura institucional do país, opinavam outros se devesse considerar a substituição de Fernandes Braga como base para uma recomposição com o centro. É bem de ver que, para os defensores desse ponto de vista, nenhum sentido prático teria o fechamento militar do porto marítimo da província. Esforçavam-se os partidários da paz imediata por manter o *status quo* da vitória conseguida; mas não queriam de nenhum

modo agravar a situação. Viam com satisfação que as câmaras municipais continuassem aderindo ao movimento; e se acaso alguma se mostrasse recalcitrante, bastaria uma rápida ameaça armada para demovê-la dos seus pruridos reacionários. Quanto ao mais, convinha esperar pelo que resolvesse o governo da Regência. Os farrapos contavam com ótimos amigos no Rio de Janeiro. Evaristo da Veiga, por exemplo, com quem Bento Gonçalves, quando da sua viagem à corte, tanto discretara sobre a situação do país, não deixaria por certo de simpatizar com as razões da insurreição nem com os termos nitidamente constitucionais do manifesto que o chefe revolucionário publicara em Porto Alegre. Assim pensava Bento Gonçalves, assim Bento Manuel Ribeiro, assim Antônio de Sousa Neto. Não assim porém João Manuel de Lima e Silva, nem os exaltados patriotas da capital. É essa desconformidade de critérios que explica, se alguma explicação cabe no caso, a funesta imprevidência dos revolucionários no tocante às suas posições no Rio Grande e em São José do Norte, logo depois de iniciada a insurreição.

Quando o brigue *S. Cristóvão*, que trazia a bordo o substituto de Braga, se apresentou à entrada da barra, nenhuma dificuldade lhe foi oposta pelos revolucionários. Franqueou-a tranquilamente e deitou ferros em São José do Norte, onde Araújo Ribeiro desembarcou como quem entra em casa que lhe pertencesse.

Entre legalistas e revolucionários começa, em seguida, um nunca findar de confabulações, de planos, de promettimentos. E quando a Câmara Municipal de Porto Alegre nega a posse a Araújo Ribeiro, ele se instala na cidade do Rio Grande e passa a tomar em favor do Império exatamente aquelas medidas de que tão descuidosos se haviam mostrado os revolucionários. Fortifica-se na barra.

\*

Mais valiosos que os dos revolucionários, embora modestos também a esse tempo, eram os recursos navais do Império nas águas interiores do Rio Grande. As doze escunas e barcas torpedeiras que constituíam a flotilha da lagoa Mirim haviam sido desarmadas, depois da assinatura da Convenção Preliminar da Paz com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Apenas uma embarcação fazia ponto ali, em serviço de repressão

ao contrabando. O arsenal de Porto Alegre, totalmente desaparelhado, há muito que não se achava em condições de corresponder às exigências mais elementares. Ótimo pareceria, aliás, às autoridades legais que assim fosse; porquanto, com a vitória dos revolucionários na capital, todos os recursos ali existentes lhes haviam caído nas mãos. Fora o próprio intendente de Marinha na província, o capitão de mar e guerra Antônio Joaquim do Couto, cujo nome aparece incluído entre os principais cabeças da revolução, quem, valendo-se da muita influência das suas funções, armara do melhor modo possível os vasos de guerra do partido dos rebeldes. Graças aos auxílios técnicos dessa autoridade e à energia do presidente Marciano Pereira, que parecia compreender exatamente as instantes necessidades de uma defesa naval eficiente, em fins de 1835 dispunham os revolucionários de uma flotilha constituída de cinco pequenos vasos. Mais difícil, porém, do que arranjar navios utilizáveis na luta, muito mais difícil mesmo seria encontrar na província homens de sofrível capacidade para comandá-los. Oficiais de terra sempre se improvisam no Rio Grande. Todo rio-grandense, principalmente depois das guerras cisplatinas, valia por um militar à paisana. O contrário, porém, se verificava com referência às possibilidades de organizar-se preste uma esquadilha de guerra. Sabe-se que o cavaleiro continentino, enclausurado nas suas campanhas, não tem nenhuma propensão para as lidas marítimas, bem diverso do que sucede com os seus vizinhos do litoral catarinense.

Tanto se fazia sentir a falta de técnicos capazes de, com algum proveito, dirigir as operações navais dos rebeldes, que eles se viram na contingência de contratar em Buenos Aires os serviços do estrangeiro Frederico Gustavo. E nas águas do Guaíba, as façanhas de maior relevo seriam as do português conhecido pela alcunha de *Menino Diabo*. Entre os nacionais, o valor de um Tobias dos Santos aparece como singularíssima exceção. Os demais pouco difeririam do lamentável Gonçalves do Saibro, que deixara apresar o navio do seu comando nas vizinhanças de Porto Alegre.

À vista do rápido incremento da revolução, tratou o governo central de guardar e defender as comunicações marítimas com a província sublevada. E compreendeu que isso só seria possível com o fortalecimento da sua posição na barra do Rio Grande. Agiu, pois, com toda a urgência no sentido de aumentar os seus recursos navais. E já em fevereiro de

1836 chegava uma primeira expedição, e duas outras logo em seguida. Em princípios de abril, com as embarcações adquiridas por Araújo Ribeiro, já dispunham os legalistas de dezesseis barcos de guerra. Se cada vez maior a superioridade material sobre os recursos dos rebeldes, maior ainda a desproporção entre a competência profissional dos elementos aditos ao Império e dos que serviam à revolução. Comandavam os navios legalistas oficiais de carreira, de comprovada idoneidade técnica, ao passo que os rebeldes se viam constrangidos a confiar em elementos improvisados ao sabor das circunstâncias.

Instalado na barra do Rio Grande, logo passou Araújo Ribeiro a assegurar-se do *controle* das águas interiores. Para consegui-lo, imprescindível se fazia dominar o canal de S. Gonçalo, que liga as duas lagoas, e reduzir o forte de Itapuã, que vedava a entrada dos legalistas no Guaíba. Enquanto não cumpridas essas providências, precária seria ainda a posição dos imperiais no istmo da barra. Em primeiro lugar, porque pelo passo do S. Gonçalo os ameaçava constantemente um ataque dos revolucionários, convencidos já então Marciano Pereira e os chefes do movimento de que para vencer não careciam “senão de vigilância, atividade e constância em conservar em apertado sítio o Rio Grande e o Norte”; e ainda porque, sem o desmonte das fortificações revolucionárias no Itapuã, impossível se lhes antolhava a retomada da capital. Entre as duas operações, sobre ser a menos difícil, a do sul parecia a mais premente, pois que a ela se ligava a própria defesa dos legalistas na cidade do Rio Grande. Mandou Araújo Ribeiro guarnecer o passo do São Gongalo com o *Liberal* – único barco a vapor existente na província – e com duas canhoneiras. Era a primeira vez que no Brasil se empregavam navios a vapor para o serviço da guerra. “E convém desde já dizer” – informava Teotônio Meireles com muita convicção – “que prestaram os mais relevantes serviços.”

\*

Cruzava a esse tempo as águas da Lagoa Mirim o *cutter* *Mi-muano*, comandado pelo tenente Tobias Antônio dos Santos Robalo, que saía da capital aos primeiros dias do levante para reforçar a ação de Bento Gonçalves sobre o Rio Grande, quando ainda lá se encontrava Fernandes Braga. Depois, fora despachado para Jaguarão, a fim de vigiar a fronteira,



por onde se temia uma invasão de emigrados. Tivera Robalo, no desempenho dessa missão, grave incidente com as autoridades da outra banda, que terminara num combate entre *cutter* e um lanchão uruguaio, armado em guerra.

Mais do que desconfiados andavam os legalistas com referências às atitudes do oficial, de quem se dizia que abraçara definitivamente a causa da revolução. Chamou-o Araújo Ribeiro com urgência ao Rio Grande, no intuito, dizia, de congregar ali todas as unidades navais dispersas pelas lagoas e rios. Fez-se de vela o *cutter*, não para acatar as ordens da autoridade legalista, mas para dirigir-se a Porto Alegre, aonde deveria levar documentos reservados, de grande importância. Na previsão, seguramente, de que Robalo não obedecesse à determinação recebida, mandaram os legalistas ao seu encontro a canhoneira *Oceano*, de trinta e sete peças de bordo e comandada pelo tenente Manuel Joaquim de Sousa Junqueira, veterano da Cisplatina.

Encontraram-se os dois navios no Passo dos Canudos, ocupado e rebelde em receber um destacamento de primeira linha a ser transportado à capital. O *Oceano* intima-o a render-se. Em resposta, abre o *Minuano* fogo contra ele. Mantém-se entre ambos intensa fuzilaria, contrapontada, de espaço a espaço, pelo rimbombo dos morteiros. O barco revolucionário, cuja potência de fogo não se pode comparar à do atacante, tem rotos, dentro em pouco, velames e cordoalha, atingidas as obras mortas, ferida quase toda a tripulação. Ainda assim, sustenta o combate com tenacidade, até que um certo tiro lhe inutiliza a única peça. Quando o fogo ia calmando, aproxima-se-lhe o *Oceano*; e Junqueira repete a intimação. O comandante rebelde, vendo embora a situação perdida, recomeça a metralha com redobrador vigor. Ao cabo de três quartos de hora, novamente entra em declínio o fogo do *cutter*, e mais uma vez o legalista o intima à rendição. Tobias dos Santos esgotara por completo os recursos de defesa. Só lhe fica a alternativa de entregar-se e entregar os documentos que traz consigo, ou morrer. Não hesita. Prefere a morte. Prefere-a em companhia da esposa, a denodada Isabel Inácia de Jesus, e abraçado aos filhos, que também estão a bordo. Sem dizer palavra, desce ao paiol da pólvora e o faz explodir. Ouve-se, a grande distância, o estrondo que leva pelos ares o *Minuano* e seus defensores. Quando a nuvem de fumo começa a adelgaçar-

-se, os tripulantes atônitos do *Oceano* veem boiando nas águas quietas do rio pedaços de madeira, farrapos de velas, restos de utensílios de bordo. Um único marinheiro sobreviveu por algumas horas à catástrofe e pôde contar, antes de morrer, os últimos lances de heroísmo de Tobias Antônio dos Santos Robalo.

Ninguém melhor do que João Manuel compreendia que o êxito do movimento estava na dependência da retomada da barra. As ações na campanha lhe pareciam de secundária importância. A própria posse da capital de nada serviria como conquista definitiva, enquanto a chave da província estivesse em poder dos imperiais. Preparou com rara decisão o ataque ao passo do S. Gonçalo guarnecido pelos navios ali destacados por Araújo Ribeiro. Atingido o Passo dos Negros com auxílio de três iates, fez levantar durante a noite dois redutos de artilharia na foz do arroio Pelotas. Pela madrugada, a esquadilha legalista abria fogo contra a bateria revolucionária. A canhoneira *S. Pedro Duarte* foi completamente destroçada e o seu casco tornado pelos rebeldes, que dele retiraram dois canhões. O *Oceano* teve que abandonar o combate, rebocado pelo *Liberal*. A tropa de João Manuel permanecia na posse do S. Gonçalo, apesar da superioridade naval dos legalistas. Podia considerar-se agora a barra da província à mercê dos rebeldes. A revolução vivia um dos seus momentos culminantes.

A vitória do S. Gonçalo produziu no Rio Grande indescritível abatimento. Imensa a consternação entre os legalistas. Não se cuidava senão de embarcar, para com mais facilidade fugir à aproximação dos revolucionários. Nessa emergência, o avanço decidido sobre a cidade não teria significado apenas o coroamento do difícil triunfo já conquistado, senão ainda, provavelmente, a própria vitória final da causa. Em Porto Alegre, o presidente Marciano Ribeiro estava certíssimo de que a ação iniciada no S. Gonçalo continuava a ser executada sobre o Rio Grande, de acordo com o plano por ele estabelecido com João Manuel. Uma semana depois do desbarato da esquadilha legalista, determinava ao comandante do brigade *Bento Gonçalves* que se aproximasse do Estreito com os demais navios do seu comando. “O Norte e o Rio Grande estão a esta hora sendo batidos pelas nossas forças – dizia – e o fim por que mando cruzar até o Estreito é unicamente para intimidar a José de Araújo, fazendo-o crer que também é atacado pelo mar, e assim obrigá-lo a distrair parte das suas forças.”

O grave ferimento de João Manuel e também o do capitão-tenente Frederico Gustavo não permitiram, ato contínuo, a marcha dos rebeldes sobre o litoral. Quando ela foi retomada, presente Neto, já os legalistas haviam despachado consideráveis reforços para a cidade do Rio Grande, e baldados foram os assaltos dos republicanos contra a praça fortificada, depois que o seu comandante se negara à rendição. E como esta, todas as ulteriores tentativas dos farrapos por apossar-se da barra naufragaram com a tenacidade com que os imperiais haveriam de defender aquela posição dominante no cenário da guerra. Tinham os revolucionários, por duas vezes, perdido a sua oportunidade. “Ceux qui font des révolutions à demi ne font que creuser leurs tombeaux.” Instalados definitivamente sobre a barra, dentro em breve, pela lógica das causas incontrastáveis, passariam os legalistas a dominar não apenas o São Gonçalo e a lagoa Mirim, mas ainda a dos Patos e o próprio estuário do Guaíba.

\*

Vendo a Regência que para debelar a revolução se tornava imprescindível reforçar as atividades navais, mandou à província para esse fim o capitão de mar e guerra John Pascoe Greenfell, que acabara de prestar destacados serviços à legalidade na revolta do Pará. Greenfell, marinheiro desde os onze anos de idade, viera para a América em companhia de lorde Cockrane, com ele servira na guerra da Independência do Chile e de lá passara ao serviço do Brasil, nos lances de cuja emancipação política tomara parte, quando as províncias do Norte foram expugnadas das tropas lusitanas. Na guerra da Cisplatina, a sua atuação foi das mais valiosas com que o Império pôde contar. Perdera em combate o braço direito. Enérgico e bravo, o inglês sabia fazer-se respeitado pela sua capacidade de mando, espírito de iniciativa e competência técnica. A Regência não poderia confiar a melhores mãos a empresa de consolidar as posições marítimas da legalidade na província sublevada. Logo que chegou ao porto do Rio Grande, iniciou o novo chefe naval “os preparativos para alcançar o domínio das lagos e dos rios navegáveis, cuja posse desfrutavam os revolucionários”.

Nessa altura, era Porto Alegre vigorosamente atacada por terra e por água pelos insurgentes. Greenfell para lá fez seguir o tenente Silva Madela com cinco vasos de guerra, a fim de prestar auxílio aos defensores

da capital. Mas a esquadilha legalista julgou arriscado transpor o estreito de Itapuã, pois ficaria com as comunicações cortadas e teria de enfrentar, nas águas do Guaíba, forças adversárias “que as percorriam em todas as direções”. Ficou, pois, bordejando ao largo do promontório, observando o que por lá se passava. Essa, a situação ao norte da lagoa.

Ao sul, quis Greenfell certificar-se pessoalmente do estado das coisas, e tentou forçar o S. Gonçalo, onde os revolucionários se haviam fortificado, “mas não lhe pareceu prudente arriscar um desembarque”. Retrocedeu e tratou de preparar-se melhor, para ações de maior alcance. O essencial, antes de tudo, seria restabelecer as comunicações regulares entre o litoral e Porto Alegre. Para tanto era de mister acabar de vez com os insurgentes no Itapuã, que todas as manhãs içavam por baixo da bandeira no Império um pano vermelho e disparavam provocadoramente os seus canhões sobre os navios legalistas fundeados na lagoa. Reuniu para a empresa treze canhoneiras a lanchas, nas quais fez embarcar cento e cinquenta soldados. Tanta confiança tinha no êxito que levou consigo, a fim de desembarcá-lo em Porto Alegre, o presidente Araújo Ribeiro. Com efeito, rompendo por entre o fogo da artilharia do forte, chegou à capital sem nenhuma avaria de monta. E logo depois tratou de desmontar as baterias dos rebeldes na ilha do Junco e na ponta do Itapuã. Isso conseguido limpo estava o Guaíba e livre o caminho entre a barra e a capital.

Se os revolucionários houvessem sabido manter as suas posições no litoral ou se, mais tarde, não interrompessem no S. Gonçalo a marcha vitoriosa sobre o Rio Grande em pânico, de nada teria valido aos legalistas a retomada de Porto Alegre. Seguramente recairia a cidade em poder dos revolucionários, tão certo o princípio de que o curso das águas é controlado pelo dominador da foz. A regra se comprovaria, aliás, de maneira inexorável, pelo próprio desenrolar dos acontecimentos. Araújo Ribeiro, ao chegar à província, governava apenas duas povoações: o Rio Grande e S. José do Norte. Mas essas povoações representavam a chave da província inteira, ou pelo menos da sua parte mais importante. Delas dispondo, tinha em mãos a base de operações indispensável para assenhorear-se das regiões econômica e politicamente tributárias da foz. Greenfell venceu os rebeldes porque os seus navios dominavam a barra do Rio Grande. “O que a marinha tinha a fazer está feito”, comunicava ele ao governo do Rio de

Janeiro. “Se V. Ex. não achar indispensável a minha continuação no comando, estimarei muito a ordem para me retirar à corte.”

O que a marinha fez, na verdade, foi confirmar a teoria de Ratzel. Quem dominasse a barra do Rio Grande acabaria dominando as águas interiores. Contra a fatalidade do princípio, inútil toda a obstinação dos farrroupilhas, mal inspirados nas suas atitudes inconsequentes e militarmente incompreensíveis, nos primórdios da revolução. Perderam eles o domínio das águas interiores, porque não souberam conservar as suas posições na barra da província. A barra em poder dos legalistas era o ponto fraco da revolução.

\*

Domingos de Almeida a autoridade de onímodas intuições, tinha desses acontecimentos uma compreensão exata. De há muito, aliás, o preocupavam os assuntos concernentes ao tráfego das lagoas. Anos antes de estalar o movimento revolucionário, havia organizado uma sociedade com Antônio Gonçalves, José de Oliveira Viana e Bernardino José Marques Camerim, para construir no estaleiro do arroio Santa Bárbara, em Pelotas, o primeiro barco a vapor da província, cuja máquina viera dos Estados Unidos. Muitos o consideravam utopista e previam como certo o malogro do negócio. Realizadas com êxito as primeiras experiências no São Gonçalo, o *Liberal* – este o nome do vapor que estava prestando agora tão úteis serviços aos imperiais – fizera a sua viagem inaugural ao Rio Grande “com muita admiração dos espectadores, pela velocidade com que rompia contra o vento e a grande correnteza das águas”. A travessia se efetuara em três horas e meia. Não cabiam em si de maravilhadas as populações litorâneas. E no mês seguinte, com sucesso igual, fora o navio ancorar em Porto Alegre. Domingos de Almeida era o exclusivo orientador da empresa, e essa responsabilidade, aliada às suas preocupações de charqueador e negociante, lhe havia permitido uma visão perfeitamente clara do intercâmbio das principais praças da província, conectadas entre si pelo sistema lacustre e servidas pela desembocadura do Rio Grande.

A ocupação do porto marítimo pelos imperiais parecera-lhe um pesado desastre para a causa revolucionária. Não desconvinham dessa opinião Marciano Pereira a João Manuel, que também consideravam

indispensável a retomada daquela posição. Durante as operações sobre o São Gonçalo mantinha-se Almeida em diário contato com João Manuel, animando-o com a sua lúcida obstinação a atravessar as águas do sangradouro para atirar-se sobre o último reduto dos reacionários, onde Araújo Ribeiro desempenhava nominalmente as funções de presidente.

Agora mesmo, estava Almeida preocupado com a reclamação que lhe faziam os criadores do sul, contra a proibição do governo republicano de exportarem para a praça do Rio Grande os seus gados e produtos animais. Causava-lhes a medida enormes prejuízos, na dependência exclusiva em que ficavam dos compradores do Estado Oriental, onde, por sua vez, a endemia revolucionária se opunha à regularidade das transações. O senso prático de Almeida poderia admitir a proibição do intercâmbio com o porto marítimo como passageira medida de emergência, não como resolução definitiva. Com caráter permanente, ela acarretaria por certo a ruína da indústria pastoril em largo trecho da campanha. O porto do Rio Grande era o verdadeiro regulador comercial da província. E colocado na alternativa de permitir o abastecimento dos imperiais naquela praça ou de gerar irremediáveis prejuízos aos produtores e de agravar ainda mais a penúria do Tesouro da República, inclinava-se a inteligência prática do ministro para o mal menor. E pensava, por isso, em expedir um decreto facultando o comércio de gado de corte para o porto do Rio Grande, pelo passo de Canudos, no S. Gonçalo.

No pé em que estavam as coisas o que muitourgia, no seu entender, era dificultar por todas as formas o intercâmbio entre o litoral e as cidades do interior, que tinham em Porto Alegre o seu entreposto de distribuição. Existia para o caso a lei de curso marítimo, expedida nos últimos meses de 1836. A notícia desse decreto causara a mais profunda irritação aos homens do governo imperial. Sabedor de que os revoltosos haviam organizado “um governo irrisório e quimérico, e que este, no excesso do seu delírio se lembrava de dar cartas de marca para o curso”, mandara o regente recomendar ao comandante das armas, “a necessidade de acabar por uma vez e quanto antes com aquele grupo revolucionário, para que os iludidos a os ambiciosos se não acobertassem à sua sombra” e não viessem a hostilizar o comércio do Império. E de tal maneira se impressionava a Regência com a possibilidade de efetivarem os republicanos aquela ideia, que ordenava a

Bento Manuel, em linguagem peremptória e decidida, que “prescindindo de quaisquer contempções, descarregasse o último a decisivo golpe contra o resto das forças dos revoltosos, a fim de prevenir os males que pudesse causar aquela lembrança, ainda que a medida do corso fosse ilegal e reconhecidamente verdadeira pirataria”.

Fora em virtude dessa lei que se expedira meses antes a carta de corsário a Garibaldi. Malograda a tentativa em mar aberto pela falta de portos de abastecimento, de vez que não se podia contar para ela com a aquiescência tácita de Montevideú e Buenos Aires, impunha-se, como única solução nas circunstâncias presentes, tentar o corso nas águas interiores.

A opinião de Garibaldi concordava com a do ministro. Dessem-lhe – um ponto de apoio quaisquer, e ele se lançaria de bom grado à empresa, da qual esperava tirar compensadoras vantagens. Decisão e ânimo de luta não lhe faltariam.

Almeida, entretanto, nada decidia em definitivo. Indispensável ouvir-se, a respeito, a opinião do presidente da República. Bento Gonçalves estava no seu acampamento de guerra, sobre o S. Gonçalo. Saíra de Piratini à testa de uma brigada de cavalaria, ao encontro de Silva Tavares. Passados alguns dias e perfeitamente entendido com Almeida, para lá se dirigiu Garibaldi. Levava do seu primeiro contato com as autoridades rio-grandenses ótima impressão. Homens simples, enérgicos, leais. Dava gosto tratar com gente assim.

.....

### *Capítulo III*

#### NO ACAMPAMENTO

**A** MARGEM ESQUERDA do S. Gonçalo, sobre o ângulo formado pelo sangradouro e o rio Piratini, numa grande planície verde, salpicada de espaço a espaço pelas manchas escuras dos capões, acampava a força de Bento Gonçalves. Desde uma semana a brigada interrompera a marcha e estacionara ali, à espreita dos movimentos de Silva Tavares. Mal reposto da última derrota, já buscava o árdego chefe imperialista novas escaramuças com os republicanos. Não havia entre os reacionários caudilho menos afortunado nem mais recalcitrante no empenho de ser batido. Alcunhavam-no “o armazém dos farrapos”, tão certo resultava de cada encontro com suas forças recolherem estes proveitosa cópia de armas, munições, víveres, vestimentas. Agora, deslocava-se ele em marchas forçadas pelas campanhas do sul, procurando envolver pelo noroeste a vila de Pelotas, a fim de auxiliar a ação que a esquadilha de Mariath pretendia levar contra a bateria estabelecida no Passo dos Negros.

Longe vinha ainda o sol, e o acampamento já parecia um inquieto formigueiro humano, rumoroso e trepidante. Para além da linha extrema das barracas, ardiam em semicírculo as fogueiras dos postos avançados. Redobrada se fazia a preocupação de mantê-las bem acesas, para que



o clarão das labaredas afugentasse os tigres atraídos pelo cheiro de carniça das chasqueadas e cujos rugidos lúgubres cortavam, correspondendo-se de uma à outra margem do rio, o silêncio das noites frias.

Raros os retardatários que esperassem o toque de alvorada para iniciar as fainas do dia. Dos ranchos coletivos, construídos de pau-a-pique e cobertos de folhagem, das tendas de panos encardidos pelo sol e pelas chuvas ou armadas com ponchos, e ainda dos simples leitos de campanha, estendidos em chão apropriado a carona, o lombilho, os pelegos, surgiam e levantavam-se, refeitos por algumas horas de sono, os cavalarianos que o próprio chefe do Estado comandava. Rostos bronzeados pelas intempéries, emoldurados de grandes barbas ou fisionomias ainda glabras de adolescentes; mestiços, índios, também numerosos negros, escravos de oficiais republicanos ou fugidos das senzalas de senhores imperialistas; “*castellhanos*”, profissionais de “*montoneras*”, formavam nesse acampamento de coluna em marcha um cenário dos mais variados tipos, das mais diferentes providências étnicas e sociais. Pertencia o maior número deles à categoria dos voluntários, que se engajavam sem fazer jus a soldos nem gratificações, ressalvado o direito de cuidarem dos seus negócios, sempre que necessário. Apenas terminado o trabalho voltariam a incorporar-se de novo, mais afeitos já à vida das guerrilhas do que aos misteres das estâncias.

À luz incerta da madrugada e dos braseiros que se atiçavam, a indumentária dos soldados da República era uma agitada policromia, em contraste com o ar cinzento, embaçado de neblina e de fumaça. Os antigos soldados de linha, fardados de zuarte e tecidos cor de oliva desbotados pelo tempo, quepes do mesmo pano ou chapéus de abas largas presos sob o mento pelos barbicachos de couro, à primeira vista se distinguiam dos voluntários, na sua maioria vestidos de bombachas escuras guarnecidas de botões, e calçando botas com enormes esporas, as “*chilenas*” ou “*choronas*”, que de tão pesadas se acreditaria lhes houvessem de dificultar os movimentos. Os índios de longas tranças, muitos deles com aros dourados nas orelhas, cobertos pelo “*xiripá*” e por uma camisa que seria ao mesmo tempo casaco ou blusa, tinham os pés envoltos em tecidos ásperos. Raro o homem que não trouxesse o seu poncho de pano, um “*pala*” de vicunha, ou simplesmente algumas tiras de fazendas cozidas, com uma abertura ao centro. Estavam nos lenços os adornos principais dos guerrilheiros. Havia-

-os de todos os tons, mas sobressaíam os vermelhos e os brancos, muitos de seda, atestando a boa classe social dos que faziam garbo em usá-los atados com o “nó republicano”, distintivo dos farroupilhas. Viam-se largas guaiacas, fechadas com moedas em lugar de botões, e simples cintas militares, ou mesmo, entre a ralé pedaços de couro cru, para sustentar as espadas, as pistolas, as adagas, as facas.

Variáveis embora as vestimentas e mesmo as armas dos soldados estabelecia-se entre eles uma tal ou qual uniformidade pelo uso da lança que todos traziam à mão. Artisticamente lavradas em ouro e prata, as dos alguns oficiais; as do grosso da tropa terminadas apenas pelas pontas de aço reluzente; outros ainda, meros chuços de madeira, com que faziam prodígios os índios acostumados a manejá-las. Todas, porém, as de ébano finamente trabalhado como os toscos varapaus tinham por distintivo comum a flâmula tricolor da República.

Fazia-se intensa a azáfama em torno das fogueiras. Negros e índios traziam às costas, sobre sacos de lona, pedaços das reses abatidas no momento para colocá-los nos espetos a cargo dos assadores. Enquanto o churrasco tostasse suspenso sobre os braseiros, circulavam de mão em mão as cuias de mate. Meia hora depois, de pé, acorados, sentados sobre lombilhos, os soldados comiam a sua ração matutina – o assado do clarear do dia. E tanto que mastigavam ou seguiam chimarreando, comentavam os acontecimentos da coluna.

– Ontem à tarde chegaram ao acampamento dois *gringos*, contava um oficial. Vieram de Piratini, com cartas do governo para o general. Diz-se que partiram do Rio de Janeiro numa embarcação que arvorava a bandeira da República, e que fizeram o curso a navios do Império. Depois estiveram presos na Argentina, donde parece que saíram fugidos.

O relato causava interesse e circulava de roda em roda, com deturpações e exageros. Os navios apresados pelo corsário cresciam de número, já passavam de seis, já seriam mais de dez. Ampliava-se desmesuradamente a extensão do combate no rio da Prata.

– Os italianos sustentaram fogo contra toda a esquadra oriental, e para vencê-los foi necessário despachar contra eles, além dos uruguaios, navios brasileiros e argentinos”, informava alguém que se dizia bem enfronhado nos acontecimentos.

– Recebeu-os o general com grandes demonstrações de simpatia”, referia o ajudante de ordens de um comandante de batalhão, que tivera oportunidade de vê-los quando apresentados a Bento Gonçalves pelo próprio que os acompanhara de Piratini.

– E convidou-os a comerem com ele. Parece que os italianos gostaram do assado. Conversaram os três por muito tempo e com tanta intimidade como se já fossem velhos conhecidos. Depois, o general mandou preparar-lhes uma barraca ao lado da sua”, acrescentava um capitão.

– Dizem que vão ficar servindo na nossa coluna.

– Mas *gringo* já aprendeu a andar a cavalo?, perguntou um soldado que cortava no espeto, uma larga tira de carne.

– Vamos escolher dois baguais prá eles, propunha, irônico, um índio de funda cicatriz no rosto. E um gaúcho moço, de cabelo revoltado e longas barbas pretas, sentencioso e grave.

– Eu vou amarrar chilenas bem grandes nas botinas deles.

E a cada chiste estalavam gargalhadas.

– Moçada, gritou um major-fiscal que se aproximava, toda gente trate de encilhar os cavalos. Vamos levantar acampamento, e o general quer passar revista à força em formatura, às oito horas!

E dentro em pouco, ouviam-se os sons agudos das cornetas, dando ao acampamento ordem de preparativos de marcha.

Menos de uma hora depois, arrogantes pelo orgulho da sua causa, magníficos na convicção da sua bravura e destreza nos combates, quase todos os guerrilheiros já estavam montados; poucos traziam ainda os cavalos pelas rédeas, enquanto chupavam um último chimarrão ou acendiam nos tições os compridos cigarros de palha. Qualquer que fosse a sua posição cuidavam dos “pingos” com os maiores desvelos, tosadas as crinas, as colas atadas a meia altura dos quartos. Os que dispunham de recursos usavam lombilhos chapeados de prata, de prata os estribos e os freios de rédeas finamente trançadas. Os peões de estância, os índios, os negros, os cafusos, os mulatos, que quase montavam em pelo, contentavam-se em mostrar os seus fletos tratados com esmero igual ao dos patrões. Todos, estancieiros ou piás tinham os laços de quatro tentos enrodilhados sobre as garupas dos animais e boleadeiras de ferro retocadas de couro, por baixo dos pelegos ou amarradas à cintura, sobre a guaiaca. Alguns cavalarianos de Porto Alegre e

de Pelotas não usavam lombilhos, mas uma espécie nova de ensilho, a que chamavam serigote. A novidade, introduzida recentemente pelos alemães de S. Leopoldo, era sobremaneira encomendada pelos fabricantes. “*Das ist sehr gut*”, diziam.

O sol subia no céu muito azul e escampo de nuvens. Soprava rijo vento dos lados do mar. Os prenúncios do outono davam já às manhãs uma frescura picante, convidativa aos galopes, estrada afora.

A brigada estava a postos, à espera do general. De repente, notas vivas de clarim ressoam pelo acampamento. Montado em esplêndido cavalo, Bento Gonçalves aproxima-se a trote, cercado do estado-maior. Todos os soldados, nesse instante, só têm olhos para admirar o seu chefe, o bravo Bento Gonçalves, o presidente da República Rio-grandense. Alto, forte de corpo, elegante na sua postura de cavaleiro exímio ei-lo que se avizinha. Veste com extrema singeleza. O fardamento não o distinguiria do comum dos oficiais. Tem o rosto rigorosamente escanhoado, como se pronto para entrar em salões de cerimônia. Sobre a larga fronte abate-se a aba de um chapéu de campanha. Traz um poncho-pala claro, que, com o andar apressado do cavalo, ondeia ao vento como se fosse uma grande bandeira, conduzindo à vitória os soldados da República. Desprende-se da pessoa do chefe um estranho magnetismo que eletriza a tropa. Um halo de lenda envolve-lhe o nome. Mais do que um homem, aos olhos da sua gente ele é a personificação de um mito.

“O herói Bento Gonçalves  
é a nossa salvação!”

grita, tomado de vibração irreprimível, um oficial. E imediatamente, aclamações frenéticas, retumbantes, ensurdecedoras, atroam os ares. Bento Gonçalves começa a revista às tropas. E sorri aos soldados num sorriso de comunicativa satisfação.

Garibaldi acompanhava a cena com entusiasmo. A figura do herói, tantas vezes imaginada nos seus devaneios românticos ele a tinha ali, ao alcance da vista. Fora um ambiente assim, cavalheiresco e empolgado pela ideia da liberdade conquistada à força do próprio valor, que ele entressonhara nas suas monótonas viagens do Mediterrâneo e na desolante morderia do Rio de Janeiro. Exaltado comunicava suas impressões a Rossetti:

– “Este é realmente o filho querido da natureza, que lhe prodigalizou tudo aquilo que faz do homem um verdadeiro herói. Vê o garbo com que monta a cavalo. Ninguém lhe daria mais de vinte e cinco anos. Não admira que com tais dotes Bento Gonçalves seja o ídolo dos seus concidadãos”.

Mais tarde, escreverá nas *Memórias*, recordando as inesquecíveis impressões daquele dia: “*Alto della statura svelto, ei cavalcava un focoso destriero colla facilità a la destrezza d’un giovine conterraneo suo. E si sa contare i rio-grandensi fra i primi cavalieri del mondo*”.

Nenhum dos generais da República, nem Antônio de Sousa Neto, admirável cavaleiro, o melhor cavaleiro que Garibaldi viu em toda a sua vida, homem de irradiante simpatia, admirado e estimado de todos; nem a figura romântica de João Manuel de Lima e Silva, oriundo de outro meio, porém mais do que ninguém identificado com o Rio Grande no altruísmo, na glória nos sofrimentos, no martírio; nem Davi Canabarro, o forjador do seu próprio destino soldado de raça cujas peculiaridades tão bem refletiam as idiosincrasias do homem da campanha rio-grandense; nem João Antônio da Silveira, “a valente espada que brilha em nossa fileira”, popular entre os que mais o fossem pela bravura, pela lealdade – ninguém nenhum outro exerceu jamais sobre as multidões fascínio comparável ao de Bento Gonçalves. Este foi, no mais alto grau, o homem representativo da sua época. Soube melhor do que todos revelar aos seus contemporâneos a extensão da grandeza moral que haveria de singularizá-los no panorama das gerações rio-grandenses. Porque, em verdade, grande realmente só é o homem que magnifica os demais transmitindo-lhes a convicção de que eles também são grandes; e não aquele que, pelas suas monstruosas dessemelhanças com o meio, ofende e amesquinha quantos se vejam constrangidos a contemplá-la ofuscados e contrafeitos, à distância e de baixo para cima. Requer essa condição não perca o homem superior os requisitos comuns que o prendem ao seu tempo e o integram no seu ambiente, dos quais ele há de ser em tudo e por tudo a culminância, a espiritualização, a expressão mais perfeita, a síntese final.

Os acontecimentos posteriores ao 7 de Abril haviam colocado a geração de 35 na alternativa de agir em consequência deles, afirmando as tendências republicanas e autonomistas do Rio Grande do Sul, ou de

transigir com as imposições cada vez mais regressivas e centralistas do Rio de Janeiro. Na última hipótese ela significaria apenas um trecho humano mais ou menos anônimo, desses que se perdem na poeira dos cemitérios, sem nada legarem de si aos tempos que hão de vir. Mas no primeiro caso, a sua memória se constituiria em baixo-relevo das características essenciais do nosso povo, e seria como realmente foi, uma grande geração. E apenas se proclama uma verdade por todos pressentida, quando se diz que Bento Gonçalves transmitiu à geração de 35 a medida exata da sua grandeza.

Tudo conspiraria na trajetória desse homem por afastá-lo das linhas do seu destino. Filho de pai estrangeiro, o alferes Joaquim Gonçalves da Silva, natural da freguesia de Santa Marinha de Real, bispado de Lamego, e de mãe rio-grandense, Perpétua da Costa Meireles, natural da freguesia de Triunfo, mas oriunda, por sua vez, de genitores portugueses, ele haveria de ser, pela vontade da família, um respeitável clérigo que rezasse missas em alguma obscura paróquia da província. E quem sabe se, com os seus vivos dotes de inteligência, não faria brilhante carreira, acabando bispo, talvez, em alguma diocese brasileira ou mesmo no Reino? Mas o jovem Bento Gonçalves declinou de tão alta responsabilidade, que foi transferida a outro filho do casal. Inquieto, bulhento, ativo, superlativamente cioso da sua personalidade, só via diante de si uma destinação: o manejo das armas nos tempos de guerra; e nos rápidos períodos de paz, a vida forte dos trabalhadores rurais. Afirmando, já aos treze anos de idade a índole destemerosa do seu caráter, mata em duelo à espada um negro que lhe faltara ao respeito e tentara agredi-lo.

As lutas que a coroa portuguesa sustentava sobre as lindes da província de S. Pedro, nas terras da Cisplatina, levaram-no a assentar praça. Dir-se-ia agora que ele estivesse agindo de acordo com o seu destino. Mas, obrigado a combater na Companhia de D. Diego, a favor do realismo lusitano e contra os sentimentos de liberdade que se afirmavam em todos os quadrantes da América, essa guerra longe estaria de entusiasmar-lhe o ânimo juvenil. Apagada, quase nula é a sua ação militar nessa quadra. Terminada a luta ele se fixa em Melo, no Estado Oriental, onde se casa com Dona Caetana, filha de Narciso García, natural da Espanha, e de Dona Maria Gonzalez, oriunda do Rio Grande.

O meio em que se movia, saturado das façanhas de Artigas, e possivelmente o seu próprio meio familiar, se mostrariam intensamente

hostis a tudo quanto fosse brasileira, ou melhor, português. Mais uma conspiração, aí, contra o seu destino. Mas ele reage contra o ambiente. E tão decisiva é a reação que dez anos durante não se conheceu entre os brasileiros na Cisplatina guerrilheiro mais audaz nem mais afortunado. “Capitão de guerrilhas” ou de milícias em 1817, já se via em 1824 promovido a tenente-coronel e nomeado comandante de regimento; e no ano seguinte, depois da batalha de Sarandi, a coronel. Tinha, então, trinta e seis anos de idade. Difícil imaginar carreira mais fulgurante. O expatriado que casara em família estrangeira encontrara nos próprios obstáculos opostos à sua vocação os elementos que lhe fizessem ressaltar a força do caráter. Foi um dos heróis anos depois, na batalha do Passo do Rosário. E se Barbacena se houvesse inspirado nos seus avisos, outro teria sido o resultado do grande encontro.

Transferido da força auxiliar das milícias para as linhas regulares do exército e nomeado coronel do estado-maior, passou a comandar um regimento de cavalaria da primeira linha, em Jaguarão. E teve, mais tarde, a chefia militar daquela fronteira e o comando superior da guarda nacional na província. Saído do Rio Grande como ignorado e bisonho furriel, voltava à terra dos seus sonhos como oficial superior do exército de Sua Majestade. Longe de desnacionalizá-lo, a vida entre gente estranha só contribuía para realçar-lhe os atribuíras de amor ao rincão natal.

Mas, fora de dúvida também que as encarniçadas lutas da Cisplatina, encerradas pelo reconhecimento da independência uruguaia, haviam deixado na sua experiência profundas raízes de convicções democráticas. Ele não formava, por certo, entre os seccionistas, não desejava a independência do Rio Grande nem se alistaria, desde logo, entre os obcecados pela ideia republicana. Mas observava a sentia que a administração imperial na província era um desastre; e não concordava, filho de português, com o predomínio dos elementos lusitanos, retrógrados a saudosistas, em todos os ressortes da sua atividade política.

Na fase preparatória do grande drama, é Bento Gonçalves o ponto para o qual de instinto convergem os olhares de todos os patriotas, não conformados com a situação de presa fiscal e para-choque militar que o centro distribui ao Continente, material e politicamente desdenhado tanto pela Regência quanto pelo Primeiro Reinado. Toma parte ativa nas

conspirações. O seu prestígio pessoal além da raia indica-o como a pessoa mais adequada para as primeiras sondagens estratégicas junto aos caudilhos orientais, de cujos auxílios tanto se valeriam os futuros insurgentes como os defensores do trono bragantino. Mas firma-se de imediato e bem nítida a linha de divisão política entre os conspiradores rio-grandenses e os chefes uruguaios. “Nós devemos tomar do general Lavalleja os elementos subalternos de que pode dispor, porém, não dar-lhe ingerência em nossos assuntos”, escreve Marciano Pereira a Bento Gonçalves. E para prova da absoluta concordância do futuro presidente da República de Piratini com tal aviso, anotaria Antônio Diaz, na *Historia política y militar de las Repúblicas del Plata*: – “Bento Gonçalves, como brasileiro, no pensó jamás en otra política que ia que dirigía ai punto exclusivamente brasileño y republicano.”

A denúncia oferecida pelo marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, de estar o comandante da fronteira de Jaguarão em secretos entendimentos com Lavalleja, determina sua chamada à capital do Império, em 1833. Pareceria ter chegado o momento da sua desgraça. Mas o nobre espírito de João Manuel atira-se resolutivo à defesa do amigo e companheiro de causa. Sem perda de tempo, viaja por terra ao Rio de Janeiro. O regente Lima e Silva, conhecedor das manobras reacionárias de Barreto Pinto, mantém Bento Gonçalves no seu posto de comando, confere-lhe uma pensão anual pelos relevantes serviços prestados à pátria e nomeia Fernandes Braga presidente da província.

Dentro em pouco, o desavisado Braga se transforma em joguete nas mãos dos regressistas. Longe de confraternizar com os patriotas, aos quais devera, em última análise, a sua nomeação, levanta contra Bento Gonçalves e seus companheiros a acusação de estarem conspirando com o fim de desmembrar a província do Império para incorporá-la à República Oriental. A sua “fala” à Assembleia é um modelo de insensatez: – “Consta-me que João Antônio de Lavalleja ainda não deixou o nosso território e que juntamente com o seu mentor, o indigno padre José Antônio Caldas, trabalha de mãos dadas com diferentes ambiciosos para perturbar o sossego da província e levar avante seus planos de separação do Império e federação com a Cisplatina.”

A alusão a Bento Gonçalves é transparente, o inepto libelo provoca imediata reação na Assembleia. Que Fernandes Braga exhibisse os



elementos em que se fundara para articular tão grave denúncia. E o presidente, acutilado pela altiva réplica dos representantes do povo, vê-se na contingência de confessar que não possuía provas oficiais, mas dera crédito a cartas particulares, impossíveis de serem exibidas em público.

Quando a Assembleia encerrava os trabalhos, em junho de 1835, já não havia dúvidas no espírito de quantos soubessem compreender os sinais dos tempos: a província estava em vésperas de sublevar-se, e o chefe da revolução não poderia ser outro senão o coronel Bento Gonçalves da Silva.

Esses acontecimentos e os subsequentes ao 20 de Setembro valeram à figura central do movimento um prestígio, uma ressonância, um vulto espiritual não igualados por nenhum outro homem no Rio Grande do Sul da sua época. Ele dera aos contemporâneos a definição das suas responsabilidades políticas, mostrara-lhes o sentido do seu destino histórico, assinalara-lhes a sua projeção sobre os tempos porvindouros. Era um autêntico herói aos olhos da sua gente. Feito à semelhança dela, surgido dos próprios sofrimentos do meio, plasmado o seu espírito com a substância dos mesmos ideais do seu povo, era como que a carne da sua carne, o sangue do seu sangue. Nele, o Rio Grande do magno decênio encontraria a sua imagem espiritualizada no heroísmo, nos sacrifícios e na glória.

\*

O Rio Grande inteiro conhecia os pormenores da sua fuga, cujos lances dramáticos aumentavam ainda o halo romanesco que lhe envolvia o nome. De povoado a povoado, de fogão a fogão entre os exércitos republicanos e entre as hostes imperiais, nas cidades e nos campos, entre rudes lidadores de estâncias e no relato deslumbrante das mães acalentando os filhos nas longas noites de inverno, a energia, a bravura, a calma, a força física, a agilidade de que dera provas no episódio, causavam transmitidas de boca em boca, o assombro das multidões. E na coluna, os lances da evasão forneciam assunto a intermináveis referências.

Contava-se que, depois da interrompida fuga da Laje, recebera Bento Gonçalves aviso de que as autoridades militares iam ordenar uma busca em sua pessoa e bagagem, e que todo o dinheiro encontrado seria entregue em depósito ao comandante da fortaleza, a fim de dificultar-lhes novas tentativas de evasão. Acompanhava-o desde a Cisplatina um escravo

fugido, o *Congo*. Temendo ficar privado dos recursos que trazia consigo, resolveu fosse o negro à cidade leva-los a custódia de pessoa de confiança. Respondeu o preto que preferível lhe parecia guardasse ele próprio a soma. Não gostou o amo da resposta, e com alguma irritação reiterou, peremptório, a ordem. *Congo* não ousou insistir, e foi à cidade. De volta, afirmou que fizera a entrega de acordo com as instruções do senhor.

A busca, entretanto, não se efetuava. E um belo dia foi o prisioneiro surpreendido com a ordem de embarcar imediatamente num brigue de guerra pronto a sair para a Bahia, sendo-lhe ao mesmo tempo comunicado que não podia levar consigo o escravo. Desesperava-se Bento Gonçalves com a impossibilidade de mandar buscar o dinheiro, quando dele se aproxima o *Conguinho* a lhe segreda, desapertando o cinto:

– O dinheiro está aqui!

Quinze dias levou o brigue *Constança* na viagem do Rio de Janeiro a cidade do Salvador. E quinze dias apenas esteve Bento Gonçalves preso no Forte do Mar. Desde a sua chegada, entrou em confabulações com os republicanos da capital. Não combinou com eles apenas o plano da sua fuga: mas ainda o da sublevação baiana. Tinha o prisioneiro a praça de armas por menagem. Conversava com oficiais e valia-se diariamente da permissão de tomar banhos de mar. Exímio nadador, cada vez se afastava mais da praia, e chegava mesmo a fazer a volta da fortaleza, de maneira que a sentinela, por momentos, o perdesse de vista. Para captar as boas graças do comandante, mandava à sua filha os presentes e doces recebidos de pessoas amigas.

Combinou-se a evasão para o primeiro dia em que soprasse vento de terra. Aproximar-se-ia da fortaleza uma baleeira, fingindo ocupar-se na pesca. E Bento Gonçalves trataria de alcançá-la a nado.

Quando chegou o dia da fuga, aconteceu que o comandante lhe mandasse, de parte de sua filha, um vistoso pastelão. Embora de nada suspeitasse, não provou Bento Gonçalves da guloseima, mas deu uma fatia a um cãozinho que costumava visitá-lo as horas de refeição. O animal entrou em convulsões. Bento Gonçalves, para fingir que de nada se apercebera, escondeu o animalejo moribundo. Pouco depois foi visitá-lo o comandante da fortaleza e comunicou-lhe que iria à cidade.

– Comi o pastelão, comandante. Estava ótimo!, disse-lhe o prisioneiro. E acrescentou: – Se não vê nisso inconveniente, tomarei logo o meu banho.

– Não há inconveniente algum. Pode tomar o banho que quiser, retrucou, sorrindo, o comandante.

Já à vista a embarcação, foi o prisioneiro à praia, recomendando ao soldado que o acompanhava:

– Cuide da minha roupa. No bolso do colete há uma onça de ouro.

E atirando-se à água, nadou célere em direção à baleeira que se vinha aproximando. Vendo-o entrar no barco, o soldado correu à fortaleza e comunicou o fato ao segundo comandante. Inúteis todas as tentativas para dar o alarme. O preso ou alguém por ele havia quebrado a única buzina do forte, e molhadas estavam todas as escorvas das peças de artilharia. Içou-se a bandeira a meio pau para chamar a atenção de um brigue de guerra, surto nas vizinhanças. Do brigue despachou-se um escaler à fortaleza. Com todas essas demoras, quando iniciaram a perseguição, a baleeira, navegando a vela e tocada a oito remos, já ia chegando a Itaparica. Na prisão, deixara Bento Gonçalves crescer a barba. A bordo do barco encontrou os petrechos necessários para cortar os cabelos e escanhoar o rosto. Não faltavam, pois, à verdade os habitantes da ilha, quando respondiam à escolta não terem visto nenhuma pessoa com os sinais por ela discriminados. Da ilha passou a cidade, onde esteve escondido mais de mês. Esse tempo aproveitou-o cuidadosamente nos últimos preparativos da revolução que explodiria algumas semanas mais tarde com a proclamação da República Baiense, quando ele já viajava para a capital de Santa Catarina a bordo de um navio de pessoa amiga.

Não havia lembrança de que a evasão de um homem produzira jamais semelhante abalo em todo o Império. Por coincidência, nove dias depois da fuga renunciava o regente Feijó e assumia o governo Pedro de Araújo Lima, considerado o homem mais hábil e maneiroso da época. Bernardo de Vasconcelos voltava ao poder como ministro da justiça, acumulando provisoriamente a pasta do Império. Era o “Ministério das Capacidades”, a brilhante equipe em que figuravam Miguel Calmon, Maiciel Monteiro, Rego Barros, Rodrigues Torres. A política das panaceias e

contemporizações falhara. A revolução rio-grandense, a despeito de todas as promessas de anistia, continuava a trazer em xeque a unidade do país. E agora juntava-se-lhe a Sabinada, na Bahia, também com pretensões a república independente, escolhido para chefe do novo Estado Inocêncio da Rocha Galvão. E logo, pois seria a Balaiada, no Maranhão.

Na Câmara, Honório Hermeto culpava o governo caído, senão de cumplicidade ativa na fuga, pelo menos de negligência em relação à custódia do prisioneiro:

– A desconfiança que havia a despeito da convivência da passada administração com as rebeldes, ainda mais se manifesta pela fuga de Bento Gonçalves. Eu não quero dizer que a administração que acabou mandara Bento Gonçalves à Bahia para de lá fugir...

*Algumas vozes:* – Mandou, mandou...

O Sr. Carneiro Leão: – Não o direi; alguns o dizem, mas não eu, que não o creio. Estou persuadido mesmo de que a administração que acabou não quis senão melhorar de prisão a esse indivíduo, que tinha de estar preso e não facilitar-se-lhe a fuga. Mas, que acontece? Mesmo pelo boato que se tinha espalhado de que a administração favorecia os rebeldes do Rio Grande do Sul, as autoridades portaram-se negligentemente e o deixaram escapar.

O ataque, pontilhado de venenosas subtilezas, obrigou à fala Montezuma, que ocupara a pasta da Justiça no último gabinete da regência de Feijó:

– Já mostrei à Câmara que o ministro de então teve toda a razão para enviar Bento Gonçalves para a Bahia. Se a administração tivesse o menor intuito de promover a fuga de um dos presos, porque não teria também interesse em promover a fuga do outro? Dir-se-ia que a pessoa de Bento Gonçalves fosse mais importante; isto é, que melhor seria e mais vantajoso mandar Bento Gonçalves para lugar onde lhe fosse fácil a fuga, do que Pedro Boticário.

– Sr. Presidente não é esta a primeira vez que entre nós tem havido fugas. A Câmara está lembrada de que, no tempo do imperador, Caldas fugiu daqui. É de ver que o Sr. D. Pedro I não seria conivente com Caldas nem desejaria que ele se evadisse. Ora, isto posto, eu disse na Câmara que a política do governo se encerrava em dois pontos: 1º – as frequentes de-

núncias de que Bento Gonçalves projetava evadir-se, por todos os meios, da fortaleza da Laje; 2º – tirar Bento Gonçalves desta capital, onde, tendo numerosos amigos e grandes meios, estava como que auxiliando com seus conselhos e projetos os planos e até mesmo a estratégia dos rebeldes do Rio Grande: o que não aconteceria estando em uma província mais ao norte. Eu não poderia contar com que Bento Gonçalves fosse posto na Fortaleza do Mar: pelo contrário, devia contar que seria posto em prisão mais segura, onde, sem destruir o princípio da comunicabilidade, se achasse privado desse concurso de conselheiros para fazer mal à causa da legalidade... (Sus-surros na sala.)

– Eu quisera que os senhores deputados que se opuseram a isto que acabo de dizer, longe de falarem baixo, falassem alto; e declarassem se querem mais explicações, que estou pronto a dá-las.

Anunciava, em seguida, o orador, que tinha em seu poder diversas cartas do prisioneiro, que faziam implicitamente a defesa do governo.

O *Sr. Nunes Machado*: – Pode dizer para quem eram? (Risadas.)

O *Sr. Montezuma*: – Como?

O *Sr. Nunes Machado*: – Para quem eram as cartas?

Montezuma, atarantado, não responde à pérfida interpelação. Continua a leitura das cartas. E termina:

– Pelo que acabo de ler, vê a Câmara que o mesmo Bento Gonçalves confessa que as autoridades da Bahia não foram coniventes, não favoreceram a sua fuga. Ele diz que, a princípio, o trataram com urbanidade. Não duvido que essa urbanidade existisse. É muito natural, entre militares, o acreditarem-se reciprocamente na palavra de honra. Bento Gonçalves não foi auxiliado na Bahia pelas autoridades públicas, as mesmas cartas dele o provam; ele evadiu-se, quase que o posso afirmar, com os recursos que tinha; e difícil seria, no estado das prisões brasileiras, o segurá-lo de modo que não se evadisse, salvo se quisesse ter Bento Gonçalves de uma maneira sem dúvida contrária aos princípios constitucionais adotados no país, conservando-o em ferros. A não querer fazê-lo assim, com as prisões que temos, a sua fuga era muito provável.

Da cidade do Desterro, persuadidas as autoridades de que ele estivesse no estrangeiro, dirigiu-se Bento Gonçalves a cavalo, e acompanhado de um vaqueano, para o Rio Grande do Sul. Nunca tinha andado por aquelas paragens. A certa altura, disse ao guia:

– Já estamos em terras do Rio Grande.

– Como o sabe, general?

– Vejo-o pelo modo altivo com que nos saúda a gente que estamos encontrando.

A travessia se fez sem incidente pelo caminho da serra, que vai ter a Viamão. Uma noite, distantes ainda da Setembrina, chegaram a uma estância a ver se lhes seria possível trocar a montaria do general, estropada pela viagem. Apeados à porta da casa solitária, veio recebê-los uma senhora idosa. Bento Gonçalves disse-lhe ao que iam. Não podiam continuar a marcha por falta de cavalo. Vinham valer-se da sua generosidade, certos de que ela não lhes negaria auxílio. Escusou-se a velhinha, respondendo:

– Fui rica, hoje estou pobre. Dei o que pude à revolução. As forças legais levaram-me o resto. Na estância, só tenho um cavalo para todo o serviço. Este só o daria se me viesse pedir o general Bento Gonçalves. Guardo-o para ele, quando voltar ao Rio Grande.

Ouvindo tais palavras, o viajante dominava com dificuldade a sua emoção. Deu-se a conhecer à estancieira. Nela encontrava de novo o retrato moral do Rio Grande, martirizado pela firmeza dos seus ideais, mas pronto sempre a novos sacrifícios.

Alguns dias depois, Bento Gonçalves chegava a Piratini. Reunidos em sessão especial os vereadores da Câmara, perante eles prestou juramento e tomou posse do cargo de presidente da República. Entusiásticas aclamações saudaram o herói. Depois da cerimônia, o presidente convidou o povo a assistir ao *Te Deum* que a Câmara mandava rezar na igreja matriz, em ação de graças pela fuga e feliz regresso do seu primeiro magistrado ao Rio Grande do Sul.

\*

Garibaldi e Rossetti, incorporados provisoriamente à coluna, moviam-se, deslumbrados, naquele cenário de aventuras que lhes parecia um mundo de maravilhosas irrealidades. Estavam adidos ao estado-maior

de Bento Gonçalves. No decurso das marchas, no repouso dos capões, durante as horas de canícula ou à noite em volta das fogueiras, só tinham ouvidos para os episódios de que se entretecia a glória do caudilho na admiração do seu povo. Fascinava-os aquele romanesco fulgor de madrugada humana, *fiat* de uma consciência coletiva que surgia nos entreveros das batalhas e iluminava sobre-humanamente as figuras dos seus heróis.

Silva Tavares não se aventurava a engajar combate. Retirava-se precipite em correrias desabaladas, à aproximação da coluna republicana. O intento sobre Pelotas estava frustrado. À vista do que, Bento Gonçalves deu ordem de retroceder sobre Piratini.

Coincidia com a sua entrada na capital a notícia da segunda batalha de Rio Pardo. As forças de Antônio Neto e Bento Manuel haviam derrotado fragorosamente a maior coluna legalista, comandada pelo marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto. Na desesperada defesa da cidade, tinham os imperiais sofrido a perda de cem mortos e de outros tantos prisioneiros. Contava-se entre os tombados no campo de luta o coronel Guilherme José Lisboa, que morrera empunhando a bandeira do Império, quando dirigia uma carga de baioneta contra os vencedores. A estes custara a esplêndida vitória duzentas baixas. O grande feito de armas, o primeiro depois do regresso de Bento Gonçalves, trouxe extraordinário alento aos republicanos. O caminho da campanha pelo centro estava aberto aos seus exércitos.

Enquanto a população de Piratini se entregava aos regozijos da vitória, examinava o governo as possibilidades de imediata ocupação a dar aos dois carbonários. De acordo com as sugestões de Domingos de Almeida, resolveu-se que Garibaldi organizasse o curso nas águas interiores. Possuía a República um pequeno estaleiro na foz do Camaquã, em terras pertencentes a uma irmã de Bento Gonçalves. Para lá se dirigia o italiano a fim de concluir a construção de alguns lanchões, com os quais trataria de impedir o tráfego na lagoa.

Seu companheiro teria destinação diferente, condigna das suas aptidões. Sentia o governo a falta de um jornal que fosse ao mesmo tempo veículo de informações e repositório das doutrinas políticas que o inspiravam. Rossetti, com a extraordinária facilidade revelada em assenhorear-se dos segredos da nossa língua, bem podia servir ao mister de jornalista ofi-

cial da República. Ele continuaria, nesse posto, a tradição de Zambeccari, tão cara à lembrança de Bento Gonçalves.

Combinou-se ainda que Napoleone Castellini, fixado definitivamente em Montevideú, fosse encarregado de adquirir ali o material de guerra e os demais gêneros necessários à República. Domingos de Almeida pôr-se-ia em comunicação com ele e lhe forneceria recursos em dinheiro, couros ou gado em pé, para as transações.

Tudo perfeitamente assentado, despediram-se os dois amigos. Garibaldi, com credenciais do próprio presidente da República, seguiu para o Camaquã. Rossetti ficava em Piratini, cuidando da publicação do jornal.

Alguns meses depois aparecia o primeiro número do *O Povo*, órgão político, literário e ministerial da República Rio-grandense. A um dos lados do cabeçalho, em grifo, um dístico: “O poder que dirige a revolução tem que preparar os ânimos dos cidadãos aos sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado amor da Pátria”. (*Jovem Itália*, vol. V.)



.....

## *Capítulo IV*

### A ESTÂNCIA

**N**ASCE O RIO CAMAQUÃ, por diversas vertentes, nas coxilhas do Tabulario e de S. Sebastião, subsidiárias da Coxilha Grande; e avançando perpendicularmente a elas, deságuam na lagoa dos Patos, depois de percorridas trinta léguas aproximadamente, através do largo vale formado ao norte pelas serras de Baberacoá e do Herval, ao sul pela dos Tapes e pela coxilha de Piratini. Nutre-se no seu longo e sinuoso percurso de numerosas águas afluentes, orientadas umas de norte a sul, outras de sul a norte. Tanto as suas margens como as dos arroios que o alimentam são cobertas de florestas, magníficas no seu viço semitropical. Por fim, espreguiçado ao sol como enorme serpente de prata, lança as suas águas na lagoa através de várias barras, escondidas à vista do navegante por cerrada vegetação. Tanto essas umbrosas faixas como os campos mais afastados do seu leito são notáveis não apenas pela beleza; mas por uma fertilidade fora do comum.

Nessa região, possuíam Bento Gonçalves e membros de sua família extensões de terras havidas por herança paterna. A capela de São João Velho fora situada por lei eclesiástica em terreno de Joaquim Gonçalves, seu pai. E a vila atual se edificou em terras doadas por sua irmã, Don'Ana Gonçalves Meireles. Dava a fazenda de Don'Ana face sobre o Camaquã. A

de Dona Antônia, outra de suas irmãs, sobre o Arroio Grande. Inumeráveis rebanhos cobriam os campos dessas estâncias, cujos produtos agrícolas, de tão abundantes, deslumbrariam qualquer europeu.

Foi à primeira dessas fazendas, à Estância da Barra, que se dirigiu Garibaldi, chegado de Piratini. Mais acolhedora não poderia ter sido a recepção que lhe fizeram. Posto que já avançada em idade, conservava Don'Ana um gênio comunicativo e alegre. Parecia a sua casa, como se lê nas Memórias, “*un vero paradiso*”. Longa, baixa, caiada de branco, não diferia do tipo comum das habitações rurais da época. Uma porta dava acesso à sala principal, outra aos compartimentos interiores. Estreita faixa de lajes de arenito, deterioradas pelo tempo e pelas goteiras, orlava-lhe a frente em todo o comprimento. Edificada sobre uma elevação do terreno, das suas janelas descortinavam os poteiros próximos e, mais à distância, já no campo da internada, um grande açude. À esquerda, laranjais marginavam o caminho que vinha da estrada real, sobre a qual se abria uma porteira de varas horizontais. À direita, velha figueira de galharia circular, que as mãos podiam alcançar sem esforço, dava sombra à *mangueira* menor, cercada de taipa de pedra. Outras árvores, umbus, guabiobas, araçás da praia, taquarais – vivendo em admirável promiscuidade aí a lenhosa flora xerófila dos altos com a hidrófila dos alagados – protegiam a casa dos ventos que sopram à tarde das bandas da lagoa, e cercavam, a pequenos intervalos, os poteiros destinados aos apartes e às marcações. Mais para os fundos, o galpão grande, de madeira, todo aberto num dos seus lados, aquele que dava a frente para a casa da fazenda. A pouca distância outro galpão menor, e ao lado dele um grande forno de tijolos e barro, em forma abaulada.

Era o mobiliário da casa de extrema singeleza. Ao centro da sala, pequena mesa redonda, ao longo das paredes dois sofás com espaldares altos, de palha e cadeiras de vários feitios. Como adornos, numerosos retratos, já desbotados, de membros da família. Sobressaíam dois de dimensões maiores: um do pai da fazendeira, o falecido Joaquim Gonçalves, português enérgico e de hábitos patriarcais, respeitador da ordem e dos governos, súdito fiel de Sua Majestade; o outro, do “mano” Bento, do general, expoente e orgulho daquele *clã caudilhesco*, tão rapidamente amoldado à vocação do ambiente. Portas laterais comunicavam com os aposentos da família e com os dos hóspedes; outra, mais larga, aberta na parede dos

fundos, com a espaçosa sala de refeições, a “varanda”, uma de cujas janelas abriam sobre o laranjal.

À hora das refeições, os capatazes, os posteiros que estivessem em casa e a peonada reuniam-se com as pessoas da família em torno da grande mesa principal. Aos comentários da vida diária juntavam-se agora os assuntos preeminentes do tempo, relativos aos acontecimentos da “guerra”. Depois todos se encaminhavam aos seus aposentos, os trabalhadores aos galpões, onde se estendiam nos catres ou sobre os arreios. Passada a canícula ou ao clarear do dia, estavam todos de pé. E após o “chimarrão”, recomaçavam a faina quotidiana.

Por primeira vez depois de iniciada a vida errante de batalhador pela liberdade dos povos e pela fraternidade entre os homens, sente-se Garibaldi verdadeiramente feliz nesse ambiente rústico e simples. Recordando, muitos anos mais tarde, o tempo vivido às margens do Camaquã, ele mesmo admitirá que o encanto dessa lembrança talvez fosse obra, em parte, das suas fantasias de moço. Mas anotarà a propósito desse período da sua experiência, que em nenhuma outra parte do mundo encontrara jamais hospitalidade franca e cordial como a que se oferece aos forasteiros nas fazendas do Rio Grande. E fixando suas impressões desse longínquo passado e da carinhosa simpatia sempre desfrutada no convívio dos parentes de Bento Gonçalves, escrevera: *“Comunque sia, io posso assicurare; che nessuna delle circostanze della mia vita mi si presenta al pensiero con piú fascino, con piú dolcezza e piú piacevole reminiscenza”*.

\*

No plasma sociogênico do Rio Grande, representa a estância a função de célula nuclear. Baldados foram os esforços da metrópole por dar à capitania de S. Pedro, cujos campos, desde épocas remotas, se cobriam de gado bovino, uma fisionomia agrícola, retalhadas em pequenas propriedades as terras ao longo dos rios tributários do Guaíba e que serviram de estradas à penetração do *hinterland*. A colonização açorita não correspondeu, sob esse prisma, às expectativas do governo de Lisboa. Não que fossem menos aptas à pequena agricultura aquelas terras, nem porque houvesse degenerado, no novo *habitat*, a índole laboriosa dos ilhéus, gente forte, inclinada à liberdade e disposta a utilizar-se dela sem cair nos exces-

sos da licença; mas porque as condições da época se mostravam de todo desfavoráveis a tal emprego da atividade.

Mais de seiscentas léguas de deserto separavam a nova capitania dos entrepostos de São Vicente. As comunicações marítimas se faziam extremamente difíceis pelos traiçoeiros baixios que obstruíam a única saída ao mar. Assim, por força das circunstâncias, a pequena lavoura haveria de arrostar vida assaz precária, reduzidos os seus mercados aos burgos incipientes de Viamão, de Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre, Triunfo, Rio Pardo, e, no sul, São Pedro do Rio Grande. A essas razões, outras se juntavam como óbices decisivos ao florescimento das lavouras. O território ainda incerto da capitania era cenário de contínuas guerrilhas e correrias militares, ora contra os índios das reduções missionárias, ora contra os espanhóis do Rio da Prata. Violentemente requisitados para o serviço militar, viam-se os colonos obrigados a trocar o arado pela carabina. Não lhes significava isso apenas o abandono das casas, mas ainda, não raro, o sacrifício total do seu trabalho pelas requisições arbitrárias que os governos faziam de tudo quanto lhes pudesse ser de proveito para os misteres da guerra. Outras vezes, caíam sobre a capitania os invasores castelhanos, que dispersavam as populações rurais e lhes devastavam a colonização. E como se tudo isso já não bastasse para levar-lhe o desânimo, sucedia que, mesmo nos períodos de paz, exigiam as autoridades militares que os filhos dos agricultores e a sua peonagem permanecessem nas fileiras como soldados regulares.

Com tais percalços, nenhuma possibilidade entreviam os açorianos de conseguir a independência material no amanho das pequenas lavouras, tanto é evidente que “não há inimigo mais funesto à agricultura do que a guerra”. Por outro lado, menos certo não seria que as andanças militares pela campanha acabariam acendendo a cobiça dos ilhéus e dos seus filhos pela posse daquelas admiráveis regiões, totalmente abandonadas dos homens e cobertas de gado alçado, ao alcance de quem quisesse apropriar-se dele. Entraria também na linha do interesse das autoridades militares, que os longínquos distritos do centro, do sul e do oeste se fossem povoando, por forma que, chegada a necessidade, esses núcleos extremos da civilização portuguesa se constituíssem nos primeiros antemurais opostos à penetração do inimigo. A cobiça das terras e a lei do menor esforço

levariam naturalmente os agricultores a preferir aos cuidados da pequena propriedade intensiva as ocupações latifundiárias, mais fáceis, da criação. De qualquer maneira, não se livrariam, por certo, dos tributos da guerra. Menos lhes importaria, porém, entregar às requisições parte dos gados que cresciam livremente nos campos como coisa sem dono do que os parques produtos das lavouras, conseguidos à custa de penoso trabalho. Os governos da capitania só tinham por que regozijar-se com o fato, não apenas pela ocupação do território em face do inimigo sempre pronto a disputá-lo naquele período de lindes vacilantes, mas ainda pela necessidade de pôr cobro às *arreadas* – correrias de bandoleiros que se entregavam à preia de gado, com o fim exclusivo de apropriar-se dos couros.

Assim, apenas firmada a paz com os espanhóis, generalizou-se entre os habitantes da capitania a preocupação de obter sesmarias no interior que os governadores distribuía desordenadamente, tanto a quem as merecesse por serviços prestados como ainda a quem apenas as pleiteasse, embora sem nenhum mérito real a alegar em abandono da pretensão. Era a febre das estâncias. Todos os habitantes válidos da capitania queriam ser fazendeiros. Seria também a época de favores indefensáveis, de meridianos abusos de autoridade. “A lei das sesmarias, que mandava conceder apenas três léguas de campo, foi iludida, violada e desprezada pelos sesmeiros e pelos governadores, que faziam concessões largas e arbitrárias. Os indivíduos não escrupulizavam mais. Requeriam sesmarias não só em seus nomes, como ainda no das mulheres, dos filhos e filhas, de crianças ainda nos berços e das que estivessem por nascer. Por esse meio, muitos estancieiros chegaram a concentrar numerosas sesmarias, que representavam a extensão de vinte e trinta léguas de campos.”

Em consequência, não poucas fazendas continuariam, por longo tempo, tão virgens de esforço humano como antes das concessões. O governo enérgico e por vezes atribiliário de José Marcelino primeiro, o de Veiga Cabral depois, procuraram obrigar os sesmeiros a cuidar das terras, já pelo povoamento regular já pela obrigatória marcação dos gados. No fim do século XVIII existiam só na região meridional da capitania – a mais exposta aos perigos da guerra – quinhentas e trinta e nova estâncias nas quais os trabalhos da criação se desenvolviam, se não com a regularidade exigida pelos governos, ao menos com a que fosse possível nas condições da época.

O contato belicoso dessas populações com os castelhanos das planícies platinas haveria de propiciar-lhes os sedutores modelos da sua vida de *terratenientes* afortunados e livres. O meio físico era sensivelmente o mesmo. Idênticas, em tudo, as suas ocupações. No meio do deserto, pequenas manchas de civilização onde viviam em completa promiscuidade proprietários, agregados, peões. Longe das vistas da autoridade, a sua existência defluía como a de verdadeiros *outlaws*, situação que paradoxalmente, por força das circunstâncias, a própria lei lhes reconhecia. A sua liberdade praticamente não tinha limites, não sofria contrastes a sua autoridade caudilhesca. Desse imperativo de meio e tempo, decorreram duas conclusões de máxima significação na sociogênese rio-grandense: os hábitos democráticos do gaúcho e o seu extremado individualismo.

“A vastidão do ambiente, que atua provocando a dispersão na campanha, à revelia da autoridade, e a própria dispersão dos agregados humanos” geram o individualismo e condicionam dentro de formas de convívio simples e desprezioso, a vida desses pioneiros da civilização e da nacionalidade. As casas dos fazendeiros são, em geral, humildes ranchos, cuja extrema singeleza haveria de impressionar vivamente, ainda nos começos do século XIX, os viajantes estrangeiros que percorreram a capitania geral e a província – o meticuloso Saint-Hilaire, o consciencioso Dreyes entre eles. “Compõe-se a estância de José Bernardes – descreve Saint-Hilaire – como tantas outras, da casa do proprietário, de umas casas para negros e de uma cozinha, que forma uma pequena choupana à parte, segundo o costume de quase todo o Brasil. A casa do fazendeiro é coberta de palha, como as que eu vi desde a estância do Silveira; é baixa, como todas as outras, e construída com paus cruzados e barro. O interior da casa, que não é separado da sala senão por uma cortina. A sala é muito asseada, mas sem janelas, e o mobiliário consiste unicamente em duas cadeiras de couro, uma mesa, uma cama cujo fundo é guarnecido de couro, como se usa em toda parte, e de um estrado sobre o qual a mulher do proprietário trabalha, e que é formado de tábuas pregadas sobre dois pedaços de pau.”

Pela sua miserável aparência, seria essa choupana, aos olhos de um europeu, a vivenda de um indigente. Mas os moradores de tais ranchos possuíam, muitas vezes, léguas e léguas de campos, povoados por muitos milhares de reses. Eram homens ricos.

O nível de vida dos proprietários, dos fazendeiros, da gente de posses, não diferia em nada, sensivelmente, dos hábitos da gente pobre, dos posteiros, dos “piás”. A alimentação, a mesma: o churrasco, o chimarrão. As diversões, as mesmas ainda: as carreiras, o “fandango”, as conversas no “boliche”. Havia apenas uma diferença: a maior autoridade do fazendeiro, decorrente da importância social que a propriedade lhe conferia.

O fator econômico, porém, gerador, em toda parte, de intransponíveis barreiras sociais, causa inicial das estratificadas diferenciações políticas no Velho-Mundo, não agiu, no deserto rio-grandense, como força de seleção aristocrática. Não se envergonharia o general Osório, em sua estância, de trabalhar ao lado dos peões. Nem a fortuna das armas, nem as mercês nobiliárquicas, nem ainda o excepcional prestígio pessoal de que gozava seriam capazes de fazê-lo deslembado das suas origens humildes. Conhece-se o incidente em que chamou à razão certo fidalgo improvisado, que afetava menosprezo por pessoas não tituladas:

– Ora, visconde, não seja pedante. Cuida que por ter um título é diferente dos outros homens? Quem era você antes de possuir um viscondado? Um simples plebeu, como eu, nada mais.

Casos como este não constituíam exceção, mas eram de regra geral. E, sobretudo por ter vivido sempre como uma exata expressão moral do meio, foi Osório o ídolo dos seus conterrâneos.

Os que não tivessem hoje campos de criação poderiam tê-los amanhã. As terras se conquistavam pelo valor pessoal e pela amizade dos poderosos. E o gaúcho enricado, em vez de segregar-se do convívio dos antigos companheiros na pobreza, tratava de elevá-los economicamente, de guindá-los ao seu novo escalão social. Para ilustrar o asserto, um fato só, que a história registra Pinto Bandeira, “que do nada se elevara à situação de personalidade culminante no Brasil, alcançara com a posição política uma fortuna invulgar. Farto, riquíssimo, procurou que os seus legionários também fossem compensados com abundantes haveres. Muitos dos seus vaqueanos, sargentos, cabos e soldados tornaram-se estancieiros a caminho da fortuna”.

Não faltam razões para explicar esse inconfundível cunho democrático que assinalou, em todos os tempos, a vida rural rio-grandense. Há a considerar, em primeiro lugar, a camada de que provinham os po-

voadores lusitanos, ou melhor, açoritas. Trabalhadores honrados, gente de ótimo cerne moral, analfabetos na sua totalidade. “As suas maneiras são francas e dignas. Os seus sentimentos, pronunciados no sentido da mais ampla generosidade. Nos Açores, é cultivado em alto grau o sentimento da hospitalidade, que em todas as épocas tem sido o padrão por onde se afere a sensibilidade dos povos.” Situando-se essa gente entre as mais frugais do mundo, observa-se, nela, contudo, “pronunciada tendência para a posse da propriedade territorial”. Grandemente ciosa da liberdade, denota propensões acentuadas para insular-se no convívio social. O pai de família é um autêntico chefe de *clã*. Mas esse *clã* nunca perde os seus característicos democráticos fundamentais.

Só esse traço de origem seria bastante, já de si, para sublinhar as sensíveis diferenças entre a formação rio-grandense e a platina, embora operadas em meios físicos semelhantes se não iguais. Um imigrante de Castela, chegado às solidões da América, seria sempre um “hidalgo”. A conquista espanhola no México e nas Antilhas, na Nova Granada e no Peru, no Chile e no Vice-Reinado do Prata é uma crônica admirável, mas cansativa pela monotonia do sublime no arbítrio, do pessoal na arrogância, da vitória no crime cometido indistintamente contra os aborígenes e contra os companheiros de armas. Por que todos os emigrantes quisessem ser “conquistadores” e todos os “conquistados” fidalgos, a ironia popular dos vencidos explodia contra a fortuna dos vencedores:

“Vuestro don, señor hidalgo,  
es el don del algodón,  
pues para tener Don  
es preciso tener algo.”

Há a considerar ainda que a conquista acende a cobiça e divide os homens, ao passo que a defesa desenvolve neles o sentido de solidariedade. A formação política do Rio Grande em face do Prata fez-se na atitude da defesa, não da agressão. Pouco importaria, no caso, remontar os direitos que a coroa lusitana tivesse ou não tivesse sobre a margem setentrional do rio de Solis. A questão é de fato. Fundada a colônia do Sacramento, demonstravam os portugueses que consideravam suas as terras compreendidas entre S. Vicente e o Prata. Dentro desse critério que é sociologicamente o exato, os povoadores do Rio Grande, no acidentado *processus* da



fixação dos limites, não se sentiam impelidos, como os conquistadores espanhóis, mesmo como os bandeirantes, pelo desejo incontrolável de novas terras, de fabulosas riquezas, de aventuras e mais aventuras. O falado nomadismo dos gaúchos brasileiros tem, assim, um sentido muito relativo. Eles são nômades em relação aos habitantes dos núcleos urbanos, dos burgos agrícolas; mas representam na gênese das populações meridionais o primeiro e decisivo elemento de fixação social, de civilização no deserto.

Surgindo e desenvolvendo-se as estâncias numa continuada véspera de campanhas militares, impregnou-se-lhes a substância nuclear de um vivo sentido de interdependência social, que haveria de corrigir, em alto grau, os excessos de individualismo, herdado dos açorianos e acentuado na solidão das planuras. Ao próprio Garibaldi não passaria despercebido que os gaúchos se mantêm congregados apenas quando sentem o perigo próximo: e que certa será sempre a sua desagregação, logo que as ameaças se alonguem. Vê-se, por essa anotação, que o carbonário observou e compreendeu a psicologia coletiva do meio rio-grandense. As tendências fundamentais do tipo são acentuadamente individualistas. As características gregárias da sociedade em formação decorrem da necessidade de uma defesa sempre vigilante em face da permanente ameaça de inimigos próximos.

Esse traço de orientação política na formação rio-grandense já explicaria a hospitalidade sem par que caracterizava a vida nas estâncias e que tão profundamente impressionou todos os viajantes dos fins do século XVIII e dos começos do XIX. Mas havia a tomar em consideração ainda as peculiaridades econômicas do meio, expressas na fácil abundância em que, contrastando com os hábitos de frugalidade dos seus povoadores, decorria a vida nas estâncias. “É preciso declarar – escrevia Nicolau Dreys – que a índole dos habitantes se harmoniza com a profusão da natureza: todos aqueles produtos de uma terra pródiga, solicitados por cuidados contínuos e esclarecidos, parecem propriedade comum. Qualquer passeante que deseje satisfazer a sede ou saborear os sedutores presentes da pomona local pode entrar na primeira chácara que lhe aprouver e pedir o que lhe agrada: achará logo, em toda parte, obsequiosa prontidão em o servir. É a idade de ouro reproduzida em novo Éden, num canto do mundo”.

Na sociabilidade do gaúcho, exprimem-se as tendências individualistas por um ingênuo e romântico egocentrismo, pelo orgulho do seu valor pessoal, pela vaidade do seu cavalo. Como em límpido espelho, revê-se o narcisismo das sociedades em formação nos costumes típicos do primitivo campesino do Rio Grande. Ele é o “monarca das coxilhas”. Ninguém o vence na “peleia”, ninguém melhor do que ele sabe manejar o laço e as bolas, ninguém monta o “pingo” com *donaire* igual ao seu. E não é só isso. Também nos “fandangos”, quem melhor do que ele dança o “sapateado”, quem canta com mais graça e voz mais bem timbrada nos desafios à viola?

“Eu, quando inda era pequeno,  
cantava que retinia.

Eu cantava em D. Pedrito  
e em Porto Alegre se ouvia.

Sou valente como as armas,  
sou guapo como um leão.  
Índio velho sem governo,  
minha lei é o coração.

Eu sou maior do que Deus,  
maior do que Deus eu sou.  
Eu sou maior no pecado,  
porque Deus nunca pecou.”

Os trabalhos na estância são para ele uma diversão, mais do que isto, uma representação cênica, na qual se esforçará por parecer o ator mais perfeito, sempre o mais hábil, o mais audaz. A rigor, não se encontram nas fazendas diferenças sociais entre patrões e assalariados. O proletariado praticamente não existe ali. Repontando o gado para os rodeios, atirando o laço a grandes distâncias, fazendo os “apartes”, procedendo às marcações, organizando as tropas, tratará de mostrar que não vive naqueles “pagos” “guasca” mais completo do que ele; que no uso dos instrumentos campeiros ele é o mais capaz entre todos; que ninguém o excede na destreza da “doma”, na resistência às mais porfiadas fadigas. As ocupações tradicionais dos gaúchos mais parecem, na verdade, festas que trabalhos. Das fazendas próximas vem gente ajudar nos “rodeios”, pelo desejo de ser útil, por certo;

mas também pela necessidade de exibir-se e fazer-se admirada dos moradores da redondeza.

Não tente ninguém separar do cavalo esse habitante das savanas brasileiras. Um gaúcho sem cavalo é a última expressão da miséria, já não apenas econômica, mas moral.

“O tatu foi encontrado  
pras bandas de S. Sepé  
muito aflito, muito pobre,  
de freio na mão, a pé.”

Seu apego ao cavalo não se limita a considerá-lo como companheiro inseparável, observara Dreys. “Ele se ocupa também em adorná-lo com toda a riqueza ao alcance do dono; muitas vezes, a posição social do habitante do campo do Rio Grande não se revela senão pelo luxo do cavalo: enquanto a prata reluz de todas as partes do jaez, o cavaleiro negligentemente sentado no lombilho (espécie de sela complicada) aparece modestamente coberto de seu poncho de pano azul, forrado ordinariamente de baeta vermelha, e por baixo dele levando umas calças e jaqueta do mesmo pano ou da fazenda de algodão.”

Na suas “gabanças” poéticas, dá invariavelmente ao cavalo sitio de alto destaque na sua estima. Tão alto, que o “coloca ao par da mulher bem amada”:

“Tou velho, tive bom gosto,  
morro quando Deus quiser.  
Duas penas levo comigo:  
cavalo bom e mulher.”

Soldado, ele só conhece uma alma: a cavalaria. O depoimento do governador D. Diogo de Sousa é, a esse respeito, definitivo: – “De toda a tropa, é indispensável afastar a ideia de servir a pé, porque os habitantes, acostumados a andarem desde crianças a cavalo e a não mandarem nem pretos a recado desmontados, têm grande desprezo em ser alistados na infantaria e artilharia a pé, quando, aliás, se prestam voluntariamente para assentar praça nos corpos de cavalaria, dos quais, ao contrário do que acontece naqueles, são mui raras as deserções.” Na guerra, os cavalarianos

rio-grandenses sempre causaram admiração ao inimigo: “*caballeria honra de cuenta*”.

A Saint-Hilaire, os camponeses rio-grandenses pareceriam gente sem religião. Evidente o exagero. A aparente irreligiosidade dos gaúchos só pode ser estabelecida em grau comparativo com o fanatismo, com as superstições extremadas de outras populações brasileiras. No Rio Grande do Sul não existe o espanto telúrico dos terremotos, dos vulcões. Não se conhecem ali as secas periódicas e devastadoras do trabalho humano, nem tampouco as inundações que tudo levam de roldão. “Todos os fenômenos da natureza, que coadjuvam as superstições, são absolutamente estranhos” ao seu meio físico. É, por isso, o gaúcho um homem de vontade própria, bem formada e equilibrada. O terror dos flagelos cósmicos, de que Buckle faz derivar a religiosidade excessiva, não lhe deformou a sensibilidade pela submissão fatalista que gera a passividade. Por outro lado, os ancestrais açorianos, se bem que bons católicos distinguiam-se por um espírito de tolerância intimamente infiltrado na totalidade da população, de modo que todas as ideias e sentimentos religiosos eram por eles suportados em idêntico grau de consideração.

Mostra a história com clareza que a paixão da guerra predominou, em todas as suas fases, no espírito coletivo das fazendas impondo-se-lhes como uma fatalidade do seu próprio destino. Se as exigências sociais hipertrofiavam a vocação belicosa do habitante, onde maiores razões de espanto ante o fato de não se encontrarem nessa sociedade incipiente acentuadas demonstrações de religiosidade? Dar, entretanto, à apressada conclusão da sua carência em religião vai grande diferença.

Simple, bom, magnânimo, o gaúcho do Brasil possui e ostenta, pelo contrário, todos os atributos de uma criatura de agradável compleição espiritual aos olhos do Criador. Ele é um crente. Mas a suas qualidades de tolerância nunca permitiriam que fosse um fanático. A sua vida agitada e teatral, o seu feitio cavalheiresco, o destemor em face dos perigos, a arrogância de maneiras, o individualismo temperado nos seus profundos sentimentos de solidariedade humana, a simpatia pelos humildes, a contínua necessidade de mudanças de ambiente para retornar sempre a invariavelmente à saudosa mesmice da “querência”, o amor ao cavalo, o culto da mulher, o gosto dos galanteios, a vida de aventuras fizeram, na

verdade, da gente campesina do Rio Grande uma das paisagens humanas mais acentuadamente românticas que se conheceram nos primórdios do século passado.

\*

Ressalta à vista, por conseguinte, que não haveriam de correr apenas à conta dos entusiasmos da mocidade aquelas indeléveis impressões de agrado, recebidas por Garibaldi no seu convívio com a gente simples das estâncias da Barra e do Brejo. Só uma perfeita identificação moral com o ambiente poderia explicá-los satisfatoriamente. O aventureiro romântico encontrava ali o seu clima.

Entre aqueles homens arrogantemente sinceros, fortes e ingênuos, valentes e bons, que viviam uma vida de perfeita liberdade, respeitadores. mas nunca timoratos e rebeldes a todas as formas de tirania e sujeição, um carbonário da “Jovem Itália” deveria sentir, por força, literalmente confirmados os seus pendores pessoais. Aquela vida patriarcal, aquele ambiente de *clã* haveriam de impressionar vivamente qualquer italiano, pelo aceso sentimento de solidariedade familiar que o caracteriza em todas as manifestações. Bento Gonçalves, já homem feito e mesmo ainda depois de casado, nenhuma resolução de relativa importância tomava sem ouvir os conselhos do pai. Falecido o patriarca, passara ele a exercer as funções de chefe da família. O “mano” Bento tudo decidia entre os irmãos. Os seus amigos eram amigos da família. Os seus inimigos, inimigos dela.

Quem lograsse contato com esse agitado trecho de psicologia coletiva, levando como Garibaldi, o espírito saturado do romantismo econômico de Saint-Simon e dos seus princípios de humanitarismo político, seguramente encontraria nele, a todo passo, comprovadas as suas próprias teorias relativas à felicidade do indivíduo em concordância com as leis da natureza. É possível que o exilado piemontês jamais houvesse penetrado no exato sentido de todas aquelas fórmulas místicas que Barrault lhe explicara. É possível mesmo que o templo ideológico-industrial de Saint-Simon o houvesse deixado sempre um tanto céptico quanto à sua missão regeneradora da sociedade. Mas impõe-se como indiscutível a evidência de que as doutrinas da igualdade entre os homens, da fraternidade universal, da extinção do proletariado, da libertação das classes inferiores

de toda sujeição econômica tinham se incorporado de maneira indelével à sua personalidade moral. Mais propenso e mais apto mesmo a apropriar-se de tais ideias pelo sentimento do que pelo raciocínio, ele as houvera quase por instinto e nunca mais se libertaria delas, através de todas as agitadas fases da sua projeção mundial. Detestando todas as formas de fanatismo, tanto o religioso como o político, ele mesmo, quase que por contrassenso, se fizera sob o influxo das máximas saint-simonianas e das prédicas de Mazzini um fanático propugnador da extinção dos privilégios sociais, um combatente irreduzível pela liberdade dos povos.

Quando faz o elogio da hospitalidade rio-grandense, da simplicidade daquela vida rudimentar, da bravura da sua gente em defesa dos ideais políticos que a animam, sente-se que Garibaldi incorporou ali à sua convicção novos motivos para acreditar apaixonadamente na dignidade do homem.

.....

## Capítulo V

### A ESQUADRILHA DA MORTE

**N**OS GALPÕES DE UMA VELHA CHARQUEADA pertencente a Dona Antônia, na Fazenda do Brejo, tinha o governo da República mandado construir o seu estaleiro. Pela pequena profundidade da lagoa ao longo dessa costa, podia considerar-se o lugar protegido contra os perigos de um ataque das unidades navais que faziam o patrulhamento das águas interiores.

Fora inicialmente encarregado da superintendência desses serviços John Griggs, curiosa figura cosmopolita, segundo uns norte-americano, irlandês segundo outros. Apelidavam-no pela esguia estatura o “João Grande”. Era jovem, destro, corajoso, dotado de força hercúlea. Corriam as mais desconhecidas versões a respeito da sua conformação moral. Percebe-se em quase todas o intuito de exagerar-lhe os traços de aventureiro internacional. Havia quem o dissesse eclesiástico renegado. Vigário de uma pequena paróquia na Irlanda, teria sido obrigado pelos desregramentos da sua vida, a deixar o serviço da Igreja, alistando-se entre os *quakers*. Ressaltava a visível inverossimilhança do relato, em face das extremadas preocupações puritanas daquela seita. Mas os propagadores da lenda iam mais longe. Como os *quakers* considerassem pecado mortal o uso das armas brancas e de fogo, o rixento Griggs, para dar largas aos seus

instintos, servir-se-ia de resistente bastão, que manejava com destreza. De consciência tranquila, pois que não pecara contra a inteligência literal do preceito apenas referente a armas cortantes ou detonantes, olharia o adversário abatido, recitando o versículo dos Salmos: “*Accipe abduc illum, Domine, in misericordiam tuam.*” Inútil insistir sobre as deturpações desse perfil do misterioso personagem, atirado, numa tempestade da vida, à praia dos acontecimentos rio-grandenses.

Dedica-lhe Garibaldi linhas de profunda simpatia, nas *Memórias*. John Griggs (como escreve) homem de excelente índole e de coragem a toda prova, distinguia-se por uma pertinácia sem igual, por “*un’immensa costanza*”. Procedia, segundo o companheiro, de ótima família. Consagrara generosamente a vida aos serviços da República. E quando aqui chegou uma carta dos seus parentes norte-americanos chamando-o à pátria, a fim de entrar na posse de colossal herança, o pitoresco, o extraordinário Griggs já havia morrido pela causa que abraçara. “*Egli avea gloriosamente terminati i suoi giorni per un popolo infelice, ma generoso e valente.*”

Nos estaleiros do Camaquã, iniciara Griggs a construção de dois lanchões. Prosseguiram os trabalhos dificilmente. De tudo tinham penúria os improvisados construtores, menos da madeira, suprida em abundância pela mataria circundante. Falquejavam-na quatro carpinteiros da ribeira, adestrados no mister. À obtenção de ferro, porém, já se fazia mais penosa. Um mulato o forjava ali mesmo, transformando-o no cavilhame e nas pregaduras necessárias à armação dos navios. A estância fornecia a cordoalha de couros trançados. E o velame se fabricava de sacaria de algodão ou mesmo de aniagem.

Punha Griggs o máximo da sua tenacidade em tão complexa tarefa. Ao cabo de meses, o trabalho progredira bastante. Mas muito faltava ainda para lançar à água os dois barcos.

\*

Compreendeu Garibaldi que, servido por tão poucos recursos humanos, extremamente difícil seria apressar, como se impunha, a terminação das obras. Conseguiu do governo fosse Rossetti despachado a Montevideú, a fim de trazer-lhe de lá a ajuda de Carniglia, perfeito técnico em tais assuntos, e de outros profissionais de todo indispensáveis.



Ao cabo de algumas semanas, tinha completa, sob as suas vistas, a equipagem de mestres e operários. Vieram também alguns marinheiros de Montevidéu, outros foram recrutados nas redondezas, formando todos, afinal, uma chusma cosmopolita de setenta homens ao todo. Gente branca, de diversas nacionalidades, muitos mulatos e negros, estes os melhores e os mais fiéis. Entre os europeus, além de Carniglia, havia outro italiano, Eduardo Matru, camarada de infância de Garibaldi, seu companheiro nas conspirações da “Jovem Itália” e cujo nome abria a lista dos condenados em consequência do malogrado movimento de Gênova, que dera com ambos no exílio. Pertenciam os demais àquela classe de marujos aventureiros, conhecidos nos litorais americanos do Atlântico e do Pacífico pelo nome de “irmãos da costa”, com que se tripulavam os barcos flibusteiros e os que se ocupavam no tráfico de negros.

Progrediam agora os trabalhos com rapidez e segurança. Dois meses depois da chegada do novo “comandante chefe da marinha da República Rio-grandense, o capitão-tenente José Garibaldi”, os lanchões estavam prontos. Deram ao maior o nome de *Rio Pardo*; chamou-se ao outro *Independência*. Armaram-nos com duas pequenas peças de bronze. Garibaldi assumiu o comando do maior; Griggs o do segundo. Com a reduzida capacidade defensiva de que dispunham, não poderiam esses barcos empenhar-se em combates com as unidades do Império acometidas ao policiamento da lagoa. Valendo-se, porém, das condições especiais dos lugares onde deveriam agir, seu principal poder ofensivo estaria na surpresa com que se apresentassem à vista dos navios mercantes. À aproximação dos adversários mais fortes, desapareceriam prestemente entre os baixios, onde as quilhas maiores não ousariam dar-lhes caça. Mais do que as pequenas peças já gastas pelo uso, seria a temeridade dos chefes e o valor da marinhagem que fariam célebre, dentro em pouco, a misteriosa “flotilha da morte”.

O desastre de rio Pardo causara formidável abalo entre os imperiais. O marechal Barreto, em fuga desabalada, fora ter à vila do Triunfo, onde estava destacado o patacho *Leopoldina*, do comando de Guilherme Parker. Deu-se pressa o inglês em transmitir a desagradável notícia ao presidente Antônio Elizário e ao comandante-chefe das forças navais. Estava por terra o plano de campanha de Elizário. O desânimo se apoderava dos legalistas, divididos ainda entre si por fúteis e irritantes querelas. Os

republicanos, por outro lado, entravam em plena atividade. Bento Gonçalves seguira de Piratini para Viamão e iniciara nova ofensiva contra Porto Alegre, cercada já pelos lados de leste e norte.

Greenfell redobrou de vigilância, a fim de evitar que a capital recaísse nas mãos dos revolucionários. Agia o chefe das forças navais por entre as maiores dificuldades, em vista da má vontade que lhe manifestava Elizário, dando ordens contrárias à sua orientação, dirigindo-se arbitrariamente aos comandantes das embarcações, intrometendo-se em pormenores técnicos, desorganizando, em suma, todos os serviços. O metucioso Greenfell, já esgotada a sua provisão de paciência, insistia junto ao governo central para que o dispensasse de tão incômoda missão.

Nesse período de dificuldades para os imperiais e de renovadas esperanças para os republicanos, ia Garibaldi iniciar a sua atividade na lagoa dos Patos. Regulamentara o governo da República o decreto ao curso, concedendo a todos os cidadãos do Estado e estrangeiros a faculdade de armarem corsários contra navios do Império, a fim de “fazer-lhes toda sorte de guerra que pudessem com a força das suas armas”. Mantinha-se no regulamento, *pro formula*, a referência às operações “no mar largo”, que não apresentavam então nenhuma viabilidade pela falta da indispensável base de operações. Na realidade, o governo de Piratini se preocupava apenas com o curso “na lagoa dos Patos e Mirim e rios confluentes”. A autorização contida no regulamento era ampla. Todos os habitantes que se propusessem a armar corsários de qualquer natureza deveriam solicitar seus títulos ao secretário dos negócios da Marinha. “Estabelecer cruzeiro naquela espécie de Mediterrâneo, por onde se mantinha o comércio das três praças do litoral, e precioso meio de comunicação entre esses derradeiros baluartes do Império, eis aí o projeto do governo da República.”

\*

Tão cedo teve o governo de Porto Alegre notícia dos preparativos navais em andamento nas costas do Camaquã, despachou para lá quatro embarcações de guerra, que, pelo seu grande calado, tiveram de manter-se a larga distância do litoral. A poderosa patrulha imperialista vigiava. Mas, ao cabo de alguns dias, o comandante da esquadilha se mostrava perfeitamente tranquilo. A linha escura dos juncais que guarnece as

praias rasas da lagoa não se abria para dar passagem a nenhum barco, por pequeno que fosse. Parecia até que aquelas paragens estivessem completamente desabitadas.

Enquanto os imperialistas vigiavam, lograram os barcos revolucionários, deslizando sorrateiros a de velas encolhidas por entre a proteção dos juncos, fazer-se ao largo pelo sul, fora das vistas do adversário. Desde vários sóis, estavam bordejando na parte funda da lagoa, à espreita da primeira presa que aparecesse. Ao nono dia, finalmente, quando singravam pelas alturas da ponta de Cristóvão Pereira, na margem oriental, depararam com dois barcos que velejavam sem cuidado. Iam a rumo da capital e levavam içada a bandeira do Império. Chegada a hora de dar ao inimigo notícia da sua presença naquelas águas, transmitiu Garibaldi ao navio de Griggs a instrução de secundá-lo no ataque. Numa rápida manobra, aproxima-se de um dos veleiros. A tripulação está a postos. Dispara-se um tiro de pega. E o *Rio Pardo* se prolonga com o barco abordado, que capitula sem resistência. Era a sumaca *Mineira*. O comandante, Antônio Martins Bastos, e os nove homens da tripulação, embarcados num batelão, abandonam precipitadamente o navio. O chefe de polícia de Mostardas, na mesma tarde, mandava capturá-los e conduzir para as Goritas, onde ficariam à disposição das autoridades republicanas.

Apenas entrevisto o perigo, a outra embarcação, bem servida de velas, conseguiu ganhar distância, aproveitando quanto podia o vento de sazão. Largou o companheiro à má sorte e deu volta para o rio Grande, felizes o mestre e os tripulantes por safar-se de tão desagradável sobressalto. Chegado à cidade litorânea, no dia seguinte, transmitia o patacho *Novo Acordo* a comandância do porto pormenores da ocorrência.

A *Mineira*, que levava grande carregamento, foi rebocada para a costa ocidental e encalhada entre os pontais do Silva e de Antônio Garcia, em frente da casa do inspetor Isaías Rodrigues Mendes, “num lugar – informava Garibaldi em ofício ao governo da República – que achamos a propósito, não podendo escolher melhor”. “A embarcação, é impossível salvá-la, por calar mais de dez palmos”, acrescentava. “A carga se há de pôr toda em salvo, como alguns trastes do barco, fazendo entrega ao Sr. Juiz de Paz de tudo”. Domingos de Almeida responde imediatamente ao ofício, e passa a dar suas instruções sobre a distribuição da presa feita “pelos valen-

tes oficiais da guarnição dos lanchões de guerra da República”. Revendo “o contrato do engajamento feito por Mr. Rossetti, a fim de proceder em regra a tal respeito”, vira que as presas deviam ser divididas em três partes iguais, uma ao armador, outra aos apresadores, outra ao Tesouro Nacional. No presente caso, sendo o Tesouro o armador, tocar-lhe-iam duas partes; mas, “tendo o governo em muita ponderação a relevância deste importante serviço pelas consequências a esperar”, resolveu que a importância de todos os gêneros apresados fosse dividida em oito partes e rateada da forma seguinte: quatro partes para o Tesouro, uma para o comandante da expedição, uma para os oficiais que o acompanhavam e duas para os indivíduos da tripulação. E o meticoloso ministro passava em seguida às instruções relativas ao leilão das mercadorias, que seria feito em Piratini, encarregando-se os licitantes de buscar a carga no lugar em que estava. O massame e os aparelhos da sumaca ficavam à disposição de Garibaldi, “para ocorrer no armamento dos iates e lanchões que se iam pôr em atitude de hostilizar o inimigo”.

\*

Enorme foi a surpresa das autoridades da província com a notícia da presença dos corsários da lagoa dos Patos. O orgulho profissional de Greenfell estava em xeque. Com perfeito assento na realidade dos fatos, comunicara ao Rio de Janeiro, meses atrás, que graças às suas medidas decisivas as águas interiores pertenciam ao pacífico domínio dos imperiais, tanto quanto as da Guanabara ou o canal de Santos. As últimas unidades dos insurgentes haviam desaparecido de longa data das águas do Guaíba e do São Gonçalo, da lagoa dos Patos e da Mirim. A lembrança de Tobias dos Santos esfumava-se na lenda. Das façanhas do “Menino Diabo” apenas sobreviviam a fama da astúcia e a inverossimilhança do pitoresco. Desse novo surto nas atividades marítimas dos revolucionários culpava Greenfell o governo da província, pela falta de atenção com que sistematicamente recebia as suas sugestões concernentes às providências de caráter naval. Agora, porém,urgia pôr de lado o bizantinismo dessas tricas infundáveis e agir. Hoje eram dois ou três os corsários; mais tarde, quantos seriam?

Fazia-se imprescindível, antes de mais nada, garantir a regularidade da navegação entre o Rio Grande e a capital, sob pena de resultarem

infrutíferos todos os trabalhos anteriores, culminantes no arrasamento das fortificações no Itapuã e no Junco. Para isso Garibaldi só via um meio: proibir que os navios mercantes fizessem a travessia da lagoa isoladamente. Percebendo a gravidade da situação, concordou Elizário com o alvitre. E o governo da província dispôs que os barcos de comércio só viajassem entre as praças do litoral a Porto Alegre em dias determinados pelas autoridades, e convenientemente escoltados por navios de guerra. Esse foi, no arraial contrário, o resultado imediato da primeira surtida de Garibaldi.

Começa então para os corsários uma fase de aventuras. Incapazes de medir suas forças com as unidades legalistas, praticam nas planuras rio-grandenses as “guerrilhas”, a ação por surpresa, os mais fracos contra os mais fortes, confiados apenas no imprevisto do ataque e na rapidez dos movimentos. Surgiam *ex abrupto* nos costados dos cruzadores imperiais. E quando estes se atiravam no seu encaço, abeiravam-se das costas a desapareciam, como por encanto, entre os barcos de areia que marginam os canais navegáveis. Conheciam palmo a palmo aquelas águas traiçoeiras e manobravam no dorso das ondas com a mesma segurança com que os “vaqueanos” se orientam através da pampa. De vez em quando trocavam as caçadas lacustres pelas de terra firme. Cavalos havia em abundância. Mesmo a bordo dos lanchões, sempre levavam consigo alguns para enfrentar quaisquer necessidades eventuais. Num abrir e fechar de olhos, transformavam-se os marinheiros em cavalarianos, não apenas brilhantes na destreza, mas temidos pelas *razzias* operadas nas circunvizinhanças. A vasta planície que do litoral da barra do Ribeiro se alonga até os contrafortes da serra dos Tapes, na proximidade de Pelotas, era já então povoada de numerosas fazendas. Muitas delas continuavam completamente desertadas, outras guardadas apenas por alguns peões. Havia que distinguir, ali, entre as propriedades dos republicanos e as de “caramurus” francos ou disfarçados. Contra estas é que se dirigiam as surtidas de cavalaria ligeira dos corsários. Nas roças de tais fazendas, encontravam em abundância tudo quanto lhes pudesse ser de necessidade.

Tratava Garibaldi a sua gente com uma bondade talvez excessiva, como lhe pareceria mais tarde. Quando escreveu as *Memórias*, enrugado, decepcionado dos homens, filosofaria com algum cepticismo sobre a perversidade da índole humana. Mas, no triunfal esplendor dos trinta anos e no ambiente igualitário da campanha rio-grandense, ele só poderia agir

de acordo com os verdadeiros impulsos do seu temperamento. Compreendia que a disciplina, naquela sociedade primitiva, não se impunha pela rudeza das maneiras. Fechava os olhos a pequenos deslizes. Tratava de viver de acordo com o meio. Queria ação, bravura, desprendimento. E coragem não faltava àqueles homens insubmissos, que, chegada a hora do perigo lhe obedeciam sem reservas, e em nenhuma circunstância lhe causariam desapontamento.

Entre o foz do Arroio Grande, assinalada por um bosque de jirivás, e o delta do Camaquã, cuja barra principal podia ser identificada por uma enorme figueira brava, existe uma espécie de península baixa, coberta, aqui e ali, de rasteira vegetação. É o “pontal dos barcos”. Em toda a costa ocidental da lagoa e mesmo no litoral do Guaíba, esses “pontais”, bancos arenosos que vieram lentamente emergindo das águas, representam esconderijos de inestimável alcance tático. As manobras de contorno daquela ponta alargam desmesuradamente a viagem entre os dois desaguedouros. Aproveitando as depressões dos bancos de areia ainda cobertos d’água, poder-se-ia com algum esforço encurtar a viagem e fugir à perseguição do inimigo, saltando a tripulação à lagoa e empurrando os lanchões através dos baixios. E adotou-se o recurso, que se foi tornando habitual.

“À água, patos!”, gritava, em circunstâncias tais, o comandante. E imediatamente brancos, negros, multaos, Garibaldi entre eles, atiravam-se à água, e à força de ombros levavam os barcos para o outro lado da ponta. “*Tutti si trovavano al loro posto nell’onda, gii anfibì e coraggiosi miei compagni – ed io con loro.*”

A marinhagem cumprira essas ordens com verdadeiro júbilo. Quando acoçados de perto pelos navios imperialistas, debaixo da sua fuzilaria, ou surpreendidos pelos temporais que fazem a lagoa dos Patos rivalizar em fúria com o mar alto, o recurso adotado era aquele. Por vezes sucedia, porém, se vissem obrigados a permanecer dentro d’água uma noite inteira, sofria a tripulação verdadeiros tormentos. E só à força da sua resistência de ânimo conseguiria Garibaldi afrontar tão pesadas provações. “*Allora era um vero tormento, e bisognava, certo, una fervida gioventù per sostenervi e non soccombere.*”

Os republicanos persistiam no assédio a Porto Alegre. Dirigia-o Bento Gonçalves pelas bandas do norte, a caminho de quem vai para São Leopoldo; Neto, auxiliado por uma divisão de cavalaria sob as ordens de Canabarro, pelos lados de Viamão. Trataram estes últimos de instalar-se de novo no promontório do Itapuã. Ao par dessas atividades, despachou Elizário para lá um patacho, o *Leopoldina*, e dois lanchões de guerra, com ordem de impedir o trânsito aos adversários. Garibaldi recebera instruções para aproximar-se de Itapuã com os seus navios, a fim de agir contra os barcos dos legalistas. Cumpriu de imediato a ordem. Mas chegado à boca do Guaíba, verificou já se haverem os imperiais fortificado na ilha do Junco, posição muito favorável não só para garantir a passagem do estreito, como ainda para molestar a guarnição do promontório. Os navios republicanos confundiram-se com a costa, pelo lado da lagoa, a esperar os acontecimentos.

Dias depois, aparecia ao sul um grande comboio naval capitaneado por um barco a vapor, o *Águia*, o segundo dessa espécie nas águas da província. Apesar da enorme desproporção das forças, Garibaldi abriu fogo contra a esquadilha, que se deteve, surpresa, ante a agressão. Trataram os legais de localizar o inimigo. A bordo do *Águia*, que já sofrera algumas avarias, viajava o ministro da guerra do Império, Sebastião do Rego Barros. A situação tornava-se difícil. Melhor pareceu aos legalistas não forçarem a passagem junto à bateria. Afastaram-se cautelosamente tratando de pôr a salvo o ministro, que desceu num escaler para alcançar Porto Alegre, onde sua presença era indispensável em face das intermináveis querelas em que se exauriam as melhores energias da administração.

A esquadilha imperialista ganhou, depois, o canal do oeste, por onde, com a proteção da bateria do Junco, realizou afinal o intento de penetrar no Guaíba. E Garibaldi, verificada a impossibilidade de enfrentar o inimigo em águas abertas, retornou ao Camaquã, a fim de apressar a construção de mais dois lanchões.

Já não podiam de qualquer maneira estar tranquilos os legalistas quanto à posse da lagoa, e viam-se obrigados a distrair numerosos vasos de guerra nos comboios aos navios mercantes. A única maneira de acabar de vez com aqueles malditos flibusteiros era arrasar-lhes a base de operações. Do lado da lagoa, a empresa se mostrava impossível, pela falta de navios

apropriados àquelas águas de pouco fundo. A ação só poderia ser tentada por terra. Mas em toda aquela região, na região de Bento Gonçalves, no “chão” do caudilho, pisavam os legalistas *in partibus infidelium*.

Era, sem dúvidas, tentativa das mais difíceis. Só um homem, talvez, tivesse aptidões para levá-la a bom termo: Francisco Pedro de Abreu, o *Moringue*. Ninguém o emparelhara jamais na tática das surpresas. Tinha uma arte de guerra toda sua, havida por instinto auxiliada pela sua astúcia inata, desenvolvida pela experiência pessoal em sítios que ele conhecia melhor do que os melhores “vaqueanos”.

Na região do Camaquã, Chico Pedro, membro de uma família tradicional de fazendeiros, estava também em casa. Pedro José Gomes de Abreu, seu pai, casara com uma filha de Antônio Alves Guimarães, o velho *Ceroulas*, o povoador do território da barra do Ribeiro, onde ainda hoje se conhece, para os lados do Camaquã e pouco antes da desembocadura do Guaíba, a “ponta do *Ceroulas*”. Foi ao genro de Antônio Alves, pai do futuro barão de Jacuí, que apelidaram de *Moringue*. Tinha fama Pedro José de ser o homem mais feio daquelas paragens. A cabeça descomunalmente grande dava ideia de um *moringue*, no qual as orelhas, muito salientes, desempenhariam a função de alças. Foram os seus cunhados, talvez por despeito de serem “os filhos do velho *Ceroulas*”, autores do apelido que ficaria como alcunha da família. Um deles, Antônio José da Costa Guimarães, levando mais longe os motejos, costumava dizer:

– “Se agarrarem o mano Pedro e o puserem de pernas para o ar, pode-se perfeitamente bater chocolate com a cabeça.”

De Pedro *Moringue* sabe-se, além disso, que era um beato. Não admitia pusesse sua mulher o pão no forno sem antes benzê-lo. No dizer de gracejadores, às vezes as complicadas benzeduras demoravam tanto que o forno esfriava. Seus filhos passaram a ser “os filhos do *Moringue*”. E depois, na avassalante fama de guerrilheiro, acabou Francisco Pedro conhecido de toda gente pela antonomásia paterna.

A esse homem, de quem Garibaldi diria que fora incontestavelmente “*it miglior capo degli imperiali, e massime in spedizioni di sorpresa, ove riuniva ad un conoscimento perfetto del paese e della gente, un’astuzia ed intrepidezza a tutta prova*” – confiara o governo o temerário encargo de surpreender e aniquilar a base naval dos republicanos.



\*

Regressando da surtida ao Itapuã, mandou Garibaldi trazer à terra as embarcações. Pelas semanas próximas, ia ocupar-se em reparar os barcos e em ultimar a construção dos outros dois. Vieram dizer-lhe, um dia, que *Moringue* desembarcara com setenta cavaleiros e oitenta praças de infantaria, três a quatro léguas acima da barra do Arroio Grande, precisamente para os lados da fazenda do sogro. Era de todo verossímil a notícia. Mais cedo ou mais tarde, devia esperar-se um ataque dos imperiais por terra. E ninguém em melhores condições do que Chico Pedro para tentá-lo.

Tinha Garibaldi consigo, na ocasião, no máximo sessenta homens. Com eles, porém, experimentados já em empresas mais arriscadas, não se arrecearia de enfrentar nem trezentos, quanto mais cento e cinquenta “caramurus”. Convinha, entretanto, que todos estivessem alerta. Com Chico Pedro ninguém podia descuidar-se.

Nessa mesma tarde, mandou uma dezena de espias bater o terreno em todas as direções. E ficou-se à espera dos acontecimentos na charqueada, com cerca de cinquenta homens prontos para a ação. Alta noite, voltaram os “vaqueanos”. Nada tinham visto.

Na manhã seguinte, grande cerração cobria o litoral até a algumas léguas terra adentro. Não se estaria aproveitando dessa circunstância o astucioso inimigo? Inquieto, Garibaldi não confiava de todo na observação dos homens. Resolveu interrogar os animais. Sabia que os cavalos das estâncias pressentem, antes que ninguém, as emboscadas, e costumam, em tais circunstâncias, mostrar sinais de inquietação. Mas, no momento, tanto os que estavam à sogá como os soltos pelo campo não demonstravam o menor desassossego. Tranquilizou-se Garibaldi e mandou sua gente depositar as armas no galpão. E depois do almoço, todos se dispersaram: uns para o reparo dos lanchões, outros para a forja; ao mato estes em busca de madeira, aqueles à pesca. Na charqueada, saboreando o chimarrão, ficara apenas Garibaldi em companhia do cozinheiro.

Pensava precisamente em que *Moringue*, apesar das evidências em contrário, talvez os estivesse espreitando da orla do mato próximo, quando ouviu, de repente, atrás de si, o toque de carregar. Avançando a galope, a pouca distância, vinha um tropel de cavalarianos e soldados de

infantaria. Trazia cada cavaleiro um homem na garupa. Outros corriam a pé, agarrados às crinas dos animais.

De um salto, Garibaldi achou-se no galpão. Seguiu-o o cozinheiro. No instante em que punha o pé na entrada da porta, sentiu o sombreiro atravessado por uma lança. Não havia um segundo a perder. Bem ao alcance da mão, estavam sessenta carabinas carregadas. Apanhou a primeira e detonou-a; depois outra, e outra mais, com tanta rapidez que não seria de crer partissem os tiros de um só atirador. E como o alvo fosse compacto, as balas iam fazendo vítimas que rolavam pelo chão, algumas em contorções de morte. O inimigo não avançava, certo de que o galpão estivesse ocupado por numerosa guarnição, tão cerrada a fuzilaria. E continuando as baixas nas suas fileiras, achou de bom aviso retroceder uns cem passos, a fim de entrincheirar-se.

Como o cozinheiro não fosse bom atirador e não conviesse malgastar as munições, ordenou-lhe Garibaldi que se ocupasse em carregar os fuzis. Era indispensável manter o inimigo na convicção de estar enfrentando não dois homens, mas algumas dezenas. Ouvindo a fuzilaria, os companheiros tratariam de vir em seu auxílio imediatamente. E assim aconteceu. Luigi Carniglia foi o primeiro a aparecer, através das nuvens de fumaça. Depois foram chegando Inácio Bilbao, um biscainho, o genovês Lorenzo, Eduardo Matru, o mulato Rafael, o negro Procópio, Natale, Francisco da Silva, e alguns mais.

Recordando o episódio, lê-se, à boa maneira romântica, nas *Memórias* – “*Oh! vorrei ricordare il nome di tutti quei valorosissimi uomini, in numero di quattordici, che combatterono per varie ore, contro cento e cinquanta nemici, uccidendome e ferendone molti fino a liberarsene completamente.*”

Ocupara o inimigo todas as casas e barracas da charqueada, e de lá mantinha sobre o galpão um fogo ininterrupto. Apesar do erro gravíssimo em que caíra não tomando de assalto o reduto adversário, não se mostrava *Moringue* disposto à retirada. Alguns dos seus homens, na casa principal, haviam destelhado parcialmente a cobertura e atiravam de lá moirões acesos sobre o galpão. Enquanto uns apagavam as mechas, respondiam outros à fuzilaria. Duas ou três cabeças que apareceram nos telhados foram abatidas à bala. João da Mata, o chefe da pesca, tenta constituir um segundo ponto de resistência nos barcos da flotilha, mas é logo morto. E os

seus homens, desorientados, tratam de salvar-se, ganhando alguns o mato, atirando-se outros à lagoa.

Pelas três horas da tarde, o negro Procópio, repentinamente, localiza o chefe dos atacantes; e instantâneo, com certa bala, vara um braço de Chico Pedro. Marianito Martins assume o comando dos legais. Não, porém, para insistir na refrega, senão para ordenar a retirada. *Moringue* era a alma da sua gente. Ferido ele, estava frustrado o ataque. Malgrado todos os esforços de Marianito, a retirada se fez quase em debandada. Saíram-lhes no encalço os republicanos, “mais para lesar do que para bater”, pois não dispunham de forças capazes de enfrentá-los em campo aberto.

Conseguiu a gente de Chico Pedro, levando consigo os feridos, alcançar, algumas léguas acima, as embarcações que a conduziriam a Porto Alegre.

Comunicando, na ocasião, o acontecimento a Serafim Inácio, comandante da polícia, Garibaldi não se refere a quatorze, mas apenas a onze homens. “Cumpre-me notar que, estando a gente da guarnição espalhada, não lhe foi possível reunir ao calor do combate, cabendo por isso toda a glória aos onze bravos de que fiz menção, cujos nomes levarei à presença do governo para que sejam devidamente premiados, vista a bizarria com que se votaram à morte na defesa da nascente República Rio-grandense, contra inimigos em número tão desigual, o que ainda uma vez prova que um livre é para dez cativos.” E prevendo a possibilidade de um novo ataque, acrescentava: “É necessário que V. Sa. mande marchar alguma cavalaria para este ponto, porque ainda pode ser visitado por aquela gente, se bem que a não tememos.”

Pela primeira vez, na sua acidentada experiência de guerrilheiro, tivera o astucioso *Moringue* de medir-se com uma astúcia maior que a sua.

.....

## *Capítulo VI*

### IDÍLIO

**V**IVIAM A ESSE TEMPO nas fazendas do Camaquã, ora na casa de Don'Ana, ora na de Dona Antônia, as filhas de uma terceira irmã de Bento Gonçalves, Dona Maria Manuela, casada com o Dr. Francisco de Paula Ferreira, de Pelotas. Como os vaivéns militares ameaçassem continuamente as posições republicanas ao longo do S. Gonçalo, foram as moças para junto dos parentes, onde se encontravam mais protegidas contra as surpresas da guerra. E faziam boa companhia às tias idosas, muito isoladas ali, nesse período em que os homens da família se encontravam nas lides das armas.

Tinham as filhas de Francisco de Paula recebido na vila a costureira educação de base religiosa, reservada às donzelas de boa classe social. Não se considerava de utilidade, então, que as moças fossem muito instruídas. Bastava que soubessem ler e escrever, fazer os cálculos imprescindíveis à administração de uma casa, e tivessem sólidos conhecimentos de catecismo e doutrina cristã. Uma boa mãe de família não precisava de mais. O excesso de letras, por muitos motivos, poderia mesmo ser prejudicial às moças. A educação doméstica, porém, esta sim, seria das mais rigorosas. As filhas, adstritas à absoluta obediência aos pais, nunca tomariam nenhuma

resolução, por insignificante que fosse, sem prévio consentimento paterno. Quanto mais as famílias se elevassem na escala social, mais se acentuaria nelas o cancelamento das vontades individuais em benefício do clã, que reforçava, destarte, a consciência da sua função aristocrática naquele meio de origens igualitárias.

Essa acentuada submissão à vontade dos pais fazia que as mulheres do Rio Grande parecessem a Arsène Isabelle figuras de autômatos. Tinham fisionomias inexpressivas, dizia: e por mais que se sobrecarregassem de joias e flores, de bagatelas e de *clinqnant* nunca seriam belas nem graciosas. Faltava-lhe aquele “ar de liberdade” que era, a seu juízo, a principal força da sedução das portenhas. Explicam-se as desvantagens desse apressado retrato pela notória lusofobia do viajante francês, sempre enamorado dos cenários sociais do rio da Prata. Superficial em quase todas as suas anotações, ele não poderia compreender que aquela aparente falta de personalidade das mulheres representava um dos mais significativos capítulos na formação moral do rio Grande. Vistas por esse prisma e desbastadas as deformações da sua má vontade, a opinião do *voyageur* confirma, ainda assim, um dos traços essenciais na estruturação da família campesina do extremo sul.

Saint-Hilaire, sempre metucioso nas suas observações, louva a beleza das mulheres Rio-grandenses, embora mostrassem pouca delicadeza nos seus traços, e nas suas maneiras reduzida graça. Tinham lindos olhos, diz, e pareciam geralmente bonitas, superiores sem dúvida a quantas encontrara nas capitâneas centrais. “Assim que o viajante penetra na capitania do Rio Grande, logo a atenção lhe é despertada pela beleza dos habitantes, pelo desembaraço dos seus movimentos e pela impressão de bem-estar e naturalidade que se desprende das suas maneiras.” Vivendo o povo rio-grandense em clima diferente das outras regiões do Brasil e acostumado a outra alimentação, esse diverso regime de vida “lhe determinara outros hábitos”. “Em Minas, raros eram os casamentos: e as mulheres, reclusas no interior dos seus lares, podiam considerar-se simplesmente as primeiras escravas dos maridos. No Rio Grande, as mulheres não se ocultavam, as ligações legítimas são mais comuns e mais puros os seus costumes”, afirmava o naturalista.

Nos primeiros decênios do século, as camadas superiores da sociedade nas cidades, nas vilas, mesmo em fazendas de famílias de reno-

me, estavam afeitas já a um nível de vida que rivalizaria com os melhores do país. “Talvez mesmo que, em relação à população e aos costumes, o luxo houvesse feito mais progressos no Rio Grande do que em outras partes do Brasil”, escrevia Nicolau Dreys. E, no referente à beleza feminina, acrescentava que as “senhoras do país tão ricas de perfeições físicas mostravam que mais facilmente poderiam emprestar suas graças ao luxo do que receber nada dele”.

Espon tâneas nas suas maneiras ainda não polidas por fina educação; seguras de si mesmas, embora tímidas à vista de gente estranha: mal adaptadas às exigências da moda, atravessando aquela fase crítica em que o artifício não compensa pela sedução do luxo o que lhes tira em elegância natural; eram as mulheres rio-grandenses desse tempo flores agrestes de singela aparência, mas de forte seiva, viçosas e recatadas. Garibaldi ficou, de imediato, seduzido pelas suas graças. “*Bellissime sono le riograndensi in generale, come bella la popolazione.*” As próprias escravas lhe pareciam agradáveis à vista: “*Non indifferenti erano pure le schiave di colore, che si trovavano in quei competitissimi stabilimenti.*” A umas e outras observava o jovem carbonário com olhos de simpatia, que descobriam encantos em tudo quanto pudesse corresponder ao seu próprio desejo de fazer-se agradável, de estabelecer nexos de compreensão e ligações de afeto. Oferecendo sua vida a essa ignorada região do mundo, como admitir que, em plena mocidade, não lhe parecessem amoráveis e belas as suas mulheres, quando já de tal maneira o haviam fascinado os homens?

\*

Não raro, uma indefinível sensação de angústia se apoderava de Garibaldi naqueles cenários de horizontes ilimitados, que convidam o homem aos recolhimentos interiores. Ao fim dos trabalhos quotidianos, sentado à porta do galpão, dava largas à fantasia. Pensava na Itália, nas interrompidas lutas pela sua liberdade. Que seria feito de Mazzini, de todos os devotados companheiros que haviam jurado não descansar enquanto a terra natal não estivesse redimida do jugo dos opressores? E ele, e Rossetti, e Carniglia, e Matru, e Cuneo, e Castellini, perdidos nestes longínquos confins da América, sem esperanças de poder voltar tão cedo a preocupar-se com o ressurgimento da pátria... Como terminaria este ca-

pítulo da sua vida, dedicado à libertação do Rio Grande? Diariamente, encarava a morte pela causa desses bravos, que ele havia adotado como sua. Estranho ambiente aquele, tão diferente em tudo das suas paisagens nativas, e que o empolgava pelo vigor violento dos contrastes. A extensão das planícies, vestidas de mistério nas horas indecisas do crepúsculo, mergulhava o seu espírito nas sombras da *malinconia*. Afigurava-se-lhes, às vezes, sobre-humano o silêncio da pampa, quando sobre ela caem, lentamente, as primeiras gazes da noite. Vinham-lhe à lembrança esfarrapados fragmentos de poemas, perdidos em longínquas reminiscências

... “*Mirando interminati  
spazi di la di quella, e sovrumani  
silenzi e profundissima quiete*”,

sentia necessidade de contatos espirituais, que lhe compensassem os desgastes de energia nas lutas e apreensões de todos os instantes. Impunha-lhe o temperamento inquieto e sempre insatisfeito uma contínua mutação de sensações. Aquele ambiente povoado de perigos o engolfava na volúpia das cismas contemplativas. Levava-o a brutalidade da sua vida de corsário, vivida entre almas rudes e caracteres primários, a buscar em espírito a quietação das águas de Citera. Ele estava então na plenitude da beleza e da força. Ao dobrar os trinta anos, tinha sua fisionomia um misto de suavidade nazarena e de ímpeto leonino. Vendo-o, anos mais tarde, na expedição dos Mil, as mulheres da Sicília ainda haveriam de exclamar, deslumbradas: “*O! quantu é beddu quantu é beddu!*”

Romântico, desbordante na ação e nos devaneios, ele parecia, nessa quadra feliz da sua existência, um personagem irreal de Byron, um ressurgido herói de Walter Scott. Naquele meio em que as maiores aventuras decorriam dos acontecimentos mais corriqueiros e a morte espreitava a cada momento os homens que nele se agitam, sentia-se Garibaldi irresistivelmente impelido às ligações de afeto. Talvez fosse a alvorada próxima a última que os seus olhos enxergassem. Enquanto a morte não o arrebatasse, ele não queria viver apenas pelos sentidos, mas pelo espírito. Sua mocidade era um grito pela vida.

Poucos dias depois de chegado à Charqueada, numa noite de sábado, levaram-no a um “fandango” no rancho de um posteiro. O pequeno compartimento, com chão de terra batida, estava repleto. Havia gente do lado de fora, espiando as danças, fumando, tagarelando. Os homens, domingueiramente enroupados, vestiam largas bombachas, camisas de fantasia, e traziam ao pescoço lenços de chita ou setineta atados a capri-cho. Muitos calçavam botas altas, cheirando a graxa recente. As mulheres, chinocas cor de bronze, algumas crioulas e mulatas, davam ao pequeno cenário aspectos de um cadinho de raças elementares. Trajavam com ingênua garridice vestidos de cores berrantes, azuis, vermelhos, cor-de-rosa. Enfeitavam de vistosos laços de fita os cabelos. Algumas torturavam os pés em sapatos, presentes de alguma “sinhá moça”. Usavam quase todas chinelos e tamancos, com os quais levantavam nuvens de poeira nos sapateados do *Tatu*, da *Chimarrita*, da *Tirana*. Da trave central do rancho pendiam enfeites de papel. Dois lampiões de parede e algumas velas iluminavam a “sala”. Sobre a porta da cozinha estavam sentados os músicos. Volta e meia, copos de cachaça corriam entre os assistentes.

– Mais um trago!

– Venha de lá!

E os comparsas tornavam-se expansivos, mais atrevidos. Convergiam as atenções sobretudo para os tocadores de viola, os melhores daqueles “pagos”. Horas a fio continuavam os descantes:

“Eu amei uma tirana,  
e ela não me quis bem.  
Agora vou desprezá-la,  
vou ser tirano também.”

Numerosas vozes formavam o estribilho:

“Tirana, tira, tirana,  
tirana, feliz tirana.”

E o cantador continuava:

“Minha tirana de gosto,  
rosto mimoso e bem-feito,  
quem teu fandango não dança,  
não é gaúcho direito.”



Cantava outro o *Boi barroso*:

“Meu bonito boi barroso  
que eu já contava perdido,  
deixando rastro na areia  
foi logo reconhecido.

“No cruzar uma picada,  
meu cavalo relinchou.  
Dei de rédea para a esquerda,  
e o meu boi me atropelou.

“Nos tentos levava um laço  
de vinte e cinco rodilhas,  
pra laçar o boi barroso  
lá no alto das coxilhas.”

As danças se faziam mais animadas. Os sapateados, em requiebros lânguidos, abrasavam as dançarinas. Continuavam circulando os “tragos”. A aragem fresca da noite fazia tremeluzir os lampiões de querosene.

Alguém gritou:

– “Vamos aos desafios!”

Encheram, de novo, os copos dos tocadores. Os desafios eram um número obrigatório da “brincadeira”. Os cantadores afinam as violas. Depois, um deles começa, no tom agressivo que fazia as delicias dos “fandangos”:

“Para lhe cortar a língua,  
sabe as guampas baralhar?  
Pois que venha esse guampudo  
com esse mocho se topar!”

Respondia o outro:

“Para te cortar a língua,  
aqui tens um pela frente:  
pois não merece falar  
quem bate língua ‘nos dente’.”

Garibaldi, encostado a uma janela, escutava atento as peripécias do torneio, aplaudidas com entusiasmo por homens e mulheres. Encarou-o um dos cantores, e entoou com voz firme:

“Garibaldi foi à missa  
a cavalo, sem espora.  
O cavalo tropicou,  
Garibaldi saltou fora.”

Imediatamente, o companheiro retomou a deixa:

“Garibaldi saltou fora  
do cavalo pangaré.  
Mas não espichou de lombo,  
saiu caminhando a pé.”

Enorme hilaridade aprovou o improvisa no qual se metia à bulha o esforço do estrangeiro por montar a cavalo com o mesmo desempenho dos gaúchos. Garibaldi ria a bom rir do motejo com que o celebravam os cantadores do “fandango”, e que haveria de ficar incorporado ao folclore gauchesco.

\*

Por muito que o divertissem, essas festas não poderiam corresponder à necessidade de contatos humanos que ele sentia nas solidões de Camaquã. Atraía-o irresistivelmente a fazenda de Don’Ana. Sempre o recebiam aí com as mais vivas demonstrações de simpatia, e o mesmo se observava na propriedade de Dona Antônia. Não deixava passar nenhum pretexto para fazer-se presente ora numa, ora noutra estância. Por certo, não seria apenas a afabilidade das velhas fazendeiras o motivo dessa predileção pelo convívio nos seus estabelecimentos. “Três moças, cada qual mais graciosa, faziam o ornamento daquele lugar.” E uma delas, Manuela, trazia-o fascinado com a sua candura e a sua graça. “*Manuela sinoreggiava assolutamente l’anima mia*”, lê-se nas rápidas linhas das *Memórias*. Nas visitas às fazendas, acompanhava-o Eduardo Matru, visivelmente impressionado pelos encantos de uma das irmãs de Manuela.

Sempre que um vento contrário, uma exigência do serviço ou um simples pretexto pudesse levá-los ao Arroio Grande ou ao Camaquã, seria para eles dia de festa. O pequeno bosque dos jerivás que indica a entrada da Fazenda do Brejo, ou os laranjais que ensombram o caminho de acesso à Estância da Barra pareciam-lhes os sítios mais cobiçáveis do mundo. E tão seguros estavam da cordialidade daquela gente, que ainda no pomar das laranjeiras ou entre os jerivás, já se faziam anunciados com ruidosas demonstrações de alegria.

Mostravam as irmãs de Bento Gonçalves viva predileção por Garibaldi, servido, aliás, de todos os predicados para cair-lhes em graça. Era, dos pés à cabeça, um homem. Movia-se entre os gaúchos como se estivesse em seu próprio meio. Não fosse a sotaque, nem se reconheceria nele um estrangeiro. Os mais valentes, ali, testemunhavam o seu valor. Nos trabalhos do estaleiro e nas expedições de guerra, sabia impor a disciplina sem recorrer a arrogância, menos ainda à brutalidade. Todos lhe queriam bem, a começar por Griggs, a quem substituíra na direção dos serviços e no comando da flotilha. Os escravos e a gente mais humilde sentiam-se à vontade em sua companhia. Era indulgente com as faltas dos subalternos. Tratava-os com simplicidade e afeto. Não desdenhava de ir às suas festas e já começava a bailar as danças da terra.

Quando de visita nas fazendas, Garibaldi entretinha as senhoras e as moças com os relatos das suas aventuras na Itália e no Mediterrâneo, das peripécias da *Farroupilha* e do muito que sofrera na Argentina. Cantava-lhes *romanzas* de Nizza e canções francesas, que aprendera em Marselha. E dava gosto ouvi-lo declamar os poemas patrióticos dos carbonários e acompanhar-lhes os estos da imaginação, quando evocava a figura de Mazzini conclamando os italianos à redenção da pátria.

Escutava-o Manuela, silenciosa e atenta. Os grandes olhos negros sabiam dizer com ingênua eloquência o que suas palavras jamais lhe diriam. Indiferente, agora, a todas as outras mulheres, os cuidados de Garibaldi se dirigiam unicamente a eleita da sua fantasia, à “linda filha do continente”. Nada de profano havia no seu amor. Seria feliz em unir o seu destino ao daquela criatura, que lhe parecia o resumo das seduções terrenas.

Não tardaria Garibaldi a penetrar na inteligência dos costumes domésticos do meio. Como bom italiano, compreendera por intuição a organização moral daqueles clãs e tratava de agir em conformidade com o espírito patriarcal da família em cuja intimidade convivia. Mas as exuberâncias do seu temperamento o levariam fatalmente a excessos de galanteios, em relação às veneráveis senhoras a quem desejava agradar por todas as maneiras, sobretudo a Don'Ana, aquela que maior simpatia lhe demonstrava. Por seu gosto moraria na Fazenda da Barra. Mas os deveres da guerra o forçavam a ausências de semanas, no estaleiro da Charqueada, nos cruzeiros da lagoa. Não resistia, por tais ocasiões, à preocupação de fazer-se lembrado. Tomava da pena e escrevia à fazendeira. As epístolas, de tão galantes, pareciam destinadas à própria namorada e não a uma velha tia, cujas boas graças convinha captar a todo custo. Alguma vez, o motivo aparente da carta seria o pedido de um pouco de cal, de que havia falta no estaleiro. Escrevia assim:

“Ilustríssima Senhora: Para passar as saudades da ausência, me ocupo em incomodar a V. S. Os estaleiros, onde se devem construir os lanchões, são inteiramente faltos de cal, e me foi necessário requisitar dois alqueires do dito por parte do capitão Francisco Gonzales da Silva; ao qual foi impossível de achar nas imediações. Eu me atrevo de o pedir a V.S., e demais, de ter a bondade de o mandar para a casa do seu capitão Francisco. He isso ser muito atrevido, só V. S. ter culpa, por ser demasiadamente generosa.

“Me parece termos de sair hoje mesmo de Camaquã, para não sei onde... E desejo que uma tempestade do norte nos empurre com violência até nos fazer pular por cima daqueles jerivás que nos ensinavam, em tempos mais felizes, a morada da Beleza, da Virtude e da hospitalidade mais generosa e mais bela que nunca tenho achado em minha vida.

“Os meus companheiros Zeffirino, Edoardo, Royer, lhe mandam ternas e respeitosas lembranças; as nossas conversas são sempre formoseadas do seu nome e seremos felizes quando nos honre das suas ordens. Disponha sempre de – José Garibaldi. Charqueada do Brejo, 15 de dezembro, 3.”

Em outra oportunidade escrevia-lhe a respeito de um carregamento de farinha, proveniente por certo daquela apreendida na sumaca *Mineira*:

“Digníssima Senhora: – Com muitíssima saudade, lhe digo que por algum tempo não veremos o caro Arroio Grande, e portanto rogo a V. S. de mandar uma carreta na margem do Camaquã, para receber as barricas de farinha que deseja. Rogo a V. S. mandar entregar ao portador da presente um saco de breu, que deixamos em tempos mais ditosos. Acredite que serei feliz todas as vezes que possa servir a V. S. e que a minha existência é formoseada quando penso em aquele bendito Arroio (o que não passa momento). Entanto espero as suas ordens. Porto das Pedras, 13 de janeiro, 4.”

Buscava Garibaldi acoitar-se com os seus lanchões no arroio São Lourenço, sempre que, perseguido pelos inimigos, não lhe fosse possível ganhar o Camaquã. Nas vizinhanças, no lugar onde é hoje a vila daquele nome, viviam então algumas famílias de pequenos estancieiros e lavradores, cujos filhos costumavam brincar nas margens da pequena corrente. Um dos meninos, mais que todos os outros, tem verdadeiros encantos por aqueles lindos lanchões, pelas suas peças de fogo, pelos seus mastros muito altos, e suas grandes velas abertas ao vento. Foge de casa e passa horas em companhia dos marinheiros. Garibaldi toma-o pela mão e lhe mostra o navio, explica-lhe tudo quanto sua curiosidade infantil deseja saber. O petiz está deslumbrado. Também será marinheiro. O comandante italiano faz-se amigo dele e um dia lhe dá de presente, perfeitamente equipado, um pequeno barquinho. O menino de São Lourenço, Joaquim Francisco de Abreu, veio a ser um dos mais brilhantes oficiais da marinha imperial. E até ao fim da vida, recordava o velho almirante Abreu os seus encontros com Garibaldi no arroio de São Lourenço e dizia que a ele devera a irresistível inclinação de fazer-se marinheiro.

\*

Prometera Don’Ana que “daria um baile” assim que o “mano” Bento viesse ao Camaquã. As visitas do general se estavam tornando ultimamente mais espaçadas. Quando a campanha militar lhe permitia alguns vagares, corria para Piratini, a discutir com Domingos de Almeida problemas da administração. A situação do erário continuava mais do que premente e as relações com os vizinhos do Estado Oriental flutuavam, como sempre, de acordo com os interesses do momento: promessas amplas que

se transformavam em sinuosas contemporizações, logo depois em negativas especiosas e muitas vezes, afinal, nas mais incríveis agressões.

O general escrevera às irmãs anunciando-lhes uma próxima visita. Queria passar alguns dias na Estância do Cristal, a fim de dirigir os trabalhos dos apartes de gado. E aproveitara o ensejo para descansar um pouco, mudar de ares, tirar as ideias das preocupações do governo.

Uma tarde, ao cair do sol, chegou Bento Gonçalves. Apenas apeado do cavalo e ainda entre as efusões dos abraços e das boas-vindas, perceberam as fazendeiras que ele vinha grandemente preocupado. Uma ruga ensombrou-lhe a fronte. Tinha perdido a loquacidade habitual. Insistiram as irmãs por saber como iam os assuntos da guerra. Procurou tranquilizá-las. Tudo estava bem, respondia. Trazia-o cheio de apreensões apenas aquele maldito Bento Manuel, que mostrava cócegas, mais uma vez, de virar casaca. Jamais se vira semelhante falta de compostura! Ninguém podia fiar-se nesse caráter versátil, nas circunstâncias atuais, sua defecção seria um desastre. Antes não houvesse voltado aos arraiais republicanos. Ia, agora mesmo, em carta, fazer-lhe um apelo de honra para que se mantivesse fiel aos compromissos que espontaneamente assumira com a República. E oferecer-lhe-ia tudo quanto a sua ambição pudesse desejar.

Eram os bailes, nos povoados e nas fazendas, as manifestações mais comuns da sociabilidade da época. O fazendeiro que convidasse os vizinhos a uma dança preparava a casa para alojar os hóspedes por dois, três dias. Exigiam os costumes houvesse muita fartura de comidas, variedades de doces, licores e refrescos à disposição dos convidados. A fazenda, já nas vésperas da festa, entrava em grande azáfama. Os escravos não paravam. Estes se ocupavam com os assados de espeto, aqueles com os leitões, as galinhas, os guisados. Essa negra tinha fama de perita no arroz de leite, aquela nos beijus, nos quindins, nas cocadas. As mulheres dos posteiros vinham ajudar nos trabalhos da casa. O salão principal reluzia de limpeza. Enfeitavam o teto bandeirolas multicores. Pelos cantos, vasos com flores de papel. Ao longo das paredes, filas de cadeiras para descanso das senhoras e das moças.

Servia-se o jantar às quatro da tarde. E ao cair da noite, começava o baile, num ambiente de respeitosa afabilidade. Não se compreendia que uma senhorita se recusasse a dançar com quem quer que fosse. Todos ali se conheciam. Se o dono da casa, que mais do que ninguém devia zelar

pela sua moralidade, havia convidado quantos ali se encontravam, qualquer desaire feito a um dos seus hóspedes atingiria em cheio a autoridade, a própria compostura do patriarca.

Não dançavam apenas os moços e as moças casadoiras. Também as matronas e os chefes de família. Bento Gonçalves e Antônio Neto tiveram renome como dançarinos exímios. Neto, galanteador de estirpe, não perdia festas. E de Bento Gonçalves murmuravam as críticas que ele banalizava a dignidade das funções presidenciais enquanto bailarico e arrasta-pé se lhe apresentasse. Dançava a noite inteira com o desempenho e a galhardia de um jovem de vinte anos. E se estivesse de bom humor, acabaria entre os repentistas, cantando desafios à viola.

Dançava-se a quadrilha, os lanceiros, a chimarrita, a fieira à meia-cancha, o caranguejo, o anu, o *pericón*, a polca paraguaia. A quadrilha imperial, muito usada na corte ao tempo de Pedro I, não chegara a vulgarizar-se na província pela excessiva dificuldade dos movimentos. Nunca a dançariam, por certo, em reuniões de republicanos. Com os lanceiros, vistoso desfile dos pares em tom de marcha, se iniciava o baile. Vinha depois o caranguejo, colocados os cavalheiros em frente às damas, em roda, batendo palmas, tocando depois o soalho com o pé direito: e a um sinal de quem estivesse “mandando a dança”, “juntavam-se os pares e saíam bailando. A meia-cancha gozava das predileções gerais. Um dançarino, de lenço na mão, fazia sinal a uma senhorita, que se levantava, ia para o meio da sala, e também com um lenço repetia o sinal a um moço; e assim sucessivamente até que todos quantos quisessem dançar houvessem sido “tirados”. Depois formava-se a roda, enquanto a música iniciava os compassos de uma polca. O rapaz que iniciara a chamada dos pares saía, em passo de dança, para o meio da roda, e tornava a fazer sinal à moça da sua predileção, que ia juntar-se a ele. Andava a roda para um lado; e o par, no centro, em sentido contrário. Depois de muitos requebros e negaças, mandava o moço parar a música. E defronte à dama, recitava o “seu verso”:

“Eu plantei a sempre-viva,  
sempre-viva não nasceu.  
Tomara que sempre viva  
o teu coração com o meu.”

Respondia a moça:

“Tu plantaste a sempre-viva,  
sempre-viva não nasceu.  
É porque teu coração  
não quer viver com o meu.”

Recomeça a música. O par dança alguns compassos. Depois, a dama conduz o cavalheiro para o seu lugar, retorna ao meio da roda, faz sinal a outro, que vai acompanhá-la. Agora, é a moça quem dá à música ordem de parar. E recita:

“Quando meus olhos te viram,  
meu coração te adorou.  
Na corrente dos teus braços  
minh'alma presa ficou.”

O cavalheiro dá a resposta:

“Os vaivéns da sorte ingrata  
de ti podem me apartar,  
mas no fundo do meu peito  
para sempre há de morar.”

Continuava a dança até que todos os moços e moças, levados ao centro da roda, houvessem dito aos seus pares, em linguagem poética, o que mais conveniente lhes parecesse. Existiam na lírica popular modelos para todos os gostos e todas as situações. Por eles começavam, quase sempre, as primeiras declarações de amor. Se a donzela não concordasse com tais propósitos, difícil não lhe seria, na resposta rimada, dá-lo a perceber ao galanteador. E quando sucedia que se encontrassem pessoas de pouca simpatia recíproca, os recitativos descambavam frequentemente para os motejos, que causavam, às vezes, ruidosa hilaridade.

Sentadas aos cantos, as mães escutavam atentas os recitativos, a ver se lobrigavam neles indícios de inclinações entre as filhas e os rapazes que elas, em mente, lhes desejavam por maridos.

\*

Andava a boa Don'Ana impressionada com a tímida aventura amorosa da sobrinha. A começo, tivera as suas dúvidas a respeito do caso. As excessivas amabilidades do italiano bem que lhe davam motivos para



desconfiar. Mas não acreditava fosse Manuela capaz de enamorar-se dela, que não passava, afinal, de um homem sem eira nem beira, muito simpático, por certo, ótimo amigo da família, dedicadíssimo à causa da República, mas de qualquer maneira um estranho, cujas origens ninguém ali conhecia. Ultimamente, porém, aquela inclinação, que antes poderia parecer simples passatempo de criança, começava a tomar jeitos de coisa séria. Tivera plena certeza disso por ocasião do combate da Charqueada. As primeiras notícias chegadas à estância diziam que Garibaldi havia sido morto na emboscada de Chico Pedro. Manuela, presa de vivíssima aflição, chorava desesperadamente, como se houvesse perdido o noivo. Consolando-a com os seus carinhos, obtivera Don'Ana a confissão de que estava deveras enamorada de Garibaldi e disposta a casar-se com ele. Chegava o “mano” a propósito para ajudar-lhe a deslindar o melindroso assunto. Ele conhecia o homem que apresentara às irmãs e saberia qual a atitude mais conveniente a tomar.

Bento Gonçalves, surpreso com a informação, julgou de bom conselho agir no caso com a necessária diplomacia. Dar o consentimento seria impossível. Mas não se devia ofender um homem como Garibaldi com uma recusa peremptória. A solução mais recomendável estaria em dizer-se que Manuela se destinava ao seu filho Joaquim. De resto, essa união correspondia mesmo aos seus desejos. Don'Ana se explicaria convenientemente com a sobrinha, menina ajuizada e de bom comportamento, que não custaria a compreender a impossibilidade de unir-se a um expatriado, caçador de aventuras e cujos rumos no futuro ninguém poderia prever. Quanto a Garibaldi, de próprio encontraria modos de fazer-lhe saber que a moça dos seus entusiasmos já era noiva de um dos seus filhos.

\*

Garibaldi acreditou no que lhe contaram. Manuela, lê-se nas *Memórias*, “*era fiddanzata ad un figlio dal presidente*”. Compreendeu que não devia insistir. Continuava subjugado pela sua imagem, “*benché senza speranza*”. Só nutria, agora, uma preocupação: afastar-se daquele lugar, mergulhar de novo em perigos, buscar outras aventuras, expor a vida pela sede de glórias que o devorava. Mas a figura recatada e suave de Manuela nunca mais lhe saíria da lembrança. Romanticamente, ele a revê na segunda vida das *Memórias*: “*Si! Bellissima figlia del Continente, io ero felice*

*d'appartenerti commungue fosse. Tu destinata a donna d'un altro!*" Depois a vida o tomara no seu vórtice. E ele se dobraria ao destino: aventureiro na glória, aventureiro no amor.

A dócil Manuela, porém nunca chegou a casar-se. Envelheceu solteira. Durante toda a vida permaneceu fiel ao seu primeiro amor. A figura insinuante daquele aventureiro loiro, que tão belas canções cantava nos serões da fazenda, não se apartou jamais da memória. Não recriminava os parentes pela recusa do consentimento. Os tios tinham razão. Como poderia ela, frágil criatura, ter acompanhado vida afora aquele estrangeiro que assombrava o mundo e ofuscava os humanos com a sua bravura descomunal? Devia queixar-se do destino, que tivera o capricho de situá-lo, humilde e desconhecido ainda, nas fazendas do Camaquã. Pela existência toda, a família, os amigos, os conhecidos, respeitaram o seu amor pelo herói. E quando morreu, em avançada idade, na cidade de Pelotas, ela era ainda, para toda gente, a "noiva" de Garibaldi.

.....

## *Capítulo VII*

### NECESSIDADE VITAL

**V**OLTA E MEIA CHEGAVAM aos acampamentos revolucionários propostas de pacificação, autorizadas umas, outras meros balões de ensaio. A última, vinda da parte de Antônio Carlos, deveria merecer-lhes especial atenção, quando não pelo conteúdo – deposição das armas e anistia ampla – pelo excepcional prestígio de quem formulava. Mas a resposta de Bento Gonçalves fora terminante e peremptória: – “Jamais deixarei de ser republicano, e só federalmente me unirei ao Império.”

Poderia a firmeza dessas palavras indicar que os revolucionários se encontrassem em situação de enfrentar vantajosamente as armas imperiais. Tal interpretação, porém, não se ajustaria à realidade dos fatos. Longe do avanço decisivo previsto por eles, haviam as consequências da batalha do Rio Pardo, por todo o correr do ano III, determinado apenas um sensível empate de forças entre os contendores. Os primeiros efeitos da derrota tinham sido, realmente, de pânico entre os imperiais. Antônio Elizário, temendo que o inimigo viesse de marcha batida sobre a capital, mandara a toda pressa reforçar o seu entrincheiramento. Porto Alegre estava “com pouca gente para a defesa”, comunicava ao Rio, “e o povo consternado”. À força destacada no S. Gonçalo dera ordem de retroceder para a margem

direita do canal. E não havia como desfalcá-la, “por ser ali a chave do Rio Grande”.

Punham de realce tais providências a importância fundamental atribuída pelos legalistas às suas posições marítimas e fluviais. As duas grandes linhas estratégicas – Rio Grande-Porto Alegre e São Gonçalo – representavam as únicas defesas eficazes na resistência contra os avanços da revolução. E, enquanto esses pontos estivessem em seu poder, o inimigo se encontraria com os movimentos tolhidos, e a República bloqueada.

Parecia que as palavras de Bento Gonçalves na proclamação com que celebrara a vitória do Rio Pardo: – “Republicanos! mais um esforço ainda e a Pátria será livre!” – houvessem caído no vácuo. O conclamado esforço não se produzia. E o presidente da província podia comunicar à corte, meses depois, que os rebeldes se mantinham quase de todo inativos, o que faziam reaparecer entre o povo o perdido entusiasmo pela causa legal. Não lhe saía de mira, um instante sequer, a transcendente significação do eixo em torno do qual se operavam os movimentos da sua defesa. “Os batalhões de provisórios, os voluntários e parte da artilharia de linha ocupam-se especialmente nos entrincheiramentos de Porto Alegre, Rio Grande e S. José do Norte”, informava ao ministro da Guerra, já seis meses decorridos desde a grande derrota.

O sítio de Porto Alegre, vagorosamente retomado pelos republicanos, esvaía-se em periódicas escaramuças para os lados da Aldeia dos Anjos e de Viamão. Continuava franco, pelo rio, o acesso à cidade. E mesmo do lado da terra, numerosas se abriam as frinchas por onde os sitiados mantinham comércio com os distritos vizinhos. Falhava o assédio, destarte, à sua primeira finalidade – privar a praça das necessárias articulações com o interior. O que havia nos arredores da capital era menos uma luta de posições, característica das operações de sítio, do que prolongados preparativos, de um e de outro lado, para uma ação culminante, que deveria produzir-se ou por um ataque em regra dos sitiantes ou pela surtida dos assediados. E nessa guerra de usura passavam-se as semanas, os meses. Dir-se-ia que a luta estivesse definitivamente empatada. Nem dispunham de suficiente força os atacantes para tomar a praça, nem sobravam recursos aos sitiados para obrigá-los a levantar o cerco. Em tal situação de impasse, iniciou-se o ano IV da revolução.

\*

Mas não nutriam ilusões os republicanos quanto à precariedade da sua situação ao longo de linha estratégica do sul. Na região do São Gonçalo, a iniciativa da ação passara, de há muito, para o lado dos imperialistas. Mais intensa, de mês a mês, se fazia sentir a pressão sobre Pelotas, que caía alternadamente nas mãos de um e outro dos beligerantes. Em consequência, por toda a campanha meridional, desde as margens da Lagoa dos Patos até aos contrafortes da serra, a situação dos revolucionários piorava de mais em mais.

A própria capital da República já não poderia considerar-se, em tais circunstâncias, a coberto de um ataque envolvente. Nos primeiros dias de janeiro, anunciava Bento Gonçalves, em manifesto ao povo, a sua próxima transferência para Caçapava. “Piratinenses! O voto dos rio-grandenses e o interesse da República requerem que o governo se mude para Caçapava. Ele vai então cessar de residir entre vos. Saindo, o acompanhará uma profunda saudade; e desde já vos agradece o esmero com que tantas vezes o tendes coadjuvado.”

Explicava *O Povo* que a mudança da Capital entrava no plano da campanha de 1839. E dava as razões da preferência pela vila de Caçapava: “sua posição central, a salubridade do seu clima, a lealdade dos seus habitantes”. Na realidade, porém, só o primeiro argumento valeria. A mudança fora imposta ao governo por motivos puramente estratégicos. E se conveniente do ponto de vista militar, não deixaria de ser, na órbita política, um verdadeiro desastre. Nem pelo menos inspirava a população da nova sede a necessária confiança ao governo. Bento Gonçalves, que o precedera na transferência, escrevia de Caçapava ao ministro da Justiça: – “Tomara vê-lo aqui, e a toda gente de armas que lá ficou; pois neste lugar, meu amigo, não posso deixar de amanhecer na praça, à testa da guarnição”.

A recepção feita ao governo pelos caçapavanos longe esteve de entusiástica. Os vivas que o presidente da República deu ao povo, na entrada da vila, foram correspondidos, em nome do povo, por um membro do próprio governo.

No jornal da República, a pena colorida de Rossetti descreve com pormenores a acidentada marcha dos ministros e funcionários através das planícies, mais parecida com uma peregrinação à maneira do *far-west*

americano do que a mudança da capital de um Estado: “O sol doirava apenas os cimos dos montes vizinhos, quando o governo, menos o Exmo. Sr. Presidente e S. Exa. o Sr. Ministro da Guerra, que o haviam precedido de alguns dias, deixava sua residência de Piratini. A saudade com que os magistrados da República saíam de uma cidade que pelas virtudes cívicas dos seus habitantes se tem tornado a admiração do Continente, penetrava de tristeza todos os corações. Dominava aquela multidão de irmãos um silêncio eloquente. Com um abraço, com um aperto de mão, tacitamente exprimíamos o quanto custava o deixar homens que nos haviam dado tão repetidos exemplos de verdadeiro patriotismo... A marcha do numeroso *comboy* foi majestosa e tranquila. O tempo a favoreceu e nada veio disputar a boa harmonia que sempre existe entre os homens animados de um mesmo princípio e de uma mesma opinião, expostos aos mesmos perigos e que dividem o mesmo pão e os mesmos trabalhos. Nossas autoridades civis receberam em todos os lugares onde passaram demonstrações não equívocas de um respeito cordial, de uma gratidão merecida e de afeição sincera.

“No dia 24 e às 5 horas da tarde, o Exmo. Presidente, acompanhado de seu estado-maior e das autoridades locais, foi reunir-se ao governo, para assim fazer sua entrada solene na Vila, escoltando o trem de guerra e o material das oficinas públicas uma força das três armas, comandada pelo valoroso tenente-coronel Moraes. A banda militar dirigida pelo hábil professor Mendanha o precedia, tocando o hino nacional.

“Imenso foi o número das pessoas que acudiram a encontrar os distintos patriotas que dirigem a Revolução. A comitiva dirigiu-se ao som da música à praça principal, onde logo a tropa fez a continência do costume; o Exmo. Presidente, levado do santo entusiasmo da Pátria, rompeu vivas à Religião, à República e aos briosos caçapavanos. O Sr. ministro da Fazenda, interpretando os sentimentos daquela multidão comovida, correspondeu dando vivas ao mesmo Presidente, aos generais do exército e aos bravos defensores da Liberdade.

“À noite, a música andou tocando pelas ruas, e no sábado sucessivo, por ser a véspera do dia destinado à proclamação da Independência e da República na Vila, houve iluminação e foguetes. No domingo finalmente reuniu-se em sessão extraordinária a Câmara Municipal, e como pelas circunstâncias da guerra os caçapavanos não tivessem ainda dado sua

formal adesão à Independência e ao sistema democrático, o Ilmo. Sr. Presidente João Raimundo da Silveira e mais vereadores da mesma, agradecendo ao governo o esmero com que havia até hoje sustentado a Revolução... prestaram juramento de fidelidade nas mãos do Exmo. Presidente da República. Acabadas estas importantes formalidades, o Ilmo. Sr. Presidente da Câmara pronunciou uma alocução e depois o Exmo. Sr. Presidente da República, acompanhado dos dois ministros, do presidente da Câmara e vereadores, dirigiu-se à igreja para ouvir a missa e o *Te Deum*, em ação de graças ao Altíssimo pelo muito que protege a causa rio-grandense. S. Exa. foi recebido à porta da igreja pelo reverendo padre vigário José Medeiros Pereira, o qual o conduziu ao vestíbulo do altar-mor, onde também foram colocar-se os Srs. ministros, presidente e vereadores da Câmara, os oficiais da guarnição, o juiz de paz e mais empregados. Orou a missa o reverendíssimo padre vigário da vara Fidêncio José Ortiz da Silva, servindo de acólito o rev. padre Antônio Homem de Oliveira; e o Sr. Mendanha a rendeu mais devota com uma melodia tão penetrante e religiosa, que nosso coração cheio de fé e arrebatado em um êxtase celestial se lançava no futuro e via o cumprimento da vontade de Deus: a nossa pátria livre, grande e poderosa.”

Em vão procuraria o jornalista demonstrar que a mudança da capital significaria o começo de uma renovada fase de atividades militares, e que a paralisação nos movimentos das tropas obedecia apenas aos planos de uma “calculada inação”. O princípio relativo ao controle dos cursos d’água pelo domínio da foz continuava mostrando sua incontrastável influência sobre o desdobramento das operações. A força da vitória não estava nas colunas móveis da campanha, brilhantes nas suas cargas de lança, épicas na sua capacidade de ação, mas no ponto fixo do Rio Grande. Fora essa chave de mágico poder que forçava o abandono de Piratini. E era ela o alento do governo de Eliziário para resistir, meses a fio, à pressão dos revolucionários sobre a capital da província.

\*

Mais confiado o comando legalista na fraqueza do adversário do que na sua própria capacidade de ofensiva, entendeu chegado o momento, antes de esgotado o primeiro mês do ano IV, de romper o cerco de Porto Alegre. À frente de mil e seiscentos homens, sai Eliziário rumo de S. Leo-

poldo, previamente guarnecido por barcos de guerra os passos do rio dos Sinos e do Caí. Abandonam os rebeldes as suas posições sobre os cerros que orlam a cidade. Davi Canabarro deixa Viamão à mercê do adversário; e simulando fugir, toma o rumo da serra. Entretanto as presunçosas esperanças de Eliziário, que pretendia cercá-lo, e trata de afastar o mais possível as forças imperiais das raias da capital. As tropas republicanas somariam, então, naquele setor, cerca de quatro mil homens, servidas por sete bocas de fogo, segundo os cálculos do brigadeiro-presidente. Enquanto se vai executando a manobra de Canabarro, aproxima-se Bento Manuel, em marchas forçadas, da zona das Missões, com o intento de cair sobre a retaguarda dos legalistas, cortando-os de Porto Alegre. O plano dos revolucionários, admiravelmente concebido, parece que vai ter plena execução. Mas quando Bento Manuel se precipita sobre a margem direita do Caí, a dois passos já da capital e próximo a chocar-se com o grosso do adversário, encontra o Passo do Negro guarnecido por várias embarcações de guerra.

É preciso arredar do caminho o inesperado obstáculo. Duas canhoneiras, um lanchão e três botes são levados de roldão pelo ímpeto das forças republicanas. O primeiro-tenente Antônio Dias dos Santos Belico é morto na ação; seu companheiro Manuel Luís Pereira da Cunha, filho do marquês do Inhambupe, feito prisioneiro. Todas as unidades navais caem nas mãos dos revolucionários. Mas a fulminante vitória não lhes compensa o atraso que sofrera o seu avanço. Tivera tempo Antônio Eliziário de perceber a falsa situação em que se expunha. E vendo que não tardaria a ser atacado de frente e pela retaguarda, retorna precipitadamente sobre Porto Alegre. Bento Manuel chegara tarde. O engenhoso plano dos republicanos falhara, e outro recurso não lhes ficava senão restabelecer, de novo, o cerco da capital.

Depois do combate do Caí, recebera Garibaldi instruções de fazer-se presente no local, a fim de tomar conta dos barcos apressados. Mas a pretexto de que deveria por aqueles dias sair à lagoa, em cruzeiro, não deu cumprimento à ordem. Transmitiu Neto a ocorrência ao ministro da Guerra e da Marinha. Silva Brandão, em resposta ao general, comunicou-lhe ter levado o assunto ao conhecimento do presidente da República. E recomendava-lhe, de parte de Bento Gonçalves, um encontro com Garibaldi e com o comandante das divisões da direita e do centro a fim de combinarem o plano de operações em que fossem empregados não só os antigos lanchões como os que haviam sido tomados ao inimigo. Garibaldi andara mal atribuindo encargo de



tão grande responsabilidade ao tenente José Ferreira, “incapaz de merecer para isso a necessária confiança”. Conhecia-o a gente do governo “por experiência do tempo em que comandara a *Farroupilha*, que por seu desleixo e inépcia se perdera”. “Toda a cautela e vigilância será pouca – dizia Brandão – para não termos o desgosto de perder esses lanchões, e muito particularmente havendo já o exemplo dos inimigos terem conseguido safar do rio a canhoneira, que se julgava segura e impossível deles a poderem tirar do fundo.”

Logo em seguida, recomençariam os esforços dos republicanos por tomarem pé, de novo, no Itapuã. Mas tudo em pura perda. As baterias da ilha do Junco de um lado, a irresistível ação dos navios da esquadra por outro tornariam de todo infrutíferos os conjugados esforços de Neto, Canabarro e Bento Manuel. Se Garibaldi tivesse conseguido “preponderar na lagoa dos Patos, a luta houvera findado logo, com a vitória da República”. Mas, para tanto fora imprescindível a prévia verificação de uma destas soluções: ou um encontro decisivo com as unidades imperialistas, ou o domínio das águas interiores pela ocupação do Rio Grande e de S. José do Norte. Qualquer das duas hipóteses era, à plena evidência, impossível. De nada valia aos republicanos, para o primeiro caso, que os dois novos lanchões construídos nos estaleiros do Camaquã já estivessem em condições de ser lançados n’água, e que essa diminuta força naval houvesse sido aumentada ainda com as embarcações apresadas no Caí. A desproporção com a tonelagem e o poder ofensivo dos imperialistas patenteava-se cada vez maior. Já dispunham eles de trinta embarcações, entre as quais três navios a vapor, armados de noventa bocas de fogo e tripulados por novecentos e cinquenta homens. Nada de prático havia a fazer contra essa força. Em tais condições, a atividade da esquadrilha republicana ficaria limitada necessariamente a “meros lances mais de romântico heroísmo do que de efetivo benefício militar”. “*Nulla potemmo noi operare in tutto il tempo che passammo in quella parte del lago*”, depõe Garibaldi. A barra do Camaquã, ademais, nem serviria mesmo para as necessidades de uma base naval. Pela sua quase inacessibilidade ela só prestaria para esconderijo de corsários.

Quanto a uma possível ofensiva contra as posições litorâneas, nem havia como pensar-se nela a sério, desde que a própria linha de defesa dos republicanos sobre o São Gonçalo começara a flexionar, determinando até a transferência da capital para uma posição mais afastada.

Se enormes as dificuldades de natureza militar, não menos se apresentavam as de caráter administrativo para a República. Uma carta de Do-

mingos de Almeida a Antônio Neto, caída em poder dos imperiais e por eles estampada na imprensa, traía o estado de extrema penúria em que se afundara o erário republicano; e, pior ainda, a falta de ordem reinante na administração, pelas contínuas e sistemáticas infrações dos chefes de colunas nas determinações do governo. “A marcha de parte dos nossos oficiais superiores e comandantes de forças”, escrevia ao ministro, “continua em perfeita oposição com os interesses do Estado...Não desprezei meio algum de proporcionar ao Exército quanto lhe fosse mister nas suas precisões.” Em menos de um ano, fora gasta em benefício das tropas quantia superior a 300 contos. “E como se acha esse exército? Nu, inteiramente nu! Da prática de todos comprarem e de todos venderem, não é possível melhorar-se o sistema de distribuição, e menos de acudir o governo ao seu empenho e crédito público; pois que tendo por muitas e repetidas vezes comprado sobre fundos existentes nas coletorias e contra eles sacado a favor de diversos vendedores, tem constantemente sucedido não existirem esses fundos na ocasião de se apresentarem os saques. Daí o clamor geral, o cisma de que de propósito assim se há praticado dolosamente: o governo para desenvolver-se de embaraços tais a grandes prêmios se tem sujeitado.” E mostrando a que raias tocavam os abusos de comprarem os comandantes por seu próprio alvedrio o que lhes aprouvesse, o metucioso Almeida exemplificava: “O coletor de Cruz Alta não se tem pejado de mandar em seus balancetes contas de pólvora a 9\$600 a libra; carne a 1\$280 a arroba: e ultimamente carne de vaca a 5\$000, quando o boi inteiro, por aqui, é pago a 4\$500 pelo Tesouro e a 3\$200 pelos particulares.” Nessas condições, “de que serviria a organização de um sistema de arrecadação”? Meu general, é tempo: estabeleçamos a ordem e marchemos à felicidade do nosso país.”

De todos os lados repontavam as dificuldades. A máquina administrativa, emperrada. As operações militares, estacionárias. Os melhores planos, malogrados, procrastinados. O governo imperial, por outro lado, mostrava-se disposto a agir com mais decisão. Eliziário, desmoralizado pelos seus contínuos reveses, fora substituído na presidência da província pelo Dr. Saturnino de Souza e Oliveira a no comando das armas pelo general Manuel Jorge Rodrigues. Greenfell, que se encontrava em Montevideu, recebera ordem de reassumir o comando das forças navais, caído em desgraça Mariath depois da derrota do Caí.

Empalidecia, pelo visto, a estreia dos revolucionários. O ministro Rego Barros, retornado ao Rio de Janeiro, dizia-se convencido de que

a revolução se encontrava em vésperas de debelada. “Não trepidarei em afirmar ao Parlamento que o triunfo da Constituição e do trono não está distante, e que a duração da campanha já não pode ser longa”. Muito mais significativo, porém, do que as palavras jactanciosas do ministro da Guerra, seria, à compreensão dos espectadores avisados, um tema de excepcional eloquência: Bento Manuel ameaçava abandonar, pela segunda vez, os rebeldes. Quem soubesse compreender os acontecimentos através das atitudes dos homens já não poderia ter dúvidas quanto às ingentes dificuldades que assoberbavam a República.

\*

O panorama político do Uruguai acabara de sofrer nova mutação. Oribe, renunciante ao poder, fugira para Buenos Aires; e Rivera, chefe da revolução vitoriosa, ocupando Montevideú, assumira “provisoriamente” o governo. Dir-se-ia que a causa republicana do Rio Grande houvesse, ao menos por essas bandas, entrado em maré de sorte. Com efeito, alguns meses antes celebrara o governo de Piratini uma convenção de mútuo auxílio com Frutuoso Rivera, muito precisado então das boas graças dos continentinos. Seria admissível que, chegado ao poder, faltasse Rivera à fé dos compromissos solenemente exarados naquela convenção?

A pergunta pareceria absurda, sempre que não se referisse a compromissos de caudilho. Mas é como um dos mais acabados expoentes do caudilhismo que esse curioso personagem deve ser estudado e compreendido. Por certo, sempre existiram caudilhos de nobres atributos morais. E não haveria por que duvidar de que mais numerosos tenham sido, através da história, os *buenos* que os *malos*. Entretanto, por uma dessas aberrações tão comuns nos panoramas políticos sul-americanos, há de notar-se que nestas sociedades em formação maior influência tiveram quase sempre os que mais ofendessem o ambiente social pelos seus rudimentares atributos morais. Não se conheceu, na Argentina, uma “época de San Martín”, nem de Pueyrredón, nem de Alvear, nem de Dorrego: mas houve, especificamente, “o tempo de Rosas”. E no Uruguai, não seria Artigas nem Lavalleja quem mais se entranhassem no *subtractum* da sociedade do seu tempo, mas Rivera.

Por isto, seguramente, se vem emprestando àquele vocabulário, de preferência, sentido pejorativo. Como os fatos podem mais que o léxico, e o corrigem e modificam – tal qual acontece com a moeda – o caudilho

*malo* foi expelindo do mercado o *bueno*. Quem diz simplesmente caudilho tem sempre em mente um homem sem escrúpulos, refalsado, traiçoeiro, mendaz e que vive alguns degraus abaixo do nível da moralidade comum. Despido de preconceitos éticos, instável em todas as suas atitudes, ambicioso e egocêntrico, ele só tem por mira a conquista do poder. Chegado às últimas do mando considera o Estado uma grande estância de sua propriedade individual. Que importa a Constituição, que importam as leis, se ele tem e manifesta pela dignidade da palavra humana um descaso integral?

As leis não de ser o sopro da sua vontade. E se a Constituição o incomoda, ele a substitui por outra. Só fala para enganar. E tanto mais se jactará das suas qualidades quanto melhor souber iludir os homens que lhe houverem dado crédito. “*Comme gouverneurs ils ne consultent que leurs intérêts personnels, se croient des droits absolus sur toutes les choses et les personnes de leurs pays: ils usent des uns et des autres comme d'une ferme*”, escreve o diplomata Deffaudis, que os conheceu de perto num convívio de anos.

É sobretudo ao longo das linhas fronteiriças que o caudilhismo tem o seu *habitat*. E sobre as margens do Uruguai, pode dizer-se que ele encontrou, em todos os tempos, clima especialmente favorável ao seu desenvolvimento. O caudilho dessas paragens, misto de indolência andaluza, de humildade jesuítica, de hipocrisia aborígene, faz lembrar instintivamente os dramas morais das Missões. Falso por atavismo, degrada por onde passa homens e instituições, polui regimes e caracteres, abastarda sociedades, desmoraliza gerações. E essa era a “querência” de Rivera.

Chegado ao poder por uma revolução que se dizia feita para impor o respeito à Constituição e às leis, a primeira resolução do caudilho consistiria simplesmente em declarar suspensas as leis e a Constituição. O chefe dos “constitucionais”, o revolucionário das reivindicações democráticas, o paladino das leis, cuja austeridade ele se propunha salvar das malversações de Oribe, basearia a sua autoridade conquistada pelas armas insurgentes não na reposição dos textos legais, mas numa ditadura sem limites. O grotesco de tais situações pesou por muito tempo como um opróbrio sobre a reputação dos países da América Latina. Incapazes de construir nada de elevado, de útil, de duradouro, esses regimes traziam dentro de si mesmos os germens da desagregação, da anarquia. No caso de Rivera, reduzidos à impotência os seus adversários, começaria a reação a produzir-se contra a esterilidade da sua dominação e a imoralidade do seu arbítrio entre os indivíduos que mais de

perto o rodeavam. “*La situación* – escrevia um dos seus mais íntimos seque-  
zes – *cada vez se presenta más rodeada de peligros. El caudillaje que ha sido la*  
*causa de todos los males que pesan sobre estos desgraciados países, como la hidra*  
*asoma mil cabezas y labra la infelicidad del Uruguay. Todos nuestros trabajos*  
*han sido estériles, pues en vez de orden vivimos en un desorden continuo, y en vez*  
*de respecto a las leyes se las conculcan todos los días el país no puede seguir así e*  
*no puede ser el patrimonio de ambiciosos vulgares.*”

Rivera, como caudilho, não seria melhor nem pior do que o co-  
mum dos representantes da sua espécie, mestiços morais das fronteiras entre o  
homem civilizado, que sabe respeitar-se a si mesmo, e o bárbaro, que ostenta  
impávido o mais absoluto desprezo pelos homens com quem trata. Faltar à  
palavra dada não é, para essas figuras de rudimentar conformação, desdoiro  
nem indício de desonra pessoal: significa, pelo contrário, esperteza, habilidade,  
inteligência, tino político. O seu descaso pelos princípios que sustentam nas  
horas da conquista é sempre sem limites. “*Ad una politica pratica i principi val-*  
*gono per quel che producono e non per quel che predicano.*” A máxima do cinismo  
florentino pareceria estruturada a preceito para esses grandes desmoralizadores  
da civilização americana no seu período caudilhesco.

Não se enganavam os republicanos rio-grandenses nem os esta-  
distas do Império com o caráter do caudilho oriental, de tão rumorosas fa-  
çanhas. Dizia Limpo de Abreu, no Parlamento brasileiro, que Don Fructo  
seria sempre infiel a todo aquele com quem tratasse. “*Usted no se fie de Don*  
*Fructo* – recomendava Dorrego – *es hombre que ofrece mucho y no cumple*  
*nada*”. E o marechal Sebastião Barreto advertia: “Não se fie de Rivera. Ele  
é meu compadre, eu o conheço bem, é um diabo, um velhaco.” Os revolu-  
cionários do Rio Grande demasiado o conheciam. Se com ele pactuaram,  
foi porque a tanto se viram constangidos pelos acontecimentos, desde que  
Oribe passara a entendimentos diplomáticos com o Rio de Janeiro.

Apenas voltado ao poder, procurou Rivera aliança com o Impé-  
rio, completamente deslembado do convênio assinado com o governo de  
Piratini e dos enormes favores de que se lhe fizera devedor. Percebeu Bento  
Gonçalves o perigo que ameaçava, por esse lado, os interesses da República, e  
despachou para Montevidéu a José Mariano de Matos, em missão diplomá-  
tica especial. Os entendimentos entre o ditador e o representante do governo  
de S. Cristóvão já se faziam às escâncaras. Uma comunicação confidencial do  
plenipotenciário rio-grandense retraça perfeitamente o quadro: – “A conduta

de Fructo é bastante equívoca; alimenta a um e outro partido. E não obstante as suas promessas, quem sabe a quem atraíçoará, se aos imperiais, se aos republicanos? É preciso estar prevenido e muito prevenido para o desenlace desta questão, a fim de que não nos seja funesta, caso Rivera nos atraíçoar”.

O plenipotenciário do Brasil havia sido escolhido a dedo para aquele posto: Pedro Chaves, irmão de Fernandes Braga. Ele faria em Montevideu o que fosse humanamente possível contra os farroupilhas. Mas o odioso personagem não se mostrava, por sua vez, confiante na atitude de Rivera. Referindo-se à missão diplomática rio-grandense, informava ao Rio de Janeiro que os farrapos haviam sido muito bem recebidos. “Percorriam os lugares públicos da capital exibindo livremente os toques, as divisas tricolores”, apesar da reclamação por ele interposta. “Mas tudo capacita a acreditar – acrescentava – que o pretense ministro nada conseguirá.”

Do outro lado do Prata, Rosas não ficava inativo. Percebendo a grave infidelidade de Rivera em relação aos seus aliados e protetores de ontem, trata de tirar vantagens da situação. Lavallega dirige-se em carta ao seu amigo e compadre Bento Gonçalves, encarregando de entregá-la pessoalmente ao destinatário Don Ventura Coronel, que entrou por Bagé. “Não somente o primeiro magistrado – informava o enviado confidencial de Rosas – mas a generalidade dos cidadãos desta nova Republica desejam com ânsia pôr-se de acordo conosco.” E mais para adiante, anunciava que dentro em breve seguiria para Buenos Aires um ministro rio-grandense, com suficiente autoridade junto ao governo encarregado das relações exteriores da Confederação.

Desde que a inconstância de Rivera ameaçava cerrar aos republicanos o porto de Montevideu, onde Castellini se esforçava em trocar couros e gados pelas mercadorias necessárias à revolução, impunha-se entabular negociações à margem direita do Prata. Mas, discreto e cauteloso, Bento Gonçalves, que assim conhecia as figuras do tabuleiro, não se deu pressa em mandar a Buenos Aires o representante da República, no que agiu com acerto. Porque, sob o influxo de circunstâncias várias, também o governo de Rosas não tardaria a inclinar-se, ligeiramente que fosse, pró Império. “Um dos objetivos no trato diplomático iniciado em Buenos Aires, era o de conquistar seguro porto de entrada para os fornecimentos que dependiam do ultramar, ameaçados como estavam de perder o da capital uruguaia”.

Verificando isso impossível, não haveria por que despender tempo com inócuas andanças pelas avenidas de Palermo. A traição de Rivera, primeiro, a displicente mutação de Rosas logo em seguida, mostravam que no Prata se considerava extremamente precária a situação do novo Estado. Tão certo que os caudilhos de ambos os lados só se moviam inspirados pelas preocupações de vantagens palpáveis, imediatas.

Antes de vencida a primeira metade do ano IV, as dificuldades defrontadas pelas armas republicanas não poderiam apresentar-se mais penosas. Não que o interior do Rio Grande não lhes continuasse adito, e sim porque todas as suas empresas marítimas haviam malogrado. O curso em alto-mar nada produzira de útil. Roberto Bisley, que retomara a tentativa de Garibaldi com o corsário *Patriota*, conseguira apenas apresar um brigue e atirá-lo, a duras penas, sobre a barra do Tramandaí. Nesse assunto não havia que insistir. As guerrilhas navais da lagoa, por sua vez, não tinham correspondido às expectativas do governo. Porque a barra do Rio Grande não significava apenas o acesso para o Atlântico, mas também a garantia do domínio sobre as águas interiores. E as ameaças de um fechamento definitivo do porto de Montevideú se faziam cada vez mais prementes. Era o bloqueio, a ameaça do estrangulamento, da asfixia. Essencial, se a República pretendia subsistir, a conquista de um respiradouro próprio, seguro, inexpugnável. Um porto marítimo, eis, no momento, a sua necessidade vital.

Há muito traziam os republicanos em observação o porto da Laguna, refúgio de numerosos rio-grandenses, “na maioria afeiçoados à causa revolucionária”. O projeto expansionista viera se formando e amadurecendo ao sabor das circunstâncias. Os municípios do planalto catarinense, raianos com o Rio Grande, mostravam-se, desde o começo da luta, francamente simpáticos à causa liberal. Sentiam, como os vizinhos, a imperiosa urgência da federação; e as suas populações se inclinavam instintivamente a favor do regime republicano.

O plano, agora, parecia perfeitamente viável. Meses antes, auxiliada por pequeno contingente de rio-grandenses, a vila de Lajes se insurgira contra o governo provincial, para declarar-se desligada de Santa Catarina e unida por laços de federação à República de Piratini. Bento Gonçalves dirigira-lhe eloquente conclamação: “Fazei troar em meio de vossas montanhas o brado glorioso da vossa emancipação absoluta. Vossa posição geográfica, vos-

so caráter, vossos hábitos e usos, tudo concorre a irmanar-nos: liguemo-nos para sempre em anel firme; sejamos um e o mesmo povo; que a Providência, que a todos os homens fez livres, não deixará, porque é justa, de abençoar nossos esforços e de fazer prosperar as Nossas Armas.”

Dez dias depois, podia o chefe do Estado falar novamente ao vizinho povo, já então para congratular-se com a sua “heroica resolução de aderir à causa sagrada da República Rio-grandense”. Produzira-se – dizia – a incorporação de Lajes ao território do Rio Grande pela espontânea resolução dos seus habitantes. Mas a República estaria sempre pronta a devolver-lhes os seus juramentos e a permitir que o município se reincorporasse a Santa Catarina, “desde o momento em que se houvesse aquela província constituído livre e independente do jugo imperial”.

Rossetti celebrava o acontecimento pelas colunas do *O Povo*: “Eis aí mais um laço de muralha que por si mesmo e estrondosamente se destacou do imperial edifício, verdadeira estátua de Nabuco... Não tardarão outros povos a imitá-lo; o que tiver a consciência da sua dignidade se unirá à causa sagrada que defendemos, abandonará os seus opressores e salvará o Brasil inteiro pelo meio único com que lhe é possível salvar-se”. Referia-se o articulista ao *leit-motiv* da revolução: a autotomia das províncias, dentro do regime republicano-federativo.

Antônio Inácio de Oliveira Filho, aclamado capitão comandante da força armada do novo município da República, declarava-se convencido da necessidade da união de Lajes à família rio-grandense e da sua adesão ao sistema republicano, ao qual, de longa data, dera ele próprio o apoio da sua consciência: “Eis, pois, lajeanos, firmemos sobre bases sólidas e indestrutíveis o formoso edifício da nossa liberdade, sob a poderosa égide do Governo Republicano Rio-grandense, a um tempo sábio e paternal”.

\*

Chegara, pois, a ocasião de romper o anel constritor da República e de dar-lhe, por fim, o indispensável respiradouro sobre o mar. Decididamente, a Providência não abandonava os esforços dos republicanos. Na hora mais crítica da luta, quando mais uma vez haviam naufragado os seus esforços pela reconquista de Porto Alegre; quando o governo se via na contingência de transportar num comboio de carretas os arquivos da administração; quan-



do o Janus platino tornava a abandoná-lo pelas vantagens mais apeteceíveis que o Império lhe oferecia, eis que a expansão territorial e a conquista de um porto se mostravam extremamente facilitadas pelos acontecimentos que acabavam de produzir-se no mais importante núcleo do planalto catarinense.

Para dirigir as operações contra a Laguna foi escolhido Davi Canabarro. Já nos longes anos da mocidade, nas guerras da Cisplatina, granjeara esse homem justa fama de bravura. No desastre do Rincón de las Gallinas, quando as tropas imperiais ameaçavam debandar em pânico, um alferes “à frente de quarenta milicianos, investe contra o inimigo vitorioso, obriga-o a refluir e permite que a retirada se organize em relativa ordem”. Esse alferes é Davi José Martins, que conquista nessa prova os galões de tenente. Depois foi ferido em Gulegualá, esteve em Sarandi, combateu no Passo do Rosário sob as ordens de Bento Gonçalves. Firmada a paz, abandona o serviço das armas e volta a ocupar-se nos trabalhos do campo, associado a seu tio Antônio Ferreira Canabarro, cujo nome, mais tarde, incorporaria ao seu.

Foi nessa situação que o encontraram, ou melhor, o surpreenderam os acontecimentos de 20 de setembro. Vivia completamente arreado das complicações da política. Nada sabia, ou sabia mal, do que se passava em seu derredor. Ao começo da revolução, deixou-se ficar inativo. Não compreendia aquele caos. Afinal, por que se fizera a revolução? Para depor o presidente da província como diziam uns? Para derrubar o trono, como queriam outros? Para separar o Rio Grande da comunhão brasileira, conforme assoalhavam muitos? Para essa última hipótese, não contassem com ele. Decididamente contrário à ideia seccionista em si mesma, só admitia a separação como meio para conseguir a autonomia das províncias. E foi quando o rumo dos acontecimentos começou a clarear que ele se decidiu a cingir a espada como combatente voluntário e incorporar-se ao movimento.

Desde a primeira hora, tiveram os caramurus e os farrapos a sensação de que um novo valor militar surgira nos campos de operações. O seu heroísmo na *Cerca de Pedra*, logo depois a derrota que infligia a Silva Tavares, feito prisioneiro por ele no combate de Arroio Grande, e uma série ininterrupta de façanhas lhe permitem percorrer com excepcional velocidade a escala das promoções.

Homem de caráter severo, valente como poucos, discreto, perspicaz, resistia às mais duras provas morais e as maiores fadigas físicas. Não gastava inutilmente as palavras. Calado, prudente, positivo de maneiras,

tinha um olhar todo seu, que se escoava através das pálpebras semicerradas. Nunca se deixava levar pelos primeiros impulsos. “É preciso ouvir as duas partes”, ponderava. “Falava português pelo dicionário rio-grandense”, diz um contemporâneo que de perto lhe acompanhou a vida. Taciturno, às vezes ríspido, quase sempre desconfiado, faltava-lhe, sem dúvida, aquela poderosa irradiação de simpatia, tão viva e irresistível em Bento Gonçalves e Neto. Não se notabilizaria como ídolo de multidões. Mas inspirava confiança pela franqueza, pela lealdade, pela desambição. Forjara o seu destino pelos seus próprios esforços. Era um homem.

Decidida a expedição, receberam ordem de incorporar-se a ela o major Joaquim Teixeira Nunes e a capitão-tenente José Garibaldi. Teixeira faria a vanguarda das tropas; comandaria Garibaldi o ataque por mar. “*Si meditò las spedizione nella provincia di Santa Catarina, ed io fui chiamato a parte di quella.*”

Apontam as *Memórias* as dificuldades do projeto. Como sair da lagoa, guardada a sua embocadura pelos imperiais? Garibaldi aborrecia os impossíveis. E agora, como em outras ocasiões, só tinha um pensamento: afastar-se dos lugares onde vivia, pela necessidade de evadir-se das suas próprias preocupações. A vida às margens do Camaquã já lhe parecia intolerável. Era mister que ele saísse dali, de qualquer maneira.

Quando lhe requererem o aviso sobre o ataque naval à Laguna, rejubilou. Não se preocupassem os chefes com as peripécias da empresa. Dos barcos que a República possuía, dois poderiam continuar operando na lagoa sob as ordens de Zeferino Dutra, excelente marinheiro, em quem punha toda a confiança. Ele e o seu *inseparabile Grigg* se encarregariam de levar ao Atlântico os outros lanchões. Para tanto, requisitaria apenas algumas rodas e juntas de bois. Quando Canabarro chegasse, já as encontraria à sua espera para o assalto à cidade.

## TERCEIRA PARTE

.....

## Capítulo I

### A TRAVESSIA DOS LANCHÕES

**A**PENAS REPOSTO no comando das forças navais, assentou Grenfell desalojar os revolucionários do Itapuã e acabar de vez com o que enfaticamente se chamava “a esquadra da República”. A primeira dessas empresas não lhe podia oferecer dificuldades. Quando menores os recursos da legalidade e as posições dos insurgentes bem mais fortes no promontório setentrional da lagoa, ele os varrera de lá a canhoneiras e fuzilaria. Quanto aos lanchões de Garibaldi, porém, um ano de experiência demonstrara a impossibilidade de alcançá-los em águas abertas. Aqueles *damned pirates* conheciam o ofício e não se deixavam caçar como ratos. Para acabar com eles só havia um meio: arrasar-lhes o próprio ninho. Contentara-se Mariath, grande forjador de projetos, com vigiar à distância as costas do Camaquã, pois que não dispunha de navios apropriados para aventurar-se entre os baixios. E os corsários, burlando-lhe sistematicamente a vigilância, estavam dando por terra com o prestígio da divisão naval do Império.

Não se enganava o fleumático almirante quanto à facilidade com que a ponta do Itapuã voltaria a cair-lhe nas mãos. Presentidos pelos insurgentes os preparativos do inglês, abandonaram a posição e, valendo-se das trevas da noite, embarcaram num dos navios que os custodiavam.

Greenfell saiu-lhe no encalço. Mas eles, como sempre, lograram fugir à perseguição, sumindo-se nos meandros da costa, onde encontravam, em tais circunstâncias, a sua melhor defesa.

Na margem oriental da lagoa, num fundo de saco chamado da Roça Velha, não muito acima do Itapuã, desemboca o pequeno rio Capivari, cujas cabeceiras se encontram numas águas de pouco fundo que circundam os contrafortes meridionais da serra Geral. Sua barra, obstruída de prolongados bancos, é como a do Camaquã, coberta de cerrada mata. Foi nessas paragens de difícil acesso que se embrenharam os corsários, perseguidos de perto pelas embarcações legalistas. “Da meia-noite para o dia 29”, informava Greenfell ao presidente da província, “os rebeldes abandonaram as suas posições do Itapuã e Ponta do Junco, podendo, protegidos por espessa cerração, retirar um lanchão que tinham amarrado debaixo de suas baterias. Segui atrás deles na barca a vapor *Cassiopeia*, examinando com cuidado toda a costa do Capivari, lugar onde, constava-me, os outros lanchões inimigos estavam reunidos. Achei, com efeito, um pequeno arroio, onde eles se achavam escondidos, sem contudo os poder ver da minha baleeira; e estando o mato ocupado por infantaria inimiga, vi que nada se podia fazer sem força de terra. Mandei o primeiro-tenente José Ricardo Coelho de Abreu com quatro canhoneiras para os bloquear e voltei a Porto Alegre a fim de consultar o general; e de acordo com ele, aguarde uma força daqui para destruir de uma vez esses piratas.”



*Foz do rio Capivari, local do embarque em carreta dos lanchões de Garibaldi.  
Fundação P. do Couto e Silva. (detalhe)*

Apenas preparada a expedição – quatro pequenas canhoneiras com reforçado armamento e o vapor *Águia* conduzindo duzentos homens de infantaria – Greenfell rumou para Camaquã. Ia primeiro destruir a base dos corsários. Os “engarrafados” no Capivari ficavam para depois.



*Foz do rio Capivari, local do embarque em carreta dos lanchões de Garibaldi.  
Fundação P. do Couto e Silva. (detalhe)*

Completamente desguarnecido o delta, pôde com todas as cautelas preparar o assalto. Não permitia a correnteza que as canhoneiras subissem o rio. Deixou-as fundeadas na embocadura, com o *Águia*. E embarcando em lanchas e escaleres os marinheiros mais robustos e cinquenta soldados, adentrou-se nas sinuosas águas em procura do inimigo. “Dois dias e meio trabalharam alternadamente a remos e a espiã”, e vencendo numerosos obstáculos chegaram finalmente a lagoa Formosa, “onde os rebeldes tinham ocultado suas embarcações, oito léguas distante da barra”.

Surpreendido com a súbita aparição de tão forte contingente, tentou Zeferino Dutra, no primeiro instante, oferecer alguma resistência. Mas para animar aqueles homens, para infundir-lhes confiança com os multiformes recursos da sua tática, para eletrizá-los com os exemplos da sua bravura, faltava Garibaldi. Sob as ordens suas faziam milagres. Pareciam autômatos que a vontade poderosa do chefe manejasse com um simples olhar. Longe

dele, faltava-lhes todo o espírito de iniciativa. Atarantados, confundidos, não sabiam como agir. Procurava em vão Zeferino conclamá-los a uma defesa em regra. Mas, trocados os primeiros tiros, deram tudo por perdido e embrenharam-se nas florestas, tão logo viram os caçadores saltar dos batelões. Quando a *razzia* dos legalistas já estava terminada com a ocupação dos barcos, apareceram “algumas partidas de cavalaria que nada fizeram e se contentaram em observar”, enquanto Greenfell retirava de um vizinho capão mastros, correames, ferramentas, todo improvisado arsenal da esquadrilha. “Nesse mesmo dia desceu a expedição, sem ser molestada, para junto das canhoneiras.” A tropa auxiliar voltou para Porto Alegre; as canhoneiras seguiram para o Rio Grande com a notícia de que Greenfell “tomara ao inimigo cinco lanchas e dois iates, reduzira a cinzas o madeirame de um brigue e outras embarcações, matara sete “carcamanos” e aprisionara dois, sem novidade alguma”. E ainda de bordo do *Águia*, o comandante das forças navais comunicava ao ministro da Marinha o feliz resultado da expedição. “Julgo que esta notícia”, dizia, “será muito agradável a V. Exa. e ao comércio desta província, por tanto tempo incomodado por estes piratas.”

\*

Enquanto os legalistas, mantendo guarda à barra do Capivari, supunham questão de dias a rendição das unidades rebeldes ali refugiadas, aprestava-se Garibaldi para o lance culminante das suas proezas de corsário. Punha Greenfell especialíssimo cuidado na prisão do audacioso chefe da esquadrilha. A vitória da lagoa Formosa, bem o sabia, não fora completa, pois que entre os mortos, e os capturados não se encontrava o animador dos piratas. Com muita astúcia referiam-se suas informações à morte de vários “carcamanos”. Quem quisesse poderia concluir estivesse Garibaldi no seu número. Mas ele não ignorava que o comandante dos lanchões subira o Capivari. Fazia-se mister uma nova expedição por terra e por água para batê-lo. E foi a Porto Alegre preparar-se para a empresa, enquanto as canhoneiras do tenente Abreu, cautelosas, guardavam os acessos à enseada da Roça Velha. Garibaldi, a quem os legalistas imaginavam ansioso por voltar à lagoa, remontou aquelas águas – que têm de profundidade máxima quatro metros e meio e de largura menos do que isso – até onde o permitia o reduzido calado dos lanchões. Pôde subir, assim, duas léguas acima da

foz. Encontrada uma paragem favorável, por detrás de uma curva do rio, fez alto na avançada. E mandou cortar bastas folhagens para recobrir os mastros, que pareceriam, à distância, grandes árvores cujos portes se elevassem acima do nível das matarias adjacentes.



*Foz do rio Capivari, local do embarque em carreta dos lanchões de Garibaldi. Fundação P. do Couto e Silva (vista panorâmica).*

Antes de iniciar a marcha em direção à Laguna, havia Canabarro descido a Mostardas para examinar por onde mais favorável a travessia dos lanchões. Chegara até Tramandaí. Lá ordenara que se mandasse ao Capivari toda a cordoalha sobranete dos salvados do *Tentador*. E tomou rigorosas providências no sentido de assegurar o êxito do projetado empreendimento. Interceptou as comunicações em direção a São José do Norte. Ninguém devia chegar nem sair das trincheiras que rapidamente se abriam ao sul e a oeste do povoado. Requisitou o gado disponível na região para escolher duzentos bois, no mínimo, em condições de serem aproveitados em



serviços de tração, os quais deveriam estar prontos para seguir, a qualquer momento, em rumo ignorado dos habitantes das redondezas. Ordenou que se preparasse com toda a urgência a guarda nacional, servida de montarias em quantidade suficiente para que cada praça levasse consigo três cavalos. Postas em prática essas medidas e numerosas precauções de menor alcance, foi ele próprio ao lugar em que se encontravam os lanchões, a fim de instruir Garibaldi das observações que fizera e auxiliá-lo no gizamento da rota a seguir entre o Capivari e a lagoa de Tomás José.

Mais de cinquenta milhas medeiam entre esses dois pontos. A planície “muito uniforme e coberta de uma relva rasa” mostra-se interminável para as bandas do sul, limitada ao norte pelos últimos contrafortes da Serra Geral. O terreno é baixo e alagadiço. De distância em distância, algumas sombras de árvores, pitangueiras, butiás, aroeiras. Seria esta, na época, uma das regiões mais atrasadas da província, apesar da sua proximidade da capital e da circunstância de requerer a pecuária, ali, apenas um mínimo de cuidados. Deixavam-se os gados à lei da natureza, nos campos, em completa liberdade. Nem se preocupavam os criadores em dar-lhes sal, pois que as pastagens se apresentam salgadas pela proximidade do mar. Consistia seu único trabalho “em acostumar os animais a ver os homens e a entender seus gritos, a fim de que não ficassem completamente selvagens”. Havia ainda, nessas paragens, quantidade de gados alçados, sobrevivência da Real Fazenda do Bojuru, fundada cem anos antes por Silva Pais, que ali mandou soltar cerca de duas mil vacas e fundou o posto militar de Tramandaí, a fim de obstar a deserção dos soldados do presídio de São Pedro para a Laguna e a ilha de Santa Catarina. Terras trilhadas pelos passos dos pioneiros da civilização no Rio Grande, os Britos Peixoto, os Domingos de Filgueira, os Cristóvão Pereira, os Sousas Faria, os Gonçalves de Aguiar, elas iam ser teatro, agora, de uma façanha nunca superada pelo arrojo e pela energia dos homens, em nenhuma parte do mundo.

Como empreendimento semelhante ao que preparavam os farrapos nos campos da costa rio-grandense, recorda a história antiga o que fez Antônio, depois da batalha de Actium. E em tempos mais próximos, no século XV, o que praticou o sultão Mohamed II, quando fez transportar suas naves de Coregia ao Bósforo, numa extensão de dez milhas, através dos vales de Delma-Bagdê. Mas não há termo de comparação entre

as possibilidades ao alcance de um e de outro e os recursos mais do que primitivos com que tiveram de haver-se os marinheiros da República.

Também nas margens setentrionais do Prata, conta Bauzá na sua *Historia de la dominación española*, os orientais, premidos por idêntica necessidade, transportaram suas diminutas embarcações por terra, a fim de se livrarem da vigilância do inimigo. E mais tarde, ainda no Uruguai dois corsários a serviço da Confederação, Fournier e Soriano, encheram de pasmo as populações da campanha transferindo em carretas suas embarcações da costa de Maldonado às águas da lagoa Mirim, para fugirem ao bloqueio dos cruzadores do Império. Mas tratava-se, num e noutro caso, de reduzi-díssimos lenhos, “tipo balandra ou *cutter*, ao passo que dos navios de Garibaldi, ambos do molde escuro, o *Farroupilha*, nave capitânea, arqueava dezoito toneladas e o *Seival* doze, armados um e outro de quatro canhões de bronze, com setenta homens de tripulação e combate”.

Apresentava-se a empresa, em verdade, novelesca na concepção, revestida das mais transcendentais dificuldades técnicas, de enorme alcance na sua aventureira execução. Concebida pela audácia de Garibaldi, ela teve para realizá-la o valor quase sobre-humano de algumas dezenas de homens, que não se arreariariam dos maiores sacrifícios, desde que deles pudesse decorrer alguma vantagem para a ideia coletiva de que todos estavam possuídos. Causa admiração, sobretudo, que nada do empreendimento houvesse transpirado nos arraiais dos legalistas. É de imaginar-se o espanto dos homens simples do campo, testemunhas daquelas cenas de energia e coragem, a que estariam dispostos a prestar seus auxílios valiosos e desinteressados, como “vaqueanos” do terreno, conhecedores dos seus menores acidentes. Comprovação, ainda, tal sigilo, da perfeita identidade de sentimentos existentes entre a causa da República e as populações do interior, sem a qual a revolução, falha desde os primeiros momentos dos indispensáveis recursos de ação, não poderia ter enfrentado, durante dez anos, as armas do Império.

\*

Sem perda de tempo, mais confiado do que nunca no êxito dos seus esforços, atirou-se Garibaldi à realização do plano, que obtivera a aprovação do governo, do comando do exército e de Canabarro. Encostados os lanchões à terra, começou por descarregá-los das peças de artilharia

e demais armamentos, das munições de boca, de tudo, enfim, que pudesse aliviar-lhes o peso. Os canhões foram colocados sobre carretas de maior solidez, e em viaturas comuns a outra carga.

Enquanto parte do pessoal se entregava, dias consecutivos a essa faina pesada e áspera, outros lotes de trabalhadores, munidos de machados e facões, abatiam as árvores e “roçavam” mataria das margens. Na picada, larga de muitos metros, construiu-se depois, nivelando-o com a ribanceira do rio, um extenso plano inclinado, pelo qual seriam levadas à água as pesadas rodas que se estavam construindo em fazenda próxima, sob as vistas do hábil mestre carpinteiro Joaquim de Abreu. Eram doze as rodas, enormes e possantes, seis para o transporte de cada uma das embarcações, discos maciços de resistentes madeiras constringidas em aros de ferro. Grossas vigas ligavam as rodas aos pares.

Vários dias foram gastos nessa construção. Simultaneamente, avançavam os trabalhos da pesada carpintaria e dos improvisados engenheiros ocupados no nivelamento do terreno. Garibaldi estava em toda parte, ordenando, ajudando, corrigindo. Pesava-lhe a convicção da quase completa inutilidade dos seus esforços, até então, à testa da irrisória força naval dos revolucionários. Por certo mais não fizera porque se vira sempre desajudado dos mais imprescindíveis recursos materiais. Mas, de qualquer maneira, ele também se enganara sobre as possibilidades práticas do curso nas águas da lagoa. Gastara doze longos meses quase inutilmente naquelas loucas correrias, tão cheias de perigos quanto destituídas de vantagens reais.

Terminada ao cabo de dias a construção das rodas, algumas juntas de bois arrastaram-nas à picada. E daí foram transferidas com cuidados maiores para junto do rio e mergulhadas nas águas, por maneira que as quilhas dos lanchões pudessem ser postas sobre as suas vigas. Seria essa, por certo, a parte mais difícil da empresa. Alguns botes tocados a remo e numerosos nadadores, afrontando as águas gélidas do Capivari, gastaram horas a fio no trabalho, que se diria impossível, de sotopor as enormes rodas aos cascos dos navios. Nunca haviam parecido àqueles rudes trabalhadores tão desmesuradamente grandes, tão incrivelmente pesados aqueles lanchões. Várias vezes malogrados os esforços, outras tantas houveram os trabalhos de ser retomados, até que se conseguiu colocar o lanchão maior, o *Farroupilha*, sobre os três pares de rodas. Em seguida, foram ajustados

sob as quilhas, de três a três, os grossos eixos da carreta, cuja construção se terminava assim debaixo d'água. E depois amarrou-se a essas vigas, com grossos cabos, o casco do navio.

Vozes de entusiasmo celebram o resultado final de tanta pertinácia. Agora, trata-se de jungir ao engenho os bois, que rapidamente se encangam. Em poucos minutos estão atrelados dezesseis possantes juntas. Chega, enfim, o momento de pôr à prova definitiva a viabilidade do plano.

De cada lado das juntas postam-se cavaleiros e gente a pé, armados de aguilhadas. Tudo pronto para a arrancada, a um sinal do chefe os gritos usados na campanha para despertar e pôr em movimento os bois de carga atroam os ares. As aguilhadas cravam-se, impiedosas, nos flancos dos animais. Dir-se-ia que o esforço dos homens fosse, em tudo, correspondente ao dos bois, senão maior ainda. A boiada, espavorida com a gritaria e fustigada pelas pontas das hastes manejadas com destreza, dá um arranco, estaca, movimenta-se de novo, num supremo esforço para safar-se dali. O madeirame dos eixos e das traves estala. Entesa-se a cordoalha. Mais um arranque, e a tensão excede à capacidade de resistência. Quase simultaneamente, rompem-se diversos cabos. Com o violento desequilíbrio, o lanchão oscila e por momentos parece que vai tombar sobre o lado em que é mais acentuado o declive. Mas, por sorte, as rodas afundam no lodo da praia. E a inércia produz a estabilidade daquele conjunto fantástico, que esteve a pique de soçobrar por completo.

O desapontamento do malogro dura apenas alguns instantes. A energia de Garibaldi é, nestas horas, uma chama. Ele vai examinar o estado das rodas, dos eixos, dos cabos que cingem o lanchão. Discute com os seus homens a causa do acidente e mostra-lhes a maneira pela qual o serviço deve ser retomado de imediato. É preciso colocar as rodas de modo que elas se mantenham em harmonia "*col centro di gravità*". Mais de vinte e quatro horas são necessárias para desencravar as rodas, refazer com moirões, galharia e folhagens o plano inclinado, e para reparar e reforçar a cordoalha rota.

No dia seguinte, pela tarde, recomeçam com maiores cautelas os trabalhos de tração. Desta vez, cuidadosamente observadas as experiências da véspera, consegue-se arrancar das águas a carreta. Enorme é o júbilo de quantos tomam parte no empreendimento. Gritos de alegria ressoam

pelos campos e pelos matos rasteiros do Capivari. Entre todos, Garibaldi é o mais tranquilo. Louva o esforço de uns, a perícia de outros. Manda que a carreta avance até o meio da picada. Sem perda de tempo, conclama a tripulação e os trabalhadores voluntários para levarem ao rio o outro jogo de rodas, sobre o qual há de fixar-se o segundo lanchão. E com menor dificuldade do que o primeiro consegue-se também trazer à terra o *Seival*, menos pesado do que o *Farroupilha*.

Começa, logo em seguida, a marcha através dos campos úmidos, em grandes trechos completamente submergidos. As chuvas desse inverno estavam sendo excepcionalmente abundantes. Os carreiros das estradas melhores eram, em longas extensões, canaletes d'água. De hora em hora, de momento a momento, o comboio estacava. E os homens da tripulação, improvisados sapadores, armados de pás e enxadas, atiravam-se à reparação dos caminhos abrindo vales, entulhando atoleiros, construindo pontilhões. Piquetes corriam os campos em todas as direções, perquirindo os horizontes, observando as andanças dos moradores da região. Outros cuidavam da boiada, por maneira que sempre houvesse um excesso de animais descansados, em condições de jungidos às cangas.

Os dias vão passando. Penosamente, mas cercado de toda a segurança, o comboio avança. A pouco e pouco, o terreno se torna mais arenoso. Ao longe, rumo de leste, já se divisa a linha esbranquiçada dos cômoros e se ouve, como um soturno trovão longínquo, a arrebentação das ondas. Mais um sol, e a marcha terá chegado ao termo depois de oferecido, durante seis dias, tão inesperado quanto *“curioso spettacolo ai pochi abittatori di quella contrade”*.

O metódico, o sistemático Greefell continuava entrementes a preparar-se, com aquela sua maneira conscienciosa e minudente, para levar o assalto definitivo aos piratas refugiados no Capivari. E para evitar que lhe fugissem, permaneciam as conhoneiras do tenente Abreu em cuidadosa vigilância sobre os canais de acesso à barra impraticável do rio.

Do Mampituba para baixo, até à barra do Tramandaí, estende-se entre o oceano e as abas da serra Geral uma série de pequenas estreitas lagoas, quase todas ligadas entre si por sangradouros de pouco fundo. As duas do extremo meridional misturam as águas por um canal dessa espécie: e uma delas, a de Tomás José, comunica com o mar pelo rio Tramandaí, o

“Tramandabum” do roteiro de Figueira. Estende-se a lagoa de norte a sul, paralelamente ao oceano. Suas águas quase paradas cavaram, com milenares preguiças, aquele desaguadouro marítimo, sempre considerado impróprio à navegação por quantos lhe estudaram o fugitivo leito. Tão pouco aparente é essa barra que muitos navegantes, descobridores e cartógrafos passaram por ela sem dar fé da sua existência. Vasconcelos parece constituir entre eles uma exceção. Descrevendo a costa meridional do Brasil, depois de referir-se à Laguna, passa ele ao “rio de Martim Afonso”, pelos 30°, o qual, segundo Nicolau Dreys, deve ser o Tramandaí, então provavelmente mais considerável. Anotou Saint-Hilaire que é difícil encontrar-se outro lugar tão triste. “Miseráveis e mal cercadas palhoças à margem do rio. Por todos os lados se percebe apenas areia pura, da qual o vento faz levantar nuvens de pó, emprestando à natureza a imagem da mais perfeita esterilidade e miséria.” Os ventos sopram constantemente nessas regiões, e os do mês de julho, quando ali fez alto a expedição de Garibaldi, são sempre violentos e frios. Quando vêm de leste, em vez de desaguar a lagoa no oceano é o oceano que atira suas ondas encapeladas para dentro do canal. As águas dessa lagoa, como das demais, são doces; mas as do sangradouro são salgadas.

Seis meses antes, possivelmente a instâncias de Garibaldi, mandara o governo da República examinar por uma comissão de entendidos a aproveitabilidade dessa barra. Mas os técnicos tinham sido de unânime opinião que aquele filete fugidio, com menos de quatro palmos de fundo, seria sempre completamente impraticável. Confirmavam destarte os avisos uniformes de quantos anteriormente haviam feito ali idênticos estudos. Essa era, mesmo, a “esparcelada costa sem abrigo em surgidouro”, descrita por Fernandes Pinheiro; “a pouco amorosa *linha de praia*, limpa completamente de enseada ou ilha, e que “não dá o menor abrigo aos navegantes”, a que se referira Pizarro.

Outro bem diverso fora, porém, o parecer de Canabarro, quando por lá se deteve a observá-la com as suas vistas perspicazes e a inquirir os habitantes do local. Entendeu o cabo de guerra de seu dever chamar a atenção do governo sobre a barra do Tramandaí. “Sua vantagem é clara a todas as luzes, especialmente para circunstâncias presentes. O trabalho de conservá-la e de ter um estabelecimento de guia aos que a demandarem não nos deve desanimar. Agora, que faltam águas do interior, ela apresenta

quatro palmos de fundo e três de meio na arrebentação do baixio; devemos entender que, havendo abundância d'água e trabalho que faculte sua corrente, tornando-a mais veloz e que aprofunde o canal, conseguir-se-ão oito a nove palmos, pelo menos cinco a sete, na barra.” Tivera essas informações de “pessoas experientes do lugar”. Além das vantagens apontadas, outras havia: a facilidade que oferece a região ao corte e preparo de madeira para a construção naval, abundante sobre a costa da serra que beira as lagoas. Não o impressionava o parecer dos técnicos, completamente contrário ao seu modo de ver. A comissão se limitara apenas a examinar o estado atual da barra, não cogitara “dos melhoramentos de que ela é suscetível”. Sob as vistas do próprio Canabarro, iriam agora confirmar-se ou não essas previsões.

Chegada a expedição à beira da lagoa, construíram-se pesadas pranchas sobre as quais os lanchões deslizaram à água sem maiores dificuldades. Deitaram ferros não longe da praia. E em batelões e lanchas, foram conduzidas para bordo as peças de artilharia, munições de guerra e de boca, tudo quanto fosse de mister e pudesse ali obter-se para a perigosa travessia. Dois dias se gastaram nesses preparativos. Depois transferiram-se os navios para a entrada do canal, à espera de condições favoráveis que lhes permitissem tentar a surtida. Soprava rijo o vento sul. O mar, agitado como sempre, parecia querer tragar a terra, tal a sua fúria. À tarde do segundo dia, ultrapassou a maré a altura calculada. Mas o tempo continuava prenunciando tempestade. Dentro em pouco, desabaria o pampeiro. Durante a noite toda, “relâmpagos riscavam o horizonte carregado de nuvens”. Contudo, não seria possível retardar por dias ainda a prova suprema. Ademais, as condições do tempo não se modificariam sensivelmente para melhor, nessa quadra do ano. No outro dia, às primeiras horas da tarde, deu Garibaldi ordem de suspender âncoras. E os dois lanchões, desfraldando a bandeira da República, abriram as velas à tempestade e afrontaram a procelosa arrebentação do mar.

\*

A Canabarro, que acompanhava da praia as peripécias da surtida, parecia que tudo houvesse corrido em ordem, sem novidade alguma. Na realidade, porém, à saída da barra estiveram os navios a ponto de naufragar. As ondas avançavam furiosas contra os pequenos barcos, cujos cascos a todo

momento batiam no fundo do canal. Os práticos operaram prodígios de destreza. Afinal, ao cair da noite, conseguiram transpor a barra. Já fora da arrebentação, fizeram pequena pausa. O *Seival*, comandado por John Griggs, tomou a dianteira. Nas suas águas tratou de seguir o *Farroupilha*, cujo comando fora confiado a Eduardo Matru, e que levava a bordo Garibaldi como chefe da expedição. No mesmo navio, no posto de imediato, ia Luigi Carniglia, e quatro italianos mais, entre eles Luigi Staderini.

“Desde o Tramandaí, mostrava-se o vento ameaçador, soprando com violência até que a pouco e pouco, se transmudou em desabalada procela.” Vinha de sueste: era o “carpinteiro da praia”. Imensos vagalhões limitavam o horizonte. O *Farroupilha* navegava a pouca distância de terra. Esse vento, anotara Dreys, “pequena possibilidade deixa de fugir às embarcações que apanha de improviso na vizinhança da costa, a não serem elas extraordinariamente boas de bolina”. Aproximava-se o navio do ponto de máximo perigo, pelos 30° e 40’ de latitude. Estava à altura da foz do Araranguá. “Nessa posição, o sinistro é quase inevitável.”

Percebeu Garibaldi a impossibilidade, com tal vento de fazer-se mais ao largo. As ondas se abatiam com estrondo sobre o convés, varrendo-o de ponta a ponta e ameaçando submergir o navio, que ia sobrecarregado com o peso das peças e de muitos utensílios. Dos trinta homens da tripulação, grande parte vencida pelo enjoo estava completamente inutilizada para qualquer trabalho. Os outros, apavorados, não sabiam o que fazer. Persistir nessa situação equivalia a um naufrágio certo. Em desespero de causa, só havia um recurso a ser tentado: transpor a barra do Araranguá. Quando mesmo não se evitasse a sinistro, talvez fosse possível salvar-se a tripulação. Foi o que resolveu Garibaldi: “*La pericolosa situazione fece concepire la determinazione d’avvicinare la costa ed approdaria comunque fosse*”.

Carniglia está ao leme, de mãos firmes, tratando de executar à risca as ordens que o chefe lhe grita por entre o uivar da procela e o baque surdo dos vagalhões. Rápido, sobe Garibaldi à parte mais elevada do mastro de traquete, de onde espera orientar melhor as manobras. A tempestade está chegando ao auge. Ruge o oceano, o vento uiva, coriscos cortam as nuvens. E nesse preciso instante, uma onda descomunal se abate sobre o navio que cai vertiginosamente sobre estibordo, e arremesa Garibaldi a uma distância de trinta pés. Era o naufrágio. Gritos de angústia ferem-lhe



os ouvidos. Bom nadador, não se desconcerta. Sabe, ademais, que a costa é próxima. Não pensa na morte, pensa na salvação dos companheiros; e começa a reunir a esmo os objetos que possam servir de salva-vidas aos menos destros. Nadando, trata de empurrá-los na direção do barco, que começa a afundar. Clama aos homens ficados a bordo que se atirem ao mar e diligenciem por chegar àqueles caixões e pedaços de madeira. E agarrado ele mesmo a uma tábua, chama, desesperadamente, pelos amigos:

– Carniglia! Matru! Staderini!...

O primeiro que encontra é Matru, de mãos presas a uma enxárcia. Impele-o a uma porta de estiva, que flutuava nas imediações, e brada-lhe que não a largue de nenhum modo Carniglia, que para proteger-se do frio vestira um pesado casacão de calmuque, está completamente privado de movimentos. Vê Garibaldi que ele faz sinais para que lhe acuda. A rápidas braçadas consegue alcançá-lo; e lembrando-se de que tinha consigo uma faixa de bolso, começa com seguros golpes a romper-lhe a vestimenta, quando um formidável vagalhão, *un maroso, con orrendo fracasso*, rebenta sobre os poucos palmos de popa que ainda se conservavam fora d'água e arrebatada o navio com quantos homens permaneciam a bordo. Garibaldi, preso no redemoinho, é arrastado ao fundo com a rapidez de um projétil. Quando, aturdido pelo golpe e sufocado pelas ondas, consegue voltar à tona, o infeliz Carniglia, o amigo fraternal, o dedicado companheiro que lhe salvara a vida no rio da Prata, havia desaparecido para sempre. Dá, então, com alguns homens que fazem esforços por ganhar a terra. E quase exausto, trata por sua vez de nadar em direção a costa, *“per salvar la pelle”*.

Mal havia posto os pés na praia, vê Matru já perto de terra, mas baldo completamente de forças. As ondas lhe haviam arrebatado as tábuas salvadoras. Garibaldi atira-se de novo ao mar, para socorrê-lo com o pedaço de madeira em que ele próprio conseguira salvar-se. Já estava quase a alcançá-lo, quando uma vaga monstruosa os toma no seu vértice. Submergem ambos. Tornando à superfície, chama pelo amigo. *“Chiamai disperatamente, ma invano!”* Também este outro companheiro de infância havia desaparecido. Retorna penosamente à praia. Grita por Procópio, pelo negro Rafael, homens de valor e fidelidade a toda prova. Chama-os com extremo desespero, mas em vão. Enorme angústia apodera-se dele. Naquela praia inóspita e sobre-humanamente triste, tem pela primeira vez na

vida, a sensação inteira do abandono. Põe-se a andar a esmo, como louco. Poucos passos caminhados, descobre um vulto humano. Aproxima-se. É o catalão Manoel Rodriguez. À pequena distância, atirados a terra, vê mais alguns homens. Estão tiritando de frio, já meio desfalecidos.

– Deu à costa ali o barril de aguardente. Vamos tratar de abri-lo para socorrer esses pobres– diz a Rodriguez.

Mas também eles estão vizinhos do enregelamento. Enquanto procuram, sem resultado, levar a cabo a seu propósito, uma rajada de frio mais intenso os envolve. Instintivamente, largam o barril e põem-se a correr. Correm, correm maquinalmente ao longo da costa, em direção do meio dia. Encorajam-se reciprocamente, para correrem ainda mais. Frias nuvens de areia fustigam-lhes o rosto. Correm, mas parece que os passos não progredem, tal o ímpeto do vento que continua a soprar das bandas do sul.

Ao cabo de algumas horas, chegaram à margem de um rio, o Araranguá, cujas águas, perto da embocadura, se espreguiçam em grande trecho quase paralelamente ao mar. Continuaram caminhando ao longo dessa corrente. O chão, ali, se fazia mais acidentado. Pequenas sangas, plantas rasteiras, tocos de árvores dificultavam-lhes os passos. Completamente exaustos, só tinham uma ideia: andar, afastar-se daqueles sítios tão lúgubres, tão tristes, que lhe pareciam a verdadeira mansão da morte. De quando em quando, um deles caía. Acudia-lhe o outro. E trôpegos, recomçavam a marcha.

Quando já haviam andado cerca de quatro milhas, viram uma luz fracamente coada entre sombras de árvores. Uma casa, por certo. Era preciso alcançá-la, à custa dos últimos esforços de que ainda seriam capazes. Mas, se fossem inimigos? Ainda assim, ainda que ali os esperasse a prisão, buscariam a qualquer preço o contato de seres humanos. Atravessando um mato de árvores ralas e baixas, entraram num pequeno campestre. Estavam em frente ao rancho. Chamaram à maneira da terra:

– Ó de casa!

Atendeu-os um homem de meia-idade, caboclo rude, de feições enérgicas. Que se aproximassem. Tomou a palavra Garibaldi para explicar a situação em que se encontravam. Não omitiu, de propósito, sua qualidade de revolucionário. Levou-os o matuto para dentro da choupana, habitada por ele, pela mulher e um filho. Ouvira com interesse a consternação

do naufrágio. Por seguro, devia ser aquele homem simpático à revolução. Aliás, toda a parte meridional de Santa Catarina já estava de fato sublevada com a simples notícia da aproximação das forças rio-grandenses. Em lugar de inimigos, encontravam os náufragos aliados; e longe de combatidos, viram postos à postos à sua disposição todos os auxílios de que dispunha aquela pobre gente.

Passaram a noite no rancho. No dia seguinte, Balduino – esse o nome do habitante da choupana – o capitão Balduino ofereceu-lhes os cavalos que fora possível encontrar. E sem perda de tempo, guiados por ele, puseram-se a caminho rumo do noroeste, para alcançar a vanguarda de Teixeira Nunes, que se dirigia em marchas forçadas sobre a Laguna, esperando surpreendê-la.

.....

## Capítulo II

### A TOMADA DA LAGUNA

**N**ÃO APENAS PELA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA, excêntrica, perdida no deserto, mas ainda pelas próprias razões políticas da sua fundação, estava a Laguna destinada, desde os primeiros dias, a olhar para o sul. Centenas de léguas se interpunham entre o esquecido povoado e a vila de Santos. Dir-se-ia que fosse ali o fim do Brasil. Para diante, rumo do meio-dia, era a aventura, o desconhecido, a conquista.

A fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, impusera aos portugueses o estabelecimento desse ponto de comunicações e de socorro, a meia rota entre São Vicente e o Rio da Prata. Tivera por fim a criação da Colônia determinar o meridiano de Tordesilhas nas possessões das duas metrópoles. Mas, enquanto subsistissem dúvidas a respeito da repartição das terras gizadas na célebre convenção, aquele posto militar, dilatando ao máximo possível a fronteira portuguesa, firmaria o *uti possidetis* em favor dos direitos de Sua Majestade Fidelíssima. O Continente de São Pedro, não sendo ainda domínio reconhecidamente lusitano, já tampouco formaria também parte incontestada do Vice-Reinado do Prata. Terra de ninguém, aberta pelo sul e pelo oeste às incursões espanholas, pelo mar e pelo norte à infiltração dos reinóis e dos bandeirantes, região divisória entre duas soberanias, ela pertenc-

ceria afinal ao mais audaz na luta, ao mais hábil nas discussões diplomáticas, ao mais resistente no afrontar as privações do deserto.

Inteiramente despovoado o território, mister se fazia explorá-lo, submeter o gentio, semear núcleos humanos nos campos ao longo do Atlântico. No começo do século XVIII determinava o governo do Rio de Janeiro a Francisco de Brito Peixoto, nomeado capitão-mor do recente povoado, que abrisse comunicações para o sul, entrasse em contato com os silvícolas e informasse sobre o estado daquelas terras. Começara, assim, o posto extremo da pacífica dominação portuguesa a cumprir a sua destinação política. Quase ignorada do norte, a Laguna abria os seus olhos para o sul. Foram rasgados caminhos através das florestas, estabeleceram-se invernadas, construíram-se choupanas. A ligação da Laguna com a Colônia do Sacramento dava início a incorporação brasileira do Rio Grande.

Quando Silva Pais entrou na barra de S. Pedro e fundou o forte de Jesus-Maria-José, já eram aquelas paragens conhecidas pelo roteiro de Domingos da Filgueira; já Bartolomeu Pais de Abreu obtivera licença para abrir uma estrada de S. Paulo até o Rio Grande, já Luís Pedroso Castanho se oferecera a rasgar uma picada naquelas terras, “que desse comodidade e bastasse ao sustento dos gados e cavalgadas”; já o sargento-mor Francisco de Sousa Faria ocupara o seu regimento em idênticos misteres, levados a cabo depois pelo pioneiro Cristóvão Pereira de Abreu. A penetração da Laguna precedia, assim, de muitos anos, a posse oficial do Rio Grande em contraposição às avançadas espanholas.

A partir dessa época, foi a gente da Laguna perdendo o contato direto com a Colônia. O seu comércio de gados, que aumentava de importância, fazia-se com o Continente de São Pedro. O presídio de Silva Pais florescia. As terras ao longo da costa eram doadas em vastas concessões, nas quais surgiam os primeiros estabelecimentos regulares destinados à exploração dos gados. Os habitantes da Laguna demandavam o sul. A estrada que os conduzia às terras do Rio Grande, caminho político de transcendente importância no delineamento das nossas fronteiras, deixava de ser, através dos anos, um trilho de esporádicos aventureiros. O seu leito, batido pelos cascos das tropas, deprimido pelo peso das rodas rechinantes das carretas, tornou-se estável, inalterado ponto de referência na doação das sesmarias, acidente regular das divisas de fazendas. Penetrada no Rio

Grande, ramificava-se em duas direções: uma, a antiga, continuava península em fora até o povoado de S. José do Norte; a outra apartava-se do tronco primitivo na altura das Pitangueiras, e atravessando os campos do Capivari, tomava terra adentro o rumo de Viamão. “Laguna, Rio Grande e Viamão eram centro que entre si mantinham constantes comunicações de defesa e comércio.”

\*

A revolução rio-grandense encontrou, desde os seus primórdios, eco de grande ressonância entre as populações do sul catarinense. Araújo Ribeiro, dirigindo-se às autoridades vizinhas, denunciava que entre “os gigantescos planos” dos farrapos, se contava o propósito “de anarquizar e conquistar Santa Catarina”. E o presidente José Mariano, em proclamação aos habitantes da província, referia-se a esses propósitos de expansão revolucionária: “Em seu delírio atreve-se” a facção republicana a avançar “que já estais com ela para, unida com a do Rio Grande, formar uma nação independente”. Tomava em especial cuidado o presidente da província que a sua fala tivesse ampla distribuição “principalmente na Laguna”. Encontravam-se nessa vila numerosos refugiados do Rio Grande, simpáticos na sua maioria à revolução. E nas discussões sobre os motivos e as finalidades do movimento, não poucas vezes se faziam ouvir pregando abertamente a adesão à causa dos rebeldes. A Laguna tomava jeitos, assim, de uma antessala dos farrapos.

O governo do Desterro não poderia cruzar os braços em presença de tal estado de coisas. E procurou por todas as maneiras evitar o contágio da rebelião. Despachada foi para a fronteira do Mampituba uma força sob as ordens do coronel Marques Lisboa, com recomendação de não molestar por nenhuma forma os habitantes de Laguna. Mas reconhecendo “que a crise começava a se fazer sentir em Santa Catarina”, resolveu o presidente observar em pessoa o estado dos ânimos naquela vila. O que lhe foi dado notar, em vez de tranquilizá-lo, deu-lhe uma sensação mais exata do perigo, “pois pôde avaliar o sentir da população na sua maioria adepta dos princípios republicanos”.

Gozava a legalidade de pouquíssimo prestígio por aquelas bandas. O povo já não acreditava na palavra do governo. Soldados do extinto regimento de “barrigas-verdes”, à espera que lhes fossem pagos os soldos,

viviam da caridade pública. A administração, nas mínimas coisas, se desmoralizava. Às promessas da revolução, porém, quase toda gente dava crédito. O ambiente da política municipal concorria para aumentar as simpatias pelos insurgentes. O domínio dos França, potentados tradicionais, antigos arrematadores dos dízimos, era antipático à população. Os membros da malvista família distribuíam entre si e seus apaniguados todos os cargos de representação pública, os empregos mais rendosos.

Quando Francisco da Silva França, juiz de paz e tenente-coronel de milícias, recebeu a ordem de preparar um contingente de guardas nacionais que marchasse para a fronteira do Rio Grande, a população não atendeu à ordem militar, afixada em boletins. Os revolucionários mais exaltados percorriam as casas dos conhecidos, convencendo-os de que a chamada ao serviço não passava de um dos habituais estratagemas de França para exercer vindictas entre seus desafetos. Os oficiais de linha, por sua vez, fizeram sentir a Lisboa que as reduzidas praças do segundo corpo se recusavam a seguir para o sul. Com os soldos atrasados, não podiam deixar as famílias na miséria. Eles mesmos, os oficiais, acatariam a ordem, contanto lhes mandasse o governo abonar o dinheiro necessário à aquisição de fardamentos. Como estavam não poderiam ir à guerra. Recebeu com enorme surpresa o coronel a mal disfarçada negativa dos oficiais. Viu a sua autoridade abalada. Mas, baldo de meios para impor-se, transigiu.

Mostrava o penoso incidente quanto havia progredido a indisciplina no seio da tropa. Os manejos dos revolucionários triunfavam. Correu pela vila que os oficiais tramavam a deposição de Lisboa, a prisão do coletor das rendas nacionais – outro França, João Francisco de nome – e o assassinato do chefe político e tenente-coronel de milícias, Silva França, disposto à reação, indagou do comandante do segundo corpo se podia contar com a força de linha para conter os insubordinados. A resposta foi evasiva. Vendo que nada havia a fazer, irritado, o “mandão” retraiu-se, à espera dos acontecimentos. Nessa mesma noite, um republicano exaltado, João Tomás de Oliveira, chefiando numeroso grupo, foi postar-se à frente de sua casa, dizendo-se em altas vozes, “partidários de Bento Gonçalves, o pai dos pobres, e não de um ladrão, amigo de Bento Manuel”, como o era o tenente-coronel e juiz de paz. Quebrava-se o encanto dos França. A pretexto de tomar assento na Assembleia Provincial, o juiz de paz abandonou

a vila. “Convulsionado estava o distrito de Laguna.” Os acontecimentos mostravam que “a maioria da população comungava das mesmas ideias que agitavam os filhos do Rio Grande”.

Boletins sediciosos infestavam o distrito, convidando o povo à revolta, que seria auxiliada por elementos do segundo grupo. O motim deveria deflagrar no dia do Senhor dos Passos, quando reunida a população nos festejos da igreja. Adiou-se a festa. Não obstante, na data, os pontos principais amanheceram cobertos de proclamações sediciosas, instigando a deposição da câmara municipal. Oliveira Tavares, que interinamente substituíra Silva França no juizado de paz, não se atemorizou. Pôs de prevenção a guarda nacional, mais de cem homens, que foram ocupar as imediações do quartel e outros sítios pelos quais poderiam irromper os amotinados. Numerosas famílias, em pânico, abandonaram a vila, refugiando-se em fazendas próximas ou ganhando em pequenas embarcações o outro lado da lagoa.

Lisboa também recebera denúncia de que inferiores e soldados do seu corpo, aliciados por alguns conhecidos revolucionários do lugar, “só esperavam o toque de recolher para com eles pegarem em armas, a fim de levarem a efeito a deposição do coletor e do comandante do corpo”. Conjugando seus esforços com os do juiz de paz, foi para o quartel, cujas guardas reforçou. Mandou reunir os oficiais. E quando lhes expunha o que havia chegado ao seu conhecimento. “deu-se a tentativa de levante, manifestada por gritos sediciosos e ameaças proferidas pelos insubordinados”. Agiram os oficiais com energia e presteza, conseguindo abafar no nascedouro a rebelião. Alguns soldados quiseram sair à rua, mas foram logo presos. Patrulhas da tropa de linha, rondadas por Lisboa, guarneceram a vila. Os ânimos continuavam exaltados. Ninguém podia estar tranquilo. Sufocado embora o motim, a Laguna continuava com os olhos fitos nos acontecimentos do sul.

\*

Entendeu a Regência tornar-se necessário, na província limítrofe do Rio Grande, a presença de um homem enérgico, merecedor da inteira confiança do centro. Foi nomeado presidente e comandante das armas o português adesista João Carlos Pardal, reacionário de fama. “Cheio de



prevenções contra o povo que ia administrar, ali se apresentou cercado de aparato militar.” Rodeou-se de péssimos elementos esse que fora válido incondicional de Pedro I e o era agora, com o mesmo entusiasmo, do governo constitucional do Brasil. Entendia defender a ordem, como nos tempos da vontade pessoal de um homem, impondo ideias, amordaçando a liberdade de pensar e de dizer. “Desconfiado do povo, deixou de parte os oficiais da guarda nacional, composta de brasileiros, a quem chamava de republicanos, inimigos do regime, ao mesmo tempo que para seus auxiliares nomeava de preferência patrícios seus, partidários do absolutismo.”

Um dos alvitreiros de Pardal consistiu em guarnecer o porto da Laguna com alguns navios armados, que servissem também de proteção às forças destacadas na fronteira. Comandava a guarnição da vila o coronel Vicente Vilas-Boas, inepto e pusilânime, sabedor mais que ninguém de que a situação em todo o sul catarinense se fazia cada vez mais precária à legalidade. Destacado foi o capitão-tenente Ricardo Hayden, comandante da escuna *Pirajá*, para organizar a defesa marítima do porto. Tudo estava ali em desordem. Nem havia mesmo oficiais para comandar os navios, de todo desaparelhados para a ação.

Hayden sugeriu as providências que lhe pareciam mais urgentes. Semanas depois, outra parecia a situação. Estavam ancoradas no porto sete embarcações: a escuna *Itaparica*, comandada pelo primeiro-tenente Ernesto Alves Branco Muniz Barreto, o brigue-escuna *Cometa*, pelo guarda-marinha José Manuel Morais e Vale; a canhoneira *Imperial Catarinense*, pelo piloto José de Jesus; a canhoneira *Santana*, pelo segundo-tenente Honório Manuel José de Sousa; a canhoneira *Lagunense*, pelo piloto José de Beça; e mais dois lanchões armados.

Que os revolucionários do Rio Grande ameaçassem invadir a província, ninguém o ignorava. O *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, publicara, um mês antes da expedição de Canabarro, uma correspondência de Porto Alegre, na qual se denunciava com pormenores o projeto: “Pessoas vindas dentre os rebeldes nos asseguram de que tentam mandar uma expedição à província de Santa Catarina com o fim de sublevarem os pacíficos habitantes daquela província e os obrigarem a separarem-se da comunhão brasileira. O assassino Onofre e o general em chefe de tal expedição, que deve marchar por estes dias, devendo reunir-se aos Aranhas

que descerão da Vacaria com toda a força que daquele lugar possam trazer. Esta notícia, que a muitos não merece peso, julgamos que deve merecer toda a atenção por parte do governo; pois que não há dúvida que se têm preparado os ânimos em Santa Catarina para a revolta: e que muitos dos nossos revolucionários se foram abrigar naquela província: e por isso ali existem os elementos necessários e só falta quem lhe dê começo, para o que vai o veredicto do cadete Onofre. Que de vítimas não serão imoladas por esse homem perverso, que seu prazer é de ver jorrar o sangue humano.”

\*

Enquanto Pardal preparava, às pressas, a defesa da Laguna, meia dúzia de temerários farroupilhas, chefiados pelo coronel Filipe José de Sousa Leão, conhecido pela alcunha de *Capote*, baixava dos Campos da Vacaria para o litoral de Araranguá, reunia ali alguns republicanos a marchava com eles rapidamente sobre a guarda da Barra Velha, que fora derrotada. No distrito de Araranguá, engrossou-se a coluna de uns trezentos homens, gente de José Francisco da Silva e da família Rebelo, vítima de violências das forças legalistas. Com o armamento conseguido na Barra Velha, prosseguiu *Capote* sem perda de tempo em direção ao norte. Pôs em debandada as guardas do Camacho e da Carniça. Ocupou esses lugares. E confiado no sucesso da empresa, demandou o Campo da Barra.

Já da Laguna havia saído a unir-se a ele Marcelino Soares da Silva, à frente dos populares simpatizantes da causa republicana. Isidoro Fernandes, outro filho do lugar, mais tarde marechal do exército brasileiro, foi dos primeiros a corresponder-lhe aos inflamados apelos. Ao mesmo tempo, descia de Lajes outro destacamento revolucionário, sob as ordens do coronel Serafim Muniz de Moura, e tomava de assalto a vila de Tubarão. De todos os lugarejos próximos, acorriam voluntários para as improvisadas fileiras de combatentes. “Grande foi o alvoroço na Laguna à aproximação das colunas revolucionárias: entusiasmo da parte dos filiados ao partido republicano, preocupação e nervosismo nos arraiais da legalidade.” Silva França procurou chamar às armas os seus guardas-nacionais. *Capote* já acampara com a sua gente a margem direita do canal da Barra, defronte ao bairro do Magalhães. De lá, intimava a tropa legalista à rendição. Determinou Vilas-Boas que a canhoneira *Lagunense* e duas lanchas tripuladas

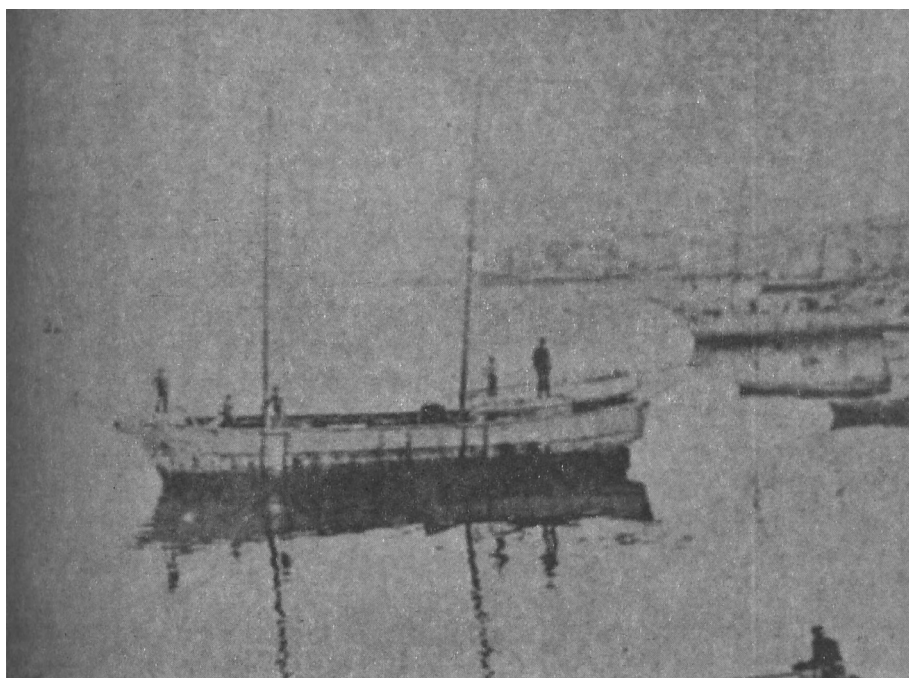
por setenta homens armados, “subissem a rio Tubarão até a Carniça, a fim de desalojar os rebeldes daquela posição; e que a escuna *Itaparica*, tomando um pelotão de setenta infantas, se dirigisse para o Campo da Barra, a fim de expulsar outro agrupamento dos farrapos, que ali se entrincheirara”. E receando uma possível convivência entre as tropas de linha e os atacantes, mandou, desatinado como sempre, desmontar o forte fronteiro à vila, cujo material foi recolhido a bordo de uma das canhoneiras. O *Lagunense* e os lanchões desembarcaram parte da tropa no capão de Miraguaia procurando flanquear os rebeldes, que alertados em tempo, frustraram o ataque. Houve cerrado tiroteio, com baixas em ambas as partes. Também a *Itaparica*, nesse meio tempo, operava o desembarque, protegida pela ação da artilharia. Procuravam os republicanos atraí-la ao combate, formados em dois esquadrões. “Como os imperialistas não contassem com tropas montadas na ocasião, deixaram de prosseguir no avanço; e os sediciosos, vendo que não lhes seria possível assenhorear-se da Laguna com a facilidade imaginada, retrocederam sobre Campo Bom, onde se instalaram.” Na retirada, arrebanharam “todo o gado e cavallhada que puderam”. E entrincheirados naquele reduto, quedaram-se à espera da divisão de Canabarro, que se aproximava.

\*

Ainda no distrito de Araranguá, reuniram-se os náufragos à vanguarda da coluna. Célere correu a notícia do desastre por toda a divisão. Via-se Garibaldi, a cada momento, obrigado pela afetuosa curiosidade dos expedicionários a retomar o relato do naufrágio. E indagava-se do paradeiro de Griggs. Teria também soçobrado o *Seival*? Iam em curso ainda essas ansiosas interrogações quando, ao atingir a vanguarda a lagoa de Garopaba, tiveram a grata surpresa de encontrar ancorado ali o segundo barco da expedição. Mais resistente e bem construído que o *Farroupilha*, apesar de menor, conseguira atravessar a tempestade e transpusera a barra do Camacho, de acordo com o plano delineado.

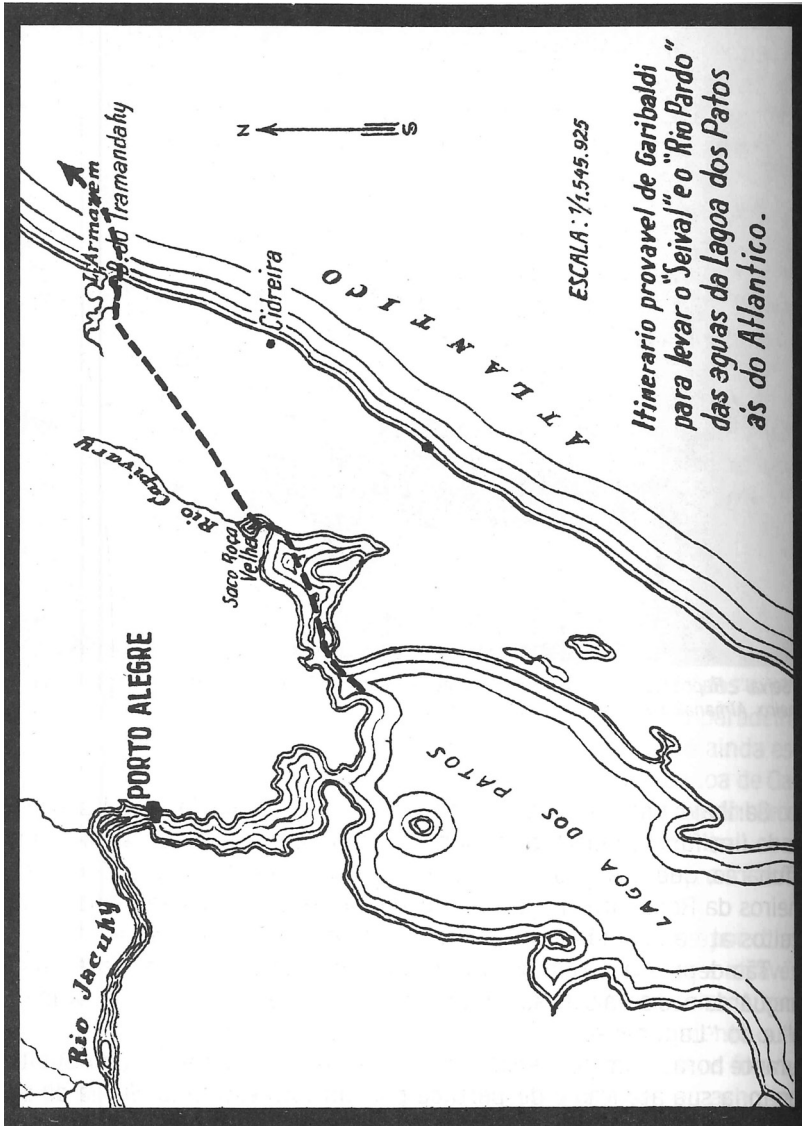
As águas que banham a Laguna comunicam com o oceano por duas aberturas: pela barra propriamente dita, pouco ao sul da vila; e através do Tubarão e da lagoa Garopaba, pelo desaguadouro do Camacho. A barra da Laguna, segundo se lê em velhos documentos, era inicialmente quase

impraticável. O seu continuado uso e os trabalhos dos homens foram, através dos séculos, cavando mais fundo o leito. A barra do Camacho, essa, na opinião geral, não se prestaria jamais como via de articulação com o Atlântico. Por ser essa a convicção comum, descuidaram-se os legalistas de vigiá-la. E pôde, destarte, o *Seival* transpô-la, num momento de águas consideravelmente crescidas em consequência das chuvas do inverno, e passar tranquilamente a lagoa de Garopaba. Já ali estacionava desde vários dias, sem que o inimigo próximo suspeitasse da sua presença. Daí para diante, porém, naquele dédalo de sinuosos canaletes, a avançada se faria impossível sem a ajuda de um práctico.



*O Seival. Reproduzido do livro A Revolução Farroupilha (1835-1845) de A. T. Fragoso. Rio de Janeiro, Almanak Laemmert Ltda., 1938, p. 141.*

Garibaldi passou imediatamente para bordo do navio. “Graças à perícia de um filho do local, o marinheiro João Henriques”, conseguiu subir o Tubarão, que deságua pelo oeste na lagoa. E assim lograram os marinheiros da República chegar à enseada da Laguna, onde se mantiveram ocultos até a entrada em ação da coluna de Teixeira Nunes.



**Itinerário provável de Garibaldi  
para levar o "Seival" e o "Rio Pardo"  
das águas da Lagoa dos Patos  
às do Atlântico.**

*Itinerário provável de Garibaldi para levar os navios da Lagoa dos Patos ao Atlântico. Reproduzido do livro A Revolução Farrroupilha (1855-1845) de A. T. Fragozo. Rio de Janeiro. Almanak Laemmert Ltda. 1938. p. 131.*

Tão depressa deram os navios ancorados no porto pela presença da vanguarda nos areais do sul, romperam contra ela as baterias da *Itaparica* e do *Lagunense*.

Durante horas, com pequenas intermitências, mantiveram o fogo. Súbito, porém, a sua atenção é despertada por um fato estranho. Surge de sudoeste nas águas da baía um navio com a bandeira da República Rio-grandense. Por onde entrara esse barco-fantasma, que não transpusera a barra? Enorme abalo produz a misteriosa aparição entre os já desmoralizados defensores da praça. Positivamente, esses farrapos pareciam ter pacto com o demônio. Seria esse o único navio a surpreendê-los dessa maneira? Não viriam outros ainda, na esteira dele? Confirmava-se, pois, o que se vinha boquejando na vila: que Garibaldi conseguira transpor a barra do Tramandaí com alguns dos seus lanchões. Durante a noite e sem ser presenciado pelos legalistas, o grosso das forças de Canabarro se incorporava à vanguarda, que do Camacho continuava a dirigir-se sobre o Campo da Barra. Ordenara o comandante chefe que cem homens de infantaria embarcassem no *Seival* para serem levados à outra margem, onde deveriam abrir caminho ao avanço da coluna.

Faz-se o navio de vela. Mas a breve trecho, sobrevém um acidente que deixa transido o comando da divisão: o barco encalhara num traçoeiro baixio, a pouco mais de meio caminho da outra margem. O contratempo não poderia ser pior. Já na flotilha imperial se apercebem que o lenho revolucionário está encalhado. Mede Garibaldi, num relance, a gravidade da situação. Se os imperialistas logram atacar o *Seival* encravado naquele banco, o desastre será completo. Serve-lhe, no lance, a aprendizagem nas águas do Camaquã. Sem perda de um minuto, ordena aos marinheiros que se atirem ao mar e que, braços ao costado, tratem de safar o navio.

Dezenas de punhos hercúleos, nervosos, se enrijam na desesperada decisão de darem de si toda a energia naquela tremenda, angustiosa situação. Sabem que ali se trata de vencer ou morrer. Estão dispostos todos a vender caro a vida. Garibaldi está entre os da frente, na posição mais exposta ao inimigo. Não exige dos seus homens nenhum sacrifício que ele mesmo não faça. Voz firme, chama-os um a um, pelos nomes, animando-os, infundindo-lhes confiança no êxito, arrastando-os pelo exemplo e pela palavra ao máximo esforço na empresa. Ao cabo de alguns minutos, já começa o casco

a mover-se. Depois, parece que estaca de novo. Redobram os empenhos da maruja. De bordo, numerosas varas, habilmente manejadas, ajudam o trabalho. Nenhum daqueles braços largará o costado do lanchão enquanto capaz ainda de um último arranque. De novo a quilha progride alguns palmos. Mais uma contração de músculos, decidida, desesperada, suprema; e um grito de alegria, uníssono, celebra o êxito da incrível tentativa.

Livre da traiçoeira areia, o *Seival* flutua novamente. Com a rapidez do relâmpago já está Garibaldi sobre o convés, orientando as manobras. Reerguem-se as velas e põe-se em marcha o lanchão, que, sem nenhuma novidade mais, consegue atravessar o canal entre as lagoas de Garopaba e Santa Maria. Entra, depois, no sangradouro pelo qual essa lagoa se comunica com o Tubarão; e surge, afinal, destemerosa a ufana, nas águas que banham a vila. A flotilha legalista prepara-se para impedir-lhe o avanço. Na impossibilidade de enfrentá-la, o *Seival* atém-se a ligeiras escaramuças. Avança, recua, hostiliza quanto pode o inimigo e apodera-se de pequenas embarcações que lhe são necessárias para o desembarque da tropa. Depois, reentra no Tubarão, a ver se atrai para situação menos favorável o adversário. Garibaldi recebe ordem de assumir o comando de um destacamento, a duas léguas dali. Griggs continua a bordo do *Seival*.

No correr da segunda noite, aproxima-se o grosso das forças de Canabarro, estacionárias, até então, no Campo da Barra. A gente de Teixeira toma posições nas florestas da margem direita, “um destacamento nas vizinhanças do Campo da Carniça, outro a boca do vale”. Consiste o plano dos atacantes em surgir simultaneamente de vários rumos, por forma a confundir o inimigo nas providências da defesa e dar-lhe a impressão de que está sendo acometido por um exército de milhares de homens.

Conforme previra Garibaldi, não ficam inativos durante a noite os navios da flotilha. O *Imperial Catarinense* atravessa a baía e sobe o Tubarão, postando-se em posição vantajosa para o combate. Atraindo o *Seival*, trataria de arrastá-lo à desembocadura do rio; lá o surpreenderia, em ataque de flanco, o *Lagunense*. E se percebesse em tempo a manobra e não engajassem fogo, quedaria inutilizado naquele recôncavo para o grosso da ação que ia iniciar.

Sobre a margem do rio, não longe do lugar onde estava o barco imperial, estão de guarda três homens, comandados pelo cabo Manuel de Castro Oliveira, filho da Cachoeira. Logo que veem ancorando o navio,

sem medirem a desproporção das forças, abrem sobre ele nutrida fuzilaria. Surpreendidos de inopino, atarantam-se os tripulantes da canhoneira. Mas o piloto José de Jesus, que o comanda, não é homem que se atemorize da luta. Responde ao fogo com extremada decisão. De terra, convenientemente emboscados, os agressores dão-lhe ideia de numerosa vanguarda. A fuzilaria alerta os acampamentos revolucionários. “Os rio-grandenses contavam com o inimigo mais tarde.”

O comandante chefe expede ordens urgentes aos postos avançados para que se execute, sem perda de tempo, o plano do ataque geral. Teixeira manda ao local os tenentes Joaquim Henriques e Teodoro Ferreira com os necessários socorros. Redobra o ímpeto da investida ao *Catarinense*. O estrondo da fuzilaria aumenta de momento a momento. Sustentam os atacados o fogo com extrema galhardia. Já se combate, agora, a peito descoberto. Presente-se, de lado a lado, que o êxito desse encontro decidirá em muito da vitória final.

Griggs, apenas ouvidos os primeiros tiros, faz de velas o *Seival*, que rápido se aproxima, auxiliado pela correnteza das águas. Vê-se a tripulação do *Catarinense* agredida de dois lados. O navio republicano ataca de rijo. Atroam os ares os estampidos das suas peças, cujos disparos são orientados por Griggs, ao mesmo tempo que a guarnição varre de balas o tombadilho do navio legalista. Aumenta o número dos atacantes de terra. Entrecruzado o fogo deles com o do *Seival*, a situação dos imperialistas se torna insustentável. José de Jesus, ainda assim, não arrefece na defesa, apesar de quebrado, aos primeiros tiros, o rodízio do navio. Espera que o *Lagunense* lhe venha em auxílio. Mas o tempo vai passando, a munição rareia, os mais valentes já desanimam, e o socorro não chega.

Garibaldi está no seu posto, quando o combate se inicia. De acordo com as ordens do comando supremo, ele só deveria mover-se já clareando o dia. Vê, do sítio em que se encontra, que os acontecimentos se precipitam. Sem perda de um instante, põe-se em marcha. Quando atinge a lugar onde ficara o *Seival* na véspera, Griggs já havia zarpado. Percorre a pé com a sua gente as charnecas que ladeiam o Tubarão e as lagoas. E apenas chegado ao local do combate, organiza instantaneamente uma segunda emboscada, que resolve a luta. O reforço que, sob as suas ordens, trazem os tenentes Joaquim Gonçalves e Valerigni à gente de Joaquim Henriques e de Ferreira é decisivo.



José de Jesus compreende a inutilidade da resistência. Mas não perde o ânimo. Conseguindo manobrar o *Catarinense* para a ribanceira oposta, deita-lhe fogo e abre no casco um veio d'água. Quando as chamas o devoravam, desembarca com os sobreviventes da refrega: e, protegido pela floresta, trata de ganhar distância. Vai surgir, dias depois, no Desterro. O *Seival*, limpo agora o caminho, desce as águas do rio. Na embocadura, ajudado pela correnteza, aprisiona em ousada manobra o *Lagunense*. Comanda esse navio um bravo marinheiro, Manuel Moreira da Silva, o *Maneca Diabo*. Mas a tripulação não lhe obedece à voz de comando. Atemorizada, não quer entrar em contato com os farrapos. *Marreca Diabo*, encalhado o navio, abandona-o e retorna à vila, a reunir-se às forças de Vilas Boas.

O primeiro lance da jornada terminara com a vitória integral dos farroupilhas. Seguro prenúncio de que, na subsequente, a guarnição da praça já não encontraria ânimo para opor-se ao ímpeto dos atacantes.

\*

O resultado do combate produziu na vila efeitos de pânico. O inepto Vilas Boas perdia os últimos restos de serenidade. Às duas horas da tarde, convocou um conselho consultivo, por ouvir as opiniões dos oficiais e pessoas abalizadas. Assentou-se no conclave “que só se faria a retirada em caso extremo e quando se não pudesse continuar a resistência, prevenindo-se antes ao corpo do comércio e famílias para se porem em salvo os seus efeitos”. Perdidos o *Imperial Catarinense* e o *Lagunense*, ficavam ainda à defesa a escuna *Itaparica*, o brigue *Cometa*, a canhoneira *Santana*. As forças de terra estavam intactas. Na retaguarda, em Vila Nova, postavam-se as forças de cavalaria e infantaria da guarda nacional ao mando do major José da Silva Ramos; e em Maruí, o destacamento comandado pelo major Luís Lopes Botelho de Lacerda. Mas, agindo em diametral oposição ao acordado no conselho, durante a noite Vilas Boas abandonou a praça sem disso dar aviso a ninguém, e foi estacionar primeiro no morro dos Cavalos, depois na enseada de Imbituba.

Às primeiras horas da madrugada, os republicanos, ignorando ainda o que se passara na vila, continuam na metódica execução do ataque. O miliciano Jerônimo de Castilhos, à frente de quarenta homens, desembarca na orla setentrional da lagoa. Cauteloso, avança. Ninguém lhe sai ao encontro. O desembarque continua. Teixeira Nunes, sabedor

da atitude de Vilas Boas, atira-se no encalço do fugitivo. Mas, grande já o seu avanço, impossível foi atingir o grosso das forças retirantes. Consegue, ainda assim, aprisionar algumas guardas da retaguarda, que são mandadas para a Laguna.

Os navios legalistas viram que nada mais havia a fazer. “Apenas recebida a ordem de retirar, o bergantim *Cometa* fez-se de velas e conseguiu sair do porto”. Desinteressou-se da sorte dos outros dois que, “na precipitação de suspender a âncora, principiaram a encalhar nos baixios fronteiros à vila e daí não puderam sair antes da manhã seguinte”. Garibaldi foi apreendê-los. A *Santana*, trocados alguns tiros, arriou bandeira logo que do *Seival* e do *Lagunense* partiram embarcações guarnecidas para abordá-la. Na *Itaparica* tremulava ainda o pavilhão do Império. Manda-lhe Garibaldi a intimação para render-se. O tenente Muniz Barreto despacha um parlamentar dizendo que aceitava a proposta do inimigo “não por covardia, mas por achar-se em unidade, desobedecido, e o seu navio encalhado”.

Depois do desembarque de Castilhos, as demais forças de Teixeira continuaram transpondo o canal. E avançando, sem que a menor resistência lhes fosse oposta, apoderaram-se da praça. Além dos barcos de guerra, caíram em seu poder quatorze embarcações de comércio abarrotadas de mercadorias, dezesseis bocas de fogo, perto de quinhentas armas, para mais de trinta e seis mil cartuchos embalados.

A cooperação de Garibaldi fora altamente valiosa. Destaca-a Teixeira Nunes em ordem do dia: – “Iguais senão maiores respeitos e considerações adquiriu o capitão-tenente José Garibaldi, comandante das forças navais da República; e o tenente-coronel, em nome da Pátria, lhe agradece a maneira por que desempenhou a parte do plano de ataque que lhe coube executar, fazendo uma jornada de mais duas léguas por terra e sendo o primeiro a lançar-se ao mar para desencalhar o lanchão *Seival*, quando agarrado no baixio do Camacho.”

Entre delirantes, frenéticas manifestações de júbilo popular, fizeram os revolucionários entrada na vila. *I cattarinensi ci accolsero come fratelli e libertatori*, escreve Garibaldi. Esperando com impaciente curiosidade o estado-maior de Canabarro, naquele dia de festa toda a gente da Laguna olhava para o sul.

.....

### *Capítulo III*

#### A REPÚBLICA JULIANA

**C**ONSUMARA-SE A CONQUISTA da vila como num passe de mágica. Nem houvera, por assim dizer, resistência. Contra os dezessete mortos da legalidade, apenas um revolucionário, filho de Santa Catarina, vitimado na luta. Onde os “caramurus”, onde os apaniguados dos Françaes? Pelo que se observava, jamais contara a monarquia naquele distrito com defensores sinceros. Andavam por empenho os distintivos republicanos. Toda gente ansiava por enfeitar-se com o tope tricolor. Não só os homens, também as mulheres vibravam de exaltação patriótica. Ao entrarem as forças, uma linda moça, filha do antigo patrão-mor do posto, Maria da Glória Garcia, arrebatando a bandeira rio-grandense às mãos de um oficial, tomara o posto de porta-estandarte do exército libertador, freneticamente aplaudida pela multidão.

Repicavam os sinos. Nas missas festivas em ação de graças pela vitória, as igrejas transbordavam. E os folguedos populares, organizados junto ao acampamento do comando chefe, prolongavam-se, ruidosos, noite adentro. As melhores famílias, a fidalguia, os comerciantes da praça, todos confraternizavam com os rio-grandenses. Era como se, no cumprimento do seu destino, houvesse a Laguna dormido séculos à espera daquele dia.

Canabarro, isolado de todos, media taciturno a complexidade da tarefa que o aguardava. Longe de seu povo, em terra estranha, como fazer frente às necessidades da guerra? Melhor do que ninguém ele conhecia a fragilidade dos seus recursos. Por certo a presa fora excelente. Mas a guerra não se fazia apenas com armas e sim principalmente com homens. E como confiar no valor militar, no espírito da disciplina, na integral, absoluta dedicação daquela gente pela causa republicana? Agora tudo era alegria, júbilo, entusiasmo revolucionário. Que seria depois, quando chegasse a hora dos sacrifícios? Mas o delírio ambiente era tanto que chegava por vezes a contagiá-lo. E resumia, então, enfaticamente, as suas impressões: – “Deste porto sairá a hidra que devorará o Império!”

Preocupava-o a organização política da região libertada. De acordo com o que assentara o governo em Caçapava, não se deveria incorporar Santa Catarina à República Rio-grandense, mas erigi-la em administração autônoma. Lisonjeava-se com esse passo o sentimento nativista da população, despertando nela o amor-próprio regional e o sentido da sua responsabilidade na luta contra o trono. A repercussão nas outras províncias seria também incontestavelmente maior, se organizado, na primeira que se libertava, um governo próprio. Ademais, convinha não esquecer ainda os compromissos doutrinários da revolução, culminantes na federação dentro do regime republicano.

Sem perda de tempo, comunicou o chefe da expedição ao governo rio-grandense o êxito fulminante da primeira fase das operações. Acreditava que dentro em pouco também a capital estivesse em seu poder. E pedia o auxiliassem no prosseguimento do plano. “Conhecendo quanto é superior às minhas forças a tarefa de que fui investido, exijo que me envieis instruções”, escrevia a Bento Gonçalves.

Teixeira Nunes, na vanguarda, lançava uma proclamação aos povos: – “Empunhai as armas conosco e arrancai a segunda província ao diadema do segundo Pedro: mostrai, porém, que os verdadeiros livres, mesmo nos afãs da guerra, sabem manter a ordem, obedecer às leis e respeitar a propriedade...” E enviava uma circular aos cidadãos notáveis da província: “Proclamando a independência em vosso país, não penseis que nisso afetais os interesses do Brasil do solo sagrado dos brasileiros: pois que a República Rio-grandense, conscienciosa da sua dignidade, do espírito da

grande maioria dos brasileiros e da honrosa missão que lhe foi confiada, nada tem tanto a peito quanto a federação dos Estados seus irmãos.”

Rossetti, que tomara parte na expedição como segundo-tenente de marinha e viera servindo junto ao estado-maior na função de redator de boletins e ordens do dia, continuava ao lado de Canabarro, sugerindo, objetando, auxiliando em tudo que lhe fosse possível, com aquela incansável operosidade que o distinguia como único entre milhares. Não se limitara o genovês, nas horas culminantes da ação, aos costumeiros labores intelectuais. A ordem do dia de Teixeira fizera expressa menção da sua bravura e o recomendava “à consideração dos companheiros de armas e ao reconhecimento público” pela atividade que demonstrara “na transmissão das ordens do tenente-coronel, e quando sua presença se tornava precisa na linha de combate”.

Na província “que as armas do Rio Grande libertaram do jugo imperial” tudo estava por fazer, ponderava o jovem carbonário. Ressentiam-se os rio-grandenses da falta dos elementos mais imprescindíveis, não encontravam amanuenses nem mesmo tipógrafos. Dentro do júbilo popular, notava-se uma perplexidade geral. Tudo difícil, tudo fora dos seus lugares. Exigia-se ali uma vontade de aço, equilibrada e firme, para plasmar no caos o arcabouço de um novo Estado.

Cinco dias depois da entrada das forças, reunia-se a Câmara Municipal para tomar conhecimento de um ofício de Canabarro. Presentes todos os vereadores, o presidente Vicente Francisco de Oliveira procede à leitura da mensagem. Pondera o comandante-chefe que a vitória militar e a espontânea decisão com que acorriam “os livres americanos em todas as capitais do nascente Estado Catarinense as fileiras libertadoras” seriam o garante da sua estabilidade. “Que deveremos praticar em um nexo vitorioso – pergunta – quando os fatos procuram os homens e não estes àqueles? Quais os embaraços que falta apurar?” E o próprio redator do ofício responde às perguntas que formula: – “Nem um só resta, para declarar já e já solenemente a Nação Catarinense livre e independente, formando um Estado Republicano constitucional. Esse dia de grandeza nacional pertence hoje à representação municipal desta vila, que deverá servir de capital interinamente, visto que o município da cidade do Desterro, único onde um limitado número de baionetas se conserva, ainda que por curto espa-

ção de tempo, está privado de partilhar da glória de elevar com os demais concidadãos a pátria ao nível das nações do globo.” E o comandante das forças, concretizando o pensamento, propõe à Câmara que, declarada a independência do Estado, tome ela a si a eleição provisória do presidente, que governará até que uma Assembleia Constituinte regularize definitivamente a situação. E recomenda não haja demora na convocação dos eleitores: “A Nação Rio-grandense praticou o mesmo em circunstâncias bem calamitosas para ela, e quando a maior parte dos seus municípios eram ocupados pelos imperialistas.”

Ponderavam os tímidos camareiros a transcendência da medida sugerida por Canabarro. Que fazer? Muito mais difícil seria discordar do que concordar. E, unanimemente, os vereadores concordaram.

No dia subsequente àquele em que haviam tornado conhecimento do ofício, de novo se reúnem, com a falta apenas de um deles, e declaram a independência de Santa Catarina. Assentam que o novo Estado se regerá pelo “sistema republicano sul-rio-grandense em todo o círculo em que as fileiras da Divisão Auxiliadora Libertadora avançarem, no município e nos demais da província”. Delibera-se a expedição de proclamações a todos os juizes de paz, para que deem a maior publicidade ao que resolvera a câmara “de acordo com a vontade do povo”. E fixa-se o dia em que os eleitores das paróquias comparecerão perante o juiz de paz de cada cabeça de termo, munidos dos seus respectivos diplomas, a fim de lhes serem marcados local e hora para a eleição do presidente provisório do Estado.

Enquanto não se organizasse o governo, estariam a cargo da edilidade as funções executivas do Estado. Proveu a Câmara os lugares públicos, abandonados pelos serventúrios monárquicos. Nomeou um encarregado da cobrança das rendas nacionais. “visto que elas, por essa falta, se estavam extraviando”. Providenciou sobre o pagamento de foros. E de acordo com o recomendado por Canabarro, mandou arrecadar e arrolar judicialmente os bens e fazendas das pessoas que haviam saído da vila, nomeando depositários que os guardassem e administrassem até final decisão do governo que se estava organizando.

Não davam um passo os vereadores sem ouvir previamente o parecer do comando militar. Rossetti, em última instância, resolvia tudo. O comandante só pensava no avanço das tropas, na dilatação do território

republicano, na conquista do Desterro. Queria saber, a toda hora, com que elementos poderia contar para as operações militares. Premido pelas suas recomendações, mandava o presidente da Câmara expedir ofícios aos juizes de paz da vila e dos distritos “para que fizessem reunir os guardas nacionais, a fim de se conhecerem as forças e o estado do armamento”.

No dia marcado para a eleição, a vila apresentava aspecto de muita solenidade. Bem cedo, houve missa festiva, rezada pelo vigário Francisco Vilela de Araújo, que proferiu “uma oração laudatória sobre o auspicioso acontecimento, assistida pelos eleitores e grande massa popular”. Finda a cerimônia dirigiram-se todos à Câmara Municipal, onde se realizou a eleição, presentes vinte e dois eleitores, convocados na forma da lei os suplentes dos monarquistas que haviam abandonado o município. Correu o pleito em meio do maior entusiasmo e em perfeita regularidade. Apuraram-se vinte e um votos, dezessete para o nome do tenente-coronel Joaquim Xavier das Neves, quatro para o padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro.

Cumpridas as formalidades do estilo, resolveu-se dar conhecimento da eleição ao tenente-coronel Teixeira Nunes, comandante das forças da vanguarda, a fim de que ele fizesse chegar, por seguro conduto, às mãos do presidente da nova República o diploma que se lhe acabava de expedir.

\*

Entre os liberais da província, pregoeiros decididos da revolução, destacava-se Xavier das Neves como um dos mais fervorosos. Pertencia ao primitivo núcleo dos exaltados. Amigo embora dos homens do governo, madrugara na condenação dos seus ruinosos processos de administração. Os deblateradores contra as práticas inconstitucionais do centro respeitavam-lhe a palavra perenemente apaixonada pela democracia pura. A sua fama, dentro em pouco, ultrapassava as redondezas da capital, atingia os distritos mais longínquos, avassalava a província inteira. E o notável rebento de S. José, medíocre burgo que ao sul do Desterro bocejava de tédio de si mesmo, sentia-se feliz nesse geral ambiente de admiração. Sabia que as multidões repetiam os seus conceitos como sentenças dignas de menção. Comprazia-se nos louvores do público. Deles necessitava a sua delicada sensibilidade, como os ídolos das espirais do incenso.

Não confiavam, porém, os que mais de perto o conheciam na firmeza das suas convicções. Sabiam-no fraco em presença das seduções do poder. A posição fora para ele, diziam, a maneira mais fácil de exteriorizar o despeito por não o haverem chamado ainda a funções importantes na administração. Depois, vendo que daí lhe advinha considerável notoriedade, entendeu de sublinhar sua permanente desconformidade em relação ao governo. Mas bem examinadas essas atitudes, elas se mostrariam frágeis e postiças, porque, egoísta como poucos, os sacrifícios lhe repugnavam, e não compreendia pudesse alguém dedicar-se à política sem dela tirar proveitos.

Quando os acontecimentos se extremaram e todos sentiam próxima a revolução, desapontando os seus partidários mais entusiásticos, recolheu-se Neves ao vilarejo natal, quedo, amuado, impenetrável. Outros, com responsabilidades menores, lançaram-se à fogueira. Ele, cauteloso, tratava de expor-se o menos possível. Se a revolução vencesse, de qualquer maneira lhe pertenceria a glória de haver sido um dos seus preparadores. Se vencida, de que serviria sacrificar-se ele ainda mais? E não houve jeito de conseguir que sáísse de São José.

Apenas instalados na Laguna, entenderam os revolucionários que ninguém lhe devesse disputar a primazia na organização do Estado. Mas a esse tempo já andava ele em secretas confabulações com o adversário. Pardal, a instâncias de um amigo comum, o juiz de paz José Bonifácio Caldeira de Andrade, mandara chamá-lo a palácio: e envolvendo-o em blandícias, conseguira sem grandes dificuldades atenuar-lhe consideravelmente os ardores oposicionistas. O prestimoso amigo pleiteava do presidente da província fosse Neves encarregado da defesa de São José contra um possível avanço dos rebeldes. Pardal ficou estarrecido. Como poderia confiar tal posto a um dos chefes mais caracterizados da oposição, apontado como representante do pensamento de Canabarro nos distritos vizinhos da capital? Mas o juiz de paz insistiu. Sabia o que fazia. E Neves aceitou a comissão que Pardal, desconfiado, lhe oferecia. Instalado no posto, “valiosos serviços prestou a bem da ordem, animando e protegendo a população assustada”. Mas quando soube que a força de Teixeira marchava sobre São José e viu alvoroçada a população no desejo de confraternizar com ela, o demagoguismo caiu em dubiedade. Venceriam os revolucionários?



As avançadas de Teixeira haviam progredido já até Maciambu e preparavam-se para atacar pela retaguarda os retirantes de Vilas Boas. Ao dedicado Marcelino Soares da Silva foi atribuída a missão de entender-se com Xavier Neves. Havia de dizer-lhe que os republicanos confiavam nele inteiramente. Sabiam que sua atitude não passava de hábil estratagemas para agir com maior proveito no momento oportuno. No ofício que lhe mandava Teixeira, era ele investido da missão de barrar o avanço de Vilas Boas, que seria atacado pela vanguarda revolucionária. E Canabarro o nomeava coronel e comandante da força incumbida de acometer a capital da província.

Alta madrugada, foram acordar o juiz de paz com a notícia de estar a vila em poder dos revolucionários. O comandante deles, o jovem Marcelino, já ocupara o quartel da comandância militar. Defrontava José Bonifácio penosíssima situação moral, garante que fora da lisura de Neves. Que pensaria dele Pardal? Dirigiu-se, ato contínuo, ao quartel; e lá lhe foi dito por Marcelino que as forças de Vilas Boas haviam sido destroçadas, e que pela estrada do Trombudo descia sobre São José uma coluna de mais de seiscentos lajeanos. Saiu o juiz de paz à procura de Neves. Encontrou-o indeciso, acobardado. Não confiava, dizia, na fidelidade da guarda nacional, que não estava em condições, aliás, de opor-se às aguerridas tropas de Teixeira. E desde que Vilas Boas fora abatido no morro dos Cavalos, “julgava inútil e comprometedor qualquer resistência do governo”.

Continuava Neves navegando entre duas águas. Opôs-se à sugestão de prender o emissário de Canabarro. Não consentiria em tal procedimento com relação a um amigo, que fora ter ali fiado nas palavras dele. Mas concedeu em que se participasse ao governo o que ocorria, e se lhe pedissem urgentes reforços para contrapor aos revolucionários.

Entrou Pardal em acessos de fúria quando lhe anunciaram a sublevação de São José e o pedido de auxílio de Neves. Viu-se traído. Os rebeldes, graças aos estratagemas daquele homem, já batiam às portas da capital. Convocou às pressas um conselho de notáveis em palácio. E de acordo com eles resolveu não mandar tropa nenhuma a São José, convencido de que o pedido de socorro mal encobria novo ardil do traidor, desejoso de fortalecer-se à custa do governo. “Qualquer remessa de tropas para ali seria aumentar a força dos insurgidos, pois se haviam tornado suspeitos às autoridades.” E completamente atarantado, Pardal expediu ordens para

serem demolidas as fortificações fronteiras à ilha, encravada a artilharia e retirados os bronzes e acessórios de possível utilidade aos invasores.

Vendo Caldeira de Andrade que os revolucionários não avançavam nem vinham os socorros pedidos ao governo, resolveu agir por conta própria. Enfrentou a indecisão de Neves. Mostrou-lhe que Marcelino não passava de um intrujão. A notícia por ele trazida do desbarato de Vilas Boas era audaciosa, refalsada invencionice. Não seria possível consentirem as autoridades por mais tempo na sua presença ali. Urgia prendê-lo, a fim de acabar com a estúpida confusão que vinha lançando entre as legalistas. Avisado Marcelino da enérgica atitude do juiz, tratou de ocultar-se. Alguns dos seus homens foram presos. Ele mesmo conseguiu alcançar de novo as forças de Teixeira.

Deu-se pressa o juiz em participar ao governo a reação que se estava operando no arraial. E o presidente, reanimada a confiança em Neves, resolveu “mandar um reforço de primeira linha para o destacamento do morro dos Cavalos”, o qual, ao passar por São José, teve ocasião de reconhecer “a modificação verificada no povoado”.

A indecisão de Neves fizera malograr o plano dos revolucionários de se apoderarem da capital. Se ele houvesse atendido ao apelo de Canabarro e atacado pela frente a força de Vilas Boas, a cidade do Desterro, falha de cobertura no continente, teria caído nas mãos dos republicanos.

\*

A notícia da ocupação da Laguna produziu na Capital do Império um mal-estar indescritível. Levantara-se contra a inépcia do governo um clamor universal. “Se até esta época tinham os insurgentes do Rio Grande do Sul resistido às forças legais – ponderava-se – daí por diante a nova posição lhes duplicaria a potencialidade, facilitando-lhes receber por um porto de mar não somente os gêneros, que já escasseavam, mas também munições de guerra. Acrescia ainda o perigo a que ficava exposto o comércio do Rio de Janeiro, com a aproximação dos navios republicanos. Os negociantes da capital protestavam energicamente contra a imprevidência do governo, deixando sem proteção nem socorro as suas fortunas. O povo perdia a confiança nos homens que dirigiam a política da Nação

e se mostravam incapazes de sufocar um movimento revolucionário em perene triunfo desde tantos anos.”

Cumpria a substituição de Pardal. A esse respeito não havia dúvida nos conselhos da Regência. Mas não seria fácil encontrar o substituto. Quem o homem para enfrentar a situação? Lembrou alguém o nome de Andreia, o voluntarioso, o prepotente Francisco José de Sousa Soares de Andreia, português adesista, marechal do exército, deputado geral. Acabara ele de dar dos seus talentos militares e políticos provas positivas na pacificação do Pará. “Nenhuma escolha poderia ser mais acertada.” Andreia era pessoa indicada para governar em épocas de crise, quando por força das circunstâncias a lei cede lugar ao arbítrio. Não perdia tempo na escolha dos meios para vencer. Impunha-se pelo terror. E para chefe da esquadra foi nomeado Mariath.

Desembarcado na praia de Fora, porque o navio não pudera entrar na barra. Andreia chegou inesperadamente, em companhia de um marinheiro. Caminhando em direção ao palácio, interrompia os transeuntes:

– Tire o chapéu. Eu sou o marechal Andreia, presidente da Província.

Dentro de algumas horas, a pacata população do Desterro tremia de pavor. Passou a reverência popular a chamá-lo *Tio Chico*. Mas todos o respeitavam e temiam.

Um dos seus primeiros cuidados foi mandar que lhe trouxessem Xavier Neves, que acabara de ser eleito presidente da República de Santa Catarina. Recebendo o demagogo, disse-lhe com toda a calma:

– Mandei buscá-lo para transmitir um abraço que lhe envia o regente em nome de Sua Majestade o Imperador.

Neves olhava-o, embasbacado. E Andreia, depois de abraçá-lo, continuou com voz firme:

– E agora que já recebeu o abraço, ouça o que tenho a dizer-lhe. Sua cabeça responderá por qualquer tentativa de subversão que houver na capital. Dou-lhe a cidade por mensagem. Pode retirar-se.

Neves deu-se por entendido. Sentiu que com Andreia não seria possível continuar no jogo dúplice do costume. Em vão o convocaram os amigos da Laguna a assumir o posto. Não ousou sair do Desterro. Andreia, para humilhá-lo mais ainda, deu-lhe um emprego na nova organização das

forças. Chamava-o ironicamente seu colega. E depois de o haver inutilizado no conceito público, afastou-se do centro das operações, incumbindo-o de irrisória comissão na colônia dos alemães. Neves, o grande homem de outros tempos, passava a alvo de todas as chacotas. Acabara empregado do governo. O sarcasmo popular arrasava-o em quadrinhas, que corriam de boca em boca:

“Conheceu o presidente  
a certeza do ditador  
Fazer de ladrão fiel  
é de ótimo resultado.

“Da eleição da Laguna  
o presidente avisado  
desde logo com astúcia  
fez do Neves delegado.

“É certo coisa de valia  
um abraço do regente  
pois faz virar, num momento,  
a casaca a muita gente.

“Transmitido em palácio  
o abraço memorável,  
ficou do Neves então  
a cabeça responsável.

“Assim deu fim o *Tio Chico*  
à trama da Capital,  
todos à ordem chamando  
sem ser preciso edital.”

\*

Na Laguna, o padre Cordeiro, tio de Xavier Neves, continuava fazendo-lhe às vezes na presidência da República. Escolhera, entre os notáveis eleitos para o conselho do governo, dois ministros: João Antônio

de Oliveira Tavares, secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Interior e Justiça, e Antônio Claudino de Souza Medeiros, para as pastas da Guerra, Marinha e Relações Exteriores. A sede do governo passava, por decreto, a chamar-se “Cidade Juliana da Laguna”. Para realçar melhor a independência do novo Estado e significar que nenhum laço o subordinava à República Rio-grandense, criaram-se a bandeira e o tope nacionais. “Apesar de ser louvável o motivo que no imortal 22 de julho impediu o povo catarinense a condecorar-se com o tope rio-grandense, porque quis com isso fazer uma solene manifestação de uniformidade do seu voto e dar uma expressa demonstração do reconhecimento de que era possuído pelos libertadores, contudo carece revelar a dignidade por tanto tempo abatida da Nação e fixar quais as cores a cujo brilho hão de unir-se os defensores da Pátria.” Isso posto, o presidente provisório da República decretava como cores nacionais do novo Estado a verde, na extremidade superior; a branca, no meio; e a amarela na parte inferior.

Canabarro, o distinto cidadão Davi Canabarro, via-se cumulado das mais significativas homenagens. Com as ponderações de que os catarinenses seriam merecedores da mais áspera censura se não procurassem dar a tão denodado americano demonstrações não equívocas de gratidão nacional, não tardou o decreto que o nomeava coronel e comandante-chefe do exército da nova República. E o promovia, logo depois, ao generalato. Garibaldi e Teixeira Nunes tiveram também reconhecidos os seus serviços. Ao chefe da esquadrilha revolucionária foi confiado o comando da marinha catarinense, no posto de capitão-tenente; e Teixeira, promovido ao posto de coronel.

Tratava o governo de manter o povo na euforia da vitória. A todos os pretextos repicavam os sinos e rezavam-se missas. Quando se aproximava a data de 20 de setembro, resolveu a Câmara oficial aos juizes de paz dos quatro distritos da cidade, determinando-lhes promovessem naquele dia o juramento de fidelidade dos cidadãos à independência do Estado e ao sistema democrático. Depois, deviam todos concorrer à missa nas matrizes dos distritos, e à noite iluminar as frentes das casas.

Fora das preocupações laudatórias, o governo dormitava. Rossetti, o infatigável, via-se constrangido a fazer as vezes do presidente e dos ministros. “*Rossetti, col titolo di segretario del governo, ne fu veramente*

*l'amina. E Rossetti era idoneo per tale impiego*”, comenta Garibaldi. Propôs o secretário a organização de um aparelho fiscal. Foram nomeados um tesoureiro geral dos cofres do Estado e dos órgãos, um inspetor da alfândega e novos direitos, um escrivão do tesouro geral, um tabelião público e escrivão de órgãos. Mas os cofres permaneciam vazios, e o secretário da Fazenda não diligenciava por encontrar os recursos imprescindíveis à administração. Tratou-se de buscar para o cargo “indivíduo menos ocioso”, informava Rossetti em correspondência para o Rio Grande. Tudo inútil. A máquina emperrava. Para aparelhar o governo dos meios indispensáveis, pensou-se num empréstimo interno. Mas não havia entre os lagunenses “aquele espírito revolucionário que anima aos sacrifícios”, confienciava ainda o italiano.

Apelou-se, então, para o último recurso: uma lista de subscrições entre os amigos mais dedicados da revolução. O resultado, magro embora, sempre serviu para vestir com a necessária decência alguns elementos da tropa.

Passados os primeiros momentos de entusiasmo, vivia Canabarro em permanente estado de irritação. Não compreendia aqueles homens enigmáticos, displicentes, reticenciosos. Pois seria crível não conhecessem eles o trampolineiro que era Xavier das Neves e lhe apresentassem o seu nome como o da pessoa mais indicada para ocupar a presidência do Estado? Enfurecia-o o tremendo ridículo a que se estava expondo, com tal eleição, perante o sarcástico Andreia. E no Rio Grande, que pensariam dele os companheiros? Bem não quisera aceitar aquela comissão. Os seus sentimentos não o haviam enganado. Como acabaria tudo aquilo?

Enquanto isso, Rossetti se desdobrava em expedientes. Redigia decretos, escrevia cartas ao Rio Grande, explicando a situação e pedindo dinheiro. Se os auxílios não viessem com presteza, acabaria a nova República num desastre irremediável. Ainda a instâncias dele, resolveu o governo despachar um agente diplomático à capital da República Rio-grandense. Recaiu a escolha no ex-promotor José Prudêncio dos Reis, que com alguma demora se pôs em viagem para Caçapava.

Penetrado de vivo prazer” anunciava *O Povo* semanas depois a chegada àquela capital “do Exmo Sr. José Prudêncio dos Reis, ministro plenipotenciário e enviado extraordinário do Governo Catarinense junto

ao desta República, encarregado da elaboração do tratado que deve servir de base à Confederação Brasileira”. Essa, a parte visível da missão. A mais dela, porém, levava a incumbência de obter um auxílio monetário, de todo imprescindível ao governo da Laguna. Domingos de Almeida recém-terminara, com surpreendentes resultados, a conversão das moedas de cobre. Excedera a operação à expectativa do próprio ministro. A Rossetti parecia razoável que de Caçapava acudissem ao governo da Laguna com um empréstimo. Não desanima. Se bem não houvessem as forças de Teixeira obtido nenhuma vantagem material nova, informava que “a causa da liberdade ia progressivamente melhor”. E referindo-se ao estado dos ânimos no Desterro, acrescentava: – “Consta-nos que na cidade só suspiram por que avancemos.”

\*

Dias depois da tornada da Laguna passava pelo Desterro em demanda ao Rio da Prata, onde ia incorporar-se à divisão naval do Império, o patacho *Patagônia*, comandado pelo primeiro-tenente Jorge Benedito Otoni. O presidente da província reteve-o no porto da capital, determinando, sob sua responsabilidade, que interrompesse a rota, pois necessitava dele para bloquear a barra da Laguna. O encarregado interino das operações navais dava conta da resolução ao ministro da Marinha: – “De acordo com o presidente, mandei o brigue-escuna *Patagônia* bloquear o porto da Laguna, onde consta que pretendem armar embarcações para sair a corso, e onde já se acha o seu almirante, o italiano Garibaldi.”

Ao assumir o comando da divisão naval, Mariath, otimista como sempre, tivera a impressão de que o povo, na sua quase totalidade, se mostrava disposto a repelir os invasores. Se alguns habitantes dos contornos do morro dos Cavalos pegaram em armas “contra a sagrada causa da legalidade”, provavelmente teriam agido assim premidos pelas circunstâncias “e por não lhes ser possível evadir-se, o que talvez fizessem, logo que a força legal marchasse para a Laguna”. O novo comandante comunicava essas agradáveis conjecturas ao governo do Rio de Janeiro. E informava que na vila se encontravam Garibaldi, comandante da marinha inimiga, e vários outros estrangeiros, providenciando para a defesa do porto. “A fortaleza da barra da Laguna dispunha de três peças de pequeno calibre, montadas; e

das embarcações que o inimigo tomara, algumas estavam armadas na boca da barra, sendo de crer – acrescentava – que chegassem outros “carcamanos” para guarnecer mais algumas.”

Como os rebeldes tentassem sair do porto, mandara Andreia a escuna *Pirajá* reforçar o bloqueio. Junto a Araçatuba estavam fundeadas a barca *Belico* e o *Cometa*, ambos de pouco valia. No Estreito dispunha Mariath apenas da *Bela Americana*. Portanto “não tinha embarcações para fazer o cruzeiro, conforme as instruções do governo, e esperava a chegada das prometidas, bem como da barca a vapor que faria importantíssimos serviços pela pouca água que diziam calar, muito própria para a Laguna”.

Muito não tardaria que Mariath houvesse de modificar as suas primeiras impressões a respeito do estado de ânimo da população. Na capital, sob as vistas do governo, o povo naturalmente não manifestaria os seus verdadeiros sentimentos, como o fazia no continente. Ali, informava mais tarde o chefe da esquadra ao ministro da Marinha, talvez a maior parte dos habitantes partilhasse das ideias revolucionárias.

\*

Ao mesmo tempo em que Garibaldi tratava de fortificar a barra, aprestava também alguns navios para sair ao oceano, a fim de cooperar com as forças de terra na planejada investida ao Desterro. Mas não havia dinheiro para a reparação desses barcos. Nomeou-se uma comissão especial encarregada de fazer o orçamento das despesas e angariar os recursos necessários. Aprovado pela câmara o parecer da comissão, mandou-se publicá-lo em editais com um apelo à contribuição de todos os habitantes “para tão grande fim”.

Era ainda Rossetti bem se vê a alma dessas iniciativas. Compreendia e verificava que sem o domínio do mar a posse da Laguna seria para os republicanos empresa destituída de sentido prático. Urgia se pusesse Garibaldi ao largo e garantisse a livre navegação do porto. A tentativa, entretanto, não se mostrava fácil. Mesmo afundados ou postos em fuga os dois barcos imperiais que cruzavam ao largo, não faltariam recursos ao Império para substituí-los por outros mais poderosos. Mariath não descansaria nesse propósito. Que fazer? Acudiu-lhe a ideia de declarar a Laguna porto franco. Com essa medida, desde que nela fosse possível interessar as



potências, notadamente a França, que mantinha então em bloqueio o rio da Prata, talvez se lograsse compelir o governo do Rio de Janeiro a retirar os seus navios.

Publicou-se o decreto declarando aberto o porto da Laguna, e assegurando regalias aos armadores e ao pessoal da equipagem, tal como já se haviam abolido os impostos sobre o gado que descesse do interior.

De fato, semanas depois saía barra afora a lancha *Santa Cruz*, rumo ao porto do Desterro. Que reação produziria, no ânimo de Andreia, a novidade sensacional? Procedente da Laguna, informava o português ao governo do centro, entrara no porto um navio “com permissão do presidente daquela República, que, adotando os princípios luminosos do comércio franco, lhe permitiu a saída, para que nós, possuídos dos mesmos sentimentos. lhe deixemos ir as mercadorias de que tanto necessitam”. Depois da ironia, acrescentava, lacônico: “Eu tenho dado as ordens que julgo precisas para pôr em sequestro tudo quanto possa pertencer a rebeldes.”

Possuidores os republicanos, finalmente, de um porto de mar, que serviços lhes estava ele prestando? Encurralados nesse fundo de saco, sentinelas à vista cruzando ao largo da barra, qual a potência que se pronunciaría a favor dos insurgentes, se eles mesmos não dispusessem da força necessária para afrontar o inimigo em mar aberto? A salvação da República estava no mar. Agora mais do que nunca era essencial que, desafiado o poder naval do Império, demonstrasse Garibaldi aos povos que as duas repúblicas ofereciam condições de merecer o reconhecimento da sua independência.

.....

## Capítulo IV

ROMANCE DE AMOR

**P**ASSAVA GARIBALDI a maior parte dos dias a bordo, na faina de aprestar os navios para a defesa do porto e o curso em alto-mar. Eram seis barcos da República. A escuna *Libertadora*, que se chamava agora *Rio Pardo*, arvorava a insígnia do chefe da esquadra, John Griggs, que passara para bordo da *Caçapava*, confiado o já histórico *Seival* ao comando de Lourenço Valeirigini. Inácio Bilbao comandava a canhoneira *Santana*. Os outros lenhos, a escuna *Itaparica* e a canhoneira *Lagunense*, tinham como comandantes, João Henriques, um filho do lugar, e Manuel Rodrigues.

Garibaldi nunca tivera sob as suas ordens uma frota tão poderosa. Careciam os navios de concertos, em verdade, e não havia recursos para enfrentar os gastos. Mas, na Laguna, quase toda gente é afeita aos misteres do mar; e supre assim com a força do seu engenho o que lhe falte, por ventura, em provisões de adequado material.

Os trabalhos a bordo prosseguiam sem interrupção. “*Mi accinsi all’opera raccogliendo tutti gli elementi necessari all’armamento.*” Punham todos no serviço mais do que uma boa vontade exemplar, incansável dedicação. O entusiasmo do chefe contagiava. Sem nada perder na sua autoridade.

de, sabia ser como ninguém modesto e afável no trato com os subordinados. Falava sempre à maruja em tom afetuosos. Quando alguém lhe dirigia a palavra, tinha o costume de atender o interlocutor com um sorriso nos lábios; e isso o tornava sumamente simpático a todos. Mas não era loquaz. Dizia apenas o que fosse conveniente na ocasião. Jamais fazia comentários acerca dos chefes e pessoas do seu convívio. Porque fosse mais do que todos disciplinado, impunha a disciplina com facilidade. Não se irritava, não perdia a calma. Só nos momentos de perigo ou quando o subjugassem grandes preocupações de espírito, a fisionomia se velava numa expressão de severidade. Mas ainda nesses momentos, não o abandonava o domínio de si mesmo. Nunca usava de palavras bruscas, ou menos respeitadas, em relação aos que lhe obedeciam. Não era homem de estardalhaços. Sereno sempre, medido nas atitudes, polido nas palavras, “sabia levar os soldados ao combate, falando-lhes como se estivessem no quartel, com doçura”, jamais com gritos e paradas espetaculares.

Raras vezes, agora, o encontravam em terra. Nada o distraía na vila. Não tinha amigos ali, com exceção de Rossetti. Mas este, absorvido nos cuidados da administração, trabalhava dia e noite: pensava e trabalhava por todo o governo da República. Falava-lhe apenas uma vez por semana, e isso mesmo para assuntos de serviço.

À tarde, quando o comandante da frota voltava para bordo da capitânia, estava exausto. Conversava alguns momentos com a tripulação, inquiria dos trabalhos de cada um, distribuía tarefas para o dia seguinte. E se assuntos de monta não o requeriam em nenhum dos outros barcos, recolhia-se ao camarote a descansar para as labutas da jornada vindoura. Assim se passaram as suas primeiras semanas na Laguna.

Mas, sob essa aparência calma e medida de Garibaldi, ocultava-se uma permanente, desalentadora inquietação. As cenas do naufrágio não lhe saíam da lembrança. Perdera ali os seus melhores amigos. Carnigliá, Matru... Desconexos, como as vistas de um caleidoscópio, desfilavam-lhe na memória inapagáveis episódios da sua vida de carbonário, de marinheiro mercante, de ocioso nas ruas do Rio de Janeiro, de comandante do *Mazzini*, de corsário. Revivia as aventuras passadas, em companhia dos entes que a fatalidade lhe arrebatara. A terrível decepção de Maldonado, a perseguição por parte dos uruguaiois, o combate do rio da Prata... Dos es-

caninhos de todas as recordações, a figura de Carniglia, alta, ágil, robusta, surgia a cada passo. A bravura com que enfrentara o inimigo, exposto às balas, no convés da *Farroupilha*, a segurança com que conduzira o lanchão rio acima, até Gualeguaí... Não havia perigo que o contivesse. “*Colui, bastava per diecil.*” Revia-se baleado, tremendo no delírio da febre. Carniglia, sentado ao pé do catre, “*coll’assoduità, la pazienza d’un angelo*”, curava-lhe a ferida; e quando se afastava por instantes, era para não mostrar a comoção que lhe enchia de lágrimas os olhos...

Depois, o cenário da recordação se deslocava para os trabalhos na Charqueada, as correrias pela lagoa, as visitas à fazenda em companhia de Matru, seu amigo de infância, como ele devotado de corpo e alma ao ressurgimento da pátria e a libertação dos povos... Queria-o enternecidamente, sentia-se ligado a ele por laços indissolúveis. “*Lo amavo Edoardo com’un fratello!*”

Os outros amigos estavam longe. Cuneo continuava, a essas horas, nas andanças entre o rio da Prata e o Rio de Janeiro, à espera sempre do momento propício para voltar à terra natal. Castellini, fixado em Montevideú, fazia as vezes, ali, de agente confidencial da República Rio-grandense, comprando armas e munições com gados e couros secos, transmitindo a Almeida as menores oscilações da política uruguaia, sempre inquieta e mutável... De todo o grupo oficial dos expatriados, que se viera formando aos poucos na América do Sul, só estava junto dele Rossetti. Mas este, o único no mundo que lhe poderia servir de amparo em tais momentos, parecia que estivesse longe também. “*Rossetti... era lontano occupato nel governo del nuovo Stato*”.

Aos companheiros recentes, que apenas conhecia, não o ligava nenhuma intimidade. Griggs, excelente homem, admirável marinheiro, modesto e bravo como poucos, mas tão diferente em sua fleuma, fechado em si mesmo, seria sempre britanicamente incapaz de compreender os extravasamentos da sua personalidade. Havia ainda Bilbao e Valerigini, impecáveis no trabalho, não menos que João Henriques e Manuel Rodrigues. Como companheiros de serviço, pareciam-lhe perfeitos. Mas apenas companheiros, não amigos. “*Nuovi compagni... e non un amico di cui ho sempre setito il bisogno nella mia vita.*” E o que o seu temperamento vibrátil requer é a presença de uma pessoa a quem possa confiar sem reboços nem

reticências os sentimentos mais íntimos, todas as suas inquietações. Garibaldi, isolado, sente-se um homem incompleto.

Na desolação em que vive, escreve cartas. Chegarão ao seu destino? *“Forse che si, forse che no.”* Em todo caso escreve: escreve para aliviar o espírito do peso que o oprime, para desabafar, para evadir-se da angústia de si mesmo. Donana, a bondosa, a inesquecível Donana, serve-lhe de confidente à distância. “Nossa posição presente”, escreve-lhe, “nada deixaria a desejar se não fosse amargurada por aquela catástrofe, a mais terrível que me pudesse acontecer. Ah! Senhora minha, a desgraça de uma existência de apostolado me havia endurecido contra as calamidades. Mas esta última! Esta última... se encontra impressa no meu coração em caracteres indeléveis; e nunca, jamais, se estamparão sobre a minha face senão a desdita e o desespero.”

As cartas que entrega aos azares da sorte ficam sem resposta. Ninguém no mundo lhe ouve os gritos de angústia, ninguém lhe alivia o peso que o acabrunha. Sua solidão espiritual é sem limites. Sofre *“d’un modo inaspettato ed orribile”*. No correr dos dias, essa imperiosa necessidade de ter junto de si uma pessoa que o compreenda e lhe dedique algum afeto toma formas de verdadeira obsessão. *“Avevo bisogno d’un essere umano che mi amasse!”*

Nunca havia pensado, a sério, no casamento. O idílio do Camaquã perfumara-lhe o pensamento durante alguns meses, suavemente, como uma aspiração irreal, fantástica, fora dos quadros cotidianos da existência. Devaneio da mocidade, nada mais. Considerava-se, aliás, o menos indicado dos homens para a regularidade da vida conjugal. A desmedida independência de caráter e a paixão das aventuras não fariam dele, por certo, um tipo ideal de marido. A família parecia-lhe o resumo fatal das existências tranquilas, cujo ontem se parece com o amanhã, na mesmice invariável do hoje. Como poderia ele, incorrigível caçador de sensações, aventureiro de corpo e alma, pensar em ter a seu lado mulher e filhos? Nenhum contrassenso haveria de mostrar-se mais chocante nem menos conforme a natureza das coisas.

Mas a ideia, absurda, quase monstruosa, voltava a golpear-lhe o pensamento: *“Una donna! Si, una donna!”* Se encontrasse uma mulher que fosse capaz de compreendê-lo, sua vida se tornaria, por certo, mais

fecunda, mais bela, mais útil às causas que defendesse. Teria uma pessoa por quem trabalhar, lutar e sofrer. Situações e circunstâncias que se apresentavam agora falhas de sentido adquiririam um significado palpável e imediato. Só a mulher, dizia a si mesmo, pode verdadeiramente compreender e amar o homem. “Anjo tutelar nas aflições, estrela das tempestades, a mulher é uma divindade que nunca se implora em vão, especialmente quando se é desgraçado”, pensava nas suas cismas solitárias, enquanto em volta dele a tripulação continuava a preparar o navio para as aventuras do curso. E Garibaldi voltava a cair bruscamente na realidade. O amor de uma mulher na vida de um corsário... Ótimo assunto de novela. Mas o prosaísmo da vida é inimigo do romanesco. E com um sorriso nos lábios, retomava, com decisão maior, a ocupação interrompida.

\*

Os navios da República estão ancorados defronte ao morro da Barra, arrabalde situado entre a foz da lagoa e a vila. Observam-se bem, do lado do mar, as ladeiras íngremes, rasgadas em cotovelo. Com óculos de alcance chega-se a distinguir mesmo as feições das pessoas que se movem em torno daquelas casinhas, meio encobertas entre largas folhas de bananeiras e copados arbustos. De tão próximas, as casas sobre a estrada que acompanha a praia, quase se pode dirigir a palavra aos seus moradores.

Ao cair da tarde, no tombadilho da *Itaparica* ou do *Rio Pardo* um dos passatempos em que se compraz Garibaldi é observar os vaivéns pelas ruelas do morro. Quando algum recanto de paisagem lhe aviva a curiosidade, lança mão dos binóculos que encontrou a bordo da *Liberadora*. E passa alguns momentos distraído, assim, antes de recolher-se à solidão do catre.

Um dia sente a atenção despertada por um vulto feminino, que, vindo da vila, entrava numa das casas da praia. Ágil de movimentos, caminhava a passos rápidos, graciosos. Pouco depois estava à janela. Óculos em punho, observa-a com mais vagar. Tem a impressão de que já viu alhures aquele rosto. Mas é evidente o engano. Onde poderia ter encontrado, nas suas peregrinações, uma filha daquele lugarejo perdido no mundo?

Dias consecutivos, a cena se repete. Todas as tardes, ao cair do sal, a moça vem à janela. Os seus olhos não se desprendem do mar. Dir-

-se-ia absorta num grande sonho, e que esse sonho estivesse preso às velas infladas de vento, que cortam, céleres, a linha das águas. O vago passatempo de Garibaldi transforma-se já numa preocupação constante. É com ansiedade que ele espera a hora do Ângelus, não para repousar das fadigas do dia nem para espairecer, descuidoso e incerto, no convés do seu navio, mas para extasiar-se na contemplação daquele rosto pensativo e sério, cujos olhos não se afastam das ondas da laguna.

Parece-lhe, agora, que também a moça põe nele atenção. É certo, pelo menos, que se sabe observada. Reveste-se de ânimo um dia e resolve saudá-la. Na tarde seguinte, insiste. Será que ele se engana? A moça sorri, e depois, como que arrependida, retira-se bruscamente para o interior da casa. Sente Garibaldi que tudo, ao seu redor, toma aspectos de festa. Aquelas horas passadas, de tristes recordações e acabrunhamentos soturnos cedem lugar, agora, a uma ansiosa alegria de viver. Como compreender que um olhar de mulher, nada mais que um olhar, consiga espanejar as nuvens que lhe tornavam tão desalentadores os dias? Nem pelo menos sabe quem é a dona daqueles olhos, que parecem ocupados sempre em medir a profundidade das suas cismas com a larga superfície das águas.

O romanesco da situação o subjuga, já não se contém sua atração pela aventura. É imperioso que se aproxime daquela mulher, que lhe comunique o mundo de sentimentos novos que o seu olhar despertava nele. Resoluto chama alguns marinheiros para que o conduzam a terra. Não leva nenhum plano formado. A sorte decidirá, como em todas as circunstâncias da sua vida.

Chegando à praia, põe-se a caminhar em direção do núcleo de casas, no sopé do morro. Encontra um conhecido que lhe havia sido apresentado logo depois da chegada dos libertadores. Entabulam conversa. À boa maneira da terra, convida-o o lagunense a que “deem uma chegada” à sua casa, para tomar café. Garibaldi acede de boa mente. Espera que esse fortuito encontro o auxilie na realização do seu intento. Assim que a ocasião se apresentasse, pediria ao habitante do lugar às informações que procurava.

Quando transpõe o limiar da casa, estaca, tal estivessem os pés chumbados ao solo. Ali está, na sua presença, o objeto dos seus devaneios, uma jovem de mediana estatura, morena, grandes olhos negros, feições

não muito regulares, mas delicadas. O dono da casa faz as apresentações. Adianta-se a moça para dizer-lhe que já o conhecia. Vira-o quando as tropas entravam na vila, depois por ocasião do primeiro *Te Deum* na igreja matriz, mais tarde no hospital de sangue. Agora Garibaldi também recorda. De fato, aquele rosto, olhado à distância, já não lhe parecera estranho.

O acolhimento que lhe davam não poderia ser mais caloroso. A fama das suas proezas na lagoa dos Patos, o transporte dos lanchões, o naufrágio na barra do Araranguá, tudo isso lhe envolvia o nome de uma legenda de romântica bravura. A Laguna toda o conhecia. Nas raras vezes em que aparecia na vila, as moças comentavam, embevecidas: “Aquele é o Garibaldi. Que linda figura de homem!” Mas o herói, sumido nas suas preocupações, não dava atenção à geral curiosidade que o cercava.

Fora em dias de profunda crise moral que os seus passos se haviam cruzado, pela primeira vez, com os daquela *donna*. Não vira, por isso, quanto os olhos dela, como que magnetizados, se demoravam sobre o seu rosto.

Enquanto a conversa tomava giros vários, sempre em torno dos assuntos obrigatórios fornecidos pela revolução, tratava Garibaldi de dar a entender à jovem, pela insistência das miradas, quanto a sua beleza o trazia fascinado. Notava-a esquiva e retraída, e isso mais o aferrava ao seu propósito de decidir ali mesmo a sorte que o esperava. Mas “*del dire al fare*” – reza um ditado da sua terra – “*vi é di mezzo il mare*”. Como agir em tal circunstância, a meio daquela tertúlia? Ademais, nem sabia ainda quem ela era. Só lhe ficara da apresentação o nome: Aninha.

Não seria possível dilatar por mais tempo a visita. Garibaldi levanta-se. O sorriso, que é a sua grande força de sedução, lhe baila à flor dos lábios. Sim, por certo voltaria, não uma, mas muitas vezes para conversar e tomar café. Quando estende a mão a Aninha, sente-a profundamente perturbada. E perturbado ele também, diz-lhe a meia voz, na sua língua natal:

– *Tu devi esser mia!*

\*

O pai de Aninha, Bento Ribeiro da Silva, latagão corpulento e disposto, a quem chamavam *Bentão* em todas as cercanias de Lajes, resolvera, depois de casar-se com Maria Antônia de Jesus, natural de São Paulo, experimentar a sorte nas regiões da beira-mar. Estava cansado da vida de



tropeiro. Pelas alturas de 1815 fixou-se em Morrinhos, no Tubarão, com sua mulher, mais conhecida pelo nome de Maria Bento, e três filhos, Manuela, Felicidade e Francisco. Este, o menor, faleceu menino ainda. *Bentão* ou *Chico Bento*, como também o tratavam, pouco prosperou na baixada. Levou sempre vida, senão atribulada, dificultosa.

Em Morrinhos nasceram mais três filhos do casal. Ana, Salvador e Bernardo, os dois últimos falecidos em tenra idade, assim como o outro varão, que viera da serra com os pais. Bentão poucos anos viveu depois da mudança. Deixou a viúva na miséria e com três filhas a criar.

A primeira infância de Aninha decorreu, assim, num ambiente de grandes privações. Maria Bento provia, ela só, à subsistência dos seus, com trabalhos domésticos que lhe proporcionavam os magros ganhos indispensáveis. As filhas cresciam viçosas, cheias de seiva. A mais velha, apenas chegada a moça, casava com um calafate da armada e com ele seguia para o Rio de Janeiro. Aninha, a menor das três, revelava desde criança um caráter independente e resolutivo. Sabia impor-se pela energia. A pobreza como que lhe aguçava o amor-próprio, que herdara do pai. Muitas vezes, suas atitudes ríspidas criavam dificuldades à atribulada Maria Bento. E foi por uma rixa causada pela menina que a viúva resolveu, afinal, mudar-se de Morrinhos para a Laguna.

Aninha, na verdade, não tivera nenhuma culpa no ocorrido. Pelo contrário, a mãe e a irmã reconheciam que ela agira muito bem, castigando o audacioso que lhe faltara ao respeito. Ocorrera o caso num domingo pela manhã, quando a menina se dirigia ao povoado para assistir à missa. Ia a cavalo, como de costume. Ao atingir um trecho em que a estrada corre entre duas orlas de mato, encontrou o leito impedido por uma carreta e o pasto lateral tomado por uma junta de bois que o carreteiro trazia à soga. Era aquele rapaz um amigo de infância, que vivia a importuná-la com a impertinência dos seus cortejos. Mais de uma vez já havia procurado dissuadi-lo. Mas ele insistia, despeitado pela repulsa.

Saudou-o Aninha com afabilidade e pediu que arredasse os animais para dar-lhe passagem. Não se moveu o rapagão, estirado preguiçosamente na grama. Olhou-a com desdém e disse:

– Se quer passar, tire você mesma os bois. Eu daqui não saio.

Não deixaria Aninha que o carreteiro lhe repetisse o alvitre. De rebenque em punho, atirou o cavalo sobre os bois e fê-los arredar do caminho. Não esperava por isso o cortejador infeliz. Irritado, levanta-se de um salto e agarra pela rédea o cavalo, decidido a barrar a passagem à moça. Esta com a mesma decisão com que vergastara os animais, vibra-lhe algumas chicotadas no rosto obrigando-o a soltar a brida e a fugir de novos golpes. E sai a galope, rumo da freguesia.

O vilão castigado não encontrou solução melhor do que dar queixa ao subdelegado. Teve Maria Bento aborrecimentos com a questão. E para evitar maiores querelas resolveu mudar-se, primeiro para a outra margem do Tubarão, depois para o Campo da Carniça, a dois quilômetros da Laguna.

Aí, enamorou-se da menina um moço de nome Manuel Duarte de Aguiar, filho do falecido Francisco Duarte e de Joaquina Rosa de Jesus, natural do Desterro. Caíra o rapaz nas boas graças da viúva. Era caladão, morigerado nos costumes, de ofício sapateiro. Teria Aninha então quatorze a quinze anos. Na opinião da mãe, estava em idade para casar. Quando já comprometida com Manuel Duarte, requestou-a um sargento de milícias, João Gonçalves Padilha. Como partido, este seria superior ao outro. Mas, quem garantiria as boas intenções do novo pretendente? A palavra dada ao sapateiro tinha que ser mantida. E o sargento houve de reconhecer a falta de prestígio da sua farda para conquistar o coração da filha de Maria Bento. O casamento de Aninha com Duarte era coisa assentada. Marcou-se o dia. Da casa do padrinho da moça, João Joaquim Mendes Braga, dirigiram-se os noivos para a igreja. Casou-os o vigário Manuel Ferreira Cruz.

A vida do casal corria apagada e monótona: Manuel Duarte a cuidar das solas, Aninha a aborrecer-se na sua inexpressiva companhia. Não tiveram filhos. Não tiveram alegrias. Mas tiveram um enorme arrependimento de se haverem casado.

Quando a revolução começou a preocupar os habitantes da Laguna, pronunciou-se Aninha, apaixonadamente, desde a primeira hora, pelos republicanos. O marido tomou posição ao lado dos legalistas, ou mais exatamente, não tomou posição alguma: deixou-se ficar onde já estava. Para que mudar? De política não entendia, nem queria saber. Para ele, quem fazia a política era o coronel França. O que o juiz de paz dissesse de-

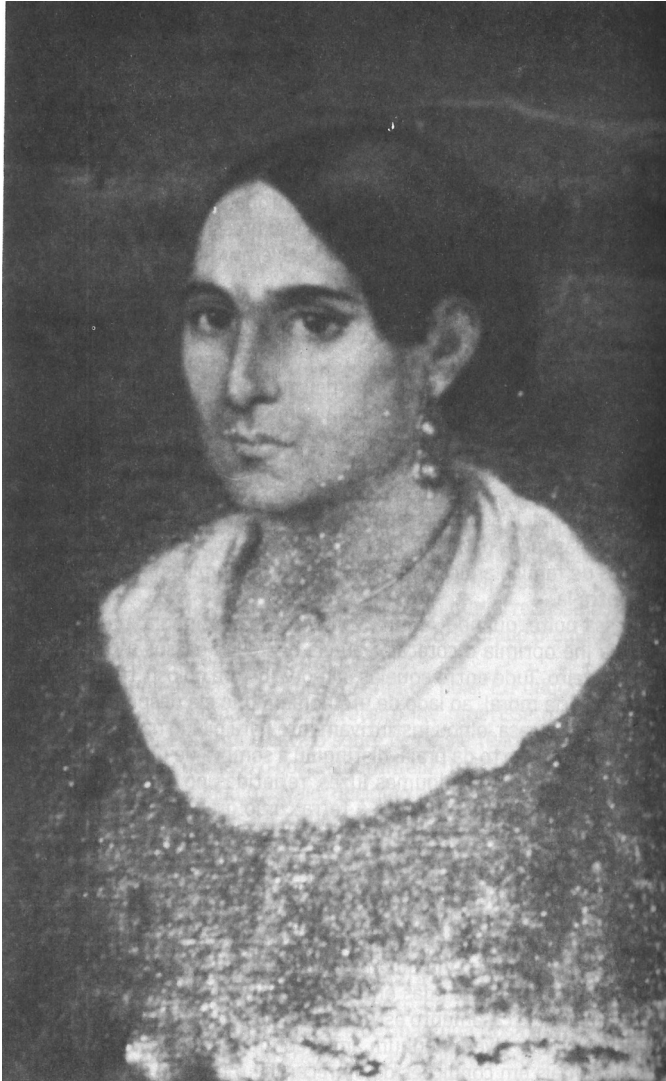
via ser, em última palavra, a vontade do povo. E como o coronel, semanas antes da entrada dos revolucionários, houvesse conclamado por editais a guarda nacional, lá se fora o sapateiro rumo do quartel; e dali, com a fuga de Vilas Boas, para o morro dos Cavalos. Deixara a mulher confiada aos cuidados de família amiga. E foi em casa dessa família que Garibaldi veio a encontrá-la.

Nessa noite, quando Aninha voltava à sua casinhola, uma estranha angústia lhe oprimia o coração. Parecia que seus passos a conduzissem a um cativoiro. Tudo entre aquelas paredes lhe era odioso, tudo lhe falava da sua miséria moral, ao lado de um homem que ela desprezava. Ao chegar defronte à casa, olhou instintivamente para o lado da baía. À claridade do luar, bem perto da praia, distinguiu a sombra de um navio. Ali estava Garibaldi. De bordo, algumas luzes, refletidas no espelho quieto das águas, alongavam-se em direção à terra como grandes, trêmulos braços de fogo que estivessem à sua procura para arrebatá-la.

Não dormiu a noite inteira. A sua infância triste, os rápidos, atribulados dias da adolescência, os anos de casada, monótonos, pesados, desmoralizantes na intransponível separação espiritual que se cavara entre ela e o marido, tudo lhe passava, horas e horas, pela mente insone, com a claridade das alucinações. Viu que não poderia continuar a viver assim. Um confuso rancor lhe subia das entranhas contra a memória da mãe, que a obrigara àquele casamento estúpido e falho de sentido. Afinal, para que se casara? Nunca tivera nenhum amor ao marido, nem pelo menos estivera ele jamais em condições de oferecer-lhe o mínimo de bem-estar de que sempre houvera falta na casa materna. Bem inspirada a sua amiga Licota, que preferia continuar solteira a ligar-se a um daqueles rapagões grosseiros, obstinados em requestá-la.

Depois via-se a bordo de um navio, ao lado do estrangeiro de semblante expressivo e atraente, olhos azuis, muito vivos. Lindo homem aquele, lindo como nunca vira nenhum outro. Não muito alto, largo de ombros, cintura fina. O rosto, emoldurado de uma barba sedosa e loura, fazia lembrar as figuras de Nosso Senhor. Mas a bondade que o iluminava não escondia de todo a máscula expressão de força, capaz de enfrentar os maiores perigos e que lhe dominava os traços da fisionomia. Os cabelos, mais escuros do que a barba, caíam-lhe em longos anéis sobre os ombros.

Homem estranho! Como sorria com doçura, como a sua voz enfeitiçava os sentidos, como fascinava o seu olhar metálico, penetrante, que parecia devassar os mais íntimos refolhos do pensamento alheio. À sua imaginação, aparecia aquele homem como o filho predileto da liberdade, como o



*Retrato de Anita na casa-museu em Laguna (SC).  
Fotografia de M. Gonçalves.*

salvador dos oprimidos, um predestinado da glória. Que sacrifícios não faria uma mulher para segui-lo, para ser amada por ele? A própria morte ao seu lado seria agradável.

Quando se lembrava das palavras que lhe murmurara, presa a sua mão à dele: – “Tu serás minha!” – um tremor lhe agitava o corpo, como se estivesse ardendo em febre. Que seria da sua vida? Se resolvesse ligar-se àquele homem, que diriam dela as irmãs, os parentes, os amigos, a vila toda, onde todos a conheciam? Ninguém, por certo, lhe perdoaria tão grande loucura. Haveriam de acusá-la como perjura, como uma perdida, capaz de abandonar o marido. O marido! E a figura abrutalhada, insignificante do sapateiro lhe surgia na imaginação, mais odiosa do que nunca na sua incrível estupidez. Estaria condenada a passar a vida inteira ao lado de um homem que ela desprezava? Desesperada, parecia que o coração lhe ia estalar. Depois, a dor se desfez em soluços. Chorou convulsivamente, chorou até que as primeiras luzes da madrugada entraram pelas frestas da janela.

Ao amanhecer, levantou-se completamente calma. Chegou à janela. O navio, nas águas transparentes da baía, balouçava de leve. A bordo já ia grande a azáfama. Preparavam os barcos, disseram-lhe Garibaldi, para sair ao mar dentro de alguns dias. Como fascinada por uma visão que lhe surgisse do seio azul das águas, esteve absorta muito tempo, sem dar atenção ao movimento cotidiano que começava nas ruelas do morro.

\*

Os dias sucediam-se nervosos, inquietos, para os dois apaixonados. Do convés do navio, passava Garibaldi horas inteiras a espreitar os movimentos naquela casinha ao sopé da colina. Vivia a moça constantemente sob o império do seu olhar agudo, magnético, dominador. Já pelas vizinhanças o namoro dera na vista, e começavam os murmúrios. Seria possível? Que descaramento! Uma mulher casada prestar-se àquele escândalo! Pobre Duarte! Enquanto suportava as fadigas da guerra contra os invasores, embeuçava-se a mulher por um “farrapo”, um aventureiro sem escrúpulos, um “gringo”!

Também a bordo notava-se a modificação produzida nas maneiras do comandante. Estava menos exigente para os serviços. Tudo lhe parecia bem. Dir-se-ia pedir à maruja que não lhe interrompesse os pen-

samentos. Evidente que aquelas preocupações não se ligavam às tarefas de bordo. Aquilo era coisa de mulher. Ali havia rabo de saia.

Garibaldi estava decidido. Aquela mulher seria sua, aquela ou nenhuma outra. Que importava fosse casada, se não amava o marido? Aquela criatura, admirável na sua simplicidade, flor desabrochada nos campos, tinha direito, afinal, à ventura e à vida. Se houvesse culpa no que intentava, ele a tomaria inteira à sua responsabilidade. “*Se vi fu colpa, io l’ebbi intiera*”. Por certo que o procedimento a que a paixão os arrastava era culposo, não só aos olhos do mundo, mas ainda aos dele próprio. Mas pode mais o amor, nas suas exigências cegas, do que todas as considerações da razão humana. “*E vi fu colpa, sil Si rannodavano due cuori con amore immenso, e s’infrangeva l’esistenza di un innocente!*”

Concorriam as dificuldades em fortalecê-lo na ideia que já fizera obsessão. Pois não era evidente que a aventura ganhava em prestígio novelesco pelo fato de pertencer a outro homem a mulher dos seus sonhos? Como é que um aventureiro deve ligar-se a uma mulher? Pelos caminhos normais trilhados por toda gente, ou pelos arrebatamentos da paixão e pela violência do escândalo?

\*

Uma tarde, dirigia-se a terra, quando viu que Aninha saía de casa com um cântaro à mão e tomava o rumo da fonte, que fica a alguma distância da praia, numa pequena abertura de mato à encosta do outeiro. Faltavam dois dias apenas para a saída dos navios. Não havia tempo a perder. Hoje mesmo, dizia consigo, haveria de resolver-se aquela situação. E, saltando na praia, foi a passos rápidos, por outra estrada, ao lugar em que a moça devia estar. Sentia que a fatalidade o impelia a um momento culminante da sua vida.

Quando Aninha o viu chegar, fugiu-lhe um grito de espanto. Via-o como nunca vira, agitado, as feições alteradas, um fulgor de aço nos olhos muito azuis, muito grandes, penetrantemente cravados nela. Não sorria. As palavras que pronunciava, em torrentes, pareciam sem nexos. Voltava, sempre, ao mesmo estribilho: “É preciso que sejas minha!” “*Tu devi esser mia!*” Ao lado dele, dizia com arrebatamento, estava a felicidade, a vida de aventuras, o desconhecido, a glória. Como poderia uma criatura das suas condições de espírito resignar-se a uma vida apagada assim,



*Retrato de Garibaldi feito entre 1843 e 1846 em Montevideu.  
Reproduzido de Garibaldi L'Album Fotografico de W. Settimelli,  
Florença, Alinari, 1982. p. 33.*

naquele triste burgo sem emoções, invencível espreguiçamento à face da Terra? Falou-lhe longamente, nervosamente, caldeadas as palavras no fogo da paixão. Mas, ainda mais do que as palavras falavam os seus olhos azuis, grandes, vivos, magnéticos, irresistíveis.

Aninha não atinava com o que responder-lhe. Olhava-o com fixidez, como que atemorizada do seu aspecto e horrorizada do que lhe propunha. Depois, chorou convulsamente. E quando ele lhe tomou as mãos e mais uma vez repetiu, com invencível decisão: “*Tu devi esser mia!*”, ela inclinou a cabeça, vencida, incapaz de novas resistências.

Dois dias depois, às primeiras sombras da noite, Garibaldi a esperava no seu escaler, no desvão da praia onde haviam combinado encontrar-se. Dentro de instantes o *Rio Pardo* ia abrir as velas e transpor a barra, procurando iludir a esquadilha legalista, destacada naquelas águas para impedir a todo custo a saída dos corsários.



.....

## *Capítulo V*

### VIAGEM DE NÚPCIAS

**N**ÃO DESCANSAVA Andreia no cuidado de impedir que os ocupantes da Laguna atingissem o mar aberto. Se Garibaldi conseguisse iludir a vigilância dos legalistas, repercutiria o fato no Rio de Janeiro, sempre nervosos e irritadiços os homens do governo, como imperdoável desídia do comando naval e, por extensão, do próprio presidente da província. O chefe dos piratas, audacioso como ninguém, não deixara de tirar vantagens da surtida. E George Broom, comandante do *Patagônia*, encarregado de vigiar a barra, foi notificado de que seria pessoalmente responsável pela eficácia do bloqueio.

A presença dos revolucionários naquele ponto não ameaçava apenas o comércio de cabotagem, também os transportes de guerra destinados ao Rio Grande. As cotidianas, minudentes indagações de Andreia não deixavam Mariath respirar tranquilo. Que se reforçasse o bloqueio, que se destacassem novas unidades às águas da Laguna. Além do *Patagônia*, mais quatro navios já cruzavam, sob as ordens de Broom, ao largo da barra. E não sossegou o presidente enquanto o comandante da esquadra não lhe garantisse que mandara “cobrir a costa toda com quantos navios pudera conseguir para o serviço do cruzeiro”.

Em face de tantas precauções, como lograriam os barcos republicanos transpor a barra? Empenhar-se em combate, logo à saída do porto, não seria recomendável. Incerto o êxito, a vitória mesmo se mostraria pouco apetecível naquelas circunstâncias. Quem sai ao curso não pode expor-se, de início, a tão grandes contratempos. Teve Garibaldi desde logo por assentado que se fazia imprescindível iludir a vigilância do adversário. No porto, substituindo-o na chefia dos serviços navais, ficaria João Henriques. Ele mesmo se encarregaria de atravessar o bloqueio. Levaria consigo o *Rio Pardo*, sob o seu comando, a *Caçapava*, comandada por Griggs, e o *Seival*, sob as ordens de Valerigini.

No dia fixado para a saída, despachou pela manhã uma sumaca destinada aparentemente aos portos do norte, mas de fato encaminhada ao Desterro.

Logo que os legalistas viram o barquinho solitário velejando rumo do setentrião, fizeram os necessários bordejos para persegui-lo. O estratagema não falhara. Dentro de algumas horas, o caminho estaria livre. Os espias colocados no morro davam notícia das manobras do inimigo. Ao cair da tarde, já não se divisava nenhuma vela imperial nas cercanias da Laguna. E os três lenhos republicanos transpuseram tranquilamente a barra.

Como o vento fosse de sudoeste, navegaram durante a noite com rumo sul-sueste. Distanciavam-se, assim, dos navios encarregados do bloqueio. Mudando o vento, demandaram as queimadas, nas vizinhanças de Santos. E ali se conservaram durante dois dias, sem haver lóbrigado nenhum navio de guerra. Rondando depois o vento para nordeste, rumaram de novo em direção ao sul.

Nesse em meio, esfalfava-se o *Patagônia* por atingir a fugitiva sumaca. Bordejou com vento contrário todo um dia e toda uma noite. Gaba-se Broom do seu espírito de disciplina. Por que soubesse cumprir as ordens que lhe confiavam, não deixaria, de nenhum modo, escapar aquela presa. Quando já se aproximava do Desterro, nas alturas da barra sul, logrou, afinal, registrá-la. Chegada a sumaca ao porto da capital, soube-se pelas declarações do comandante o ardil em que havia caído o chefe do bloqueio. A fúria de Andreia extravasou. O simplório Broom, de volta ao seu posto nas águas da Laguna, foi suspenso do comando do navio e man-

dado ao Rio de Janeiro para responder a conselho de guerra. Do bloqueio ficava encarregado o capitão-tenente Romano da Silva.

Andreia, já sabedor da saída dos corsários através de uma comunicação de Canabarro a Teixeira, interceptada por patrulhas legalistas, mandou que Mariath aprestasse incontinentemente todos os navios em condições de caçá-los. E expediu aviso às autoridades dos portos de mar da província para que estivessem acautelados, pois constava “terem saído da vila alguns corsários”. Aqueles a quem o aviso fosse apresentado deveriam apor-lhe “o visto de que ficavam inteligenciados”. Mariath entrou em atividade febril. Ordenou ao capitão de fragata Joaquim Leal Ferreira, comandante da corveta *Regeneração*, que “sem a menor perda de tempo se fizesse à vela e fosse cruzar até a altura do Rio de Janeiro”. Recomendava-lhe muito que se demorasse alguns dias em Paranaguá e Santos, pois notícias recentes anunciavam a saída de corsários do porto da Laguna com o propósito de apresar embarcações naquela costa. “Devendo V.S. tomar não só as inimigas, mas ainda aquelas que lhe causarem desconfianças; pois também se sabe que alguns dos corsários levava papéis falsos para entrarem em algum porto a carregarem.”

Tratou Leal Ferreira de executar as determinações ao pé da letra. Perscrutou minuciosamente a costa. Examinou os portos de Santos e Paranaguá. Registrou quantas embarcações fosse encontrando. Mas chegou à barra do Rio de Janeiro sem haver logrado o mais leve sinal dos rebeldes. Depois de bordejar inutilmente durante alguns dias nessas alturas, tomou caminho de volta para o sul.

\*

A bordo dos corsários, desde Garibaldi até ao mais novato dos marinheiros, todos ansiavam pelo encontro do inimigo. Aninha, apresentada à tripulação como esposa do comandante, dava a impressão de haver caído no mundo dos seus sonhos. Tudo lhe causava interesse. Observava, inquiria, nenhum pormenor lhe era indiferente. Garibaldi passava horas ao seu lado instruindo-a nos misteres da navegação e da guerra. Improvisou-se um tiro ao alvo para exercitá-la. Ao cabo de dias, já passavam as gaiotas a servir-lhe de mira. Pediu depois que lhe explicassem o manejo das peças. Simulavam-se combates. Ela, entre os soldados, atirava-se ao convés; e parapeitada, de mosquetão ao peito, executava com precisão as ordens do

comandante. Aninha começava a viver. O grande sonho de sua vida, que ela sempre entrevira no mar, tomava por fim contornos de realidade.

Garibaldi falava-lhe, muitas vezes, em italiano. Compreendia-o já perfeitamente.

“*Lo ti chiameró Anita*”, dissera-lhe. E ela concordara em que Anita soava melhor que o outro diminutivo caseiro.

Os trabalhos de bordo, aquela constante, nervosa inquietação da vida maruja, a imensidade agitada do mar cujos horizontes, vazios agora, poderiam dentro em pouco, povoar-se dos perigos da morte, tudo isso lhe parecia uma fascinante moldura de seu idílio. À noite, quando a tripulação já dormia, vigilantes apenas os homens de quarto, os dois enamorados se quedavam à amurada do barco, entretidos na linguagem muda da sua felicidade. As esteiras de prata que o luar ia desdobrando no mar eram, aos olhos maravilhados de Anita, como um caminho irreal que ela houvesse transposto para atingir à glória do seu amor. Pensava na degradação da sua vida passada. Estivera presa, durante anos, aos grilhões da humilhação. Mas um príncipe encantado, loiro e belo como os príncipes que apareciam nos contos de fada da sua meninice, surgira um dia das águas do mar para libertá-la da prisão. “Para que eu te leve comigo”, dissera-lhe, “é preciso que me dê a prova do teu amor. Transpõe com teus próprios pés esse caminho de prata que o luar estende entre a tua prisão e o meu navio.”

Horas e horas continuava o êxtase. A voz de Garibaldi chamava-a à realidade. “Ao longe, aquela luz... Seria um navio?” O vigia, cozido ao mastro respondia: – “Nenhum navio à vista!”

Afinal, quando já se aproximavam de Santos, encontraram uma embarcação com a bandeira do Império: uma sumaca, cheia de carga, em demanda dos portos do sul. Encarregado Griggs de abordá-la, “foi o baleote arpoado num abrir e fechar de olhos pela maruja da *Caçapava*. A tripulação, que parecia de boa paz, submeteu-se às determinações do corsário. Griggs mandou alguns dos seus homens para bordo da sumaca. E tratou de alcançar o *Rio Pardo* e o *Seival*, já distanciados. Mas quando a *Caçapava* diligenciava por juntar-se aos companheiros, começou o mar a cobrir-se de espessa neblina, tão comum naquelas costas em certos períodos do ano. O navio de Griggs tresmalhou-se. Nem logrou avistar-se mais com os barcos de Garibaldi e Valerigini, nem lhe foi possível cuidar convenientemente da presa. Vendo-se

perdida da *Caçapava*, a tripulação da sumaca mudou de atitude. De humilde e submissa, fez-se rebelde às ordens dos apresadores. Instigada pelo mestre e segura da sua força, recusou-se a obedecer ao novo comandante. Inútil qualquer tentativa de resistência, entregaram-se os corsários à sua sorte e foram postos a ferros. Protegido pelo vento, o barco retomou a rota para o sul.

Garibaldi e Valerigini afanavam-se na procura de Griggs. Entraram em quantas angras depararam. Bateram todos os recôncavos do litoral. Mas nenhum sinal do navio perdido. Iam já pelas alturas de Iguape e velejavam sobre a costa, nas cercanias da ponta da Juréa, quando perceberam a aproximação de um navio. “*Una corveta imperiale!*” Dispôs-se Garibaldi a um condigno encontro com o inimigo. Recorreu imediatamente à sua tática predileta: coser-se o mais possível com a praia, perigosa aí pela sua pouca profundidade e pelos recifes que o enxameiam. O barco inimigo era a *Regeneração*, há vários dias em busca dos farrapos. Logo que o seu comandante deu com os dois navios naquela posição, desconfiou-se tratar-se dos piratas da Laguna. Achegando-se a eles, viu que buscavam atraí-lo a situação desvantajosa, junto de terra. Teve confirmadas, assim, as suas suspeitas. Sem mais esperar por novas confirmações, abriu fogo, que foi respondido da outra banda.

Contava a corveta com vinte grandes peças em bateria coberta. Dispunham os revolucionários apenas de três pequenos canhões, dois de calibre 9 e um de 12. A desproporção, apesar de enorme, não atemorizou os rebeldes. Enfrentaram com decisão o ataque. Tinham em seu auxílio as condições do local. De bordo da *Regeneração*, mediam a profundidade do mar: sete braças. Impossível pensar na perseguição do inimigo. Leal Ferreira conhecia mal aquela costa, “sabida perigosa pelos alfaques que a cingem”. Já avançara demais sobre a praia. Via nos corsários a intenção de passar de agredidos a agressores. “*La minacciammo d’abbordaggio*”, diz Garibaldi. A *Regeneração*, apesar de sua formidável potência de fogo em relações àqueles pequenos barcos, esteve a pique de um desastre. Avizinhava-se a noite. Não havia outro remédio senão abandonar o local. Foi o que resolveu o comandante legalista, mandando virar de proa para o mar alto.

Na manhã seguinte, continuava a corveta à vista da sumaca e do iate.

De novo se inicia a perseguição aos rebeldes. “À força da vela, correram os navios pela costa.” Recomeçou o fogo. Mas o combate mais

parecia um simulacro do que uma ação real. Nenhum dos tiros alcançou os lenhos revolucionários, que continuavam favorecidos pelas condições do tempo. De súbito, e com grande violência, saltou o vento para o quadrante de sudoeste e fez em tiras o velacho da corveta, já arriado sobre a pega, bem como o traquete que se achava carregado. “Soprou a ventania com enorme intensidade, durante horas.” A *Regeneração* conseguiu fazer-se ao largo. Foi, sem dúvida, a sua salvação, pois de leste ou sueste o vento, e ela “ter-se-ia perdido irremediavelmente naquelas praias tão marcadas de esqueletos de navios”.

Seguia nublado o tempo e caíam fortes aguaceiros. A corveta fez o possível, até o dia imediato, por não se distanciar demais dos corsários. Mas estes, bordejando com vantagem, alcançaram a latitude de Cananeia. E transpondo a barra do sul, que melhores condições de acesso lhes oferecia, foram ocultar-se por detrás da ilha do Abrigo, ótimo esconderijo e lugar indicado para refazerem as provisões de bordo. Desembarcou parte da tripulação, que percorreu as fazendas próximas da costa. Os proprietários corresponderam de boa vontade às suas requisições, o que não impediu que se queixassem, mais tarde, de terem sido depreedadas as suas plantações.

Estavam ainda os corsários ancorados sob a proteção da ilha quando lhes passaram à vista duas sumacas, que foram intimadas a render-se. Eram a *Bizarra* e a *Elvira*, que levavam carregamentos de arroz para o Rio de Janeiro. Apoderando-se delas, guarneceu-as Garibaldi convenientemente com homens da sua melhor confiança.

Amainada a tempestade e enriquecidos pela boa presa, continuaram no roteiro para o sul, tratando de aproximar-se da Laguna. Tinha Garibaldi maus pressentimentos a respeito da situação política ali. Canabarro, violento, sempre insatisfeito, não se entendia com os homens do governo. Fazia Teixeira o possível por incentivar os avanços militares. Opunha-se-lhe, porém, uma invencível resistência passiva, que fazia malograr todos os planos. Convinha que se não retardasse por mais tempo a ausência dos navios. Se lograssem voltar ao porto com as embarcações já apresadas, por certo se levantariam os ânimos da população e renasceria a confiança no poder ofensivo da República.

Anita passara com a maior naturalidade da fase dos combates simulados para os reais. Dir-se-ia que ela fosse acostumada, de longa data,

a travessias marítimas, ao fragor das fuzilarias, aos sobressaltos das abordagens. Nos momentos de perigo não se apartava do lado de Garibaldi.

Pouco antes de chegarem às alturas de Paranaguá, alcançaram os corsários um barco mercante de rumo para o sul. Deram-lhe abordagem. Era a sumaca *Formiga*, que não ofereceu resistência. Destacados alguns homens para guarnecê-la, deparou-se lhes um quadro inesperado. No fundo do porão, postos a ferros, estavam os homens da tripulação da *Caçapava*, que lhes contaram a sua odisséia: o apresamento da sumaca, a hipócrita submissão do mestre e da maruja, a imediata revolta deles, apenas perdidos de vista pelo navio corsário. Vinham padecendo os maiores horrores. Maltratava-os barbaramente a tripulação amotinada. E dissera o mestre que os levaria algemados até o Desterro, onde os entregaria às autoridades do porto. Muda-se de novo e imprevisivelmente a situação: libertam-se os que estavam em algemas, agrilhoam-se os seus algozes. E comboiando as presas, os corsários continuam a sua rota.

No dia seguinte fundearam junto do morro das Conchas, na entrada de Paranaguá. Como exploradora, mandou Garibaldi uma lancha à terra. “Necessitando de aguada e tendo dito um dos tripulantes que podia fazê-lo junto à fortaleza que se encontrava desarmada”, para lá se dirigiu a pequena embarcação. Nada lhe obstando o acesso, fundeou bem em frente do forte. Joaquim Ferreira Barbosa, que comandava a decadente posição militar, mandou revistar a lancha por um sargento. Enorme foi a surpresa quando soube que se tratava de uma embarcação de rebeldes, tripulada por um inglês, “que servia de capitão de presas, e mais quatro soldados”. Nunca imaginaria que o atrevimento dos piratas chegasse a tanto. Como agir? O forte estava quase em ruínas. Se os corsários surpreendessem a cidade, dela se apoderariam. Ferreira Barbosa fez o que as circunstâncias lhe permitiam. Intimou a lancha com um tiro a que arriasse a bandeira do Império, que levava indevidamente içada. Não fizeram caso os corsários. Carregada a única peça ainda servível, despachou uma canoa para junto dos piratas: que se rendessem ou ele os meteria a pique. E ao mesmo tempo, mandou com urgência um próprio à cidade comunicar o que estava ocorrendo e pedir reforços de armas e soldados.

Como os rebeldes não obedecessem à intimação, fez o comandante da fortaleza abrir fogo. Mas, tal o estado do reparo, que ao disparar

a peça desabou de sobre o socalco de pedra onde estava montada. Incontinentemente, diversas canoas tripuladas por gente armada cercaram a lancha e aprisionaram os farrapos, arrecadando os seus armamentos. Ouvidos os tiros, os corsários, postados à entrada da barra, fizeram-se de vela em socorro da lancha. E quando de Paranaguá acudiram os auxílios pedidos pelo comandante da fortaleza, os republicanos já se haviam sumido rumo ao sul, em perseguição de um brigue assinalado à altura da barra.

\*

Navegavam os barcos revolucionários com suas presas nas cercanias da ilha de Santa Catarina, quando lhes surgiu pela proa o brigue *Andorinha*, que nas vésperas saíra em cruzeiro pela barra do norte. Desagradável encontro! Os olhos de Garibaldi não podiam enganar-se. Era aquele um “*vero legno da guerra*” com armas a bombordo, armado o convés com sete peças de artilharia. O dramático momento nunca mais será conhecido pelo corsário. Nas *Memórias*, lembrará que o *Rio Pardo* não passava de uma pequena galeota mercante, sem nenhum dos requisitos essenciais para tal conjuntura; o *Seival*, um simples lanchão. Mas, “*conveniva far buona contenenza*”. Deu ordens às pressas para que continuassem a sua rota em direção à enseada de Imbituba. E ato contínuo lançou-se contra o patacho, abrindo sobre ele nutrido fogo de artilharia e fuzis. O *Andorinha* respondeu com bravura. Mas agitado como estava o mar, o combate não poderia ser de resultados imediatos. Tinham os navios republicanos, as mais das vezes, a bateria do boreste debaixo d’água. Os canhões dos imperiais, nessas condições, poucos estragos lhe faziam. Esforçava-se Garibaldi por entreter o inimigo a barlavento, a fim de ensejar que os navios apresados ganhassem distância. Mas Francisco Romano da Silva percebeu o ardil e, abandonando por instantes os corsários, atirou-se sobre os navios mercantes para interceptar-lhes a fuga. Uma das sumacas deu à costa. O comandante do iate, apavorado, amainou a bandeira. O terceiro, comandado por Inácio Bilbao, conseguiu fugir.

Reengaja-se com mais violência o combate. O *Rio Pardo* tem furadas, já, algumas velas. Mantém-se a tripulação com bravura exemplar. Garibaldi dirige o fogo. Dificílima a técnica dos tiros, em vista da agitação do mar. Mas a maruja da *Andorinha* insiste no ataque. O *Seival* é atingido por seguro tiro, que lhe desmonta a peça. O casco do lanchão começa a



fazer água. A situação vai se tornando crítica para os corsários. Felizmente a noite já vem próxima. E o combate continua. Logo que as trevas se adensam, Garibaldi consegue iludir o fogo do patacho e fugir-lhe ao alcance dos tiros. O *Seival*, com dificuldade embora, vai-lhe nas águas. O vento, que soprara de leste, descamba para o quadrante sul. “*Con tale vento, impossibile entrare nella Laguna*”. É preciso também encontrar a presa que Bilbao, segundo as ordens recebidas, deve estar conduzindo a Imbituba.

Nenhuma solução melhor se oferece senão a de alcançar também essa enseada. Por certo, não encontrariam ali abrigo seguro contra o inimigo que lhes vinha no encalço e que trataria naturalmente de buscar reforços, durante a noite, na ilha de Santa Catarina. Mas não havia outro recurso. De qualquer maneira, poderiam melhor naquela angra do que em mar aberto esperar o ataque e reparar os navios. “*Bisognava quindi prepararsi a combattere*”. E na manhã seguinte os dois navios deitaram ferros em Imbituba, tão perto quanto possível de terra.

\*

A enseada onde se foram refugiar os corsários é formada apenas por uma breve concavidade da praia, continuada ao sul pelo avanço retilíneo de um contraforte, que atinge aí a sua máxima altura mas sofre, ao atirar-se no mar, violenta depressão. Escancarada aos ventos do setentrão e do oriente, limitam-se os seus préstimos apenas contra os pampeiros e as tempestades de sudoeste. Como posição de defesa, pouco se recomenda o lugar. As águas do ancoradouro, profundas e limpas de rochedos, dão acesso a barcos de bastante calado.

Teve Garibaldi por indubitável “que ali mesmo seria atacado pelas quilhas imperiais”, e que a *Andorinha* voltaria a carga auxiliada por significativo reforço. Era imprescindível, pois, aproveitar no máximo as condições topográficas do ancoradouro. Devia prever-se que os navios inimigos não se manteriam à distância. Valendo-se da sua capacidade ofensiva, tratariam de entrar na enseada, impelindo os corsários contra a costa.

Destarte poderia ser-lhes de valia tática o pequeno promontório, guarnecido convenientemente por uma bateria. Quando os atacantes se aproximassem de terra, ver-se-iam, de inopino, entre dois fogos.

Mandou Garibaldi desembarcar a maruja, a fim de preparar, sob as suas vistas, um parapeito escondido na densa mataria do promontório. Um pequeno destacamento da coluna de Teixeira, deixado ali como guarnição de emergência, auxiliou a tripulação no preparo do terreno. Entretantes, o *Seival* se achegaria o mais possível à praia. Desmontada como fora a sua peça no combate, ela poderia ser de grande préstimo colocada em terra firme. Gastou-se o dia todo nesses trabalhos. Ao cair da noite, estava o canhão instalado no parapeito do promontório. Do comando da bateria ficou encarregado Manuel Rodrigues. Agora, tocava a dar aos barcos a posição mais conveniente, por forma a colocar o adversário entre os fogos cruzados de terra e do mar.

Valerigini e Bilbao receberam as instruções a que deveriam ater-se. Durante a noite, foram postar-se nos lugares determinados. Pelos cálculos do comandante, o ataque produziria de um momento a outro. Mas as horas passavam sem notícia do inimigo.

Insistiu Garibaldi com Anita por que desembarcasse. A refrega seria áspera e cruenta. De qualquer maneira, eles resistiriam até o fim. Que fazia ela a bordo, por que exporia inutilmente a vida? Que fosse para terra: e à distância poderia acompanhar as peripécias da ação. Baldados, porém, todos os seus esforços: Anita correria os mesmos riscos que Garibaldi. E não se preocupasse com ela, que não lhe daria incômodos nem cuidados.

\*

Desde a sua chegada a Imbituba, haviam sido os lenhos republicanos localizados pelos imperiais. A *Andorinha*, arribada ao porto da capital, estava sofrendo os necessários reparos para voltar à ação. Dispôs Mariath que a acompanhassem os dois melhores navios surtos no porto: o *Patagônia*, com cinco peças e sessenta e dois tripulantes, comandado por José Benedito Otoni; e a escuna *Bela Americana*, com três peças e quarenta e oito praças, do comando de Jorge Custódio d’Houdain, dois marinheiros brilhantes que fariam boa companhia ao bravo Romano da Silva.

Seguro estava Andreia de que os piratas, dessa feita, não lhe escapariam. A potência de fogo dos legalistas garantia, por si só, o êxito da agressão. E encurralados naquela enseada, como haveriam de furtar-se a um aniquilamento irremissível?

No dia em que a esquadilha ia deixar as águas do Desterro, pronunciou o português a vitória próxima em convicta ordem do dia: – “Tenho saído do porto da Laguna três piratas dos rebeldes com destino de roubar e destruir o comércio, foram enviadas logo por toda a costa as embarcações que estavam disponíveis. No dia 1º deste mês lhes foram tomadas duas presas, que se achavam neste porto, e no dia três foram encontradas na enseada de Imbituba quatro embarcações, das quais duas outras são as que saíam a roubar, e a quarta é a outra presa que eles tinham feito. Estas quatro embarcações, bem que defendidas pela sua própria força, por artilharia posta em terra e por uma numerosa linha de atiradores, estão em perfeito bloqueio”...

O quarto navio a que se referia Andreia era um pequeno barco de negociantes da Laguna, enviado ao Rio de Janeiro à revelia das autoridades republicanas. Ao avistar os corsários quando iam para o norte, refugiaram-se em Imbituba, onde se deixara ficar, aguardando o clarear dos acontecimentos.

Garibaldi, logo ao entrar na enseada, apossou-se do barco e das mercadorias e expediu-se salvo-conduto à tripulação, que regressou, antes do combate, para a cidade Juliana.

\*

Às primeiras horas da manhã, estava o inimigo à vista, três grandes navios que, de velas enfunadas, se aproximavam velozes da enseada. A postos a tripulação do *Rio Pardo* e do *Seival*, prontos para a refrega a guarnição da bateria e os atiradores de terra, esperavam todos na comoção nervosa dos grandes lances que as naus chegassem ao alcance dos tiros. Rompe o fogo a *Bela Americana*. Secunda-a o *Patagônia* no ataque ao *Rio Pardo*, enquanto a *Andorinha* concentra os tiros das suas peças sobre o promontório, de onde Manuel Rodrigues alveja, a rápidos intervalos, os flancos legalistas. O ataque se dirige de preferência contra o barco de Garibaldi, o maior, o que marcará a resistência dos rebeldes. Favorecidos nas suas manobras pelo vento de bonança, “mantêm-se os inimigos sob vela em curtas bordadas”. Alargam como melhor lhes convém os seus ângulos de pontaria, fazendo convergir as balas sobre os costados do *Rio Pardo*, “*sul povero e solo 'Rio Pardo' da me commandato*”. Cada bordada dos imperiais

representa para o navio atacado, exposto de cheio aos seus fogos, a perda certa de alguns dos seus valorosos defensores. O convés começa a cobrir-se de cadáveres. Anita continua na primeira linha dos atiradores. Aumenta de intensidade a refrega. Ao encarnecimento com que atacam os legalistas, dispostos a tirar todas as vantagens da superioridade das suas forças e da vantajosa posição que ocupam, respondem os republicanos com denodo cada vez maior, “decididos a não ceder”. Já se combate agora a carabina, quase que homem a homem, “*ben da vicino*”. Parece que o rugir dos canhões bate o compasso à crepitação incessante da mosqueteria. Grita Garibaldi que não se atire a esmo. É preciso poupar a munição. Os tiros devem ser de pontaria.

No tombadilho empapado de sangue, cresce o número dos caídos. Gemem os moribundos, alguns mutilados imprecam, gritam blasfêmias nas ânsias do sofrimento. Crivadas de balas as bordas do navio, cortados os cabos, as velas esfarrapadas, espera-se a todo instante a abordagem. Garibaldi toma as disposições para o momento culminante. “*Io mi aspettavo ad un abordaggio*”. Ele e os seus homens estão dispostos a tudo, menos a entregar o barco, enquanto lhes reste um pouco de alento para a defesa. “*Erimo pronti a tutto, meno a cedere*”.

Em terra, a bateria de Manuel Rodrigues mantém-se firme no contra-ataque. Podem ver-se os estragos causados pelos tiros da peça e a fuzilaria aos atacantes. Mas os imperialistas, por sua vez, não parecem dispostos a abandonar a luta. Aproximam-se cada vez mais do *Rio Pardo*. Dentro em pouco, por certo, vai começar a abordagem. Apesar do ímpeto e da decisão de Garibaldi, chega o instante crítico em que a guarnição, exausta já, começa a sentir a inutilidade da resistência e a apavorar-se. Alguns soldados abandonam o convés. Admoesta-os Garibaldi a que permaneçam nos seus postos. Ele mesmo lhes dá o exemplo. Peito descoberto às balas, não arreda pé dos lugares de maior perigo. Mas a tripulação continua a fraquear. A trovoadas do canhoneio e a chuva da fuzilaria recrudescem cada vez mais.

Anita, entre dois marinheiros, continua na proa, de fuzil ao peito. Como que alheada de tudo quanto se passa ao seu redor, descarrega a arma em tiros rápidos. Nenhum lugar está mais exposto às balas do inimigo. Em vão se empenhara Garibaldi por tirá-la dali. De repente, um tiro de peça, batendo de encontro à amurada, fá-la em estilhaços. Anita e os marinheiros são

arremessados à distancia. Ouvem-se gritos de espanto. Garibaldi precipita-se para o lugar em que a companheira jaz estirada, sem sentidos, coberta de sangue. Acodem alguns homens aos marinheiros. Inútil todo o socorro. Estão mortos, horrivelmente mutilados. Anita, porém, passados alguns instantes, volta a si. Diz que não está ferida. O sangue que lhe mancha o rosto, as mãos, os braços, é sangue dos marinheiros que morreram ao seu lado. E quando Garibaldi de novo lhe adverte que desça, ela responde:

– Sim, vou descer ao porão, mas para enxotar os covardes que lá se foram esconder!

Ao passo firme, saiu do convés. E momentos depois, voltava, afrontando as balas e trazendo consigo três marinheiros que, apavorados e vencidos pelo cansaço, haviam desertado à pugna.

Já vinha caindo a tarde, quando o fogo entra a fraquear a bordo dos atacantes. Pouco depois e por maneira quase inesperada, dá a *Bela Americana* sinal de retirar. Garibaldi, no seu imenso júbilo, não atina com o motivo da retirada. Admite que o comandante Houdain houvesse caído morto. Não se confirmava, porém, tal suposição. O barco cessara o fogo por ter danificadas algumas peças e um grande rombo no casco. Levavam os três navios vários mortos e numerosos feridos, entre eles um oficial, o primeiro-tenente Cunha Vasconcelos.

Fizeram constar os legalistas que se retiravam em obediência a ordens recebidas do Desterro. O verdadeiro motivo, porém, fora outro. Convencidos da impossibilidade de reduzirem os rebeldes, resolveram buscar reforços na capital, maior número de navios e tropa de desembarque.

As últimas luzes do dia foram utilizadas pelos rebeldes nos cuidados aos feridos e na atenção aos mortos.

Cansados, estropiados, trêmulos de emoção, ei-los a cavar as sepulturas em que descansarão, no silêncio daquele ermo que só o bramir das ondas perturba, os denodados companheiros de causa, caídos na formidável, desigual refrega. Garibaldi, acabrunhado, toma parte no último adeus aos que haviam tão bravamente cumprido o seu dever. Anita o acompanha com uma sobre-humana expressão de energia estampada no rosto.

A viagem de núpcias se aproxima do fim. Ela está sendo digna, em tudo, de um verdadeiro casal de piratas. A intensidade do amor corre parelha, nas suas situações culminantes, com a extensão dos perigos. Nos velhos livros de folhas rasgadas, que se lêem nas noites de inverno na Laguna, também é assim. Vê-se Anita, heroína de um romance de amor e de aventuras. Dignificada aos seus próprios olhos, começa a vida de novo. Não a compreenderá talvez o mundo em que ela cresceu e viveu até então. Que importa? Anita pertence agora a um mundo diferente daquele, diferente pela espontaneidade dos sentimentos, pelo desassombro das resoluções, pela sinceridade das atitudes, pela coragem de afirmar-se a si mesma na plenitude da sua personalidade. É natural que o mundo das convenções, das regras restritivas, das hipocrisias não a compreenda. O seu amor é grande demais para ser alcançado pela vulgaridade da gente de todos os dias.

Os mortos estão enterrados. É preciso, então, cuidar dos vivos. Depois de convenientemente pensados, os feridos de gravidade são alojados em carretas que os transportarão à Laguna, escoltados por algumas praças do destacamento de Teixeira Nunes.

Ao mesmo tempo, Garibaldi manda reembarcar às pressas o canhão no *Seival* e repara, como lhe é possível, os estragos dos barcos. Durante a noite, os republicanos se fazem de vela, auxiliados pelo vento que lhes corria à feição. E ao clarear do dia já estão a regular distância do inimigo.

Mariath, ao ter notícia do insucesso de Imbituba, resolve seguir em pessoa ao local, a fim de comandar novo ataque aos corsários. A *Bela Americana*, informa o chefe das operações navais, havia seguido para o Desterro, a fim de pedir socorro, onde chegou na manhã de 4". "Nessa mesma tarde saí na barca a vapor *Astreia*, rebocando o *Eolo* e o *Caliope*, acompanhado de quatro canhoneiras. Tendo-me demorado em Garopaba a conferenciar com o coronel Fernandes, ao chegar em Imbituba, soube que na noite de 5 foram avistadas três grandes fogueiras no mar; e que um dos navios encarregados do bloqueio, tendo mandado um escaler ver o que havia se passado, regressou com a notícia de haverem os republicanos incendiado os seus navios."

As fogueiras vistas de alto mar não passariam, talvez, de novo estratagemas de Garibaldi para confundir os seus perseguidores. Mas os legalistas se aferravam na afirmativa de que ele incendiara as presas de guerra.

No ano imediato, entravam os seus barcos na barra da Laguna e deitavam ferros no ancoradouro do Morro. Enorme a alegria dos companheiros ao vê-los livres, enfim, da desigual perseguição dos adversários, de que já se tivera notícia na Juliana. Foram os corsários, durante dias, alvo da admiração dos habitantes da cidade “*che si stupivano*” contará Garibaldi com singeleza – “*come avessimo potuto scapare ad un nemico tanto piú forte di noi*”.

.....

## *Capítulo VI*

### A DECADÊNCIA DA REPÚBLICA

**N**ÃO SE ENGANARA GARIBALDI nos seus pressentimentos. Durante as semanas em que estivera empenhado nos encontros com o inimigo em mar aberto, outro inimigo bem mais temível solapava pela base a vida incerta da República. A discórdia entre o comando militar e o governo, atrabiliário aquele este inerte, lavrava cada vez mais intensa. Não se entendiam Canabarro e o padre Cordeiro, não se entendia Rossetti com o governo, o governo com os chefes militares, nem estes com a tropa. Nas fileiras, o que não fosse indisciplina franca seria inatenção aos deveres mais comezinhos, resistência passiva, indiferença pela causa da revolução. A cidade Juliana vivia imersa numa onda de derrotismo. O entusiasmo revolucionário das primeiras horas desaparecera, deixando em seu lugar a desconfiança, a prevenção contra os rio-grandenses. Os libertadores, ontem aclamados pelo delírio do povo, passavam a ser considerados invasores, perturbadores da paz catarinense. A decadência da nova situação, muito mais apressada do que fora de imaginar-se, escancarava-se aos olhos menos avisados com uma evidência de todo incontestável.

A impressão triunfal de Canabarro, na hora cênica da apoteose inicial, transmudara-se na mais completa e estéril das decepções. Uma hidra



assomava a cabeça, na verdade: mas não para devorar o Império senão o frágil ensaio republicano, a esboroar-se ao sopro das primeiras dificuldades.

A coluna de Teixeira Nunes não progredia para além do Maciambu, pequeno filete d'água que se despeja no canal de Santa Catarina, já próximo da barra do sul. Os reforços prometidos de Lajes não chegavam. Procrastinava-se tudo. E Teixeira era constrangido a contentar-se com a posse do terreno que lhe havia caído nas mãos, logo ao início das operações. Do Rio Grande não acudiam os auxílios com a presteza e a cópia desejadas. No Rio de Janeiro, de onde a começo se esperavam recursos pecuniários, tudo falhara. “Em vez de dinheiro, os amigos da corte, dizia Canabarro, só nos mandam notícias”.

Compreendiam os chefes republicanos que a inatividade militar seria a ruína deles. Do passo que as semanas se escoassem, iria o inimigo acumulando recursos na capital; e no momento propício passaria à ofensiva, contando para a vitória com dois fatores: a abundância das forças e a mal velada antipatia dos habitantes pelas tropas da República.

Tudo servia de pretexto para queixas dos habitantes contra os revolucionários. As menores requisições de guerra pareciam-lhes ofensas brutais aos seus direitos de propriedade. Mas sempre se mostraram extremamente tolerantes em relação aos “atos de ferocidade dos escravos de D. Pedro II”, como referia Canabarro. Dir-se-ia estivessem acostumados a se deixarem brutalizar e espoliar em nome da lei; mas não concebiam que também os seus anunciados salvadores houvessem de recorrer a medidas de violência. Admitiam os vandalismos do governo como castigos impostos a rebeldes, por quem tinha o direito de os castigar. As represálias dos republicanos, porém, não passariam aos seus olhos de inúteis atos de prepotência, de extorsões criminosas e intoleráveis.

A administração do padre Cordeiro malograra da maneira mais completa. Ao investir-se nas responsabilidades do governo, cercava-o uma auréola de benemerência, ecoava a fama das suas virtudes em todos os quadrantes da opinião. Tipo acabado de puritano nem parecia homem da sua época. Austero, arredio do mundo, ninguém lhe imputara jamais o menor deslize na correção da vida privada. Os próprios santos da Igreja haveriam de tomar lições de moral com aquele varão exemplar. Tinha em sagrado horror a presença das mulheres. Asceta por natural vocação, sempre que houvesse

de praticar com alguma respeitável matrona, podia observar-se, pelo súbito rubor das faces, o mal-estar que tão dura obrigação lhe causava. Politicamente, dizia-se um democrata, um constitucionalista enamorado das práticas do sistema inglês, que até, de tão familiar, pareceria coisa de sua exclusiva propriedade, pelo menos na província. Não faltaria mesmo, nas discussões da vila, quem se referisse com ênfase ao “sistema do padre Cordeiro”. Chegado, enfim, a um posto de governo, a decepção não poderia ser maior. Embaraçava-se nos mínimos acidentes da administração. Nada resolvia por maneira definitiva e certa. Tudo se diluía nas suas mãos. Ainda mais do que ao sexo pecaminoso, tinha aborrecimentos invencíveis à responsabilidade dos atos públicos. Não queria comprometer-se. Todos os negócios do governo lhe pareciam sempre suspeitos por definição. E entregue à camarilha que o manejava e lhe explorava a indecisão, não deixaria de acumular erros sobre erros nos rápidos, estéreis meses da República Juliana. Antes mesmo de atingir o termo daquela provação política, já confessava a sua repugnância física em entrar na casa do governo. Decepcionados, alguns dos seus antigos panegiristas gabavam-lhe ainda, contudo, a sinceridade das convicções. Com o correr dos tempos, mais se evidenciavam nele as demonstrações de fraqueza, timidez, de congênita irresolução. Toda aquela austeridade agressiva de costumes nada mais seria do que um complexo psíquico, pelo qual viesse à luz do dia a recalcada consciência da sua inferioridade orgânica. Prestava ouvidos à maledicência – maldizente ele próprio – em cochichos de esquina. Um indivíduo de ação muitas vezes desregrada como Canabarro, parecia-lhe um monstro com o qual um homem de princípios rígidos não pudesse ter contatos apreciáveis. Mas no fundo invejava aquele filho da natureza, rude, extravagante, descuidoso de filigranas morais.

Lavrava entre os dois personagens, desde o começo, uma surda antipatia. Canabarro ironizava o puritano, que nada resolvia nem deixava que outros resolvessem por ele. Cordeiro por sua vez, detestava o cabo de guerra, que para a conquista da coisa apetecida não conhecia obstáculos à sua vontade. A convivência imposta pelos assuntos públicos corria para ambos, como horas de verdadeira provação. Nunca dois homens mais diferentes se haviam encontrado em nenhum cenário político. Mediam-se os ímpetos de um pela delicadeza do outro: a pusilanimidade deste pela energia destemperada daquele. A antipatia do asceta pelo caudilho

crescia paralelamente com a íntima convicção do seu deslocamento no governo, da sua impotência. Não lhe tolerava já a própria presença pessoal. Tão grande a animadversão, que ele, bem no fundo da consciência, talvez desejasse o próprio esboroamento da República e o sacrifício dos seus mais caros ideais políticos, contanto que daí decorresse a ruína daquele homem superlativamente detestado, a quem estendera a mão, em outros dias, como aliado e amigo decidido. Tipo de convicções, o puritano. Ele era assim: não transigia. Que tudo se perdesse, embora. Mas aquele caudilho sem a menor noção da verdadeira democracia, ignorante do sistema parlamentar – do seu sistema – aquele caudilho precisava levar uma lição que lhe servisse para o resto da vida.

Já não ousavam agora os melhores amigos de Cordeiro disfarçar os seus desastres no governo. Mas ainda se consolavam em dizer, do último reduto da sua admiração:

– Ele tem errado, não há dúvida, mas é um idealista!

Mostravam-se os ministros da República dignos, em tudo, de tal presidente. Um deles, Oliveira Tavares, o da Justiça e Fazenda, fora substituído por um notável do lugar: José Pacheco dos Reis. Deste, diziam-se maravilhas. Ninguém mais em condições para ocupar a pasta da Justiça. Pacheco era notável desde moço. Não falava, não escrevia. Mas sempre compenetrado da sua notabilidade, voz grave, gestos solenes, silêncios fecundos, Pacheco, de qualquer maneira, seria notável até o fim da vida. Mostrou-se no governo tão inoperante como o seu antecessor. Estourava de importância, apodrecia de preguiça. Quem, entretanto, ousaria afirmar na Laguna que o cidadão José Pacheco dos Reis não fosse o tipo nato do homem célebre? Impossível obter de tais ministros o menor esforço em benefício da República. Inertes, contemplativos, suspicazes, tudo lhes parecia insuperavelmente difícil. E quando Rossetti agia por eles, envenenava-os o despeito.

\*

Da população da Laguna, lembrando-lhe os arroubos revolucionários durante a presidência de Machado de Oliveira e as férvidas demonstrações de legalismo por ocasião da visita de Pardal à vila, escrevera um missivista da época: “Nunca vi nenhum povo que tanto tenha tocado os dois extremos. Ao tempo do Machadinho, parecia não haver entre eles

um só legalista. Hoje à vista do Pardal, um só rebelde não respira nem aparece.” E com a mesma facilidade com que, meses antes, criticava os governos da província, desmandava-se, agora, em acusações contra a dificultosa administração da República.

Na Laguna, como em todos os portos de mar, preponderavam pela sua importância social os mercadores. Davam o diapasão às manifestações da opinião geral. O que os negociantes dissessem estava certo. “Feridos nos seus interesses, não podendo dar saída aos seus produtos, privados de receber o de que necessitavam”, os homens mais influentes da praça não encontravam como consolar-se da quase completa paralisação do seu comércio, obstruída como estava a navegação mercante pelos navios do Império, de sentinela à barra. Não se queixavam, está visto, do bloqueio: murmuravam a princípio, deblateravam abertamente depois contra a presença, ali, daqueles intrusos que obrigavam os governos do Rio de Janeiro e da província a medidas de represália. Sem dúvida, muitos deles se haviam manifestado, em outros tempos, favoráveis à causa revolucionária. Isso, porém, na suposição de vir a República a contar com o apoio geral do povo. Mas verificada a impossibilidade do triunfo, por que insistir? O que não se podia tolerar é que sofresse a sociedade inteira pelos caprichos de alguns. E os argumentos do egoísmo e da cobiça encontravam ressonância no espírito da coletividade. Imaginara o povo, na sua ingenuidade, que a vitória da revolução houvesse de caracterizar-se por uma imediata, quase mágica modificação no mau estado da coisa pública. Aquela gente “que parecia reduzida ao último degrau do acabrunhamento pela opressão longa de que fora vítima”, segundo dizia Rossetti, verificava agora, na sua impaciência por uma vida folgada e tranquila, que aos males antigos novos males acresciam. E o fermento da revolta entrou a manifestar-se. A Laguna conspirava.

A Canabarro custava-lhe crer na veracidade do informe: o centro da conspiração era na igreja matriz, o outro não a orientava senão o vigário Francisco Vilela de Araújo, aquele mesmo que, no dia da eleição do presidente da República, ocupara a atenção dos ouvintes com uma oração turibular, de exaltação aos bravos libertadores chegados do Sul e de louvores entusiásticos às ideias a que serviam. Seria crível? Mas, afinal, quando agiria com sinceridade aquele padre: quando aplaudia a revolução, ou quando conspirava contra ela? Rossetti lhe explicaria filosoficamente que o padre era

sempre pelo governo estabelecido: quando se elegera o presidente da República, parecera-lhe indispensável apoiá-lo, pois se instalava um novo governo; e agora, quando via que a causa republicana era débil de força para opor-se às armas do Império, não menos evidente se lhe antolharia a necessidade de pronunciar-se a favor do poder mais forte. O padre fazia questão de estar com a vitória. A Igreja não poderia ficar mal por questões políticas.

Mas não houve explicação que servisse a Canabarro para coonestar as atitudes subversivas do vigário. Mandou prendê-lo. Ordenou rigorosa investigação acerca da conjura. Mais de sessenta habitantes da cidade foram levados à prisão, entre eles o major Francisco Gonçalves Barreiros, pessoa geralmente benquista no lugar.

Canabarro começava a desmandar-se. O povo, que já não acreditava na força dos invasores, mais se irritava em face de tais violências. E a conspiração se alastrava.

\*

Mesmo nas imediatas vizinhanças de Canabarro fervia a intriga. Como campeão dela figurava um espanhol, José Guasque, que se dizia engenheiro e coronel. Na realidade, um charlatão dos mais acabados. Demitido do serviço do Império, fora procurar fortuna entre as forças de Neto. As suas bravatas granjearam-lhe imensa popularidade. Dizia-se capaz de fazer voar pelos ares a cidade de Porto Alegre. Consumado trapalhão, dentro em pouco procurava Neto ver-se livre da sua incômoda presença. Talvez pudesse ele, que se dizia autoridade em tantas matérias, prestar serviços à República Juliana.

Com a chegada de Don Guasque, nunca mais tiveram sossego nem Canabarro nem Rossetti. O estado-maior do comando geral era um fervedouro de mexericos. Não havia posição em que Guasque não pudesse os olhos. Todas as funções lhe pareciam apeteceíveis. Palrador, insinuante, simpático de presença, onde ele surgisse os melhores amigos da véspera se desentendiam.

Sabia mentir com a mesma convicção que poria Epaminondas no empenho de não se afastar da verdade. Rossetti, visado pela sua preferência dos seus manejos ocultos, esteve a pique de sair da secretaria do governo para cedê-la ao aventureiro. Incapaz de medir-se com personagem

de tal coturno, preferiria sempre abandonar o terreno e estabelecer com ele uma luta de competições. Escrevendo a Domingos de Almeida, principal responsável pela sua ida à Laguna, lembrava que só aceitaria a função de secretário do governo “por falta de outro mais idôneo, e por insistência do presidente”. Mas exigiria a sua demissão, assim entrassem as forças republicanas na cidade do Desterro. Iria, acrescentava, servir na coluna de Teixeira, “a quem quase amava tanto como a Garibaldi”.

Também em torno do chefe da esquadrilha rondava a intriga de Guasque. Mas Garibaldi, indiferente sempre a essa espécie de indivíduos, nunca lhe deu atenção. Nenhuma lembrança lhe ficou desse Cagliostro de feira de arrabalde, cujo nome nem uma só vez aparece nas *Memórias*.

Percebeu Canabarro em tempo as traças do perigoso indivíduo, e tratou de afastá-lo de si. Em carta a Neto, referia as preocupações que lhe davam as suas onímodas invencionices: – “Meu amigo, se os catarinenses e o coronel Guasque me não tiram o juízo, eu direi que tenho deste gênero de boa quantidade; pois eles têm trabalhado a fim de não me deixarem algum.”

Arredado o intrigante, conveio Rossetti em manter-se no cargo que só ele poderia desempenhar junto às múmias do governo. Mas havia gasto no medíocre entremez muita energia, e levado até às ultimas possibilidades a força da sua paciência. E isto em momento difícilíssimo, quando de toda ordem se acumulavam às vistas dos reais dirigentes da República.

\*

Garibaldi, que observava com olhos perspicazes as causas desse generalizado descontentamento em relação ao governo, não tinha ouvidos, entretanto, para quanto dele próprio se dizia, abertamente, pelas ruas da cidade. O rapto de Anita constituía um dos temas principais dos agitadores monárquicos e dos revolucionários descontentes. Considerava-se aquele escândalo de fugir com uma mulher casada imperdoável afronta à face de toda a população da Laguna. Antes do fato, ninguém repara jamais na apagada existência de Duarte. Agora o sapateiro era apresentado como uma das vítimas da invasão. Subira o homem, contra a sua própria vontade, além das chinelas. Era um símbolo da dignidade ofendida dos lagunenses.

À sensibilidade de Anita, porém, não passaria despercebida a profunda modificação operada em torno dela. As amigas mais íntimas

exprobavam-lhe acerbamente o proceder e lhe davam conta do rumor que se fizera pela sua fuga com o italiano. Viu que seria inútil insistir em demonstrar-lhes a pureza dos seus sentimentos. Ninguém a compreenderia. Apenas uma que outra lhe manifestava um pouco da complacência. Sofria por ver-se alvo dos comentários malévolos do povo. Vinha-lhe um ardente desejo de se afastar daquele lugar, para terras onde ninguém a conhecesse e de onde ela nunca mais pudesse voltar.

\*

Enquanto os republicanos, reduzidos praticamente à impotência, mal gastavam em pequeninas querelas as melhores energias, tratava Andreia de organizar-se para levar-lhes um ataque fulminante, que houvesse de expulsá-los da província. Não regateava o governo central em acudir-lhe com os devidos recursos. A decisão das suas atitudes infundia ânimo, de novo, aos defensores do Império. Celebrava-se a habilidade com que soubera reduzir a demagogia inconsciente de Xavier das Neves. “Andreia – lia-se numa correspondência ao *Jornal do Comércio* do Rio – Andreia, ou mais político ou mais consciencioso que Pardal, nomeou não obstante Neves” para o emprego em que tão bons serviços prestava à legalidade. “As coisas não têm piorado. Ele tem feito sair todos da apatia e amortecimento em que estavam; pois além de enérgico, tem olhos que enxergam bastante e bastante longe. Despreza os intrigantes e caluniadores, e em todas as suas disposições só deixa ver os ardentes desejos que o animam de salvar a província. Que contraste! Como por mágica tem ajuntado e alistado gente; ninguém se esconde nem recusa ao serviço. O arsenal naval trabalha com atividade e dentro de poucos dias teremos uma força respeitável para entrar em operações. Estão se organizando batalhões provisórios...; e em breve, com a força de linha que aqui está, teremos um pequeno exército para repelir os farrapos e coadjuvar pelas nossas fronteiras a província do Rio Grande. Oxalá que São Paulo desta vez faça o que só tem prometido, a ver se acabamos com a anarquia que tão teimosamente por cinco anos tem assolado a província do Rio Grande e influído sobre a nossa, e em suma, sobre o Império. Estamos muito contentes com Andreia. É homem de espada na mão, e tem prudência e economia. A ninguém revela o que pretende fazer. Vê-se que ele dispõe com rapidez, sabe-se quais são as suas

vistas; mas como determina os meios, isso só deixa a conjecturar. Enfim, temos homem... que não nos deixará ficar mal.”

Organizava o enérgico português os seus planos com perícia e executava-os com impressionante rapidez. Tratou primeiro de fortalecer-se na capital. Limpou-a de elementos suspeitos. Levantou o ânimo da população. Estabeleceram no continente as linhas de cobertura que o pusessem a salvo de uma surpresa. Infestaram de espiões os arraiais dos revolucionários. Mas, quando já ia passar à ofensiva, produzia-se a revolta da guarnição de Araçatuba, ao sul da capital. Agiu com rigor contra os insurgentes, que haviam assassinado o comandante da praça, Fernandes Ortunho, aprisionado dois tenentes e várias praças.

Seguro, por fim, das posições que ocupava, combinou com Mariath e o coronel José Fernandes a tática a seguir no ataque aos republicanos. Os elementos e terra e mar de que dispunha seriam suficientes já para garantir-lhe a vitória contra o inimigo, sempre à espera de recursos que não vinham. Se os revolucionários do planalto houvessem conseguido sublevar as populações do interior e estabelecer contato permanente com o litoral, como fora planejado, apresentaria a tarefa de Andreia dificuldades insuperáveis. Mas, encurralado naquela estreita nesga entre as montanhas e o mar, a derrota final de Canabarro era apenas questão de tempo. Os elementos de Lajes falhavam por completo ao combinado. Serafim Muniz, incumbido de descer da serra com duzentos homens, não aparecia. E dentro da própria vila do altiplano começavam os aditos de Cândido Alano a preparar a reação em favor do Império.

Impossibilitada de avançar, a coluna de Teixeira Nunes dormitava ao longo do Maciambu. A ação sobre o Desterro mostrava-se cada vez menos provável. Em que pensaria Canabarro? Na verdade, aquela inércia seria para desesperar um homem do temperamento inquieto de Teixeira. O coronel José Fernandes, comandante dos postos avançados no morro dos Cavalos, conferenciava com Mariath. O chefe da vanguarda republicana não tinha dúvida: a ofensiva dos legalistas não tardaria.

Uma noite, a coluna de Fernandes pôs-se em movimento, rio acima, enquanto Mariath velejava para a barra do Maciambu e o tenente Fernandes Pereira ia postar-se na Ponta da Pinheira. Ao clarear do dia, o tenente operou o desembarque na ponta, a fim de apossar-se das embar-



cações encalhadas na praia. Receberam-no os republicanos com cerrada fuzilaria. Tiveram de recuar. Cerca de cinquenta legalistas desembarcaram. E enquanto parte deles “se ocupava em deitar ao mar as embarcações encalhadas, outra... entretinha o fogo”. Hora e meio durou o combate. Conseguiriam os legalistas apoderar-se de seis embarcações. Quando começavam a largar da praia, a cavalaria dos revolucionários carregou. Mas o fogo do lanchão não os deixou aproximar. Terminada com tanta felicidade a primeira parte das operações, determinou Mariath que Pereira subisse com o piloto José de Jesus as águas do Maciambu para se apoderar de um lanchão dos republicanos. Nesse meio tempo surgiram no local as forças de terra comandadas por Fernandes. Atacados por dois lados, também aí os revolucionários houveram de ceder.

Fernandes, orgulhoso da vitória, comunicava a Andreia: “Em virtude das instruções de V. Exa. pus a coluna em marcha às quatro horas da manhã, e ao romper do dia forcei o passo do Maciambu, coadjuvado pelo chefe Frederico Mariath, e em menos de uma hora se passou toda a tropa. Segui o inimigo até a praia da Pinheira, onde reunidos sobre quatrocentos homens de cavalaria e cento e cinquenta de infantaria, quiseram disputar-nos o terreno; porém sendo carregados por mim com parte da nossa cavalaria, e com duas companhias de caçadores que faziam a vanguarda, chegamos a intrevirar-nos com eles e matar-lhes o capitão Henrique Marques da Rocha e três soldados rebeldes, fazendo muitos feridos e matando muitos cavalos e apossando-nos de munições, armas e mochilas. Durante o ataque, passaram-se à legalidade dezoito soldados.”

Mariath exultava. Sua comunicação ao ministro da Marinha foi vazada em estilo épico. O presidente da província recebera denúncia – dizia – “de querer o inimigo passar-se para a ilha, empregando para isso lanchões e canoas, embora estivesse na barra sul um navio em vigilância”. E isso, acrescentava, não era coisa de duvidar. Ao mesmo tempo em que se fazia constar, aos rebeldes não haver intenção de atacá-los, “disposições reservadas se tomavam para efetuar desembarques em diversos pontos”. E depois de historiar prolixamente as peripécias da ação, resumia: “Ficaram em nosso poder, pelo ataque da Pinheira, seis grandes canhões: e pelo do Maciambu, sete canhões, duas baleeiras e dezoito canoas grandes e pequenas e um lanchão no fundo, o que monta a trinta e três embarcações.”

Impossibilitada a travessia do canal pela perda desses barcos, frustrado estava o ataque ao Desterro pelos revolucionários.

Iniciada a ofensiva, Andreia não descansava mais. Alguns dias depois da ação na Ponta da Pinheira e no Maciambu, Mariath surpreendia os rebeldes na barra do Embaú e tomava-lhes três embarcações. Os soldados de Teixeira, falhos de todo auxílio da Laguna, retrocederam para Garopaba. Consideravam-se protegidos, ali, contra um novo avanço dos legalistas pela floresta que lhes ficava de permeio. Mas Andreia insistia. Era indispensável que o coronel Fernandes destruísse as forças de vanguarda do inimigo.

Duas semanas passadas, o prolixo Fernandes lhe comunicava: “As ordens de V. Exa. para destruir a força de vanguarda do inimigo ao mando rebelde Teixeira foram cumpridas.” E explicava o decurso da ação. Tivera notícia “de uma picada por onde só podia passar um homem a pé, a qual, entrando na ponta da Gamboa, junto a Serra, com a volta de cinco léguas vinha por ela parte das suas tropas, que, “avançando as maiores dificuldades do terreno”, as chuvas que caíam sem cessar, e marchando na escuridão da noite com todos os oficiais a pé, conseguira, na madrugada do segundo dia de marcha, “surprender o piquete de cinco homens do inimigo, sem haver um tiro”. Mas encontrara depois, continuando o avanço, um rebelde de Lajes, o capitão José Joaquim da Silveira, que não quisera render-se. Tomaram-no prisioneiro, depois de ferido e desmontado do cavalo. Ouvindo os tiros, “formou-se o inimigo e esperou” o ataque. Houve fogo de parte a parte, com o resultado de dez revolucionários mortos, seis soldados prisioneiros e um capitão, fugindo o resto em debandada para matos próximos. “Parte deles já se tem apresentado”. O próprio Teixeira aparece no relato de Fernandes salvando-se, “num cavalo em pelo e perdendo até a espada”. “Os cavalos fugiram assustados do fogo.” Mas “tudo o mais”, acrescenta, – “ficou em nosso poder”. Na madrugada seguinte Fernandes atravessou o morro do Siriú; e ao meio-dia já estava de novo unido com o seu batalhão, “deixando à direita dos Morretes três postos inimigos de quarenta homens, os quais, não podendo retirar-se, fugiram para a serra”. Dos fugitivos, alguns se apresentaram ao chefe legalista, alegando que serviam à revolução constrangidos, à força. Figurava entre estes um filho de Claudino Medeiros, ministro da Guerra da República.

A ofensiva legalista impelia os revolucionários para a península da Laguna, cujo ataque se preparava. Antes disso porém fazia-se necessário desalojar os republicanos de Imaruí, pequena freguesia ao norte de península. Mais de cem homens estavam dispostos ali à reação, comunicara-lhes o juiz de paz do lugar, e pediam com urgência que os auxiliassem com armas e munições e lhes enviassem um oficial de linha para comandá-los. O brigadeiro José Maria da Gama, ocorrido voluntariamente do Rio Grande a fim de cooperar na expulsão dos revolucionários da sua província natal, recebeu instruções de dirigir-se para aquela povoação com quatro companhias do batalhão da capital e dois esquadrões de cavalaria rio-grandense. Como o brigadeiro, por não ser pressentido pelos republicanos, só marchasse durante a noite, não chegou a desincumbir-se da missão, os acontecimentos começavam a precipitar-se.

\*

Seguros da aproximação dos legalistas revoltaram-se os habitantes de Imaruí. Canabarro estourava de cólera. Era preciso tratar aquela gente com o rigor exigido pela sua duplicidade. Os resultados das contemporizações excessivas com os traidores vinham aparecendo nesses continuados desastres das armas republicanas. Ordenou a Garibaldi se fizesse imediatamente de caminho para Imaruí, com os barcos que fossem necessários, e submetesse os rebeldes. Depois, entregasse o lugar ao saque da soldadesca. Recebido *“l'esoso incarico di somettere quel paese e er castigo saccheggiarlo”*, Garibaldi não tinha como hesitar, embora lhe parecesse bem desagradável, sob um governo republicano, ter que obedecer cegamente a ordens tais.

Já tinham a guarnição e os habitantes do lugarejo organizado a defesa do lado da lagoa. Desembarcando a três milhas de distância, nas planuras de leste, Garibaldi realizou o assalto inesperadamente pelo morro, atacando os reacionários à retaguarda. A guarnição foi posta em fuga. Os civis trataram de salvar-se como o pânico lhes permitisse. Os republicanos apoderaram-se do lugar. Apenas um morto teve: um sargento alemão, alto, corpulento, muito estimado dos inferiores pela sua inesgotável bonomia. Quis Garibaldi enterrá-lo no cemitério do povoado, mas os soldados lhe fizeram ver que aquele bravo merecia condigno sepultamento na Laguna. E o comandante concordou em que se levasse o corpo para a cidade.

Soaram então as horas mais nefandas de que Garibaldi se recordaria, mais tarde, entre todos os anos vividos na América: o saque de Imaruí. *“Io ho mai avuto una giornata di tanto rammarico, e di tanta nausea dell’umana famiglia”*. Imensas foram as suas fadigas para refrear ao menos as violências contra as pessoas, já que impossível evitar os atentados contra a propriedade. Inaudita a desordem nas ruas e no interior das casas. De pouco lhe valeria a autoridade de chefe, menos ainda os esforços dos oficiais, que não se haviam deixado subjugar pela cobiça. De nada, tampouco, a notícia de propósito assoalhada, de que o inimigo, fortalecido de elementos decisivos, já se aproximava disposto a reengajar o combate. Nada havia que dominasse os saqueadores. E por fatalidade estava o lugarejo fartamente provido de toda espécie de mantimentos, depositados ali por habitantes das montanhas. Havia, sobretudo, álcool em quantidade. *“Di mado che l’ubbriachezza fu generale”*. Ao cabo de algumas horas, a soldadesca, completamente embriagada, parecia um bando de feras desaçaimadas. Só a grande custo foi possível embarcá-la de novo. Se o inimigo, que estava realmente à vista, sobre a montanha, houvesse levado um assalto aos republicanos, teria feito neles uma carnificina, *“ne avrebbe fatto um macello”*.

Cheio de desgosto retomou Garibaldi o caminho da Laguna. À noite, passeando na tolda do barco, viu luz no porão onde se alojavam os tripulantes e ouviu um confuso rumor de algazarra. Desceu. Quando chegou à porta do compartimento, surgiu-lhe aos olhos um quadro macabro: sobre o cadáver do sargento, estendido no chão, os soldados jogavam cartas. A luz vacilante das velas de sebo espetadas em gargalos de garrafas, uma delas colocadas sobre o ventre do cadáver, alumiaava os rostos dos comparsas, congestionados pelo álcool e que *“facevan l’effeto di certi demoni... giocatori d’anime”*. Nunca mais se esqueceria Garibaldi daqueles depredadores dos míseros habitantes de Imaruí, jogando sobre o corpo de um cadáver o produto de seu saque.

\*

A situação da Laguna piorava dia a dia, hora a hora. Pela sua falta de ductilidade, não seria Canabarro o homem indicado para enfrentar a situação. Não captava simpatias, não agremiava dedicações, muito menos semearia entusiasmos. Os amigos mais fiéis à causa sentiam-se chocados com as suas maneiras ásperas, com a intolerância de seu caráter. A

princípio temera-o a população, e por isso não se opunha à sua vontade discricionária. Com o correr dos tempos, porém, vendo-o fraco de recursos e quase que abandonado a si mesmo, passava a resistir-lhe com crescente decisão. À míngua de simpatia pessoal e de poder militar, procurava ainda fazer-se obedecido pela prepotência; mas a prepotência gerava a revolta. O general tratava os catarinenses, diz Garibaldi, com “*contegno prepotente*”; e em consequência continuava o povo a “*sollevarsi contra la Repubblica*”.

Causava indignação por toda a província os termos de uma carta de Canabarro a Neto, interceptada na serra pelos legalistas e por eles amplamente divulgada em seguida: “As fileiras desta República contam com um diminuto número de catarinenses: na vanguarda, sete lajeanos de cento e tantos, e trinta lagunenses; o batalhão de guardas nacionais desta cidade anteontem contava trezentos homens e ontem cento e tantos. Onde irá fazer termo a falta de brio e desalento destes homens? Não tem limites: nascerão para escravos, salvo honrosas exceções. As circunstâncias até ontem às duas horas da tarde me obrigarão a deixar esta posição e conservar a do Campo da Barra. Se o inimigo marchasse sobre mim de Vila Nova (cinco léguas distante daqui), reduzindo o número de nossos patrícios, seria temerário arriscar-se a um combate que talvez marcasse funestas consequências; mas o anúncio de ontem às duas horas da tarde, de ter acampado na Barra o segundo batalhão, me arredou inteiramente de projetos que até então me pesavam e lançou-me em ideias que só procuram delinear combinações de um ataque decisivo. Eu estou preparado, e ele não há de demorar muitos dias; suposto que ainda não se pode conhecer exatamente a força inimiga em Vila Nova”.

Apesar de sentir tão altamente crítica à situação, Canabarro confiava ainda. Em quê? Não por certo, na força das suas armas. Muito menos em qualquer reação do povo em favor dos republicanos. Do planalto, nada mais havia a esperar. Lajes já estava em poder dos legalistas. Alano triunfava na serra. Na praia, o inimigo se encontrava a poucas horas da Laguna. Mas se as tropas de Fernandes sobrestivessem alguns dias na ofensiva, talvez chegassem ainda em tempo os prometidos recursos do sul. Em horas tão difíceis, só medidas de extrema energia podiam valer. Daí o rigor sem limites com que enfrentava a população apavorada da Juliana, cujas prisões regurgitavam de conspiradores e de pessoas suspeitas à República. “Espero”, escrevia a Neto, “que outra carta minha vos fale largamente da grande derrota que o inimigo vai sofrer.”

.....

## *Capítulo VII*

### A RETOMADA DA LAGUNA

**V**IVE A CIDADE JULIANA dias nervosos, de febril agitação, de ansiosa, vibrante expectativa. As forças de Teixeira Nunes, sabe-se, vêm tocadas por numerosa tropa de cavalaria e infantaria, comandada por José Fernandes. E na enseada de Imbituba, Mariath organiza a esquadra para secundar o ataque por mar.

O comandante geral prepara a resistência da praça. Faz-se necessário passar parte da tropa para o lado sul do canal, a fim de evitar o encurralamento na ponta extrema da península. Foi Garibaldi encarregado de dirigir o serviço. Não seriam em número excessivo os homens a transportar. Entretanto, como fossem quase todos de cavalaria, apresentava-se a tarefa cheia de dificuldades pela falta de barcos em condições. *“Io ebbi il mio da fare”*, anota o comandante da esquadilha.

Grande parte da população abandona às pressas a cidade e procura ganhar a outra banda da lagoa. A desordem nas ruas é completa. O governo desapareceu. Ninguém dá notícias do padre-presidente nem dos ministros. Os elementos mais caracterizadamente republicanos da cidade tratam de retrair-se, se possível de ganhar distância. Boatos terroristas andam de boca

em boca. “A última posição dos republicanos, Itapirobá, já fora exterminada pelos legalistas”. “As forças de Teixeira haviam sido destroçadas por completo”. “Quem comandava os imperiais era o próprio Andreia”. “Canabarro preparava-se para fugir”. “Toda resistência seria inútil”. Chegara a hora da debandada, do salve-se quem puder. A Laguna delira de pavor.

No meio do caos, Canabarro, mais taciturno do que nunca, sobrececho franzido, as pálpebras cerradas, dita ordens. Que continuasse a passagem das tropas para o outro lado. E tratasse a vanguarda de postar-se nas alturas do Campo Bom. Pensa-se em obstruir a barra, pondo-se ao fundo algumas embarcações. Alvitra o comandante se feche o canal com grossas correntes de ferro. Ótima ideia. Mas onde encontrar as correntes? Deixando de parte projetos de difícil execução, tratam os responsáveis pela defesa naval de valer-se de meios que encontrem ao alcance as suas possibilidades.

Pelo mau estado das baterias não estava o forte da barra em condições de servibilidade. Preferível colocar ao longo da encosta os seis canhões que o guarneciam, por forma a dispará-los quase à queima-roupa sobre o inimigo, dado que ele realmente entrasse no porto. Em plano inferior ao das peças, ao longo da praia e rumo de oeste, numa extensão de trezentas a quatrocentas braças, estender-se-ia uma linha de atiradores, mil e duzentos homens, cujo fogo acompanharia as sinuosidades do canal. Gente toda escolhida, que se voltaria à morte quase certa se os legalistas lograssem transpor a barra. Na extremidade interior do sangradouro dispõe-se em semicírculo a esquadilha republicana. A *Itaparica*, entregue aos cuidados de João Henriques, entestaria com o inimigo antes dos outros. Logo após o *Rio Pardo*: o capitânia. O barco de Griggs, a *Caçapava*, seria o terceiro da fila. Vinha depois o *Seival*, sob o comando de Valerigini. A seguir as duas canhoneiras, a *Lagunense* e a *Santana*, comandadas por Manuel Rodrigues e Inácio Bilbao. E entremeados com os navios, cinco lanchões com atiradores.

Garibaldi não para na sua dupla faina de efetuar a passagem das tropas e de tomar as medidas reclamadas pela defesa naval. “*Io faticai dunque della mattina, sino verso mezzodi.*” Combinam com Griggs, com João Henriques, com Valerigini, com Rodrigues e Bilbao os pormenores da ação. Volta a examinar os serviços de transporte, que não chegam a termo. Cruza o canal uma, duas, cinco, dez vezes. Quer certificar-se pelos

seus próprios olhos se as ordens estão sendo executadas a rigor. Retorna à presença de Canabarro para sugerir alguma nova providencia. E procura, na entrada da barra, as posições mais elevadas, de onde tenta descobrir as velas inimigas, que já devem estar a caminho.

Depois da surpresa da Encantada, afanavam-se os legalistas por não mais perder contato com os revolucionários. Diariamente, as suas vanguardas tiroteavam com os retirantes. Já tinha José Fernandes sob suas ordens, agora, dois mil homens perfeitamente equipados e em condições de se atirarem a maior empreendimento. Tropa de escol, sua maioria: o batalhão provisório do Desterro, composto de oitocentos guardas nacionais sob o comando do major Miguel Moreira; o da serra, comandado pelo major Melo, reforçados com a gente que Fernandes trouxera do Rio Grande; o segundo de caçadores e um esquadrão de cavalaria. Insistia Andreia por que a força avançasse com a maior rapidez. Mariath, que já estava com quase todas as suas unidades reunidas na enseada de Imbituba, fazia sentir a Fernandes a conveniência de apressar a marcha. Mas apesar de tratar-se de um trajeto a ser coberto em quatro ou cinco dias, a brigada avançava com extrema lentidão. Mariath, com os navios quase em mar aberto, começava a impacientar-se.

Resolveu Andreia ir pessoalmente à zona de operações. Sua ordem do dia, ao sair da capital, era um clamor de vitória. Ao chegar a Imbituba, viu que a força não progredia porque lhe faltavam recursos mais indispensáveis. Tratou de melhorar o serviço de abastecimento. Mas não havia tempo a perder. Que a tropa avançasse de qualquer maneira. Quanto mais se retardasse a marcha maior seria a penúria.

Os espões que voltavam da Laguna mais confirmavam os comandos legalistas na convicção de que a investida não podia ser procrastinada. Diziam que estavam por chegar, a qualquer momento, grandes reforços do Rio Grande; que toda a tropa dissidente se encontrava na vila; que a barra seria fechada com correntes presas sob embarcações. Mariath, assim que ouviu tais notícias, transmitiu-as a Andreia. E este determinou se organizasse uma força de trezentos homens, da melhor gente, cento e cinquenta marinheiros e outras tantas praças da brigada expedicionária, que se vinha aproximando já de Imbituba. Essa força seria transportada por um navio a vapor para o cabo de Santa Marta, onde desembarcaria



nas praias do norte, aproveitando o vento que soprava do sudoeste. E de lá marcharia sobre a barra da Laguna, a fim de remover as correntes que a fechassem e impedir a retirada do inimigo, quando o grosso das tropas entrasse na vila.

O plano não poderia ser mais absurdo. Executado que fosse, talvez o resultado da ação houvesse sido outro que não aquele que dentro em pouco iria produzir-se. Aconteceu, porém, que o vapor da carreira se atrasou. E o projeto de Andreia teve de ser posto de lado.

Com o vento que passou a cair de nordeste, os navios de Mariath garravam, perdendo ferros e amarras. Uma das canhoneiras, a comandada pelo tenente Wandenkolk, esteve a ponto de perder-se. As outras içaram as velas e passaram a bordejar ao longo da enseada, em cujo fundo, pela extrema dureza das areias, não podiam deitar âncoras.

“Notícias aterradoras circulavam, e todos os dias os partidários do inimigo as espalhavam, apresentando providências por ele tomadas”, testemunhava Mariath ao governo da corte. E Fernandes confirmava esse ambiente de apreensões em que viviam os legais, referindo-se a informações relativas a “grandes forças do inimigo chegadas do sul”, aos seus planos para passar à retaguarda, bem como às suas fortificações, “sem eu ter”, dizia, “artilharia grossa”. Mas percebia o chefe monarquista o exagero de tais informações “que os rebeldes espalhavam a propósito para lhe distrair forças”.

Afanavam-se Mariath e Fernandes por não desmerecer no conceito do autoritário Andreia. “A confiança que nós merecíamos do Excelentíssimo Presidente mais fazia esforçar nossos desejos, a par de dificuldades que a cada passo se acumulavam.” O comandante naval, vendo que o plano traçado por Andreia não poderia ser executado, concentrava-se em procura de outra solução. “Esgotei minhas fracas ideias em planos que logo destruí, à proporção que me ocorriam, pois árdua era a empresa.” Pensava na angústia do canal da barra. Um tiro de pistola, disparado da fortaleza, atingiria com a maior facilidade os navios que por ali tentassem passar. Sabia que no forte do morro existiam “seis peças de artilharia, fuzilaria e diferentes obstáculos”. E Garibaldi, não havia negar, era um “intrépido guerreiro”. O curso de outro dia provara sua tenacidade, ao enfrentar em circunstâncias sumamente desiguais os três navios, naquela mesma enseada.

Mariath continuava pensando. Esgotou “todas as suas ideias”; por fim deliberou em forma definitiva o último plano e o comunicou a vários comandantes. Prometeram-lhe todos “antes sucumbir com honra, quando a sorte fosse adversa, do que praticar a mais leve ação” em desdouro das armas imperiais. Ele por sua vez “estava assistido dos mesmos sentimentos”. Transmitiu o seu plano a Fernandes. E ambos, postos de acordo, esperavam apenas que o vento mudasse para norte ou nordeste. Logo que isso se verificasse, forçaria Mariath a barra. Se de fato a passagem estivesse impedida pelas correntes estendidas entre o lado norte e a *Itaparica*, não seria esse um obstáculo intransponível, de vez que as seus navios poderiam facilmente meter a pique aquela unidade rebelde. Fernandes, com marchas forçadas, deveria atingir a vila ao mesmo tempo em que os navios estivessem acometendo as barreiras do canal.

Mariath organizou o avanço. A canhoneira nº 14, ao mando do segundo-tenente Manuel Moreira da Silva, e quatro lanchões levando cento e cinquenta marinheiros, deviam abordar a *Itaparica*, “para meterem-na a fundo ou desfazer as correntes, caso as tivesse, a fim de entrarem as demais embarcações”. Prevvia que houvesse de perder nessa operação pelo menos metade dessas guarnições. “Contudo, críticas eram as circunstâncias, e maior glória caberia aos que escapassem por terem o arrojo de ir abordar uma embarcação de guerra debaixo de uma bateria, a menos de um tiro de pistola.” Seguiam-se na popa, a duas amarras de distância, mais duas canhoneiras, comandadas pelos tenentes Pereira Pinto e Gama Rosa, com o desígnio de distrair parte do fogo que a fortaleza e os navios rebeldes deveriam fazer dos lanchões. Três amarras pelas popas dessas canhoneiras iriam ao patacho *São José*, comandado pelo piloto José de Jesus; o brigue escuna *Bela Americana*, comando do tenente João Custódio Houdain; o patacho *Desterro*, comandante o tenente Marcos José Evangelista; o brigue escuna *Cometa*, sob as ordens do capitão-tenente Sena de Araújo; e finalmente a canhoneira *Belico*, sob o comando do tenente Manuel José Vieira. De mestre prático serviria o piloto Caetano Gomes Ribeiro. Mariath, chefiando a expedição, iria a bordo do *Éolo*.

A escuna *Calíope* e o patacho *Patagônia*, comandados pelos tenentes Castro Meneses e Jorge Otoni, tiveram ordem de simular um desembarque no cabo de Santa Marta, a fim de atrair para esses lados a

atenção do inimigo embora com a agitação do mar e os ventos reinantes ninguém pudesse acreditar a sério na viabilidade de tal operação.

Antes do meio-dia avista Garibaldi a esquadra legalista. “*I legni nemici s’avanzano.*” Vinte e dois, ao todo, os barcos do inimigo. Alguns de pequeno porte, adequados admiravelmente às operações naquelas águas de pouco fundo. De óculos em punho, ao alto do morro, acompanha as evoluções do inimigo. Não há dúvida: ele não se limitará ao bloqueio, a operações à distância, mas tratará de transpor a barra para fazer o combate aos republicanos dentro da lagoa. Corre Garibaldi a comunicar a Canabarro a sua convicção. “*Il nemico si disponeva a forzare l’entrata.*” O quadro se desenha sombria Como poderá ele, com seus reduzidos barcos, enfrentar aquela expedição? A todo custo, devia tratar-se de impedir que os legalistas atravessassem o canal. E para isso faziam-se necessários imediatos reforços às linhas de atiradores. “*Io feci avvertire il generale.*”

É possível que Canabarro encontrasse exageradas as apreensões do comandante naval. É admissível que, esperando um ataque de flanco das forças de Fernandes, não quisesse desfalcar as suas defesas. Fosse por uma destas razões ou por já haver decidido a retirada, certo é que Canabarro titubeou. O momento crítico se aproximava, sem que os defensores do canal houvessem recebido os reforços tão ansiosamente reclamados.

Todos, porém, estão a postos. Sobre o convés da *Itaparica*, pronto a atirar-se a um inimigo três vezes mais forte, o modesto João Henriques, que tão alto soube elevar a fama da bravura lagunense, espera, imperturbável, o rompimento do fogo. Griggs afirma que Mariath, dentro de algumas horas, confundirá o canal da Laguna com as águas do Styx. Bilbao, ruidoso na sua vivacidade de biscainho, infunde ânimo à gente da *Santana*. Ao lado dela, a *Lagunense* já está com a tripulação disposta para a refrega. Valerigini transmite instruções ao imediato do *Seival*. Sobre o tombadilho do *Rio Pardo*, Garibaldi acompanha os últimos aprestos para o combate, a bordo dos navios, na bateria, na linha de atiradores. Ao seu lado, como uma sombra, a figura de Anita.

Os minutos correm letargicamente lentos e longos. Parece que o tempo sofre paralisia. Não chegam ainda os reforços? Volta e meia Garibaldi perscruta, inquieto, a estrada do acampamento. Nada se move naquelas direções. Do outro lado do canal a Laguna dá a impressão de um burgo

morto, de uma cidade inibida pelo pavor. Olha para o alto do morro. Lá está o posto do vigia. Que comunicam os seus sinais? O inimigo se aproxima. Os navios navegam em forma de aríete. Não se enganara Garibaldi: eles vão forçar a barra. E os reforços não chegam. “*Nessuno giunse a tempo per coadiuvare alla difesa*”. Que estará fazendo Canabarro?

Garibaldi consulta agora as condições do tempo, indaga do estado do mar. O nordeste aumentara de violência. Corriam as águas com impetuosidade em direção à foz. Parece que o tempo, desta vez selou um pacto de amizade com o inimigo. O canal deve ter aumentado consideravelmente de profundidade. Garibaldi chega-se à proa para inquirir a João Henriques. “Doze a quatorze palmos”, é a resposta. Raríssimas vezes oferece a barra tanto fundo. Parece de mal agouro a coincidência. Nestas condições, a esquadra inimiga seria “*favorita dal vento e dalla corrente*”. João Henriques confirma. “Realmente, é caso muito extraordinário nestas águas!” E os minutos decorrem longos, letargicamente lentos... Como é enervante esperar-se o início de um combate!

Mais ou menos pelas duas da tarde o inimigo surge, afinal, à entrada da Laguna. No tope grande da *Éolo*, a capitânia, o sinal de bandeira nacional indica a ordem de forçar a barra. “E a este sinal nada mais se ouviu senão vivo fogo” e aclamações ao Imperador. Mariath, “em ponto mais visível e exposto da embarcação, em pé sobre a retranca”, acompanha, ansioso, as primeiras peripécias do combate.

Aproximam-se os navios em linha, como lhes fora prescrito. À frente, como ápice da cunha, veleja a canhoneira de Manuel Moreira da Silva, o *Manuel Diabo*: famoso pelas suas façanhas. A bateria da praia abre fogo sobre ele. Comanda-a Sousa Leão, o destemeroso *Capote*. A artilharia de bordo responde com extrema decisão aos tiros de terra. E o navio avança. Na sua esteira navegam mais alguns, já dentro da barra. Agora, acompanhando as sinuosidades do canal, os barcos inimigos têm as proas voltadas sobre o forte. Parece que vão cravar as quilhas precisamente no lugar em que estão armadas as baterias. É o momento culminante da investida. Se logram transpor este estreito braço do canal, terão garantida a entrada no porto. Redobra a intensidade do fogo da bateria. O alvo dos canhões situa-se a poucos metros. Torna-se vivíssima a fuzilaria. Os mais destros fazem tiros de pontaria. Verificam-se as primeiras baixas da canhoneira. *Manuel*

*Diabo*, de carabina em punho, dirige a investida. Grita, impreca, blasfema. As balas lhe sibilam em torno. Que ninguém arrede o pé! Os soldados caem ao seu lado, cabeças despedaçadas, troncos destroçados, peitos abertos em largos ferimentos.

*Capote*, de pé junto à bateria, infunde ânimo aos seus homens. Que não cesse o fogo! Que se carreguem com rapidez as peças! Que os artilheiros façam pontaria segura sobre o convés da canhoneira! E o fogo da bateria continua. “Aproveitando as circunstâncias que tanto o favoreciam” contara Mariath, “os inimigos enviavam-nos projéteis que enfiavam os nossos navios, ora pela proa ora pela popa. Uma chuva de balas disparadas quase a queima-roupa pela sua infantaria, abrigada por uma cortina de pedra ao lado da mesma fortaleza, causava-nos um dano terrível. Pode-se dizer uma justa ideia do que sofríamos neste choque.” Tão intenso é o canhoneio, tão vivo o chepitar da fuzilaria que alguns práticos se desorientam. Um lenho primeiro, e a pequenos intervalos mais dois, encalham no canal.

Os tiros dos navios abrem, por sua vez, extensas clareiras na guarnição da bateria e na linha de atiradores. O primeiro barco já está além da volta do sangradouro e começa a investir contra a *Itaparica*. Os subsequentes, de formidável potência de fogo, forçam a passagem com menor dificuldade. Mas a bateria resiste. Os artilheiros que caem são substituídos por outros, menos destros, todos dispostos, porém, a não entregar a posição ao inimigo enquanto lhes sobre algum alento. *Capote*, o “*valoroso capitano Capotto*”, faz prodígios. Mas pela “*poca pratica degli artiglieri*” que se vão improvisando, os adversários, obrigados embora a apresentar o costado e logo a alheta à bateria, conseguem transpor quase todos o canal. Passa sobre cada navio “um sopro de destruição”. Mais do que um combate, é um turbilhão de fogo que os envolve. Mas os navios continuam avançando “com velocidade regular, tocados pelo vento e pela maré, através de uma tempestade de balas”. “*La squadra nemica entrò tutta, facendo un fuoco d’inferno con artiglieria e moschetti.*”

A luta está sendo bem mais terrível e sanguinolenta do que se imaginara. Parecem os pobres navios da República “verdadeiros açougues de carne humana”: caminha-se sobre cabeças separadas dos corpos; tropeça-se a cada passo em esparsos membros de corpos terrivelmente mutilados. Um a um, vão caindo os valorosos comandantes dos barcos revolu-

cionários. Só Garibaldi continua ileso. Ao seu lado, Anita, “*Incomparabile mia Annita*”, mais intrépida ainda do que as horas terríveis de Imbituba, esforça-se por animar a marinhagem, acode aos pontos mais expostos, descarrega ela mesma o canhão do *Rio Pardo*. Mas, pouco depois de concentrado o fogo dos atacantes sobre a capitânia, todas as suas peças vão sendo desmontadas. Escassa a tripulação, porque muitos dos marinheiros haviam ficado em terra a prestar serviços na bateria e nas linhas de atiradores. Se os reforços não chegarem imediatamente, a situação estará perdida.

Garibaldi, desesperado, envia Anita à presença de Canabarro para mostrar-lhe a inadiável urgência de socorro. Sem muita demora, volta Anita com a resposta do general: que Garibaldi pusesse a salvo o que fosse possível e incendiasse os navios.

O inimigo continua a fulminar o *Rio Pardo* com a sua artilharia. Poucos são os sobreviventes a bordo da capitânia. Garibaldi quase já não encontra quem o auxilie nas medidas que lhe são ordenadas pelo comando geral. “*Ed io quasi solo dovendo incendiare la piccola nostra flottiglia!*” Dispõe-se Anita a fazer a travessia num escaler a dois remos, para salvar algumas armas e munições de guerra. Garibaldi concorda em que ela se dirija a terra, à condição, porém, de não retornar, de aguardar-lhe a chegada entre os retirantes do Comacho. Cumpriu Anita a primeira parte das instruções, não a segunda. Dentro em pouco, está outra vez a bordo para retomar nova carga. Vinte vezes atravessou o canal, sob a fuzilaria do inimigo. Encolhiam-se o mais que pudessem os remadores, na ânsia de se protegerem das balas. Anita, de pé na popa da embarcação, desafiava, imóvel, o crepitar da metralha.

Nesse em meio, o *Seival* e a *Santana*, impossibilitados de toda defesa por terem desmontados os rodízios, veem-se obrigados a fugir à perseguição da *Bela Americana* e de dois lanchões. Outra solução não lhes fica senão atirarem as quilhas sobre os baixios mais próximos, através dos quais consegue salvar-se a maior parte das tripulações.

Posto em salvamento o que fora possível, passa Garibaldi a incendiar os navios. Fácil seria a empresa no *Rio Pardo*, mas difícilíssima nos demais. Aproximando-se, de facho em punho, do costado da *Itaparica*, avista João Henriques, o bravo, o modesto marinheiro da Laguna, com um largo rombo aberto no peito, caído no convés entre dois terços, pelo

menos, da equipagem. “*Juan Enrique, del paese della Laguna... lo trovai pasato nel mezzo del petto da un biscaino.*” Não pôde Garibaldi demorar-se no adeus ao companheiro. Os imperiais se aproximam para a abordagem. Mas quando as canhoneiras já se alongam com os costados da *Itaparica*, ouve-se um estrondo formidável: explode o paiol de pólvora do lenho revolucionário. As chamas devoram-lhe o velame, os mastros, parte da coberta. Atônitos, os legalistas não percebem que do convés da capitânia tenta alguém escalar a amurada da *Caçapava*. Quando os olhos de Garibaldi alcançam o tombadilho desse barco, depara-se-lhe um quadro dantesco: o pobre John Griggs tivera o corpo partido em dois pedaços. Uma bala de metralha, disparada à imediata vizinhança dele, destacara-lhe o tronco dos membros inferiores. “O busto ficara de pé contra a amurada, com o rosto intrépido ainda purpureado pelo ardor do combate.” Garibaldi, horrorizado, apalpa-se e pergunta a si mesmo como explicar que ele se encontrasse intacto ao meio de tão formidável carnificina, “se não se havia poupado mais do que os outros”. Por instantes rápidos, contempla a fisionomia do desventurado Griggs. “*Ei somigliava vivo*”. E prossegue na sua faina destruidora. Também a *Caçapava*, logo depois o *Rio Pardo*, são presas das chamas, pira mortuária digna pela grandiosidade, dos bravos que jazem nos seus tombadilhos.

Caem as primeiras sombras da noite quando Garibaldi, cumprida até o fim a dolorosa tarefa, atravessa com Anita, em derradeira viagem, o canal da Laguna. O incêndio dos navios deita clarões sinistros sobre as águas, iluminando as cenas finais da fuga dos revolucionários. “Atiravam-se à água famílias, soldados, tudo em desordem, morrendo até mulheres à bala. Foi um horror a passagem do canal.”

Para os lados do Camacho, ouve-se o rumor confuso do exército que bate em retirada.

\*

Muitos anos mais tarde, em visita ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, celebrava D. Pedro II a arriscada passagem da armada imperial em Curupaiti. Ouvia-a com atenção o velho almirante barão de Ivinhema, que tomara parte na batalha naval da Laguna como primeiro-tenente, comandante da canhoneira nº. 6. Não contraveio, por certo, o encanecido

Pereira Pinto ao que dizia Sua Majestade. Mas pediu vênia para uma observação:

“Em Curupaiti, senhor, acometiam a uma fortaleza de armamento antigo embarcações pujantes, de espessa couraça, monitores modernos com artilharia de tipo aperfeiçoado, montada em torres ou baterias cobertas. Em 1839, foi em frágeis navios de madeira, borda baixa, que nos arrostando com a furiosa resistência que nos contrapôs Garibaldi. Pareceu-nos milagre, ao termo do combate, o havermos podido escapar com vida a essa pavorosa tormenta de balas.”

Os imperiais haviam conquistado a vitória à custa de uma centena de baixas, mais ou menos. Todos os navios, posto que nos cascos não fossem grandes as avarias, estavam com as mastreações e os velames despedaçados. Decidiu Mariath que alguns lanchões entrassem pelo Tubarão, a dar caça aos inimigos que fugiam em pequenas barcas, por entre os juncos.

Às primeiras horas da noite, entrava na vila a coluna de José Fernandes. Chegava depois da ação. Mas Fernandes, em comunicação com Andreia, fazia questão de figurar como comparsa da vitória: “A força de mar e esta coluna venceram as dificuldades que o mau tempo, os ventos contrários, a falta de mantimentos para os cavalos em um terreno arenoso” lhes opunham. “Eu marchei logo ao campo de Itapirobá, donde os inimigos se retiraram vergonhosamente. Forçando o passo sem dar-lhes tempo a defender-se, cheguei a esta vila ao mesmo tempo em que a nossa esquadra se cobria de glória, entrando na barra e batendo-se com a fortaleza e quatro barcos inimigos que foram queimados, e outros mercantes ficaram em nosso poder.” Se mais não fizera o coronel, não fora culpa sua e sim do inimigo, que não esperara por ele para ser batido como convinha: “Sinto que o inimigo, contando mil e tantos homens, comandados pelo general em chefe e cinco coronéis, não se quisesse bater e defender a sua capital.”

Mas, apesar de quantos esforços fizesse Fernandes, o herói da jornada era Mariath. As comunicações que despachou a Andreia e ao ministro da Marinha punham em realíssimo destaque o feito da esquadra. “Mandei abordar as embarcações: porém o inimigo pegou fogo nas escunas *Itaparica* e *Libertadora*. Contudo atalhou-se o fogo de um patacho novo, e a escuna *Caçapava* foi ao fundo pelos rombos que recebeu, porém, já está sobre fundas para ser levantada. Completa foi a nossa vitória; pois até foram mortos todos



os comandantes, menos o seu chefe José Garibaldi.” As baixas dos legalistas, segundo as comunicações oficiais de Mariath, não passariam de dezessete mortos e trinta e oito feridos. Muitos anos mais tarde, porém, comentando numa folha do Rio de Janeiro as *Memórias* de Garibaldi que acabavam de aparecer, admitiria que houvessem sido em número de cinquenta e um mortos e de doze feridos. O lealismo do comandante naval tocava ao sublime: “Foi o dia 15 de novembro aquele que a Providência tinha destinado para que a Divisão Naval que tenho a honra de comandar, em operações nas águas de Santa Catarina, se cobrisse de eterna glória e fizesse triunfar as armas do nosso Augusto e Caro Imperador.”

A primeira providência de Andreia, conhecida a vitória, consistiu em declarar “sem nenhum efeito, nulos e como se nunca houvessem existido, assim na parte civil como na militar e na judiciária, não só todos e quaisquer atos emanados do governo revolucionário e das autoridades que lhes obedecessem, mas qualquer convenção, ajuste ou avença entre partes que devesse ter efeito em juízo”. O governo de Sua Majestade e seus delegados não poderiam reconhecer de nenhum modo os atos praticados pelo ajuntamento de rebeldes, que havia dominado na vila da Laguna e seus distritos desde 22 de julho até 19 de novembro. Em seguida, Andreia foi visitar a praça reconquistada. Era seu dever – dizia – agradecer pessoalmente aos vencedores da Laguna o haverem arrancado a vila às mãos dos inimigos do trono constitucional, “firmando com esta gloriosa empresa a completa restauração da província e dando o primeiro passo decisivo para a consolidação da integridade do Império e sustentação da coroa do nosso Augusto Monarca o Senhor D. Pedro II”.

A linguagem altissonante do general havia de comover profundamente a população da vila, mais legalista agora do que a cidade ou o vilarejo que mais o fossem por todos os confins do Império. A câmara municipal, que meses antes delirara de entusiasmo na presença de Canabarro, que proclamava a República, criara a Cidade Juliana, convocara os eleitores para eleição do presidente, instituía as cores nacionais do novo Estado, enviara a Andreia, três dias depois da sua fala, um entusiástico voto de congratulações pela vitória da legalidade. “A Câmara Municipal desta vila julga do seu mais rigoroso dever patentear a V. Exa. os seus agradecimentos por ocasião da feliz restauração desta vila. Em vão pretendeu

um punhado de rebeldes destruir o sistema que o Brasil adotou; porém V. Exa., menosprezando esse partido desvairado, fez com que se apresentassem as forças de mar e terra comandadas pelos muito beneméritos capitão-demar-e-guerra Frederico Mariath e tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira, e foi quanto bastou para pôr em completa debandada esses perversos que vergonhosamente abandonaram este porto. É pois a V. Exa. que tudo se deve; os habitantes deste município não se cansam de louvar os serviços por V. Exa. prestados a esta província. Digne-se V. Exa. aceitar os protestos de consideração e estima que os habitantes deste município tributam à pessoa de V. Exa. Deus guarde V.Exa.”

A fisionomia da Laguna estava mudada. Onde os revolucionários, onde os defensores da República, onde, sobretudo, algum responsável, comprometido na malograda aventura? As sátiras mais mordazes circulavam, em torpe linguagem rimada, contra Canabarro, contra Garibaldi e Teixeira. Como reconhecer naquele vilarejo, tão profundamente deprimido na sua expressão moral, a Cidade Juliana de ontem, a ativa sede de um governo republicano, que houvera pensado erigir-se em exemplo de dignidade cívica às populações do Império? Parecia que a lepra do adesionismo não deixara extreme do *vírus* um único habitante do lugar. A degradação da Câmara municipal, votando em julho moções de entusiasmo aos “bravos libertadores da província”, proclamando, “em nome da vontade unânime do povo” um “Estado Republicano, Livre, Constitucional e Independente”, e congratulando-se em novembro com o delegado da monarquia por haver conseguido expulsar da vila os perversos representantes de um partido desvairado que pretendia destruir o feliz sistema de governo adotado pelo Brasil, não suscitou protestos de indignação nem fez com que os lagunenses chorassem de desespero pela falta de vergonha dos seus representantes comunais. Caiu a República? Viva o Império!

Aderir era a preocupação geral. Aderiam uns estrepitosamente. Na verdade, nunca haviam sido republicanos, explicavam. Tinham obedecido à República, sim, mas coagidos pela força das circunstâncias. No âmago das consciências, porém, jamais esmorecera o seu apego ao trono... Outros aderiam constrangidos. “Que hei de fazer? Você sabe: continuo republicano. Mas preciso viver. Adiro para poder cuidar dos negócios, que andam mal...” Havia ainda os chefes, que aderiam não por si, mas pelos

amigos, os revolucionários em má situação. “Como se deixaria abandonada à discrição do vencedor aquela pobre gente sacrificada nos seus interesses? Não seria justo que os amigos perdessem os empregos, as propinas, os fornecimentos de que viviam. Melhor seria que aderissem todos, para que tudo na vida do município continuasse como antes.”

A Laguna aderiu. E tudo continuou como antes, na conformada consciência da Cidade Juliana. Salvo raras exceções, os empregados da República passaram a empregados do Império. Os fornecedores do comando geral dos revolucionários faziam os seus fornecimentos, daí por diante, ao governo da província. Os negócios do porto voltavam à normalidade. A Laguna sentia-se feliz.

Cordeiro desaparecera, e com ele os ministros. “Vergonhosamente fugiram presidente, ministros, etc.” informava José Fernandes a Andreia. Ia Cordeiro recolher-se à vida privada, dizia. Estava mais que farto da política. Afastado do mundo, continuaria a cultivar a delicada flor do seu idealismo.

Logo que Andreia chegou à Laguna, recebeu, entre outras, duas visitas sensacionais: a de Oliveira Tavares, o primeiro ministro da Justiça e da Fazenda, e a do seu substituto, José Pacheco dos Reis. Iam apresentar-se à autoridade. Pacheco, que se dizia democrata, passou, daí por diante, a viver em perfeita conformidade com a ditadura do general, representante do governo do centro. Antônio Claudino de Medeiros, ex-ministro da Guerra e da Marinha, este foi alvo até da gratidão de Andreia, porque havia sabido valer-se do seu cargo “para prestar benefícios a seus comprovincianos que mereciam dos soldados rio-grandenses”. A nova situação premiava a transigência, a covardia, a duplicidade, a traição. E era geral, na população da Laguna, o empenho por mostrar-se à altura das exigências morais da nova ordem de coisas que se inaugurava.

\*

Entre o Campo da Barra e a foz do Camacho, vagaroso, em desordem as colunas, retirava, rumo ao sul, o exercito republicano. Maltrapilhos, exaustos, vencidos de tantas provações, eram aqueles retirantes, na verdade, um exército de “farrapos”. Canabarro, pálpebras cerradas, as linhas do rosto contraídas numa expressão de profunda, de insondável tristeza, só tinha uma ideia: afastar-se o mais depressa possível, afastar-se para sempre daquelas

terras, respirar de novo os ares do Rio Grande. Caminhava, perto dele, Garibaldi. Marchavam pela mesma estrada que haviam percorrido *“pochi mesi prima, gonfio it cuore di speranza, e precedutti dalla vittoria”*.

Para trás lhes ficavam os distritos da Laguna, na sua conformação com a derrota, na sua adesão à vitória. Para diante, caminho do sul, seria de novo a luta pelas ideias da revolução.

.....

## *Capítulo VII*

### A EXPEDIÇÃO AO PLANALTO

**N**O PASSO DO CAMACHO, estiveram os republicanos acampados mais de uma semana. Era preciso tomar alento, observar o inimigo, esperar os retardatários.

Um dos primeiros a chegar foi *Capote*, que alcançou os retirantes na mesma noite da derrota. Mantivera o fogo das baterias até as últimas horas da tarde. Só ao ver as fogueiras dos navios é que dera sinal de suspender a ação. Quando os legalistas chegaram às vizinhanças do forte, já não encontraram ninguém. Sousa Leão e os seus poucos homens, desvairados de emoção e de fadiga, atravessavam as charnecas da Carniça à procura da força que se deslocava em direção ao Campo Bom.

Teixeira Nunes, este viera em retirada de Itapirobá à Laguna sob o fogo das vanguardas de Fernandes. Corria “com uma vera nuvem de inimigos sobre os calcanhares”. Mas retardara quanto possível o avanço dos imperiais. Quando entrou na cidade, a resistência da esquadrilha já entrava em agonia. Nada mais havia a fazer senão tratar de atingir a outra margem. Passou como um raio pelas ruas desertas e atirou-se às águas do canal, cruzando-o a nado com a maior parte dos que o acompanhavam.

Nos campos em que fizeram alto, tratou Canabarro, como pôde, de reorganizar a coluna. José Fernandes, que tanto lamentara nas suas comunicações oficiais não o houvessem esperado os rebeldes para serem por ele condignamente batidos, não se atrevia, contudo, a uma investida em regra. E daria graças a Deus por certo, não se lembrasse do inimigo de refluir sobre a Laguna. Dia-riamente as suas vanguardas esboçavam tentativas de avanço. Mas o intrépido Capote, a quem Canabarro confiava o comando da retaguarda, mantinha-as à distância e obrigou-as algumas vezes a retroceder sobre os pantanais da Carniça.

Enquanto se refaziam as tropas, o comando geral deliberava. Se chegassem os reforços do Rio Grande, poder-se-ia retomar a ofensiva sobre a Laguna, opinava Teixeira Nunes. Mas corriam os dias, a nenhum sinal de auxílio. Assentou Canabarro prosseguir na marcha para o sul, em direção a Torres. Não havia alternativa, dizia, embora estivesse à foz do Mampituba ocupada por uma coluna legalista superior a mil homens, gente do famigerado Juca Ourives. E no planalto, os Alanos, preparada a reação com a cumplicidade do vigário e do juiz de paz, tinham reocupado a vila de Lajes, no mesmo dia em que a Juliana recaíra em poder do Império.

Lentamente recomeça a coluna a mover-se rumo do Araranguá, ora ao longo da praia, deserta, ora, para garantir o pasto à cavallhada, mais sobre o interior, onde, disfarçados sob enganadores relvados, dormem os extensos e traiçoeiros tremedais. E esse terreno recortado de numerosas lagoas unidas entre si por estreitos sangradouros, os quais, de espaço a espaço, procuram, através das dunas, precárias comunicações com o mar. Difícil se faz por aí o avanço da tropa. As populações de pescadores disseminadas na faixa entre as lagoas e o oceano já não os acolhem agora com a comunicativa simpatia de meses atrás, quando avançavam sobre a Laguna.

Canabarro, sempre irritado contra aquela gente resignada à miséria, incapaz de todo esforço que não seja a fácil presa do marisco, descrê de qualquer tentativa no sentido da sua libertação. Teixeira Nunes, porém, insiste. O essencial, antes de tudo, é reforçar a situação do planalto. A serra garantiria, por fim, a posse do litoral. Chegados os reforços, um duplo avanço do sul e do oeste poderá desalojar o inimigo da Cidade Juliana e mesmo do Desterro. Mas o general continua indeciso. Que Teixeira tratas-

se de alcançar o planalto. Ele prosseguiria em direção ao Rio Grande, onde mais úteis poderiam ser os seus serviços.

Deliberada a divisão da coluna, Garibaldi e Rossetti resolvem acompanhar Teixeira Nunes. Assenta-se que o chefe da esquadilha comandará a infantaria da expedição, restos da sua marinagem e alguns voluntários que se foram juntando aos retirantes. À testa dos seus bravos, longe está Garibaldi de sentir-se desanimado em tão difícil situação. No meio dos maiores contratempos não o abandona o otimismo. Dir-se-ia um discípulo de Candide, um irmão de Pangloss. Estava maltrapilho? “*E che m’importava il non aver altri vesti, che quelle che mi incoprivano il corpo?*” Terminada por maneira tão dramática a sua atividade de marinheiro, sentia-se lançado aos azares de uma vida menos aventureira, quicá mais atraente ainda — a de guerrilheiro. “Orgulhoso dos vivos, orgulhoso dos mortos, quase orgulhoso de si mesmo”, jamais cogitaria ele que o erário da Republica não dispusesse de dinheiro para pagar os soldos dos seus servidores. Trazia à cintura uma espada, no arção do cavalo uma carabina. Por que não haveria de encarar com tranquilidade o futuro? Ao seu lado caminhava Anita, “*la donna del mio cuore*”, dizia, Anita, o maior tesouro da sua vida. Não o obrigava o seu amor a todos os sacrifícios? Ela enfrentava o fogo dos combates com um sangue-frio de pasmar, como se não tivesse noção real dos perigos que a envolviam. Aquela mulher excepcional era digna, sem dúvida, “*dell’universale ammirazione*”. Daqui por diante, haveria de esforçar-se mais ainda por não desmerecer de tal companhia. Olhava-a com embevecimento. Junto dela, quanto mais exaustivas se tornavam as privações da marcha, mais desejável lhe parecia à vida.

\*

No Araranguá, deteve-se de novo a coluna. Ótima situação aquela para um fica-pé contra os “caramurus” de Andreia! A tardias horas teria Canabarro percebido o erro de não haver abandonado a Laguna antes do embate com os navios de Mariath. Nenhum lugar mais apropriado para esperar o avanço das tropas legalistas do que aquela traiçoeira zona compreendida entre as barras do Camacho e do Araranguá. “Em vez de prescrever em hora mal ensejada o retrocesso, Canabarro, desde que se desenhou com nitidez o poderoso armamento destinado à restauração da

Laguna, devera tê-la abandonado, para estabelecer mais sólidas linhas de resistência ao sul, primeiro no Camacho, segundo no Araranguá... Num e noutro sítio, poderia organizá-las, até mesmo com a ajuda e aproveitamento dos navios, se as circunstâncias locais permitissem conduzi-los até lá.” E seria de imaginar-se “que milagres se pudera efetuar com eles em melhor zona, tendo-se em conta os que engendrava Garibaldi em outra muito mais desfavorável, peito a peito com uma forte esquadra do Império”. Com efeito, transportados em tempo para o Araranguá os recursos bélicos existentes na Laguna e inutilizado assim o préstimo dos navios legalistas, como se aventuraria o cauteloso José Fernandes a acometer os republicanos parapeitados em tão formidável defesa natural, obrigados a percorrer, dias e dias, aqueles terríveis pantanais?

Seria tempo, ainda agora, de intentar a defesa dessa linha? Por certo que sim, principalmente se uma parte da coluna galgasse a serra e fosse limpar de inimigos a zona de Lajes. Mostrou-se o comando geral inclinado ao projeto. Mas quando Teixeira Nunes e Garibaldi iniciaram a subida do planalto, pôs-se o general em marcha, na direção do Mampituba.

\*

Ao longo da costa meridional de Santa Catarina e ainda para o sul de Torres, rompe-se o planalto abruptamente em muralhas talhadas a prumo, cujas alturas variam de dezenas a centenas de metros. São os *taimbém*, os *ita-aimbé*, pedras pontiagudas, resultado da ação erosiva dos rios, segundo Maull, ou consequência de uma formidável paráclase, como opina Reinhard Maack. Acompanhando as camadas das rochas pérmicas desde Minas, através de São Paulo, elas atingem no sul à sua máxima grandiosidade e deixam a perder de vista, aí, os similares das regiões centrais. Desenvolve-se sinuosamente a linha dos *taimbés*, recortada em pontas que avançam sobre o litoral, em entrâncias que fogem para o interior. Aqui, uma saliência se destaca, longa por vezes de alguns quilômetros, e franjada, como uma renda, de caprichosos paredões menores. Ali, retrai-se o corte; e como que apavorado do bramir soturno do Atlântico, busca em demoradas extensões afastar-se o mais possível da faixa litorânea. De espaço a espaço, presas do delírio das alturas, as águas tímidas de algum riacho precipitam-se no abismo e rolam desfeitas em espumas, sobre rochas altas e esguias



como as torres de uma catedral. Nas cercanias do Araranguá, na latitude de 28° e 57, levanta-se um desses extensos paredões, ao qual, pela artificiosa forma que assume, chamam de *Conventos*. Visto do mar, configura-se, na verdade, como enorme e solitária construção, perdida naquele deserto para retiro de almas que buscassem na solidão a proximidade de Deus.

A *boca da serra* que dá acesso ao caminho do planalto é uma passagem augusta e íngreme, antigo leito, talvez, de uma corrente alpestre, e cujo percurso só com o auxílio de vaqueanos pode ser tentado. Ao longo da subida, são os animais obrigados, de trecho em trecho, a deslizar cautelosamente sobre lajeados inclinados, onde o menor descuido só acarretar deploráveis consequências. Por isto mesmo, preferem-se para essa penosa viagem os muares aos cavalos. Muitas vezes tem a alimária de galgar em sucessivos pulos vários degraus dessa escada natural, aberta na pedra pelas águas de rios milenares. E sucede, não raro, que as mulas “empaquem”, negando-se, teimosas, a prosseguir na perigosa ascensão. Em tal conjuntura, os cavaleiros apeiam e tomam o animal pelas rédeas, fustigando-o e concitando-o com gritos continuados a mover-se.

A boca do *Fachinal*, que comunica a praia do Araranguá com a estrada de Lajes, tem sobre as demais a vantagem de não sair no nível do mar, e sim sobre uma extensa lombada onde se levantam os morros da Cruzinha, da Rigueira e da Recorta, e que se une com as escarpas do planalto por um estreito istmo. Do sopé dos morros, ela procura o leito do rio da Praia Grande. Por que o aclave dessa picada fosse menos abrupto, preferiam-na os tropeiros para o transporte dos seus gados.

Vencendo contínuas dificuldades e afrontando perigos sem conta, o viajante, quando ainda não existiam as estradas de rodagem, fazia a subida da praia ao planalto através dessas “bocas de serra”. Os seus cuidados cresciam à medida que fosse ganhando altura, pois mais escarpado se tornava o caminho. E quando sucedida – coisa muito frequente – surpreendê-lo em caminho a *viração*, outro recurso não lhe ficava senão o de quedar-se imobilizado horas e horas, até que o sol, em luta com a neblina, conseguisse por fim vencê-la. Tão densa é às vezes essa cerração, que duas pessoas, à distância de poucos metros, se perdem de vista. Formada pelas correntes aéreas verticais oriundas da insolação dos campos e que atraem as nuvens do litoral, ela cai geralmente das duas às cinco horas da tarde,

sobretudo nos meses do estio. Começa o viandante por sentir primeiro um vento frio que sopra do lado do mar e vai rapidamente aumentando de intensidade. Logo depois, sobre as bordas do planalto, aparecem esbranquiçados nimbos, que progridem na direção de oeste e envolvem, dentro em pouco, toda a encosta num espesso manto de névoa.

Só muitos quilômetros para o interior, essa neblina desaparece aos calores do sol. Mesmo os vaqueanos, mais traquejados correm risco de desorientar-se dentro dela, escondidos por completo o leito da estrada, já de si tão perigosa, pelos precipícios que a marginam. Contam moradores dessas paragens que até pontas de gado têm muitas vezes rolado pelos *taimbés* abaixo, nas horas da *viração*.

Atingido o planalto, não cessam ainda os incômodos da viagem. Pois longe está o altiplano de apresentar-se numa prolongada, intérmina planura, como geralmente se imagina. Formam-no um sem-número de chapadas sobrepostas, entre as quais, no correr dos períodos geológicos, foi à água dos rios cavando profundos vales. O solo, de terra vermelha nas alturas médias, torna-se nas mais elevadas amarelento, e preto por fim nas altitudes superiores a mil e duzentos metros. Predominam, na costa oriental da serra, os campos de gramíneas ásperas. Os matos aparecem abundantes nas proximidades dos riachos, nas ribanceiras dos vales, nas depressões aonde confluem as águas pluviais. Nas alturas menos elevadas, encontram-se extensos pinheirais cujas copas dão a impressão, à distância, de sucessivas escadarias a limitarem, ao longe, a linha do horizonte. Nas altitudes maiores, porém, os pinheiros desaparecem substituídos por uma vegetação arbórea de madeiras de pouco préstimo. Em algumas regiões, até esta mata rala e pobre cede lugar a uma formação de arbusto raquíticos. Só de longe em longe, uma que outra árvore. “Se não fosse o solo pantanoso, o viajante teria a impressão de encontrar-se em plena *caatinga* nordestina.” Os cambajuvais, espécies de taquara baixa, nutritiva para os gados, os xaxins, fetos arborescentes, e ainda os carás comunicam ao ambiente, por léguas e léguas, aspectos de completa desolação.

Os campos pantanosos, que ocupam largas extensões na xona mais elevada, desorientam também os melhores conhecedores do planalto. Eles não aparecem apenas nas depressões dos terrenos, mas ainda nas suas convexidades, nos flancos das coxilhas, nas escarpas dos morros. Aventurar-

-se por essas campinas traiçoeiras sem o auxílio de guias é sempre empresa das mais arriscadas. Mas encontram-se também campos ondulados, de pastagem intensamente verde, rodeados de matas e matizados de flores, regiões propícias como as que mais o forem para o amanhã e a lavoura. Surgem como verdadeiros oásis dentro da grandiosidade brutal daquela paisagem.

Desde que a vila de Lajes aderira à República, preocupava-se o governo do Rio de Janeiro em organizar no planalto os fracionados elementos reacionários lá existentes. O caudilho de maior voga no clã dos Alanos, Cândido – Candinho como o chamavam – ansiava por uma desforra dos reveses anteriormente sofridos. Não descansava. Movia-se pelas picadas ermas a conclamar os seus sequazes. E auxiliado pelos disfarçados correligionários com que contava na vila, pôde preparar a reação que culminara na sua recaída em poder dos imperiais.

Confia o ministro da Guerra a organização militar e o comando dos elementos da serra ao brigadeiro Francisco Xavier da Cunha. Depois de limpo o planalto de revolucionários, deveria a coluna entrar no Rio Grande, e – feita a junção com os grupos que sob as ordens do coronel Antônio de Melo Albuquerque preparavam um levante em Cruz Alta – marchar sobre Porto Alegre, a fim de aliviá-la da pressão do assédio republicano. Posta em pé de guerra no Rio Negro uma formação de dois mil homens batizada com o nome de “Divisão S. Paulo” e também de “Divisão da Serra”, entendeu o brigadeiro que a retomada de Lajes pelos imperiais devesse marcar-lhe o início da ação.

Entrado no sertão catarinense, dirigiu ao Campo do Corisco rebuscada fala dos habitantes. “A vanguarda da coluna do Rio Negro, que como por encanto se organizou e armou na extrema divisa da província de S. Paulo em menos de sessenta dias, já pisa aquém do sertão! O general que marcha à sua frente, munido de instruções do governo imperial, não nutre em seu peito sentimentos de vingança, não alimenta ideias de extermínio... A coluna, composta de aguerridos emigrados (rio-grandenses), de leais e valentes paulistas e cavaleiros curitibanos, não tem outro pensamento que o do seu general: se mal intencionados o contrário vos disserem, não vos acrediteis. Eia, serranos, reuni-vos a estes bravos. Desapareçam dentre vós, para sempre, a anarquia e seu horroroso cortejo. Sede brasileiros, sede o que deveis ser, legalistas! A efêmera república vai acabar”...

Dirigia-se o avanço de Cunha sobre o posto de Santa Vitória, antigo registro estabelecido pelo fisco de Sua Majestade à margem esquerda do rio Pelotas, com o fim de proceder à arrecadação das taxas do gado que saísse da Capitania d'el-Rei para a feira de Sorocaba. A notícia da retomada da Laguna comunicava-lhe a euforia da vitória. Aranha, Serafim Muniz, Antônio Inácio e outros líderes revolucionários, perseguidos de perto por Alano, batiam em retirada para os campos de Vacaria. O brigadeiro só tinha uma ideia: avançar. *“Avanzavasi pel la Serra la divisione Acunha, venuta dalla provincia di S. Paolo”*, diz Garibaldi.

Como vários núcleos de rebeldes perambulassem fracionados, pelas costas do arroio de Santana, mandou que cem cavaleiros, alguma infantaria e mais gente que se pudesse reunir, invadissem os Campos Novos, passassem o Pelotas junto ao Mato Português e fizessem “mão baixa em tudo que fosse farrapos, até ao registro de Santa Vitória”, em cujas imediações foi colocar-se a toda pressa, informava ao presidente da província.

Não menos que no valor das armas, confiava o brigadeiro no retorcido estilo das suas proclamações, escritas, como os relatos de César, na terceira pessoa do singular. Do passo de Santa Vitória, onde “por agora fazia o pião das suas operações” dirigiu eloquente fala aos habitantes de Cruz Alta, incitando-os a se levantarem contra a República e a reagirem como reclamava o dever dos legalistas. “A divisão da Serra”, dizia, “acha-se em marcha; e pela proclamação que o general fez publicar se conhecerá não só as suas benignas intenções como as bem fundadas esperanças que nutre a respeito dos habitantes de Cruz Alta e em geral de todos os seranos. Estabelecei uma boa e leal polícia na vila e vinde com confiança e pronto auxílio ocupar um posto militar no Mato Castelhana; aí sabereis das disposições” já tomadas para que seja batida de vez “a hidra infernal da anarquia”.

Mandou buscar em Lajes um reforço de cem homens, pois recebera instruções de cobrir aquele município, perseguir os rebeldes e não lhes deixar fôlego. Não satisfeito com os convites públicos dirigidos às populações concitando-as a voltarem ao seio da legalidade, afanava-se ainda em epístolas endereçadas a líderes revolucionários, instando por que se pusessem a serviço do trono. Escreveu nesse sentido a Joaquim Mariano Aranha, confiando a cartas a um indivíduo que aparecera no acampamento, fugido,

segundo afirmava, de uma força rebelde. Essa força, dizia o fugitivo, não devia passar de duzentos homens no máximo. Recebida a mensagem, fingiu o espião que a levava ao destinatário: Poucos dias depois, voltou dizendo não ter podido entregá-la pessoalmente em vista do cuidado que nele punham os rebeldes, mas a transmitira a seguro portador. Reiterou ainda as declarações anteriores com referência ao número do inimigo, mal provido de armas e sem disposição de bater-se. O brigadeiro exultou.

Quando já cogitava de sair a atacá-los, voltava a reunir-se à coluna o capitão que fora encarregado da batida no arroio de Santana. Contou que perseguira os rebeldes por grande distância, chegara às imediações de Cruz Alta, estivera em Passo Fundo, onde arrebanhara ótima cavallhada e de onde trazia avultado número de voluntários. Tudo, para os lados do Rio Grande, se esboçava da melhor maneira. O adversário estava desmoralizado. Este era o momento de batê-lo.

Confirmando o oficial da sua tropa tudo quanto lhe revelara o indivíduo que oferecera levar a carta a Marianito Aranha, sem mais refletir resolveu o brigadeiro passar o Rubicão, que aí se chamava Pelotas.

\*

Lenta e árdua se fez a subida dos revolucionários ao planalto. Através de picadas íngremes bordadas de precipícios, foram galgando penosamente, em dias de exaustiva marcha, as encostas abruptas, em demanda da escura franja dos pinheiros que, lá no alto, limita em interminável extensão a linha do horizonte. A Garibaldi, apesar dos riscos e das fadigas, pareceria extremamente pitoresca a ascensão, tão diversa em tudo aquela natureza agressiva de quanto até então conhecera nas suas peregrinações através do Uruguai, do Rio Grande do Sul e da faixa litorânea de Santa Catarina. Tinha a impressão, a todo momento, de um mágico regresso às paisagens da Itália. Mais frequente agora do que nunca, vinha-lhe a ideia do retorno à pátria. Explicava a Anita os seus compromissos com a *Jovem Itália*, e a companheira entendia devesse ele, logo que possível, voltar à terra natal a fim de esforçar-se pela sua libertação.

Quando a coluna se bifurcou em Araranguá, preferira Rossetti acompanhar Teixeira e Garibaldi. Na Laguna, servira Canabarro com uma dedicação sem igual. Mas o caráter difícil do comandante chefe não era de

natureza a conquistá-lo como amigo. Não apenas a Garibaldi, também a Teixeira sentia-se ligado por laços de indissolúvel afeto. Ademais, considerava em muito sua ideia da expedição a Santa Catarina em cujo plano, ao lado de Almeida, colaborara com tenacidade nos conciliábulos de Piratini e Caçapava. Por isto, enquanto houvesse ainda um laivo de esperança na libertação da província, ele estaria entre os combatentes. Seria, de qualquer maneira, dos últimos que houvessem de abandonar a empresa.

Chegados por fim ao altiplano, estacaram os expedicionários a tomar providências no sentido de que lhes incorporassem os companheiros da região. Despacharam próprios à procura de Marianito Aranha, de José Gomes Portinho. Souberam de uma refrega, dias antes, na estância do Lara, entre gente do capitão Lima e de Candinho Alano. Os revolucionários, atacados de surpresa, tinham abandonado o local. Antônio Inácio de Oliveira, o proclamador da república em Lajes, também se via acossado pelos legalistas. E em má situação estava ainda Amaral, aquele bravo republicano, ferrador de profissão, que costumava gritar, quando se atirava aos “entreveros”: “Conheçam agora a força do Amaral Ferrador!”

Localizados os elementos revolucionários, puseram-se em marcha na direção de Vacaria, onde se operou a incorporação de Aranha, de Portinho e dos demais. Já formavam na coluna para cima de quinhentos homens, perfeitos conhecedores de todas as grutas e socavões da região. Os “bombeiros”, diariamente despachados para junto do inimigo, acompanhavam minuciosamente as suas evoluções. Corria já de boca em boca a fama de ingenuidade do brigadeiro, copioso autor de proclamações e comandante da divisão de São Paulo. Impossível não seria manejar-lhe os movimentos, levando-o a posições desvantajosas e constringendo-o a aceitar combate em situação ruínosa para ele. Os espíões continuavam, dia a dia, o seu serviço. Já lograra um deles fazer-se pessoa de íntima confiança do brigadeiro.

Transposto o rio Pelotas, continuou Xavier da Cunha até a Chapada Bonita, onde se lhe reuniu a cavallhada. O inimigo acampava a três quartos de légua do passo de Santa Vitória. Sem perda de tempo, para lá se dirigiu o chefe legalista, cuja vanguarda de cavalarianos rio-grandenses comandados por Alano entrou a tirotear com as avançadas revolucionárias, que se moviam sob as ordens de Antônio Inácio de Oliveira, catarinense de escol.

De acordo com o plano de Teixeira, simulou Inácio esquivar-se do ataque. Recuando sempre, atraiu os imperiais para o campo do Pinheirinho, onde, escondido na floresta, se encontrava o grosso da coluna dos rebeldes. Alano insistiu na perseguição. Mas, alcançando a fazenda do Socorro, entendeu de bom aviso estacar e colocar-se nas proximidades da força do brigadeiro. Teixeira aproveitou a noite para aproximar-se do inimigo. A trote vagaroso atingiu os Quatis, em Santa Cruz, e aí fez alto para descanso da tropa. Pela madrugada, iniciou a ofensiva.

Quando Cunha percebeu o avanço dos revolucionários no alto da coxilha, computou o seu número em quatrocentos a quinhentos homens, mais do dobro do que haviam assinalado os seus informantes. Seria tempo ainda de retroceder. Enquanto a retaguarda tiroteasse com os rebeldes, poderia ele alcançar sossegado a outra margem do Pelotas. Mas como ousaria aquele meio milhar de farrapos enfrentarem a sua coluna, forte de dois mil homens? A vitória continuava a parecer-lhe mais do que certa.

Existia no registro de Santa Vitória um amplo cercado de pedra, dentro do qual se fazia, em tempos idos, a contagem dos muares e dos cavalos levados do Rio Grande para importante feira paulista. A leste dessa taipa encontrava-se “uma restinga quase impenetrável, ao ocidente de um mato mui fechado”. Meteu-se o brigadeiro nesse campo entrincheirado. A força rebelde aproximava-se com lentidão, perseguindo à distância a pequena guerrilha legalista. Cunha “esperou o ataque a pé, contando talvez com a bravura da sua cavalaria, além disto, com o apoio da cerca de pedra”. E o que é mais provável ainda, com a expectativa “de que muitos rebeldes se passariam” para o seu lado. Pois não se mostravam – conforme lhe haviam garantido os seus observadores – desmoralizados os farrapos, impacientes muitos dos seus elementos por abandonar-lhes a fileiras e se bandearem para a legalidade? Mais do que na cerca de pedra e na bravura da sua gente, o brigadeiro confiaria, nessa hora, na eloquência das suas proclamações, na lógica irresistível das suas cartas, enviadas por portadores de confiança as cabecilhas revolucionários de nomeada, alguns dos quais deveriam estar ali, no alto da coxilha, bem perto já da taipa do registro.

Chegado à distância conveniente, o tropel revolucionário “carregou com toda a velocidade”, não para passar-se à legalidade, mas para “forçar a passagem pela porteira da guarda”. Protegidos pelo cercado, os

legalistas resistem à carga. Havia gente de valor ao lado do brigadeiro. “Ali estava o capitão Valentiniano José de Lima, com os seus voluntários do *Campo do Tenente*; ali estavam os Júlios, da Vacaria, o intrépido Bento Cordeiro Rodrigues, e outros valentes da coluna, que se tinham posto a pé e faziam morder a terra a uma porção de rebeldes cada vez que lhes disparavam suas bem seguras descargas, protegidos pela cerca de pedra, e cobertos por uma linha de atiradores.” Perto de uma hora durava já a luta, quando os republicanos fizeram aprear um grupo de homens e avançar “pela ponta da parede onde ela embica no *itaimbé*”. Carregando esses homens simultaneamente com a cavalaria em direção à porteira, “conseguiram fazer entrar uma quarta ou quinta parte da sua gente, apesar do vigor da defesa e das perdas que sofriam”. Valentiniano de Lima era, entre os defensores do reduto, quem mais se distinguia pela bravura e pela tenacidade. Quando já os assaltantes invadiam o cercado, fez muitos deles retroceder sob o fogo da sua fuzilaria e “redemoinhar para fora das taipas, deixando o terreno juncado de uma multidão de cavalos e cavaleiros”.

Atrás dessa primeira onda outras se arremessam sobre a porteira. Chega depois à infantaria de Garibaldi, que reforça a pressão. Valentiniano tem de ceder. Os republicanos entram de roldão na taipa. Estabelece-se o *entrevero*. Muitas centenas de homens, apertados dentro do cercado, formam um espantoso novelo. De lança em riste uns, outros brandindo as durindanas, atiram os cavalos às cegas contra os mosquetões que lhes mandam a queima-roupa, mortíferas descargas. Aqui e ali os animais rodopiam nas patas traseiras e tombam no momento em que os cavaleiros, empenhados em duelos de morte, mais necessitam deslocar-se com rapidez. Outros, caídos os donos, correm aos corcovos, gotejando sangue e transidos de pavor, à procura de alguma brecha por onde possam atingir a campo aberto.

Ao cabo de alguns instantes, desprezadas as armas de fogo, luta-se a faca, num terrível corpo a corpo, onde mal se distinguem os companheiros dos inimigos. O desvario da morte apoderara-se daqueles homens, que parecem feras ensandecidas pelo cheiro de sangue. Gritos terríveis cortam o ar, imprecações, injúrias. E o *entrevero* continua.

Num dos recantos do registro, Cunha, desmontado, procura dirigir a resistência. Vê, porém, que ninguém lhe obedece. Ali, a lei do combate é a audácia de cada um. De sabre em punho, confundido com a



soldadesca, trata de defender-se ao Deus dará, sem lobrigar como venha a ter fim aquele gigantesco abraço de morte. Dentro de instantes, sente-se ferido na coxa. É então que o pânico se apodera da sua gente. Muitos já começavam a debandar, saltando a taipa e correndo para o lado do rio. Dentro do cercado, estruge o combate. O chão está coberto de cadáveres e de homens feridos. A grande custo, assistido por alguns dos seus, o brigadeiro consegue fugir. Os legalistas que logravam atingir a ribanceira atiravam-se às águas, procurando alcançar a nado a outra margem do Pelotas.

A divisão da Serra estava derrotada, desfeita, esfrangalhada. Uma parte dela atravessou o Passo Geral, outra fugiu com o major Alano para os lados do Campo dos Touros, outra vadeou o rio “por um passo esquisito”, com o capitão Hipólito, outra ainda debandou em direção da Vacaria, sob as ordens de Jordão de Melo.

Do brigadeiro Cunha não houve notícia segura. O mais provável é que morresse na travessia do Pelotas. Essa, pelo menos, a versão dos revolucionários e também a de Garibaldi, que afirma: “*Il generale nemico mori nel fiume Pelotas*”. Mas na “Relação circunstanciada da derrota da vanguarda da primeira coluna da Divisão Paulistana”, publicada no *Noticiador de São Paulo*, diz-se que uma parte da força em debandada se ocupava “na defesa do seu general já baleado em uma coxa, ocorrência que o privou de acompanhá-la muito por um terreno tão escabroso; e assim ficou a meia légua de distância, no lugar chamado *Pinheirinho*, no meio de um grupo de rebeldes, sem saber-se até hoje qual foi a sua sorte”.

Assim terminou a marcha do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha.

A fragorosa derrota da Divisão da Serra entregava o município de Lajes, de novo, à dominação dos rio-grandenses. Enquanto destacamentos de cavalaria se ocupavam em bater as picadas próximas em procura de legalistas extraviados, Teixeira Nunes fazia a sua entrada triunfal na vila. Garibaldi, “a cuja inestimável colaboração em boa parte se deveram os magníficos louros da jornada”, acompanhava-o à testa dos seus infantess. “*Dopo alcuni giorni intrammo trionfanti in Lajes*”.

Encontraram os republicanos raspado o erário da municipalidade. “A reação legalista servira de pretexto à ladroeira quase total dos seus cofres”, informava Teixeira a Domingos de Almeida. O juiz de paz, adito

aos Alanos e que fora *pars magna* na restauração, desaparecera. Todos os cargos públicos estavam acéfalos. Encontrava-se dificuldade em provê-los, sobretudo o juizado, a chefia de polícia, a coletoria. “Não deve V. Exa.”, explicava Teixeira, “deduzir de tudo isto consequências que possam fazê-lo duvidar do patriotismo deste povo, absolutamente republicano; mas só convencer-se de serem mui poucos os homens capazes de ocupar empregos de tanta responsabilidade.”

Mandou o chefe revolucionário que os moradores da vila se reunissem em dia próximo; pensava por essa ocasião prover os cargos, esperando não lhe ser difícil, “mediante uma demasiadamente lícita cabala”, fazer que recaíssem os votos dos cidadãos em “pessoas dignas de confiança do governo e da República”. “Não devo deixar ignorar a V. Exa. que para remediar a grande falta de camisas, calças, etc., que sofriam os patriotas que me acompanham fui constrangido a lançar mão de algum dinheiro que entrou nos cofres depois que ocupamos Lajes, como também me cumpre dizer a V. Exa. que tenho comprado uma pequena fatura de fazendas a troco de gado, a 9\$000 a rês, com a condição de deixá-lo introduzir para a ilha. A necessidade era muita e assentei que se com 90 reses podia suprir as mais urgentes precisões da divisão do meu comando, não mereceria seus reproches. Os indivíduos avessos ao sistema que defendemos abandonaram seus bens, e há por isso muitas fazendas dos municípios expostas à pilhagem dos andantes. Para conformar-se às ordens que me foram transmitidas, mandei publicar uma ordenação que proíbe a introdução de gado nos lugares ocupados pelo inimigo. Tenho aproveitado a ocasião para coonestar a nossa conduta em face do povo catarinense, que, parece-me, devemos considerar como nosso aliado”. E a carta continuava cuidadosa de minúcias, pra que o exigente Domingos de Almeida visse como as suas recomendações de economia e equanimidade política eram observadas pela divisão de Santa Catarina.

Orientava-se Teixeira por uma política em tudo diferente da de Canabarro. No seu entender não se dirigia a luta armada contra a população, apenas contra os defensores do governo. O povo devia ser tratado como amigo. Ainda quando existissem provas em contrário, melhor seria ignorar essas atitudes hostis e procurar habilmente captar a confiança dos simpatizantes da legalidade. O que lhe parecia fora de dúvida era que a conquista de Santa Catarina não deveria ser abandona-

da, sobretudo a de Lajes, posição de excepcional significação estratégica e política. “Esta fronteira é de primeira importância para nós, seja pelo respeito ao grande rendimento das tropas, seja porque daqui podemos manter em chasques não só a província de Santa Catarina, mas também a de São Paulo, e vigiar com a maior facilidade os distritos da Vacaria, Cima da Serra e Missões.” E rogava o novo comandante ao governo da República não perdesse de vista aquele ponto, mas providenciasse para ser ele guarnecido “por uma força correspondente às infinitas vantagens que apresenta”.

Apesar do desastre da Laguna, podiam os republicanos confiar de novo no êxito da expedição a Santa Catarina. Bento Gonçalves celebrara em eloquente proclamação o feito de Santa Vitória. “O general presidente e comandante em chefe do Exército viu com prazer realizadas as vitórias que augurara. Elas se têm sucedido simultaneamente em Lajes e Cruz Alta, e a causa da liberdade e independência se robustece com redobrado vigor: este município se acha, como aquele, expurgado de pérfidos reatores que o assolaram, tendo com o escarmento deles conseguido a ordem que a traição e a covardia haviam entorpecido e feito desaparecer.”

As notícias que Teixeira mandava para o Rio Grande deixavam entrever novos triunfos. Se Canabarro voltasse a ocupar as margens do Araranguá, ameaçando a Laguna e ocupando o caminho de beira-mar que vai dar no Campo dos Ausentes, a fim de ficar com a retaguarda garantida, poderia a coluna da serra descer sobre o litoral e ameaçar o Desterro pelos lados de São José.

Não sofriam os republicanos do delírio das grandezas. Os próprios reacionários confessavam que, ainda depois de retomada a Laguna, encontravam “os rebeldes infelizmente grande apoio nessa província”. Quando se supunham os farrapos expulsos para sempre do seu território, forçoso era reconhecer que eles reapareciam “agrupados em diferentes pontos, mostrando com suas palavras e ações que ainda os alimentava a esperança de uma dissolução do Império”.

Nos primeiros dias do ano VI lia-se numa correspondência ao *Jornal do Comércio*, da corte, ter o presidente da província do Rio Grande enviado ao seu colega de Santa Catarina o aviso de que os republicanos reuniam todas as suas forças para marchar contra a Laguna: “o que se

soube em consequência de ter sido interceptada uma correspondência oficial dos farrapos por uma força legalista no correr de uma surtida fora de Porto Alegre”.

O próprio terror dos imperiais mostrava que só havia motivos para que o governo da República aguardasse com otimismo o desenrolar dos acontecimentos.

.....

## *Capítulo IX*

CABRAS-CEGAS

**A**S BELICOSAS PROCLAMAÇÕES do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha haviam encontrado um homem capaz de contagiar-se por elas: o coronel Antônio de Melo Albuquerque, monarquista de convicções inabaláveis, conhecido pela alcunha de *Melo Manso*, que o diferenciava de outro Melo, tenente-coronel, apelidado de *Brabo*. Depois da derrota de Rio Pardo refugiara-se em Cruz Alta, e lá se encontrava à espreita de uma oportunidade realmente favorável de voltar à luta. Com o correr dos tempos e pela ação natural das circunstâncias, fora se tornando *Melo Manso* o principal conspirador contra a República na Serra e nas Missões.

Quando lhe chegou a notícia da aproximação de Francisco Xavier à testa da Divisão de São Paulo, o monarquista entrou em delírio. Devorou com avidez a literatura do brigadeiro. Que dizia ele aos verdadeiros legalistas de Cruz Alta, fugidos, pelos sertões? Que não esfriassem nos zelos pelo trono do Sr. D. Pedro II, que não se quedassem nos seus ardores patrióticos aquém dos bravos lajeanos, mas fossem reunir-se a ele, sem perda de tempo. E até lhes indicava o modo de proceder e o rumo a seguir: “Vinde com confiança”, dizia, “no pronto auxílio que tereis da divisão da Serra, ocupar um posto militar na entrada do Mato Castelhana.”

Homem disciplinado, *Melo Manso* conhecia o seu dever. Não esperaria segundo convite. Avizinhava-se o dia 2 de dezembro, natalício do jovem D. Pedro, “nosso adorado imperador”. Ocasão mais solene não se encontraria para início da reação na Cruz Alta e regiões circunvizinhas. Conjugada tão feliz circunstância “com o aparato de marcha da divisão do brigadeiro”, pôs-se em campo o reacionário “à testa de seiscentos homens, para a defesa do trono constitucional”. Mas ao aproximar-se da raia catariense, estremeceu-o a mais inesperada das notícias: o brigadeiro acabava de ser destroçado em Santa Vitória pelas forças de Joaquim Teixeira, Marianito Aranha e Garibaldi.

Que fazer? Dar volta, impossível. Já lhe vinha nas pegadas uma força do seu irmão Agostinho, revolucionário irreduzível. *Melo Manso*, na sua enorme perplexidade, só encontra uma solução: continuar em frente, ao Deus dará. “*Melo si dirisse verso S. Paolo*”, anota Garibaldi na sua escrita. O próprio Melo contaria, depois, suas aflições ao ministro da Guerra: “Isolado inteiramente, na vizinhança de avultadas forças do inimigo e sem esperança de poder reunir-me para Porto Alegre ou Rio Grande, desesperado, me atirei com a força para o mesmo lado onde se achava o inimigo triunfante da nossa divisão. Pintar, Excelentíssimo senhor, os trabalhos e privações que afrontamos, seria tentar um impossível. Serras escabrosas e quase intransitáveis, rios caudalosos, fome, nudez, tudo arrostamos...”

Tratou de saber com a possível exatidão onde estava o adversário, não para sair-lhe ao encontro, mas a fim de evitá-lo. Para isso contornou cautelosamente a vila de Lajes pelos Campos Novos. Nesse rumo pensava topar-se com uma divisão de São Paulo que deveria marchar sobre o Rio Grande, comandada pelo general Labatut. Quase vagabundo no meio daquelas brenhas, considerava, com justo motivo, mais que difícil sua posição. Acolhia-o por toda parte a indiferença das populações. Aquela gente estava cansada de brigar. De Labatut, não havia sinal nem notícia. Infestada a zona por elementos revolucionários, certo não tardaria Teixeira em localizá-lo. E Melo continuava errando. Na sua preocupação de evitar o inimigo e de progredir no rumo de São Paulo, já se aproximava da região de Coritibanos. Estranha sina a sua: fazer um levante no Rio Grande e tomar caminho de São Paulo! A situação não poderia ser mais ridícula. Mas dele não era a culpa. Se errara, fora tão somente no seu imenso desejo de

prestar serviços ao trono constitucional e pelo excessivo crédito que dera às proclamações do brigadeiro Cunha. Agora, que seria dele e desses seiscientos homens de boa vontade que o acompanhavam? E *Melo Manso* insistia na marcha. Como encontraria fim aquela agonia?

Sabedor Teixeira Nunes da aproximação dessa força reacionária, convenceu-se do perigo de ser por ela atacado de surpresa. Enquanto Melo fugia de Teixeira, Teixeira assombrava-se com a presença de Melo. Disfarçando-se com aquelas negaças à distância, com aquelas andanças sem nexos, por onde pretendia alcançá-lo o inimigo? Não lhe compreendia os movimentos. E porque não os compreendesse, resolveu o chefe republicano dividir sua coluna: uma parte, sob as ordens de Aranha, esperaria ataque pelo sul, sobre o Pelotas; a outra, por ele mesmo comandada, marcharia em direção de Curitiba, na previsão de que os legalistas pudessem baixar por ali para acometer a vila de Lajes.

Compunha-se a tropa chefiada por Teixeira de menos de quinhentos homens, incluídos os cento e cinquenta infantes de Garibaldi. Nem toda a soldadesca podia considerar-se de confiança. Entre os cavalarianos havia numerosos prisioneiros do combate de Santa Vitória, gente que era preciso vigiar a todo momento. Além disso, a disciplina dos próprios republicanos afrouxava dia a dia. Os serranos, orgulhosos da estupenda vitória conseguida sobre as hastes do brigadeiro Cunha, julgavam-se donos incontestáveis do terreno. E dentro da sua conformação psicológica, não compreendiam as exigências de uma vigilância sistemática nem se mostravam dispostos, tampouco, a passar semanas consecutivas sem cuidar dos interesses pessoais, sem rever as famílias ou voltar aos passatempos favoritos.

As guardas avançadas não davam notícia do inimigo. E a coluna prosseguia sobre Curitiba. No terceiro dia, acampou junto ao rio Marombas. *“Campammo a certa distanza del passo di Maromba, per ove si suponeva dovesse arrivare il nemico”*. Certo andava Teixeira de não alcançá-lo tão cedo o inimigo. Por volta da meia-noite, porém, as guardas das duas forças se chocaram. Viram-se as republicanas enfrentadas de inopino e com tanta fúria, que, trocados alguns tiros, apenas tiveram tempo de fugir. Comandava o ataque o capitão Hipólito, aquele que, depois da derrota de Santa Vitória, saíra com quatorze companheiros a abrir picadas pelo meio da floresta em direção a Curitiba, onde se juntara à força de Melo.



*Espada de Garibaldi. Reproduzida de Garibaldi L'album Fotografico de W. Settimelli, Florença, Alinari, 1982, p. 29.*



Ouvido o primeiro tiro, Garibaldi, já de pé, chamava às armas sua gente. Em poucos minutos todos estavam prontos para o combate. As últimas horas da madrugada decorreram tranquilas, mas logo que começou a clarear encontrou-se o inimigo estendido em linha de batalha, a pequena distância. Valera-se da escuridão da noite para atravessar o rio. Avaliou Teixeira Nunes serem as tropas de Melo muito superiores às suas, quase o dobro. Haveria tempo de bater em retirada e mandar “chasques”, a toda pressa, pedir o reforço da tropa de Aranha. Mas o comandante republicano compreendeu que os imperiais, em tal situação, tratariam sem mais demora de afastar-se daquelas paragens, procurando, por sua vez, recursos mais adiante.

Não engajar combate ali mesmo seria uma procrastinação perigosa, pelas ensanchas que se davam ao adversário de fortalecer-se convenientemente. *Melo Manso*, ademais, não seria homem capaz de infundir, peito a peito, grandes receios a Teixeira Nunes, cujas aflições anteriores decorriam da circunstância apenas de não poder adivinhar-lhe a intenção dos movimentos. E não mostrara o combate de Santa Vitória que os legalistas da serra não estavam em condições de medir-se com os republicanos?

“*All’attacco, dunque!*” E os republicanos atiram-se à carga, descuidosos do número do inimigo e da sua vantajosa posição, desdobradas as linhas no alto de uma coxilha de difícilíssimo acesso. O primeiro ímpeto é repellido com energia pela gente do sargento-mor Gonçalves Padilha, apelidado *Padilha Rico*. Mas os farrapos voltam à carga. Entra na ação a infantaria de Garibaldi. Os atacantes, entrincheirados por sua vez nos acidentes do terreno, despejam sem descanso a fuzilaria sobre as formações legalistas que já se veem obrigadas a ceder terreno. A arremetida dos republicanos faz-se violenta, pertinaz. Nada detém aquela onda humana que se atira, morro acima, contra as trincheiras naturais ocupadas pelo inimigo. A força de Melo continua recuando. Redobra o vigor da arremetida. O recuo já foi tomando jeito de uma debandada franca. Não se contenta Teixeira, “*Varditissimo republicano*”, com a vantagem conquistada. Entende honrar o apelido que lhe haviam posto: e atira-se como um verdadeiro gavião sobre a presa espavorida que lhe fugia às garras.

Que a coluna não perdesse o contato com os fugitivos, gritava. E iniciou-se a batida num ímpeto brutal, quase às cegas, naquele terreno inós-

pito, retalhado de socavões e traiçoeiras furnas. Mandou que Garibaldi avançasse. “*Mio ordinó pure de fare ogni sforzo colla fanteria per seguirlo.*” Teixeira, “engolfado no prazer da quase completa vitória”, nem atende às regras da tática. Voa a galope coxilha abaixo, distanciando-se da infantaria numa perseguição insofrida que já atinge quase a nove milhas. As vanguardas legalistas, alcançado o Marombas, começam a passar a outra margem a boiada e os cavalos. É agora o momento do destroço final. E Teixeira redobra o ímpeto da perseguição. Mas, no pânico da fuga, depara-se aos imperiais, de inopino, um admirável reduto para enfrentar de novo os perseguidores. Teixeira, no antegozo já de uma vitória próxima, que será de completo extermínio, vê-se cortado da infantaria e atacado por fortes contingentes inimigos emboscados nas matarias que lhe ficavam na retaguarda.

Num relance compreende o “gavião” o irreparável erro cometido. Conclama à defesa, com a fera energia, os seus esquadrões. Mas nem todos correspondem, como fora de esperar, à decisão do chefe. Os prisioneiros do combate de Santa Vitória, esses só tinham uma preocupação: fugir ao fogo. Na confusão que se estabelece, muitos conseguem passar-se às linhas contrárias. Os cavalarianos do Rio Grande pugnam com extremado ardor. Mas toda a bravura seria impotente, por força, contra a inesperada superioridade do inimigo.

Garibaldi, que estava a grande distância com a infantaria, esforça-se por alcançar o local da luta, em tempo ainda de auxiliar os cavalarianos na sua desesperada resistência. Deixa à guarda de Anita, com alguns homens, o improvisado parque de munições e avança em marcha acelerada. Inúteis, porém, os seus esforços. Teixeira, na fúria da perseguição, havia tornado impossível o auxílio da infantaria.

No alto de uma eminência próxima, domina Garibaldi todo o quadrado da ação. Demasiado tarde para tomar parte no encontro, cedo viria, contudo, para abandonar o campo adversário. Chama uma dúzia dos seus antigos companheiros, os mais decididos, os mais destros na luta. E depois de encarregar o capitão Peixoto de permanecer à testa dos demais, vai com aqueles bravos ocupar um pequeno capão no alto da coxilha. E dali faz frente ao inimigo, mostrando-lhe que ainda não é de todo senhor do terreno, “*che non era vittorioso ovunque*”.

“O intrépido Garibaldi”, lê-se num ofício ao comandante geral do Exército, opôs ao inimigo “a mais decidida resistência, fazendo às suas linhas um considerável estrago”.

Teixeira, esgotados todos os esforços por deter os fugitivos dos seus esquadrões, trata de atingir o capão logo que o vê ocupado pela gente de Garibaldi. Para consegui-lo, tem de fazer milagres de coragem. Pouco depois chega também o resto da infantaria, deixada sob as ordens de Peixoto. Os legalistas atiram-se com rude sanha sobre o último reduto dos republicanos, cuja defesa se torna terrível e mortífera, *“terrible e molto micidiale al nemico”*.

De Anita, porém, e dos homens encarregados da guarda das munições, nenhuma notícia. Segundo informações dos últimos que a haviam assinalado no tropel do combate, ela tentava juntar-se à infantaria no alto da coxilha.

Protegidos pelo capão, os republicanos sustentavam a resistência aos furiosos ataques de um inimigo mais de cinco vezes superior. Somavam ao todo, agora, setenta e três homens, resto de uma coluna de quase quinhentos. A cavalaria legalista, brilhante e orgulhosa da vitória, afanava-se inutilmente em sucessivas cargas contra aquele pugilo, cujas munições iam rareando. Se Melo conseguisse reunir a sua tropa, a situação de Teixeira e de Garibaldi se verificaria de todo insustentável, por tornar-se fácil os legais estabelecer o cerco do capão. E isso aconteceria dentro de algumas horas, tão logo cessasse a perseguição de parte da coluna imperial aos demais revolucionários, fugidos em diversas direções. Era, pois, indispensável “não dar ao inimigo tempo de reunir as suas forças”. Para evitá-lo, só havia um meio: buscar outro refúgio, mais seguro do que aquele. Cerca de uma milha de distância existia uma ponta de floresta. Se lograssem alcançá-lo estariam salvos, pelo menos do perigo mais imediato. Audacioso o recurso, por certo. Mas era o único. E Anita onde estaria? Impossível mandar procurá-la, cercados como estavam. As horas passavam céleres. Não havia tempo a perder. Procurando as proteções do terreno, iniciam a retirada. Os legalistas, assim que os veem sair do capão, carregam impetuosamente, mas são recebidos por cerrada fuzilaria. Afanam-se em romper o quadrado. Inútil o seu encarniçamento. Armados de carabina, os oficiais revolucionários, todos homens aguerridos, colocam-se nos lugares mais expostos.

Os soldados os secundam com decisão. Por qualquer lado que os contrários tentem a investida, são recebidos sempre com um fogo enérgico e bem orientado, que abre claros nas suas fileiras. A retirada executa-se em perfeita ordem. E sem perda de um só homem, conseguem os retirantes alcançar a floresta, onde se embrenham. A pequena distância encontraram uma clareira. Aí fizeram alto e esperaram a noite. Os legalistas não ousavam transpor a orla do mato, o que teria sido, em verdade, uma loucura. Mas não desistiram tampouco do intento de expugná-los, fosse pelo terror, fosse pela fome. Montaram guarda à brenha, percorrendo-lhe as franjas extremas, a alguma distância.

– Rendam-se! Entreguem-se!, gritam de momento a momento, aos fugitivos, que respondem com o silêncio das intimativas.

Mas, Anita onde teria ficado? Era preciso avançar. Às primeiras horas da noite, começaram os preparativos de marcha. Trataram de orientar-se na direção de Lajes. A maior dificuldade estava no transporte dos feridos. O major Peixoto, sempre tão prestimoso em circunstâncias difíceis, não poderia auxiliá-los na tarefa, pois tivera o pé atravessado por uma bala. Só às dez horas conseguiram pôr-se em caminho, através de um terreno pedregoso, agressivo, e cuidadosos sempre de não se afastarem demais da proteção da mata. Os menores ruídos deveriam ser evitados para que o inimigo não percebesse o seu deslocamento. Logo ao início da marcha, por um triz não se extraviavam, presos de pânico, aqueles bravos que com tanto sangue-frio haviam enfrentado uma força dez vezes superior à sua. Sucedeu que um cavalo, parado à beira da floresta, se espantasse com a súbita aparição daqueles homens e deitasse a correr, fazendo estardalhaço na galharia seca. Alguém gritou:

– É o inimigo!

Os soldados entraram a fugir em todas as direções. Com dificuldade conseguiu Garibaldi acalmar os mais próximos, obrigando-os a se aquietarem. Percebido o engano pelo silêncio reinante, os fugitivos foram voltando. Na escuridão, a meia-voz, procedeu-se à contagem de todos. Quando já não faltava ninguém, recomeçou a marcha. Por sorte, o inimigo, cujas vedetas não estavam a grande distância, de nada se apercebera. E quando, no dia seguinte, reencetou a busca dos fugitivos, já não se encontravam onde os deixara na véspera.

Enormes foram as provações dos revolucionários nos quatro intermináveis dias de penosa caminhada para atingir a vila de Lajes. Enquanto lutavam e sabiam próximos os legais, não se lembrariam de sentir sede nem fome nem cansaço. Mas, perdidos na floresta, tornou-se indescritível a sua miséria orgânica.

*“Indescrivibile le fatiche da noi provate.”* A falta de víveres, o abatimento de todos, as feridas de alguns e a carência dos meios indispensáveis para pensá-las ameaçavam ao desespero aqueles homens fortes, acostumados a encarar a morte sem pestanejar. Buscavam alimento nas raízes das árvores. A sua exaustão tocava ao extremo. Mas era necessário caminhar. E para caminhar fazia-se mister, muitas vezes, abrir picadas através da mata virgem, árvores monstruosas envolvidas no labirinto verde e luxuriante das lianas.

Garibaldi sentiria ímpetos de abandonar a força, de sair da floresta e retornar o caminho da coxilha, onde deixara Anita. Que seria dela? Teria logrado escapar à sanha do inimigo? Vinha-lhe depois a ideia trágica: e se houvesse resistido, como era de imaginar? Seguramente, teria sucumbido na luta. E isso por exclusiva culpa dele, que não se opusera a que ela ficasse comandando a guarda das munições...

Espantosa, durante a marcha, a sua tortura moral. No íntimo, ninguém mais desmoralizado do que ele. Mas tinha que aparentar ânimo firme no meio daqueles soldados, quase ensandecidos de tantos sofrimentos. Já começavam a produzir-se deserções. Preferível parecia a muitos entregar-se ao inimigo. Garibaldi, para evitar a debandada geral, socorreu-se de um ardil. Reuniu os seus homens e disse-lhes que poderiam retirar-se. Estavam livres de agir como melhor lhes parecesse.

Misteriosa força a da liberdade! Bastou saberem os soldados que ninguém procurava retê-los e não estavam sujeitos à disciplina militar, para que compreendessem as desvantagens do fracionamento da força. A partir daí *“no ci furon piú deserzioni, ed entró la fiducia di salvezza”*.

No quinto dia encontraram uma picada e, à saída dela, uma casa. Estavam salvos. A casa era de inimigo. Ocuparam-na militarmente. Mataram algumas reses e fizeram dois prisioneiros. Descansados e repostos, prosseguiram para Lajes, onde entraram, espectros de homens, debaixo de um terrível aguaceiro.

Vendo que os esquadrões de Teixeira não paravam na perseguição dos legalistas e receosa de que viessem a precisar de munições, resolveu avançar com a sua guarda. Quando já tinha andado algumas milhas, deu-se o fatal envolvimento da cavalaria rio-grandense pelas emboscadas legalistas. Ainda lhe teria sido possível naquela altura, garantir-se pela fuga. Mas se difícil a situação dos companheiros, como poderia abandoná-los, permitindo se extraviassem as munições? Perto já vinha, a galope solto, um esquadrão inimigo. Anita dá ordem de alto à sua gente e organiza a resistência. Completamente cercada, manda uma carga “para ver se poderia romper o círculo daqueles que, de lança em punho, lhe intimam rendição, ao que ela se nega com desafio”. Uma bala atravessa-lhe o chapéu. Formase um *entrevero* sumamente desigual. Um tiro, disparado à queima-roupa, abate-lhe a montaria. E quando Anita cai por terra, envolvem-na e a tomam prisioneira.

Ao cair da tarde, conduziram-na ao acampamento de Melo Albuquerque. Enorme a surpresa de *Padilha Rico* ao encontrar ali a Aninha, filha de Maria Bento, que lhe recusara a corte, anos atrás, quando morava no Campo da Carniça. Começa o interrogatório, irônico, sarcástico, ofensivo às vezes, nas suas irritantes minúcias. Anita enfrenta com estoicismo a situação. Responde sobranceira e serena às intermináveis perguntas dos seus algozes. Um único pensamento a domina: saber do paradeiro de Garibaldi, encontrá-lo de qualquer maneira, morto embora. Não a abate a desdita de ver-se caída nas mãos do homem que em outros tempos a requesara. Servia a penosa circunstância, pelo contrário, para realçar ainda mais “a inquebrantável energia de que era dotada aquela extraordinária mulher, incomparável ao homem a quem dera todo o seu amor”. Entregue pelos maus fados à discrição de Padilha, toma a sua resolução: “preferiria a morte à afronta”; agredida que fosse na sua dignidade de mulher, “reagiria sem desfalecimentos”.

Muitos anos mais tarde, o velho coronel Albuquerque narrava aos jovens militares de Porto Alegre cenas de prisão da companheira de Garibaldi: “Quando me foi apresentada estava malvestida, em trajes masculinos, desgrenhada... Via-se que padecia horrivelmente”, Conquistara com a sua presença”, dizia, “a minha admiração e a dos meus comandados”. Nunca imagináramos “ver uma mulher tão valorosa”. Enchia-nos de

orgulho o fato de ser ela uma catarinense, “uma compatriota, que dava ao mundo tão sublime provas de valor e intrepidez”. Dispôs o comandante que ela tivesse o acampamento por menagem, e prometeu “restituí-la a seu esposo na primeira oportunidade”.

Toda a sua energia, porém, começou a flexionar quando se espalhou no acampamento a notícia da morte de Garibaldi. Pediu, suplicou ao coronel que lhe permitisse procurar nos campos próximos o corpo do companheiro. Conseguida a autorização, ei-la a percorrer grutas, furnas, desvãos, em busca de cadáveres, que já entravam em decomposição. Horas e horas durou a faina macabra. Esquadrinhou todos os recantos dos locais onde se combatera. Na ânsia de encontrar o corpo de homem amado, ia, angustiada, de cadáver em cadáver. Revolvendo-os de borco, examinando-lhes as fisionomias hirtas, contraídas no desespero da luta, nos últimos lampejos de vida. Já escurecia, quando deu por finda a busca. Respirava, aliviada, Garibaldi devia estar salvo.

A partir de então, uma única ideia a dominava: fugir, atirar-se às florestas próximas, saber do rumo dos fugitivos, alcançar Garibaldi. E uma noite, arrastando-se, cosida à terra, entre as linhas adormecidas dos vigias, consegue evadir-se da clareira onde estão acampados os prisioneiros. Vagarosamente, parando de instante a instante, a observar se ninguém havia dado ainda pela sua falta, prossegue ao longo das filas dos soldados, suspensa a respiração na tortura de conquistar a liberdade. Atingido o campo de fora, livre já das vistas das sentinelas, deitou a correr desabaladamente, saltando obstáculos, embrenhando-se nas macegas, em demanda da floresta dos pinheiros. Lá chegada, exausta, emocionada, deitou-se a descansar por alguns instantes e a orientar-se no rumo a tomar. Durante a noite, naquele mato, ninguém a descobriria. Mas devia aproveitar-se das trevas para avançar, por forma que, ao amanhecer, já estivesse longe.

Caminhou algumas horas pelos atalhos da floresta. Já depois da meia-noite encontrou uma casinhola. Indecisa, estacou. Chegaria àquele rancho? Como a receberiam ali? Tomou-se de ânimo e bateu à porta. Explicou, como pôde, a sua situação. Acolheram-na com benevolência, como é de hábito entre os camponeses do Sul. Dormiu algumas horas. De manhã cedo, quando já se preparava para continuar viagem no cavalo que havia conseguido, viu, dependurado a um canto, o “pala” claro de Garibaldi. Ex-

plicaram que o tinham encontrado na estrada, no meio de outros despojos. Propôs à dona da casa um negócio de vantagem: trocar o ponche pelo xale de lã que levava, quase novo em folha. Aceita a proposta, Anita enfiou o “pala” e montou a cavalo em demanda de Lajes.

“Evitando quanto possível os raros moradores para que não dessem notícia da sua passagem, procurava de preferência os atalhos”, e internava-se no mato sempre que ouvisse na estrada tropel de cavalos. Péssimos estavam os caminhos, em consequência das prolongadas chuvas. Transbordavam os rios, alagando os campos em grandes extensões. Muitos arroios, transformados em correntes caudalosas, não permitiam vau.

Era noite quando alcançou o passo do Canoas. Estavam de guarda ali quatro soldados. Anita, ignorando a ocupação militar do passo, não refreou o galope desabalado em que ia. Vista à distância parecia um fantasma envolto em branca mortalha, galopando ao luar. Os guardas, aterrorizados por aquela súbita aparição, abandonam as armas e correm para dentro do mato. E Anita, segura às crinas do cavalo, atira-se às águas gélidas do rio, que atravessa a nado.

Na tarde seguinte, exausta, com as roupas coladas ao corpo, chegou aos arredores de Lajes. Verificou então que inútil fora toda a sua peregrinação: os republicanos tinham abandonado a vila e seguido rumo de Vacaria. Procurou, desanimada, abrigo em casa de duas senhoras. Receberam-na com desconfiança as matronas. Como poderia pernoitar um homem naquela casa? O jovem soldado, entreabrindo a camisa, deu a conhecer o seu sexo. “Só assim venceu a resistência oposta ao pernoite que pedira àquelas mulheres”, recatadas e temerosas do juízo que delas fizessem os moradores do lugar.

\*

A inesperada vitória alcançada à margem do Marombas levantara por toda parte o ânimo dos legalistas. Dizia o conde de Lajes, ministro da Guerra, ao presidente de São Paulo que tinha “sido muito agradável ao governo de Sua Majestade a notícia de tão satisfatório acontecimento, capaz de restabelecer a energia porventura enfraquecida, em consequência do último revés sofrido no registro de Santa Vitória”. As correspondências do *Jornal do Comércio* celebravam condignamente tão gostosas novas: “Teve lugar o encontro na Forquilha, um pouco além dos Curitibanos para o



norte, na estrada entre Lajes e o rio Negro. Comandava os legais o tenente-coronel Melo, a quem perseguia o seu irmão Agostinho. Aos rebeldes, mandava em chefe o coronel Teixeira, comandando a infantaria o “almirante” Garibaldi. Iniciaram a ação os legais, comandando a sua vanguarda o valente capitão Hipólito, que escapado à derrota de Cunha, pôde, com quatorze companheiros somente, atravessar desertos que ninguém havia passado e ir reunir-se às forças do Império. Foi renhido o combate, mas afinal teve a legalidade mais um triunfo: os rebeldes perderam para mais de cem homens, inclusos sete oficiais, seiscentos cavalos, grande número de arreios, alguns armamentos e munições de guerra. E dizem que fora prisioneiro Garibaldi, o que se não sabe ao certo. Teixeira, depois de destroçado, conservou-se algum tempo no mato, e daí foi postar-se no Canoas. Ali lhe deveriam ir ter os reforços, e conta-se que com o bando de Aranha, que chamaram, e com o de Agostinho, hoje deve haver no distrito, mesmo depois da perda, para mais de oitocentos homens. Não nos sabem dizer que direção tomou a força de Missões, depois da ação da Forquilha: é provável, porém, que continuasse na sua marcha para o rio Negro, a reunir-se às forças de São Paulo.”

O governo central incentivava os aprestos para uma nova ofensiva. Em São Paulo, preparava-se para cair sobre os rebeldes de Santa Catarina o general Labatut, investido em substituição ao malogrado Xavier da Cunha no comando da divisão. Não desdenharia o novo chefe de mostrar-se digno êmulo literário do seu antecessor. “Como deixar de ensoberbecer-se de ser escolhido para comandar a mais brava tropa do Brasil? Que inimigos ora se nos apresentam? Bandos, sem dúvida guerreiros, cujo ardor militar é acendido pelo quente sangue paulista que ainda corre nas veias da mor parte delas. São filhos de paulistas; mas filhos degenerados de honrados pais. Nunca um paulista verdadeiro insultaria a orfandade do seu soberano”.

Os pendores literários do general não o livrariam do conselho de guerra, meses depois, em consequência dos seus malogros na serra do Rio Grande. De Santos, seguiu Labatut por mar a Paranaguá, onde chegado tomou logo as necessárias providências para enfrentar os rebeldes do planalto.

Na desoladora situação em que se encontravam os republicanos, só lhes seria possível enfrentar tão numerosa tropa com auxílios que chegassem do Rio Grande. A Garibaldi parecia quase uma loucura a per-

manência em Lajes naquelas condições, expostos a serem exterminados, de um momento a outro, por força incomparavelmente superior. *“Audacissima fu l’occupazione nostra di Lajes.”* E para explicar tamanha audácia só havia o incomparável valor, a temeridade sem par de *“codesti prodi figli del Continente”*.

Afinal, foram ter à vila reduzidas tropas de Aranha e de Portinho, e, com elas, notícias também dos preparativos legalistas para uma campanha em alto estilo. Do Rio Grande, porém, não vinham os esperados recursos. Bento Gonçalves, decepcionado com a nova do desastre de Marombas e preocupado com outra operação de largo alcance, decidira que nenhuma força poderia ser distraída para além das raias rio-grandenses. Pelo contrário, só haveria vantagem em que os combatentes do planalto viessem o quanto antes reforçar a divisão que se organizava na Setembrina.

Amargurado, desiludido, Teixeira deu ordem para a retirada final. Sem dúvida, o entusiasmo revolucionário já abandonara os serranos. As deserções verificavam-se em massa. Dia a dia minguavam as colunas da enfraquecida tropa republicana. Colocado em face do irremediável, o comandante chefe “decidiu o imediato abandono da região, para evitar que continuassem a se lhe dissipar as fileiras”. Tomadas as necessárias precauções de cobertura, iniciou-se a marcha para a Vacaria, efetuada sem maiores sobressaltos.

Estavam os revolucionários acampados no vilarejo serrano, quando Anita conseguiu reunir-se a eles. Garibaldi, que já a dera por perdida, exultava. “Quem poderá descrever a nossa alegria?”

A coluna, logo depois, começou a descida da serra. Precedeu-a de alguns dias a infantaria. *“Quella discesa fu árdua”*, através de ínvias picadas onde os homens só logravam progredir com extremos cuidados, não apenas pelos obstáculos quase intransponíveis do terreno, mas ainda pelas emboscadas do inimigo. A infantaria de Garibaldi, sessenta homens ao todo, avançava abatida pela fome, exausta de todos aqueles inenarráveis estrupícios, apavorada ao meio dessa paisagem dantesca. Não raro, gritos tremendos reboavam, de súbito, no silêncio assustador da floresta. Patrulhas volantes do inimigo, conhecedor perfeito do terreno, escondidas em furnas inacessíveis, abriam fogo sobre os retirantes, que mais pareciam sombras do que homens. Olhos traiçoeiros acompanhavam, na escuridão

da mata, os vencidos. Garibaldi conta: *“Il nemico sceglieva i siti piú scabrosi per imboscarsi, irrompeva con furia e grida tremende su di notte.”*

Com alguns dias de distância vinha a cavalaria de Teixeira, restos de um grandioso sonho de conquista, dos sobre-humanos esforços dispendidos pela libertação de Santa Catarina. O audacioso projeto estava morto para sempre.

## QUARTA PARTE

.....

## Capítulo I

### O EQUILÍBRIO DAS FORÇAS

O SÍTIO DE PORTO ALEGRE, reposto após a malogra da surtida de Eliziário, exauria não só a paciência dos imperiais como os recursos dos revolucionários. Em vão procurava Saturnino de Oliveira, substituto do infeliz Eliziário, conseguir que o comandante das armas incentivasse as operações. “*Il faut absolument dans la guerre en venir à des actions décisives*”, dizia, citando o grande Frederico. Mas Manuel Jorge, “*il vecchio Generale Giorgio*”, das *Memórias*, continuava na sua modorra. O ano de 39, o ano IV da Revolução, foi de lado a lado um entediado bocejo, um espreguiçamento de membros lassos. Na campanha, apenas a fanfarronada épica das guerrilhas quebrava a monotonia da “estação calma”, superveniente ao combate do Caí. Não se esboçava nenhum plano de ação sistematizada.

Tanto como os rebeldes, viam-se os chefes legais na contingência de licenciar os soldados depois dos embates de certa importância. Se o não fizessem, dispersar-se-iam por conta própria, com o compromisso de se reincorporarem às tropas quando necessário. “Entre os imperiais, ficavam as forças de linha, entre os rebeldes a infantaria, em grande parte composta de escravos arrebatados aos seus senhores em nome da liberdade. As tropas, porém, que formavam sob o título de guardas nacionais não eram

mais do que paisanos acostumados às lides da guerra.” Com esses não se podia contar para uma ação continuada. Corpos hoje numerosos estariam amanhã completamente desfalcados. Faltava aos dois Exércitos a noção da disciplina militar. O mal que Garibaldi apontava nos arraiais republicanos como causa das mais funestas consequências existia por igual nas fileiras imperiais, com a agravante de ser menor, entre estas, o entusiasmo pela causa que defendiam.

Não se cansava Saturnino de clamar contra aquela ruínosa, desesperante inatividade. Impunha-se imperiosamente, a seu juízo, o rompimento do *status quo* militar expresso no assédio da capital. “Enquanto as nossas forças”, escrevia ao governo do Rio de Janeiro, “não correrem à campanha, não tornarem seu governo ambulante, nada se conseguirá.” E tratou de ver se conseguia com jeito interromper o sono de Manuel Jorge Rodrigues, comandante das armas, militar de coturno, companheiro de Wellington na invasão da França, quando tocava ao ocaso a glória de Napoleão.

Greenfell e Isás Calderón foram presentes à conferência. O inglês teria parte não pequena no plano de Saturnino. Quanto ao uruguaio, ou cordovês, único dos brigadeiros da Cisplatina que se mantivera fiel ao Império, caber-lhe-ia a missão de transpor o São Gonçalo à testa de quatrocentos homens “montados a três cavalos, ao menos, por praça”, e marchar “direito e rapidamente sobre Caçapava, para surpreender o governo rebelde”. Em seguida, faria junção no Caí com a força que o próprio Manuel Jorge levaria do Rio Grande e de São José do Norte e com quinhentos cavalarianos que se lhe agregariam em Porto Alegre. Essa tropa impediria a passagem dos sitiantes da capital para o interior. Reunidas as duas colunas, contariam os legalistas com um Exército de seis mil homens em condições de aniquilar os republicanos, que não somariam, segundo os seus cálculos, além de três mil.

\*

Mais do que os legais, sentiam os revolucionários o peso desmoralizante daquela paralisia militar. O tempo devia ser considerado por eles como o mais temível aliado dos adversários. Passada a fase caótica da inicial indecisão, em que tantos fatores de vitória foram desprezados, haviam as armas republicanas descrito a curva ascensional das suas possibilidades

até o instante em que a pressão sobre a linha estratégica do São Gonçalo lhe impusera a primeira transferência da sede do governo. Em Piratini se assinala o máximo esplendor da sua trajetória. Caçapava marca a parada, a pausa, a incerteza. Está ali a vacilação dos destinos da República.

Quando o ano IV tocava ao fim, compreendeu Bento Gonçalves que se fazia imprescindível vencer a indecisão da sorte. Em Santa Catarina não havia mais que pensar. A República Juliana deveria ter significado um auxílio à causa republicana, nunca um novo ônus. Desde que não se pudesse contar com o apoio formal da vizinha população, francamente desaconselhável seria todo projeto tendente a reanimar a empresa. Teixeira Nunes, o bravo, insistira desesperadamente pela remessa de novos recursos. Também Rossetti, na sua iluminada obsessão por uma porta sobre o mar. Mas esses companheiros estavam por demais comprometidos na grande aventura e não viam de perto os perigos que se amontoavam contra a República. Entregues a si mesmos, completamente abandonados pelos liberais das outras províncias, muito já faziam os rio-grandenses cuidando da sua própria sorte. O que não seria de compreender é que eles ainda houvessem de distrair parte dos seus limitados recursos na libertação de outras circunscrições do Império.

A situação do erário continuava mais do que precária, apesar dos onímodos recursos de que lançasse mão a fecunda atividade de Almeida. No Uruguai, prosseguiram nas negaças de Rivera. Imprescindível contemporizar com o espantoso personagem, ignorar-lhe as felonias. Porque Montevidéu, apesar de tudo, representava ainda o único respiradouro do Estado.

No campo militar fervilhavam as intrigas. Bento Manuel, por si só, dava que fazer ao governo todo, a toda a direção superior do Exército. Anunciada, nos meados do ano, sua resolução de demitir-se do serviço da República, conseguira Bento Gonçalves, esgotando os recursos da transigência, que ele voltasse a ocupar um posto de comando. Não teria sido um erro esse esforço por mantê-lo nas fileiras? Impossível fiar-se nele. Agia por conta própria, envenenava-se de ciúmes contra a preponderância de Neto, que detinha o comando das tropas, e mesmo contra Bento Gonçalves, que tantas provas lhe dava de atenção às suas notórias qualidades militares. Tudo quanto não fosse a reponsabilidade central dos acontecimentos pareceria sempre ao sorocabano intolerável menoscabo aos seus méritos.

Irrequieto, vaidoso, mais do que seguro dos seus talentos militares, ele, o brigadeiro do Império, o veterano da Cisplatina, não se conformaria jamais com a situação de segundo plano na chefia do Exército e nos conselhos da República. Mas nenhum dos seus atuais companheiros admitia a hipótese de confiar-lhe a posição suprema, porque ninguém acreditava na estabilidade do seu caráter. Para a chefia central não bastavam qualidades de campanha: exigiam-se requisitos morais. E esses, no consenso geral, faltavam a Bento Manuel.

No último dia do ano dos bocejos e espreguiçamentos Bento Gonçalves assumiu a direção do Exército. Os empenhos de Saturnino por sair do “impasse” militar não seriam menores do que as impaciências do generalíssimo da República por decifrar a esfinge do destino. Sentiam todos, legais e republicanos, que o tempo estava maduro para as grandes definições. Começava o ano de 1840, o “ano terrível” da Revolução.

Bento Gonçalves agia sem descanso. Logo aos primeiros dias de janeiro, já combinava com os combatentes das colunas, com Antônio Neto que ficava na direção do estado-maior, um plano de operações em face das renascentes atividades do inimigo. Neto acreditara, de início, que os imperiais pretendessem simultaneamente atacar o Exército revolucionário com duas alas: uma avançando do sul sobre a capital da província, outra marchando sobre o Caí. “O que seria”, conjecturava ele, “a maior ventura que poderia sobrevir-nos”.

Assentou-se que, apenas ousasse Manuel Jorge sair do seu reduto do sul, fizessem os republicanos “a junção geral de todas as forças”, para “detalhadamente bater e escarmentar as suas colunas”. Em consequência, dispôs-se que Onofre estacionasse no Capivari, Antônio Manuel do Amaral em Palmeiras, por forma a trancarem o acesso à faixa de terra formada pelo oceano e pela lagoa.

Bento Gonçalves percebeu em tempo que o plano legalista se desenvolveria de outra maneira. Mas deixou o adversário na convicção de estar esperando o seu ataque dos lados de São José do Norte, pela península do Estreito, com etapas em São Simão e no Capivari. Entretanto, transmitia ordens reservadíssimas a João Antônio para que limpasse de “caramurus” a serra; e a Bento Manuel, que “baixasse pela picada do Botucará e tomasse a posição na Cachoeira”. Essas operações seriam de todo



indispensáveis, não acontecesse que os sitiados de Porto Alegre acabassem sitiados por forças que lhes surgissem à retaguarda.

Em marchas forçadas, deslocou-se Calderón do ponto onde se encontrava, no Uruguai, rumo à fronteira, que transpôs no pontal de São Miguel. Marchou pela península do Albardão, e ao cabo de dias acampava na Turotama, nas vizinhanças da cidade do Rio Grande. Aí, ao invés de tomar a direção do Estreito, ruma sobre o São Gonçalo, que atravessa à frente de dois mil e quinhentos homens, “sem encontrar inimigo que o pudesse deter”. E ato contínuo dirige-se a Bagé, que ocupa cinco dias depois de vadeado o sangradouro.

O inimigo estava *ad portas* da capital da República! “Segundo a direção e velocidade da sua marcha”, explicaria depois Domingos de Almeida aos presidentes e vereadores das câmaras municipais, “fácil foi prever que o seu desígnio era surpreender a capital indefesa e enquanto não se reuniam as forças do seu derredor, perpetrar nela os horrores de costume”.

Embora previsto, nada de útil se fez em Caçapava por obstar o assalto iminente. Os canhões dispostos nos parapeitos das decadentes fortificações, ali erigidas pelo Império contra os avanços platinos, já não poderiam prestar serviços, tão velhos e deteriorados os seus reparos. João Antônio tinha presa a atenção sobre outro ponto da marcha, cuidando evitar que a coluna operasse junção com a tropa saída de Porto Alegre. E Bento Manuel continuava a agir *pro domo*, pela inação.

Quatro dias antes da entrada em Caçapava, o chefe de polícia de Piratini enviou ao governo a primeira participação de que o inimigo, quarenta e oito horas antes, se encontrava nas Pedras Altas. Notícias subsequentes lhe acompanhavam os movimentos e assinalavam as posições que ia ocupando. Havia tempo de abandonar a capital, salvando os seus arquivos e pondo em boa guarda tudo quanto não devesse cair nas mãos do adversário.

Mas assim não entenderam os homens do governo. Repugnava-lhes abandonar a sede da administração à pilhagem. A fim de retardar a junção da tropa de Calderón com as outras forças do inimigo, “ou mesmo para derrotá-la”, expedira Alencastre, ministro da Guerra, ordens urgentes à divisão da direita para que ocupasse os lugares mais indicados contra o avanço do invasor. Dois dias se passaram na expectativa dos acontecimen-

tos. Afinal chegou o aviso de que a hoste legalista levantara o acampamento em Piraí Grande, “e marchando na direção do Rodeio Colorado, teria dali de encaminhar-se para a capital ou São Gabriel”.

Reunidas as altas autoridades, permaneceram na deliberação de não abandonar Caçapava, “em razão das forças com que contavam na frente e no flanco direito do inimigo. Determinou-se ao comandante da divisão da esquerda” que dela destacasse, a marchas forçadas, uma tropa qualquer. “E ao comandante da direita, que fizesse avançar toda a coluna, para, unida à guarnição, defender a capital do perigo que a ameaçava”. Nesta diligência, para o forte e para a igreja matriz, que lhe ficava contígua, mandou passar os arquivos das secretarias e tesouro, objetos bélicos e parte dos gêneros existentes no trem de guerra. “De noite, todos os membros do governo, empregados públicos, operários e numerosos moradores da cidade, guarneceram o forte e a igreja”.

Às primeiras horas da madrugada chegava o capitão Filinto de Oliveira Santos, “asseverando ter andado uma légua à vista do inimigo no dia anterior, quando o deixara aquém de Lavras uma légua”, sem haver encontrado notícia de nenhuma força republicana que se tivesse aproximado de Caçapava. A posição da capital tornava-se, assim, mais que difícil. De novo se reuniram em conselho os ministros e, examinada a situação, decidiram a “pronta retirada do governo, uma vez que daquele ponto e àquelas horas já podia o inimigo ter tomado as avenidas da capital, como ainda privá-la da vinda de forças com que se contava para sua defesa”. Permanecer na cidade significava arriscar seus defensores “a um combate desigual e funesto”. Sem perda de tempo, deram-se as ordens para a retirada.

Enorme, em poucos instantes, a azáfama pelas ruas, habitualmente tão tranquilas. O inimigo irromperia pelas estradas de acesso a qualquer momento. Uma hora que se malgastasse poderia trazer irreparáveis consequências, pois seria de imaginar-se a catastrófica repercussão da notícia de haverem sido surpreendidos e presos o presidente e os ministros da República. Tratou-se de pôr a salvo, em diversas casas, o cofre e o tesouro, a livraria do gabinete de leitura e quanto havia sido levado à igreja ou se encontrava nos armazéns do trem.

Às três horas da manhã, tudo estava pronto para o êxodo do governo. Postos os arquivos das secretarias numa carreta, a cavalo os minis-

tros, saíram campo afora, rumo de São Gabriel. Não os abatia o revés, que daria lugar a tantas glosas de ridículo por parte dos adversários.

“Que este século é de progresso  
Quem mais se atreve a negar?  
O governo rio-grandense  
Marcha em carreta, a rodar...”

Sentem-se moralmente fortes para enfrentar todas as adversidades. Pois não é verdade que o governo da União Americana, formada não por uma província mas por treze condados, viveu errante por longos meses, numa carreta, sempre, a fugir da aproximação do inimigo?

Na tarde do mesmo dia, a força de Calderón entrava em Caçapava. Mas não se manteve ali, nem seria esse o seu intento. E poucos sóis passados, voltaram os ministros com a carreta dos arquivos à sede do governo.

A breve ocupação não deixaria de produzir desalentadora impressão nos habitantes do município. Entendeu o governo da República de bom aviso publicar minudente narrativa dos fatos, através do qual se visse que tudo, afinal, não passara de coisa de somenos importância. Encarregou-se Almeida de redigir a nota, que foi publicada no *O Povo*. Mas não havia já como iludir a gravidade da situação, exposta daí por diante a capital aos ataques do adversário, tanto pela frente sul como pela do centro. Compreendia-se que a estabilidade da sede do governo estava na dependência imediata da ação militar em grande estilo que se prenunciava nas proximidades de Porto Alegre, onde as tropas inimigas já estavam fazendo junção. O vencedor naquele encontro seria, pela decorrência lógica dos fatos, o dono do Rio Grande.

\*

O avanço de Calderón e a inação de Bento Manuel obrigaram o comandante republicano a uma modificação essencial nos seus planos. Assentou-se na Setembrina fosse Neto assumir a chefia da tropa acampada à margem direita do Taquari. Atravessando o rio, iria postar-se nas vizinhanças do morro da Fortaleza, de onde ameaçaria o exército de Manuel Jorge. Ao mesmo tempo, Bento Gonçalves forçaria a linha do Caí; e feita

a junção das duas colunas, cairiam sobre o adversário. Por certo o plano de sair de Viamão, atravessar as linhas inimigas e atacá-las pela retaguarda não poderia ser mais ousado. Mas Bento Gonçalves estava disposto a tudo. Conhecia o terreno, conhecia os homens, conhecia o inimigo. Tinha confiança no êxito. De qualquer maneira, era preciso decidir a situação. Quando se despediu de Neto, disse, segurando-lhe a mão:

– General, se no dia 25 eu não estiver no morro da Fortaleza é porque fui derrotado.

Neto reiterou-lhe a segurança de não faltar, por sua vez, no local do encontro, no dia aprazado. Era noite já quando abalou da Setembrina. Acompanhado de poucos homens dirigiu-se à fazenda da Boavista, onde o aguardava, escondida na mataria do litoral, uma canoa. À meia-noite em ponto, o “intrépido José Garibaldi e os três remadores, um dos quais oficial de marinha”, deram início à travessia. Com essa equipagem ia Neto cruzar o Guaíba, guardado por forte linha de navios imperiais, disposto ele e os seus companheiros “a abordar qualquer lanchão que se lhes ousasse aproximar”. Duas horas depois saltava na ponta do Mato Alto. Às quatro da madrugada, fundeou “em frente àquele ponto a esquadilha inimiga”. Chegara tarde. O general, escondida a canoa a alguma distância da praia, estava seguro de desincumbir-se da sua missão. Garibaldi ficaria no local, espreitando a oportunidade de passar de novo o rio para retornar a Setembrina, onde se incorporaria à força de Bento Gonçalves.

Na noite subsequente, pôde o chefe do estado-maior da República incorporar-se à divisão do Taquari. “Descrever o entusiasmo” que sua presença causava à tropa “seria mais fácil julgá-lo do que repeti-lo”. Foi seu primeiro cuidado ordenar a reunião geral da gente e das cavalcadas dos departamentos circunvizinhos, indicando o dia aos oficiais para se apresentarem naquele campo. Em seguida, participou ao governo e a Bento Manuel a incumbência que lhe havia confiado o comando supremo, solicitando a um e a outro a urgente remessa de cavalos para cobrir a retaguarda da força. Organizada a tropa, pôs-se em marcha para vadear o rio no passo da Itaipava.

Entrementes já se pusera em movimento a coluna de Bento Gonçalves. Queixa-se Garibaldi das privações que sofreu a tropa na marcha para o Caí, através da colônia de São Leopoldo. “*Noi marciammo, prendendo la direzione di S. Leopoldo... quasi senza mangiare.*” Parecia que se

houvesse fundado sob um signo adverso aquela colônia, para onde, desde 1824, se encaminhavam agricultores engajados na Alemanha. As primeiras levadas nenhuma disposição haviam encontrado para o seu recebimento. “Ficaram os colonos arranchados nas velhas e arruinadas casas” pertencentes à antiga Feitoria do Linho Cânhamo. Distribuíram-lhes lotes de terras ao longo do rio Sinos, rumo da Estância Velha. Outros grupos foram chegando. De manhã à noite, os espetaculosos dolococéfalos bronzeados pelo sol brasileiro abatem florestas a golpes de machado, arroteiam a terra, abrem picadas, semeiam lavouras. Depois, vão surgindo os primeiros povoados. Galgam os contrafortes da serra. Já são milhares de famílias. Os sofrimentos que afrontam não são de desprever-se. Abandonados naquele deserto, nem lhes dava o governo do Império o necessário para se alimentarem enquanto as terras não produzissem, muito menos os ajudava com a assistência de escolas ou os auxiliava na construção de caminhos. “Já custa a tolerar”, informava ao presidente da província o próprio inspetor da colônia, Tomás José de Lima, “os clamores e exigências dos colonos de S. Leopoldo, na deficiência dos meios que experimentam para subsistir... É fácil de prever que a colônia, que tão lisonjeiras esperanças dava de chegar em breve a uma situação próspera pela rapidez com que ia florescendo, não tardará muito que entre em decadência.” O anunciado malogro não se produziu, graças à resistência moral dos adversários. Mas, quando a colônia voltava a reanimar-se e o seu progresso se consolidava, eis que os estragos da revolução se abatem sobre ela, as forças dos legais e dos republicanos lhes talam as lavouras e arruinam as aldeias. E como uns e outros necessitam de soldados, arrastam os filhos de lavradores, que nem sabem muitas vezes de que se trata, para morrerem pela integridade do Império ou pela independência da República. Facilmente se compreende que ao cabo de cinco anos de guerra a coluna de Bento Gonçalves encontrasse tão empobrecida a região que os soldados, em dois dias e duas noites, nem tivessem ali o que comer.

Avançado sobre a aba da serra, no passo de cima de Santa Cruz, Neto recebeu aviso de que Bento Gonçalves, marchando pelo Portão, conseguira atravessar o Caí, depois de derrotada uma força legalista, pouco além de S. Leopoldo. Assinalava-lhe o chefe do exército local em que se deveria fazer a junção das duas tropas, no arroio Azeredo.

Neste em meio, entravam em grande agitação os arraiais legalistas. Inesperadamente falecera Calderón. Suspeitava-se no acampamento

que o velho brigadeiro houvesse morrido envenenado. É certo, porém, que ele já andava doente. Na véspera do desenlace, como se sentisse afrontado, tomara um purgativo. E passando por uma casa perto do passo, mandou que lhe matassem uma galinha. Tornaria mais tarde para alimentar-se. “Quando voltou e estava fora da casa, caiu repentinamente, fulminado por uma apoplexia.”

Os dois chefes rebeldes “enfrentando mil perigos e dificuldades” tinham podido operar o encontro, apesar de algum atraso de Neto. “Destarte, conseguiu a causa republicana um assinalado triunfo; e os chefes que dirigiam tão audaciosa manobra se cobriram de imortal glória, verificando um feito familiar que se eternizará na memória dos vindouros: e quiçá seus ulteriores resultados garantam a estabilidade da independência do Continente”, escrevia uma testemunha dos acontecimentos.

Depois da batalha do Rio Pardo, entestavam-se os dois exércitos, pela primeira vez, em campo aberto. Iria nesse encontro romper-se, por fim, o equilíbrio das forças?

Operada a junção, o exército republicano fez alto no Pinheirinho, a seis milhas do Taquari. Finalmente, soa a hora do encontro. “*Si presere tutte le disposizioni per combattere.*” Os revolucionários contavam com cinco mil homens de cavalaria e mil de infantaria. Estavam aí os generais da República: Bento Gonçalves, generalíssimo, Neto, chefe do estado-maior, Canabarro, os coronéis Crescêncio, Corte Real, Teixeira Nunes, Marcelino Manuel do Carmo e, comandando a reserva, João Antônio. A coxilha que domina o passo do Pinheirinho foi ocupada pelos republicanos. Melhor posição não poderia encontrar-se para esperar o ataque dos imperiais.

Superiores não apenas em número de combatentes mas ainda na eficiência dos recursos bélicos, os legalistas confiavam seguramente na vitória. Nem acreditava Manuel Jorge que os republicanos ousassem enfrentá-lo. Sua infantaria era duas vezes mais numerosa que a dos adversários e tinha dois corpos de artilharia, coisa que faltava completamente àqueles.

Às oito horas da manhã, deu o chefe monárquico ordem de avançar. “*Il generale nemico avea preso tutte le disposizioni per un attacco in regola.*” Com passo largo, marchou até frontear a posição que ocupavam os republicanos. As tropas, todas de escol, moviam-se sob as ordens de um velho estrategista, encanecido no serviço das armas. Transpõem as van-

guardas legalistas o leito quase enxuto do córrego. O grosso da tropa estaca e começa a estender-se em linha de batalha “entre o passo dos Pinheiros e um capão à margem esquerda do arroio”. O comando imperialista dispõe a preceito a sua artilharia. Dois corpos de infantes já estão formados em quadrado. O choque é iminente. Formidável, eletrizante aquela expectativa!

As *Memórias* retraçam o quadro inesquecível. Já os valorosos soldados da primeira brigada de cavalaria, sob as ordens de Neto, haviam desembainhado os gládios e nada mais esperavam senão o som de carga para se lançarem sobre os dois batalhões que constituíam a vanguarda imperial. Tinham segura convicção da vitória. “*Neto e Ioro nom erano mai stati battuti*”. Escalonada por divisões no alto da colina, a infantaria com as bandeiras ondulando ao vento, mal se continha na impaciência pela luta. “*La fanteria nostra... fremava di combattere*.” Os terríveis lanceiros de Canabarro, escravos libertos quase todos, e todos domadores de cavalos, já tinham feito um movimento de avanço sobre o flanco direito do inimigo. Formidáveis combatentes, aqueles negros! Nunca o inimigo lhes enxergara as costas. “*Veri figli della libertà*.” Mais do que outros, sabem que é a sua liberdade que está em jogo. Os soldados do Império encaravam sempre com invencível terror esses negros de possante musculatura, enrijada em perenes, fatigantes exercícios, e que brandiam com singular destreza a lança, sua arma predileta, mais longas as deles que as de uso geral.

Bento Gonçalves galopa ao longo das filas. “Hoje cada um de nós combaterá por quatro!” grita o “*gran capitano*”. A tropa freme de entusiasmo. Aquela gente, em tal estado de ânimo, é capaz de todos os sacrifícios. Vibra de emoção Garibaldi. A grandiosidade daqueles instantes ficará sem par na sua lembrança. “*Giorno piú bello a piú magnifico spettacolo no erami capitato mai*.”

As ordens de Bento Gonçalves estão dadas. A brigada de linha, sob o comando de Teixeira, desfilará no alto da coxilha e cairá sobre a direita do inimigo. Auxiliá-lo-á no movimento a infantaria. Neto, “apenas rompa o fogo na ala esquerda, entrará por um dos passos do arroio”. Em simultaneidade com essa arraçada, o centro se lançará, a passo de carga, sobre as posições do exército imperial.

Quando a vanguarda já tinha atravessado o arroio e Neto iam mandar tocar à carga, chega a meia rédea Crescêncio e lhe grita:

General, mande fazer alto porque junto àquela casa está um batalhão inimigo!

Neto age na conformidade do aviso. A vanguarda legalista se aproximara quase na distância de um tiro de pistola. Também Canabarro, já não podendo refrear o ímpeto dos negros, adiantara os seus esquadrões. A súbita paralisação de Neto faz com que ele sobrestaja nas disposições de carregar. Mas os legais, por sua vez, também não se movem. Manuel Jorge, que acreditava em retirada os republicanos quando deles se aproximara, vê gravemente comprometida a situação. Hesita no prosseguimento do avanço. A posição ocupada pelo adversário parece-lhe inexpugnável. Num ápice toma a sua decisão. Tudo fará por não engajar combate naquele lugar. Não lhe convém o lance. E ordena que os dois batalhões refluem para o outro lado do arroio. A manobra já se efetua num começo de desordem.

Bento Gonçalves percebe a perplexidade do inimigo, mas não manda atacar. Apesar de perdida a primeira oportunidade, entendem Neto e Canabarro que será gravíssimo erro deixar que o inimigo continue a retirar. Como eles, também Corte Real quer que ali mesmo se “decida a parada”. O generalíssimo apresenta as suas razões em contrário. Mais aconselhado lhe parece esperar. Na posição em que se encontram, a ação seria de êxito certo para eles; mas, atacando-se o adversário no terreno sobre o qual se retraía, a situação poderia modificar-se. Aconselhava a prudência ficar na expectativa até a madrugada seguinte. Impaciente, enervado, sem compreender por que não se dava começo à luta, o exército continuava esperando a ordem de avançar: “*Ma invano!*” Ainda dessa vez, parece que não se romperá o equilíbrio das forças. “*Infine, non si combatté.*”

Resolve o estado-maior dos republicanos valer-se da noite para meter uma força na retaguarda do inimigo, obstando-lhe a retirada, encurralando-o. Passou-se o resto do dia em pequenas estereis caramuças. Nem ousavam os imperiais levar o assalto às posições dos republicanos, nem se decidiam estes a acometer as linhas legalistas, na previsão sempre de serem carregados por eles. Dir-se-ia que todo o ciclo da revolução estivesse comprimido, reduzido, sintetizado naquela dramática hesitação dos dois exércitos à margem do Taquari. O equilíbrio das forças gerava a inação.

Ao cair da tarde, recebeu Crescêncio instruções de guardar o campo. Todos os passos laterais haveriam de ser cuidadosamente cobertos



e deveria vigiar-se por gente de confiança a retaguarda do inimigo. De manhã cedo, os republicanos atacariam. Às primeiras luzes da madrugada, porém, quando Bento Gonçalves ia dar ordem para avançar, chegou-lhe a notícia de que o inimigo abandonara o campo.

Manuel Jorge seguira a sua tática: retirar, esperar, ganhar tempo. Nunca partilhara das vistas do governo provincial de que fosse indispensável uma ação em grade estilo, como pensava Saturnino citando Frederico, para debelar a revolução. “Sem uma probabilidade muito segura de vencer, os rebeldes não nos esperam”, costumava dizer. “E se nos esperam, quem nos garante a vitória?” No Taquari, precisamente assim haveria de raciocinar a velha raposa de espada à cinta. Quando lhe parecia que os republicanos estivessem em retirada, dispôs-se a acometê-los. Mas sobresteve, refletiu, mediu as consequências, assim que percebeu a sua ótima disposição para o encontro. Quem lhe assegurava a vitória? Para que expor-se inutilmente?

Durante a noite, tratou de buscar melhores posições. Cruzou o arroio por um passo à jusante do Pinheirinho e foi postar-se já nas aforas da vila de Taquari. Até alta manhã teve a seu favor uma espessa neblina, que desorientou grandemente os republicanos. Quando estes perceberam, enfim, o lugar em que o inimigo se encontrava, apoderou-se deles o desespero pela ótima oportunidade perdida na véspera. Não refletiam mais na atitude a tomar. Dentro em pouco, o adversário estaria todo, sem um arranhão sequer, do outro lado do rio, livre completamente das suas arremetidas. É visível o mal-estar entre os chefes revolucionários. Lançam-se as culpas uns aos outros pelo péssimo resultado da tática temporizada. É Domingos Crescêncio o alvo principal das invectivas. De Bento Gonçalves, diz-se que perdeu de todo a serenidade. Alegava que suas ordens, como sempre, não haviam sido cumpridas. “Não comeu o dia todo, de zangado de o nosso exército ter-se movido para o Taquari”, consignava Manuel Jorge em ofício. Garibaldi confirma a veracidade do fato: “Não tenho dúvidas de que a sagaz manobra do inimigo ocasionou grandes angústias ao nobre coração do chefe republicano. Mas, irremediável a adversidade: ele tinha perdido uma esplêndida ocasião de arruinar as armas do Império e de assegurar provavelmente o triunfo completo do seu país”. Possuía Bento Gonçalves, a seu juízo, todas as qualidades de um autêntico, de um grande cabo de guerra, “*meno la fortuna*”.

Garibaldi não toma parte nas disputas. Sereno, atencioso, polido, escuta e observa. As *Memórias* não refletem nenhum azedume, não acusam. Parecem a exata reprodução de um solilóquio. “Não nos atacando Manuel Jorge, deveríamos nós atacá-lo? Esta a opinião de muitos. Agiríamos com acerto, porém? Acometidos nas superiores posições do Pinheirinho, muitas seriam para nós as probabilidades de vitória. Mas abandonando-as para ir sobre o inimigo, necessário fora atravessar o leito do arroio um tanto escabroso, se bem que enxuto, além de não ser pequena a superioridade do adversário: ele com artilharia, nós sem um canhão ao menos.” Garibaldi não defende, tampouco. Raciocina apenas: “Quando se inicia um ataque, deve-se refletir ponderadamente; mas uma vez decidido, há de empenhar-se nele toda a força disponível, até as últimas reservas.”

Que se fará agora? Perseguir-se-á o inimigo? Reúnem-se em conselho os chefes. Opinam que seria desaconselhável atacar-se ali a força da legalidade, de vez que não se dispunha de artilharia. Os monárquicos, por sua vez, também deliberam. Manuel Jorge não quer arcar com toda a responsabilidade naqueles arriscadíssimos passos. O conselho haveria de dar-lhe por escrito a sua opinião sobre a possibilidade de acometer os rebeldes, apesar do cansaço dos cavalos, e, no caso negativo, dizer o que se lhe figurava conveniente. “Assentou-se que se devia passar o Taquari, porque seria certa a nossa perda, pelo estado dos cavalos.” Esta a unânime conclusão do conselho.

Os dois exércitos hesitavam. Se os republicanos pudessem avaliar o abatimento dos imperiais, ali mesmo os teriam fulminado. Porque, na verdade, Manuel Jorge, apesar do muito que blasonaria mais tarde, havia encetado, como diziam alguns dos seus companheiros, “uma fuga para evitar o ataque temido”.

Dois dias após, alta noite, começou o inimigo a transpor o rio, “embarcando a artilharia, menos duas peças, e as bagagens para descerem o Taquari”. Em seguida, ordenou que passasse a cavalaria. Mas, muito cuidadoso das boas regras da tática, colocou o grosso do exército numa picada que desembarcava na praia. Protegia a retirada um corpo de cavalaria sob o mando de Andrade Neves, o futuro barão do Triunfo.

Às três horas da madrugada, Neto mandou uma força em reconhecimento sobre a vila. Já despontado o sol essa força se atirou sobre

a guarda legalista, que não arredou pé quatro horas durante, debaixo de vivíssimo fogo.

No povoado fizeram os revolucionários alguns prisioneiros. Afirmavam esses homens que as forças de cavalaria e artilharia estariam ainda na picada cento e tantas praças que se preparavam, por sua vez, para passar o rio.

Agora Bento Gonçalves, amargurado, irritado, não hesita mais. *“In ciò non titubó il nostro generale”*. Deu ordem a Marcelino do Carmo para fazer avançar a infantaria. O primeiro e o terceiro batalhões, comandados pelos majores Luís Rodrigues e Baltasar de Bem, deviam carregar os retardatários, remanescentes na picada. A outra parte da infantaria e o pessoal de marinha serviriam de proteção à tropa que se engajasse na luta.

Tremendo foi o combate da infantaria no bosque, relata Garibaldi. Crepitava a fuzilaria, estava a galharia das árvores entre densos rolos de fumaça. *“Quel combattimento somigliava ad infernale tempesta.”* Manuel Jorge, num relance, fez entrar em ação dois batalhões de caçadores que ainda estavam íntegros aquém do rio. Mas essa força teve de ceder terreno, pois que “o primeiro ímpeto dos rebeldes foi terrível”. Outras formações procuram contrapor-se aos atacantes. Estes “precipitam-se direito à praia, levando de roldão as já confusas, desavoradas formações imperialistas”. Chegados à beira-rio, porém, percebem o terrível engano do estado-maior. Grande parte da infantaria legalista ainda não havia encetado a passagem. De todos os lados surgem novas forças inimigas. Dentro em pouco, também de bordo dos navios começam a fazer-lhes fogo. “Privado de desenvolver sua força em semelhante terreno”, Marcelino toca à retirada. Mas porque se houvesse adiantado demais no encalço dos fugitivos, estes, ao desenhar-se o recuo, iniciam o contra-ataque com o maior ímpeto possível, “graças ao que se restabeleceu o equilíbrio” no terrível encontro.

\*

Novos conselhos de comandantes, num e outro exército. Os republicanos resolvem que Neto, à frente de uma força de cavalaria, siga a repor o cerco de Porto Alegre, “para onde retrogradaria o exército”. Assentam os legalistas limitar-se a vigiar as barracas do Taquari, “colocando o exército no ponto mais apropriado para acudir a qualquer dos passos atacados”.

Manuel Jorge, na sua comunicação ao ministro da Guerra, apresenta-se como vitorioso no embate, já se vê. “Não permitirá o Senhor dos Exércitos” que os rebeldes recolhessem outro triunfo, como sucedera em Rio Pardo. “O mapa junto mostrará a V. Exa. o quanto custou esta vitória, que alcançamos: todos calculam a perda dos rebeldes no triplo da nossa, em vista dos mortos que ficaram no campo, estando amontoados aos quatro e aos cinco, em parte alguma um só. Seu orgulho deve ter ficado muito abatido, e perdida a sua força moral ainda mais do que a física.”

O próprio presidente da província, porém, se encarregaria de mostrar que o lusitano, nas suas partes oficiais, apregoava louros que não existiram quando fala no abandono da liça pelos revolucionários. “O Sr. General,” diz Saturnino de Oliveira no seu *Bosqueio*, “a abandonou também no mesmo instante, pondo-se a salvo na margem direita do Taquari, e em tal precipitação que nem tratou de enterrar os mortos, os quais ficaram no campo. Nem ao menos se arrecadou o armamento. Bento Gonçalves, no dia seguinte, é que voltou e arrecadou perto de cem armas, e algum cartuchame.” “Cara vitória foi essa”, conclui.

Apesar dos graves prejuízos sofridos pelos republicanos na sua louca arremetida em condições tão desvantajosas, apesar da magnífica oportunidade perdida nos dias anteriores, cifrava-se o único resultado local conseguido pelos imperiais, mais uma vez, na indecisão da vitória. Parecia que o equilíbrio das forças ainda dessa vez não se rompera.

.....

## *Capítulo II*

### BATENDO À VELHA PORTA

**E**SSE EQUILÍBRIO entre as forças combatentes era muito mais aparente do que real. Em verdade, a simples indecisão da luta valia já por indisfarçável prenúncio da queda da República. A derrota final dos revolucionários seria apenas questão de tempo. Nisto não se enganava o velho e malicioso Manuel Jorge. O tempo contava como aliado dos imperiais.

Até o começo do “ano terrível”, definia-se a situação do “impasse” por estes termos: a legalidade dominava a barra da província, controlava as águas interiores, resistia em Porto Alegre; a revolução triunfava por toda a campanha no norte do São Gonçalo, nas Missões. Sobre a linha do sangradouro, antes, eram os revolucionários que faziam pressão, ameaçando o Rio Grande e São José do Norte. Depois, fortalecidos pela posse da barra, passaram os legalistas a ameaçar Pelotas primeiro, Piratini em seguida.

Quando o governo começou a sentir-se ameaçado em Caçapava, o empate das forças estava já virtualmente roto, porque com o avanço fulminante de Calderón perderam os republicanos o “controle” indiscutido sobre a campanha. O inimigo irrompera nos domínios até então indepassados da República, atravessara-os sem nenhuma resistência, operara a

junção com a tropa saída de Porto Alegre. Depois do frustrado encontro no Taquari, haviam retornado os revolucionários o sítio da capital da província. Mas não estavam eles, por sua vez, sitiados? A qualquer momento poderia cair-lhes sobre a retaguarda as forças que o generalíssimo legalista mantinha sobre as margens do Taquari, em Santo Amaro. Auxiliado pela esquadrilha de Greenfell, dispondo de numerosa infantaria, bem provido de artilharia, o exército dos imperiais, nas circunstâncias presentes, neutralizava com vantagem o cerco de sua capital e trazia sob constante ameaça as linhas dos assediadores. E não apenas isto. A simples presença dos legalistas naquele ponto representava para os republicanos a perda das suas articulações com o interior. Dali dominavam eles toda a campanha pelo norte, toda a serra pelo sul. Saturnino, nas suas contidas impaciências, por cerco desejava uma solução espetacular e imediata. Como agiria em semelhante situação o Grande Frederico? *“Nos guerres doivent être courtes et vives, puisqu’il n’est pas de notre intérêt de trainer l’affaire”*. Movimentos rápidos, fulminantes, eis o que convinha à carreira política do brilhante e irrequieto bacharel, eis o que desejavam os homens do governo na corte, onde os gabinetes ministeriais faziam das operações no Rio Grande uma questão de prestígio. Porque a “guerra dos farrapos” continuava fornecendo o melhor arsenal de argumentos às oposições parlamentares. Mas visto pelo prisma tecnicamente militar, a questão se apresentava sob outros aspectos. Aí Manuel Jorge tinha razão: o tempo agia em favor da legalidade.

\*

Para obstar um segundo amigo dos imperiais pelo sul, onde Silva Tavares reunia gente e cavalcadas, indispensável organizar uma coluna que se recostasse sobre o Camaquã. Desguarnecida essa linha, continuava Caçapava exposta aos perigos de um novo ataque. E seria fatalmente ruinoso, do ponto de vista moral, que o governo houvesse de perambular outra vez sob o toldo de uma carreta, pelos campos afora.

Antes que o comando militar tratasse da formação desse corpo, resolveram os habitantes de Piratini tomar à sua responsabilidade o encargo.

Vivia na lendária vila, a esse tempo, um dos mais curiosos personagens das guerras cisplatinas: Pedro José Vieira, conhecido no Uruguai e no Rio Grande pela alcunha de *Perico, el bailarín*. Peão de estância na

juventude, domiciliara-se no vale do rio Negro, na campanha uruguaia, ao tempo ainda do vice-reinado. Forte de estatura, alma sadia e franca, dentro em pouco as festas campestres não seriam completas sem a presença do rio-grandense, popularíssimo pela sua requintada arte de tocar viola e “*por su destreza en bailar sobre sancos*”, donde lhe adveio o cognome. Um autêntico “monarca das coxilhas”, aquele gaúcho.

Quando Artigas conclamou os orientais à conquista da independência, Pedro Vieira, “por puro amor à liberdade” foi, como qualquer filho da região, bater-se contra o regime colonial. De como se houve nas pelejas, dizem os coetâneos uruguaio. Galgando rapidamente postos e subindo em importância política, ao fim de pouco tempo chefiava “*un considerable número de paisanos*”. E na ocasião em que os libertadores se assenhorearam de Mercedes, convieram todos em que “*se posesionase de la villa don Pedro Vieira, comandante del ejército*”. Perico estava com a carreira feita.

Mas, decidido Artigas a invadir o Rio Grande, o já famoso voluntário desistiu de todos os proveitos e retirou-se do serviço da guerra. Nunca deixara de ser apaixonadamente rio-grandense. Honras não havia nem vantagens materiais que o levassem a concordar lhe pisassem os companheiros o solo natal. Em 1825, não quis também servir à Argentina. As autoridades do Império lhe aproveitaram os serviços na Colônia do Sacramento, onde muito se “recomendou por sua conduta”. Foi ferido aí. Depois voltou para o Rio Grande. Em Piratini todos conheciam a aventureira história da sua mocidade, que ele, como quem revive grandes dias de glória, contava nos serões de inverno.

Quando a comuna de Piratini resolveu organizar a resistência ao avanço de uma segunda força imperialista, indiscutível parecia a todos os munícipes que o velho Pedro Vieira lhe assumisse o comando. Mas ao fim de poucas semanas, substituíram-no por um moço de escassa expressão social a nenhuma prática militar. Destituído, Pedro Vieira despede-se da função, em carta a Domingos de Almeida. A correção daquele rude homem do campo não poderia ser mais perfeita. “Participo a V. Exa. que me acho desonerado da comissão de que tive a honra de ser encarregado pelo governo, a qual sendo superior às minhas poucas luzes e forças, foi tão duradoura como é no verão a neve e no inverno a calmaria; restando-me o prazer de que, quando cheio de prazer começava a desenvolver a pouca prática militar que adquiri

em anos de fadigas e à custa de inúmeros sacrifícios, foi quando a demissão do comando das operações sobre o São Gonçalo me privou de prestar à causa rio-grandense os serviços ao meu alcance. Mas creia V. Exa. que não obstante ser minha recente queda alguma coisa desairosa, nem por isso deixarei de prestar-me a qualquer serviço para que o governo me julgue suficiente, o que ambiciono para manifestar a meus concidadãos que não aspiro a mando, mas sim a ser útil ao país onde nasci”.

Como se as ingentes dificuldades militares não fossem bastantes para trazer assoberbados de preocupações os membros do governo e os comandantes de tropas, encarregava-se a intriga de inutilizar, aqui e ali, prestantes entusiasmos pela causa republicana. O incidente com Pedro Vieira mostra como o favoritismo se insinuava no ânimo dos ministros e dos generais. levando-os à prática de atos arbitrários a ruinosos à conveniência do Estado.

Em decorrência do erro cometido no comando dessa coluna de voluntários, a linha do Camaquã ficava praticamente sem defesa e a campanha escancarada, pelo sul, a reiteradas irrupções do inimigo. Mais dia menos dia, ele surgiria de novo às portas de Caçapava. Silva Tavares sabia-se, havia transposto já o S. Gonçalo. Logo que a tropa estivesse provida de cavalos iniciaria o avanço, a fim de impedir que Neto, agindo à retaguarda do exército de Manuel Jorge, auxiliasse Bento Gonçalves numa possível tentativa de ganhar o interior. Para cobrir-lhe os movimentos ao longo da lagoa, estaria Francisco Pedro, que conhecia aquele terreno como ninguém. Ao mesmo tempo, Santos Loureiro recebia ordens de transportar-se ao Alegrete, no intuito de conseguir montarias para as operações de inverno. Deveria também observar por ali os movimentos dos rebeldes; e, se possível, entrar em relação com Bento Manuel, cujo desaparego da revolução se fazia mais do que evidente. De acordo com o que lhe fosse dado verificar naquela fronteira, Loureiro, secundando a pressão de Silva Tavares, ameaçaria Caçapava pelo oeste.

A 23 de maio publicava *O Povo* a comunicação oficial que Bento Gonçalves fazia ao cidadão Serafim José de Alencastre, secretário de Estado dos Negócios da Guerra e da Marinha, sobre o que ocorrera no arroio dos Pinheiros, à margem do Taquari. Comunicação sóbria, concisa, quanto possível real. Não blasona de vitória, mas põe em destaque as pesadas per-



das do adversário. Como consequência da frustrada batalha, apenas estas palavras – “O inimigo acha-se atualmente guarnecendo a margem direita do Taquari. Eis tudo quanto há ocorrido até esta data.”

Justo uma semana depois, quando o número subsequente da folha republicana já estaria pronto para a impressão, espalha-se a terrível notícia: as forças de Loureiro se aproximam de Caçapava. Não há nas vizinhanças nenhuma tropa que se lhe possa opor. É preciso abandonar outra vez a capital, e agora por forma definitiva, para evitar a repetição dos ataques. Não se pode, na precipitação da fuga, cogitar da transferência da tipografia do Estado. Aquele número de *O Povo*, o jornal da República, a folha das doutrinações de Rossetti, uma das preocupações mais instantes de Almeida, fora o último da sua gloriosa existência.

Novamente trata o governo de salvar o que pode em algumas carretas, e põe-se em marcha. Pousando primeiro na estância de Luís Machado, dirige-se a São Gabriel. Lá se deterá até ulterior determinação. Mas doze dias apenas permanece na nova sede. Loureiro, depois de entrar em Caçapava, avança sobre São Gabriel. Como nas ocasiões anteriores, o governo põe os arquivos sobre as rodas a sal à campanha, rumo de oeste. Agora, vai fixar-se no Alegrete. Acompanha-o desta vez uma pequena força de cavalarianos, cento e cinquenta homens ao todo.

\*

Dispostas como estavam as coisas depois do encontro no Taquari, não seria possível perdessem tempo os republicanos, como até então costumavam fazer, na observação dos planos do adversário. A campanha aberta às colunas legalistas já não apenas pelo sul, mas pelo norte e oeste, o governo em contínua fuga; os sitiados de Porto Alegre ameaçados a todo momento de um ataque de flanco. Só muita audácia e rapidez de movimentos poderiam conjurar maiores males, que a breve trecho sobreviriam, se não fossem tomadas imediatas providências. Bento Gonçalves e Neto, no quartel-general da Setembrina, assentam novo plano de cuja execução se encarregará o chefe do estado-maior.

Pela segunda vez sai Neto de Viamão rumo à margem do Guaíba, que transporá, como de outra feita, a fim de organizar uma coluna de voluntários, a cuja frente tratará de aliviar a pressão dos imperiais na campa-

nha do Sul. Agora não lhe serve Garibaldi de timoneiro. Acompanham-no alguns elementos de valia, entre eles Corte Real, cujo renome exerce verdadeiro fascínio sobre as multidões. Sem nenhum acidente atravessam o rio, perto já da junção das suas águas com as da lagoa. Do outro lado, na Barba Negra, esperam-nos alguns companheiros. Seguem com eles até à margem do arroio Araçá, onde acampam. Anda pela vizinhança o *Moringue*. Aquela é a sua *cancha*. É preciso tomar cuidado com ele. Despacham-se espias por diversos rumos: não há notícias de Chico Pedro. Parece – dizem – que já tomou outros caminhos.

Alta noite, quando o pequeno acampamento dormia, súbito irrompe das trevas a horda traiçoeira do guerrilheiro. A surpresa fora fulminante. Em tal situação, ninguém poderia pensar em resistência. Só a fuga imediata valeria aos rebeldes. Foi o que fizeram, cuidando cada um de si mesmo. Neto e Corte Real saltam instantaneamente a cavalo e se embrenham na escuridão da noite. Nem o seu poncho conseguiria levar o general. E o que valia por irremediável desastre, também o arquivo do estado-maior ficara no acampamento. Naquela balsa de viagem estava o plano da ação que se ia inaugurar.

Na precipitação da fuga, toma Corte Real uma direção, Neto outra. Várias são as fazendas de correligionários que podem ser atingidas com algumas horas de galope. Corte Real segue pela estrada que vai dar à estância de Marcos Alves Pereira, seu amigo. Manda um “chasque” à procura de Neto, para informá-lo do rumo que escolhera. Na casa de Marcos Alves, ficará à espera do general.

No dia seguinte, estava com o fazendeiro e outras pessoas sentado à porta da casa, quando uma densa nuvem de poeira, na estrada geral, indica a célere aproximação de alguns cavaleiros.

“Deve ser Neto”, diz Corte Real que já se impacientava pela demora do companheiro. E todos retomam, descuidosos, o fio da palestra.

A nuvem de poeira já vem perto. Mas ninguém no grupo lhe dá importância, convencidos de que daí a momentos iriam abraçar um amigo.

Só quando os cavalarianos estão a pouco metros da casa, dão pelo engano. Aqueles homens são gente de Chico Pedro, que saíra a bater as estâncias vizinhas em procura dos fugitivos. Todos, num repente, estão de pé e procuram ganhar o interior da casa. Corte Real, menos apressado,

ficara para trás. Quando põe o pé no limiar, reconhecido pelos assaltantes, uma certa bala o atinge no pescoço. Cambaleando, consegue chegar à sala, onde cai, esvaído em sangue. Alguns instantes depois estava morto.

Não mereceu louvores pelo feito o implacável *Moringue*. Os próprios legalistas exprobaram a inútil crueldade dos seus sequazes, comandados pelo facinoroso João Patrício de Azambuja, sargento da tropa guerrilheira. Uma das mais respeitadas forças do governo, a brigada de João Propício Mena Barreto, o futuro barão de S. Gabriel, tomava luto, alguns dias depois, em sinal de pesar pelo sacrifício de Afonso de Almeida Corte Real, um dos expoentes morais da grande geração.

\*

Devassado pela surpresa de *Moringue* o plano de ação na campanha, impunha-se que os republicanos dessem outra orientação aos seus próximos movimentos. Manuel Jorge só tinha olhos e ouvidos agora para o que se passasse no interior da província. Não seria aquele o momento de tentar-se um golpe de audácia sobre a barra? Malogradas estavam todas as empresas marítimas da República. Em consequência, mais precária se tornava, de mês em mês, a segurança interna do Estado. A esquadilha de Greenfell cruzava do Rio Grande às lagoas e daí aos rios, sem encontrar o menor obstáculo. Enquanto a campanha estivera indene das incursões do inimigo, a situação, já de si difícil, poderia iludir a população. Agora, entretanto, obrigado o governo a mudar de sede duas vezes por mês, mais do que evidente que o prestígio da revolução entrava em declínio.

Apenas verificado o desastre da Laguna, ainda no altiplano catarinense, escrevia Rossetti a Domingos de Almeida, insistindo na necessidade vital de um porto de mar para a garantia da República. “Eu seria de opinião” dizia, “que o nosso exército se atirasse a uma ofensiva por todos os lados e principalmente pela banda do Rio Grande, de onde agora é fácil queiram tirar força, para com ela salvar a Laguna do acometimento de que se vê ameaçada por nós e pelo Canabarro. Não descuide isso: faça valer a sua influência, numa ocasião tão aproveitável para a decisão da guerra.”

Rossetti via claro na sua obsessão. Domingos de Almeida partilhava dos mesmos pontos de vista. Mas nem sempre lhe seria fácil interferir nos planos do estado-maior. Agora, no entanto; os próprios acontecimen-

tos se encarregavam de levar os generais à compreensão da grande verdade. Para contrabalançar, anular, sobrepujar mesmo as vantagens conseguidas pelo inimigo no interior, só havia um recurso: atacá-lo na sua posição suprema, na barra do Rio Grande.

Garibaldi, retornado o exército à Setembrina, já se atirara de novo aos trabalhos de construção naval. O estaleiro da República estava situado à margem esquerda da lagoa, naqueles mesmos terrenos alagadiços da Roça Velha, através dos quais, meses antes, conduzira seus lanchões das ribanceiras do Capivari ao litoral marítimo. Mourejava-se intensamente, ali, na construção de algumas embarcações destinadas ao transporte das tropas para o outro lado da lagoa. “Os carpinteiros e calafates arroláveis na tropa e nas estância particulares” não encontravam descanso. O italiano, dentro da suavidade das suas maneiras, costumava ser exigente no serviço. Mas, por que ele soubesse como ninguém fazer-se amigo dos seus subordinados, todos lhe obedeciam sem resistência. E os trabalhos, no segundo estaleiro da Lagoa dos Patos, progrediam satisfatoriamente.

A situação entrevista na carta de Rossetti com relação ao desguarnecimento da cidade do Rio Grande parecia que se estivesse reproduzindo literalmente. Para Manuel Jorge, a única preocupação dos revolucionários haveria de cifrar-se fatalmente naquela operação sobre a campanha delineada pelo estado-maior, e da qual tivera notícia pelo arquivo de Neto. O que, por certo, não lhe passava pela ideia era a possibilidade de uma ação do adversário sobre as duas posições litorâneas. E mesmo quando os revolucionários começaram a deslocar o grosso da sua tropa da Setembrina para o Itapuã, e quando Garibaldi já seguia com algumas embarcações para a Boavista, entendia ainda o comando dos legais que esses movimentos só teriam por fito distrair-lhe a vigilância, a fim de tentarem passagem para o outro lado da lagoa. Greenfell, que policiava pessoalmente as águas do Guaíba a bordo da *Cassiopeia*, partilhava da mesma opinião. “Hoje soube por pessoa de confiança”, informava o comandante das tropas, “que o inimigo fala em fortificar o Itapuã, pondo ali uma peça para chamar a atenção das embarcações e depois seguir para São José do Norte; que já foram as cavalarias para passar no Estreito à ilha do Canguaçu, para cujo fim já ali esperam algumas canoas, que, diz-se, foi arranjar em Meireles.” Comprometia-se o inglês a fazer todo o possível por estorvar os imaginados planos dos revolucionários. Mas

ponderava ao general chefe que numa costa extensa como aquela, fácil lhes seria iludir a vigilância das canhoneiras “e passar-se gente com arreios para a contracosta”. Por isso, “exijo de V. S.” concluía, “providências em mandar retirar toda a cavallhada dos distritos de São Lourenço e Canguaçu”.

Como os revolucionários tivessem fama de saber mascarar como ninguém os seus movimentos, resolveram, dessa vez, enganar o adversário com a verdade. A pressão que começavam a esboçar sobre a península do Estreito não passava de estratagema, raciocinava Manuel Jorge. Queriam, seguramente, que ele desguardasse a capital e fizesse afluir tropas ao Rio Grande, a fim de tentarem mais à vontade a travessia da lagoa. Ou era isso, ou então, referia em ofício a Tomás da Silva, queriam “dar-nos trabalho e tornar-se importantes”. O que não acreditava é que eles de fato se aventurassem a um assalto às posições do litoral.

Havia boa tropa legalista, também, na península do Albardão. Mas esta não deveria sair dali, a não ser para uma ofensiva na frente do São Gonçalo. Esperavam-se forças ainda de Santa Catarina. Destas, apenas cento e vinte praças ficariam em São José do Norte. As restantes seguiriam de imediato para Porto Alegre, conforme as determinações do comandante das armas.

O presidente Saturnino, porém, desconfiado de tudo aquilo, continuava controlando os atos de Manuel Jorge. Parecia-lhe rematada loucura desguarnecer daquela maneira as posições da barra. De conta própria, tomou a resolução de interferir nas disposições do comando militar. Mandou que todo o segundo corpo de caçadores chegado de Santa Catarina permanecesse no Rio Grande. Entendeu-se com Greenfell para que fosse aumentada a estação naval do porto. Graças a estas providências a guarnição da cidade somava quase seiscentos homens, os quais, na hipótese de um ataque a São José do Norte, socorreriam imediatamente a vila, que contaria assim com uma defesa de novecentas armas de fogo. Além disso, estabeleceu-se ainda que Araújo Correia, comandante da força aquartelada no Rio Grande, requisitasse, em caso de necessidade, os auxílios de Silva Tavares, que se encontrava em São Gonçalo com uma boa reserva de cavalaria.

\*

A resolução dos republicanos estava assentada. No ano V da Revolução voltaram a golpear a mesma porta tão impensadamente aban-

donada após a vitória de 20 de setembro, quando Bento Gonçalves ainda se debatia na incerteza dos rumos que o movimento deveria tomar, e a qual se haviam voltado sempre com invencível obstinação as vistas de João Manuel. Um lustro de lutas bastara para mostrar-lhes que as vantagens dos legalistas decorriam todas da continuada posse daquelas posições, garantia de acesso marítimo à província, ponto de conexão com o mundo exterior e de “controle” sobre as águas interiores. Sem dúvida alguma, a posse daquela maravilhosa chave seria capaz, só por si, de mudar completamente a situação já quase desesperada em que os revolucionários se encontravam. Com esse ponto de vista concordava literalmente Garibaldi: *“São José do Norte, único porto della provinzia... era una delle chiavi dell’imboccadura: ed it suo possesso avrebbe potuto cambiare la faccia delle cose.”*

Bento Gonçalves já se assenhoreara integralmente do plano. As suas forças desciriam fulminantemente pela península e cairiam de cheio sobre São José do Norte. Donos dessa posição, a tropa necessária passaria à outra margem, nas embarcações que Garibaldi estava armando e nas que fosse possível encontrar no local. E uma vez instalado no Rio Grande, seus cuidados não se limitariam à guarnição de terra: dessa vez, “trancaria a única entrada de que dispunha o Império, cercando absolutamente, portanto, à guarnição de Porto Alegre”.

Quanto à capital da província, estava seguro o generalíssimo, “não tardaria a cair, por sua vez”, desde que os legalistas perdessem o domínio da foz, e, em consequência, o das lagoas e dos rios.

Para auxiliar a tomada do Rio Grande, Neto operaria no vale do Camaquã, dificultando por esse lado qualquer auxílio que Manuel Jorge houvesse de mandar para o sul, e ocupando convenientemente os voluntários de Silva Tavares. E para que o alto comando imperial não se aventurasse a enviar excessiva gente da guarnição de Porto Alegre em auxílio daquelas posições, ficava Davi Canabarro nas vizinhanças da capital, com o objetivo de distrair por aí a atenção do inimigo e de apertar, se necessário, os movimentos do sítio.

O plano da ação estava traçado com todos os requisitos da arte militar. O Plano “concebido à farrapa”, diria dele, mais tarde, uma voz autorizada e insuspeita – Filipe Néri.

Iria, por fim, pela conquista da foz, produzir-se o rompimento do “impasse”, o desequilíbrio das forças?

\*

Começou a marcha nos primeiros dias de julho. Naquele “ano terrível” para as armas republicanas, terribilíssima se iniciara a estação invernal. Os terrenos do Capivari estavam alagados. Quase diariamente caíam chuvas espantosas. Composta de quase um milhar de soldados e com duas bocas de fogo, a expedição teria de caminhar dias consecutivos por aquele chão traiçoeiro, formado de intermináveis pantanais. O êxito dependia sobretudo da rapidez dos movimentos. Não pensasse ninguém em prolongados descansos. O generalíssimo distribuiu com cuidado as etapas. É preciso atingir o extremo da península em oito dias, a vinte e cinco milhas por jornada. “*Una marcia continua di otto giorni, a non meno di 25 miglia per giorno*”, anota Garibaldi.

No começo do avanço, os legalistas acreditam que o adversário busca apenas distrair-lhes a atenção a fim de transpor a lagoa. Greenfell vigia cautelosamente as águas, de bordo da *Cassiopeia*, e despacha canhoneiras e barcos menores em todas as direções.

Finalmente, ao cabo do oitavo dia os republicanos estão às portas de São José do Norte. Que vento frio aquele, que sopra nos intermináveis areais da costa! “*Era una di quelle notti d’inverno, in cui un ricovero ed un puó di fuoco é una vera fortuna,*” relembra Garibaldi. Mas, além da noite chuvosa, a única proteção que os expedicionários encontram à vista é a linha de fortificações que circunda, pelos lados do norte, aquele triste vilarejo: e o fogo que os há de animar será o da fuzilaria e dos canhões, que estrondarão dentro em pouco. Os “pobres soldados da liberdade” estão “esfarrapados, esfaimados, com os membros entorpecidos pelo frio”, expostos às infundáveis “cataratas de tempestuoso dilúvio” que os havia acompanhado durante toda a jornada. Agora, tratará cada um de aquecer o corpo ao fragor da ação. Os dois canhões foram abandonados no caminho “por se haverem inutilizados os carros”. Já quase atingida a meta da expedição.

Bento Gonçalves toma as disposições finais para o assalto. A soldadesca espera, enregelada, a ordem de avançar. A própria morte é pre-

ferível àquele indescritível sofrimento. “*Ciascuno... preparavasi all’assalto che doveva aver luogo al primo – chi va lá? – delle sentinelle.*”

À uma hora da madrugada, afinal, soa a ordem de avançar.

Os soldados da República lançam-se ao assalto contra as trincheiras guarnecidas de sentinelas. Ataca-se a guarnição em todos os seus pontos de defesa. Domingos Crescêncio, mais conhecedor do que ninguém daquelas paragens e dos obstáculos a acometer, dirige a ação sob as vistas imediatas do comandante do exército. Ao seu lado estão Teixeira Nunes, o “gavião”, cuja fama tomara vulto maior ainda com as proezas em Santa Catarina, o valente Francisco Ramos d’Ansão e Garibaldi, que depois de tomar parte na investida deve dirigir a expedição contra a praça do Rio Grande. Rossetti, capitão-tenente, também participa da luta à frente da marinhagem.

No terceiro fortim, o “Imperial”, a resistência é desesperada. Comanda a defesa ali o capitão João da Silva Portela. Vendo perdida a situação, lança fogo ao paiol da pólvora. Na explosão, voam pelos ares os assaltantes mais próximos. “*Io ricordo sempre*”, escreve Garibaldi, “*quando successe la catastrofe*”. E conta “ter visto nossos homens, que ocupavam aquele forte, dispersos no ar como vagalumes, com as vestes em fogo e lançados ao solo horrivelmente mutilados”. Rápidos instantes dura o estupor. Uma nova onda toma o lugar dos sacrificados no ímpeto inicial, e precipita-se, incontida, na brecha que se abre. Os dois corpos de linha avançam a pé, auxiliados de perto por um contingente de cavalaria. Vencida a primeira resistência, vê-se que a guarnição não poderá opor-se àquela avalanche que se espraia, ao cabo de minutos, sobre as circunvalações externas. Depois de uma hora gasta no assalto, as duas da madrugada, os revolucionários ocupam o Norte.

Bento Gonçalves e o seu estado-maior foram postar-se no centro da vila, e aí se mantiveram durante toda a ação. O chefe republicano envia um ultimato ao coronel Soares de Paiva, comandante da praça, “para que se rendesse à discrição com promessa de recambiar às suas respectivas províncias todas as praças que fossem alheias ao Rio Grande”: Em caso de negativa. “arrasaria a povoação”.

Paiva não atende à intimativa. Ordena que as tropas se retirem ao quartel, onde se dispõe a resistir. Intervêm na luta, em seguida, alguns



barcos da flotilha imperial. Esse “apoio da gente de bordo contribuiu sobremaneira para aviventar a desesperada resistência do presídio agredido”. O capitão-tenente Gama Rosa, que se distinguira já na retomada da Laguna, acode com o seu lanchão artilhado, o *Torres*. Também o tenente Pedro Garcia aproxima-se do litoral com uma lancha, ajudado pela tripulação de um brigue mercante. Varrem essas embarcações “os arredores do quartel e a embocadura das ruas por onde os revoltosos” procuram assaltá-lo. O comandante do lanchão consegue desembarcar e entra no quartel onde o saúdam as aclamações dos sitiados, que esperam a todo momento auxílios do Rio Grande. Com o mau tempo, porém, os navios não podem atravessar o canal e são atirados sobre a ilha dos Marinheiros. Mas já começa a desembarcar gente da *Andorinha*, comandada pelo bravo Romano da Silva, outro que tomou parte nas ações da Laguna.

Romano desce a terra acompanhado apenas de um piloto e de um soldado de artilharia. Quer comunicar-se com o comando da praça. Deixa ordem ao seu imediato que lhe mande na lancha os demais soldados, com os quais pretende guarnecer uma das peças da trincheira. Mas quando o imediato “mandou à terra buscar a lancha, já não se pôde tirá-la por causa do fogo dos rebeldes; e por isso não foram os soldados, como lhes havia ordenado o seu infeliz comandante”; explicaria o inspetor do arsenal a Greenfell. “O soldado foi encontrado morto em terra; do piloto há indícios de que morrera afogado; mas do comandante não houve o mais leve vestígio”. Alguém o divisara ainda “a fazer fogo com as suas pistolas; mas carregando a cavalaria rebelde com grande força sobre a Rua da Alfândega, ninguém mais o viu, e presume-se quê viera entreverado com essa força rebelde e que caíra morto ao mar, de cima da estacada”.

Na vila, a soldadesca desenfreada entregava-se ao saque. Não havia como conter aqueles homens esfaimados e seminus, rebeldes às regras mais elementares da disciplina. “*La maggior parte quindi si dispersero coll’idea del saccheggio*”.

O aparecimento da força marítima enche de sérias apreensões o comando republicano. Os combates decisivos travam-se à beira-mar. A intervenção da marinha pode ser de influência definitiva em favor dos legais. Bento Gonçalves conclama a sua gente a um supremo esforço. O quartel continua resistindo aos ataques que se levam contra ele por todos

os lados. É o próprio comandante da praça quem orienta a defesa. Ferido numa perna, mandaram oferecer-lhe transporte para bordo de um lanchão. Respondeu o bravo que não abandonaria o seu posto. “Perdendo muito sangue, pediu uma cadeira e, sentado, continuou a dirigir o combate”. Às primeiras horas da madrugada, amainado um pouco o temporal, chegam três lanchas do Rio Grande com algum reforço. Trazem a notícia de que outras embarcações não tardariam. Ao amanhecer, o tempo mudara completamente. Já se aproximavam mais dois navios, que vinham atravessando o canal. Reanimada assim a resistência e vendo Soares de Paiva que se debilitava o fogo dos assaltantes, resolveu fazer uma surtida, mandando carregar de rijo sobre eles. A bateria número 2, ocupada pelos republicanos, responde francamente à investida, “ou por imperícia dos artilheiros ou pelas más condições do material”. Apenas dois ou três tiros de peça foram disparados sobre os sitiados de há pouco, transformados agora em agressores. Pouco depois, os legalistas se apossavam do fortim.

Organiza-se rapidamente uma coluna de ataque sob as ordens de Garibaldi, para retomar a bateria. Com fúria irresistível lançou-se a pequena tropa muros adentro da posição, e dela expulsou de novo os legalistas. Estes voltam à carga com redobrado ímpeto. Para manter o fortim em poder dos republicanos seria necessário, porém, que lhe chegasse algum reforço. Ocupado o comando com outras peripécias do combate e reinando entre a soldadesca aquela terrível indisciplina, os que lutam pela posse da bateria veem-se entregues a sua própria sorte. Resistem até onde lhes é possível, mas sobrevivendo novos auxílios aos imperiais, acabam batendo em retirada. Nessa altura, por volta do meio-dia, já principia a debandada dos revolucionários. Crescêncio, para forçar a expugnação do quartel, manda propor a Bento Gonçalves o incêndio dos quarteirões que o rodeiam.

– Diga-lhe que por tal preço, com o sacrifício de tantas famílias, não quero a rendição da praça – foi a resposta.

E pouco depois o generalíssimo da República ordenava a retirada que se fez em “vergonhosa precipitação, quase numa fuga”, afirma Garibaldi. Mas havia gente que chorava de raiva e desespero, ao ver todo aquele formidável esforço irremediavelmente perdido.

“Comparativamente imensas” haviam sido as baixas dos republicanos: cento e cinquenta feridos, cento e oitenta mortos, entre os quais

dois majores e quase todos os oficiais da infantaria. Era um lamentável esqueleto, agora, aquele soberbo corpo de libertos. “*La nostra fiera fanteria... divenne uno schelettro*”. Os legalistas tiveram setenta e dois mortos e oitenta e sete feridos. As suas baixas, no total, contando os prisioneiros, subiam a duzentos e quarenta e três homens.

Exaustos, ensanguentados, trôpegos, os soldados da República ofereciam um espetáculo doloroso quando começou a retirar. Nem medicamentos havia para atender aos feridos. Bento Gonçalves, condoído em face daquele quadro de desolação, envia um próprio a vila a pedir socorros, certo de que o comandante da praça não lhos recusaria. Com efeito, Soares de Paiva “mandou que se lhe fornecesse tudo o que pedia”. O chefe da revolução, ao receber os remédios, mal pôde conter as lágrimas. E, na miséria da sua derrota, ainda encontrou como retribuir a generosidade do comandante legalista. Chamou todos os prisioneiros e deu-lhes a liberdade, com estas palavras:

– Ide dizer ao vosso comandante como os rio-grandenses livres pagam as suas dívidas!

E por entre as dunas tristes da praia, retomou a marcha rumo da Setembrina.

.....

### *Capítulo III*

#### O ÚLTIMO AMIGO

**A**O CABO DE ALGUNS DIAS os restos da expedição entraram em Mostardas, aldeia de uns cinquenta fogões construídos no meio de intermináveis areias e formando uma única rua muito larga e curta, sobre cujo eixo, numa das extremidades, se levanta, imponente, a igreja paroquial. A coluna faz alto aí. E Ulhoa Cintra, primeiro deputado general-chefe do estado-maior encarregado do expediente, escreve a ordem do dia historiando a ação de São José do Norte. “Estando já as forças republicanas senhoras de toda a praça do Norte, de algumas das suas fortificações”, Bento Gonçalves ordenara a retirada, “não só por causa da copiosa chuva que inutilizara as armas de fogo, como porque, para constranger e capitular o resto da força inimiga entrincheirada em seus quartéis, fora mister destruir a praça: e a imagem de um incêndio, seus horrores e consequências” havia movido o coração do chefe republicano à piedade. “S. Exa. preferiu ver frustrado o plano que formou, do que pisar ufano sobre as ruínas e cadáveres ensanguentados de seus semelhantes”. Depois, a ordem do dia põe em realce a capacidade de Crescêncio, a bravura de Teixeira Nunes, de Ramos d’Ansão, de Baltasar de Bem. “Os senhores capitão da marinha da República José Garibaldi e Luiz Rossetti, à frente da marinhagem que

combateu com a infantaria, portaram-se com aquela bravura que sempre os caracterizou.”

Garibaldi recebe instruções de permanecer com os seus marinheiros nos campos de São Simão, a pouca distancia da aldeia, a fim de ocupar-se na construção de canoas e pequenas embarcações, necessárias para um possível transporte de tropas ao outro lado da lagoa. Rossetti acompanharia o grosso dos retirantes a Boavista.

Antes de se separarem, os dois amigos examinam, em longas confabulações, a situação militar da República. Estão convencidos de ter sido aquela a última tentativa para dar à revolução um respiradouro sobre o mar.

Paupérrimas são as casas de campo naquela desprezada região da província. Mesmo os homens de fortuna vivem pouco menos que miseravelmente, em palhoças de pau a pique, encontradas de légua em légua nessas terras arenosas, cobertas de pastagens ralas e pobres. Reunido com Anita, Garibaldi instala-se no casebre de uma fazenda abandonada pelo proprietário, favorável a legalidade. Ele e os seus comandados, como de hábito no tempo, agem como se estivessem na sua própria casa. *“Noi facevamo da padroni in quel luogo”*.

Os trabalhos de construção naval são quase de todo impossíveis nessa quadra do ano. Não aparecem as madeiras necessárias à feitura das canoas. As chuvas continuam torrenciais, semanas a fio. Todos se queixam da inclemência da estação. *“Dagli abitanti dicevasi inverno rigido, quello”*. Os gados e as cavahadas andam soltos pelos campos, como coisa de ninguém. Não se poupam bois e carneiros para a alimentação da marinhagem. E como não existem barcos a cuidar, ocupam-se os nautas desembarcados da doma de potros. *“Ed alcuni malamente, domavano cavalli”*.

Ao lado de Anita, naqueles intermináveis dias de inverno, Garibaldi revê episódio por episódio, os seus trabalhos em favor da liberdade política dos homens. Recorda a sua entrada no serviço da República, os colóquios com Zambeccari e Rossetti na fortaleza de Santa Cruz. Depois disso, quantas lutas, quantos desenganos! Lembra, um a um, os amigos que já morreram pela causa do Rio Grande. Só Rossetti e ele, quase por milagre, estão vivos ainda. Rossetti é o último amigo que lhe resta aqui, dos antigos companheiros de crença e irmãos de sangue. Têmpera formidável, a daquele homem! Não há revés que consiga abatê-lo. E Garibaldi

volta a contar a Anita a história do amigo. Pensavam os pais, em Gênova, destiná-lo à carreira eclesiástica. Rossetti padre! Por certo os pais não lhe conheciam o caráter.

– É este, entre os italianos, um dos patriotas mais ardentes que tenho conhecido. Inclinado por temperamento à vida aventureira e não podendo respirar à vontade na Itália, partiu para o Rio de Janeiro. Aí foi negociante e corretor. Mas, não tendo nascido para a vida de negócios, ele seria sempre uma planta exótica no mundo do ágio. Não que não fosse dotado de penetrante inteligência, capaz de assimilar com surpreendente rapidez todos os conhecimentos, mas porque era o mais italiano de todos os italianos, o mais generoso e pródigo dos homens. Ora, com tais vícios não se faz fortuna; antes se caminha, a largos passos, para um malogro mais do que certo em todas as ocupações egoísticas. Foi o que aconteceu a Rossetti.

Anita seguia com atenção os largos traços do perfil do carbonário que ainda há dias lhe apertara a mão e se interessara vivamente por ela, quando a tropa atravessava os campos de S. Simão. E Garibaldi continuava:

– A sua casa no Rio de Janeiro estava sempre aberta a toda gente, sobretudo aos italianos desgraçados. Nunca esperava que os proscritos chegados ao Novo Mundo o fossem procurar: ia ao encontro deles. Tudo quanto ganhasse, gastava-o com os necessitados. Se acontecia que não pudesse socorrer imediatamente qualquer exilado que o procurasse, deixava-o esperando no seu albergue, saía à rua em procura de amigos e não tornaria a casa sem levar o auxílio requerido. Em tais circunstâncias, ninguém, aliás, seria capaz de negar-lhe coisa alguma. Todos lhe queriam bem e era com prazer que o ajudavam a mitigar as necessidades alheias.

Depois, relembra os encontros com Zambeccari, a cuja presença, na fortaleza, o levava Rossetti:

– Falou-se em que nos deveríamos fazer corsários. E nunca mais tivemos um minuto de descanso enquanto não nos lançamos ao oceano com a bandeira republicana. Rossetti, sempre prodigioso na sua capacidade de realizar, encarregou-se de tudo quanto necessitávamos para levar a cabo a empresa. E alcançou o que pretendíamos.

Desfilavam ainda nas reminiscências as figuras de Cuneo, de Anzani, de Castellini. Os dois últimos, há pouco, tinham estado no Rio Grande. Castellini, de Caçapava, escrevera a Rossetti, na Laguna. Garibal-

di, o homem que não sabia viver sem amigos, enchia as horas de solidude nos campos de S. Simão com o encantamento das recordações.

\*

As infundáveis querelas entre o presidente Saturnino e o general comandante das armas haviam decidido a Regência, finalmente, a dar-lhes substitutos. E para evitar *ab initio* aqueles ruinosos roçamentos entre a autoridade civil e a militar, resolveu-se que as duas funções, fossem, de novo, desempenhadas cumulativamente por uma só pessoa. Ninguém mais indicado para tão alta responsabilidade do que Soares de Andreia. Em Santa Catarina confirmara ele plenamente a fama dos seus talentos militares e a rígida intransigência do seu caráter. O velho partidário do absolutismo de D. Pedro I descontava nos liberais de hoje seus invencíveis despeitos de adesista de ontem. Mas, de qualquer maneira, seria sempre um formidável instrumento de ação a serviço dos governos. Porque para Andreia só os governos podiam ter razão. Ao transmitir o exercício do cargo no Desterro, dissera com empáfia e orgulho de si mesmo: – Pelo que pertence à segurança externa, está a província desembaraçada desses bandos rebeldes que se apregoam liberais, e não sabem mais do que ofender aos seus concidadãos e dilacerar o seio da sua pátria. Estando os postos avançados das forças desta província além dos limites dela, é claro que ela está livre.

Chegado a Porto Alegre, passou Andreia a agir à valentona, como do seu feitio. Não agradavam aos rio-grandenses aquelas maneiras desabaladas e ríspidas. “Há contra ele grande indisposição”, comunicavam da capital da província a Antônio Neto. “Até se promoveu um assinado para ele ser demitido e reintegrado na presidência o Dr. Saturnino de Sousa.” A reservada informação pareceria mais que verossímil, à vista dos incidentes que Andreia criava e da circunstância de continuar na capital o presidente substituído. A indisposição contra a nova autoridade crescia de ponto, em face daquela sua mania de que todos houvessem de tirar o chapéu quando o encontrassem. “Pensando que estava no Pará, passou uma grande descompostura no capitão Chico Barreto, irmão do brigadeiro Gaspar, por lhe não ter tirado o chapéu na rua; e dizem que, por isto ele (Chico Barreto) pediu demissão, bem como outros oficiais brasileiros.” Constava também que existiam “grandes indisposições nas forças dos realistas por ser Soares

de Andreia o presidente a general das armas; diziam muitos oficiais brasileiros “não pensasse que cá havia de fazer aos brasileiros o que fez no Pará”. Parece que Andreia percebeu o terreno perigoso em que pisava. “Ele se viu obrigado a tornar-se mais comedido; e daí por diante se tem portado de outras maneiras.”

Com Andreia na presidência e no comando das armas, deviam os republicanos prever para breve acontecimentos de nota. O temível personagem tudo faria por confirmar no Rio Grande a sua tradição de capacidade militar, adquirida no Norte e confirmada em Santa Catarina. E a situação dos revolucionários não poderia apresentar-se mais difícil. O sítio de Porto Alegre estava já completamente desmoralizado. Depois dos insucessos no Taquari e São José do Norte e com a tropa naquele miserável estado, seria uma loucura acreditar ainda no êxito do assédio. O que Manuel Jorge, o *cunctator*, não empreendera, fá-lo-ia por certo Andreia. Mais dia menos dia, seriam os republicanos cercados nas posições que ainda ocupavam nas proximidades da capital da província. Para evitá-lo, impunha-se uma retirada geral, rumo ao norte e ao oeste.

A população estava visivelmente cansada da guerra. Cinco anos durava já à revolução, naquela permanente indecisão militar. “*Le popolazioni*”, anota Garibaldi, “*siccome succede nelle lunghe guerre, si stancavano*”. As requisições, tanto dos revolucionários como dos legalistas, exauriam os recursos dos habitantes. Todo mundo ansiava pela paz.

\*

Inesperadamente, chega à província uma notícia sensacional: as Câmaras haviam proclamado a maioria do menino Imperador! Fora a nova trazida pelo vapor *Baiana*, entrado no porto do Rio Grande nos primeiros dias de agosto. Na cidade litorânea houve grandes demonstrações de regozijo. Também em Porto Alegre e por todos os recantos da província. Não seria essa a oportunidade indicada para terminar a guerra? Como pensaria Bento Gonçalves a respeito disso, ele que já vinha discutindo com Gaspar Mena Barreto as possibilidades da pacificação? Na chefia do gabinete da maioria estava Antônio Carlos, o velho liberal, amigo dos insurgentes rio-grandenses. A reação ensaiada dias antes com Bernardo de Vasconcelos não durara quarenta e oito horas. A todos parecia fora de



dúvida, se propostas de paz fossem sugeridas pela nova situação, não poderiam os republicanos deixar de examiná-las com o maior interesse.

Sabia-se que no ano anterior o brigadeiro reformado Gaspar Mena Barreto, pessoa insuspeita aos legalistas, iniciara com Bento Gonçalves, seu íntimo amigo, um exame oficioso das possibilidades de pôr-se fim à luta. Querendo eximir-se de maiores responsabilidades pessoais, o presidente da República lhe propusera então três itens: 1º) que o intermediário se munisse de credenciais para a discussão; 2º) que o presidente da província mandasse regressar a Porto Alegre a força que fizera estacionar no Caí, e para as posições do litoral as que houvessem transposto o São Gonçalo; 3º) os republicanos fariam igualmente retirar as tropas destinadas a enfrentar os monarquistas.

A Saturnino pareceram essas propostas o cúmulo da audácia. Respondeu por escrito que não mandaria retirar força alguma, nem tampouco sustaria quaisquer movimentos e operações porventura iniciados. A única atitude a que estaria disposto seria a de receber e perdoar a qualquer força revolucionária “que depusesse as armas e se acolhesse às bandeiras imperiais. O governo imperial não pode ser mais generoso e benigno do que dar um completo perdão e esquecimento do passado a todos os brasileiros que se mostrarem arrependidos, a garantir-lhes a conservação das suas honras e postos legais, a segurança de suas pessoas a os meios de subsistência: isto é mostrar sumo desejo de evitar o derramamento do sangue brasileiro e não querer mais vítimas”.

Os termos abruptos da declaração de Saturnino valiam quase por uma formal desautoração à iniciativa de Mena Barreto. Dissera-o Bento Gonçalves em carta que lhe escreveu: – o presidente de província “estava longe de almejar uma verdadeira e sincera conciliação”. Considerava-os – dizia – “como rebeldes, oferecia-lhes perdão, esquecendo-se de que há muita diferença entre rebelião e resistência legítima”. “Neste último caso”, acrescentava, “estão compreendidos os republicanos rio-grandenses, que, julgando-se fortes para resistir ao governo do Império, não têm juiz nem superior comum sobre a terra.”

Dias depois, o infatigável Gaspar voltava ao assunto para convencer o antagonista de que nada havia de menos digno nas proposições da legalidade. Mas a resposta de Bento Gonçalves foi minuciosa, terminante. “A

questão é de princípios, não de interesses”, afirma. Fizera-se a revolução “para garantir os direitos e liberdade do Rio Grande, conspurcados pelo Império, depois do 7 de Abril. Pensais que me pus à frente da Revolução para fazer fortuna? Ah! quão pouco me conheceis! Tenho empobrecido com a guerra. Esta não é de interesse, disse e repetirei à sociedade: tem um alto objetivo... Uma opressão acintosa pesava sobre o povo rio-grandense: a influência lusitana, que devia acabar com o glorioso 7 de Abril, dominava por toda a parte. Empunhamos as armas para resistir à opressão. Não tínhamos então a ideia de mudar a forma de governo estabelecido; mas as atrocidades e violências praticadas pelo governo do Império, seus agentes e delegados, nos forçaram a proclamar a independência. Quer antes, quer depois desses atos, combatemos sempre pelos princípios, isto é, por uma verdadeira liberdade, não apenas de direito, mas também de fato. Como desistiremos da luta sem salvar esses princípios? Dizeis que não perderemos nossos postos. Já vos respondi e repito que a nossa questão é de princípios, não de interesses individuais. Dizeis que ficaremos restabelecidos na grande família brasileira. Ah! nem eu nem os rio-grandenses desejamos desligar-nos absolutamente do Brasil. A mesma religião, a mesma linguagem, mesmos usos, vínculos de sangue, laços de amizade inclinam o nosso coração a favor de um povo que consideramos irmãos. Gozando de absoluta independência a respeito dos nossos negócios internos e particulares, não duvidaríamos, quanto ao mais, em submeter-nos a um governo, que vele sobre o bem e os interesses da União.” Depois o chefe republicano, argumentando com Vattel na sua definição das guerras civis, mostrava como o Império e o Rio Grande se encontravam tipicamente “no caso de duas nações que entram em contestação e que, não podendo combinar-se, recorrem às armas”. “Será porventura desonroso para o governo imperial tratar conosco por meio de uma convenção em que reciprocamente se estipulem condições segundo as quais deva pacificar-se o país?”

Esta carta pusera termo, então, às conversações de paz. No *O Povo*, o tema debatido por Bento Gonçalves fora retomado em artigo intitulado “A República”, e que trazia como dístico estas palavras da *Jovem Itália*: “A República é para nós outros aquela forma de governo que unicamente pode dar lugar ao desenvolvimento harmônico de todas as faculdades do homem.” Fácil adivinhar a pena de Rossetti na feitura desse conciso ensaio em favor dos governos republicanos.

Logo depois da batalha do Taquari, voltava Bento Gonçalves à presença do seu parente e amigo, o “querido Gaspar”, falando-lhe de novo nas possibilidades de uma pacificação. “Passei a famosa linha do Caf”, escrevia, “fiz junção com as divisões que estavam além do Taquari, tornando irrisórias as fortificações do exército imperial... Regressei para este ponto, a esperar que novamente se fortifiquem para outra vez mostrar ao vosso presidente que não faço caso do cerco em que ele, com tanto orgulho, contava ter-me. Dizei-lhe que, se ele quer a paz, se está autorizado a tratar dela, dispa-se desse orgulho, trate-nos como guerreiros, não como feras, que tudo pode ter fim, sem mais efusão de sangue...”

Discretas, reticenciosas, continuavam, aqui e ali, as confabulações entre os adversários. Ia se fazendo geral o desencanto pela luta. Onde iria parar a fortuna onde a riqueza privada do continente, se não se encontrasse um meio digno de estancar a sangueira?

De fato, uma das primeiras e mais instantes preocupações do Ministério da Maioridade era a pacificação do Rio Grande do Sul. O próprio imperador tomava a si a iniciativa, dirigindo-se em solene proclamação aos rio-grandenses, para mostrar-lhes sua profunda mágoa por ver que um dos mais brilhantes florões da coroa, a outrora próspera província do Rio Grande do Sul, embaciara durante a menoridade. “Agora, porém, que a lei me faculta falar-vos como pai comum, cuja felicidade depende da de seus filhos, ouvi, rio-grandenses, a voz que parte de uma alma contristada. O meu imperial coração sangra-se à vista do encarniçamento com que irmãos se dilaceram: se na mão do pai humano está ainda o remédio a muitos males, contai comigo, contai com vosso patrício, o Imperador do Brasil.”

Compreendeu Andreia os ventos que sopravam. O governo queria a paz? Ele sempre concordava com os governos. Acompanhadas de atenciosa carta mandou a Bento Gonçalves as proclamações do imperador, em obediência ao desejo de Sua Majestade de que elas fossem do conhecimento de todos os seus súditos. “V. S. fará delas o uso que achar mais conveniente à justiça e ao bem geral.” E tomando ares amáveis, acrescentava a epístola: “Vi uma carta do Sr. Joaquim Pedro Soares, mostrando desejos de abraçar quatro de seus amigos: e não julgando eu a propósito que eles saiam a campo, convenho, contudo, em que o mesmo senhor os venha ver e abraçar em uma das salas deste palácio.”

Respondeu-lhe Bento Gonçalves que já conhecia o teor das proclamações, mas agradecia a remessa. Inimigo da sedução e do engano, amando em extremo a franqueza, filha da boa-fé e da sinceridade, mandaria dar-lhes a major publicidade. Estavam abertas de novo, e agora por forma oficial, as negociações de paz. Andreia volta a escrever a Bento Gonçalves. “Todos nós sabemos que a presente luta não pode acabar pela força das armas, sem que corra ainda muito sangue: e aquele homem que tiver a dignidade de o evitar fará um grande serviço à sua pátria. V. S. está em posição feliz: porque é, enfim, feliz a posição do homem que pode fazer um grande bem. V. S. pode pôr termo aos horrores desta guerra civil, e atenuar ou pôr no esquecimento as queixas que os seus patrícios possam ter pelos males sofridos em cinco anos de horrores... Falando com V. S. falo com todos: larguem as armas, corram aos braços do imperador, que lhes os abriu.”

Retruca o generalíssimo que sempre manifesta essa opinião a Gaspar Mena Barreto: só a declaração da maioria do imperador poderia servir de base à pacificação. E mostra em seguida ao servidor de todos os governos, democráticos ou absolutistas, uma das linhas mestras do caráter rio-grandense: o seu horror aos governos de exceção, que não haurissem em fontes livremente consentidas a imprescindível força moral para se fazerem respeitados e obedecidos. Compreenderia o velho Andreia, absolutista de ontem, hoje constitucional, mas sempre intransigentemente governista, esse horror aos governos da força?

“O povo rio-grandense levantou-se em massa para resistir à opressão”, dizia-lhe Bento Gonçalves, “convencido de não poder encontrar felicidade sob a influência de governos excepcionais.” Arredado agora esse obstáculo, estava disposto a examinar as possibilidades da pacificação imediata. “Entender-me diretamente com o governo imperial, em quem suponho suficiente autorização para o efeito, me parece o meio mais profícuo de chegar a esses fins.” E “se V. S. descobrir algum meio de se evitarem, entretanto, os males desta luta, enquanto não chega semelhante decisão, não duvidarei adotá-lo, se for razoável; de modo contrário, eu não serei responsável, nem a Deus nem ao mundo, pelo sangue que ainda se derrear”. Mas tudo quanto não fosse uma preliminar deposição das armas dentro da promessa de anistia contida na proclamação do imperador, não teria jamais o favor de Andreia. Ele traduzia ao pé da letra as ordens do

governo. E entendida a carta de Bento Gonçalves como uma recusa formal de aceitar os meios oferecidos para acabar de pronto a guerra, interrompeu bruscamente as conversações.

O gabinete liberal, porém, insistia nos propósitos de paz. Não ficaria bem a Antônio Carlos, partidário declarado de um acordo, não honrar no governo os seus notórios pontos de vista. O deputado geral Álvares Machado, liberal convicto e pessoa em que depositavam confiança muitos chefes republicanos, chegado à província, encetou novas conversações. Esteve na Setembrina, onde foi recebido com festas. Confabulou com alguns dos chefes da revolução, aos quais apresentou uma proposta concreta, em forma oficial. “Concedia-se ampla e irrestrita anistia aos comprometidos na rebelião, fossem quais fossem ‘os crimes cometidos’ no decurso do movimento; os oficiais do exército e empregados públicos reverteriam aos seus postos e cargos com direito aos respectivos estipêndios; assegurava-se o transporte a outras províncias, para si e suas famílias, aos insurgentes que o desejassem; os escravos libertos pela República não voltariam ao poder dos antigos senhores: adquiridos pelo governo teriam emprego nos arsenais e oficinas do Estado, com “ração diária de acordo com as etapas do exército e trinta réis por dia, para vestuário: aos que quisessem volver à Costa d’África dar-se-ia inteira liberdade.”

Verbalmente e por escrito prosseguiram as negociações. Bento Gonçalves nada resolvia por si. Não estava – dizia – na função executiva do Estado. Fazia-se necessário consultar o governo. A opinião do general Neto teria de ser ouvida. O governo perambulava por Alegrete para o Caverá, do Caverá para São Filipe. Mas Neto, em casa a Silva Tavares, impugnou formalmente as condições apresentadas. Como na guerra, também nas discussões de paz se gerava o “impasse”.

\*

Naqueles dias enquanto Garibaldi ansiava, à distância, pelo desenrolar dos trabalhos que sabia iniciados em favor da paz e a sua reduzida marinhagem sofria as mais duras privações, dava Anita à luz o seu primeiro filho, Menotti, em casa de uma família Costa, nas entradas de Mostardas. Garibaldi estava completamente sem recursos. Decidiu-se a fazer uma viagem a Setembrina, no intuito de conseguir auxílio de um italiano, de nome Blingini, excelente homem.

A jornada a cavalo, através dos campos inundados, foi penosa. Na Roça Velha chegou ao rancho de um companheiro, o capitão Máximo, do corpo de lanceiros. Aceitou-lhe a pousada. Conversaram sobre a guerra, sobre a difícil situação da República. Na manhã seguinte, procurou Máximo retê-lo. Com os caminhos naquele estado, a viagem seria quase impossível. A chuva não tardaria a cair de novo. Mas Garibaldi tinha pressa. Afrontaria as estradas e o mau tempo. Despediu-se de Máximo e começou a marcha. Mal teria andado algumas milhas, ouviu um tiroteio dos lados da casa que acabara deixar. Que seria? Voltar por aqueles caminhos, impossível, pela pressa que levava.

Ao anoitecer, chegou à casa de Rossetti. Encontrou-o abatido, contrafeito. Não acreditava mais nas possibilidades da revolução. Admitia e preconizava, em benefício da paz, uma transigência atual. Não se devia exigir maiores sacrifícios do povo. O exemplo estava dado, a semente lançada à terra brasileira. Mais cedo ou mais tarde, o Brasil fatalmente adotaria o regime republicano, e o Rio Grande do Sul seria um dos integrantes do grande Estado Federal.

Concordava Garibaldi em que isso, por agora, seria impossível. As dificuldades aumentavam dia a dia. Também a seu juízo, a revolução estava malograda. *“La situazione dell’esercito repubblicano peggiorava, ogni di le urgenze erano maggiori e maggiori le difficoltà di soddisfarle”*.

Mas a abatimento de Rossetti não decorria da sua descrença no êxito do movimento. Que lhe importava não fosse ele um dos beneficiários dos sacrifícios que fizera? Agira ali como discípulo de Mazzini, como carbonário, votado à construção da sociedade futura. O que o constrangia sobretudo eram as injustiças de que se via alvo, desde que resolvera constituir-se em paladino da paz imediata. Garibaldi ouvia-o surpreso. Relatou-lhe o amigo os entendimentos que tivera com Álvares Machado, por ocasião da sua estada na Setembrina. E mostrou-lhe, em seguida, a correspondência trocada com aquele monarquista e alguns republicanos a respeito da pacificação.

“Muito lhe agradeço”, escrevera Álvares Machado, “a parte que toma na pacificação da província. Senhor Rossetti, quando a Itália toda obedecia a um só governo, deu leis ao mundo e foi potência de heróis; dividida em muitos Estados, caiu na escravidão dos bárbaros e ficou redu-

zida ao ludíbrio das nações”. E continuava calcando nos exemplos da Itália argumentos a favor da unidade brasileira dentro do respeito ao trono. “Se o exército dissidente não se rende sob condições humilhantes, muito menos o fará o Império; mas quais são essas condições humilhantes? A bondade paternal do Senhor Pedro II, o arcanjo dos brasileiros, abriu a seus filhos dissidentes uma porta honrosa (o esquecimento do passado) para que todos pudessem ir a seus braços; eu tenho a dor de ver passarem-se os dias, e essa porta de honra ir fechar-se com o mais lúgubre ranger, deixando fora da legalidade a tantos homens que tantos serviços podiam ainda prestar a si, às suas famílias e a sua pátria... Eu parto breve, satisfeito em cumprir um dever consciencioso: poupar uma gota de sangue, um pingo de lágrima de meus irmãos rio-grandenses faria toda minha esperança e cumulava minhas aspirações.”

Respondera-lhe Rossetti sem perda de tempo, numa carta longa, minuciosa, circunstanciada. Os termos da missiva de Álvares Machado o haviam quase desalentado – dizia – por ver que ele desesperava da sua honrosa missão. Depois de recebida a sua letra, quisera ver a correspondência trocada entre Machado e Bento Gonçalves. Mostrara-lhe Ulhoa Cintra, e o seu conteúdo o tranquilizara. “Continuo a ser de opinião que V. Exa. triunfará de todos os obstáculos, se, como não duvido, quiser fazer-nos o sacrifício de vir presidir a província. O exército dissidente quer a paz; mas a preciso ao menos em alguma coisa fazer-lhe a vontade.” É sua convicção que Álvares Machado, na presidência, tudo conseguirá daquele povo “dócil ainda mais que valoroso”. Depois, acompanha o contendor na sua excursão pelos paradigmas italianos. “A doutrina da *Jovem Itália*”, explica, “não era da monarquia, ainda quando fosse a da indivisibilidade e da união. Nós queríamos a república, e até puramente democrática; porque além destas fórmulas, nós não vemos liberdade verdadeira possível.” Mas não querendo insistir demasiado em assuntos meramente temáticos, admitia que depois da sua saída da Europa, se houvesse alterado aquele critério; e não tinha dúvidas, por isso, em aceitar como exato tudo quanto Álvares Machado lhe dissesse com referência à sua pátria. Como quer que fosse, porém, ele não acreditava que na monarquia geral e indivisível houvessem de parar os trabalhos da *Jovem Itália*, que sempre seriam a favor dos governos republicanos. A República – explicava – nós “não a queremos só

no Brasil, mas universal, e estamos convencidos de que os nossos esforços não serão baldados. A época em que se cumprir este plano majestoso, nós não a veremos; ela é remota, mas há de vir; e nós a preparamos ainda que com a certeza de não desfrutá-la”. Depois, não resiste à tentação de examinar o panorama histórico da Itália, já que seu antagonista lhe escancarara, de par em par, esse exemplo. E argumenta que “a Itália produzia heróis quando governada pela República Romana; produziu-os no tempo, ainda que agitado, das repúblicas da Idade Média; mas engendrou escravos e vis” nos períodos do absolutismo, da tirania. Quanto ao Brasil, está certo de que o jovem imperador é um príncipe virtuoso. Mas nem porque o reconhece deixará de ser republicano. E se os herdeiros do imperante atual não lhe imitarem os padrões de clemência? “De resto”, acrescenta, “eu sou estrangeiro, e só me fica o direito de valer-me do meu pequeno préstimo em favor do país que me hospedou. Nesta intenção, entrei na revolução, porque os meus princípios adquiriam um auxílio. É nesta mesma intenção e para os não ter inteiramente perdidos na terra onde desejava deixar ao menos uma pisada, que ora me hei de valer da minha pouca influência para fazer com que estes bravos brasileiros voltem ao grêmio da própria família. Eu conheço a necessidade em que eles estão de dar semelhante passo; e conheço quanto convém à prosperidade natural da província que eles tornem a obedecer ao mais digno soberano que felizmente domina sobre todo o Brasil. E direi, ademais, que desejava podê-los convencer do quanto lucrariam em confiar, antes que no tratado, na magnanimidade do Senhor D. Pedro II. V. Exa. talvez o consiga, voltando. Tudo depende de que V. Exa. possa proporcionar ao Sr. Bento Gonçalves o meio de entender-se com os mais chefes da revolução. Tomei-lhe o tempo, mas mo perdoará. Só me resta suplicar-lhe de não abandonar a empresa começada. A paz depende de V. Exa., e eu não vejo obstáculos. Se os há, não os conheço”.

Rossetti, cumprindo a promessa feita a Álvares Machado, insistira nos seus trabalhos em favor da paz. Escrevera a Lucas de Oliveira, dirigira-se demoradamente a Domingos de Almeida: – “V. Exa. conhece meus sentimentos, e confio não me fará o *tort* de pensar mal de mim. A guerra agora é já inútil, porque não tem objetivo, é sem futuro. O caminho que percorríamos nos levava ao precipício; preciso, então, mudarmos de vereda, indo por meio diferente ao mesmo fim. O Império, por mais



que façam seus partidários, há de sumir-se na Confederação. É melhor, por isso, marcharmos com todos os brasileiros a ela. O triunfo é mais lento, mas também mais seguro, além do que poupamos muitas desgraças e muitas lágrimas... Se queremos um dia dar vivas mais eficazes à República, devemos fazer com que ela deixe recordações e saudades. Se continuarmos a guerra como a República Francesa, a República Rio-grandense deixará somente aborrecimentos e ficarão para sempre perdidos no Brasil os princípios democráticos, por cujo estabelecimento os homens de fé tantos trabalhos vamos aturando.”

Apenas iniciadas essas correspondências pacifistas, rastejava-lhes a intriga em derredor. Para acabar com as explorações, escreveria a Bento Gonçalves. A carta seria talvez um pouco áspera, mas fazia-se necessário falar com franqueza ao chefe da revolução, em cuja nobreza de caráter confiava, vítima ele também de graves injustiças. E desdobrando as folhas de um rascunho, Rossetti leu:

“Ilmo. e Exmo. Sr. — A fim de cortar intrigas e para que ninguém faça ausência de mim, que não haja merecido, lhe remeto por cópia a carta que eu escrevi ao Sr. tenente-coronel Lucas, juntamente a resposta com a qual ele me honrou. Escrevendo ao Sr. Lucas, me dirigi a um amigo com quem mais vezes me entretive a respeito da coisa pública; e quis no mesmo tempo se servir a V. Exa., no pensamento da paz, tão determinadamente emitido, assim como o servi, com todos os meios ao meu alcance, na guerra. Expus minha opinião porque debaixo do governo de V. Exa. e da República não pode haver lei que mo proíba, mas o hei feito com boa intenção. Disse verdades talvez de difícil digestão ao paladar de muitos mas as confiei a um amigo, ainda que seja máxima minha que quando se tratar dos interesses de um povo, se haja de dizer a verdade, tal qual é sentida e a todos. A mentira, a adulação, as bravatas, e todo o seu cortejo de infames artimanhas são indignas do republicano, nem eu as sei usar.

“Agora, se me mostram que minha opinião é falsa ou mal fundada, que a paz nem é útil nem necessária, que a união do país ao Império não convém, que tudo quanto digo na carta anexa não rege; que há elementos republicanos e meios para pô-los em ação, muito o estimarei. Quando me lisonjeava disso, sacrifiquei vida e interesses de uns patrícios e amigos meus, talvez a minha própria honra; me sujeitei, por quatro anos,

a uma existência penosa, de privações e trabalhos, e nela estou pronto a permanecer, se houver quem me mostre, com sólidas e boas razões, que, continuando-se a luta, triunfara por fim a República. Convencido, porém, do contrário, pela experiência de cinco anos, depois que V. Exa. mesmo admitindo o Sr. marechal Gaspar e escrevendo ao Sr. Antônio Carlos, tem-se declarado a favor da minha convicção; deveria dizer a este povo, para cuja felicidade estou pronto a dar a vida: que teime, que continue a despedaçar-se? Eu nada espero do Império, porque nada esperava da República, da qual também nada queria, mas é em nome dela e do povo que confiou a V. Exa. os seus destinos, que eu lhe peço anuir à paz; porque só essa poderá um dia lhe dar a liberdade verdadeira, que anelava; porque é à sombra da paz que espero ver ainda triunfar os princípios que professo e a cujo espalhamento me tenho imolado. Se falei em mim, a isso fui constrangido. Devia presumir a maledicência. Desprezo-a sempre; porém acreditei que justificando-me poderia render um serviço ao país.”

Aprovou Garibaldi sem reservas o procedimento de Rossetti. A continuarem as coisas como andavam aquela guerra só acabaria pela exaustão completa de um dos combatentes. E que esses combatentes fossem os republicanos não havia que duvidar. A última oportunidade de vitória fora perdida em São José do Norte. A posse da barra, sim, essa teria podido mudar o rumo das coisas. Mas isolados no interior, que finalidade política teriam aquelas diuturnas paradas de heroísmo? Como poderia triunfar a revolução sem um porto de mar? *“Lontano di qualunque porto di mare”*... Rossetti concordava. Afirmou, porém, que de qualquer maneira continuaria no serviço da revolução, até ao fim. Não permitiria que a maledicência ignóbil lhe tísasse o nome. Honraria a sua fé de carbonário. Mas lamentava a obstinação de alguns dos grandes chefes de quererem continuar uma luta já sabidamente perdida.

\*

Conseguidos alguns recursos com os amigos, comprou Garibaldi os objetos de que necessitavam Anita e o menino, e pôs-se de novo a caminho de São Simão. Quando chegou à Roça Velha, soube o que se passara ali. Poucos instantes depois da sua partida, a gente de (*Moringue*) tinha surpreendido o capitão Máximo, a quem tomara prisioneiro com to-

dos os homens que o acompanhavam. Os cavalos prestáveis, o guerrilheiro os havia arrebatado todos, e mandara sacrificar os que não lhe serviam. Depois, Chico Pedro embarcara a infantaria nos navios da esquadilha que o auxiliara na surpresa. E descera com a cavalaria a península, rumo de São José do Norte, a fim de dispersar os pequenos grupos revolucionários que por ali se haviam quedado após a retirada.

Soube também que as seus marinheiros, prevenidos a tempo, tinham logrado ganhar o mato. Mas Anita, onde estaria Anita? Que seria dela e do menino? Garibaldi já está de novo a cavalo. Malditos caminhos aqueles! Como é desesperante viajar sobre atoladouros! Quando consegue alcançar o rancho da família Costa, encontra-o vazio. Mas logo alguém o tranquiliza: os moradores do casebre e também Anita com o recém-nascido haviam conseguido fugir para as capoeiras próximas, onde ainda se conservavam receosos de que *Moringue* voltasse. Saiu a encontrá-los. E em sua companhia regressaram todos a Mostardas.

Depois de alguma demora ainda em São Simão, teve Garibaldi ordem de estabelecer-se com os seus marinheiros à margem do Capivari, no mesmo sítio pelo qual, fazia agora um ano, tinha transportado os lanchões para a barra do Tramandaí. Começar de novo... Para quê? Enorme o desencantamento que lhe pesava no espírito. Como lhe pareciam monótonos agora, aqueles infundáveis serviços de construção de barquinhos para levar soldados à outra margem da lagoa! "*Fecimo alcuni viaggi trasportando gente e comunicazioni*". Que finalidade poderia ter toda essa cansa? Mais e mais cresce nele a necessidade de evadir-se daquela angústia que o oprime. Anita sofre resignadamente as privações que a sua vida miserável lhe impõe. Mas não lhe parece humano que ele continue a impor tão duros sofrimentos à companheira. A partida porém lhe parece ainda impossível. Como, com que explicação, poderia abandonar os companheiros? Sem Rossetti, não partiria. Como ele entrara ao serviço da República, e só com ele o abandonaria. E Rossetti recusava-se obstinadamente a partir.

Quanto à pacificação, já não havia mais como pensar vela. Andria, o atrabiliário, fora afastado do governo da província. Desde começo se previra que, com as suas maneiras ásperas, não duraria no cargo. Substituíra-o Álvares Machado, o liberal, o homem de gabinete, encarregado de promover a pacificação. Mas também este já desanimara. Ao meio de uma

conferência em palácio com Ulhoa Cintra, perdidas as suas últimas reservas de paciência, levantara-se, irritado, para indicar ao plenipotenciário dos republicanos a porta da saída.

A situação do exército mostrava-se cada vez mais difícil. Aumentavam diariamente as deserções. O novo comandante das armas, general Santos Barreto, preparava-se para atacar os revolucionários nas suas posições da Setembrina. Fazia-se necessário levantar a cerco, já apenas nominal, de Porto Alegre. A divisão de Canabarro, a que estavam adscritos os marinheiros, teve ordem de iniciar o movimento de retirada, abrindo passagem para a Serra, onde estacionava a coluna de Labatut. Bento Gonçalves formaria a retaguarda com o restante das tropas.

Quando a guarnição da Setembrina se preparava para começar a marcha, foi surpreendida por Chico Pedro, numa daquelas batidas violentas que espalhavam o pânico entre os agredidos. Rossetti, na desesperada defesa da vila, praticou, relata Garibaldi, prodígios de bravura. Atingido por uma bala, caiu do cavalo. Intimaram-no a que se rendesse. Mas ele não entregaria a sua espada. Preferia que o matassem. “E, pereceu naquela surpresa o incomparável italiano, combatendo valorosamente.” Honrara a palavra de carbonário e não faltara aos seus compromissos com a República Rio-grandense. Amigos piedosos, quando a coluna já se punha em marcha, deram-lhe sepultura no cemitério de Viamão.

.....

## Capítulo IV

### RITIRATA DISASTROSA

**C**OMEÇOU A RETIRADA PARA A SERRA, exaustiva e desmoralizante, naquele espantoso inverno em que as águas do céu não cessavam de inundar a terra. Os sacrifícios desses dias permaneceriam inapagáveis na recordação de Garibaldi. *“L’impresa ritirata fu la piú disagiata e terribile chi’o m’abbia veduto mai.”*

No planalto, na região de S. Francisco de Paula, estacionava a coluna de Labatut, que, ocupada a vila de Lajes e limpo de rebeldes o município, entrara no Rio Grande engrossada com desertores das hostes de Teixeira Nunes. Levava Canabarro o intuito de enfrentar essa força e obrigá-la a abandonar o território rio-grandense. Tremenda incumbência para uma tropa cuja capacidade de luta parecia que houvesse de esgotar-se definitivamente, no inenarrável martírio daquela marcha através de montanhas e desfiladeiros cobertos de mata virgem.

Os tributários do rio das Antas transbordavam. Entre o Tainhas e o Camisas, pedaços da divisão ficaram, por muitos dias, impossibilitados de todo movimento, os arroios e lajeados aprestes, amáveis na estação calmosa, eram agora rumorosas torrentes, agressivas na desabalada fúria de

atingirem a vitória da foz. A floresta do vale das Antas, na qual Garibaldi enfrentara tão duras peripécias na retirada de Lajes para Viamão, tomava aspectos, nas circunstâncias atuais, de uma verdadeira antecâmara do Inferno. É necessário conhecer as matas dessa parte do Brasil para fazer uma ideia das privações sofridas pela coluna, falha completamente dos imprescindíveis meios de locomoção.

Galgando aspérrimos aclives, famintos, mal vestidos para os rigores da estação, filhos da pampa quase todos, e apavorados ao contato da selva bruta, numerosos soldados sucumbiram às fadigas da travessia. Os seus ossos ficaram enterrados ao longo dos caminhos ou perdidos nas grutas e nos socavões da serra.

Ao sair da Setembrina, dispunha a coluna de boa provisão de gados, mas o transporte deles se fazia difícil através daquela região quase nua de toda pastagem. Ademais, fraccionada a força em pequenas formações, somente aquelas que nas proximidades estivessem do minguido rebanho poderiam ter, nos primeiros dias, garantido o cibo. Já nos fins da marcha, a fome era geral.

Como de costume, grande número de mulheres acompanhava a soldadesca. Ocupavam-se algumas, destras cavaleiras, em cuidar as pontas de gado, sempre em risco de se extraviarem. Muitas delas, mais crianças ainda, não resistiram a tanta e tão prolongada miséria. Maiores, em verdade, do que numa sangrenta batalha foram os sacrifícios de vidas, nessas dolorosas caminhadas através da floresta.

Desaparecidas as últimas vacas, passaram as retirantes a abater os cavalos. Aos rio-grandenses, sabe-se, repugna essa espécie de alimentação. O cavalo é para ele uma espécie de animal sagrado, seu companheiro nas lides do campo e amigo de todas as horas. Abatê-lo para tal fim parece-lhes quase um sacrilégio. Mas, em tal conjuntura, não havia alternativas.

\*

Anita enfrentava com resignação todas as privações. Só a abalava a ideia de perder o filho, frágil fio de vida com três meses de idade. Nos passos dos rios e nas marchas a cavalo carregava-o Garibaldi num lenço amarrado a tiracolo, para aquecê-lo ao calor do corpo. O pequenino, enregelado, mal alimentado, definhava a olhos vistos.

Dos doze animais de sela que Garibaldi possuía ao penetrar na mata, já oito haviam sido abandonados. Ficavam-lhe apenas dois cavalos e duas mulas, cujo sustento, dia a dia, se tornava mais difícil. Peripécias tremendas, aquelas! Em plena mataria os próprios vaqueanos não saberiam nortear-se com segurança. E para cúmulo da infelicidade, enganaram-se os guias num cruzamento de picadas. Vários dias errou a pequena escolta, absolutamente sem norte no labirinto verde. E fazia-se necessário caminhar devagar para não perder as bagagens e os armamentos.

Resolveu Garibaldi que Anita se adiantasse com o menino, a ver se lograva encontrar a boca da picada. Ele ficaria para trás com os seus homens, tratando de salvar o que fosse possível entre gente, animais e apetrechamentos de guerra. Se ele também sáísse, mais do que certo que os seus homens se dispersariam nas deserções.

Carregando a criança, adiantou-se Anita em companhia de um bagageiro. Levava consigo os dois cavalos a fim de os ir alternando no serviço. Inquebrantável a força de ânimo da pobre mulher na ânsia de salvar a vida do pequeno Menotti, o seu tesouro. *“Il coraggio sublime di quella mia compagna!”* Afrontando perigos e desprezando fadigas, andando dia e noite, sem descanso, alcançou, por fim, a saída da floresta. Por sorte encontrou na borda do campo alguns dos milicianos de Garibaldi, com fogo aceso, o que nem sempre se conseguia debaixo das chuvas torrenciais que caíam. Ocupavam-se os soldados em enxugar o seus andrajos. E condoídos da situação em que encontraram a mulher do comandante, tomaram-lhe dos braços o menino e o fizeram voltar a vida, quando a pobre mãe já desesperava de salvá-lo.

Na selva, Garibaldi se esforçava em vão por não perder os últimos animais que lhe restavam. Para alimentá-los havia apenas folhas de taquara. Abandonou-os, afinal, pelo nenhum serviço que lhe prestavam, e tratou de atingir a pé o fim da picada. Esfaimado, desesperado, completamente exausto, ia se arrastando para diante, a passos trôpegos. Acompanhava com cuidado os recentes sinais das pisadas de cavalo para certificar-se de estar no rumo certo, se bem que impossível qualquer engano, naquele estreito caminho através da mata. Nove dias durava já a travessia, quando conseguiu chegar à orla da floresta.

É de imaginar estivesse a tropa completamente esfrangalhada e desmoralizada, depois de tão atrozes sofrimentos. Mas a têmpera daquela gente era mesmo excepcional. Ao cabo de alguns dias, reuniam-se os dispersos membros da coluna nos campos do altiplano. Um tempo magnífico os esperava ali. O frio seco da serra rapidamente lhes retemperava as energias. Não faltavam rebanhos de gado para alimentar a tropa, e convinha refazer a cavallhada. Cavalos mansos não havia, mas grande a abundância de baguais. Tinham os libertos de Canabarro em que aplicar ali sua destreza de domadores.

Extasiava-se Garibaldi na contemplação do maravilhoso espetáculo. Pegado a bola ou a laço nas mandadas que voam pelo cimo das coxilhas e desaparecem logo nas canhadas e boqueirões, o animal é trazido, aos relinchos, para o curral, onde, sujeito pelas patas, se lhe põe sobre a boca à maneira de freio, uma forte corda, e no lombo rudimentares arreamentos. Depois, o domador salta-lhe sobre o dorso; e o bagual, solto das travas que o sujeitavam, sai aos corcovos, espumando, resfolegando. atirando-se contra quantos obstáculos encontre por diante. Esforça-se o homem por fazê-lo encontrar o portão da *mangueira*. E, uma vez conseguida a plena liberdade de movimentos, atira-se o animal, em corrida desabalada, campo afora. Mal tocariam o chão as patas, não fosse para formar os saltos prodigiosos em que, empinando-se ora nas dianteiras, ora nas de trás, não despreza recurso para libertar-se do cavaleiro. Mas este lhe parece cosido ao corpo. Por violentas que sejam as cabriolas, o homem não perde o prumo. Durante horas, continua o cavalo nas suas furiosas, extenuantes correrias. Afinal, vencido pelo cansaço, entrega-se aos manejos do domador, que volta à *mangueira* para, instantes depois, recomeçar a doma de outro bagual.

Não se cansava Garibaldi de acompanhar, horas consecutivas, a faina dos campeiros. Bela, imponente, a figura do domador. “*Uomo ammirabile di destrezza, di forza, di coraggio!*”

\*

A coluna de Labatut, pressentida a aproximação das forças republicanas, bateu em retirada rumo ao nordeste. A zona de São Francisco ficava livre dos imperiais. Canabarro, porém, não lhe pôde sair ao encaço,



já pelas más condições da tropa, que necessitava de algumas semanas para refazer-se, já pela espera, que se impunha, da coluna de Bento Gonçalves.

Permanecendo em Viamão à frente de reduzida força, a fim de poder mascarar a marcha de Canabarro, vira-se o generalíssimo em angustiosa situação, depois da batida de *Moringue*. Retirando pelos campos do litoral, em direção a Torres, saíram-lhe no encalço Caldwell e Chico Pedro. A certa altura do avanço, teve de abandonar as quatro peças de artilharia que levava e atirá-las ao fundo de uma lagoa. Com marchas aceleradas, conseguiu iludir as vistas do inimigo, subindo pelos “aparados”, da praia ao altiplano.

Fugindo sempre, Labatut ocupara, nesse entremeio, a vila de Passo Fundo. Canabarro estacionara nos Campos da Vacaria. Nas Missões operava Guedes da Luz, que conseguira derrotar perto de São Borja o coronel Santos Loureiro, dizimando-lhe a força a obrigando-o a internar-se em Corrientes. Desenhava-se grandemente comprometida a situação do brigadeiro do Império. Desde que os revolucionários das Missões e a coluna de Canabarro marchassem simultaneamente sobre ele, impossível oferecer-lhes resistência. De Porto Alegre não chegavam os reforços que pedira. Nem seria possível ao novo comandante das armas, o general João Paulo, acudir aos companheiros da serra, quando os rebeldes, na campanha de São Gabriel, acabavam de derrotar fragorosamente o coronel Jerônimo Jacinto Pereira, que não pudera fazer junção com as forças de Loureiro e se dirigia ao Pau-Fincado. Surpreendido em São Filipe pelas forças de Neto e João Antônio, deixara aquele chefe legalista no campo da ação quase uma centena de mortos, tivera cento e sessenta prisioneiros e perdera toda a cavallhada, para cima de quinhentas cabeças.

Compreenderam os legalistas que os republicanos estavam no início de um novo plano de campanha. Álvares Machado rompera já as negociações de paz iniciadas com Bento Gonçalves, acusando-o de proceder com deslealdade. Labatut estava perplexo. Não compreendia nada do que se passava.

Transposta a picada do Rio Verde, Bento Gonçalves opera finalmente a junção com o grosso da tropa, na Vacaria. Sem perda de tempo, dirigem-se os revolucionários sobre Passo Fundo. As forças imperiais já se haviam retirado para o sul. Canabarro, dias depois, entra em Cruz Alta.

O comandante das armas, nessa altura, apresentava em Rio Pardo uma coluna superior a cinco mil homens para sair a campo. Urgia que os republicanos alcançassem a região central da campanha, antes que essa força estivesse em condições de barra-lhes o caminho.

Em marchas forçadas consegue Bento Gonçalves descer a serra e chegar a São Gabriel, onde instala a sede do comando. José Mariano de Matos, que ocupava interinamente a presidência da República, transmite-lhe o mando ali para assumir, logo em seguida, o cargo de ministro da Guerra. Bento Gonçalves está de novo na chefia do Estado; e São Gabriel é provisoriamente a capital da República.

Já no fim do “ano terrível”, perdida a ofensiva sobre a barra do Rio Grande, obrigado o exército republicano a levantar o sítio de Porto Alegre, Domingos de Almeida via a situação com perfeita clareza: “Colijo que estamos nos paroxismos e que só o braço de Deus terá o poder de sustentar o edifício que pende para o lado”, escrevia a Mariano de Matos. Mas apesar dessa íntima convicção, recusa-se a aprovar as confabulações pacifistas de Bento Gonçalves.” “O Sr. vice-presidente da República... me determina lhe diga em resposta”, escrevia-lhe, “que indo tal objeto de encontro ao juramento da independência do Estado rio-grandense, e ao interesse do exército e do povo, que a ele aderiu espontaneamente, não pode avançar um só passo sem consultar as câmaras municipais, procuradores-gerais e ao exército... Se, porém, V. Exa entender que, sem tais precedentes pode tratar que o faça; pois que destarte arredará do governo todo e qualquer evento a esperar-se.”

Bento Gonçalves queixava-se da injustiça dos seus companheiros, quando o julgavam capaz de aventurar-se, por sua conta e risco, em definitivos comprometimentos com o adversário. “Nem posso imaginar como se me faça tal imputação. Pelo tenente-coronel Moraes fiz ver a marcha do general Canabarro sobre Labatut e o meu plano de campanha... O fim das negociações era ganhar tempo... e fazer meus movimentos com o acerto e segurança que exigem as circunstâncias em que me achava. Releve, pois, V. Exa que me queixe da manifesta injustiça que se fez a meus bem conhecidos sentimentos.”

Almeida volta ao assunto para congratular-se com o generalíssimo pela magnífica junção que obtivera realizar, em circunstâncias tão di-

fíceis, com a coluna de Canabarro. Quanto às negociações de paz, não teria dúvida em reconhecer os firmes princípios do chefe da revolução. Mas já que ele traduzira no literal sentido os termos da carta precedente, cumpria não ocultar-lhe o desprazer do governo “quando quase desmoronava o novo edifício republicano rio-grandense pelos seus tratos pacifistas com os delegados do Brasil”. A esse respeito, o chefe interino do governo “explicação alguma lhe mandava fazer”, pois “não a ele, mas ao inexorável tribunal da opinião pública, tem V. Exa de justificar-se dos males que temos sofrido por aquele incidente e os que sofreremos por suas consequências, Bento Gonçalves redarguiu, de imediato, para explicar demoradamente a sua posição nos tratos com o adversário. Razões poderosas, ditadas pela política e filhas das críticas circunstâncias em que me vi colocado pela absoluta falta de execução das minhas ordens, moveram-se a ouvir as proposições dos delegados do Brasil; mas das correspondências citadas por V. Exa bem se vê que eu não aparecia em negócio de tanta magnitude e transcendência senão como simples mediador... Ora, se das minhas correspondências com as autoridades do Império colheu a pátria algum proveito ou se delas quase nasceu o desmoronamento do Estado, pertence decidi-lo o inexorável tribunal da opinião pública... Ele decidirá igualmente se a invasão do inimigo por todos os ângulos do Estado, se o desprezo em que caiu o governo, sua fuga precipitada ao ponto de perder todo o seu arquivo, e finalmente a espantosa desmoralização da campanha, da qual proveio a ruína da nascente República, fatos estes anteriores às minhas comunicações com delegados do Brasil, devem-se também às correspondências de que me argui V. Exa e que tanto desprazer causaram ao Exmo vice-presidente.”

Mais do que antes manifestava Almeida, depois desse entendimento com Bento Gonçalves, o desejo de demitir-se. “Tentava deixar o posto desde o ano do máximo esplendor do regime”. Fora por amizade a Bento Gonçalves – escrevia – que aceitara por segunda vez um lugar no governo, onde buscara dar impulso à administração. “Estabeleci o tesouro, organizei as coletorias, coligi um método de arrecadação para ter o Estado um rendimento qualquer com que ocorrer às suas precisões. A par disto, coadjuvei com as minhas forças para o resgate da cancerosa moeda de cobre, redigindo a lei respectiva, que não desonra a República. Instrução à mocidade, incremento à indústria e outros trabalhos não foram esque-

cidos. A sorte dos cidadãos do exército mereceu toda a minha atenção e o período do governo não deixou de roubar-me tempo. Apesar de tantas vigílias e incômodos, meus serviços não têm correspondido à expectativa, e uma oposição sistemática... me convence de deixar o lugar a quem melhor o desempenhe.” Requeria lhe concedessem a exoneração, não só pela urgência em que via de prover às necessidades da família, senão porque já não lhe seria resistir à “inepta oposição que minava as bases do governo”. Recusada a demissão, várias vezes tornaram-se à carga por obtê-la. Mandou que lhe alugasse casa em Piratini, para onde se retirariam, apenas lograsse libertar-se dos fardos da coisa pública. Nada mais incômodo do que a administração da fazenda, naquela situação. Fazia-se imprescindível inventar novos impostos, reorganizar outra vez a situação do erário, de todo desprovido de recurso em decorrência dos repetidos desastres do “ano terrível”. O governo resistia a tais sugestões, “tendo em vista que reformas sobre imposições alarmam sempre o povo, não poucas vezes escasso conhecedor dos seus próprios interesses”. Mas acabou prevalecendo o ponto de vista de Almeida. “Carecemos de ir aos fins – dizia – e para isso nos são indispensáveis os meios”. Compreendia absolutamente inadiável um grande esforço interno, “desde que nada se podia esperar do exterior”.

Mais do que o insucesso das armas, solapava a discórdia o organismo do Estado. Bento Gonçalves, depois das frustradas confabulações de paz, era alvo geral da maledicência. E antes que o ano VI chegasse ao termo, ele haveria de confessar-se completamente desestimulado, não para continuar na luta, mas para conservar-se nos postos de responsabilidade central. Uma carta sua, escrita de Bagé a Manuel Lucas de Oliveira, refletiria pouco depois esse estado de ânimo: “Minha saúde está bastante deteriorada, minha paciência cansada de sofrer ingratidões e calúnias; nada me faz nem me fará afastar a carreira encetada, isto é, de libertar a pátria e não abandonar meus patrícios; mas já não posso com a carga que pesa sobre meus ombros, e só espero o meio legal para entregar o timão do Estado a quem melhor o dirija; do mesmo modo o mando do exército, contentando-me com correr para frente do inimigo, a comandar a vanguarda que for destinada a fazer-lhe frente. Ali darei o exemplo de obediência; ali mostrarei aos ambiciosos e sicofantas qual o dever de um verdadeiro republicano. Ah! Meu amigo, eu ando tão desgostoso, que, a não ser o amor da pátria e

da liberdade que me domina todo, preferiria a morte a ocupar o cargo que tenho! Tal é a desesperação em que me têm posto certos homens que se dizem republicanos e que não estão tão longe de serem como está a noite escura do claro dia!”

Caíra o primeiro gabinete da Maioridade. Os conservadores voltaram ao poder, e com eles velhos absolutistas da marca de José Clemente Pereira. Estavam contados, na província, os dias de Álvares Machado, que tão fragorosamente malogrará nas suas iniciativas pacifistas. Menos depois da mudança do governo, substituíam-no por Saturnino de Oliveira, que passava a ocupar pela segunda vez a curul do Executivo. Para o cargo de comandante das armas foi o português Tomás Joaquim Pereira Valente, marechal, segundo conde de Rio Pardo.

Saturnino não era homem que se enganasse com aparências. Aquela guerra, apesar de tudo, iria longe, assim não movimentasse o governo grandes recursos para bater os revolucionários na campanha. Qual o remédio que preconiza Frederico o Grande “pour terminer une querelle”? “Apesar das muitas faltas que sofriam, os rebeldes não estavam desanimados, antes seus chefes e oficiais em geral se mostravam muito tenazes e constantes”, consignava o arguto e belicoso bacharel. A alegação do Império em Montevidéu, que acompanhava de perto os acontecimentos, não informava por modo diverso ao governo do Rio de Janeiro. “Presentemente e mais do que nunca, é esta a minha convicção íntima”, escrevia o diplomata Vasconcelos. “Eu creio mesmo”, acrescentava, “que a luta se prolongará por muitos tempos, se o governo imperial não fizer operar na campanha uma força efetiva de oito mil homens, dirigida por general hábil e muito ativo”.

Na região de São Gabriel, já depois de substituído no comando das armas, prosseguia João Paulo empenhado num sistema de guerrilhas de largo estilo. Batera-se com Antônio Neto e João Antônio sobre o passo de São Borja, no rio Santa Maria. Dias após, novo encontro para os lados da fazenda da Boavista. Outro, logo em seguida, na coxilha da Estância do Meio, e outro ainda, com intervalo de pouco sóis, no banhado de Inhaticum. Quando supunha haver destroçado os revolucionários, eles reapareciam, logo adiante, mais numerosos e audazes. Na tática das guerrilhas ninguém os venciam. Afinal, o pobre João Paulo passou pelo dissabor de ser substituído, em plena campanha, por um dos seus subalternos, o briga-

deiro Antônio Correia Seara. O império desclassificava, um após outro, os seus generais, à procura daquele que fosse, segundo a receita de Vasconcelos, “hábil e muito ativo”. Para chegar-se ao fim da guerra, quantos sacrifícios seriam necessários ainda?

\*

Estabelecido o quartel-general do exército em São Gabriel, levantaram-se nas cercanias da Vila os barracões necessários ao acampamento das tropas. Garibaldi viu-se transformado em construtor. Com auxílio de alguns marinheiros, edificou ele mesmo o seu rancho de pau a pique. *Lo pure, vi construssi una capanna*. Instalou-se nela com a pequena família. Anita, já resposta das fadigas da retirada, entregava-se aos quefazeres domésticos e aos cuidados do menino. Sentia-se, afinal, mais tranquila naquela modorra. Não havia previsão de novos combates próximos. Nos arraiais da legalidade como nos da República, era completo o desentendimento entre os homens.

Lentas e monótonas decorriam as semanas no acampamento. “Vi passai alcun tempo colla famigliuola”, registra Garibaldi. São semanas de dúvidas, de vacilações. Vê intuitivamente que todo um estado de coisas, toda uma orientação, todo um sistema chegara ao final. Que fazia ele no meio das tropas, em pleno coração da campanha rio-grandense? Em todas as situações da sua vida procura sempre o sentido da utilidade, não para si, mas para as causas que abraça. Viera ao Rio Grande para servir na marinha de guerra da República, para dirigir o curso contra as unidades do Império. Nesse mister, não lhe faltava autoridade e sabia que poderia ser útil à revolução. Não assim nas operações de terra, porque melhores guerrilheiros que os rio-grandenses não se encontravam no mundo. Acompanhando as forças como o fizera desde a saída da Setembrina, a sua ação fora sempre secundária. Não lhe importavam, por certo, situações de mando. Mas imprescindível lhe seria, de qualquer maneira, a convicção de que os seus esforços significavam alguma coisa de preponderante na marcha dos acontecimentos.

Quanto aos negócios da Marinha, já não se iludia. A barra do Rio Grande estava perdida para sempre, e a sua atividade na lagoa dos Patos era um capítulo que pertencia ao passado. Mortos quase todos os

seus companheiros corridos da pátria pelas armas despóticas da reação e dos invasores! A Itália nem lhes conhecia os nomes. Mas eles, dignos das responsabilidades morais da terra natal, tinham dado a este povo jovem e cioso dos seus direitos o exemplo do sacrificio pelo ideal e do mais perfeito altruísmo em favor das conquistas políticas. Como aqui, em quantas outras partes do mundo não estariam branquejando os ossos dos italianos votados ao futuro bem da humanidade? *Non v'è un angolo della terra ove non biancheggiano l'ossa d'un italiano generoso!*

Parecia-lhe um verdadeiro milagre que ele ainda estivesse vivo. Por certo, nunca regateara com a vida. Dizia-lhe a consciência que havia cumprido o seu dever. Nada lhe dera o Estado, nem ele aceitaria coisa alguma além daquilo que lhe fosse estritamente indispensável à subsistência. Só aos maus fados da República deveria atribuir-se o insucesso de todas as empresas marítimas, não à inépcia dos planos, menos à incúria dos dirigentes ou à falta de dedicação da massa anônima dos combatentes. Nunca vira gente tão brava como aquela, que enfrentava as penúrias das campanhas e os perigos dos combates com um estoicismo que sempre imaginara impossível sobre a Terra. Infelizmente, a guerra estava perdida para eles. Não admitia, a esse respeito, nenhuma possibilidade de dúvidas. Só a conquista da barra poderia ter resolvido o empate a favor da República. Repellido o assalto a São José do Norte, o cerco de Porto Alegre estava condenado para sempre. Daqui por diante a revolução seria uma agonia, lenta quiçá, entrecortada de lances de heroísmo por certo, e iludida possivelmente por passageiros êxitos militares. Mas, quanto ao desbarato final, a ninguém mais seria lícito iludir-se. Rossetti, o iluminado, que fora também o mais obcecado de todos, tivera razão ao entregar-se de corpo e alma à propagação das ideias de paz. A guerra atual não conseguiria plasmar a fisionomia definitiva do país. Mas a República triunfaria afinal, e o Rio Grande só poderia ser governado, no futuro, com pleno respeito à sua autonomia e mediante o reconhecimento de positivas e invioláveis franquias locais.

Do momento em que se convenceu da inutilidade da luta, o seu temperamento o impelia a abandoná-los. Desprendidos com ninguém quanto às vantagens pessoais, ele é sempre, em todas as suas atitudes, um grande utilitarista em benefício da sociedade. Praticará todas as renúncias, submeter-se-á a todas as provações, contanto que anteveja, ao cabo delas,

uma vantagem prática no terreno das suas idealizações. Este romântico da ação é no fundo um político realista. Só Rossetti teria o poder, pela sua tenacidade, de modificar-lhe passageiramente esses impulsos do temperamento. Mas a morte do amigo inseparável é um motivo a mais, agora, para aumentar-lhe a ânsia de afastar-se dali, de buscar novos horizontes, outras ocupações. Vê, ademais, que os chefes da revolução estão quase todos desavindos entre si. Como estrangeiro, não quer tomar parte em tais querelas. Mas se permanecer nesse fervedouro de intrigas, até quando lhe será possível manter-se alheio a tão lamentáveis competições?

Garibaldi sente, mais do que nunca, nas horas tristes daquele acampamento, a necessidade do contato dos velhos, dos verdadeiros amigos. *Lontano dal Consorzio delle relazioni antiche*, é um homem incompleto. Também dos seus pais, há quantos anos não tinha notícias? Era preciso aproximar-se de um porto de mar de onde pudesse escrever-lhes, onde pudesse receber informações da pátria. Quantas modificações não teriam ocorrido na Itália durante a sua ausência? Possivelmente já estaria avizinhando o momento de voltar à casa paterna, para influir de novo nos trabalhos em favor da libertação da terra natal. Ele mesmo nunca se deixara abater pelas privações. Mas na situação atual, já não era o mesmo. Imperioso seria olhar por Anita e pelo menino, *per la mia Donna ed Il mio bambino*.

As semanas naquela inatividade transcorriam enfadonhas e vagarosas. Bento Gonçalves, taciturno e solitário, parecia-lhe presa de fundas preocupações. Em que estaria pensando o general? Sem dúvida, também ele compreendia que o setor da luta se deslocara, que Porto Alegre valia por uma hipótese perdida e que a decisão das armas teria de ser procurada, daí por diante, na região do oeste no setor das águas do Uruguai. Um dia, resolveu falar-lhe. Durou algumas horas a misteriosa conferência, a cujo respeito ambos guardaram sempre o maior sigilo. *Mi decisi dunque di passare a Montevideú temporariamente*, escreve Garibaldi sem nenhuma outra explicação.

Como enfrentar os gastos da viagem e onde encontrar os recursos necessários às primeiras despesas no Uruguai? Mais do que nunca, o tesouro da República estava exausto. Almeida procrastinava ordens de pagamento emanadas do próprio Bento Gonçalves, quando não as impugnava de maneira peremptória. Ele era o verdadeiro ditador financeiro do Estado. E como estivesse ocupando o cargo a contragosto e ameaçando sempre a demissão,



ninguém ousava contrariá-lo. Mas Garibaldi não se mostrava exigente. Não queria nenhuma retribuição pelos serviços prestados, apenas o indispensável auxílio para poder locomover-se. Deu-lhe o ministro da Fazenda autorização para organizar uma tropa de gado, mil reses, com as quais poderia obter algum dinheiro no Estado Oriental. Não deixaria o próprio Almeida de impressionar-se com tão modesta recompensa a quem prestara, durante mais de quatro anos, insuperável colaboração à República. Pouco depois, ele escreveria num requerimento de paga a certos construtores: “Os senhores engenheiros e artilheiros têm tido um procedimento que se não compadece com os defensores de princípios; cuidam que nadamos em ouro; não é fácil encontrar muitos Zambecaris, Rossettis e Garibaldis.”

\*

No Curral das Pedras, Garibaldi toma parte no rodeio. Colocado um grupo de bois mansos, o “sinuelo”, a uma distância de trezentos metros do lugar onde está o gado, os apartadores começam a faina. Devagar, como quem não quer nada, acompanham, negaceando, as reses assinaladas para a parte. É um trabalho de habilidade e de malícia. Sem que os animais se apercebam de que estão sendo levados por davante, eles o tocam um a um até à beira do rodeio. Aí, quando a rês “clareia”, destacando-se ligeiramente do corpo da boiada, acometem-na de rijo e a atiram, a galope e aos gritos, em direção ao “sinuelo”, núcleo fixador da tropa. Dez homens destros apartam, por hora, nunca menos de duzentas reses. E iniciado o trabalho às primeiras luzes da manhã, antes do cair da tarde pode estar formada uma tropa de mil cabeças.

A de Garibaldi, porém, não se organizou senão ao cabo de muitos dias, e não chegou ao milhar. Quando teve reunidos novecentos bois, muitos deles em péssimas condições pôs-se em viagem rumo à fronteira. “*Eccomi dunque truppiere*”! Mas não lhe parece fácil o mister. A saída da “querência” fez-se com dificuldade. A boiada, quase toda chucra, não parava de bater aspas e exigia constantes, exaustivos cuidados. Afinal, ei-la em marcha vagarosa, estrada afora, paciente, resignada na aparência, mas sempre em risco de trasmalhar-se no fragor de um “estouro”.

À frente da tropa vai o “ponteiro”, dois peões repontando os seus cavalos; em cada costado, quatro ou cinco tropeiros, os restantes na

culatra, com capataz. Para os pousos escolhem de preferência uma ponta de “alabrado” ou uma depressão de terreno. Acendem o fogo a uma distância de escasso meio quilômetro. O capataz organiza os quartos de vigiância. Termina a primeira ronda à meia-noite; às seis da manhã a segunda. Nas longas horas de escuridão, os rondadores cantam. A cantiga espanta o sono e aquieta o gado. E ouvindo à distância a voz do rondeiros, também o capataz fiscalizava melhor o serviço. Caminha um rondador em semicírculo, da direita para a esquerda, outro em sentido oposto, e vão encontrar-se, ao fim, ao meio do caminho. Volta, em seguida, cada um sobre seu rumo, para retornar outra vez ao mesmo encontro, até que o quarto esteja terminado. Ao clarear do dia, vê-se no capim o setor de arco que as patas dos cavalos descreveram com regularidade perfeita.

A essa hora, enquanto os tropeiros “churrasqueiam” e tomam o primeiro chimarrão, o gado, se o campo é propício, pasta uma hora ou duas. É o “verdejo”. Depois, põe-se a tropa de novo em movimento, selva instável de guampas baloiçando na cadência da andadura monótona e lenta. Pela altura do meio-dia, outra parada. O gado vai ao “pastoreio”, os tropeiros abatem um dos animais de “munício” para o almoço. No “pastoreio” como no “verdejo”, os tropeiros deixam a boiada frouxa. “Afloxam a tropa”, colocados os guardiães à distância para que as alimárias se espalhem numa extensão de meia quadra ou mais. E com três ou quatro horas de descanso, recomeça a marcha nas planuras infinitas da pampa.

Também as aguadas dão trabalho, se o gado está “brabo”. É preciso então formar pequenos lotes e aproximá-los cautelosamente do arroio ou da sanga. Conseguido que o primeiro boi comece a beber, todos os demais lhe seguem o exemplo. Quando o gado “amadrinha”, tudo é fácil: aonde vai um boi, vão os outros. E se acontece que os animais se dispersem no “verdejo”, no “pastoreio” ou na passagem de uma sanga, e ainda que estejam misturados a outros, basta que se faça ouvir o berro de um para que todos se juntem de novo.

Mas mesmo nas tropas bem “amadrinhadas” é preciso tomar muito cuidado com o perigo dos “estouros”. Se à noite, por exemplo, um cão se aproxima da boiada, o “estouro” é certo. Cachorro na ronda é que nem um tiro: a tropa levanta toda a um tempo, como se fosse um corpo só,

dispara, que não há nada capaz de atacá-la. É por isso que os tropeiros não desencilham os cavalos durante a noite, e “dormem por cima do cabreto”.

Um gaúcho experimentado percebe a vizinhança do “estouro” pelo jeito do seu cavalo. Porque é certo: quando um cavalo “troca orelha”, um bicho qualquer vai entrar na tropa.

A condução da boiada de Garibaldi fez-se com tropeços e incômodos de toda ordem. “*Ostaculi insuperabili mi si presentarono nella via*”. Ao cabo de longas jornadas, aquele gado estava tão chucro como no rodeio. A toda hora, em pleno campo, ameaçava de “estouro”. Em tais ocasiões os tropeiros da frente afrouxavam a ponta, abriam-se os dos costados, os da culatra o tocavam por diante para evitar que ele “embolasse”. Depois, diminuída a marcha, quebravam a ponta da tropa. As maiores dificuldades, porém, não estariam nesses acidentes, senão na capacidade de alguns mercenários que o improvisado tropeiro tomara a seu serviço. Como o gado, quase todo de qualidade inferior, não fosse conduzido com os imprescindíveis cuidados, ia-se estropiando pelo caminho e era preciso vendê-lo. E vendê-lo significava, naquelas condições, abandoná-lo por pouco mais que nada. Chegados à margem do rio Negro viram que, aumentadas como estavam, as águas ofereciam vau em nenhum dos passos. Escolheram os “vaqueanos” o ponto que lhes parecia mais indicado para a travessia. Nada tão difícil, em situação semelhante, do que transportar uma tropa de um a outro lado de uma torrente. Antes de chegar ao passo é preciso “encordar” os bois, impelindo-os aos poucos para junto da água, a fim de que os da frente não comecem a andar em roda, ocasionando um “estouro”. Os peões em canoas, alguns homens a cavalo, acompanham a tropa a jusante da correnteza. Na outra margem, já devem estar os ponteiros à espera. Se acontecer no percurso do nado que os bois se assustem, é fatal que comecem a rodopiar, atropelando-se, formando verdadeiros novelos. Os que não se afogam buscam a margem de onde saíram, raras vezes aquela a que se destinam.

Na passagem do rio Negro diz Garibaldi, “*mancai di perdere il mio capitale quasi intiero*”. A tropa atingiu a ribanceira esquerda desfalcada de mais de quatrocentas cabeças. E recomeçou a invariável, exasperante monotonia das caminhadas numa paisagem que era sempre a mesma e na qual o rebanho, por semanas a fio, dava a impressão de não se mover do lugar.

Já em território uruguaio, resolveu acabar com aquela tortura. Mandou abater os bois e pagou os tropeiros com os couros. Sobraram-lhe ao todo, afinal, trezentos. Com essa carga recomeçou a viagem. Ao cabo de cinquenta dias, chegou a Montevidéu. Mais mortos do que vivos ele e a “famígluola”, era enorme a sua alegria ao ver-se de novo nas proximidades do mar, o seu elemento, a sua vida! Previa que um novo capítulo de aventuras se abriria para ele, dentro em breve. O mar ali estava, o velho, o soberbo mar, à sua espera.

.....

## Capítulo V

### ÁGUAS PLATINAS

**A**S PRIMEIRAS SEMANAS de Montevideú passou-as Garibaldi em casa de Castellini, o fidelíssimo Napoleone, amigo e confidente Almeida: “...*l'amico mio Napoleone Castellini, alle di cui gentilezze e della moglie, io devo molti riguardi*”.

Também estava na cidade Giovanni Battista Cuneo. Riso e os irmãos Antonini, igualmente votados à causa da emancipação dos povos, formavam com eles animadas tertúlias, em que se discutiam os acontecimentos do Novo Mundo e da Europa.

Os dias passavam rápidos, como uma vertigem. Tratava Anita de ambientar-se na grande cidade. Discreta, cuidadosa das atitudes. lograva com facilidade fazer-se respeitada entre as suas novas relações. Não apenas as proezas de Garibaldi, também a fama da sua integral identificação com o guerrilheiro já davam que falar na capital uruguaia. Por toda parte, cercava o casal uma aura de admiração e simpatia.

Mas é preciso atender aos problemas práticos da vida. Garibaldi aborrece dever a quem quer que seja o pão de cada dia. “*Il pane altrui mi é sempre sembrato amaro*”. Trata, pois, de procurar algum trabalho. Emprega-

-se no comércio e consegue lições de matemática elementar no colégio de Paulo Semidei. Poucos lhe rendem essas ocupações – o estritamente necessário à subsistência.

Ainda no Rio Grande, havia Anita recebido a notícia do falecimento do marido legítimo, o sapateiro da Laguna. Esperavam, ela e Garibaldi, o momento propício para legalizar sua união. Dispensados os proclamas e praticado tudo o mais que exige o direito canônico, “*in facie Ecclesiae*”, no altar de São Francisco de Assis, casou-os o pároco Martín Pérez. “Não receberam as bênçãos nupciais por ser tempo em que a igreja não as concede.” Serviram de testemunhas Paulo Semidei e Dona Feliciano Garcia Vilagrán.

Sentia-se Anita plenamente feliz agora. Não haveria sacrifício que não fizesse pelo amor de Garibaldi. Mas humilhava-a, ainda assim, a condição de companheira clandestina daquele homem, por quem abandonara a família e afrontara a maledicência da Laguna e adjacências. Enquanto vivo o marido, consolava-a, até certo ponto, a certeza da impossibilidade de unir-se matrimonialmente a Garibaldi que, por certo, sempre a tratara como esposa legítima. Mas quando soube que enviuvara, não teve mais descanso. Era preciso que se casassem. Garibaldi jamais opusera a menor resistência ao projeto. No Rio Grande, porém, todos os supunham casados. E ficaria mal que acabassem confessando a sua situação. Por isso recebera Anita, desde o primeiro instante, com verdadeiro entusiasmo, a ideia de se transladarem a Montevideú. Finalmente, sua vida conjugal estava regularizada. Daí por diante poderia sem o menor sobressalto de consciência assinar-se Anita Garibaldi, a maior aspiração da sua vida.

\*

Com diferença de poucos meses sobre a partida de Garibaldi, passava Bento Gonçalves de novo a presidência a José Mariano. Ia ausentar-se do país numa rápida visita a San Frutuoso, na República do Uruguai. Acompanhava-o Domingos de Almeida. Mantinham-se em muito sigilo os fins da viagem. Mas entre os mais achegados ao governo, murmurava-se que o chefe do Estado deveria encontrar-se naquela povoação com Frutuoso Rivera, então em guerra contra o ditador de Buenos Aires, protetor e aliado de Oribe. Mais uma vez, via-se o caudilho precisado de militares

do ano V. tinha que pôr excepcional atenção em dois fatores externos, situados no campo da ação política: a sublevação de algumas províncias do Império e a captação da boa vontade, sempre incerta e fugidia, do dominador de Montevidéu.

Rivera, porém, não apareceu no lugar escolhido para o encontro. Mandou como emissário especial seu secretário de campanha, D. José Luiz Bustamante. Rápida foi a conferência. Examinada a situação dos dois Estados, convieram os plenipotenciários em celebrar uma convenção de mútuo auxílio entre o Uruguai e o Rio Grande. O instrumento assinado por Bustamante e Almeida dispunha que o presidente da República Rio-grandense prestaria ao do Uruguai um auxílio de quinhentos homens de infantaria e duzentos de cavalaria, os quais, obedecendo ao comando do presidente oriental, invadiriam a província de Entre-Rios para depor sua ominosa administração; concluída a operação militar, regressaria a força ao território rio-grandense; o presidente do Uruguai comprometia-se em auxiliar o governo do Rio Grande, de imediato, com dois mil cavalos; as cláusulas da convenção seriam guardadas em sigilo; o governo oriental socorreria a tropa de invasão durante a campanha e provê-la-ia de vestuário, equipamento, cavalos e tudo quanto lhe fosse de mister; a convenção seria ratificada pelo presidente da República Rio-grandense dentro do termo de vinte e quatro horas e pelo presidente da República Oriental do Uruguai dentro de quinze dias.

Apôs-lhe Bento Gonçalves, no mesmo dia, a sua ratificação: “Nós, Bento Gonçalves da Silva, presidente da República Rio-grandense e general comandante em chefe do exército da mesma, imposto da comissão secreta acordada entre o comissionado de V. Exa. o presidente do Estado Oriental do Uruguai e general comandante em chefe do exército nacional, D. José Luiz Bustamante, e nosso ministro e secretário de Estado dos Negócios do Interior e Fazenda, o cidadão Domingos José de Almeida, e bem examinado quanto contém a precitada convenção secreta, ratificamos os artigos em todas as suas partes, empenhando nossa palavra e fé pública para cumpri-la e fazê-la cumprir por todos os meios que estejam ao nosso alcance”.

Acreditava Rivera chegado o momento de pôr em prática o seu velho sonho de um Uruguai maior. E os rio-grandenses lhe acalentavam o renitente devaneio, na previsão dos auxílios que lhes adviriam de uma aliança

com ele; o reconhecimento oficial da independência do novo Estado e, o que era mais, a garantia da livre navegação no rio Uruguai. Depois do desbarato de todos os seus projetos marítimos, ficava-lhes, ainda e por último, essa única esperança de lograr contato autônomo com o mundo exterior. O eixo das suas preocupações políticas estava, pela força dos acontecimentos, deslocado da barra do Rio Grande para a embocadura do rio da Prata. As determinações da guerra mostravam-se mais fortes do que a vontade dos homens. Se perdidas para a República as águas de leste do Guaíba, das lagoas e seus tributários – levava-os o instinto a procurar o domínio da bacia ocidental, com a cega decisão dos desesperados que se apegam a todas as possibilidades de salvação. Apresentava-se o rio Uruguai como o último recurso da República. Mas, para alcançar esse objetivo, era imprescindível a aliança com Rivera, o que significava a guerra contra Rosas.

Firmou-se esse ponto de vista como indisputável entre os republicanos. O próprio Antônio Vicente, contrário embora à remessa de tropas ao Uruguai, reconhecia que “o destino da nossa pátria parece em parte dependente da boa sorte do exército combinado contra Rosas”. E Bento Gonçalves ardia já em impaciências contra o ditador de Buenos Aires. “Ninguém melhor do que V. Ex. – escrevia a Rivera – pode avaliar o quilate do sacrifício por mim feito atualmente com a ida dessa divisão, no instante em que o governo imperial esgota todos os recursos de que pode lançar mão para suplantiar esta recente República... Tal é o desejo que tenho de religiosamente cumprir minha solene promessa, tal o meu almejo de ver arrancar do poder do tirano João Manuel Rosas o Estado Entre-Rios...

“Confiada esta nascente República na proteção de V. Exa e na boa-fé de nossos tratados, bem assim dos que com fundadas razões espera conseguir com os Estados de Corrientes, Entre-Rios, e Santa Fé, contamos como infalível a vitória da causa sagrada da liberdade.”

Quando já iam em curso as negociações preliminares do acordo, resolveu-se Garibaldi a entrar no serviço militar do Uruguai. Mas para fazê-lo, seria preciso coonestar as aparências. Tinha o antigo carbonário péssima fama entre os imperiais. Chamava-o Saturnino “um bandido”. E o encarregado de negócio do Brasil em Montevidéu, apesar da sua proclamada ingenuidade, não deixaria de espantar-se com o fato de passar o revolu-



cionário a colaborar com as forças de Rivera, quando este procurava ainda, por todos os modos, adormecer as suspicácias do Império. Assentou-se, pois, que ele comparecesse à legação do Brasil e assumisse por escrito o compromisso de não mais se envolver na contenda rio-grandense. Fê-lo Garibaldi; e não lhe custaria fazê-lo, pois de fato já não pretendia regressar às suas passadas atividades no Rio Grande.

Deram-lhe nas forças uruguaias o posto de coronel. E como houvesse falta de profissionais de marinha, confiaram-lhe o comando da esquadilha que deveria bater-se contra os navios de Buenos Aires, comandados por Brown, o velho inglês das lutas da independência, a soldo, então, de Rosas. Compunha-se de três navios a força marítima de Rivera, em Montevideú; a corveta *Constitución*, o brigue *Pereira* e um transporte de guerra, a galeota *Prócida*. Com eles tomou Garibaldi, Paraná acima, o rumo de Corrientes, província aliada de Rivera, *per co adjuvarla nelle sue operazioni di guerra, contro le forze di Rosas, tiranno di Buenos Aires*. Anita permanecia em Montevideú confiada aos cuidados dos amigos.

\*

O projeto acalentado por Don Fructo era dos mais audaciosos e sensacionais; a organização de uma nova confederação formada pelo Uruguai, Rio Grande do Sul e a mesopotâmia argentina – Corrientes e Entre-Rios – e possivelmente o Paraguai. Assim que o governo do Rio de Janeiro se recusou a intervir no *differendum* entre Montevideú e Buenos Aires, passara o caudilho uruguaio a tomar atitudes francas a favor dos revolucionários rio-grandenses. Para dar-lhes uma porta por onde pudessem livremente prover às necessidades do seu comércio externo, decretou a livre navegação do Uruguai. De sorte que, ao subir Garibaldi as águas do Paraná a fim de enfrentar os navios de Rosas, iria ele, em outra esfera, bater-se pelo seu grande sonho do Camaquã, da Laguna e de São José do Norte.

Tinha o plano de Rivera por si – informa Ponte Ribeiro – o apoio de “estrangeiros” que, “para promover os próprios interesses, advogavam em benefício da independência dos rebeldes do Rio Grande”. Aberto o rio ao comércio internacional, teriam meio os revolucionários de “se comunicarem por ele com outras nações e poderem ser reconhecidos”. Quem seriam esses estrangeiros, interessados agora na independên-

cia do Rio Grande? Personagens do mais alto coturno, sem dúvida. Um deles Mandeville, representante de Sua Graciosa Majestade Britânica na capital cisplatina; De Luerde o outro, enviado diplomático do governo de Luís Filipe.

Opôs Rosas à mediação de ambos a mais decidida recusa, a menos que o caudilho uruguaio se submetesse a ruinosas, humilhantes condições. Foi nesse período “que mais instou Rivera, por seus emissários no Rio Grande, para que este lhe facultasse o prometido auxílio militar”.

O governo rio-grandense, por sua vez, não cessava de trabalhar a favor da aliança cisplatina. Ulhoa Cintra operava em Corrientes, na qualidade de plenipotenciário da República. “Regalava-se em bailes”, segundo alguns; mas, de fato, aproveitava o tempo da melhor maneira, nas confabulações com Ferré, governador do Estado sublevado contra Buenos Aires, com quem assinava um convênio diplomático. Só com os sucessores de Francia não lhe foi possível entabular negociações. Gente desconfiada, retraída, os políticos da pequena república mediterrânea! E como, pouco antes, uma tropa do Rio Grande houvesse invadido território paraguaio para bater um grupo de “caramurus” e arrebatá-los a cavallhada, não houve jeito mais de admitirem conversas com o delegado da República.

Impacientava-se Ulhoa Cintra por ver firmado o pacto. De Corrientes dirigiu-se em carta ao presidente do Uruguai, apressando-o a promover a falada reunião entre os representantes dos três Estados, a fim de “formarem um tratado ou convenção secreta de aliança ofensiva e defensiva”. “A República Rio-grandense”, argumentava, “auxiliará ao Estado Oriental e a Corrientes na presente luta contra Rosas; e reciprocamente, estas duas potências farão o mesmo em favor do Rio Grande. contra o gabinete do Brasil.”

Afinal, para os fins de 1842 reuniu-se em Paissandu a conferência, na qual, segundo os desejos do caudilho oriental, deveriam ser lançadas as bases de uma nova potência sul-americana. Ao conclave comparecerem Rivera, Bento Gonçalves, D. Pedro Ferré, governador de Corrientes; D. Juan Pablo López, governador da província de Santa Fé; e o general José María Paz, comandante chefe do exército correntino.

Foi Bento Gonçalves recebido no Uruguai com as honras e “considerações devidas a um chefe de Estado”. D. Melchor Pacheco y Obes

acompanhava-o, desde que pisou o território oriental, como representante do presidente da República. No Salto, saudaram-lhe a chegada com as honras militares do estilo – salva de vinte e um tiros e formatura de tropa. Repetiu-se a cerimônia à chegada em Paissandu, onde já se encontravam os outros chefes de Estado e partícipes da reunião. Vinha o presidente da República Rio-grandense – noticiava *El Nacional Correntino* – “aumentar o número dos esclarecidos hóspedes, campeões de liberdade”, ali congregados para a sustentação dos “princípios civilizadores e humanitários que os exércitos aliados contra o feroz tirano da República Argentina tinham por norma”.

Não decorreram tranquilas as sessões do conclave. A oposição de Paz aos planos de Rivera não permitiu que se chegasse a nenhum resultado concreto. Parece que o general correntino ia disposto apenas a aprovar um plano de mútuo auxílio entre os quatro Estados. Quando ouviu falar em confederação, discordou. Adivinha alguma próxima traição do caudilho uruguaio, o qual, a seu juízo, outra coisa não pretendia senão alargar os seus domínios territoriais; e ele de nenhum modo estaria disposto a prestar-se a tão perigoso jogo. Dizia-se que o choque entre os dois personagens se revestira de certa dramaticidade. Isto não obstante, realizou-se, encerrada a conferência, o clássico banquete diplomático para solenizar-lhe os resultados. E ainda depois de tudo acabado, fazia Rivera publicar uma nota na qual “se falava do Rio Grande como nação independente”.

\*

Dentro das fronteiras do Império mostrava-se também o ano VII promissor de acontecimentos favoráveis à República. Em maio de 1842, estalara em Sorocaba um movimento revolucionário promovido pelo partido liberal. A insurreição ganhara célere as povoações de Itu, Constituição, Capivari, Porto Feliz, Tatuí. Servira de causa imediata ao levante de Rafael Tobias de Aguiar a sua substituição na presidência da província pelo baiano José da Costa Carvalho. A população era, na sua maioria, solidária com Tobias. Mais de vinte mil homens formavam, em Sorocaba, ao lado do chefe revolucionário, que se dirigia em proclamação aos filhos da província: “Paulistas! Os fidelíssimos sorocabanos, vendo o estado de coação a que se acha reduzido o nosso augusto Imperador o Sr. D. Pedro II por esta oligarquia sedenta de mando e riqueza, acaba de levantar a voz elegendo-me presidente interino da

província”, a fim de libertá-la “deste pró-cônsul que, postergando os deveres mais sagrados, veio comissionado para reduzi-la ao estado do mísero Ceará e Paraíba.” Como em quase todos os outros levantes, também aí a causa da sublevação residia no protesto da província contra a política unitária da corte.

Embora a rebelião paulista começasse com a mesma inicial indecisão de rumos práticos que assinalara sete anos antes a rio-grandense, pensava-se no Alegrete que, pela própria força dos acontecimentos, os paulistas seriam estrangidos a fazer causa comum com os republicanos do Rio Grande. Diogo Feijó, velho e combalido pela enfermidade, aderira publicamente à revolução. As surpresas e as contradições da política: o ex-regente do Império, que tanto se encarnicera contra os revolucionários de Piratini, acabava compelido pela sua consciência a tomar atitude ao lado dos antigos adversários.

Justo um mês depois, irrompia outro movimento em Barbacena, promovido também pelos liberais, que proclamaram presidente de Minas ao tenente-coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, barão de Cocais, em oposição à autoridade legítima de Bernardo Jacinto da Veiga. Como a do Rio Grande, tinha a província de Minas duas capitais agora: Barbacena e Ouro Preto. Em Queluz o coronel Gusmão, comandante das armas, fora repellido, depois de violenta refrega, pelo chefe revolucionário Antônio Nunes Galvão. Dias após, no mesmo local, Galvão tornava a derrotar as forças legais comandadas então pelo general Toledo Ribas, que perdia no encontro para cima de duzentos e cinquenta homens. Pelo visto, também a revolução mineira prometia alastrar-se e pôr em xeque, com a de São Paulo, o prestígio das armas no centro do Império.

Media Bento Gonçalves o cuidado do seu proceder nas negociações com os chefes platinos, cujo auxílio lhe era mais do que necessário para garantir as comunicações da República com o exterior e para que as suas tropas pudessem livremente transpor as fronteiras do Uruguai e de Corrientes. Mas se a rebelião já ameaçava a própria capital do Império, seria altamente impolítico atirarem-se os revolucionários de corpo e alma na intriga internacional de Rivera. Que Ulhoa Cintra tomasse mais cautela nas suas confabulações, à outra margem do grande rio.

Com as boas notícias procedentes de São Paulo, de Minas, do Rio de Janeiro, e com os aspectos favoráveis das negociações em Montevideu e Corrientes, renasciam as esperanças de uma vitória próxima nos arraiais da República. Desde a ocupação de Caçapava, ressentia-se a revolução da falta de um periódico em cujas colunas se fizesse a propaganda doutrinária do regime republicano. Em setembro de 1842 surgiu no Alegrete *O Americano*, que vinha substituir *O Povo*. “Achando-nos inteiramente concordes com o prudente modo de pensar e são liberalismo do chefe do Estado e de todos os membros do Ministério atual – lia-se no artigo de apresentação – vamos encarregar-nos de redigir esta folha periódica, que sairá às quintas-feiras e sábados de cada semana. Nosso fim principal será a vitória da República, e consolidação das suas instituições... Combateremos os escritores venais do Rio de Janeiro e seus satélites, que desfiguram os atos da nossa gloriosa revolução e propalam mil calúnias, dirigidas a aviltar nosso caráter e a deprimir nosso governo.”

Os acontecimentos de São Paulo e Minas eram minudentemente acompanhados pela nova folha republicana, desde o seu primeiro número. Artigos de doutrina política sustentavam os modernos princípios do direito público: “a soberania reside nos povos, todo o poder legítimo dimana da vontade geral”. Explicava-se a teoria de Rousseau, a doutrina de Benjamin Constant. “A lei deve ser a expressão da vontade de todos, ou somente da vontade de alguns? E qual será, neste segundo caso, a origem do privilégio que se concede a esse pequeno número? Se diz que é a força, como esta não pertence senão àquele que se apodera dela, não constitui um verdadeiro direito.” E continuava o raciocínio: desde que se reconhece à força e à usurpação foros de legitimidade, inarredável a conclusão de que “ela terá esse caráter, quaisquer que sejam as mãos que a empreguem.” Mas nesse caso já não haverá mais um estado de direito, apenas o emprego da violência contra a violência; pois que necessariamente se firma “a consequência de que cada um poderá ser conquistador, quando bem lhe parecer”, sem que haja o ditador de opor-se a isso em nome de um direito que lhe não assiste. Se o fizer, será apenas pela brutalidade da força. “Este princípio se aplica a todas as instituições. A teocracia, a monarquia, a aristocracia, quando dominam os espíritos de todos são a vontade geral; quando não o fazem, mais não serão do que

a força. Em uma palavra, não há no mundo senão dois poderes: o ilegítimo, que é a força, e o legítimo, que é a vontade geral.”

Em todos os quadrantes do Rio Grande do Sul deitava raízes a doutrina da legitimidade do poder, único que obriga à obediência e que sempre haveria de guiar o seu povo, através de todas as vicissitudes políticas.

\*

Uma das condições capazes de apressar o reconhecimento da República pelas potências, segundo se depreendia das conversações de Mandeville e De Luerde, seria a sua definitiva organização constitucional. Esta, aliás, estava prevista desde a instalação do governo provisório em Piratini. As preocupações da guerra, porém, tinham sido causa da continuada protelação no cumprimento daquela promessa. Mas por se não estorvarem com a falta as confabulações do presidente no estrangeiro, convocaram-se os eleitores para a eleição da Assembleia Constituinte, algumas semanas antes da conferência de Paissandu.

Quando Bento Gonçalves chegou ao Alegrete, de volta do Uruguai, já se tomavam as providências necessárias para a instalação da Câmara. Mais do que nunca, ferviam as intrigas. O centro delas, ostensivo e sem rebuliços, era Antônio Vicente da Fontoura, o ministro da Fazenda. Reputava prejudicial a orientação de Bento Gonçalves e estava disposto a combatê-la na Assembleia. Procurou adesões ao seu intento. Mas à maioria dos deputados não sorria o fazer-lhe o jogo. Almeida desejava manter-se alheio ao fervedouro das paixões. Foi morar numa chácara “um pouco arredada da povoação”, esperando com isso “ser mais poupado da língua dos malvados”, escrevia à esposa, pois que lhe pareciam “cada vez piores as intrigas”. O golpe de Estado planejado pela comparsaria de Vicente falhou. Chegando o momento crítico, Bento Gonçalves enfrentou-o com resolução. O mentor da conspirata, descoberto o jogo, apresentou sua demissão, que foi imediatamente aceita.

No discurso de instalação da Assembleia não se referiu Bento Gonçalves às recentes confabulações com Rivera e seus aliados argentinos. O pacto de San Fructuoso tinha a cláusula de secreto, e as discussões de Paissandu não se haviam protocolizado em nenhum compromisso positivo. Mas referiu-se com entusiasmo aos levantes de São Paulo e Minas. “O

meu profundo pesar se diminui com a grata recordação de que a tirania acintosa... tem despertado o intato brio dos brasileiros, que já fizeram re-tumbar o grito de resistência em alguns pontos do Império. É assim que o seu poder se debilita, e se aproxima o dia em que, banida a realeza da terra de Santa Cruz, nos havemos de unir por laços federais à magnânima Nação Brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza e nossos mais caros interesses.” Isso não obstante, punha grande entono na declaração de que “só a firme disposição de sustentar a todo custo a independência do país” devia inspirar confiança aos patriotas e poderia garantir a vitória dos princípios republicanos. Aliás, acrescentava, levantando discretamente uma ponta do véu que encobria a intriga platina, não apenas “grande parte dos brasileiros simpatizava” com a causa do Rio Grande, mas também “as repúblicas vizinhas”. Na “fala” do orador da Assembleia em resposta ao discurso do presidente, exprimia-se a grande complacência com que a casa se inteirara das “simpatias que têm pelos nossos princípios políticos as repúblicas vizinhas, e grande parte dos brasileiros. Se ainda não foi reconhecida solenemente a nossa independência, é de supor que um dia nos seja outorgado este ato de justiça”. A Assembleia, aparando o golpe preparado pelo grêmio dos díscolos, reafirmava sua plena confiança na ação do presidente, afiançava-lhe todo o seu apoio e prometia coadjuvação ao governo enquanto fosse dirigido pelo bem da Pátria. A resposta de Bento Gonçalves foi concisa e lacônica: “Agradeço muito os sentimentos que manifesta a Assembleia e a confiança que deposita em mim: eu espero contribuir com todos os meus esforços para a felicidade da República, durante o tempo em que dirija o timão do Estado, uma vez que seja coadjuvado pela sabedoria da Assembleia, de quem em grande parte depende a felicidade do país.”

Mas Antônio Vicente e os seus sicofantas, como os apelidava o chefe da República, não se conformavam com a derrota. Nessa hora em que se jogavam os lances supremos, em que era a vida ou a morte do novo Estado o envite a decidir, não conseguiam eles alargar os seus horizontes para além do círculo das querelas pessoais. Porque Onofre Pires se indispusera com Bento Gonçalves, porque Fontoura sucumbia de desgosto sempre que alguém perto dele gabasse os talentos e a elevação moral de Domingos de Almeida, todo o panorama político da República se agitava e as melhores energias, tão necessárias à sua defesa e construção, se malgas-

tavam numa guerra mesquinha de intrigas subterrâneas. Onofre por forma alguma toleraria mais a ascendência de Bento Gonçalves nos negócios do Estado. O ódio o cegava, a paixão seria capaz de levá-lo a todos os desvarios. Natureza arrebatada, temperamento ciclônico, que maravilhoso instrumento nas mãos de um intrigante de alto calibre como Vicente da Fountoura! Inteligente este, mais que vaidoso, egocêntrico, incapaz de admirar a quem quer que fosse, os dois personagens se completavam na espantosa obra de desmoralização moral e material da revolução, em que se tinham mancomunado. Alencastre, ex-ministro da Guerra, Amaral Sarmiento, Silveira Lemos e Francisco Ferreira compunham na Assembleia a falange dos opositoristas. Muito menos na tribuna do que nos conciliábulos reservados se manifestava essa resistência opiniática, feroz, sem entranhas. Era a oposição do ódio, que se valia da tática das intrigas. Os despeitos sociais rompiam os diques da conveniência pública. Prevalciam os sentimentos individuais sobre os interesses coletivos. Por toda parte repontava a indisciplina, gerada na hipertrofia das vaidades.

Via o chefe do governo que, na atmosfera dessas pequenas maquinações, impossível lhe seria encontrar compreensão para a grande intriga internacional jogada num cenário sumamente perigoso, ao contato de uma vontade dúplice como a de Rivera. Sentia esse grande instintivo que a República, perdida a ligação com as águas da bacia oriental, tinha de pender fatalmente para as margens do Uruguai; e isto significava, na cor respondência política do fenômeno, que os acontecimentos rio-grandenses haveriam de procurar, como as águas daquele rio, o estuário do Prata. Embora não perdesse de mira os acontecimentos de São Paulo e de Minas, tratava de insinuar cautelosamente as vantagens da aliança platina. Noticiando o seu regresso de Paissandu, dizia *O Americano* que ele havia viajado ao Estado Oriental “a fim de arranjar para o exército todos os objetos de que precisava”. E o jornal punha em relevo “o honroso e favorável acolhimento que recebeu S. Exa, naquele Estado”: “Os Exmos. Srs. governadores de Corrientes, Entre-Rios e Santa Fé, e o Exmo. Sr. general presidente do Estado Oriental do Uruguai manifestaram a S. Exa. o Sr. presidente o sincero prazer que experimentaram com a sua visita. A maneira por que S. Exa. foi tratado faz honra ao chefe da nossa República e é uma prova das excelentes virtudes cívicas que ornaram os referidos Srs. presidente e governadores



dos Estados vizinhos. Nem era possível que aqueles Exmos. Srs., fazendo guerra a um déspota feroz, olhassem com indiferença para o rio-grandense honrado, que não vacilou em tomar sobre os seus ombros o enorme peso de uma revolução gloriosa contra o peso da horrenda tirania”...

Saído de Montevidéu com os seus três navios, teve de enfrentar Garibaldi os fogos da ilha de Martín García. Tudo, entretanto, se passou aí sem maiores contratempos. Mas já entrado no delta, a *Constitución* encalhou. E quando ainda se ocupava a marinagem de fazê-la flutuar, apareceu à vista a esquadra inimiga, sete navios ao todo, o” à frente. As tropas, sobre as margens próximas, preparavam-se a auxiliá-la no ataque iminente. “*Il nemico procedeva superbo alla vista, sicurissimo della vittoria*”. O choque ia ser tremendo: sete navios contra três, um dos quais inutilizado pelo encalhe. Rápidas, enérgicas, as determinações de Garibaldi chamam a postos a tripulação. Embora a situação se mostrasse bastante crítica, não havia lugar ainda para o desespero. “*Il mio animo non era dato alla disperazione*”. A esquadra inimiga aproxima-se rapidamente, velas abertas ao vento, já em ordem de ataque. De repente, quando apenas a uma distância de dois tiros de canhão, o navio capitânia do inimigo estaca. O mesmo banco de areia que detivera a *Constitución* atacava a quilha do barco de Brown.

A flotilha uruguaia estava salva. Como as desgraças também a boa fortuna, em geral, não anda só. Um espesso nevoeiro caí, logo em seguida. E safou do encalhe a *Constitución*, a flotilha sobre o Paraná, deixando o inglês na convicção de haver ela tomado o rumo do Uruguai. Ao longo deste rio, a margem esquerda estava em poder de Rivera, mais acima dos rio-grandenses. O Paraná, porém, tinha as duas margens ocupadas pelos argentinos. Passada com pleno sucesso a bateria do Cerrito, fez Garibaldi junção com os lanchões correntinos em Cavalu Guatiá. Da Costa Brava em diante seria impossível avançar, dada a pouca profundidade das águas, excepcionalmente baixas naquela estação. O inimigo, que deveria andar à procura deles, não tardaria, por certo. Era preciso aproveitar o tempo para organizar a defesa. Não estavam ainda terminados esses trabalhos, quando os navios da Confederação lhes surgiram pela frente. O combate, não havia duvidar, seria árduo. Brown se fazia temer pela capacidade e pela bravura. Ele era, sabia-o Garibaldi muito bem, “*la prima celebrità marítima dell’America Meridionale, ed a giusto titolo*”.

Engaja-se a ação com extrema violência. Todas as vantagens estão do lado dos atacantes. Villegas, o comandante correntino, assim que vê a situação difícil, deserta lamentavelmente. Garibaldi e a sua gente combatem durante dois dias sem esperança de vitória, apenas pela honra da sua flâmula. “*L'onore, almeno, si voleva salvo*”. Afinal, decide-se, como na Laguna, a incendiar os navios. E carregando os feridos, empreende uma penosa retirada em direção à capital de Corrientes. Foi um espetáculo surpreendente o incêndio dos barcos. O inimigo, atemorizado, não ousou perseguir em terra firme os fugitivos.

No Salto, encontrou-se Garibaldi com Anzani. E prosseguindo a marcha alcançou o povoado de S. Francisco, onde estacionavam alguns lanchões armados, cujo comando assumiu.

Rivera, nesse entretanto, já havia invadido Entre-Rios com todo o seu exército, oito mil homens ao todo. Oribe, seu velho e impenitente rival, comandava a tropa de Buenos Aires, estacionada na província. Iam defrontar-se, por fim, numa ação decisiva, os dois inimigos de morte. Garibaldi antevia a grandeza, a dramaticidade daquele choque de três Estados contra a ditadura de Rosas. “*Tre popoli combattenti per i sacri loro diritti contro un tirano*”. A batalha foi terrível. Mostravam-se as forças de Oribe em tudo superiores às de Rivera, a começar pelo moral. O caudilho uruguaio, que pusera nesse dia toda a fortuna no tabuleiro da sorte, teve de abandonar o campo completamente batido, aniquilado o seu exército.

Nos campos do Arroio Grande não se havia apenas esfrangalhado uma tropa militar, mas um grandioso plano político, um audacioso projeto de remodelação do mapa sul-americano. Dissipou-se, naquele encontro, o sonho de um Uruguai maior. “Nesse sentido”, “escreve Calógeras, “pode-se dizer que Arroio Grande foi uma batalha decisiva para o futuro da Confederação” planejada pelo caudilho uruguaio. “Ela o foi também”, acrescenta, “para a luta no Rio Grande do Sul.”

.....

## *Capítulo VI*

### O FIM DA GUERRA

**N**O CORRER DO ANO VII, não foi apenas a derrota de Arroio Grande que se refletiu desastrosamente sobre a marcha dos acontecimentos no Rio Grande do Sul. Também as sublevações de São Paulo e Minas, com as quais tanto haviam contado os chefes farroupilhas, não lograram resistir à pressão das armas adversas. Desbaratados os revolucionários paulistanos, ocupava Caxias Sorocaba, abandonada na véspera por Tobias. Em seguida, passara o general vitorioso a operar em Minas Gerais. Coelho da Cunha, o presidente revolucionário, não era homem capaz de enfrentar maiores riscos. Assim que viu a situação periclitante, abandonou os companheiros e tratou de salvar-se na fuga. Já estava o general legalista com a partida ganha antes mesmo da batalha de Santa Luzia, na qual derrotou uma força quase dobradamente superior à sua. Dias depois entrava triunfalmente em Ouro Preto.

O governo do Rio de Janeiro já não tinha mais por que hesitar na escolha do general “hábil e muito ativo” que, à frente de grandes forças, submetesse as últimas colunas revolucionárias ainda em correrias pela campanha rio-grandense. Caxias foi nomeado presidente da província e comandante das armas.

Ao chegar a Porto Alegre, publicou uma proclamação que a muitos pareceu jactanciosa. “S. M. o Imperador, confiando-me a presidência desta província e o comando em chefe do bravo exército brasileiro. recomendou-me que eu restabelecesse a paz nesta parte do Império, como a restabeleci no Maranhão, em São Paulo e Minas; e a Providência fará que eu possa satisfazer os ardentes desejos do Magnânimo Monarca e do Brasil todo”.

Tomou *O Americano* à sua conta a nova autoridade. “Quem há por aí que reprove a moderação e a decência com que S. Exa. fala de si mesmo?”, perguntava. “Quem duvidará que o Senhor Supremo, por um dos seus incompreensíveis mistérios, o tenha elegido para satisfazer os ardentes desejos do Imperador e do Brasil? Rio-grandenses, rendei as armas; entregai vossos pulsos às cadeias... Ele foi mandado, qual outro Moisés, a libertar um povo querido do cativo e da tirania: sua missão é augusta e sagrada, seu poder imenso e sobrenatural...”

Mas apesar do ridículo em que se procurava envolver o novo presidente e comandante das armas, bem presto se notava que os assuntos da legalidade passavam a um ritmo completamente diverso do antigo. Tratou Caxias de pôr ordem na desordem, fez valer o seu prestígio, organizou pacientemente as forças, deu o merecido destaque aos dois homens capazes de se medirem com os revolucionários pelo perfeito conhecimento que possuíam da campanha e dos métodos das guerrilhas: Bento Manuel e Francisco Pedro. E agiu com rigor contra os dilapidadores da fortuna pública. Perguntaram-lhe, mais tarde:

– Como foi, general, que chegou ao ponto onde tantos naufragaram?

– Por isto mesmo – respondeu. – Serviu-me de guia a experiência alheia. Como já não havia erro possível, só tive em vista não fazer nada do que se tinha feito.

E sorria maliciosamente.

\*

A desventura militar de Rivera e o desbarato dos insurgentes de São Paulo e Minas tornavam cada vez mais dificultosa a situação de Bento Gonçalves, contra quem dia a dia se acirrava a oposição, já reforçada com as boas graças de Canabarro. Também Neto era alvo de acerbas críticas,

por não ter impedido que Caxias atravessasse o São Gonçalo à frente de mil e oitocentos homens e conduzindo enorme cavalcada. Os trabalhos da Constituinte estavam paralisados. O projeto de Constituição elaborado por Domingos de Almeida, Sá Brito, Ulhoa Cintra, Marinho de Matos e Serafim dos Anjos França não lograva entrar em discussão. A primeira Assembleia republicana que no Brasil tirou do seu seio, como escreveu Felisbello Freire, as bases de uma Constituição política, encerrava as sessões sem conseguir aprovar aquele projeto fadado a constituir o elemento histórico do direito constitucional da República, que se consultaria no futuro como uma fase da evolução republicana do país.

Quando a Assembleia encerrou os trabalhos, achavam-se os seus membros mais divididos do que nunca. Já não era aquilo um dissídio político entre homens que se respeitavam, mas ódio de morte votado pelos inconformados aos membros da maioria. A “Exposição”, ou manifesto da minoria, assinado em primeiro lugar por Antônio Vicente da Fontoura, foi a explosão desse ódio. Lamentável documento! Nele são detratados, de maneira feroz. Bento Gonçalves, Mariano de Matos, Domingos de Almeida, Ulhoa Cintra. “Não é de agora que uma opinião fortíssima se tem declarado contra o presidente da República. A maioria do nosso exército o considerava um general que trazia a desgraça a par de si; e convém confessar com sinceridade, que ou fosse efeito dos caprichos da volúvel Fortuna, ou meramente um resultado natural das disposições do mesmo general, a infelicidade acompanhou sempre este Sr. e marcou todos os seus passos e operações”... Bento Gonçalves passava a ter para os seus detratores a suprema culpa de não ser vitoriosa a revolução. “Havia tempo”, dizia ainda o manifesto, “que S. Exa. tencionava ter uma conferência com o general presidente da República Oriental do Uruguai, e podendo tê-la muito antes, reservou-a para depois que a apuração geral lhe fizesse conhecer quais eram os deputados e suplentes. Certificado disso, partiu S. Exa. para Paissandu, afirmando que se acharia de volta na capital antes do dia destinado para a instalação da Assembleia... S. Exa. chegou depois do prazo marcado para a instalação... e logo se soube que trouxera do Exmo. Sr. presidente do Estado Oriental um grande número de cartas para diferentes chefes das nossas forças, aconselhando-os a que se unissem de coração a S. Exa. a fim de prosperarem os nossos negócios. As circunstâncias em que estas cartas foram escritas fazem mais honra

à boa-fé do Exmo. Sr. general Rivera do que à daqueles que as solicitou ou deu motivo a que elas fossem escritas. Bem examinado tudo, vemos que S. Exa. desconfiava do amor dos seus concidadãos e particularmente dos chefes militares de mais influência, e devemo-nos convencer de que S. Exa. tinha razão para assim pensar.” E passando depois à diatribe franca, o redator da “Exposição” acrescentava, esquecido no seu desvario de que dois dos signatários haviam desempenhado funções de ministros de Estado: “Desde o começo da nossa gloriosa revolução (excetuando o tempo em que esteve preso) S. Exa. mostrou-se terrível aos seus compatriotas, encarou a liberdade de imprensa com o horror de um tirano sombrio e desconfiado, desprezou, aviltou, oprimiu o espírito nacional, chamando para seus ministros, com exclusão de rio-grandenses honrados e beneméritos, um fluminense [referiam-se ao precursor da revolução, o major Mariano de Matos] aborrecido por sua filúcia desmedida e gênio intrigante, um mineiro [aludiam ao grande Almeida] desconceituado do público por seu gênio colérico, arrebatamentos despóticos, crassa ignorância e má nota de confundir com os seus os bens do Estado, e para seu principal diretor, já no exército, já na presidência, outro mineiro [assinalavam Ulhoa Cintra] igualmente desconsiderado por sua falta de caráter, imoralidade, língua ferina, maledicência, covardia e até por apanhar pancadas em todos os lugares onde se demorava algum tempo.”

Bem se via que a revolução estava perdida. Só o desespero da derrota poderia explicar semelhante desvario. O frenesi da destruição não sofria nenhuma resistência de ordem moral. De que valera a Domingos de Almeida haver chamado a contas e confundido publicamente, meses antes, os que lhe caluniavam a honrada pobreza? A miséria repontava, impudente, já nos cochichos anônimos já em documentos públicos que a posteridade analisaria.

Mão misteriosa ferira de morte, em Alegrete, a um dos vice-presidentes da República, Antônio Paulo da Fontoura, e inimigos de Bento Gonçalves o indigitavam como mandante do crime. Quando o presidente da República se apercebeu da situação, não hesitou. Passou o cargo a José Gomes de Vasconcelos Jardim. Três dias depois, Antônio Neto depôs nas mãos de Canabarro a chefia do exército. Como simples comandante de divisões, esperavam ambos que a oposição ensarilhasse armas. Mas, não. A enxurrada continuava. Um mar de lodo inundava a República. Excedia-se

Onofre Pires, entre todos, na difamação. Bento Gonçalves, calado, prosseguia nas suas operações militares. Mas chegado o momento azado, interpelou o seu difamador. “Havendo chegado ao meu conhecimento que em princípios do corrente mês, em presença de vários indivíduos do exército, quando vinha em marcha, V. S. avançava proposições ofensivas à minha honra e ousara até chamar-me ladrão... quisera que com a honra que dá esse caráter a um homem na posição de V. S. houvesse de dizer-me com urgência, por escrito, se é verdade ou falso o que a respeito se me informou. Deixo de fazer a V. S. qualquer outra reflexão a respeito, porque V.S. as deve perfeitamente compreender.”

A resposta de Onofre não se fizera esperar, superlativamente ofensiva, impondo o desfecho sangrento do dissídio: “Ladrão da fortuna, ladrão da vida, ladrão da honra e ladrão da liberdade é o brado ingente que contra vós levanta a nação rio-grandense, ao qual já sabeis que junto a minha convicção... Não deveis, pois, Sr. general, ter em dúvida a conversa que a respeito tive, e da qual vos informou tão pronto esse correio tão vosso... Deixai de afligir-vos por haverdes esgotado todos os meios legais em desafronta dessa honra, como dizeis: minha posição não tolhe que façais a escolha do mais conveniente, para o que sempre me encontrareis.”

No mesmo dia, nas margens do Sarandi, encontravam-se sem testemunhas os dois inimigos de morte, para o supremo ajuste de contas. Onofre saiu do campo ferido pela espada do contendor, e falecia, em consequência, quatro dias depois.

Transposto o São Gonçalo, Caxias não dava descanso aos revolucionários. Comandando ele próprio a divisão do centro e confiando a outras duas alas do exército aos melhores guerrilheiros da legalidade, obrigava os adversários a deslocamentos ininterruptos que lhes exauriam a capacidade de luta, estropiavam as montarias, espalhavam o desânimo entre os mais resistentes.

Pusera o barão especial empenho em possuir cavalladas como nunca as houveram conhecido os seus antecessores, nem os republicanos nos períodos áureos da revolução. Grandes, por isso, os ataques dos revolucionários descontentes contra Neto, que teria podido, com um pouco de esforço, impedir que aqueles sete mil solípedes atravessassem o sangradouro.

Os movimentos de Caxias são fulminantes. Ontem ainda em São Gabriel já hoje surge às margens do rio Santa Maria, no passo de S. Borja. Persegue os revolucionários na coxilha de Santana, desaloja-os de São Diogo, atravessa logo depois o Ibirapuitã, manda que a vanguarda comandada por João Propício os atire sobre a fronteira do Quaraí, obrigando-os a se internarem no Estado Oriental. Sem perda de tempo, marcha sobre Li vramento. Os rebeldes, em número de dois mil e quinhentos homens, não têm ânimo para enfrentá-lo. Abandonam precipitadamente a vila e refugiam-se, por sua vez, em território uruguaio, rumo de Cuñapiru.

Mas quando parece que os revolucionários, constrangidos a transporem a fronteira em vários pontos, estão definitivamente batidos e desmoralizados, ei-los que ressurgem em pleno coração do Rio Grande, surpreendendo os legalistas, levando-os de vencida, refazendo-se de cavalos e armamentos. Quem seria capaz de imaginá-los, de novo, nas vizinhanças imediatas de São Gabriel? Alta madrugada, irrompem na vila comandados pelo tenente-coronel Manuel de Carvalho Aragão e Silva, aprisionam o comandante da praça, matam e ferem quase uma centena de homens, apoderam-se de mil e quinhentas reses, cavalos, armamentos, munições. Não permanecem no lugar. Feita a *razzia*, vão reunir-se na Caieira às forças de Portinho. Protegido de perto por um batalhão de caçadores persegue-os o famigerado Silva Ourives. Os farrapos entestam com ele, repelem-no na internada do Fidélis. Depois, incorporam-se à coluna de João Antônio, que ocupa de novo São Gabriel e cerca no acampamento da Trilha toda a segunda brigada de infantaria, três batalhões, comandada por Arruda Câmara.

Caxias interrompe o plano de ação em que está empenhado para acudir aos sitiados. João Antônio, à sua aproximação, levanta o cerco. Os revolucionários não estão em condições de enfrentar o adversário em batalha campal. A sua tática é cansar o inimigo pelas surpresas e pelas marchas continuadas, noite e dia. Também Canabarro, que está no cerco de Batovi, apenas se aproxima a vanguarda legalista comandada por Marques de Sousa, trata de evitar o encontro e bate em retirada. Se Caxias domina a campanha pela superioridade de forças, disputam-lhe os revolucionários a primazia pelo perfeito conhecimento do terreno, pela surpreendente rapidez de movimentos, pela capacidade guerrilheira dos seus chefes.



Os republicanos têm os olhos postos em Bento Manuel e Chico Pedro. Com estes, oficiais do mesmo ofício, é preciso tomar cuidado. Os quatro generais da revolução conseguem reunir as suas colunas para uma batida em regra contra o trãnsfuga. Atacam-no de surpresa, com dois mil e setecentos homens, em Ponche Verde, Bento Manuel vê chegada a hora do ajuste final. A sua força é menor que a dos atacantes, mas ele resiste. Combate, nesse dia, como nunca na sua vida. Dá de si quanto pode. Ferido, não abandona o campo. Ali estão para estraçalhá-lo, inutilizá-lo, humilhá-lo, os seus grandes rivais, companheiros de ontem, hoje inimigos de morte: Bento Gonçalves, Neto, Canabarro, João Antônio. Ali está toda a força da revolução. Bento Manuel, batido, não sairá com vida daquela refrega. Antes a morte do que ter de confessar a derrota. E resiste com o maior encarniçamento. Os homens caem aos montes nas suas improvisadas trincheiras. Mas também entre os atacantes as baixas são formidáveis, tão formidáveis que, afinal, se veem na contingência de retirar. Duríssima vitória, a que consegue nesse dia Bento Manuel Ribeiro.

Foi em tal situação que assumiu Canabarro o comando supremo do exército republicano. Todo o ano VIII decorreu nessas operações de guerrilhas e nas mesmas circunstâncias se iniciou o IX. Os republicanos já não tinham em seu poder nenhuma localidade de importância. Rivera, do outro lado da raia, ocupava-se dos seus assuntos, cada vez mais complicados também. Em meados de 1844, chegava uma carta ao acampamento de Canabarro: “Si tengo la fortuna de abrazar a V.Exa., de viva voz le instruiré de mi plano. Entonces acordaremos el modo como nos poderemos proveer de recursos”...

Canabarro não falta à cita, que se realiza na estância do pai de Neto. Antônio Vicente da Fontoura, mentor do novo generalíssimo, foi presente à conferência. Espantosa incoerência, a do demagogo! Enquanto Bento Gonçalves conduzia as conversações com o caudilho oriental, murmurava contra elas e tratava de impopularizá-las: agora, porém, chegada a sua vez de agir, dava-lhes, mais que gostoso, a sua aprovação. Rivera e Canabarro selam, nesse encontro, um pacto de mútuo auxílio. Mas Rivera já percebe claramente que pouco terá que lucrar naquele entendimento. Os farrapos parecem-lhe cada vez menos dignos de atenção. Sabendo quanto Caxias se empenhava pela paz, manda-lhe emissários para inculcar-se

como possível mediador entre os contendores. Fiel à sua tara, “não queria iludir a um só”, escreve Alfredo Rodrigues, “porém, de todos tirar partido”.

\*

Depois da vitória de Oribe no Arroio Grande, dispôs-se Rosas a levar a efeito o bloqueio de Montevideú. Opuseram-se a isso os representantes da Inglaterra e da França. Quando Brown insiste no bloqueio, a esquadra do almirante Purvis detém violentamente as operações navais do ditador de Buenos Aires. Este protesta contra a violência, perante o governo inglês. Exercia, alega, um direito que ninguém lhe podia contestar. Sua intervenção nas lutas do país vizinho era “*legítima represália de lo que habia hecho o hacia Rivera interviniendo en la política argentina, al prestar auxilio a los unitários*”.

Acosado pelas potências europeias e vendo de perto o desbarato dos revolucionários rio-grandenses, busca o governo oriental por intermédio de Tomaz Guido, seu representante no Rio de Janeiro, celebrar um tratado de amizade, ofensivo e defensivo com o Império. Mantinha-se o gabinete de São Cristóvão em expectante atitude de neutralidade face às lutas platinas. A revolução do Rio Grande não lhe permitiria, aliás, envolver-se em querelas alheias. Sabia “que os revolucionários se abasteciam nas fronteiras do Uruguai, valendo-se das amistosas relações que mantinham com os magnatas limítrofes e com as próprias autoridades orientais”. Mas, visto mostrar-se o Uruguai disposto a começar vida nova, premido pelas suas próprias necessidades, entenderam os estadistas do Império conveniente não desprezar aquela oportunidade para apressar o fim da revolução. Honório Hermeto e o general Guido firmaram as bases de um acordo que suscitou acerbas críticas, porque valia, dizia-se, pela implícita confissão da impotência do país para restabelecer a ordem no Rio Grande do Sul. Negou-se Rosas a referendar o acordo pela alegação de nele não figurar Oribe, presidente constitucional do Uruguai. Os desígnios do ditador tornavam-se claros. Vendo as dificuldades do Império, em pacificar o Rio Grande do Sul, imaginou chegado o ensejo de impor-se como árbitro exclusivo da política platina e restabelecer, quiçá, as perdidas fronteiras do vice-reinado. Nessa altura dos acontecimentos, percebeu o governo do Rio de Janeiro que não poderia manter-se indefi-

nidamente na sua atitude de neutralidade, tão fora de medida diante das provocações do ditador. E para iniciar uma política mais ativa e sublinhar a posição do Brasil como garante principal da independência uruguaia, despachou a Montevideu um estadista de conceito já firmado no cenário nacional, Cansação de Sinimbu.

Chegado à capital do Uruguai, encontrou-se o novo plenipotenciário na impossibilidade de desembarcar. Régis, seu antecessor, fora ofendido publicamente por Garibaldi, e na falta das satisfações reclamadas ao governo da República, rompeu relações com ele.

Garibaldi, a esse tempo, comandava a legião italiana, que prestava os maiores serviços na defesa de Montevideu. As suas lutas com Brown, primeiro na Costa Brava e depois na ilha das Ratas, onde repelira vantajosamente um ataque da esquadra argentina, valiam-lhe excepcionais considerações por parte do governo uruguaio.

Alcançou Sinimbu quanto era incômoda aquela situação. Não lhe era lícito, porém, transigir. Sustentaria sem desfalecimento a autoridade da representação diplomática do Império. Os entendimentos, antes da sua chegada, se arrastavam morosamente, e parecia que Régis não lograria as satisfações exigidas. Sinimbu, em vista disso, deixou-se estar a bordo, declarando ao governo oriental ficar a sua apresentação oficial subordinada à solução do incidente. As negociações tomaram então novo rumo, e só quando elas se encaminharam francamente para um remate definitivo e honroso apresentou o novo ministro as suas credenciais.

Compreendera Garibaldi que as relações entre o Uruguai e a República Rio-grandense haviam terminado. A salvação da causa a que servia estava na dependência, agora, de um ajuste com o gabinete do Rio de Janeiro. Não seria nobre que pelas suas notórias ligações de simpatia com os rebeldes do Rio Grande criasse dificuldades ao governo do Uruguai. Conveio, pois, em comparecer à legação do Brasil, onde se lavrou uma ataque pôs termo ao incidente: “*Si ho fatto il male qualche volta, certo lo feci involontariamente*”. O ministro do Exterior, D. Santiago Vásquez, em ofício, dava todas as explicações ao representante brasileiro. E o órgão do governo, publicando a ata assinada por Garibaldi, prestava as maiores homenagens ao novo chefe da missão diplomática do Império. “Ele soube dessemear esta questão de um montão de circunstâncias apaixonadas

em que estava envolta, compreender a verdade e entender-se lealmente com o governo uruguaio”, escrevia a gazeta oficial.

Iniciada a atividade diplomática, concentrou Sinimbu, de início, todas as suas preocupações na fronteira. Levou ao governo uruguaio a convicção da necessidade de interromper definitivamente as relações, ainda há pouco públicas e quase oficiais, com os revolucionários do Rio Grande. Não seria fácil alcançar esse resultado, empecado em obstáculos contra os quais era impotente o próprio governo oriental. “Eu sabia”, “depunha muitos anos mais tarde Sinimbu perante o Senado Brasileiro, “eu, sabia que da capital partiam ordens terminantes do governo, intimando a Rivera para que se abstinésse de manter relações com os revoltados do Rio Grande: ele, porém, que... só atendia às circunstâncias da sua critica posição desobedecia e guiava-se por suas próprias inspirações. Do jogo desses interesses desencontrados, resultava, para o ministro brasileiro em Montevidéu, uma posição singular: quando, persuadido das boas intenções do governo oriental, eu afirmava ao governo imperial que os negócios em Montevidéu corriam no sentido desejado, recebia o governo imperial comunicações do general em chefe do Rio Grande comprovando as relações em que viviam Rivera e Canabarro. É fácil imaginar o efeito que tão contraditórias asseverações produziam no espírito do governo imperial; e por isso, é estranhável que pouco peso lhe merecessem as comunicações vindas de Montevidéu.”

Não dava Rivera maior atenção ao que se passava na capital. A guerra – dizia – havia de decidir-se na campanha. As forças do caudilho atiraram-se com ímpeto sobre a retaguarda de Oribe, pondo-o na necessidade de levantar o sítio de Montevidéu. Já estava, de novo, quase todo o interior em seu poder. Oribe, a mais um esforço de Rivera, seria batido definitivamente. Mas o ditador de Buenos Aires velava pela sorte do seu aliado. Na hora crítica, despachou Urquiza em seu auxílio, à frente de numerosas tropas. E Rivera viu-se constringido a retirar para o norte.

Ao tempo em que se produziram esses sucessos, resolvia a Inglaterra reconhecer a legitimidade do bloqueio, e o governo de Paris mandava que se desarmasse imediatamente a legião francesa, auxiliadora dos uruguaio na defesa da capital. Era a vitória integral de Rosas. E dentro em pouco, não havia duvidar, Montevidéu cairia sob a pressão das forças do ditador argentino.

Nessa hora decisiva, só se antolhava ao governo uruguaio uma salvação possível: o auxílio do Brasil. O ministro do Exterior foi pessoalmente à legação brasileira, a fim de expor a Sinimbu a dolorosa situação do seu país. “Está tudo perdido!”, “exclamava, “e já não há salvação para esta infeliz República. Dentro de poucos dias, estará ela sob o domínio de Rosas. E nesta triste conjuntura, que fará o Brasil, senhor ministro, nosso vizinho e garante da nossa independência nacional, que por sua posição, está encarregado de proteger a causa da liberdade e da civilização neste continente?”

“Eu poderia responder no mesmo tom”, “referia mais tarde Sinimbu, “se lhe dissesse: este é o fruto da falsa política da República para com o Império, alimentando a causa da revolta em nossas fronteiras. A ocasião, porém, não era oportuna para recriminações.”

Dramático instante o que vivia o ministro brasileiro no Uruguai! “Para salvar a soberania e independência oriental, todos os meios estavam esgotados; só restava um, era a palavra do Brasil, e essa palavra era eu quem devia proferir. Era crença geral, que, estabelecido o bloqueio, Montevideú fatalmente sucumbiria. A contemplação desse quadro me causava horror. Sabia-se que Rosas, com o fim de legitimar a sua tirania no interior, sonhava glórias e conquistas no exterior. O restabelecimento das antigas fronteiras do vice-reinado era o seu pensamento predileto. Dominando a Banda Oriental... as forças vitoriosas, sob o pretexto de perseguir Fructo Rivera, se internariam no Rio Grande. Equivale isto a dizer que para o Brasil seria a repetição da guerra cisplatina, e de caráter ainda mais desastroso nas condições dos novos invasores.”

Pouco depois os sete navios argentinos, sob o comando de Brown, fundeavam diante de Montevideú. A França e a Inglaterra cruzavam os braços... “Ia o Brasil, pela palavra de Sinimbu”, escreve Craveiro Costa, “decidir a sorte do Uruguai. Mariath, comandante da esquadilha imperial, notificado do bloqueio por Brown, respondeu que pediria instruções ao representante diplomático brasileiro. Todas as vistas estavam voltadas para a legação do Brasil... Quando a notícia se espalhou de que Sinimbu não concordava com o bloqueio, a população de Montevideú delirou. Era a salvação nacional... Mariath, dispondo apenas de dois vasos de guerra, aguardou os acontecimentos. Não houve nem uma manifestação

de hostilidade por parte de Brown. Dias depois, os navios argentinos deixavam o porto de Montevideú.”

Indignou-se Rosas com o procedimento de Sinimbu. Araña, seu ministro do Exterior, daria o tom diplomático à ira do ditador, primeiro na resposta a Mariath, depois nas notas enviadas a Ponte Ribeiro, chefe da missão brasileira em Buenos Aires. Mas a própria diplomacia de Araña não disfarçaria o espírito caudilhesco do seu governo. Parecia-lhe “insólita estupidez” a atitude do ministro do Império em Montevideú. Ponte Ribeiro protestou com energia contra os termos insultuosos da nota de Araña; e defendendo, à luz do direito internacional a doutrina esposada por Sinimbu, devolveu a injuriosa peça à chancelaria de Palermo, pedindo o seu trancamento. A resposta do ministro argentino constou de poucas linhas, mal-humoradas e altaneiras, aconselhando o representante brasileiro a pensar maduramente, a fim de evitar novas complicações. A *Gaceta Oficial*, intérprete do pensamento de Rosas, escrevia: “Cremos que o governo de S. M. I. capitulará com a devida severidade os infames procedimentos do seu ministro em Montevideú; mas se acaso estiver tão fascinado o gabinete imperial que não veja o resultado que devem produzir, a República Oriental saberá sustentar a sua independência, e a Confederação os seus direitos e a sua dignidade.”

Ponte Ribeiro intervém com outra nota. Contesta Araña. O governo argentino rompe as relações oficiais com a legação brasileira. Ponte Ribeiro pede os passaportes. O Império se encontra a dois passos da guerra com o ditador de Buenos Aires.

\*

Terrível inverno o de 1844! O frio estava de quase não se poder escrever, contava Caxias, em carta, a Manuel Marques de Sousa. O “carioca” como o apelidavam os rio-grandenses, sofria horrores. Mas era preciso insistir nas perseguições aos farrapos, que, sempre acossados de perto, faziam prodígios de locomoção. “Apesar disso, não hei de invernar”, acrescentava Caxias. E, de fato, não descansava na perseguição ao inimigo. Esse inverno devia ser o último da guerra. Os revolucionários caminhavam de desastre em desastre. Maltrapilhos, andrajosos mesmo, mal montados quase sempre, sofrendo privações de elementos bélicos e, o que era pior, perdida já por completo a esperança da vitória, o manterem-se ainda em campanha

significava, por certo, verdadeiro milagre, que só uma alta consciência de dignidade coletiva explicaria.

Lenta, penosa, sublime agonia a da revolução! Quando as forças de Caxias estavam a ponto de esmagá-los, rompiam os rebeldes o cerco que os constringia; e como que protegidos por mão invisível dispersavam-se aparentemente para reaparecer logo adiante, rearticulados, dispostos a recomençar a luta infernal das guerrilhas. E se a pressão dos imperiais se fazia excessiva, internavam-se por veredas só deles conhecidas em território uruguaio, onde operavam como se estivessem em sua própria casa. Apesar dos protestos de Montevideú, Rivera tinha sempre grande complacência pelos companheiros em apuros. E quem ditava a lei na campanha uruguaia não era o governo de sombras da capital, mas D. Fructo, o homem forte, que sabia em todas as circunstâncias ajustar as coisas ao sabor das suas inclinações.

Livres embora da pressão do inimigo, menos áspera não lhes corria a vida em território uruguaio. “Aqui andamos de grota em grota”, escrevia Vicente da Fontoura no seu *Diário*, “creio que não só por melhor encobrir nossas marchas ao inimigo, como por mais comodidade dos pobres soldados. a quem na estação, visto que se lhes falta a roupa, é mister ao menos não os privar da lenha a fim de se aquecerem ao fogo...”

Os mais fracos de ânimo, sucumbidos a tantas provações, valiam-se da anistia ampla com que Caxias acenava aos retirantes da rebelião, e se apresentavam às autoridades. O governo da bruxuleante República errava pelas estradas, de acampamento em acampamento, sempre fugindo à aproximação das forças imperiais. Aos que resistiam às fadigas de hoje, renunciavam maiores cansaços amanhã; os que houvessem hoje escapa do da perseguição do inimigo, previam, resignados, morte quase certa nos encontros próximos.

Não seria possível prolongar ainda por muito tempo aquele martírio. E já se voltava de novo a falar na pacificação. Canabarro hesitava ainda. Entendia que nenhuma resolução definitiva se deveria tomar, antes de mandar à corte um emissário de confiança, a fim de recolher a opinião dos líderes do Partido Liberal. Até agora eles se haviam valido da revolução do Rio Grande como de um espantalho para assustar o governo. Necessitavam, para os seus cálculos políticos, que o Sul continuasse conflagrado. Se pouco faziam pela revolução – e aí estavam os recentes malogros de

São Paulo e de Minas para confirmá-lo – entendiam como indefensável, inadmissível transigência que os rio-grandenses, premidos por tantas dificuldades, pensassem em depor as armas.

Manuel Lucas de Oliveira, ministro do Exterior, acabara de reunir-se à coluna. Canabarro preside uma reunião de notáveis e oficiais superiores, e expõe o seu ponto de vista. Resolve-se que Francisco Martins viaje para São Paulo e Rio com carta-circular assinada por Lucas convidando os paulistas a um levante, pois com “aquele povo ilustre” desejavam os cidadãos da República Rio-grandense “viver em liga fraternal”, que preparasse a futura federação republicana das províncias brasileiras.

Em São Paulo, não encontrou o emissário ambiente favorável a uma nova insurreição. O malogro de Tobias, homem de prestígio e ação, era por demais recente para que alguém se aventurasse a outra tentativa. Tudo se cifrava em palavras amáveis aos companheiros do Rio Grande, a protestos indignados contra a prepotência do governo central; mas ninguém assumia compromissos definitivos. Martins, ainda assim, não se deu por vencido. Foi ao Rio de Janeiro onde procurou, de imediato, Teófilo Otoni. Deu-lhe o grande mineiro cordialíssima acolhida e o reteve em sua casa como hóspede. Ouviu com o mais humano dos interesses o relato da situação no Sul. Quanto às possibilidades de um novo levante em Minas, foi franco: não havia como pensar-se em tal hipótese. Expendia lealmente a sua opinião. Entendia que os rio-grandenses já haviam cumprido o seu dever, e não deviam insistir na ideia separatista com o fim de conseguir-se, mais tarde, a federação: “Mostrei as vantagens”, contaria depois o próprio Otoni, “que haveria para a causa da liberdade se os rio-grandenses livres, voltando ao seio da pátria comum, viessem reforçar o partido liberal das outras províncias.” E terminou as suas apreciações dizendo a Martins “que os rio-grandenses estavam isolados e só podiam contar com o valor e a resignação, de que em nove anos davam tão brilhantes exemplos”. Enquanto se esperava o regresso do emissário, continuavam na campanha as confabulações pacifistas. Autorizado por Canabarro, encontrou-se Bento Gonçalves com Caxias, em Upamoroti. Vacilantes ainda e imprecisas, as possíveis condições do ajuste em mira. Mas a ideia se alastra. Todos sentem a necessidade de pôr fim àquelas correrias, que já não podem conduzir a nada de útil. Canabarro ainda resiste. Mas quando lhe chega o conselho de



Otoni, capitula por sua vez. Dá-lhe por escrito a sua resposta. “Apreciando a franqueza de V. S. e a leal exposição que me fez do estado geral das coisas me convenci que devia empregar os meus esforços e diminuta influência para a terminação da guerra, que por tanto tempo devastou as belas campinas deste Continente, podendo assegurar a V. S. que a sua carta foi o farol que conduziu os continentinos ao desejado porto.”

Os entendimentos entre os adversários não interrompiam as operações militares. Saindo Bento Gonçalves de conversar com Caxias, voltava cada um a reassumir o seu comando; e assim o querendo o fado da guerra, dentro em pouco se encontrariam de novo na coxilha, à frente das suas tropas estendidas em linha de combate. Já estava decidida a pacificação; já haviam o governo da República e os generais aceito as bases assentadas no último encontro, em Bagé, entre Caxias e Bento Gonçalves; já seguira Vicente da Fontoura para o Rio como emissário dos revolucionários, quando Chico Pedro surpreendeu Canabarro em Porongos. Pouco antes estivera Amaro da Silveira no acampamento de *Moringue*, com o fim de fazer uma permuta de prisioneiros. Mandara-lhe Canabarro um recado chistoso: esperava que Chico Pedro o fosse tirar daquele sítio, pois já estava cansado da magreza dos gados dali. Respondera *Moringue* que não desejava continuar combatendo seus patrícios. “Evitaria quanto pudesse novos derramamentos de sangue.”

Canabarro acreditou na treta. Pálpebras semicerradas, sorrindo com malícia, comentava, um pouco enfatuado:

– É isto mesmo. O *Moringue*, sentindo a minha catinga, não vem cá.

E não tomou nenhuma providência para defender-se de um possível ataque.

Uma noite, já ia alta a madrugada e o acampamento todo dormia, quando o inimigo, contornadas as posições dos republicanos, cai de chofre sobre os piquetes avançados que não tiveram tempo de dar um tiro, e irrompe de todos os lados sobre a coluna de Canabarro. Os brados de vitória dos assaltantes se entrecruzam com os gritos de raiva e de pavor dos republicanos.

– É o *Moringue*! É o *Moringue*!

Indescritível a confusão no acampamento. Os soldados, no primeiro instante, não sabem o que fazer. Correm em todas as direções, presas

de pânico. Alguns oficiais, a grandes vozes, procuram contê-los. A ordem de Canabarro é de retirada, para, refeita a coluna a alguma distância, poder enfrentar o inimigo. “Mas eis que a onda se despedaça de encontro a uma barreira inesperada. É o próprio Chico Pedro que, emboscado com o grosso das suas forças, esperava o resultado do ataque para surgir pela frente dos que fogem. A situação é terrível. Passado o primeiro momento de estupor os farrapos cobram ânimo e se dispõem a morrer lutando. Teixeira, o bravo dos bravos, cujo denodo assombrou um dia ao próprio Garibaldi, reúne os seus lanceiros; o quarto regimento de linha e alguns esquadrões afrouxam, mas os imperiais se multiplicam, surgem de todos os pontos. Segunda carga, mais impetuosa, mais desesperada, é também repelida.” Dá-se a debandada geral.

Fora esta, diria Caxias, a primeira surpresa em toda a vida de militar de Canabarro.

A Garibaldi não causaria maior espanto o desastre de Porongos. Conhecia os personagens. Vira de perto o melhor guerrilheiro da legalidade. Agora, naquele fulminante envolvimento de Canabarro, de novo se verificava a sua ação decisiva na submissão do Rio Grande. “*Ei fece gran danno alla causa repubblicana, e l’Imperio deve a lui in gran parte la sottomissione della provincia*”.

Durante três meses ainda, continuam aquelas guerrilhas desesperadas. Teixeira Nunes encontra a morte num combate perto de Canudos, sobre as margens do arroio Chasqueiro, lutando contra a horda do terrível Fidélis Pais, um dos braços mais valorosos de Chico Pedro.

Afinal, regressa da Corte Antônio Vicente. A paz está oficialmente encaminhada. Canabarro anseia pelo fim. Chegam-lhe propostas de entendimento de Rosas, contra o Brasil. Sua resposta é terminante: – “O primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira fornecerá o sangue com que assinaremos a paz de Piratini com os imperiais, que acima do nosso amor à República está o nosso brio de brasileiros. E a 28 de fevereiro de 1844 lança a sua proclamação aos rio-grandenses livres:

“Concidadãos! Completamente autorizado pelo magistrado civil, a quem obedecíamos, e na qualidade de comandante em chefe, concordando com a unânime vontade de todos os oficiais da força do meu comando, vos declaro que a guerra civil que há mais de nove anos devasta

este belo país, está acabada. A cadeia de sucessos por que passam todas as revoluções tem transviado o fim político a que nos dirigimos, e hoje a continuação de uma guerra tal seria o *ultimatum* da destruição e do aniquilamento da nossa terra.

“Um poder estranho ameaça a integridade do Império, e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações de brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades e não partilharemos a glória de sacrificar aos ressentimentos criados no furor dos partidos o bem geral do Brasil.”

\*

A cláusula I do tratado de paz declarava que o nome “indicado pelos republicanos para presidente da província seria aprovado pelo governo imperial” e passaria a dirigir os seus destinos.

Mais de meio século antes de instituída no Brasil a República Federativa, o próprio governo imperial, centralista por definição, reconhecia ao Rio Grande do Sul, naquela situação excepcional, o direito de escolher livremente o seu governante. Sob esse aspecto, a revolução que se iniciara como protesto contra o mau governo de Fernandes Braga e como sinal do inconformismo local contra a política centralista do Rio de Janeiro, podia considerar-se vitoriosa.

A justiça inicial da causa rio-grandense fora reconhecida pelo Império. “*Contenti che siano, repubblicano deve considerarsi il loro governo*”, raciocinava o espírito realista de Garibaldi, a quem não repugnaria, mais tarde, considerar perfeitamente aceitável, porque profundamente democráticas, as monarquias constitucionais a exemplo da inglesa.

Os revolucionários abatiam as armas na hora em que um poder estranho ameaçava a integridade do Império e mostravam sua inquebrantável dedicação à grande pátria; e o governo do centro, fazendo justiça ao invencível sentimento de autonomia dos rio-grandenses, reconhecia-lhe solenemente o direito de escolher o homem que houvesse de governá-los. Mais do que o poder das armas, foi a clarividência política de Caxias que salvou, nesses dias difíceis, a unidade do Brasil.

.....

## *Epílogo*

**M**ONTEVIDÉU. Etapa de uma jornada. Parada de um viajante no itinerário da imortalidade. Uma ação que se extingue para recomençar logo adiante, transmutada na trajetória definitiva de um destino.

Terminada a revolução no Rio Grande, consolidada a independência do Uruguai, que faria ainda Garibaldi na América do Sul? Cumprira dignamente os seus deveres militares, a serviço da República Oriental. À frente da legião italiana, Montevideú, nos dias trágicos da defesa, fora para ele a *ciudad de los milagros*. Surpreendente espetáculo o do pobre burgo Asediado! Como resistir à formidável pressão das tropas de Rosas? *“Eppure, bisognava difendersi. Tale era la volontà generale, in quel magnifico popolo!”*

Como sempre, para recompensar-lhe os sacrifícios pelas causas a que se devota – a miséria. Mal havia, na modesta casinhola de Portones, onde reside, o suficiente para matar a fome à pequena família. A segunda filha do casal, Rosita, não resistira às privações. Terrível golpe, a notícia que lhe é dada laconicamente pelo ministro da Guerra: “Vossa filha Rosita morreu.” “Tu não és pai, nunca o serás.” Porque, se o fosse, aquele homem teria sabido avaliar melhor o amor por uma filha.

Conta-se que uma noite foi visitá-lo em Portones Lainé, o comandante das forças navais francesas. Indicaram-lhe a residência do herói. Seria crível que Garibaldi morasse naquela choupana?

– Dá licença? Pode-se entrar? Pode-se falar ao general?

Que entrasse, respondeu uma voz feminina. A sala estava às escuras. Lainé tropeça num caixão. Ouve-se a voz de Garibaldi:

– Anita, dá-nos um pouco de luz!

– Como queres que eu alumie? Bem sabes que já não temos em casa uma única vela, nem dinheiro para comprá-las!

– É verdade”, respondeu Garibaldi.

E dirigindo-se ao encontro da visita, parada ao meio da sala:

– Como ouviu de minha mulher, almirante, não possuímos dois centavos sequer para a compra de velas. Mas estou certo de que V. S. veio aqui para falar-me e não apenas para me ver.

Depois de Rosita, dois filhos mais nasce ao casal: Teresita e Ricciotti. Anita, inteiramente votada aos deveres domésticos, faz prodígios na economia da casa. Recebe do governo uma ração diária. Dinheiro, quase nunca existe. E Garibaldi, mesmo na indigência, encontra oportunidade de ser perdulário. Dando, certa vez, com um legionário que já nem camisa possuía, despiu a sua própria para cobrir a nudez do companheiro. Ao chegar à casa, pediu a Anita lhe desse outra ao que ela, enfadada, respondeu:

– Devias saber que só tinhas uma. Se a deste, pior para ti!

A figura romântica do herói é objeto, por toda parte, de viva admiração. As suas proezas fazem dele, durante anos, um “dominador da imaginação popular”. Anita, nas suas longas ausências, sofre crises de ciúme. Diz-se que um dia chegou Garibaldi ao acampamento de cabelo e barba aparadas.

– Que é isso, coronel? Por que fez cortar sua estupenda cabeleira?

– Que queres, amigo”? – Foi a resposta. – “Minha mulher é ciumenta e diz que uso os cabelos compridos para dar na vista das belas. E tanto me atormentou por motivo desses malditos cabelos, que resolvi sacrificá-los em bem da paz do lar.

Já na fase final da revolução rio-grandense, as exigências das suas novas ocupações o afastavam mais e mais do convívio espiritual dos antigos companheiros. Por intermédio de Napoleone, viera acompanhando ainda os acontecimentos no território vizinho. Depois, o afastamento de Almeida dos conselhos do governo da República significara o alheamento de

Castellini das funções de agente confidencial. As preocupações da guerra contra Rosas mal lhe dariam tempo, em seguida, para indagar da sorte de muitos daqueles a cujo lado tantas vezes enfrentara a morte e cujas figuras morais nunca mais lhe saíam da lembrança.

\*

As notícias recebidas da Itália são unânimes no aviso de que se está processando em toda a península uma formidável renovação mental. Mazzini, mais filósofo que político, mais apóstolo que homem de ação, já não empolga as multidões. Depois do sacrifício dos dois Bandiera”, na aventura da Sicília, começam os próprios discípulos a descrever da sua capacidade de mando e organização. O *neoguelfismo* vai preencher o lugar da *Jovem Itália*, como esta ocupara a dos primitivos carbonários das lojas fechadas. O papa Pio IX toma partido nas lutas da emancipação italiana. Também no Piemonte, homens práticos e plásticos já vão pensando numa federação dos Estados Italianos sob a presidência da coroa sarda. Balbo, nas *Esperanças da Itália*, d’Azeglio, nos *Últimos negócios da Romanha*, colocam os temas da federação e da unificação na dependência da chancelaria de Turim. O padre Vincenzo Gioberti publica em Bruxelas um livro de enorme repercussão: *Sur la primauté morale et civile des italiens*. As ideias patrióticas saem das águas-furtadas e dos porões dos conspiradores para o pleno ar das artes, da literatura, da música – o que significa que elas já conquistaram a Itália inteira. A poesia patriótica encontra os seus grandes intérpretes: Niccolini, Giovanni Prati, Gabriele Rossetti. Silvio Pellico domina os sentimentos e as inteligências com o relato das suas prisões. Leva Manzoni ao delírio, com os *Noivos*, a imaginação romântica das novas gerações. Na música Rossini, Bellini, Verdi contribuem decisivamente para a expansão das ideias da unificação italiana, que encontram servidores cautelosos e hábeis no próprio governo do Piemonte. O conde Camillo Benso de Cavour já é apontado como o verdadeiro orientador desse novo movimento político. A *Jovem Itália* cumpriu o seu destino como força precursora. Agora, é o começo do *Risorgimento*. *Itália fara de se*, afirma, convicto, na sua pequena corte, o rei da Sardenha.

Garibaldi sente que as grandes horas se aproximam. “É difícil”, escreve Cuneo, “descrever o efeito que as notícias da Itália produziam então sobre Garibaldi. Sua fisionomia tomava uma expressão completamente

nova, seus movimentos se faziam mais vivos. Não raro ele se interrompia para sorrir com um ar feliz, como se estivesse vendo muito próximo um futuro cor de rosa.” Auzani depõe que os membros da legião italiana em Montevidéu só pensavam a sério, nessa altura dos acontecimentos, em organizar uma expedição à Itália. “Nada nos falta para isso: temos um estado-maior corajoso e um comando patriótico e valente na pessoa do coronel Garibaldi.” Na sua mansarda de Londres, Mazzini acompanhava a mutação dos tempos. “Este Garibaldi”, escrevia a Cuneo, “é um homem do qual a pátria se utilizará no momento decisivo.”

E Garibaldi decide voltar à pátria. A penúria em que vive a família toca a extremos intoleráveis. Anita de nada se queixa, a não ser das prolongadas separações impostas pela guerra. A Garibaldi parece melhor enviá-la com os filhos à Itália, onde, em contato com a sua família, estará ao abrigo das necessidades mais prementes. Além disso, seria mesmo conveniente que, antes dele, desembarcassem em Gênova e chegassem a Nizza sua mulher e os filhos. Eles significariam um pré-aviso do seu regresso próximo; e da maneira por que fossem recebidos, poderia ele concluir da sua popularidade na terra natal.

Anita concorda em partir. Está cansada daquela vida monótona às portas de Montevidéu, à margem da sociedade. Irrita-a a pobreza em que vivem, não por si, mas por entender que o governo do país não dá suficiente atenção aos serviços de Garibaldi. Os seus sacrifícios no Rio Grande tinham um sentido para ela, porque lutando no Brasil batalhava Garibaldi por um ideal da sua pátria. Que fosse correr a sorte dos companheiros na Itália, nada mais justo, pois que ela própria sentia a obrigação de fazer-se útil, de qualquer maneira, à terra do marido. Mas o que não se compreendia é que houvessem de sofrer toda sorte de privações num país em que ambos eram estrangeiros e cujos dirigentes longe estavam de recompensar a dedicação dos seus servidores:

Como obter o dinheiro para a viagem? Repugna a Garibaldi recorrer ao governo. Prefere pedir auxílio aos amigos. Do Salto escreve a Cuneo, em julho de 1846, já um ano depois de terminada a revolução do Rio Grande: — “Decidi mandar a família para Nizza; e como se acha ‘impecuniada’, queria que tivesses a complacência de ajudá-la no desembolso de uma passagem, para o que dei à minha mulher uma recomendação para Lainé e Auseley”. Era este último ministro inglês em Montevidéu.

Não deixaria Cuneo de tomar todas as providências para que a família do amigo pudesse embarcar decentemente. Ele mesmo tinha o máximo interesse em que Garibaldi interrompesse as suas atividades na América e fosse participar das lutas em prol da liberdade e da unificação da pátria. Considerava-o Cuneo quase uma conquista sua para a causa da redenção italiana.

Anos depois da partida de Garibaldi, o general Pacheco y Obes daria o seu testemunho sobre a inteireza de caráter e o romântico desprendimento do legionário: “Em 1843, o senhor Francisco de Angelis, um dos mais respeitáveis negociantes de Montevidéu, dirigindo-se ao Ministério da Guerra, fez-me saber que na casa de Garibaldi, do chefe da legião italiana, do comandante da frota nacional, do homem que diariamente expunha sua vida pela sorte de Montevidéu, não se acendia luz à noite, porque na ração de soldado, único recurso com que contava para viver, não estavam compreendidas as velas. Mandou o ministro pelo seu ajudante de campo cem patações a Garibaldi. Este, recebido o dinheiro, devolveu a metade ao ajudante, pedindo-lhe que a levasse à viúva de um legionário, mais precisada do que ele desse auxílio.”

E Aulseley, por intermédio de Lorde John Russe, informaria ao *Foreign Office* com referência ao homem cujo nome começava a preocupar as chancelarias europeias: “Na minha qualidade de embaixador em Montevidéu, estive em relações com Garibaldi durante dois anos. Como comandante das forças militares da cidade, ele havia sido colocado pelo seu governo sob as ordens dos almirantes francês e inglês. Para pôr a frota uruguaia em condições de combate era preciso entregar a Garibaldi armas e munições ou os meios para adquiri-los. A venalidade e a corrupção eram de regra geral. Teria sido inoportuno confiar o emprego do dinheiro ao governo indígena. Encorajado pela reputação de Garibaldi, não só da sua bravura, mas ainda da sua honestidade, decidi-me a resolver tudo pessoalmente com ele... De cada prova a que eu o submetesse, a sua honorabilidade ressortia sem mácula, cada verificação comprovava seu ponderado juízo e a perspicácia dos seus conselhos. [...] Garibaldi tinha o hábito de ver-me todas as noites, sempre vestido do seu poncho, que ele jamais tirava durante as nossas entrevistas. Isto me parecia bizarro. Soube depois porque só me procurava à noite. É que ele não tinha dinheiro sequer para comprar



velas, e organizava as suas contas antes que o sol entrasse. E o poncho, não o tirava para esconder o miserável estado da sua roupa, pois carecia dos meios para adquirir trajes convenientes. O soldo e as rações do governo de Montevideú não lhe eram entregues ou só lho eram em parte”.

\*

Meses mais tarde chegava a Montevideú uma carta de Anita, escrita a Estefano Antonini. “Tenho o prazer de dar a V. S. a notícia da minha chegada a Gênova, depois de uma felicíssima viagem de cerca de dois meses. Fui muito festejada pelo povo genovês. Mais de três mil pessoas vieram sob as janelas da casa gritando: “Viva Garibaldi! Viva a família de Garibaldi!” E me deram uma bandeira com as cores italianas, dizendo que eu a entregasse ao meu marido logo que chegue à Itália, para que ele seja o primeiro a plantá-la no solo lombardo. Se soubesse como é querido e desejado Garibaldi por toda a Itália, e principalmente aqui em Gênova! A cada navio que entra de Montevideú, penso que possa ser ele quem chegue. Se fosse, creio que as festas seriam sem fim. As coisas da Itália caminham bastante bem. Em Nápoles, na Toscana e no Piemonte foi promulgada a Constituição, e Roma dentro em pouco a terá também. A guarda nacional foi estabelecida por toda parte. Muitíssimos benefícios já obtiveram estes países. De Gênova e de todo o Estado foram expulsos os jesuítas e todos os seus familiares. Por toda parte, só se fala em unir a Itália mediante uma liga política e aduaneira e libertar os irmãos lombardos do domínio estrangeiro.

“Mil finezas recebi dos irmãos Antonini. Anteontem fui à Ópera, e ontem à noite à Comédia. Visitei os principais lugares da cidade e dos arredores, e amanhã parto no vapor para Nizza. Far-me-á o favor, caso meu marido ainda não tenha partido, de solicitá-lo a isso e dizer-lhe que os últimos acontecimentos na Itália devem induzi-lo a apressar a partida.”

Cruzava-se a carta de Anita, em alto-mar, com a que lhe escrevera Garibaldi poucos meses antes da sua partida de Montevideú: “Minha querida Anita, incidentes, antes desagradáveis, retardam a nossa viagem de alguns dias. Auzani foi atacado de sua moléstia de modo violento, Sacchi foi ferido em um joelho, e pouco faltou para que perdesse a perna: ambos, porém, estão melhorando e espero que não passemos o mês de março em Montevideú. O navio que nos levará chamava-se *Bifronte* quando estava

sob a bandeira da Sardenha, e se chamará *Esperança* ao mudar a bandeira oriental. Esta carta te chegará em Nizza ou Gênova. E em qualquer lugar com minha Mãe. Tomarás conta da minha pobre velha, por amor de mim; far-lhe-ás esquecer as preocupações que a velhice lhe ocasione. Foi sempre tão boa minha Mãe! Se esta te encontrar em Nizza, desejo vivamente que te sintas contente. Desejo que gozes do belo cantinho de terra que me viu nascer; que te seja caro como a tem sido sempre ao meu coração. Conheces a minha idolatria pela Itália, e Nizza é certamente um dos mais esplêndidos lugares desta pátria tão infeliz e que eu mais amo. Ama-a tu também, minha Anita, e eu te agradecerei este amor. Quando passeares pelos lugares que me viram criança, lembra-te do companheiro de tuas dores que tanto te ama, e saúda-os em meu nome. Desejo que conheças meu irmão Felice, para que possas julgar, por ti mesma, que me resta ainda um irmão bom e digno de mim. Os meus parentes Gustavin e Garibaldi te acolheram bem, sem dúvida, como também meu irmão Pepino, Giaume e todos os meus outros amigos. Serei eternamente grato a todos pelo que a ti fizeram. Abraça por mim Menotti, Tita e Ricciotti e a minha cara Mãe, e tu, pensa no teu fiel – Garibaldi.”

Eram sessenta e três os sobreviventes da legião italiana, que deixavam o serviço do Uruguai para voltar à pátria. “*Sessantatré lasciammo les sponde del Plata per recarci sulla terra italiana a combattere la guerra di redenzione*”, o condenado à morte de 1834 voltava a Gênova, quatorze anos depois, como um herói de legenda, com o nome envolto numa aura de bravura que fascinava as multidões. “Sublevara repúblicas, abatera tiranias”, diria Carducci, transportado em entusiasmo. “Quando os tempos foram plenos e Teseu se transformara em Hércules, a Itália o chamou de novo”.

\*

A península está outra vez em agitação. Pio IX foge de Roma. Carlos Alberto, vencido na batalha de Novara pelos austríacos, abdicara do trono do Piemonte em favor de seu filho Vítor Manuel. Lança-se Garibaldi de cheio na luta. Combate em Luino, onde Anita, a seu lado, maravilha os soldados pelas suas provas de heroísmo. Quando Garibaldi dirigia uma segunda carga à ponte, as balas dos austríacos, entrincheirados numa hospedaria, fazem cair a montaria da Anita. Ao meio da carga, a amazona galga

de um salto o cavalo de Garibaldi, que, deitando-a diante de si, de espada em punho abre caminho através dos inimigos.

Depois do armistício de Salasco, chega-lhe o convite do governo da Sicília para auxiliá-lo na defesa da independência daquela porção do reino de Nápoles. Em Livorno, porém, o entusiasmo da população o obriga a tomar o caminho da Toscana. Os acontecimentos de Roma decidem-no a oferecer os seus serviços àquele Estado. Rossi, o aliado de Pio IX, fora assassinado por um moço patriota. “*Un giovane romano avea ritrovato il ferro di Marco Bruto*”. Mandaram-no a Macerata, onde era, pouco depois, eleito deputado. Levou Anita a Roma, que continuava a ser, nos seus sonhos, o eixo da redenção italiana.

Eleito presidente da República Luís Napoleão, sai o governo de Paris em defesa dos direitos temporais de Pio IX e manda à península um exército comandado por Oudinot. Garibaldi está na Cidade Eterna, à frente dos seus voluntários. O exército francês, forte de seis mil homens, é repellido. A França entra em entendimento com a República de Mazzini e envia a Roma, como seu plenipotenciário, um republicano de folha corrida, Ferdinando de Lesseps, que deveria trabalhar junto às autoridades do Estado sem se comprometer pelo reconhecimento oficial das novas instituições. Ao mesmo tempo que Lesseps se entendia com os triúmviros de Roma, forças napolitanas e austríacas invadiam o território do Estado. Uma ala do exército da Áustria marcha sobre a Toscana, toma Livorno de assalto, enquanto outra coluna penetra na Romanha, onde se apossa de Bolonha e de Ancona. Marcha Garibaldi primeiro contra os napolitanos comandados por Lanza, os quais dispersa perto de Pellestrino e nas vizinhanças de Velletri. Não agradam ao governo de Paris as negociações de Lesseps, que recebe a sua revocatória. Devia Oudinot apoderar-se de Roma a ferro e fogo, tão logo chegassem os reforços que se estavam aprestando.

Um dia, estava Garibaldi almoçando com os seus oficiais na Vila Spada, onde estabelecera o quartel-general, quando se abriu a porta e entrou Anita, que ele supunha em Nizza. Acompanhava-a um velho veterano, amigo de Garibaldi, o cavalheiro Felice Origoni. Por nada se resignara a permanecer afastada do marido. Queria, ao seu lado, compartilhar as emoções da luta.

Na noite do dia de São Pedro, os franceses acometem, pela porta de São Pancrácio, a terceira linha da defesa de Roma. Anita, que estava adoentada, manda, no momento de se iniciar a luta, um bilhete a Garibaldi: “Na hora da peleja, não penses em mim nem nos nossos filhos: não cuides senão da Itália!”

“Durante esse terrível combate”, conta Clemente Robert, mostrou Garibaldi a mais estoica bravura. “Estava em toda parte: aqui, à testa de um batalhão, para uma carga de baioneta; ali, reanimando os soldados que começavam a desanimar, sempre nos pontos mais perigosos”... inútil, porém, toda resistência.

Oudinot, à frente das suas tropas, entra na cidade. Dissolve-se o exército romano. Garibaldi, com a sua força de voluntários, marcha sobre o território toscano. Anita, em trajes masculinos, apesar de enferma, acompanha a retirada. A muitos dos mais entusiásticos companheiros do *condottiere* vai falecendo o ânimo para aquela fuga por terrenos inóspitos, infestados de inimigos. As deserções são diárias. Em Orvieto, as autoridades se opõem à entrada dos expedicionários. Anita e Garibaldi passam a noite sobre um monte de feno trazido por alguns soldados, e aí encontrou a valorosa mulher a origem, possivelmente, da febre tifóide que a levou à morte. Atingem, afinal, os sopés dos Apeninos. Ia começar a parte mais difícil da marcha. Os soldados não estavam preparados para suportar os frios das alturas, e os austríacos procuravam por todos os meios barrar-lhes o avanço. Vinha Anita à retaguarda do destacamento dos dragões, quando os surpreende um esquadrão de *hussards*. Estabelece-se o pânico. Tratam os soldados de salvar-se como podem. Anita, de chicote em punho, grita-lhes indignada:

“Covardes! Enquanto uma mulher se bate, vocês fogem!”

O coronel Hoffstetter relata nas suas reminiscências: “Anita, a heroica amazona, exemplo de indômito valor, que na manhã do mesmo dia se tinha assinalado na retaguarda, às voltas com o inimigo, e que dentro em pouco veremos sustando a onda de fugitivos ao aparecimento dos austríacos, naquela noite apareceu aos seus piedosos admiradores extremamente doente: o anjo da morte a havia tocado, mas a sublime heroína não se abateu; a grande alma lutou até os extremos, sem um minuto de

fraqueza, sem uma queixa pelo sacrifício da própria vida em favor da pátria do seu herói amado, a Itália, sua pátria de adoção.”

Consegue Garibaldi, afinal, alcançar o território da República de San Marino. Os austríacos propõem-lhe a rendição, sob condições por ele reputadas inaceitáveis: a dispersão da coluna e a sua retirada imediata para a América do Sul. Garibaldi convoca os oficiais para novos sacrifícios, que provavelmente os conduzirão à morte ou ao exílio.

Esforçava-se por deixar Anita sob as vistas de amigos, na republiqueta montanhosa. Ela, porém, se opõe. “Queres deixar-me?”, pergunta. E Garibaldi, no auge do desespero, concorda em que ela o acompanhe. Simoncini, o cafeteiro que os hospedara em San Marino, conta: “Anita, na ocasião de despedir-se, quis repetidamente beijar minha mulher e minha filhinha. Parecia que não pudesse separar-se delas. À minha mulher ela disse: ‘Esposa, agora não tenho meios para recompensar-vos, mas sempre me lembrarei dos favores que de vós recebi.’ E partiu.”

Inicia-se aí o seu calvário. A febre não a abandona mais. Sai a expedição rumo de Veneza. Os austríacos lhe vão no encalço. Num trecho de costa, paludoso e coberto de canaviais, conseguem esconder-se os retirantes. Toma Garibaldi em seus braços Anita; e guiado por um lavrador, atravessa os charcos em demanda de uma cabana abandonada, onde a deposita sobre um leito improvisado de palhas e caniços. O romance de amor de Anita se aproxima do fim. Nos seus delírios, ela se revê ao lado do herói, nas peripécias da Laguna. Tiritava de frio. E quando abre os olhos é para suplicar ao companheiro que lhe mitigue a sede que a abrasa. Pela manhã, surge no lugar, à procura de ambos, um amigo fiel, conhecedor das redondezas. Dispõe-se o transporte da enferma para a fazenda do marquês de Guiccioli, em San Alberto. Lá estaria, à espera dela, um médico, o dr. Nanini. Quando o facultativo pôde examiná-la, nada mais havia a fazer. Anita agonizava.

Primo Gironi, recolhidos os depoimentos das testemunhas, reconstituiu a cena: “Com Garibaldi, no quarto fúnebre, estavam Leggiero, os irmãos Gaspare e Geremia Baldini com Angelo Basini, os quais, naquele dia, se encontravam nas proximidades da feitoria, a caçar. Garibaldi, ajoelhado, chorava convulsamente, segura entre as suas uma das mãos de Anita.

– Não, não, não está morta! Exclamava... É com certeza um novo desfalecimento. Tem sofrido tanto a pobre Anita! Voltará a si, não está morta, lhe digo! É impossível!... Olha-me Anita!... Fala!...

O desespero de Garibaldi tocava ao delírio. À força, foi arrancado de junto dos míseros despojos, depois de os haver coberto de beijos.

– Pelos teus filhos! Pela Itália! – lhe sussurrou Leggiero.

– Sufoco – disse, levando as mãos à garganta. – Dai-me um pouco d’água!

Bebeu. Ergueu os olhos ao céu, baixou-os sobre Anita e afastou-se, em soluços. Todos o seguiram. Embaixo, perguntou quem eram e o que queriam dois recém-chegados. Apresentaram-lhe Fabri e Vitali, os quais lhe expuseram a missão que traziam. Pediu Fabri que ele abandonasse aquele local, por demais perigoso à sua segurança.

– Estou resignado a tudo – respondeu-lhe. – Antes, porém, quero dar sepultura à minha Anita.

– Impossível! – Respondeu-lhe mais de uma vez.

– Impossível? Não! – Repetiu Garibaldi. Ide a Ravena e em meu nome falai com Antonio Camerani e com o major Montanari. E lá tratai do funeral que merece esta santa mulher.

– Mas, perdoe-me, general, interveio Gaspar Baldini. Se fizermos isso, correremos risco, o senhor e nós, de encontrar inúmeros perigos, com o único resultado de não podermos realizar o almejado...

Tornou-se pensativo Garibaldi, e não insistiu.

Pegou uma lâmpada e subiu ao quarto mortuário. Longamente, convulsamente, chorou, a sua face encostada à de Anita. Beijou-lhe as pálpebras. Alisou-lhe os cabelos sobre as têmporas. “*Io piansi amaramente la perdita della mia Anita, di quella che mi fu compagna inseparabile, nelle più avventurose circostanze della mia vita*”!

Enfrenta Garibaldi aqui o maior dilema moral da sua vida: Anita, o amor da mulher que tudo abandonou por ele, ou a causa da Itália, pela qual ele sacrificaria tudo. Rápidos instantes dura a hesitação. Vence o sentido político do seu destino, que modifica as mais íntimas manifestações da sua afetividade. O semideus das batalhas, o gigante dos cenários públicos, é um pigmeu ao lado de Anita, a santa do amor, a heroína da abnegação.

Pobre Anita! Nem sepultura cristã lhe pôde dar o companheiro. Entregue o cadáver ao cuidado dos amigos que ficavam no lugar, presas

do medo das autoridades austríacas, enterram-na à flor da terra, quase às escondidas, sem as formalidades da lei. Nem depois da morte, encontrava condigno descanso o corpo da que nascera para sofrer pelo muito que soubera amar. Depois da dolorosa profanação presente, a glorificação do futuro:

“Aqui, onde jazeu, ocultamente sepultado, o corpo de Anita Garibaldi, de 4 a 10 de agosto de 1849, quis o município de Ravena erigir este marco, em sinal de que esta landa deve ser considerada sacra nos fastos do pátrio ressurgimento”.

\*

E Garibaldi segue o seu destino. Novamente, o exílio: Gibraltar, Tânger, Nova York, América Central, a costa do Pacífico, Lima. Depois, outra vez, o regresso à pátria. Novas lutas, novos triunfos, novos desenganos. Por fim, a glória em vida, tão grande como não a conheceu igual, talvez, nenhum outro homem do seu tempo.

A projeção dinástica de Vítor Emanuel e a capacidade diplomático de Cavour encontram nele um maravilhoso instrumento para a grande aventura, que é a unificação da raça. Na figura do aventureiro genial, vê o povo refletida a sua própria imagem. Ele é a síntese do romantismo político do seu tempo. A sua aliança com a casa de Savoia dá ao seu destino o carácter nacional que se afirma na constituição da Itália moderna. Confia-lhe Cavour o comando geral dos caçadores dos Alpes na guerra contra os austríacos. Garibaldi, que nunca despe, em campanha, o seu poncho-pala confeccionado pelos modelos do Rio Grande, conduz as tropas da Sardenha de vitória em vitória. De Varese a San Fermo, daí a Como, a Lecco, a Bérgamo. Ontem ainda em Bréscia, hoje entra em Santa Eufêmia, três dias depois combaterá os austríacos em Castanédolo. Sobrevém o armistício de Vilafranca, em que o imperador dos franceses pactua a paz à revelia dos seus aliados do Piemonte. Cavour delira de indignação. Ainda dessa vez, a casa de Savoia terá de conformar-se com uma situação secundária nas discussões dos gabinetes europeus. Nas negociações de paz, o Piemonte cede a cidade de Nizza aos franceses. Agora, quem ruge de cólera é Garibaldi. Eleito deputado, investe contra Cavour: “Era bem natural que ao filho, tornado adulto, a pátria vendesse o berço.” Cavour, porém, não quer

entrar em polêmicas com ele. Conhece a capacidade de renúncia daquele homem em face do sonho da unificação italiana e manda-lhe um lacônico bilhete: – “Garibaldi, Nizza ou a Sicília? – Cavour”. Garibaldi compreende e espera a grande hora.

Ela chega, por fim. No silêncio da noite, dois vapores, o *Piemonte* e o *Lombardo*, deixam o ancoradouro de Gênova. Fora do porto, os navios se detêm. De bordo de uma chalupa, seguro às cordas que lhe atiram, sobe Garibaldi a bordo do *Piemonte*. Veste, como sempre, o seu poncho-pala, usa-o como um ator usa os seus “travestis”: – “o poncho era a indumentária da sua popularidade”. Nas praias de Quarto, embarcam os expedicionários.

*“Quando salpó da Quarto, era la sera,  
sera di maggio con ridere di stelle”,*

Como se lê no poema d’annunziano.

São os “Mil”, que vão, com a conquista da Sicília, construir a unidade italiana. De Quarto seguem a Talamane, de Talamane a Marsala, onde se opera o desembarque. O reino de Nápoles treme de pavor. A corte de Piemonte, o reino amigo, de nada sabe... Cavour é uma esfinge. A ilha toda se inflama pela causa da redenção nacional. Proclama-se a “guerra santa”, pela Itália e por Vítor Emanuel. Dias após, do quartel de Salimi, lança Garibaldi a sua proclamação: – “A convite dos notáveis, assumo em nome do Rei Vítor Emanuel II a ditadura na Sicília.” Depois, marcha de triunfo em triunfo: Calatafimi, Galibrassa, Palermo, Milano. “Aqui criaremos a Itália ou morreremos.” Atravessa o estreito de Messina e avança sobre Nápoles, entra em Reggio de Calábria. O rei Fernando foge para Gaeta. Entra o conquistador triunfalmente em Nápoles. Destroça os últimos borbônicos em Cápua, enquanto o rei da Sardenha desce ao seu encontro pelos Abruzzos. Encontram-se na estrada de Caianelo, perto de Teano. Desfilam os batalhões das tropas sardas. Rufam os tambores. As bandas dos regimentos executam a marcha real. Distancia-se Garibaldi dos camisas-vermelhas em direção ao soberano.

– Eu saúdo o rei da Itália! – diz, ao aproximar-se de Vítor Emanuel.

– Eu saúdo o maior dos italianos, – responde o rei *galantuomo*, estendendo-lhe a mão.



Os camponeses, em torno, gritam, agitando os chapéus:

– Viva Garibaldi!

Esforça-se o *condottiere* por que o povo aplauda a Vítor Emanuel.

– Viva o rei da Itália! Viva o nosso rei!

Mas o povo não lhe compreende a intenção e continua nas suas aclamações:

– Viva Garibaldi! Viva Garibaldi!

Põe-se a tropa em marcha. Ao lado do rei cavalga o antigo condenado à morte pelas autoridades de Gênova, em nome de Carlos Alberto, pai do soberano atual, a quem entrega, em retribuição, o Reino das Duas Sicílias. Só tem uma preocupação o conquistador: apagar-se, desaparecer, ceder a Vítor Emanuel o cenário todo. No seu manifesto – “A Itália e Vítor Emanuel!”, – afirma: – Os italianos não devem afastar-se deste programa: Vítor Emanuel é o único indispensável na Itália, aquele em torno de quem se devem unir todos os homens que tenham amor à nossa península. Eu não cuído de saber se o ministro se chama Cavour ou Gattaneo. Que Deus me ouça. O que devem desejar todos os italianos é que no dia 1º de março de 1861 se encontre Vítor Emanuel à frente de cinquenta mil soldados!

Apenas uma graça tem a pedir ao rei: que deixe marchar a sua coluna na vanguarda das tropas, ao encontro do inimigo. Mas Vítor Emanuel lhe responde que os camisas-vermelhas já cumpriram o seu dever e merecem descanso. Ele próprio vai comandar a divisão que suportará o primeiro choque. Sente Garibaldi já não ser necessária sua presença no teatro dos acontecimentos. Cumpriu a sua missão. E novo Cincinato, vai com algumas bolsas de sementes instalar-se em Caprera. D’Annunzio cantará a cena em versos imortais:

*“Donato il regno al sopraggiunto re,  
ora sen torna al sasso di Caprera  
il Dittatore. Fecce quel che poté.  
E seco porta un sacco di semente.”*

Longe do mundo, cansado dos homens, toda a sua vida de aventuras lhe desfila na lembrança. Retumba seu renome por todos os quadrantes da pátria. Cavour será o primeiro a proclamar-lhe a benemerência:

“Os serviços que Garibaldi prestou à Itália são os maiores que um homem poderia prestar. Ele soube dar aos italianos confiança em si mesmos. Garibaldi dispõe de grande poder moral, e ele exerce enorme prestígio, não só na Itália, mas em toda a Europa.”

“Como a Napoleão depois de Marengo, também a Garibaldi depois de Marsala, diz Guerzoni, “fez a complacente musa da Heráldica surgir do solo uma árvore genealógica perfeita, cujas raízes se perdem na profundidade das idades longobardas.” Afirma-se com absoluta convicção que o nome dos seus antepassados foi *Gar de Bald* e que sua família procede em linha direta do famoso Garibaldi, duque de Turim.

De todos os pontos da Europa acorrem forasteiros a Caprera. Querem ver de perto o homem mais popular do século. O duque de Sutherland chega a ilha no seu *yacht*. Vai apresentar a duquesa ao seu amigo Garibaldi. Mas quando atinge a casinhola do asceta da glória, a *casa bianca* construída pelas suas próprias mãos, dá com ela vazia. Examina a duquesa o mobiliário daquele interior paupérrimo: uma cama, um armário com livros, quatro cadeiras, uma poltrona.

– Quer ver Garibaldi?, pergunta-lhe o duque. – Ali está.

Recorre a duquesa ao binóculo, e vê ao longe, sentado sobre uma rocha, o semideus da guerra, ocupado em pregar botões em um par de velhas pantalonas.

– Esta casa vale mais do que todos os palácios do mundo! – diz, emocionada, a duquesa de Sutherland.

As grandes vozes da Itália romântica, Manzoni entre eles, celebram o herói como o autêntico autor do *fiat* que produziu a unidade da pátria. Não só os poetas da Itália cantam a grandeza moral do solitário de Caprera. Alexandre Dumas é em Paris a tuba na sua fama. Abandonando todos os seus projetos literários, o criador dos *Três Mosqueteiros* corre à península para viver ao lado do feiticeiro das multidões. “*Tout est improvisé, tout est inédit et n'a jamais été encore. La force primitive de Garibaldi suit toujours des sentiers inconnus et il élabore sans cesse de nouveaux plans.*” Também Tennyson vai visitá-lo. Hugo, mais tarde, espera a sua visita em Guernesey. E o melhor alojamento da casa, o apartamento dos hóspedes de categoria passa a chamar-se então “o quarto de Garibaldi”, embora o herói nunca houvesse podido realizar a visita.

George Sand, falando por todas as mulheres da Europa, traça-lhe o perfil em linhas apaixonadas: “Garibaldi não se assemelha a ninguém, e há

na sua pessoa um mistério que força a meditar. O semblante, nele, fascina mais pela nobreza e serenidade que pela formosura das linhas. Garibaldi é, em verdade, o homem que nasceu para o comando... Como chefe, representa algo de sobrenatural e de religioso, que não sofre confronto na história das tropas regulares; é um dos mais estranhos episódios do tempo em que vivemos, no qual a guerra é dirigida por via de cálculos sábios e por meio de severa disciplina. Homens de tal feitio representam não tanto uma ideia particular, quanto um sentimento geral. Neles se encarna a alma de uma nação inteira: neste herói se consubstancia a Itália rediviva, com todo o seu doloroso passado, os seus dramas angustiados, a sua tácita paciência, o seu gênio de exuberante ação, mormente com aquele seu ódio ao jugo estrangeiro, que nele impõe silêncio às vãs soberbias, às discórdias funestas, quando bate a hora do ser ou não ser.” Aquele aventureiro representa para as mais altas consciências liberais do mundo “a concepção revolucionária da vida civil”; os poetas divisam nele “a aspiração a uma justiça do povo capaz de tornar melhores os destinos dos homens e das nações”.

Um jornalista que o circunspecto *Times* manda à península esquece-se dos seus deveres de neutralidade e veste a camisa vermelha. Garibaldi é um dominador de consciências. Oferece-lhe Abraham Lincoln um posto de general do exército norte-americano. Gladstone convida-o para ir vê-lo em Londres. E se os homens tanto o requestam, como resistiriam as mulheres ao encanto da sua presença? A bela Mrs. Roberts, Esperanza von Schwartz que se chama literariamente Elpis Melena, a condessa Tattini, a jovem marquesinha Giuseppa Raimondi ocupam-lhe a atenção nesses dias de febre e de glória. Diz-se que Garibaldi, enamorado da glória, se irrita e enfastia, quando parece que lhe vão faltar as homenagens dos poderosos. Mas quando o rei quer distingui-lo com os brasões de príncipe de Calatafimi, sorri discretamente e recusa.

Viverá esse homem, até os últimos momentos, como um pedaço vivo da natureza, como uma chama romântica pelo bem e pelo justo. Palmerston é, ainda nas alturas de 1860, um dos homens mais poderosos da Europa. Foi vê-lo Garibaldi, por ocasião de uma visita a Londres. Falam sobre a situação de Veneza. O premier inglês é de aviso que a questão veneziana deva ser confiada ao tempo e resolvida pela diplomacia. Interrompe-o bruscamente o visitante:



*Retrato de Garibaldi. Reproduzido de Garibaldi l'Album Fotografico de W. Settimelli, Florença, Alinari, 1982, p. 36.*

– Que estais dizendo? Nunca é cedo para os escravos despedaçarem as suas cadeias!

E saiu subitamente, deixando estarrecido o sutilíssimo homem de Estado.

Todos os seus gestos são observados, interpretadas as suas atitudes, as suas maneiras imitadas na vida real, copiadas na literatura. Os pintores mais célebres do tempo buscam fixá-lo nas suas telas. Em verdade, a expressão heroica do século XIX seria incomparavelmente menor sem a figura de Garibaldi, e o romantismo não teria sentido no terreno político sem os ciclos de aventuras do herói da sua época. Quando a Europa mergulhava no racionalismo e buscava a plenitude da felicidade nas conquistas materiais da civilização, dois homens solitários, presos a dois rochedos perdidos no mar, souberam dar ao século a medida da sua grandeza espiritual: Hugo e Garibaldi, o verbo e a ação.

Mas, quanto mais a Europa o admira e a Itália lhe reclama a presença, mais o herói se afasta do convívio dos homens para viver de novo, na magia da recordação, o maravilhoso romance da sua existência.

Não se consolará, até o último momento, de que tropas estrangeiras ainda pisem o solo da Itália. E lembrará, como exortação ao valor dos seus compatriotas, os exemplos do Rio Grande: “Os gaúchos rio-grandenses eram homens habituados a todas as privações, e nunca de uma só boca ouvi lamentações dos moribundos de fome e de sede; ao contrário, mesmo em tão dolorosa situação, desejavam combater. Oh! italianos! No dia em que fordes unidos e sóbrios, pacientes nas fadigas e privações como os gaúchos rio-grandenses, o estrangeiro, estai seguros, não pisará mais a vossa terra, não mais poluirá o vosso lar. Nesse dia, italianos, terá a Itália reconquistado com brilho o seu lugar na frente das nações do Universo.”

Conheceu, nas suas campanhas, dezenas e dezenas de cabos de guerra, mas o único perfil de guerreiro que ele retraça com alma é o de Bento Gonçalves. O seu estilo atinge, nessa página, um vigor sem igual nas *Memórias*. “Era Bento Gonçalves um verdadeiro cavaleiro errante, do ciclo de Carlos Magno, irmão pelo coração dos Oliveiros e dos Rolandos, vigoroso, ágil, leal como eles; perfeito centauro, manejando o cavalo como só o vi fazer o general Neto, modelo consumado de cavaleiro. Estive alguns dias em sua intimidade, nas margens do São Gonçalo. Era integralmente

o filho dileto da Natureza, que lhe havia dado tudo quanto constitui um perfeito herói. Quando o conheci, parecia atingir os seus sessenta anos. Alto, esbelto, cavalgava com uma graça e facilidade admiráveis. Montado, dir-se-ia ter vinte e cinco anos apenas. Bravo e feliz como um cavaleiro de Ariosto, não hesitaria um instante em combater um gigante, tivesse ele a estatura de Polifemo ou a armadura de Ferragus. Fora dos primeiros a dar o grito de guerra, não com um fim de ambição pessoal, mas como simples filho desse povo belicoso. Sua vida em campanha assemelhava-se à do último dos seus concidadãos. Com tantos dons, coisa estranha! Foi quase sempre infeliz nas empresas de guerra; o que me faz acreditar que o acaso valha muito mais que o gênio na fortuna dos heróis.”

Quando discute com Mazzini as possibilidades da retirada de Roma, a sua convicção é inabalável. Expedições mais perigosas do que aquela pelos Apeninos havia, e muitas, na história das operações militares. Deixaria de mencionar tantas outras, para só lembrar a que ele mesmo conhecera, no Rio Grande do Sul. “*Una, ho testimoniata io, nella Republica del Rio Grande*”. E quando dizia Rio Grande, que ninguém contrariasse. A cavalaria “daquele país” era “a melhor do mundo”. “Eu vi batalhas mais disputadas – escreveu – mas nunca vi em nenhuma parte homens mais valentes nem cavaleiros mais brilhantes que os da cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das gentes.”

Tudo quanto se passava ao seu derredor na Europa parecia-lhe de pouco valor ao lado das provas de constância na luta, que observara entre os farrapos. “Não tenho escrito semelhantes prodígios pela carência de habilitações”, dizia em carta a Domingos José de Almeida, o seu leal e inesquecível amigo, o companheiro do seu idolatrado Rossetti. “Mas aos meus companheiros de armas tenho memorado, mais de uma vez, tanta bravura nos combates quanto generosidade na vitória, tanta hospitalidade quanto afago aos estrangeiros, e a emoção que minha alma, então ainda jovem, sentia na majestosa presença das vossas florestas, da formosura das vossas campinas, dos viris e cavalheirescos exercícios da vossa juventude corajosa. E repassando na memória as vicissitudes de minha vida no vosso meio em seis anos de ativíssima guerra, de constante prática de ações magnânimas, como em delírio, exclamo: Onde estão agora esses belicosos

filhos do Continente, tão majestosamente terríveis nos combates? Onde Bento Gonçalves, Neto, Canabarro, Teixeira e tantos valorosos que não lembro? Que o Rio Grande ateste com uma modesta lápide o sítio em que descansam os seus ossos; e que vossas belíssimas patrícias cubram de flores esses santuários das vossas glórias!”

Ao tempo em que a Europa inteira olhava, deslumbrada, para o último dos românticos ainda sobreviventes, para uma das mais altas expressões do idealismo político do século, escrevia Garibaldi a Almeida: “Quando penso no Rio Grande, nessa bela província, quando recorro o acolhimento com que fui recebido no grêmio de suas famílias, onde fui considerado como filho; quando me lembro das minhas campanhas entre os vossos concidadãos e dos sublimes exemplos de patriotismo e abnegação que deles recebi, sinto-me verdadeiramente comovido. E este passado da minha vida se imprime na minha memória como alguma coisa de sobrenatural, de mágico, de verdadeiramente romântico!”

\*

Ao tempo em que a Europa celebra em Garibaldi a mais alta figura romântica do século, o herói, com os olhos deslumbrados sobre o passado, revê no Rio Grande o mais espontâneo, o mais verdadeiro panorama romântico do mundo.

.....

## Bibliografia

Garibaldi – *Memorie Autobiografiche*, Edizione diplomatica dall autografo definitivo, a cura di Ernesto Nathan.

Alexandre Dumas – *As memórias de José Garibaldi*, traduzidas so original manuscrito, publicação do *Diário de Notícias*, de Porto Alegre.

Giuseppe Guerzoni – *Garibaldi*, con documenti editi e inediti, piante topografiche ed un fac-simile.

Luigi Palomba – *Vita de Giuseppe Garibaldi*.

Paul Frischauer – *Garibaldi*, traduit de l'allemand por S. Stetting-Mi-chaud.

Enrico Corradini – *A formação da epopeia garibaldina*, conferência no Instituto Nacional de Música, publicação do *Jornal do Comércio*.

Gabriele d'Annunzio – *Canzone di Garibaldi*.

Carducci – *Ode a Giuseppe Garibaldi*.

Giovanni Marradi – *Rhapsodias Garibaldinas*.

Giacomo Emilio Curatulo – *Giuseppe Garibaldi, Lettere ad Anita e ad altre donne*.

L. von Alvensieben – *Garibaldi, seine Jugend, sein Leben, seine Abentheuer und seine Kriegstaten*.

Capellotti – *Garibaldi a Rio de Janeiro*.

Feraboli – *Il primo esilio di Garibaldi in America*.

Giuseppe Mazzini – *La Legione Italiana in Montevideú*.

Pereda – *Garibaldi en el Uruguay*.

G. M. Treveylant – *Garibaldi in South America*.

Walter Spalding – “Cartas de amor de Garibaldi”, in *Revista do Globo*.

José Enrique Rodó – “Garibaldi”, in *El mirador de Próspero*.

Anita Garibaldi – “Garibaldi” *na America*.



Batista Pereira – “O Rio Grande dos Farrapos e Garibaldi”, in “Vultos e Episódios do Brasil”.

Anibal Matos – *Garibaldi*, discurso.

Fernando Luís Osório – *A flama garibaldina*, conferência.

Eduardo Duarte – “Garibaldi, Rossetti e Zambecari”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*.

Mario Carli – *Cincoentenário da morte de José Garibaldi*.

Cesar Cantú – *História Universal*.

Guilherme Oncken – *História Universal*.

René Fulop-Miller – *Os grandes sonhos da humanidade*.

Rocha Pombo – *História do Brasil*.

Carlos Canepa – *História Argentina*.

Eduardo Acevedo – *Anales Históricos del Uruguay. Manual de História Uruguaya, desde el coloniaje*.

Juan G. Beltrán – *Historia del Brasil*.

A. Savelli – *Histoire d'Italie, de l'empire Romain jusju'à nos jours*.

A. Díaz – *Historia política y militar de las repúblicas del Plata*.

Felisbelo Freire – *História Constitucional da República*

Luís Edmundo – *No tempo dos vice-reis*.

Melo Leitão – *Visitantes do Primeiro Império*.

Gilberto Freire – *Sobrados e Mocambos*.

Fernando Denis – *O Brasil*.

Eduardo Theodor Boesche – *Wechselbilder von Land und Seeseisen*.

C. Schlichthorst – *Rio de Janeiro wie es isto*

J. B. Debret – *Voyage pittoresque et historique au Brésil*.

Manuel A. de Almeida – *Memórias de um sargento de milícias*.

Pandiá Calógeras – *Da Regência à queda de Rosas*.

Otávio Tarquínio de Sousa – *Bernardo Pereira de Vasconcelos e o seu tempo*.

Oswaldo Orico – *Feijó. Evaristo da Veiga e sua época*.

Craveiro da Costa – *O visconde de Sinimbu*.

Pedro Calmon – *Formação sociológica do Brasil*.

Manuel Bonfim – *O Brasil*.

A. J. de Sampaio – *Fitogeografia do Brasil*.

Augusto de Saint-Hilaire – *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1820-21). Tradução de Leonam de Azevedo Pena.

Nicolau Dreys – *Notícia descritiva da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, com um esboço crítico por Alfredo F. Rodrigues.

Arsène Isabelle – *Voyage a Buenos Aires et à Porto Alegre*.

Visconde de S. Leopoldo – *Anais da Província de S. Pedro*.

Alcides Lima – *História popular do Rio Grande do Sul*.

Carlos Teschauer, S. J. – *Poranduba Rio-grandense*.

João Pinto da Silva – *A província de S. Pedro*.

Oliveira Viana – *Populações meridionais do Brasil*.

Otávio Augusto de Faria – *Diccionario geográfico, histórico e estatístico do Rio Grande do Sul*.

Jônatas da Costa Monteiro – *A Colônia do Sacramento*.

Felix Contreiras Rodrigues – *Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro*, in *Anais do primeiro Congresso de História e Geografia Sul-riograndense*, vol. I.

Manuel E. Fernandes Bastos – *A estrada da Laguna ao Rio Grande*, in *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-riograndense*, vol. I.

P. Geraldo José Pauwels – “O trecho duvidoso dos limites entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Ano IX, I e II Trimestres.

J. Simões Lopes Neto – *Lendas do Sul*.

Antônio Stenzel Filho – *A vila da Serra (Conceição do Arroio)*. Sua descrição física e histórica. Usos e costumes até 1872.

Fernando Luís Osório – *Sociogênese da pampa brasileira*. Concepção e trato dos estudos rio-grandenses. A orientação do povo gaúcho.

Coronel Álvaro de Alencastre – *O regionalismo no Rio Grande do Sul*.

Aurélio Porto – *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*.

Aquiles Porto Alegre – *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*.

Tristão de Alencar Araripe – *Guerra civil do Rio Grande do Sul. Memória acompanhada de documentos.*

Alfredo Varela – *História da Grande Revolução.*

Assis Brasil – *História da República Rio-grandense.*

Alfredo Ferreira Rodrigues – *A Revolução e a República. Perfil Biográfico de Domingos de Almeida.*

Fernando Luís Osório (Pai) – *A guerra dos Farrapos.*

João Maia – *História do Rio Grande do Sul. Formação do Rio Grande do Sul. Resenha histórica, in Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-riograndense, vol. I.*

Fernando Luís Osório – *A ação e os propósitos orgânicos dos farrapos, in Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-riograndense, vol. II. A religiosidade e o sacerdócio dos Farrapos, ibidem, vol. I. A graça e o lirismo heroico dos Farrapos. A ação militar de João Manuel e o plano republicano de 1863, ibidem, vol. II.*

D. Henriqueta Galeno – *A Revolução Farrroupilha. Suas causas sociais, políticas e econômicas, in Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-riograndense, vol. II.*

Castilhos Goycochea – *A revolução farroupilha. Causas políticas e econômicas, in Anais do Primeiro Congresso de História Sul-riograndense, vol. II.*

De Paranhos Antunes – *Os partidos políticos do Rio Grande do Sul, in Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-riograndense, vol. II.*

Celso Schoroeder – *Efemérides da Revolução Rio-grandense de 1835-1845, in Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-riograndense, vol. II.*

Walter Spalding – “O Decênio Farrapo”, in *Revista do Globo,*

Félix Contreiras Rodrigues – *O fenômeno econômico na Revolução dos Farrapos, in Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-riograndense, vol. III,*

Firmino Ramos Soares – *A educação primária na República Farrroupilha, ibidem, vol. III.*

Florêncio C. de Abreu e Silva – *Recursos financeiros de República de Piratini*, ibidem, vol. III. *A Constituinte e o projeto de Constituição da República Riograndense*.

De Paranho Antunes – *A maior vitória dos Farrapos*, in *Revista do Globo*.  
Alfredo Ferreira Rodrigues – Arquivo recolhido ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Joaquim Gonçalves da Silva – “Recordações históricas, Evasão do general Bento Gonçalves da Silva”, in *Almanaque Popular de Alfredo Ferreira Rodrigues*,

Lucas Alexandre Boiteux – “A Marinha Imperial na Revolução Farroupilha”. *A Tática nas campanhas navais nacionais*.

Washington Perci de Almeida – *A Ação da Marinha Imperial na guerra dos Farrapos*”.

Henrique Boiteux – *A República Catarinense*. (Notas para a sua história)”. *Anita Garibaldi*.

Marechal Leite de Castro – *Anita Garibaldi*.

Fernando Callage – *A Revolução dos Farrapos*.

H. Canabarro Reichardt – *Davi Canabarro*.

Otelo Rosa – *Os amores de Canabarro. Vultos da epopeia farroupilha*.

Clemenciano Barnasque - *Efemérides Riograndenses*.

Coleção do *O Povo* (1838-1840).

Coleção do *O Mensageiro* (1835-1836).

Coleção do *O Americano* (1842-1843).

Coleção da *Estrela do Sul* (1843).

“Apontamentos escriptos pelo Coronel João Luís Gomes sobre a Revolução Farroupilha” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*.

“Apontamentos para a História da Revolução de 1835-1845 Registro do Tesouro da República”. *Ibidem*.

“Registro da correspondência oficial do presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga, desde 18 de setembro até 23 de outubro de 1835”. *Ibidem*.

Saturnino de Sousa Oliveira – *Bosquejo histórico e documentado das operações militares na Província do Rio Grande do Sul. As operações do Passo Fundo descritas pelo atual presidente do R. G. do Sul,*

Carlos von Koseritz – *A República Rio-grandense e o livro do Sr. Conselheiro Araripe.* (Artigos editoriais da *Gazeta de Porto Alegre.*)

Dr. João Rodrigues Fagundes – *Diário dos negócios públicos em geral da província do Rio Grande do Sul.*

Sousa Docca – *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha.*

Rodrigo Otávio Filho – *O panorama político da Revolução dos Farrapos.*

Vicente Antônio Foutoura - *Diário.*

Anais do Itamarati, acompanhados de notas do Sr. Aurélio Porto, vol. I e II.

.....

NOTÍCIA BIOBIBLIOGRÁFICA  
DE LINDOLFO COLLOR

Lindolfo Boeckel Collor nasceu em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em 1889. Mudando-se, ainda moço, para o Rio de Janeiro, nesta cidade começou a trabalhar como jornalista, inicialmente como redator do *Jornal do Comércio* e, a partir de 1919, como diretor de *A Tribuna*.

Em 1921 foi convidado, devido a suas ligações com Borges de Medeiros, a dirigir *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense. Nesse jornal escreveu, em 1922, o célebre artigo “Pela Ordem”, contra o levante de 5 de julho. Elegeu-se deputado à Assembleia Legislativa de seu Estado, e em 1923 foi eleito deputado federal. Integrou, na Câmara, a Comissão de Finanças, e presidiu durante muitos anos a Comissão de Diplomacia daquela Casa do Congresso. Participou de várias conferências internacionais, entre elas a Conferência Interamericana de Havana, em 1928.

Teve papel destacado na Convenção que criou a Aliança Liberal, tendo redigido seu Manifesto. Foi um dos mais ativos articuladores da Revolução de 1930.

Uma vez instalado o Governo Provisório, foi o primeiro titular do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado por sugestão sua. Demitiu-se do cargo, menos de dois anos depois, passando a liderar a corrente que exigia a instauração de um regime constitucional. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932, lutando no interior do Rio Grande do Sul com uma das colunas revolucionárias ali formadas.

Derrotado esse movimento, exilou-se na Argentina, só retornando ao Brasil ao ser convocada a Assembleia Constituinte. Foi secretário de Finanças do governo Flores da Cunha, participando, desde sua criação, da União Democrática Brasileira e apoiando a candidatura de Armando Sales de Oliveira à presidência da República.

Uma vez decretado o Estado Novo, foi várias vezes preso até ser deportado para a Europa, de onde voltou para o Brasil em 1942, já muito

doente. Mais uma vez detido, só foi solto poucas semanas antes de morrer, tendo falecido nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro.

Durante sua vida colaborou regularmente em jornais brasileiros e estrangeiros. Publicou: *Sinal dos Tempos*, *O Brasil e a Liga das Nações*. *O Convênio e Montevidéu*, *Europa 1939 e Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*. Deixou inédito um ensaio sobre a vida e a obra de Camilo Castelo Branco.

.....  
*Índice onomástico*  
.....

A

- ABREU, Bartolomeu Pais de – 250  
ABREU, Cristóvão Pereira de – 250  
ABREU, Francisco Pedro de – 195, 196,  
198, 212, 390, 392, 393, 416, 417,  
418, 423, 450, 463, 464  
ABREU, Joaquim Francisco de (almirante)  
– 208, 240  
ABREU, José Ricardo Coelho de (tenen-  
te) – 234, 236, 242  
ABREU, Pedro José Gomes de – 195  
AGOSTINHO – 355, 366  
AGUIAR, Manuel Duarte de – 287, 290,  
315  
AGUIAR, Rafael Tobias de – 441, 449, 462  
ALANO, Cândido – 317, 344, 345, 347,  
348, 350  
ALANOS (os) – 339, 344, 351  
ALBUQUERQUE, Antônio de Melo  
(coronel) – 344, 354, 355, 356, 358,  
360, 363, 366  
ALENCASTRE, Serafim José de (minis-  
tro) – 375, 390, 446  
ALMEIDA VASCONCELOS – 114  
ALMEIDA, Domingos José de – 128,  
130, 131, 133, 134, 135, 136, 137,  
138, 139, 152, 153, 154, 170, 171,  
190, 208, 220-221, 276, 281, 315,  
347, 350, 351, 373, 375, 377, 389,  
391, 393, 414, 424, 425, 426, 430,  
435, 436, 437, 444, 445, 451, 452,  
467, 484, 485  
ALMEIDA, Pedro José de – 98, 103,  
129, 167  
ALPOIM, Luís José dos Reis (tenente) –  
97  
ÁLVARES MACHADO (deputado) –  
131-132, 411, 412, 413, 414, 417,  
423, 427  
ALVEAR – 222  
ALVES, Antônio – Ver GUIMARÃES,  
Antônio Alves  
ALVES, Marcos – Ver PEREIRA, Marcos  
Alves  
AMARAL SARMENTO – 446  
AMARAL [Ferrador] – 347  
AMARAL, Antônio Manuel do – 374  
AMARO DA SILVEIRA – 463  
AMÉLIA (imperatriz) – 76  
ANA – Ver ANITA  
ANAYA (vice-presidente) – 114  
ANDRADE NEVES – Ver TRIUNFO  
(barão do)  
ANDRADE, José Bonifácio Caldeira de  
– 83, 111, 269, 270, 271  
ANDREIA, Francisco José de Sousa So-  
ares de – 272, 275, 277, 278, 294,  
295, 303, 304, 316, 317, 318, 319,  
324, 325, 326, 333, 334, 336, 340,  
405, 406, 409, 410, 417  
ANDREUS, Jacinto – 121  
ANGELIS, Francisco de – 470  
ANGELO – 45, 46, 47  
ANINHA – Ver GARIBALDI, Anita  
ANITA – Ver GARIBALDI, Anita  
ANTÔNIA – 173, 186, 199, 205  
ANTONINI (os) – 435, 471  
ANTONINI, Estefano – 471  
ANTÔNIO CARLOS – 84, 214, 406,  
411, 416  
ANTÔNIO ELISÁRIO – 188, 192, 194,  
214, 218, 219, 221, 238, 371



ANTÔNIO INÁCIO – Ver OLIVEIRA FILHO, Antônio Inácio de  
 ANTÔNIO VICENTE – Ver FONTOURA, Antônio Vicente da  
 ARAÑA (ministro) – 119, 120, 460  
 ARANHA, Joaquim Mariano – 345, 346, 347, 355, 356, 367  
 ARANHA, Marianito – Ver ARANHA, Joaquim Mariano  
 ARANHAS (os) – 255  
 ARAÚJO CORREIA – 395  
 ARAÚJO RIBEIRO – Ver RIBEIRO, José de Araújo  
 ARAÚJO, Francisco Vilela de (vigário) – 268, 313  
 ARAÚJO, Joaquim José de – 94, 149  
 ARAÚJO, José de – Ver ARAÚJO, Joaquim José de  
 ARCOS (conde dos) – 76  
 ARENA – 49, 72  
 ARIOSTO – 484  
 ARRAIGADA – 119  
 ARRUDA CÂMARA – 454  
 ARSÈNE ISABELLE – 95, 200  
 ARTIGAS – 110, 161, 222, 389  
 AUSELEY – 469  
 AUZANI – 404, 448, 469, 471  
 AZAMBUJA, João Patrício de – 393

**B**

BADARÓ – Ver LÍBERO BADARÓ  
 BALBO – 468  
 BALDINI, Gaspare – 475, 476  
 BALDINI, Geremia – 475  
 BALDUÍNO (capitão) – 248  
 BARBACENA – 87, 162  
 BARBOSA, Joaquim Ferreira – 300  
 BARRAULT – 52, 57, 184  
 BARREIROS, Francisco Gonçalves (maior) – 314

BARRETO – Ver PINTO, Sebastião Barreto Pereira  
 BARRETO, Chico (capitão) – 405  
 BARRETO, Ernesto Alves Branco Muniz (tenente) – 254, 263, 317  
 BARRETO, Gaspar Mena – 405, 406, 407, 410, 416  
 BARRETO, João Propício Mena – Ver S. GABRIEL (barão de)  
 BARRETO, Sebastião – Ver PINTO, Sebastião Barreto Pereira  
 BARROS, Sebastião do Rego (ministro) – 166, 194, 221  
 BASINI, Angelo – 475  
 BASTOS, Antônio Martins – 190  
 BAUZÁ – 239  
 BEAUREGARD (capitão) – 73  
 BEÇA, José de – 254  
 BELICO, Antônio Dias dos Santos (tenente) – 219  
 BELLINI – 468  
 BEM, Baltasar de – 402  
 BENTÃO – Ver SILVA, Bento Ribeiro da  
 BENTO – Ver GONÇALVES, Bento  
 BENTO MANUEL – Ver RIBEIRO, Bento Manuel  
 BERNARDES, José – 177  
 BERNARDO – 286  
 BILBAO, Inácio – 197, 279, 281, 301, 302, 303, 324, 328  
 BISLEY, Roberto – 226  
 BLINGINI – 411  
 BONAPARTE – 52  
 BRAGA, Antônio Rodrigues Fernandes (Dr.) – 86, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 144, 145, 147, 163, 225, 465  
 BRAGA, João Joaquim Mendes – 287  
 BRAGANÇA – 81  
 BRANDÃO – Ver SILVA BRANDÃO

- BRITOS PEIXOTO (os) – 238  
BROOM, George – 294, 295  
BROWN – 439, 447, 456, 457, 459, 460  
BUCKLE – 183  
BUSTAMANTE, José Luiz (D.) – 437  
BYRON – 202
- C**
- CADWELL – 423  
CAETANA – 161  
CAGLIOSTRO – 315  
CALATAFIMI (príncipe de) – 481  
CALDAS, José Antônio (padre) – 95, 163, 167  
CALDEIRA DE ANDRADE – Ver ANDRADE, José Bonifácio Caldeira de  
CALDERÓN, Isás – 372, 375, 377, 379, 387  
CALMON, Miguel – 84, 166  
CALÓGERAS – 448  
CALVET – Ver MAGALHÃES CALVET  
CAMERANÍ, Antonio – 476  
CAMERIM, Bernardino José Marques – 152  
CANABARRO, Antônio Ferreira – 228  
CANABARRO, Davi – 114, 160, 194, 219, 220, 228, 229, 237, 239, 243, 244, 256, 259, 260, 263, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 274, 275, 296, 299, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317, 320, 321, 322, 324, 325, 328, 329, 331, 335, 336, 339, 340, 346, 351, 352, 380, 381, 382, 393, 396, 418, 419, 423, 424, 425, 450, 452, 454, 455, 458, 461, 462, 463, 464, 485  
CANDIDE – 340  
CÂNDIDO – Ver ALANO, Cândido  
CANDINHO – Ver ALANO, Cândido  
CANSANSÃO DE SINIMBU – 457, 458, 459, 460  
CAPOTE – Ver LEÃO, Filipe José de Sousa  
CARIGNAN (príncipe de) – Ver CARLOS ALBERTO  
CARLOS X – 53, 80  
CARLOS ALBERTO – 55, 56, 62, 472, 479  
CARLOS FÉLIX – 55  
CARLOS MAGNO – 483  
CARMO, Marcelino Manuel do – 380, 385  
CARNEIRO LEÃO – 167  
CARNIGLIA, Luigi – 79, 106, 116, 118, 119, 187, 188, 197, 201, 245, 246, 280, 281  
CARVALHO, José da Costa – 441  
CASTANHO, Luís Pedroso – 250  
CASTELLINI, Napoleone – 122, 171, 201, 225, 281, 404, 435, 468  
CASTILHOS, Jerônimo de – 262, 263  
CASTRO MENESES (tenente) – 327  
CAVOUR, Camillo Benso de (conde) – 468, 477, 478, 479  
CAXIAS – 83, 449, 450, 453, 454, 455, 460, 461, 463, 465  
CEROULAS – Ver GUIMARÃES, Antônio Alves  
CÉSAR – 345  
CHABAUD-LATOUR – 53  
CHAGAS (padre) – 137  
CHALAÇA – 94  
CHAVES, Pedro – 98, 225  
CHICO BENTO – Ver SILVA, Bento Ribeiro da  
CHICO PEDRO – Ver ABREU, Francisco Pedro de  
CINCINATO – 479  
CINTRA, José Pinheiro de Ulhoa – 129, 133, 137, 402, 413, 418, 440, 442, 451, 452  
COCAIS (barão de) – 442, 449

COCKRANE (lorde) – 150  
 COELHO DA CUNHA – Ver COCAIS  
 (barão de)  
 COLOMBO – 61  
 CONGUINHO – 165  
 CONSTANT, Benjamin – 443  
 CORDEIRO, Vicente Ferreira dos Santos (padre) – 268, 273, 309, 310, 311, 312, 336  
 CORRENTIN – 89  
 CORTE REAL, Afonso de Almeida – 104, 113, 380, 392, 393  
 COSTA (família) – 411, 417  
 COSTA FERREIRA – 83  
 COUTO, Antônio Joaquim do – 146  
 COUTO, Lino – 83  
 CRAVEIRO COSTA – 459  
 CRESCÊNCIO, Domingos – 104, 382, 383, 398, 400, 402  
 CRISTÓVÃOS PEREIRA (os) – 238  
 CRUZ, José Francisco da – 89  
 CRUZ, Manuel Ferreira (vigário) – 287  
 CUNEO, Giovanni Battista – 79, 105, 122, 201, 281, 404, 435, 469, 470  
 CUNHA VASCONCELOS (tenente) – 306  
 CUNHA, Francisco Xavier da (brigadeiro) – 344, 345, 347, 348, 349, 350, 354, 356, 366  
 CUNHA, José Feliciano Pinto Coelho da (tenente-coronel) – Ver COCAIS (barão de)

## D

D'ANNUNZIO – 479  
 D'ANSÃO, Francisco Ramos – 398, 402  
 DANTE – 117  
 DARWIN – 77  
 D'AZEGLIO – 468  
 DE LUERDE – 440, 444

DEFFAUDIS (diplomata) – 223  
 DEL'ARCA, Ramón – 119  
 D'HOUDAIN, Jorge Custódio (tenente) – 303, 327  
 DIAZ, Antônio – 163  
 DIEGO (D.) – Ver  
 DOMENICO – 45, 46, 47, 49, 50  
 DOMINGOS DA FILGUEIRA – 250  
 DOMINGOS DA FILGUEIRA (os) – 238  
 DON FRUCTO – Ver RIVERA, Frutuoso  
 DON'ANA – Ver MEIRELES, Donana Gonçalves  
 DORREGO – 111, 222, 224  
 DREYES, Nicolau – 142, 177, 180, 182, 201, 243, 245  
 DUARTE, Francisco – 287  
 DUARTE, Manuel – Ver AGUIAR, Manuel Duarte de  
 DUMAS, Alexandre – 480

## E

ECHAGÜE, Pascual (don) – 119, 120  
 EDOARDO – 207  
 EGALITÉ, Filipe – 52  
 ELISÁRIO – Ver ANTÔNIO ELISÁRIO  
 ELPIS MELENA [pseud.] – Ver SCHWARTZ, Esperanza von  
 EVANGELISTA, Marcos José (tenente) – 327  
 EVARISTO – Ver VEIGA, Evaristo da

## F

FABRI – 476  
 FABRINI (monsenhor) – 86  
 FARIA, Francisco de Sousa (sargento-mor) – 250  
 FEIJÓ, Diogo – 83, 84, 86, 87, 89, 132, 166, 167, 442

- FELICE – 46  
FELICIDADE – 286  
FERNANDES – Ver PEREIRA, José  
Fernandes dos Santos  
FERNANDES BRAGA – Ver BRAGA,  
Antônio Rodrigues Fernandes  
FERNANDES ORTUNHO – 317  
FERNANDES PEREIRA (tenente) – Ver  
PEREIRA, José Fernandes dos Santos  
FERNANDES PINHEIRO – 243, 307  
FERNANDES, Isidoro (marechal) – 255  
FERNANDES, José (coronel) – Ver PE-  
REIRA, José Fernandes dos Santos  
FERNANDO (rei) – 478  
FERRÉ, Pedro (D.) – 440  
FERREIRA BARBOSA – Ver BARBO-  
SA, Joaquim Ferreira  
FERREIRA, Francisco de Paula (Dr.) –  
199, 446  
FERREIRA, Joaquim Leal – 296  
FERREIRA, José (tenente) – 220  
FERREIRA, Teodoro (tenente) – 261  
FIDÉLIS PAIS – 464  
FIGUEIRA – 243  
FONTOURA, Antônio Paula da – 135,  
452  
FONTOURA, Antônio Vicente da –  
438, 444, 445, 446, 451, 455, 461,  
464  
FONTOURA, Vicente – Ver FON-  
TOURA, Antônio Vicente da  
FOURNIER – 239  
FRANÇA, Francisco da Silva (coronel) –  
252, 287  
FRANÇA, Serafim dos Anjos – 451  
FRANÇAS (os) – 252  
FRANCIA – 440  
FRANCISCO – 286  
FRANCISCO PEDRO – Ver ABREU,  
Francisco Pedro de  
FRANCISCO XAVIER – 354  
FREDERICO – Ver MARIATH, Frede-  
rico  
FREDERICO [o Grande] – 427  
FREDERICO GUSTAVO (capitão-te-  
nente) – 146, 150  
FREIRE, Felisbelo – 451  
FRUCTO, Dom – Ver RIVERA, Frutuoso
- G**
- GALLEN0, Giacomo – 51  
GALVÃO, Antônio Nunes – 442  
GALVÃO, Inocêncio da Rocha – 167  
GAMA ROSA (tenente) – 327, 399  
GAMA, José Maria da (brigadeiro) – 320  
GARCIA, Maria da Glória – 264  
GARCÍA, Narciso – 161  
GARCIA, Pedro (tenente) – 399  
GARIBALDI, Anita – 285, 286, 287, 288,  
289, 291, 293, 296, 297, 299, 306,  
307, 315, 328, 330, 331, 332, 340,  
359, 360, 361, 362, 363, 365, 403,  
411, 417, 421, 435, 436, 439, 467,  
469, 471, 472, 473, 474, 475, 477  
GARIBALDI, Giuseppe [José] (capitão)  
– 46, 47, 49, 50, 51, 57, 58, 59, 60,  
61, 62, 66, 68, 69, 70, 72, 74, 75,  
79, 88, 89, 90, 92, 100, 105, 106,  
108, 109, 115, 116, 117, 118, 119,  
120, 121, 122, 126, 127, 128, 133,  
136, 139, 154, 159, 160, 169, 170,  
171, 173, 174, 180, 184, 185, 187,  
188, 189, 190, 191, 192, 193, 194,  
195, 196, 197, 198, 201, 202, 205,  
206, 207, 208, 212, 213, 219, 220,  
226, 229, 233, 234, 235, 236, 237,  
238, 239, 240, 241, 242, 243, 244,  
245, 246, 247, 256, 257, 258, 259,  
260, 261, 263, 274, 275, 276, 277,  
278, 279, 280, 282, 283, 284, 285,  
288, 290, 291, 292, 293, 294, 295,

- 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 315, 320, 321, 322, 323, 324, 326, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336-337, 340, 341, 345, 346, 347, 349, 350, 352, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 372, 378, 381, 383, 384, 385, 394, 396, 397, 398, 400, 402, 403, 404, 406, 411, 412, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 428, 430, 431, 433, 435, 436, 438, 439, 447, 448, 457, 463, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 483, 485
- GARIBALDIS (os) – 45, 49, 431
- GARIBALDO (duque) – 480
- GASPAR (brigadeiro) – Ver BARRETO, Gaspar Mena
- GASPAR – Ver BALDINI, Gaspar
- GATTANEO – 479
- GAZAN, François (comandante) – 71
- GERVINO, Giuseppe – 51
- GIACONE (padre) – 47, 49
- GIAUME – 472
- GIOBERTI, Vincenzo – 468
- GION – 51
- GIUSEPPE – Ver GARIBALDI
- GIUSEPPE MARIA – Ver GARIBALDI
- GLADSTONE – 481
- GOMES JARDIM – Ver JARDIM, José Gomes de Vasconcelos
- GONÇALVES AGUIAR (os) – 238
- GONÇALVES DO SAIBRO – 146
- GONÇALVES PADILHA – Ver PADILHA, João Gonçalves
- GONÇALVES, Antônio – 152
- GONÇALVES, Bento – 87, 91, 3 94-95, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 113, 129, 130, 131, 135, 143, 145, 147, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 184, 189, 194, 195, 199, 206, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 219, 224, 225, 226, 228, 229, 252, 265, 367, 373, 374, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 385, 386, 390, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 413, 414, 415, 418, 423, 424, 425, 426, 430, 436, 437, 438, 440, 442, 444, 445, 446, 450, 451, 452, 453, 455, 462, 463, 465, 483, 485
- GONÇALVES, Joaquim (tenente) – 172, 173, 212, 261
- GONÇALVES, Maria – 161
- GRABOWSKY – 64
- GRANDONA, Vicente – 90
- GRANN, Guilherme – 108
- GREENFELL, John Pascoe (capitão) – 104, 150, 151, 189, 191, 221, 233, 234, 235, 236, 242, 372, 388, 393, 394, 395, 397
- GRESHAM – 139
- GRIGGS, John – 186, 187, 188, 190, 206, 245, 256, 260, 261, 279, 281, 295, 297, 298, 324, 328, 332
- GRUBA, Marcos – 89, 90
- GUASQUE (don) – 314, 315
- GUERZONI – 480
- GUICCIOLI (marquês de) – 475
- GUIDO, Tomaz (general) – 456
- GUIMARÃES, Antônio Alves – 195
- GUIMARÃES, Antônio José da Costa – 195
- GUIMARÃES, Inácio José de Oliveira – 135
- GUSMÃO (coronel) – 442
- GUSTAFINI, Angelo – 67
- GUSTAVIN – 472

**H**

HABSBURGO – 55  
HAYDEN, Ricardo (capitão-tenente) – 254  
HENRIQUES, João – 257, 279, 281, 295, 328, 329, 331  
HENRIQUES, Joaquim (tenente) – 261  
HENRIQUES, José – 324  
HILLEBRAND – 93  
HIPÓLITO (capitão) – 350, 356, 366  
HOFFSTETTER (coronel) – 474  
HONÓRIO HERMETO – 84, 167, 456  
HOUDAIN – Ver D’HOUDAIN, Jorge Custódio  
HUGO – 480, 483

**I**

INÁCIO JOSÉ – Ver GUIMARÃES, Inácio José de Oliveira  
INHAMBUPE (marquês do) – 219

**J**

JACUÍ (barão de) – 195  
JANUÁRIA (princesa) – 85  
JANUS – 228  
JARDIM, José Gomes de Vasconcelos – 101, 133, 135, 136, 452  
JAUN, Giuseppe – 67  
JESUS, Isabel Inácia de – 148  
JESUS, Joaquim Rosa de – 287  
JESUS, José de – 254, 261, 262, 318, 327  
JESUS, Maria Antônia de – 285  
JOÃO VI (D.) – 77  
JOÃO ANTÔNIO – Ver TAVARES, João Antônio de Oliveira  
JOÃO FRANCISCO [França] – 252  
JOÃO GRANDE – Ver GRIGGS, John  
JOÃO MANUEL – Ver SILVA, João Manuel de Lima e

JOÃO PAULO – 427  
JOAQUIM – Ver GONÇALVES, Joaquim  
JOSÉ BONIFÁCIO – Ver ANDRADE, José Bonifácio Caldeira de  
JOSÉ MARCELINO – 176  
JOSÉ MARIANO – Ver MATOS, José Mariano de  
JÚLIOS (os) – 349  
JUNQUEIRA, Manuel Joaquim de Sousa (tenente) – 148

**K**

KOSZIUSKO – 63

**L**

LA FAYETTE – 53, 81  
LABATUT (general) – 355, 366, 418, 423, 424  
LACERDA, Luís Lopes Botelho de (major) – 262  
LAFITTE – 82  
LAINÉ – 466, 467, 469  
LANZA – 473  
LAVALLEJA, João Antônio de – 92, 93, 109, 110, 111, 112, 113, 131, 163, 222, 225  
LEAL FERREIRA – Ver FERREIRA, Joaquim Leal  
LEÃO XII (papa) – 55  
LEÃO, Filipe José de Sousa (coronel) – 255, 329, 330, 338, 339  
LEGGIERO – 475, 476  
LEOST – 89  
LESSEPS, Ferdinando de – 473  
LÍBERO BADARÓ – 80, 81, 88  
LICOTA – 288  
LIMA E SILVA – Ver SILVA, João Manuel de Lima e

LIMA, Pedro de Araújo – 166, 347  
 LIMA, Tomás José de – 379  
 LIMA, Valentiniano José de (capitão) – 349  
 LIMPO DE ABREU (ministro) – 86, 87, 224  
 LISBOA – Ver MARQUES LISBOA  
 LISBOA, Guilherme José (coronel) – 170  
 LÓPEZ, Juan Pablo (D.) – 440  
 LORENZO – 197  
 LOUREIRO – Ver SANTOS LOUREIRO  
 LUCAS – Ver OLIVEIRA, Vicente Lucas de  
 LUÍS XVIII – 53, 80  
 LUÍS FILIPE – 53, 54, 67, 80, 81, 82, 440  
 LUÍS NAPOLEÃO – 473

**M**

MAACK, Reinhard – 341  
 MACHADINHO – Ver MACHADO DE OLIVEIRA  
 MACHADO DE OLIVEIRA – 312  
 MACHADO, Luís – 391  
 MAGALHÃES CALVET – 98, 99, 101, 103, 129  
 MALDONADO – 280  
 MANDEVILLE – 440, 444  
 MANECA DIABO – Ver SILVA, Manuel Moreira da  
 MANUEL JORGE – Ver RODRIGUES, Manuel Jorge  
 MANUELA – 206, 212, 213, 286  
 MANZONI – 468  
 MARCELINO – Ver CARMO, Marcelino Manuel do – 385  
 MARCELINO – Ver SILVA, Marcelino Soares da  
 MARCIANO – Ver PEREIRA, Marciano

MARIA BENTO – 286, 287, 363  
 MARIA MANUELA – 199  
 MARIANI, José – 97  
 MARIATH, Frederico (almirante) – 155, 221, 233, 272, 276, 277, 294, 303, 307, 317, 318, 319, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 333, 335, 340, 371, 383, 388, 459, 460  
 MARQUES DE SOUSA (major) – 103, 454  
 MARQUES LISBOA (coronel) – 251, 252, 253  
 MARTIM FRANCISCO – 82, 83, 84, 87  
 MARTINS, Davi José (tenente) – 228  
 MARTINS, Francisco – 462  
 MARTINS, Marianito – 198  
 MATA, João da – 197  
 MATOS, José Mariano de (major) – 95, 97, 133, 135, 136, 224, 251, 424, 436, 451, 452  
 MATRU, Eduardo – 188, 197, 201, 205, 245, 246, 280, 281  
 MAULL – 341  
 MAURÍCIO – 117, 118  
 MÁXIMO (capitão) – 412, 416  
 MAZZINI – 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 79, 88, 92, 100, 185, 201, 412, 468, 469, 473, 484  
 MEDEIROS, Antônio Claudino de Souza (ministro) – 274, 319, 336  
 MEIRELES, Ana Gonçalves (dona) – 172, 173, 199, 205, 207, 208, 211, 212, 282, 286  
 MEIRELES, Perpétuo da Costa – 161  
 MEIRELES, Teotônio – 147  
 MELO (major) – 325  
 MELO ALBUQUERQUE – Ver ALBUQUERQUE, Antônio de Melo  
 MELO MANSO – Ver ALBUQUERQUE, Antônio de Melo

MELO, Américo Cabral de – 103  
MELO, Jordão de – 350  
MENDANHA – 217, 218  
MENDES, Isaías Rodrigues – 190  
MENOTTI, Ciro – 92, 411, 421, 472  
MILAN, Leonardo – 120, 121  
MÓDENA (duque de) – 92  
MODESTO FRANCO – 108  
MOHAMED II (sultão) – 238  
MONCADA, Miguel Justino Garcez (padre) – 133  
MONTANARI (major) – 476  
MONTEIRO, Maciel – 84, 166  
MONTEZUMA – 83, 167, 168  
MORAIS (vereador e tenente-coronel) – 134, 217, 424  
MOREIRA, Miguel (major) – 325  
MORINGUE – Ver ABREU, Francisco Pedro de  
MOURA, Antônio Maria de (D., padre) – 86  
MOURA, Serafim Muniz de (coronel) – 255, 345  
MOYSE, Henrique Guilherme – 103  
MUNIZ BARRETO (tenente) – Ver BARRETO, Ernesto Alves Branco Muniz  
MUNIZ, Serafim – Ver MOURA, Serafim Muniz de

## N

NABUCO – 227  
NANINI (Dr.) – 475  
NAPOLEÃO – 54, 372, 480  
NAPOLEONE – 435, 467  
NATALE – 197  
NÉRI, Filipe – 396  
NETO – Ver SOUSA NETO, Antônio de  
NETO, Antônio – Ver SOUSA NETO, Antônio de

NEVES, Joaquim Xavier das (tenente-coronel) – 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 316  
NICCOLINI – 468  
NIZZA – 206  
NUNES, Joaquim Teixeira (major) – 133, 136, 229, 248, 257, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 274, 276, 296, 299, 303, 307, 310, 315, 317, 319, 323, 324, 335, 338, 339, 340, 341, 346, 348, 350, 351, 352, 355, 356, 358, 359, 360, 363, 366, 367, 368, 373, 380, 381, 398, 402, 419, 464, 485

## O

OBES, Melchor Pacheco y (D., general) – 440, 470  
OLIVEIRA TAVARES – Ver TAVARES, João Antônio de Oliveira  
OLIVEIRA, Antônio Homem de (padre) – 218  
OLIVEIRA, Antônio Inácio de – 347, 348  
OLIVEIRA, João Tomás de – 252  
OLIVEIRA, Lucas de – Ver OLIVEIRA, Vicente Lucas de  
OLIVEIRA, Manuel de Castro (cabo) – 260  
OLIVEIRA, Manuel Lucas de – 131, 426, 462  
OLIVEIRA, Saturnino de Sousa e (Dr.) – 221, 371, 372, 374, 383, 386, 388, 402, 407, 427, 438  
OLIVEIRA, Vicente Francisco de (vereador) – 266  
OLIVEIRA, Vicente Lucas de – 134, 135, 414, 415  
OLIVEIRA FILHO, Antônio Inácio de (capitão) – 227, 345  
OLIVEIROS (os) – 483



ONOFRE – Ver PIRES, Onofre  
 ORIBE – 92, 103, 111, 112, 113, 114,  
 222, 223, 224, 436, 448, 456, 458  
 ORIGONI, Felipe – 473  
 ORLEANS (duque de) – 52  
 OSÓRIO (general) – 178  
 OTONI, Jorge Benedito (tenente) – 276,  
 303, 327  
 OTONI, Teófilo – 82, 462, 463  
 OUDINOT – 473, 474  
 OURIVES, Juca – 339

**P**

PACHECO – Ver REIS, José Pacheco dos  
 Reis  
 PACHECO Y OBES – Ver OBES, Mel-  
 chor Pacheco y  
 PADILHA RICO – Ver PADILHA, João  
 Gonçalves  
 PADILHA, João Gonçalves (sargento-  
 -mor) – 287, 358, 363  
 PAIS, Fidélis – 464  
 PALMERSTON – 481  
 PANE, Giuseppe – 71  
 PANGLOSS – 340  
 PARABOTTI, Luiz – 89  
 PARDAL, João Carlos – 253, 254, 255,  
 269, 270, 272, 313, 316  
 PARIS, Giuseppe – 71  
 PARKER, Guilherme – 188  
 PATRI, Giovanni – 468  
 PAUL (Dr.) – 91  
 PAULA GAMA – 95  
 PAZ, José María (general) – 440  
 PEDRO I (D.) – 77, 78, 80, 81, 82, 85,  
 94, 97, 109, 113, 138, 167, 210,  
 254, 404  
 PEDRO II (D.) – 84, 310, 332, 334,  
 354, 355, 413, 414, 441  
 PEDRO BOTICÁRIO – Ver ALMEI-  
 DA, Pedro José de

PEDRO JOSÉ – Ver ABREU, Pedro José  
 Gomes de  
 PEIXOTO, Francisco de Brito (capitão-  
 -mor, major) – 250, 359, 360, 361  
 PELLICO, Silvio – 468  
 PEPINO – 472  
 PEREIRA PINTO – Ver PINTO, Sebas-  
 tião Barreto Pereira  
 PEREIRA – Ver PEREIRA, José Fernan-  
 des dos Santos  
 PEREIRA, Cristóvão Pereira – 190  
 PEREIRA, Jerônimo Jacinto (coronel) –  
 423  
 PEREIRA, José Clemente – 80, 427  
 PEREIRA, José Fernandes dos Santos  
 (coronel) – 307, 317, 318, 319, 322,  
 323, 325, 326, 327, 328, 333, 336,  
 338, 339, 341  
 PEREIRA, José Medeiros (padre) – 218  
 PEREIRA, Marciano – 103, 129, 146,  
 152, 163  
 PEREIRA, Marcos Alves – 392  
 PÉREZ, Martín – 436  
 PERICO [el bailarín] – Ver VIEIRA, Pe-  
 dro José  
 PESANTE, Andréa – 50, 122  
 PESENTI – 122  
 PETRARCA – 117  
 PINTO BANDEIRA – 178  
 PINTO, José Carlos – 105  
 PINTO, Sebastião Barreto Pereira (mare-  
 chal) – 98, 163, 170, 188, 224, 327,  
 332  
 PIO IX – 472, 473  
 PIRES, Onofre – 91, 101, 104, 113, 143,  
 254, 255, 446, 453  
 PIZARRO – 243  
 PONTE RIBEIRO – 439, 460  
 PORTELA, João da Silva (capitão) – 398  
 PORTINHO, José Gomes – 347, 367  
 PRADO LIMA – 140

- PRIMO GIRONI – 475  
PROCÓPIO – 197, 198, 246  
PUEYRRÉDON – 222  
PURVIS (almirante) – 456
- Q**
- QUINTANA – 117
- R**
- RAFAEL – 197, 246  
RAIMONDI, Giuseppa (marquesa) – 481  
RAIMONDI, Rosa – 46, 47, 49  
RAMBAUD, Joseph – 71  
RAMOS D'ANSÃO – Ver D'ANSÃO, Francisco Ramos  
RAMOS, José da Silva (major) – 262  
RATZEL – 142, 152  
REBELO (família) – 255  
RÉGIS – 457  
REGO BARROS – Ver BARROS, Sebastião do Rego  
REIS, José Pacheco dos Reis – 312, 336  
REIS, José Prudêncio dos – 275  
RESENDE, Henrique de – 83  
REYES, José María – 114, 115  
RIBEIRO, Bento Manuel (general) – 98, 102, 103, 104, 113, 114, 130, 138, 145, 154, 170, 209, 219, 220, 222, 252, 373, 374, 375, 377, 390, 450, 455  
RIBEIRO, Caetano Gomes – 327  
RIBEIRO, José de Araújo (Dr.) – 87, 102, 103, 113, 129, 145, 147, 148, 149, 151, 153, 251  
RIBEIRO, Marciano – 149  
RICCIOTTI – 467, 472  
RIEGO – 92  
RIO PARDO (conde de) – 427  
RIO SECO (conde do) – 76  
RIPE, Luís – 64  
RIVERA, Frutuoso – 97, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 222, 223, 224, 225, 226, 373, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 444, 446, 447, 448, 450, 452, 455, 458, 459, 461  
ROBALO, Tobias Antônio dos Santos (tenente) – 146, 147, 148, 149, 191  
ROBERT, Clemente – 474  
ROBERTS (Mrs.) – 481  
ROCHA (cabo) – 101  
ROCHA PITA – 76  
ROCHA, Henrique Marques da (capitão) – 318  
RODRIGUES TORRES – 84, 166  
RODRIGUES, Alfredo – 456  
RODRIGUES, Bento Cordeiro – 349  
RODRIGUES, Manuel Jorge (general) – 221, 279, 280, 281, 303, 304, 305, 324, 371, 372, 374, 377, 380, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 390, 393, 394, 395, 396, 406  
RODRIGUEZ, Manoel – 247  
ROLANDOS (os) – 483  
ROMANINO, Girolamo – 62-63, 64, 65  
ROMUALDO (D.) – 86  
RONDEAU – 110  
ROSA – Ver RAIMONDI, Rosa  
ROSAS, João Manuel – 93, 97, 111, 112, 119, 222, 225, 226, 438, 439, 440, 448, 456, 458, 459, 460, 464, 466, 468  
ROSITA – 466, 467  
ROSSETTI, Gabriele – 468  
ROSSETTI, Luiz – 89, 90, 91, 92, 105, 106, 115, 116, 118, 122, 126, 128, 169, 170, 171, 187, 191, 201, 216, 227, 266, 267, 274, 275, 276, 277, 280, 281, 309, 312, 313, 314, 315, 340, 346, 373, 391, 393, 402, 403,

404, 408, 413, 416, 417, 418, 429,  
430, 484  
ROSSETTIS (os) – 431  
ROSSI – 473  
ROSSINI – 468  
ROUSSEAU – 443  
ROYER – 207  
RUEDAS, Salvador – 95  
RUSSE, John (lorde) – 470

**S**

S. GABRIEL (barão de) – 393  
SÁ BRITO – 451  
SACCHI – 471  
SAENS CALENGO – 131  
SAINT-HILAIRE – 75, 97, 125, 177,  
183, 200, 243  
SAINT-SIMON – 57, 184  
SALGADO, Joaquim Pedro – 131  
SALISCH, Hermann – 93  
SALVADOR – 286  
SAN MARTÍN – 222  
SAND, George – 480  
SANTOS BARRETO (general) – 418  
SANTOS LOUREIRO – 390, 391, 423  
SANTOS, Filinto de Oliveira (capitão) –  
376  
SANTOS, Tobias – Ver ROBALO, To-  
bias Antônio dos Santos  
SATURNINO – Ver OLIVEIRA, Satur-  
nino de Sousa e  
SAVOIA (casa de) – 477  
SCHWARTE, Esperanza von – 481  
SCOTT, Walter – 202  
SEARA, Antônio Correia (brigadeiro) –  
428  
SEMERIA, Carlo – 51  
SEMIDEI, Paulo – 436  
SENA DE ARAÚJO (capitão-tenente) –  
327  
SERAFIM INÁCIO – 198  
SILVA BRANDÃO – 219, 220  
SILVA FRANÇA – 252, 253, 255  
SILVA MADELA (tenente) – 150  
SILVA OURIVES – 454  
SILVA PAIS – 143, 238, 250  
SILVA TAVARES – 131, 154, 155, 170,  
228, 388, 390, 395, 396, 411  
SILVA, Bento Gonçalves da (coronel) –  
Ver GONÇALVES, Bento  
SILVA, Bento Ribeiro da – 285, 286  
SILVA, Fidêncio José Ortiz da (padre) –  
218  
SILVA, Francisco Gonzales da (capitão) –  
197, 207  
SILVA, Francisco Romano da – 301  
SILVA, João Manuel de Lima e – 95, 97,  
104, 105, 113, 114, 129, 130, 131,  
133, 134, 135, 136, 145, 149, 150,  
152, 153, 160, 163, 396  
SILVA, Joaquim Gonçalves da (alferes) –  
161  
SILVA, José Francisco da – 255  
SILVA, Manuel de Carvalho Aragão e  
(tenente-coronel) – 454  
SILVA, Manuel Moreira da (tenente) –  
262, 327, 329  
SILVA, Marcelino Soares da – 255, 270,  
271  
SILVA, Romano da (capitão-tenente) –  
296, 303, 399  
SILVA, Tomás da – 395  
SILVEIRA (vereador) – 134  
SILVEIRA LEMOS – 446  
SILVEIRA, Amaro da – 463  
SILVEIRA, João Antônio da – 160, 177  
SILVEIRA, João Raimundo da – 218  
SILVEIRA, José Joaquim da (capitão) – 319  
SINIMBU – Ver CANSANSÃO DE SI-  
NIMBU

SOARES DE ANDREIA – Ver ANDREIA, Francisco José de Sousa Soares de  
SOARES DE PAIVA (coronel) – 398, 401  
SOARES, Joaquim Pedro (tenente-coronel) – 133, 409  
SORIANO – 239  
SOUSA LEÃO – Ver LEÃO, Filipe José de Sousa  
SOUSA, Diego de (D., governador) – 161, 182  
SOUSA, Honório Manuel José de (tenente) – 254  
SOUSA, Manuel Marques de – 460  
SOUSA, Saturnino de – Ver OLIVEIRA, Saturnino de Sousa e  
SOUSA NETO, Antônio de (coronel, general) – 103, 104, 105, 131, 133, 135, 138, 145, 150, 160, 170, 210, 220, 221, 229, 314, 315, 322, 373, 374, 377, 378, 380, 381, 382, 385, 390, 391, 392, 394, 404, 411, 423, 427, 450, 452, 455, 483, 485  
SOUSAS FARIAS (os) – 238  
STADERINI, Luigi – 245  
STOCKMEYER, Felisberta – 108  
STYX – 328

## T

TALLEYRAND – 53  
TARTABULL, Luís (capitão) – 119  
TATTINI (condessa) – 481  
TAVARES, João Antônio de Oliveira (ministro) – 253, 273-274, 312, 336, 374, 375, 380, 423, 427, 454, 455  
TEIXEIRA – Ver NUNES, Joaquim Teixeira  
TEIXEIRA NUNES – Ver NUNES, Joaquim Teixeira

TEIXEIRA, Joaquim – Ver NUNES, Joaquim Teixeira  
TENNYSON – 480  
TERESE, Claudio – 71  
TERESITA – 467  
THIERS – 52, 82  
TICIANO – 47  
TIRADENTES – 98  
TITA – 472  
TITO LÍVIO – 92, 99  
TOBIAS – Ver AGUIAR, Rafael Tobias de  
TOLEDO RIBAS (general) – 442  
TORRISANO, Domingos – 79, 89, 90, 105  
TRIUNFO (barão do) – 384

## U

ULHOA CINTRA – Ver CINTRA, José Pinheiro de Ulhoa  
URQUIZA – 458

## V

VALE, José Manuel Morais e – 254  
VALENTE, Tomás Joaquim Pereira (marechal) – Ver RIO PARDO (conde de)  
VALENTINIANO – Ver LIMA, Valentiniano José de  
VALERIGINI, Lourenço (tenente) – 261, 279, 281, 295, 297, 298, 303, 324, 328  
VASCONCELOS JARDIM – Ver JARDIM, José Gomes de Vasconcelos  
VASCONCELOS, Bernardo de (ministro) – 82, 84, 85, 86, 87, 115, 166, 243, 406, 427  
VASCONCELOS, Diogo de – 80, 82  
VÁSQUEZ, Santiago (D., ministro) – 457  
VATTEL – 408

VEIGA CABRAL – 176  
VEIGA, Evaristo da – 80, 82, 83, 86, 145  
VELEDA – 134  
VENTURA (don, coronel) – 225  
VERDE (vereador) – 134  
VERDI – 468  
VIANA, José de Oliveira – 152  
VICENTE LUCAS – Ver OLIVEIRA,  
Vicente Lucas de  
VIDELA, Zenon – 93  
VIEIRA, Manuel José (tenente) – 327  
VIEIRA, Pedro José – 388, 389, 390  
VILAGRÁN, Feliciano Garcia – 436  
VILAS-BOAS, Vicente (coronel) – 254,  
255, 262, 263, 270, 271, 288  
VILLEGAS – 448  
VITALI – 476  
VÍTOR EMANUEL (rei) – 55, 472,  
477, 478, 479

**W**

WANDENKOLK (tenente) – 326  
WELLINGTON – 372

**X**

XAVIER DA CUNHA – Ver CUNHA,  
Francisco Xavier da  
XAVIER DAS NEVES – Ver NEVES,  
Joaquim Xavier das

**Z**

ZAMBECCARI, T. L. – 91, 92, 95, 96,  
99, 100, 102, 104, 105, 106, 107,  
129, 171, 403, 404  
ZAMBECCARIS (os) – 92, 431  
ZEFFIRINO DUTRA – 207, 229, 235

*Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, de Lindolfo Collor,  
foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em  
papel vergê areia 85 g/m<sup>2</sup>, nas oficinas da Secretaria de Editoração  
e Publicações do Senado Federal – SEGRAF, em Brasília. Acabou-se  
de imprimir em setembro de 2016, de acordo com o programa  
editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial  
do Senado Federal.

“A última reedição da obra *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos* está prestes a completar três décadas, datada de 1989, quando se aproximava o centenário de nascimento de Lindolfo Collor. É hora de preencher esta lacuna para conhecer melhor o passado. Voltamos às suas páginas como forma de valorizar a história, não só do revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, figura essencial na propagação do mito do gaúcho, mas também como uma homenagem à memória do meu avô materno, jornalista, que tanto dignificou a vida política e cultural do Rio Grande do Sul e do Brasil.”

Fernando Collor

